IEM
INSTITUTO DE ESTUDOS MEDIEVAIS
FCSH/NOVA | FCT

NOTÁVEL VILA DE CASTELO DE VIDE

A VIDA QUOTIDIANA DA CIDADE NA EUROPA MEDIEVAL

Everyday Life in Medieval Urban Europe

Amélia Aguiar Andrade
Gonçalo Melo da Silva (eds.)

A VIDA QUOTIDIANA DA CIDADE NA EUROPA MEDIEVAL

Everyday Life in Medieval Urban Europe

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS **26**

A VIDA QUOTIDIANA DA CIDADE NA EUROPA MEDIEVAL

Everyday Life in Medieval Urban Europe

Amélia Aguiar Andrade
Gonçalo Melo da Silva
editores

Lisboa, 2022

Textos selecionados das VI Jornadas Internacionais de Idade Média "A Vida Quotidiana da Cidade na Europa Medieval" (Castelo de Vide, de 7 a 9 de Outubro de 2021) e da Escola de Outono (Castelo de Vide, 5 e 6 de Outubro de 2021).

Arbitragem Científica:

Amélia Aguiar Andrade (Universidade Nova de Lisboa)
Antonio Collantes de Terán (Universidade de Sevilha)
Arnaldo Melo (Universidade do Minho)
Carla Varela Fernandes (Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH)
Carlos Carreto (Universidade Nova de Lisboa)
Cristina Cunha (Universidade do Porto)
David Igual Luis (Universidade de Castilla-La Mancha)
Eduardo Aznar (Universidade de La Laguna)
Eloisa Ramirez Vaquero (Universidad Pública de Navarra)
Francisco Garcia Fitz (Universidade de Extremadura)
Gregoria Cavero Domínguez (Universidad de León)
Hermenegildo Fernandes (Universidade de Lisboa)
Hermínia Vilar (Universidade de Évora)
Isabel Barros Dias (Universidade Aberta)
Isabel del Val Valdivieso (Universidade de Valladolid)
João Luís Fontes (Universidade Nova de Lisboa)
Jonathan Wilson (Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH)
José Avelino Gutiérrez González (Universidad de Oviedo)
Louis Sicking (Vrije Universiteit Amsterdam/U. Leiden)
Luísa Trindade (Universidade de Coimbra)
Manuel Fialho (Centro de História da Universidade de Lisboa)
Maria Alexandra Billota (Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH)
María Asenjo González (Universidade Complutense de Madrid)
Maria do Carmo Ribeiro (Universidade do Minho)
Maria Filomena Andrade (Universidade Aberta)
Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)
Maria João Branco (Universidade Nova de Lisboa)
Maribel Fierro (Instituto de Lenguas y Culturas del Mediterráneo y Oriente Próximo. CSIC Madrid)
Mário Barroca (Universidade do Porto)
Mário Farelo (Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH)
Miguel Gomes Martins (Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH)
Miguel Metelo Seixas (Universidade Nova de Lisboa)
Rafael Sanchez Saus (Universidad de Cádiz)
Santiago Macías (Universidade Nova de Lisboa)
Sauro Gelichi (Universidade Ca'Foscari Veneza)
Wim Blockmans (Universidade de Leiden)

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Publicação financiada pela Câmara Municipal de Castelo de Vide e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2020.

Título	**A vida quotidiana da cidade na Europa medieval | Everyday Life in Medieval Urban Europe**
Editores	Amélia Aguiar Andrade, Gonçalo Melo da Silva
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Imagem de capa	Referência da imagem da capa: MS M. 638, *Morgan Crusader Bible / St. Louis Bible*, Paris, ca. 1244-1254, f. 17v.
Coleção	Estudos 26
ISBN	978-989-53585-7-1 (IEM) | 978-972-9040-20-7 (C. M. de Castelo de Vide)
Paginação e execução	Marcel L. Paiva do Monte, com base no design de Ana Pacheco.
Revisão	Mariana Alves Pereira, Ricardo Cordeiro
Depósito legal	000-000-00000-0-0
Impressão	Tipografia Priscos, Lda.

Índice

Nota de Abertura 11
António Pita

Viver o(s) quotidiano(s) da cidade europeia medieval: espaços, tempos e protagonistas 13
Amélia Aguiar Andrade, Gonçalo Melo da Silva

PARTE I
Quotidianos das instituições e formas de vida religiosa

La Justicia y su control desde la iglesia de León en el siglo XIII 23
Gregoria Cavero Domínguez

Del comer y los cinco sesos en las catedrales de la Castilla bajomedieval: una investigación incipiente 43
José Alberto Moráis Morán

Entre lo urbano y lo rural: *Otium cum dignitate* de un obispo castellano del siglo XV 63
María Concepción Cosmen Alonso

Las prácticas performativas del Monasterio de Santa María de Junqueras de Barcelona 79
Begoña Pons Seguí

Os quotidianos que nos escapam: reclusas e mulheres da pobre vida nos núcleos urbanos do sul de Portugal nos finais da Idade Média 97
João Luís Inglês Fontes

PARTE II
Quotidianos das instituições leigas

Vivir entre las élites burguesas navarras, según inventarios y testamentos del siglo XIV 125
Eloísa Ramirez Vaquero

El día a día del Consell municipal de Barcelona: las reuniones entre 1433 y 1479 157
Laura Miquel Milian

El notariado en las ciudades catalanas en la Edad Media: mercado y actividad notarial 173
Daniel Piñol-Alabart

Una aproximación a la actuación de los continos reales en Sevilla y Jerez de la Frontera a finales de la Edad Media. El caso de Francisco Pinelo y Alonso de Suazo 191
Juan Marín Bueno

PARTE III
Quotidianos dos mercadores e estrangeiros: espaços, tempos, protagonistas

El comercio urbano en la Baja Edad Media: su cotidianidad y sus agentes sociales 211
David Igual Luis

The Elusive Hanse. History and current debates of a commercial network: conflict management, europeanization, globalization 239
Louis Sicking

Quotidiano dos mercadores portugueses em Bruges no século XV 261
Flávio Miranda

Networks of Newcomers from the Apennine Peninsula in Late 14th Century Zadar 281
Filip Vukuša

PARTE IV
Quotidianos dos artesãos: espaços, tempos, protagonistas

Daily Life, craftswomen, and the traditional industries of the Late Medieval Kastoria: furriers, textile weavers, tailors, merchants and more 305
Nuray Ocakli

Everyday men in the building site of medieval churches: some examples from the 12th century (Verona, northern Italy) 321
Angelo Passuello

As *ollas* do bairro: A produção e venda de cerâmica no bairro das olarias e o seu papel no quotidiano de Lisboa entre os séculos XIV e XV 349
Miguel Nunes

PARTE V
Quotidianos entre o urbano e o rural

O papel das instituições concelhias na gestão quotidiana da rede viária em Portugal na Baixa Idade Média 373
Rúben Filipe Teixeira da Conceição

Espaços domésticos e mundo objetual nos subúrbios de al-Ushbuna no século XII 393
Jorge Branco; Rodrigo Banha da Silva

Fragmentos de um quotidiano rural no termo de Lisboa: a rua do Lumiar nos séculos XIII a XVI 423
Sílvia Casimiro, Alexandra Krus, André Bargão

PARTE VI
Quotidianos agitados: revoltas, conflitos e guerras

"*Qui dixerit* – a las armas": indícios de atividade militar no quotidiano urbano na Reconquista 441
Carlos Filipe Afonso

«Com os caualos de noyte e de dja sellados E nos armados»: a vivência da guerra no Alentejo na Baixa Idade Média 455
João Nisa

Os efeitos das guerras e da revolta popular de Évora no quotidiano das monjas de São Bento de Cástris, durante o último quartel do século XIV 475
Luís Miguel Rêpas

El impacto de las luchas de poder en Toledo en la vida cotidiana de la población durante el reinado de Enrique IV (1454-1474) 499
Lisa Walleit

PARTE VII
Entre os tempos de exceção e o quotidiano representado

O dia do Juízo Final. Uma reconstituição das cerimónias de graduação na universidade portuguesa na baixa Idade Média 519
Rui Miguel Rocha

"Porque é o que mais a festa faz": a legislação das festas cívico-religiosas, em Coimbra, nos inícios do século XVI 539
Rodolfo Petronilho Feio

Imágenes de la vida cotidiana de la Segovia bajomedieval en *Seniloquium* 559
María Belén Randazzo

Nota de Abertura

Com a presente publicação elevam-se para seis os volumes produzidos como resultado das Jornadas Internacionais da Idade Média que, desde 2016, ininterruptamente, acontecem na Notável Vila de Castelo de Vide, no âmbito da parceria firmada entre esta Autarquia e o Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Importa sublinhar que mesmo perante inúmeras restrições impostas por uma terrível pandemia – que tanto afetou Portugal e o Mundo! – a inabalável determinação do IEM e demais implicados no processo da organização deste evento presencial prevaleceu contrariando a regra generalizada da comunicação à distância e digital. E esta corajosa aposta permitiu assim a continuidade da dinâmica local em torno destas Jornadas e, concomitantemente, relevou como a convicção da necessidade de comunicar e partilhar presencialmente o conhecimento produzido colheu a primazia dos investigadores e académicos participantes oriundos de Portugal, Espanha, Itália, Países Baixos, Turquia, Croácia, Alemanha e Argentina, não obstante a vivência de uma conjuntura de confinamento que se impôs à sociedade durante 2020 e 2021.

Louvo, pois, esta atitude bem reveladora da extraordinária paixão que moveu os investigadores em prol da disseminação do conhecimento, da formação de futuros especialistas e da promoção da discussão sobre os grandes temas da Idade Média, bem como de todos os presentes que garantiram a realização da iniciativa em total segurança sanitária.

Importa igualmente destacar o sucesso desta parceria Município-Universidade, na medida em que estes sete anos retratam um muito sério e responsável compromisso de cooperação institucional, produzindo um substantivo legado não só materializado no documento escrito através da publicação das atas, mas também na divulgação aberta ao mundo pela versão digital disponibilizada on-line e agora acessível a todos os públicos.

Por outro lado, não é despiciendo os vibrantes momentos do próprio encontro de investigadores, académicos, especialistas e alunos durante as Jornadas, de diferentes proveniências e escolas; uma vez aqui reunidos, longe da urbe, da Academia e da Universidade, geram uma dinâmica própria que distingue a singularidade da experiência deste evento.

Por tudo isto, reitero, uma vez mais, o profundo sentimento de orgulho para o Município de Castelo de Vide por ter o privilégio de contribuir para o desenvolvimento do conhecimento da História Medieval, na medida em que sempre advogámos que o investimento na Cultura, no Património, na História e no Saber é essencial para a promoção do território e das suas gentes.

É precisamente com esta aposta no conhecimento que se podem construir, também a nível local, os alicerces de novos produtos e serviços e trilhar caminhos mais iluminados. Sabemos bem que os ensinamentos advêm da História. E se a política pode e deve ser o processo para a construção de um futuro melhor, é indispensável que igualmente concorra para a salvaguarda, estudo, conhecimento e valorização do passado, da memória e do património.

As referências do passado terão sempre um inusitado e insubstituível valor na afirmação de uma cultura, de um povo, de um território, pelo que, no momento presente onde as sociedades habitando o hoje e o global mergulham frequentemente no irrisório e superficial, impõe-se cuidar da nossa génese, da nossa herança, de modo a continuarem a ser referências para as gerações vindouras.

Com enorme agrado e profunda gratidão expresso o meu sincero agradecimento à equipa do Instituto de Estudos Medievais e a todos os colaboradores envolvidos neste processo por Castelo de Vide subsidiar, ainda que modestamente, um melhor conhecimento da História Medieval.

António Pita

Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide

Viver o(s) quotidiano(s) da cidade europeia medieval: *espaços, tempos e protagonistas*

Amélia Aguiar Andrade[1]
Gonçalo Melo da Silva[2]

Em 2021, o Instituto de Estudos Medievais da NOVA-FCSH e a Câmara Municipal de Castelo de Vide organizaram a sexta edição das *Jornadas Internacionais de Idade Média* subordinada ao tema: *A vida quotidiana da cidade na Europa Medieval*. Tendo como espaço de observação a Europa cristã e islâmica pretendeu-se que a temática fosse abordada *grosso modo* através de quatro perspetivas distintas mas complementares : I) os espaços do quotidiano, ou seja, as residências, os locais de trabalho e os ocupados e utilizados pelas instituições leigas e religiosas; II) os tempos do quotidiano quer os da normalidade quer os dos momentos de exceção; III) os quotidianos dos seus habitantes, sejam estes crianças, velhos, homens, mulheres, cristãos, judeus, mouros ou estrangeiros; IV) os objetos e utensílios empregues no dia-a-dia da vida urbana, considerando a sua produção e os seus usos.

As *Jornadas* foram precedidas, como é habitual, pela *Escola de Outono* para mestrandos e doutorandos, onde o número de docentes convidados para lecionar e de professores e/ou investigadores interessados em debater problemáticas de investigação, assim como de estudantes empenhados em apresentar os seus projetos de tese ou dissertação tem vindo a crescer gradualmente. Este diálogo entre investigadores experientes e de elevado mérito, provenientes de diferentes países e de escolas e formações historiográficas distintas e, jovens em início de carreira continua a afirmar-se como uma experiência formativa única no contexto português. A participação neste fórum internacional e a frutuosa troca de ideias que proporciona contribui para a inserção de jovens investigadores em redes de trabalho colaborativo mais alargadas, conferindo uma mais ampla perspetiva aos trabalhos que pretendem

[1] NOVA FCSH; IEM – NOVA FCSH.
[2] IEM – NOVA FCSH.

desenvolver. A *Escola de Outono de Estudos Medievais* continua assim a impor-se, pouco a pouco, na agenda de trabalho de mestrandos e doutorandos nacionais e estrangeiros, afirmando-se como uma das atividades fulcrais na parceria estabelecida entre o Instituto de Estudos Medievais e a Câmara Municipal de Castelo de Vide.

O trabalho desenvolvido nas duas atividades realizadas permitiu reunir 26 textos – três resultam de lições apresentadas na *Escola de Outono* – elaborados por 29 investigadores provenientes da Alemanha, Argentina, Áustria, Espanha, França, Itália, Países Baixos, Portugal e Turquia. Todos beneficiaram das observações e comentários produzidos nos debates ocorridos nas diferentes sessões, bem como dos olhares minuciosos e valorativos dos avaliadores que fizeram a sua prévia leitura crítica. A maioria dos artigos orientam a sua reflexão, como é de esperar, para os reinos ibéricos, mas outros há que abordam geografias mais longínquas, como os Balcãs, a Escandinávia, a Flandres ou, a Itália. O período cronológico predominante corresponde aos séculos finais da Idade Média, uma escolha que, no caso peninsular, mais uma vez não constitui uma surpresa, devido às bem conhecidas limitações das disponibilidades documentais para as primeiras centúrias medievais.

A obra que agora se publica procura organizar os textos reunidos de forma coerente através das seguintes secções: ***Quotidianos das instituições e formas de vida religiosa***, Q***uotidianos das instituições leigas***, ***Quotidianos dos mercadores e estrangeiros: espaços, tempos, protagonistas***; ***Quotidianos dos artesãos: espaços, tempos, protagonistas***; ***Quotidianos entre o urbano e o rural***; ***Quotidianos agitados: revoltas, conflitos e guerras*** e ***Entre os tempos de exceção e o quotidiano representado***. Esta estrutura constitui uma proposta que pretende ter presente a complexidade de algumas temáticas, o cruzamento de tipologias documentais diversificadas e, simultaneamente, valorizar as distintas perspetivas de investigação desenvolvidas pelos autores.

A secção denominada ***Quotidianos das instituições e formas de vida religiosa*** integra cinco artigos que tendo como espaço de observação os centros urbanos ibéricos sobretudo nos séculos XIV e XV desenvolvem problemáticas, entre as quais se podem destacar as que abordam o papel dos prelados na administração da justiça, ou a articulação que os membros do clero secular estabeleciam entre os tempos de oração e as atividades de lazer, estas últimas, como a caça e a equitação, trazidas do mundo da nobreza leiga de que muitos eram provenientes. Outras, porém, glosam as escolhas devocionais e o recurso aos sentidos para transmissão da mensagem cristã no dia-a-dia da vivência dos espaços sagrados ou, as práticas religiosas de comunidades femininas ligadas a ordens militares. Entre os apartados estabelecidos para esta obra este é, sem dúvida, aquele em que se cruza a maior diversidade de tipologia documentais, pois os autores recorreram à palavra escrita em suportes como o pergaminho e a pedra, à escultura e ainda, ao património edificado.

Destaque-se nesta secção o texto de João Luís Fontes – *Os quotidianos que nos escapam: reclusas e mulheres da pobre vida nos núcleos urbanos do sul de Portugal nos finais da Idade Média* – que se apresenta como um importante contributo para o conhecimento das formas de religiosidade femininas das comunidades urbanas, com especial enfoque espacial no Alentejo. O autor desenvolve uma síntese reflexiva e problematizante, assinalando como se estabelecia a relação destas mulheres com as sociedades urbanas e com os poderes em presença. Fica ainda evidente a influência que as propostas eremíticas tiveram nestes processos, que como o autor bem demonstrou em outros estudos que realizou, assumiram uma presença significativa nos concelhos alentejanos dos finais da Idade Média, habitados por sociedades mais recetivas a estas formas de espiritualidade.

Na secção, intitulada ***Quotidianos das instituições leigas***, reúne-se um conjunto de quatro estudos que têm como espaço de observação os núcleos urbanos castelhanos, navarros e catalães dos séculos XIV e XV. Os distintos autores exploram, entre outras perspetivas, o funcionamento das assembleias municipais, o papel dos homens da escrita na articulação do comércio entre as cidades e os espaços rurais próximos ou, a participação dos oficiais régios no dia-a-dia citadino. O texto de Eloísa Ramírez Vaquero – *Vivir entre las élites burguesas navarras, según inventarios y testamentos del siglo XIV* – aborda o quotidiano das elites urbanas, incluindo as das comunidades judaicas, recorrendo e cruzando fontes navarras ainda pouco glosadas de forma integrada, como é o caso dos testamentos e dos inventários e/ou listagens produzidas no âmbito de processos judiciais.

O apartado ***Quotidianos dos mercadores e estrangeiros: espaços, tempos, protagonistas*** congrega textos que procuram refletir sobre a integração de mercadores e estrangeiros na sociedade urbana e tendo como principal enfoque a organização dos seus tempos de trabalho e de lazer e as solidariedades e ligações familiares que aí se revelavam. Privilegiando mais uma vez os séculos XIV e XV, os autores focam espaços e contextos socioculturais distintos, compreendendo desde as cidades do Mar Mediterrâneo, como Valência e Zadar, até aos mares do Norte e Báltico, através de urbes situadas na Flandres e no sul da Escandinávia. David Igual Luís, no seu artigo, intitulado *El comercio urbano en la Baja Edad Media: su cotidianidad y sus agentes sociales*, parte de exemplos hispânicos e italianos para refletir sobre os elementos que condicionavam o dia-a-dia do comércio e dos mercadores e o espaço em que este se desenvolvia, articulando-os com a circulação de práticas comerciais e a trajetória social dos agentes envolvidos nesse comércio. Saliente-se ainda a recuperação que Flávio Miranda faz do quotidiano dos mercadores portugueses na cidade flamenga de Bruges recorrendo para tal, a documentação conservada em arquivos belgas, deixando assim bem claro como o alargar da heurística a fundos documentais conservados no estrangeiro pode ser frutuosa para o medievismo português.

A quarta secção, organiza-se em torno do tema ***Quotidianos dos artesãos: espaços, tempos, protagonistas***, centrando-se, como é óbvio, nas atividades artesanais e nos homens e mulheres que as dinamizavam, a partir dos exemplos de Kastoria, Lisboa e Verona. Enquanto as duas primeiras foram analisadas em Trezentos e Quatrocentos, para a cidade italiana a cronologia escolhida foi o século XII. Estes textos cruzam perspetivas entre a arqueologia, a história e a história da arte a partir de três atividades distintas: a confeção e comércio de têxteis e a presença feminina nessas atividades; a construção, através do estudo dos promotores e executores de obras e ainda, a produção e venda de objetos quotidianos em cerâmica ligados ao abastecimento urbano. Embora focados em cidades com escalas e contextos históricos diferentes, os estudos de Miguel Nunes e Nuray Ocakli contribuem para realçar a importância da continuidade da presença das comunidades vencidas em processos conquistadores – muçulmanos em Lisboa e cristãos ortodoxos em Kastoria – e o seu subsequente papel na vida económica das urbes onde continuaram a habitar.

Quotidianos entre o urbano e o rural reúne as contribuições que se centram no estudo da vivência diária das relações entre estes dois distintos mas complementares espaços de implantação das comunidades medievais, tomando como exemplo casos portugueses entre os séculos XII a XVI. Rúben Conceição procura refletir sobre o papel dos concelhos portugueses na abertura e manutenção de estradas, caminhos e pontes que permitiam a fluidez dos contactos humanos e a circulação de mercadorias, indispensáveis ao dia-a-dia dos núcleos urbanos. Os arrabaldes e o termo de Lisboa estão no centro de outros dois textos que, partindo de uma perspetiva arqueológica, analisam os objetos ligados aos quotidianos domésticos das comunidades que aí viviam.

No apartado ***Quotidianos agitados: revoltas, conflitos e guerras***, como a designação evidencia, estão integrados os artigos que exploram momentos de exceção e turbulência do quotidiano como eram as frequentes guerras e conflitos. Os autores dos textos agora disponibilizados centraram as suas reflexões nas cidades e vilas ibéricas, principalmente entre os séculos XI e XV. Recorrendo a fontes produzidas por diferentes poderes, como forais, crónicas e atas das reuniões concelhias, salientam o impacto das ocorrências militares na vida diária das populações, sobretudo das que residiam próximo da fronteira, evidenciando os seus efeitos desestabilizadores no espaço e na vivência urbanas. Entre os textos disponibilizados, revelam-se, especialmente sugestivos os que têm como espaço de observação a Comarca de Entre-Tejo-e-Odiana, uma unidade administrativa que, na Idade Média, integrava a vila de Castelo de Vide. João Nisa aborda as problemáticas decorrentes, numa região com graves problemas demográficos e uma posição fronteiriça determinante, da aplicação dos encargos militares num contexto cronológico de repetida conflitividade entre reinos vizinhos. Luís Rêpas, por seu lado, segue uma linha de investigação menos

glosada pela historiografia portuguesa, uma vez que analisa os efeitos perturbadores da terceira guerra fernandina junto da comunidade monástica feminina de São Bento de Cástris de Évora, que implicaram uma profunda alteração do seu espaço habitual de instalação e consequentemente das suas práticas quotidianas.

Encerra este livro a secção ***Entre os tempos de exceção e o quotidiano representado*** que congrega os estudos que versam momentos extraordinários da vivência do quotidiano urbano de Lisboa e Coimbra e ainda, um singular contributo que recupera o dia a dia de Segóvia medieval através da análise da compilação de provérbios conservados no *Seniloquium*, obra datada de finais do século XV. O estudo de María Belén Randazzo, com efeito, não deixa dúvidas sobre a importância da análise crítica de fontes literárias como uma perspetiva fundamental para a recuperação das representações do quotidiano medieval produzidas pelas sociedades medievais. A maioria riqueza da informação disponível para as décadas finais da Idade Média portuguesa permite revelar de uma forma detalhada cerimónias e rituais ocorridos em contextos urbanos. Assim acontece com a normativa concelhia da cidade de Coimbra que regulamentava com grande pormenor as festas ocorridas na cidade e que Rodolfo Feio enuncia no seu estudo. Rui Miguel Rocha, por seu lado, propõe uma reconstituição de uma cerimónia fundamental do quotidiano estudantil universitário: a cerimónia de graduação.

Todas as contribuições reunidas nesta obra ajudam a compreender melhor o *quotidiano* ou, na verdade, evidenciam os *quotidianos* possíveis de serem vividos e consequentemente estudados para a Europa urbana medieval. Embora a obra reúna a maioria das linhas temáticas previstas pelos editores aquando do lançamento do tema destas *Jornadas*, outras existem que foram pouco abordadas e/ou que não se encontram presentes nesta obra, como os quotidianos feminino e infantil ou o dos marginais. Ou o das minorias étnico-religiosas, ou seja das comunidades de muçulmanos e de judeus instaladas em contextos urbanos e que ajudavam a compor um dos traços da específica identidade dos núcleos urbanos medievais ibéricos. Omissa estão também as reflexões sobre o impacto da presença da corte régia / senhorial ou da nobreza residente nas vilas e cidades europeias, que sabemos terem marcado, de forma evidente, os ritmos e materialidades dos seus quotidianos. Numa linha de investigação que recentemente se tem afirmado na historiografia medieval europeia, teria siso interessante contar com abordagens que privilegiassem a recuperação da vivência de emoções em contextos quotidianos como as decorrentes de momentos de alegria ou de dor e que sempre se associavam às distintas etapas do ciclo de vida de homens, mulheres e crianças.

Apesar de nesta obra ser possível obter informação e reflexão sobre quotidianos correntes e mesmo sobre alguns que podem ser considerados de exceção, está omissa a análise reflexiva sobre as perturbações sofridas pelos quotidianos urbanos em

resultado de catástrofes naturais como terramotos, cheias, acidentes climáticos e as consequências que lhe estavam associadas como incêndios ou carestias alimentares. Uns e outros, ontem como hoje, eram capazes de subverter, por vezes de forma irremediável, o dia a dia das populações urbanas medievais, deixando marcas que nem sempre se podiam apagar.

Os textos agora reunidos, bem como os debates decorrentes das apresentações dos comunicantes e dos oradores convidados deixaram ainda bem claro que as temáticas e problemáticas do estudo do quotidiano nas cidades e vilas medievais implicam o incentivo de uma perspetiva comparativa ou até melhor, de uma história conectada que possa permitir uma ampliação de escala de observação capaz de permitir interpretações mais globais, ultrapassando os limites que, necessariamente sempre tende a ter os campos de observação de cada historiador.

Por outro lado, torna-se evidente que é indispensável ter sempre presente a tensão que, no processo de enquadramento dos quotidianos, então se desenvolvia entre os poderes em presença – régios, senhoriais, concelhios, religiosos – e as comunidades de moradores e forasteiros. Tal permite conhecer a resposta das sociedades medievais aos desafios de vivência do quotidiano em espaços fechados e de grande fragilidade e vulnerabilidade frente aos fenómenos naturais, enquadrados por um xadrez de poderes complexo e nem sempre de âmbitos de exercício bem definidos. E onde se plasmavam padrões morais e religiosos que, em certos espaços, implicavam difíceis co-existências religiosas.

Embora o leque espacial dos estudos aqui publicados seja abrangente, são escassos e/ou inexistentes os que analisam regiões mais afastadas do mundo ibérico – como Inglaterra, França, Alemanha, Polónia, Hungria, Rússia e Turquia – e ligadas a outras culturas, como o Islão e Bizâncio. O alargamento espacial e cultural do campo de observação, sobretudo em cronologias como a Idade Media, teria conferido a esta obra uma maior diversidade de fontes, problemáticas e metodologias no conhecimento de uma temática aliciante, mas muito complexa como é o estudo das vivências e das materialidades do dia a dia das cidades e vilas medievais.

* * *

Uma vez mais, os editores pretendem deixar público o seu agradecimento a todas as instituições e pessoas que contribuíram para tornar este conjunto de iniciativas – *Jornadas Internacionais de Idade Média*, *Escola de Outono* e publicação deste volume – um êxito, garantindo a sua afirmação como uma referência para todos quantos se interessam pela Idade Média e pela cidade medieval em particular. Na pessoa do seu Presidente, Dr. António Pita, queremos agradecer à Câmara Municipal de Castelo de Vide a forma como, desde 2016, tem acolhido estas iniciativas, pois de uma forma

exemplar tem demonstrado que uma comunidade local e uma universidade podem trabalhar em conjunto tendo como objetivos, não apenas a promoção e divulgação de conhecimento científico mas também o de dar a conhecer um território cujo passado e o património medieval são especialmente ricos e fundamentais para compreender o Portugal atual. Através da Dr.ª Patrícia Martins queremos agradecer aos funcionários e funcionárias da Câmara Municipal de Castelo de Vide, que durante estas distintas atividades nos acompanham, garantindo que nenhum pormenor é esquecido e que todas as dificuldades inesperadas se resolvem, sem que ninguém se aperceba. O seu profissionalismo e a sua dedicação constituem fatores fundamentais na construção das boas memórias que os participantes levam de Castelo de Vide.

Ao Instituto de Estudos Medievais, através da sua atual Diretora, a professora Maria de Lurdes Rosa, agradecemos todo o apoio material à realização da *Escola de Outono* e das *Jornadas*. O Marcel Paiva Monte, com o seu saber, rigor e bom gosto tem garantido o sucesso da linha gráfica de divulgação da *Semana Medieval* bem como a concepção gráfica e paginação deste livro. À Mariana Pereira, agradecemos a capacidade de concretizar com um sorriso que parece tornar tudo fácil, as tarefas mais complicadas e inesperadas. Ao Ricardo Cordeiro agradecemos a presença atenta e eficaz durante o desenvolvimento da edição desta obra bem como todas as tarefas que a complexa logística destas atividades exige.

Nunca são demais os agradecimentos a todos os participantes na *Escola de Outono* e nas *Jornadas Internacionais de Idade Média* – estudantes, conferencistas convidados, comunicantes e assistentes – bem como aos revisores científicos dos textos que integram esta obra, pois são eles os protagonistas, não apenas desta publicação mas também deste fórum de discussão sobre a cidade medieval europeia que temos vindo a construir e que pretendemos que se caracterize pela qualidade e pela diversidade de perspetivas.

Aos habitantes de Castelo de Vide, cujo acolhimento pleno de simpatia, tem sido uma das principais razões da vontade de regressar que muitos participantes nos têm manifestado. Bem Hajam!

Parte I
Quotidianos das instituições e formas de vida religiosa

La Justicia y su control desde la iglesia de León en el siglo XIII

Gregoria Cavero Domínguez[1]

Resumen

El obispo de León Martín Fernández, hombre cercano a Alfonso X, utilizó la cancillería regia, como era habitual, para acceder a la sede leonesa. Fue en el siglo 13 cuando, tras un largo proceso judicial, en la época del propio Alfonso X, se clarificó y consolidó la utilización del *Liber Iudiciorum* (*Fuero Juzgo*) de la catedral legionense para los recursos de alzada que llegaban al rey; el Liber estaría en manos de eclesiásticos. La rivalidad entre la iglesia y el concejo desató fuertes controversias a la hora de diferenciar la justicia de las alzadas de la justicia de la villa que controlaban los jueces nombrados por los distintos estamentos sociales. En la portada occidental de la catedral de León se ubicó el *locus appellacionis*, con un importante programa iconográfico, capaz de atender la unión de la justicia con lo sacro.

Palabras clave
Justicia; Monarquía; Concejo; Iglesia; *Liber Iudiciorum*.

[1] Universidad de León..

The Management of Justice from the Church of León (Spain) in the 13th Century

Abstract

The bishop of León Martín Fernández, a man close to Alfonso X, used the royal chancellery, as usual, to gain access to the Leonese episcopal see. It was in the 13th century when, after a long judicial process, at the time of Alfonso X himself, the use of the *Liber Iudiciorum* (*Book of Judgments*) was clarified and consolidated in the León cathedral for appeals that reached the king; the Liber would be in the hands of ecclesiastics. The rivalry between the church and the council unleashed strong controversies when it came to differentiating justice from the village justice appealings that were controlled by the judges appointed by the different social strata. The *locus appellacionis* was (and is still) located on the western façade of the cathedral of León, with an important iconographic plan, capable of meeting the union of justice with the sacred.

Keywords
Justice; Monarchy; Council; Church; *Liber Iudiciorum*.

Es habitual en la historiografía que analiza los siglos plenomedievales del Reino de León, señalar cómo la última parte del siglo 12 y todo el siglo 13 reflejan el poder y la proximidad de su episcopado a la vera de la monarquía. El episcopado legionense es buen ejemplo de ello: desde Manrique de Lara (1188-1205) hasta Martín Fernández, desaparecido ya a finales del siglo 13. La iglesia leonesa era exenta desde el siglo 9, al igual que la ovetense, ambas impulsadas por la monarquía asturiana.

Fue especialmente a lo largo de los siglos 12 y 13 cuando se dio cada vez más la presión de concejos y ciudades, pero también la procedente del ámbito pontificio y especialmente de sus poderosos cabildos catedralicios, llamados a ejercer un control tenaz sobre las iglesias catedralicias y sus grandes patrimonios, incluidos los desempeños de cargos tales como los arcedianatos.

Los obispos, al lado de los monarcas leoneses y castellanoleoneses ejercieron su cada vez mayor influencia, pero también serían sujetos directos de las incidencias políticas y se verían inmiscuidos en cuestiones realmente espinosas: por ejemplo, en la cuestión del enfrentamiento en la descendencia de Alfonso IX (Sancha y Dulce, hijas de Teresa de Portugal, y Fernando III, hijo de Berenguela de Castilla), o en la guerra civil que enfrentaría a Sancho IV con su padre Alfonso X, ante la resistente

descendencia del desaparecido y primogénito infante Fernando (infantes De la Cerda).

Demasiadas fuerzas encontradas, demasiadas energías puestas en ellas y no siempre una preeminencia de los aspectos pastorales y espirituales de sus ámbitos diocesanos, teóricamente prioritarios.

En el caso de la sede legionense, nos proponemos poner de relieve su papel como punto del ejercicio de la justicia, un control relacionado con la monarquía, el *Fuero Juzgo*, los recursos de alzada y el escenario de la catedral; y una iglesia legionense enfrentada con un concejo cada vez con mayor fuerza.

1. Las fuentes.

Es fundamentalmente durante el reinado de Alfonso X y primera parte de Sancho IV, cuando podemos aquilatar el marco cronológico de nuestro trabajo; es decir, en la segunda mitad del siglo 13. Realmente nuestras fuentes se centran básicamente en el archivo catedralicio legionense, por una parte pero sin duda la más importante, y el archivo municipal de León por la otra. Sus ediciones se integran en la magna *Colección de Fuentes y Estudios de Historia Leonesa*.

En primer lugar, la edición del fondo catedralicio, en el período de 1230 a 1260 fue llevada a cabo por J. M. Ruiz Asencio[2]. De ella nos interesan especialmente cinco documentos de sumo interés, bajo los números 2.259[3], 2.260[4], 2.261[5], 2.262[6] y 2.283[7].

---

[2] RUIZ ASENCIO, J. M. – *Colección Documental del Archivo de la Catedral de León*, VIII (1230-1269). León 1993.

[3] Doc. 2.259, datado en 1265, por el que "Alfonso X manda a su alcalde, Fernán Fernández, que vaya a León y abra ante el concejo y la iglesia la pesquisa que hizo por mandado de la reina Violante sobre si la iglesia había nombrado en tiempos pasados un juez con iguales competencias de los otros jueces de la ciudad."

[4] Doc. 2.260, datado en 1266, en el que se incluye la "Sentencia dictada por Fernán Fernández, alcalde del rey, en la que se reconoce que la iglesia leonesa nombraba desde tiempos del rey Alfonso IX un juez con iguales competencias que los otros jueces de la ciudad de León. Se insertan las dos órdenes de la reina doña Violante para iniciar la pesquisa (Muñó, 29 diciembre 1264) y la de Alfonso X (Alcaraz, 8 diciembre 1265) para publicar la sentencia. Las declaraciones juradas de 57 testigos y los datos contenidos en algunos documentos reales permitieron al juez Fernán Fernández establecer los sucesivos jueces que habían sido nombrados por la iglesia leonesa y que habían juzgado asuntos referentes al fuero y al Libro Juzgo."

[5] Doc. 2.261, datado en 1266, por el que "Fernán Fernández, alcalde del rey, sentencia que la iglesia de León tiene derecho a nombrar un juez con iguales atribuciones que los nombrados por la ciudad de León, según quedaba atestiguado desde tiempos de Alfonso IX."

[6] Doc. 2.262, datado en 1266, junio, 2, por el que "Alfonso X encarga a Pedro Rodríguez, alcalde, a Fernán Abril, tesorero de la iglesia de León, y a Fernán Alfonso, hombre del rey, que se reúnan en León el próximo primero de julio para que oigan las querellas que tenían entre sí el concejo y la iglesia de León y las pongan por escrito. Y hagan luego pesquisa sobre los temas que originan las desavenencias entre ambas instituciones y se la envíen. En caso de no avenirse las partes sobre los temas en que ha de actuar el juez clérigo que el rey ha puesto en León, les ordena que averigüen cómo estaba en tiempos de su padre, Fernando III, y su abuelo, Alfonso IX, y se la manden también por escrito, comunicando desde ese momento al concejo lo que hubiesen averiguado para que dejen actuar al juez clérigo."

[7] Doc. 2.283, datado en 1269, septiembre 10, por el que "A consecuencia de las querellas mutuas que tenían iglesia y concejo de León, el rey Alfonso X, el 2 de junio de 1266, mediante documento que se inserta, mandó que el alcalde Pedro Rodríguez, el tesorero de León, Fernán Abril, y Fernán Alfonso oyesen las citadas querellas, averiguasen las causas de la desavenencia y todo ello se lo enviasen por escrito.

Se trata toda ella de documentación del reinado de Alfonso X, si bien en los primeros momentos quien actúa es la reina Violante. Recordemos que Alfonso X estuvo, durante una parte importante de su reinado, ocupado en sus intereses relacionados con la corona imperial, dados sus derechos como hijo de Beatriz de Suabia. Sin duda, esta causa puede explicar la intervención directa de la reina Violante en el enfrentamiento por la justicia leonesa entre iglesia y concejo.

En segundo lugar, la época de entre 1269 y 1300, también de la documentación catedralicia, realizada por el propio Ruiz Asencio, ahora de forma conjunta con José Antonio Martín Fuertes[8], de la que creemos muy relevantes tres documentos, los numerados como 2.337[9], 2.352[10] y 2.445[11].

Por lo que se refiere a la documentación municipal, fue catalogada y editada por Martín Fuertes, e igualmente editada dentro de la *Colección de Fuentes y Estudios de Historia Leonesa*[12]. En este caso son fundamentales los documentos 9[13], 11[14], 40[15], 62[16], 109[17], 111[18] y 112[19].

Convocados los representantes de la iglesia, que eran Fernán Patino y Bernabé Ibáñez, y los del concejo, Giraldo Estébanez, Ruy Fernández y Diego Gutiérrez, presentó cada parte sus quejas."

[8] RUIZ ASENCIO, J. M; MARTÍN FUERTES, J. A. – *Colección Documental de la Catedral de León*, vol. IX (1269-1300). León, 1994. En adelante, la referencia a esta obra será simplemente *CCL*.

[9] Doc. 2.337, datado en 1274, por el que "Alfonso X ordena al concejo de León que deje juzgar al juez de la iglesia legionense todos los pleitos de la ciudad como lo hacen los otros jueces legos de León, salvo los de sangre."

[10] Doc. 2.352, datado en 1275, por el que "el infante Fernando ordena al concejo de León que acate la sentencia dada por el juez Fernán Fernández, y reciba al juez que ponga el obispo y cabildo de León, para que actúe como los otros de la villa."

[11] Doc. 2.445, datado en 1284, por el que "Sancho IV, a petición de Martín Fernández, obispo de León, restaura el uso de que un canónigo de la iglesia de León tenga el Libro Juzgo para recibir las alzadas contra las sentencias de la corte del rey y juzgue también los pleitos civiles junto a los otros jueces de la villa. Se incluye el nombramiento de Fernando Patino."

[12] MARTÍN FUERTES, J. A. – *Colección Documental del Archivo Municipal de León (1219-1400*). León, 1998.

[13] Doc. 9, datado en 1266, por el que "Alfonso X da comisión a su alcalde Pedro Rodríguez, a Fernán Abril, tesorero de León, y a Ferrante Alfonso, hombre del rey, para que entiendan en los debates que había entre el obispo y la iglesia, de una parte, y el concejo de León, de la otra, sobre los respectivos privilegios, usos y costumbres; y especialmente sobre el juez eclesiástico."

[14] Doc. 11, datado en 1268, por el que "Pedro Rodríguez, Fernán Abril y Ferrante Alfonso, oidores y pesquisidores por comisión regia, establecen pesquisa y avenencia entre el obispo y cabildo de la iglesia de León, de una parte, y el concejo de la ciudad, de otra, sobre privilegios, usos y costumbres."

[15] Doc. 40, datado en 1291, por el que "Sancho IV manda a Juan Pérez, canónigo de la iglesia, y a Ferrán Miguélez vecino de la ciudad de León, que averigüen por pesquisa si los vasallos de la iglesia acostumbraban a contribuir en la soldada del juez de salario."

[16] Doc. 62, datado en 1304, por el que "Fernando IV manda a Alfonso Núñez, juez real en León, que no consienta al obispo y al cabildo poner juez clérigo para juzgar los pleitos con otros jueces de la ciudad, revocando el privilegio que había otorgado en este sentido."

[17] Doc. 109, datado en 1338, por el que "Don Juan Núñez, señor de Vizcaya y alférez del rey, a petición del concejo de León, manda al concejo de Villalón que envíen las apelaciones y alzadas ante los jueces de la ciudad de León, como hicieron en tiempo del infante Don Juan y de los otros señores de la villa antecesores suyos."

[18] Doc. 111, datado en 1338, por el que "Alfonso XI manda a los concejos y alcaldes de Villalón, de Bembibre y de los demás lugares del reino afectados que guardando el fuero de León y la costumbre usada desde antiguo, envíen las apelaciones y las alzadas de los pleitos a la ciudad de León."

[19] Doc. 112, datado en 1338, por el que "el concejo de León reunido en San Marcelo, nombra a Gonzalo Fernández su procurador para acudir a Villalón con cartas del rey y de Juan Núñez, señor de Vizcaya, con el fin

No siempre la documentación catedralicia y la concejil aparecen en la misma sintonía, pero es evidente que son complementarias; y es mucho más abundante y antigua la primera que la segunda.

Las fuentes documentales tienen un complemento excepcional en las edilicias y especialmente en las iconográficas. Nos referimos al pórtico occidental de la catedral de León y al *locus appellacionis,* que en la segunda mitad del siglo 13, precisamente en la época de Martín Fernández y su sucesor inmediato, Fernando Ruiz (1189-1301), se convirtió en un completo programa iconográfico sobre la justicia[20].

2. Un obispo decisivo: Martín Fernández.

A lo largo del siglo 13, la nómina episcopal leonesa contó con doce obispos, algunos de los cuales no pasaron de electos y otros tuvieron realmente un dilatado gobierno en sus sedes[21]. Varios de ellos, antes o después, ocuparon otras sedes; es muy conocido el ejemplo de Pedro Muñiz, que solamente estuvo en la sede leonesa entre 1205 y 1207, para después ocupar un dilatado arzobispado compostelano; o el de Martín Rodríguez, antes obispo de Zamora que de la sede legionense.

El acceso a la mitra fue sumamente complicado, como demuestra el ejemplo de Martín Fernández[22], candidato de Alfonso X, pero no del cabildo legionense, con una fuerte injerencia romana. Había sido Martín Fernández notario regio y formaba parte del grupo de notarios de la corte alfonsina que ocuparon la cancillería: ésta se convirtió en plataforma para acceder a sedes episcopales[23].

Muy próximo a Alfonso X, Martin Fernández figura como padrino, junto a D. Agustín de Osma, del infante primogénito, Fernando[24]; y, dada la estrategia del monarca, sería apoyado también por el pontífice romano Inocencio IV. En todo caso, el intervencionismo regio en el control de nombramientos episcopales quedaba claro. A ello debemos sumar la injerencia pontificia, que en este caso tenía un objetivo claro: la presión para obtener rentas. El nuevo obispo de León comenzó su labor atento a la

de que los de Villalón acudan a León con alzadas y apelaciones, como era de uso y costumbre."

[20] Con carácter general, para el análisis de la escultura catedralicia legionense, remitimos a la clásica obra de FRANCO MATA, A. – *Escultura gótica en León y provincia (1230-1530).* León, 1988. Muy interesante es también el trabajo de SÁNCHEZ AMEIJEIRAS, Rocío – "Discursos y poéticas en la escultura gótica leonesa del siglo XIII", In Actas del Congreso sobre *La Catedral de León en la Edad Media*, J. Yarza, M.V. Herráez y G. Boto (eds.). León, 2004, pp. 203-239.

[21] CAVERO DOMÍNGUEZ, G. – "La mitra y el cabildo en la Iglesia de León durante el siglo XIII", In *La Catedral de León en la Edad Media*, pp. 77-98.

[22] CAVERO DOMÍNGUEZ, G. – *Martín Fernández, un obispo leonés del siglo XIII. Poder y gobierno.* Madrid, 2018.

[23] Lo puso de manifiesto inicialmente PROCTER, Evelyn S. – *The Castilian Chancery during the Reign of Alfonso X, 1252-84*. Oxford, 1934, p. 115. Véanse también GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *Alfonso X*. Sevilla, 2004, pp. 99 y 381; y NIETO SORIA, José Manuel – *Iglesia y poder real en Castilla. El episcopado (1250-1350).* Madrid, 1983, p. 40.

[24] BALLESTEROS BERETTA, A. – *Alfonso X el Sabio.* Barcelona, 1984, p. 482.

gestión del gobierno de su sede, muy perjudicada por el desorden y usurpaciones a que había sido sometida en el período anterior.

Entre otras cosas, el prelado heredaba deudas de su antecesor, Nuño Álvarez: deudas dentro y fuera, que arrastraban una imparable deficiencia económica que lastraría durante años el episcopado de Martín Fernández. Entre otras, las de acreedores italianos, prestamistas de su antecesor Nuño. No en vano, la sede legionense se había embarcado hacía años, desde el gobierno episcopal de Manrique de Lara (1188-1205), en la construcción de un nuevo templo catedralicio[25].

En los primeros años de su pontificado, especialmente entre 1254 y 1255, contó con el decidido apoyo de Alfonso X, que fundó una capellanía regia en la catedral, consciente de las calamitosas dificultades económicas que sufría la sede; pero también hemos de poner en evidencia que el monarca aprovechó la ocasión para fortalecer la fiscalidad regia a través de las tercias y las décimas[26].

A estos problemas se añadían otros, como la pluralidad de beneficios de su iglesia y las prebendas correspondientes. El pontificado romano (especialmente con Alejandro IV y Urbano IV) mantenía un férreo control de beneficios, diócesis, prelados y rentas. Ello justificaría, por ejemplo, la muy habitual acumulación de prebendas en determinados eclesiásticos, especialmente arcedianos y canónigos.

Igualmente, para solucionar los muchos problemas de su iglesia, Martín Fernández, siguiendo la misma dinámica anterior, realizaría constituciones para tratar de poner orden pastoral entre sus eclesiásticos. La primera de ellas sería ya en la década de 1260 y, en buena medida, siguiendo las directrices derivadas del gran concilio lateranense IV, celebrado en 1215[27]. Lo que preocupaba realmente a Martín Fernández era el comportamiento del clero legionense: hay muchas disposiciones relacionadas con el comportamiento eclesiástico, espiritual y del gobierno de los clérigos, de sus relaciones con los mendicantes, y de los miembros del propio clero entre sí. También se deja sentir la preocupación pastoral por los fieles, por la comunidad parroquial y sus diversos componentes, especialmente en cuanto se

---

[25] Véase, al respecto, HERRÁEZ ORTEGA, Mª Victoria – "La construcción del templo gótico", In J. Yarza Luaces, Mª Victoria Herráez Ortega y Gerardo Boto Varela (coords.), *La Catedral de León en la Edad Media*, Actas del congreso internacional celebrado en León del 7 al 11 de abril de 2003, León 2004, pp. 146-176. También, de la misma autora – "La Catedral de León en tiempos de Fernando III. Historia de su construcción a través de las fuentes documentales", In Juan Ignacio Ruiz de la Peña Solar y César Álvarez Álvarez (coords.), *Fernando III y su tiempo (1201-1252).* León, 2003, pp. 421-433. Remitimos también a KARGE, Henrik – "León en sutileza. La arquitectura medieval de la catedral de León", In *La Catedral de León: mil años de Historia*. León: Edilesa, 2002, pp. 49-88.

[26] NIETO SORIA, J. M. – "Los obispos de León en sus relaciones con la monarquía, 1250-1350", *Archivos Leoneses*, 74 (1986), pp. 215-227, Véase también DE AYALA MARTÍNEZ, C. – "La política eclesiástica de Alfonso X, El rey y sus obispos", *Alcanate*, IX (2014-2015), pp. 40-50. Sobre la problemática fiscalidad, es interesante el trabajo de LINEHAN, Peter – "The gravamina of the Castilian Church in 1262-3". *English Historical Review,* 85 (1970), pp. 730-754.

[27] SÁNCHEZ HERRERO, J. – "Los sínodos de la Iglesia de León en los siglos XIII al XV", In *León y su historia. Miscelánea histórica*. León, 1975, pp. 173-174.

refiere a la actividad y cumplimiento sacramentales. En fin, había de recomponerse la vida del clero y la de los fieles, en el ámbito espiritual y temporal.

Se entiende que las constituciones posteriores, con fecha de 1288, poco antes de su fallecimiento, no eran más que un complemento de las anteriores, si bien se incluía el espíritu reformista del II concilio de Lyon, al que el prelado había acudido en 1274. Las reuniones conciliares tenían su proyección sobre las iglesias nacionales con cierto retraso, pero, sin duda, por la insistencia de los legados pontificios.

Favorecedor de los mendicantes, apoyó el monacato tradicional y, ante todo, trató de utilizar su situación y cercanía a la corona para obtener beneficios, exenciones, donaciones y cuanto supusiese una mejora para la iglesia legionense.

3. El cabildo. La formación de capitulares en leyes.

Como era normal, la formación del clero estaba en relación con la escuela catedralicia legionense. Y ello no sólo para atender a la formación básica, también para atender a las nuevas exigencias que la revolución urbana reclamaba[28].

Un análisis realizado por Horacio Santiago-Otero[29] sobre la escuela catedralicia leonesa, ante la falta de datos, se orienta a la pertenencia de libros, en muchos casos procedentes de donaciones de monasterios leoneses, como Abellar, y recoge cómo "la catedral de León poseía desde principios del siglo XI una de las más importantes bibliotecas del noroeste de España, y esto, tanto por razón del número de los volúmenes de que disponía como por la amplitud de la temática de su contenido; una biblioteca que manifestaba unas características y una orientación distintas a las de otras bibliotecas del reino astur-leonés, en las que claramente se advierte el carácter casi exclusivamente cristiano de los documentos en ellas recogidos"[30]. Se refiere a los libros de Sagrada Escritura, Moral, Patrología y poco más (tal vez literarios y filosóficos).

Esto contrasta con lo que se advierte en el siglo 13 en algunos testamentos de miembros capitulares. Algunos ejemplos pueden servirnos. En 1274, el canónigo Gil Nicolás señala disponer de: Decretales, Digesto, Instituta, Suma de Godofredo, Graciano, Doctrinal y Verbiginal[31].

El cabildo catedralicio necesitaba eclesiásticos formados en leyes. Y quienes accedían a la carrera de Derecho formaron, con frecuencia, núcleos familiares especializados, cuyas relaciones se perciben muy claramente en los testamentos al

---

[28] Con carácter general remitimos al trabajo de BELTRÁN DE HEREDIA, Vicente – "La formación intelectual del clero en España durante los siglos XII, XIII y XIV". *Revista Española de Teología*, Bd. 6 (1946), pp. 313-357.

[29] SANTIAGO OTERO, Horacio – "La formación de los clérigos leoneses en el siglo XII", In *Santo Martino de León*: *ponencias del I Congreso Internacional sobre Santo Martino en el VIII centenario de su obra literaria: 1185-1985*. León, 1987, págs. 175-192.

[30] SANTIAGO OTERO – "La formación de los clérigos leonesesen el siglo XII", p. 189.

[31] *CCL* – doc. 2.341.

dejarse los libros de unos a otros. Formaban parte de la misma familia. Hacia 1263, el testamento de Pedro de Morgovejo, canónigo de la iglesia legionense, recoge en una de las mandas testamentarias:

> "Item Decretum meum et Codicem meum et Decretales ueteres, cum suis rationibus et librum Iu/[dicum ... l]ego Dominico Roderici et Petro Roderici, fratri suo, consobrinis meis, ut habeant eos per medium et non alienent eos."[32]

Tanto el prelado como el propio cabildo se preocuparon por atender a la formación de los capitulares, considerando, en cierto modo, a que de ellos saldrían buenos gestores y mejores expertos en leyes. Era muy frecuente que la ampliación de estudios se llevase a cabo en territorio peninsular o fuera: lo que se traducía en la exigencia de rentas y distribuciones económicas, en base a la ración demandada, con frecuencia excesiva.

El modelo de juez del *Liber Iudiciorum* fue Fernán Patino: era sobrino de Fernán Guillélmez (maestrescuela), fue clérigo de Sancho IV y persona muy cercana al obispo Martín Fernández. Además de chantre, fue sobre todo fue un poderoso arcediano, en este caso de Saldaña, y, como señala Linehan, perteneció a una dinastía establecida en el cabildo de León[33].

Es en su testamento donde vemos también su malla clientelar y familiar. Deja a Gómez Patino y Fernán Patino distintos libros de temática jurídica. Al primero de ellos manda un ejemplar de las *Decretales*, el mejor, el *Digesto viejo*, unos *Instituta* y un ejemplar del *Libro Juzgo*; por supuesto con la orden de que cuide de ellos y de que, al final de sus días, pasen a uno de sus sobrinos, hijo de su hermana María Yanes, aquel que sea más apto para ser clérigo. En cuanto a Fernán Patino, le deja unas *Decretales*.

En su biblioteca había otros libros que quedaban igualmente adjudicados a distintas personas: "Et mando a Ordono el Degredo e el Apparado de Inocencio e ela Summa que dicen Martiniana, e que de buen fiador que los non malpare nin los malmeta e a so finamento que finquen a Alffonso"[34].

El propio Linehan señala la amplia vocación intelectual del Juez del *Libro*, que se descubre en esta biblioteca que describimos y en su haber librario, donde constan, por ejemplo, libros de Física[35].

El *Fuero Juzgo* o *Lex Visigothorum* estaba, pues, depositado en la iglesia de León,

---

[32] FERNÁNDEZ FLÓREZ, José Antonio; HERRERO DE LA FUENTE, Marta – *Colección Documental del monasterio de Santa María de Otero de las Dueñas, II (1109-1300).* León, 2005, doc. 679; su data: [1263, abril, 7, posterior a].

[33] LINEHAN, Peter – *La iglesia de León a mediados del siglo XIII, Spanish Church and Society, 1150-1300* (Variorum Collected Studies Series, 184). Londres, 1983, p. 24.

[34] *CCL*, doc. 2.593

[35] LINEHAN – *La iglesia de León…*, p. 25.

y era manejado por un capitular legionense para dirimir, juzgar, en grado de máxima apelación, los pleitos y fallos del tribunal regio; es decir, de la corte del rey, conocida como Curia Regia. Aquí es donde confluían los expertos eclesiásticos, capitulares y especialmente arcedianos, con las necesidades episcopales y regias.

4. La sentencia e información de 1264 y los enfrentamientos entre iglesia y concejo por el control de la justicia.

En la segunda mitad del siglo 13, un largo pleito, con la pesquisa correspondiente, enfrentó a la iglesia legionense con el concejo de la ciudad, llegando hasta el rey, quien delegó en la reina Violante para intervenir y buscar una solución a la contienda[36].

La iglesia, obispo y cabildo, exigía el nombramiento de un juez del *Liber Iudiciorum*, para resolver las alzadas del rey, de acuerdo con el *Fuero Juzgo*; y, en segundo lugar, el nombramiento de un juez del fuero, que había de actuar con los otros jueces de la villa, que eran el juez del rey, el juez de los caballeros y el juez del común; a ellos tres se sumaba, por ello, el juez eclesiástico. Por ello la iglesia legionense tenía el control total de la justicia del *Liber* y actuaba de forma conjunta en la justicia de la ciudad, a través de eclesiásticos designados para ello.

La reivindicación ponía de manifiesto distintos puntos relevantes que se especificaban claramente en el proceso. No se ponía en duda el control del *Liber*, dado que había un ejemplar en la catedral que había de ser manejado por el eclesiástico correspondiente. Lo que el concejo no quería era que se nombrase un segundo juez como Juez del *Fuero*.

La sentencia, otorgada por Fernán Fernández de Zamora, en 1266, señalaba que la iglesia tenía derecho a nombrar juez de la villa, en igualdad de condiciones que los otros jueces ya señalados. Fernán Fernández apostillaba además que la reivindicación se atenía a épocas anteriores, al menos desde el reinado de Alfonso IX de León.

El problema estaba en que, en distintas ocasiones, los dos nombramientos de jueces – del *Liber* y del *Fuero* – habían recaído sobre la misma persona y ello había provocado la fusión de sus funciones.

La rivalidad entre iglesia/cabildo y concejo no era únicamente respecto a la justicia y a la designación de jueces. Pero la iglesia definía sus quejas[37], de forma

[36] *CCL* – vol. IX (1269-1300), doc. 2.261.

[37] *CCL* – doc. 2.283. La iglesia de León se querelló por los siguientes asuntos:

"1. El concejo y la iglesia de León tenían la costumbre de reunirse el primer viernes de Cuaresma en la claustra de Santa María y determinaban para aquel año las medidas del pan y del vino, precio de las carnes y los pescados, jornal de los obreros y guarda de las viñas, poniendo jurados en común para que fuera cumplido. Ahora el concejo no quería guardar esta costumbre. Los personeros del concejo, después de jurar, se comprometen a respetarla.

2. Los del concejo entraban en las casas de dignidades y canónigos a inspeccionar y empeñar bienes contra el privilegio de los reyes anteriores, confirmados por Alfonso X. El concejo afirma que no conocía estos

contundente, mientras el concejo hacía lo mismo[38]. Estamos claramente en un

privilegios y se dispone a respetarlos.

3. El concejo velaba la venta de pan y vino fuera de la ciudad, en contra de la costumbre antigua de que cada uno vendiese lo que quisiese. El concejo accede, salvo evidente necesidad en la ciudad, en cuyo caso pedirían consentimiento a la iglesia y al obispo.

4. El concejo mudaba las medidas del pan. El concejo se compromete a mantenerlas.

5. El concejo embargaba a los yugueros, medianeros, vaqueros, hortelanos, montaneros y molineros de la iglesia en el alfoz y en la villa que moraban en casas de la iglesia y no tenían otras heredades por las que debían pechar. El concejo se aviene a no demandarles nada, salvo que tuviesen estos bienes en renta o poseyesen heredad de una "moada" de tierra o una aranzada de viña.

6. El concejo no respetaba la costumbre por la cual, si alguien tuviese queja o pleito con algún vasallo de la iglesia o de vecino de León, debía acudir primero al señor, y si éste no le hacía justicia, podía acudir entonces a los jueces de León. Se quejaba la iglesia que, por el contrario, los jueces llamaban ante sí a los querellosos antes de que el pleito fuese mostrado al señor. El concejo se compromete a respetar la costumbre.

7. El concejo compraba heredades de las tierras y villas del cabildo y del obispo, en contra de los dispuesto por reyes anteriores y por Alfonso X sobre esta materia. Los del concejo respondieron que habíase hecho por una avenencia con la iglesia, para que los del concejo pudiesen tener las heredades que hasta entonces habían comprado, pagando los tributos por ella. Se comprometen a partir de entonces a que nadie del concejo pueda comprar tierra de abadengo.

8. Los clérigos del alfoz eran obligados a pagar el impuesto para reparar los muros de la ciudad. El concejo respondió que, a cambio de este impuesto, esos clérigos estaban exentos del portazgo. Acordaron que siguiera así.

9. El concejo hacía casas en los ejidos y las daban por heredad a quien les placía, cuando esos ejidos eran comunales de los de la iglesia y de los del concejo. El concejo se compromete a respetar, en adelante, los ejidos, no permitiendo que nadie ocupara nada en ellos.

10. El concejo intervenía en los asuntos de justicía de la iglesia, que debían ser enmendados y corregidos por la iglesia. El concejo se aviene.

11. El concejo "especheban" a los hombres que recibían una heredad de las iglesias para labrar. El concejo se aviene a no pedir tributos.

12. El concejo obligaba a los paniaguados de la iglesia a ir a juicio ante los jueces de la villa. El concejo se aviene a no llamarlos, salvo sobre muerte de hombre o asunto criminal.

13. El concejo embargaba a los hombres pobres a los que la iglesia daba casas para vivir en precario. El concejo accede a no cobrarles, siempre que fueran muy pobres y no tuviesen otra heredad por la que pechar.

14. El concejo embargaba a los hospitaleros, mayordomos y merinos de la iglesia en la vílla y en el alfoz para que pechasen con ellos por las casas y heredades que tenían. El concejo se aviene a no cobrarles, siempre que mayordomos y merinos fuesen paniaguados y cesasen de su oficio, y los hospitaleros no fuesen arrendadores del cargo y usasen de su oficio.

15. El concejo embargaba a los que moraban en los lugares de la iglesia contra costumbre. El concejo se aviene a mantenerlos exentos."

[38] Las querellas que tiene el concejo contra la iglesia de León son éstas:

"1. La iglesia quería poner dos jueces, uno que juzgase los asuntos del Libro, y otro que juzgase los civiles con los otros juezes de León, cuando antes sólo había un único juez para ambas cosas. La iglesia se niega a discutir sobre esta materia, remitiendo a la pesquisa que en su día hizo el juez Fernando Fernández de Zamora por orden de la reina (en que se demostraba que el obispo podía nombrar un juez clérigo que desempeñase idénticas funciones que los otros jueces de la villa), y a las otras cartas del rey y la reina. La iglesia, por amor a la paz, se compromete, hasta que el rey sentenciara sobre el tener dos jueces, a mantener uno solo, como pedía el concejo, para el Libro y para los asuntos civiles.

2. La iglesia excomulgaba a los de la villa muchas veces sin ser convocados, y los muertos permanecían mucho tiempo sin enterrar. La iglesia se compromete a no sentenciar sin derecho y a llamar a los interesados.

3. El obispo tomaba excusados que poseían heredad de trescientos maravedís. La iglesia se compromete a que no los tome, y los casos de duda se resolverán con intervención del concejo.

4. El obispo les tomaba yantar del rey y el rediezmo de la martiniega de todos sus vasallos en el alfoz de León, y esos impuestos pertenecían al concejo por concesión real y los cobraba cuando Martín Fernández fue nombrado obispo de León. La iglesia arguye que este aspecto no fue defendido por los del concejo cuando los juecesoidores de este litigio les dieron plazo a ambas partes para que probaran documentalmente su derecho, y que, por tanto, el plazo había pasado; que la iglesia tenía derecho a estos impuestos por privilegio real, que se alegan, y, finalmente, que por fuero no prescribía ningún derecho de la iglesia de León por el plazo de los

enfrentamiento propio de los siglos bajomedievales entre las instituciones eclesiásticas y los poderosos concejos, cada vez más fortalecidos en el ámbito de las ciudades, y dispuesto a imponer su gobierno sobre las instituciones locales[39].

La sentencia no fue aceptada por el concejo, por lo que volvieron los enfrentamientos y reivindicaciones. Por ello Alfonso X, en 1266, pidió que Pedro Rodríguez, alcalde, Fernando Abril, tesorero, y Fernan Alfonso examinaran las querellas y señalando como objetivo que el concejo dejase actuar al juez del fuero nombrado por la iglesia legionense. La pesquisa estaba dentro del programa regio de que jueces y justicia deben desarrollar su actividad en un marco adecuado y dentro de una colaboración necesaria.

Lejos de solucionarse el enfrentamiento iglesia-concejo, cada vez se complicaba más, con informaciones múltiples y complejas. Desde la corte alfonsina se recomendaba examinar cuidadosamente la política seguida por su padre, Fernando III, y su abuelo, Alfonso IX de León. Ante los desacuerdos habidos entre concejo y cabildo, en 1268 se nombraban representantes de ambas instituciones con el fin de aclarar las reivindicaciones de la representación de la justicia[40]. La iglesia seguía demandando y exigiendo la presencia de dos jueces; y el concejo mantenía que sólo les correspondía

---

treinta años. El concejo se abstiene de continuar la queja ni avenirse a concordia hasta que el rey venga a la tierra y sentencie sobre ello, según su voluntad.

5. Las caloñas que tomaba el merino del rey en Bernesga por ladrón de horca, forzador de mujer, salteador de caminos, alevoso o traidor se partían a mitad entre el obispo y el concejo, y el obispo había tomado esta mitad. La iglesia se compromete a entregarla, pero sólo en bienes muebles.

6. La iglesia demandaba a los del concejo cosas nuevas que nunca pidió. La iglesia se compromete a no hacerlo.

7. Las dignidades y canónigos amparaban en sus casas y en los hospitales a los malechores que se refugiaban en ellos cuando eran perseguidos por la justicia. La iglesia se compromete a no hacerlo.

8. Los pedreros de la iglesia no pechaban con el concejo, aunque no tuviesen privilegio del rey. La iglesia se aviene a que paguen los que no muestren privilegio.

9. La iglesia prohibía a sus vasallos del alfoz de León que viniesen a juicio ante los jueces de León y la justicia real. La iglesia se aviene a que vayan a juicio los que solían ir de la misma manera que antaño, querellándose primero al señor.

10. Los paniaguados no querían ser emplazados como antes ocurría ante los jueces de la villa sobre muerte de hombre, hurto u otra cosa criminal. La iglesia se aviene a remediar la queja.

11. Los clérigos que eran presos por la noche cuando iban armados, quebrantando las cosas y haciendo otros desaguisados se negaban a ser juzgados por los jueces de la villa. La iglesia se aviene, según lo legislado y la costumbre, a que sean encerrados en sus casas y no en el cepo o en hierros, y que a la mañana siguiente lo conduzcan ante el juez de la villa para que lo juzgue. Si lo prendiesen de día, debería juzgarlo el juez clérigo.

12. Los hombres de la iglesia, cuando tenían en sus casas malas medidas para vender, se negaban a que los alcaldes entrasen en sus casas para quebrar las medidas y cobrar las multas. La iglesia se aviene, pero guardando el modo que hasta entonces se había tenido." CCL – doc. 2.283.

[39] RUIZ DE LA PEÑA SOLAR, Juan Ignacio – "Las ciudades de señorío eclesiástico y los conflictos por el control del gobierno local (1252-1350)", In *Conflictos Sociales, políticos e intelectuales de los siglos XIV y XX,* coord. por J. I. de la Iglesia Duarte. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2004, pp. 113-146. Véase también RUIZ DE LA PEÑA SOLAR, J. I.; BELTRÁN SUÁREZ, S. – "Las ciudades de señorío eclesiástico y los conflictos por el control del gobierno locaSeñoríos compartidos, señoríos conflictivos. Los obispos y el concejo de Oviedo en la Edad Media", In *Iglesia y ciudad. Espacio y poder, siglos VIII-XIII.* León, 2011, pp. 137-177.

[40] Fernán Patino y Bernabé Alfonso, por parte de la iglesia; y Giraldo Estébanez, Ruy Fernandes y Diego Gutiérrez, por el concejo. MARTÍN FUERTES, J. A. – *Colección Documental del Archivo Municipal de León*, doc. 6.; *CCL*, doc. 2.283.

uno. Por supuesto, el concejo no cejaba en obstaculizar la actividad de la justicia por parte de la iglesia. No en vano, como han puesto de manifiesto distintos especialistas, el control de la justicia era poder[41].

Entre los informantes que participaron en la pesquisa se ponía en evidencia la conexión y colaboración entre los jueces cuando se trataba de dirimir cuestiones relativas al desarrollo de procesos y sentencias[42]. Pero una cosa era consultar o comentar y otra muy distinta decidir y fallar, porque las sentencias eran emitidas en singular. De hecho, la utilización del *Liber* dejaba claramente de manifiesto que era obra de consulta obligada.

Había sido la reina Violante quien había intervenido directamente en la primera fase del conflicto como representante de la corte alfonsina. Ahora, ya en 1274, cuando Alfonso X parecía estar más liberado de los problemas internacionales y su apuesta por ocupar el trono imperial, se ocupaba directamente. De 1274 es una carta abierta de Alfonso X ordenando que dejaran actuar al Juez del *Fuero* nombrado por la iglesia para que actuase con los de la villa. No es necesario señalar la relación del obispo Martín Fernández con la monarquía, si bien en estos momentos tal vez estaba alejado de Alfonso X, dados los problemas y enfrentamientos de la iglesia castellanoleonesa con el monarca. Pero, ciertamente, el rey defendía los intereses de la iglesia de León y hay una cláusula de significativa importancia: el Juez del *Fuero* puesto por la iglesia de León actuaría con los otros jueces de la villa, a excepción de cuando se tratase de un "pleyto de justicia de sangre"[43].

Naturalmente Alfonso X daba por hecho que el Juez del *Liber*, que actuaba en nombre del rey, no era discutible, ni el concejo tenía nada que decir al respecto. Pero el monarca sí quería asegurar la intervención del Juez del *Fuero*. Por lo tanto, se reafirmaba la presencia de dos jueces de nombramiento eclesiástico.

En los enfrentamientos entre Alfonso X y sus sucesores, los infantes de La Cerda, por un lado, y su segundogénito Sancho[44], por otro, el obispo Martín Fernández apoyó de forma decidida al segundo, en contra de la propuesta de Alfonso X[45]. Eso es lo que ayudó a que, en 1284, cuando ya el obispo era anciano, Sancho IV ratificase, en pago a los servicios prestados, el papel y preeminencia de la iglesia legionense[46]. La vía no había de ser la unión de los dos cargos en una misma persona. Martín Fernández jugó

---

[41] Remitimos al trabajo de BONACHÍA HERNANDO, Juan Antonio – "La justicia en los municipios castellanos bajomedievales", *Edad Media, revista de Historia.* 1 (1998), pp. 145-182.

[42] MARTÍN FUERTES – *Colección Documental del Archivo Municipal de León*, doc. 11.

[43] *CCL*, doc. 2.337.

[44] CARMONA RUIZ, Mª Antonia – "La sucesión de Alfonso X: Fernando de la Cerda y Sancho IV". *Alcanate*, 11 (2018-2019), pp. 151-186.

[45] DE AYALA MARTÍNEZ, Carlos – "La política eclesiástica de Alfonso X. El rey y sus obispos". *Alcanate*, IX (2014-2015), pp. 41-106. Del mismo autor: "Las relaciones de Alfonso X con la Santa Sede durante el pontificado de Nicolás III (1277-1280)", In C. Segura Graíño *et al.* (eds.), *Alfonso X el Sabio, vida, obra y época*, Madrid, 1989, pp. 137-140.

[46] *CCL*, doc. 2.445.

su propio papel y fijó, definitivamente, que el Juez del *Libro* habría de ser un arcediano de la iglesia de León, que se encargaría exclusivamente de juzgar las alzadas del rey.

5. El papel del *Liber Iudiciorum y* el control de la justicia.

Ha sido Sánchez-Arcilla Bernal[47] quien ha puesto de manifiesto, sintetizando, la evolución del *Liber Iudiciorum*, desde la tradición romana y la fijación visigótica hasta fundamentalmente los comienzos del siglo 14, y cómo se convirtió en la más segura fuente de derecho, si bien hubieron de completarse y subsanarse sus insuficiencias jurídicas[48]. Sin duda, posteriormente, en base a dicha seguridad, se convertiría en Tribunal de Apelación donde se resolverían las alzadas[49].

Como el propio Sánchez-Arcilla señala, "desde el siglo XII en que se empieza a introducir el nuevo proceso de origen romano-canónico y con él la *appellatio*, el juicio del *Libro* adquiere el rango de tribunal superior de apelación de las sentencias de los jueces inferiores, e incluso, reales"[50].

No cabe duda de que en el siglo 12 se revitalizó la utilización del *Liber Iudiciorum*, especialmente en el reinado de Alfonso IX de León, quien desplazó el epicentro del *Liber*, en torno a 1200, desde San Isidoro, epicentro de la monarquía leonesa hasta Fernando I, a la catedral, que en estos momentos comenzaba a edificarse, tal como se pone de manifiesto en la actuación del obispo Manrique de Lara. La mitra leonesa convertía así su reivindicación en una cuestión fundamental: el templo más importante de la ciudad era su catedral, no San Isidoro, y desde ella era desde donde había de entenderse el ejercicio de la justicia[51].

---

[47] SÁNCHEZ-ARCILLA BERNAL, José – "El Derecho especial de los fueros del Reino de León (1017-1230)", In *El Reino de León en la Alta Edad Media*, II, *Ordenamiento Jurídico del Reino*. León: Colección de Fuentes y Estudios de Historia Leonesa, 1992, nº 49, pp. 189-383. Con carácter general remitimos también su tesis doctoral, dirigida por Alfonso García Gallo, que lleva por título *La administración de justicia real en Castilla y León (1252-1504)"*. Madrid, 1980.

[48] "Pasado el año mil, durante el reinado de Alfonso V [999-1028], se detectarían las insuficiencias jurídicas del Libro en distintos ámbitos. León es ahora una pequeña ciudad en expansión, capital del reino, con nuevas necesidades por lo que era preciso formular nueva normativa complementaria. En este contexto el monarca otorga los *decreta* de la Curia Regia de 1017 y el Fuero de León; a través de este nuevo ordenamiento se trataba de aportar las soluciones que reclamaba la nueva sociedad leonesa, que no tenían respuesta en el *Liber*. De hecho, los *decreta* y los preceptos del Fuero de León, se interpretarían, dice Sánchez-Arcilla, como complemento del *Liber*, con el que tienen una conexión incuestionable. Alfonso V de León, como soberano justo, hace emanar los nuevos capítulos del Derecho para completar la normativa jurídica de su reino". CAVERO DOMÍNGUEZ, G. – "Dar el libro iudgo a una persona o canonigo de la iglesia de Leon: consultar, fallar y decidir", In Martine Charageat (ed.) – *Conseiller les juges au Moyen Âge*. Toulouse, 2014, pp. 187-202.

[49] SÁNCHEZ-ARCILLA – "El Derecho especial de los fueros del Reino de León", p. 276.

[50] SÁNCHEZ-ARCILLA – "El Derecho especial de los fueros del Reino de León", p. 276.

[51] "Las relaciones con la monarquía eran satisfactorias, pero no era el caso en cuanto a la canónica isidoriana. La concordia de 1167 establecida entre Juan Albertino y el abad Martino se renueva antes de finalizar el siglo, en 1192, ahora con el prelado Manrique, estableciendo los derechos de ambas partes sobre villas e iglesias. El clima de enfrentamiento queda reflejado por el Tudense, antes canónigo isidoriano que obispo de Tuy, cuando narra como el mal comportamiento de Manrique con los canónigos isidorianos llevó a San Isidoro a dejar ciego al obispo: la ceguera como castigo sólo fue retirada cuando el prelado pidió perdón. El derecho

Una atenta mirada a los testigos de la pesquisa de 1266 nos ofrece datos muy interesantes. Los jueces del Libro que aparecen citados son:

> Fernán Moriella, primero canónigo, después tesorero, primero por designio de Pedro Núñez, después por el obispo Rodrigo;
>
> Monio Ponzardo, chantre;
>
> Fernand Alfonso, canónigo de San Isidoro, clérigo de Alfonso IX, designado por este monarca;
>
> Don Vermudo, canónigo;
>
> Abril Abrílez, arcediano, que se dice hijo de don Abril, a su vez juez de la villa. Designado por Fernando III;
>
> Pedro Núñez, arcediano.

Todos ellos son eclesiásticos. Los primeros pertenecen a la canónica de San Isidoro; los otros, a la canónica catedralicia de Santa María de Regla: dos canónicas que también rivalizaron por su propia preeminencia, especialmente en la segunda mitad del siglo 12 y primera parte del 13[52].

Fue, en época de Alfonso IX, con el obispo don Rodrigo, cuando el *Liber* pasó a la sede catedralicia. Previamente los jueces pertenecían a la canónica isidoriana. Pero está claro que la canónica no se deshizo de su ejemplar del *Liber*, porque se señala expresamente:

> "E sabe que el bispo don Rrodrigo, que yera aquela sazón, mandó trasladar el Liuro Iudgo en letra ladina, ca enante yera en letra toledana, e no lo podía todo omne leer, e fizo end bon liuro e mostrólo al rrey don Alfonso, e otorgólo, e por aquél iudgaron depués acá."[53]

Y el *Liber* pasaba de mano a mano, de un juez al siguiente: "Fernán Alfonso ficó el Liuro en don Vermudo e iudgaua las alzadas."[54]

Se advierte claramente la presencia de canónigos y arcedianos, primero de San Isidoro, después del cabildo catedralicio. Igualmente cómo, en ocasiones, algunos jueces sumaban sus funciones como jueces del *Liber* y jueces de la villa. Por supuesto, se advierte también el intervencionismo regio, y episcopal, y también el de otros

---

de venganza había sido ejercido para escarmiento de los prelados poco amables". CAVERO DOMÍNGUEZ, G. – "El episcopado de la iglesia de León (1087-1205)", In *Escritos dedicados a José María Fernandez Catón*, coord. por M. C. Díaz y Díaz et al., vol. 1, León, 2004, pp. 199-226.

[52] CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregoria – "El episcopado de la iglesia de León (1087-1205)…"

[53] *CCL* – doc. 2.260.

[54] *CCL* – doc. 2.260.

nobles, como el conde Rodrigo Fernández de Valduerna[55].

No hay duda de la importancia de la información tomada por Fernán Fernández, alcalde el rey, encargada por la reina Violante. Se tomó declaración a más de 50 personas, de distintos ámbitos: muchos canónigos, tanto de San Isidoro como de Santa María de Regla (catedral) y monjes y frailes de otras instituciones: San Marcelo, San Claudio, San Marcos y Sandoval; suponen casi la mitad de las declaraciones juradas. Y otro tanto pasó con caballeros, ciudadanos, oficios de la ciudad (carraleros, zapateros, traperos o silleros) y su entorno (Trobajo), que igualmente representan casi la otra mitad.

También de las declaraciones juradas se obtiene mucha información acerca de las causas que se tramitaban en los recursos de alzada. En algunos casos se explicitan juicios de fuero (juzgados por los jueces de la villa), en otros de alzada; y, en otros casos, no se discierne. Por ejemplo, en estos cuatro casos no se sabe bien si el juez actúa como Juez del *Fuero* o del *Liber*:

a) "Don Ffernán Pérez, e don Rrodrigo, so ermano deste Ffernán Pérez, ouieron pleyto con un asturiano de Abeyes, de que non sabe el nomne, sobre una capa de mostel, e furon a iuzio ante Ffernán Moriella, thesorero de León, e liuró el pleyto por iuizio." Como consecuencia de la demora en el juicio, el obispo cambió al juez.

b) "Juizio antel arcidiano don Abril sobre un alfamare que ye prindara por razón de uinnadera".

c) "Un molinero quiso forciar una manceba que hyua moler so pan a los molinos de Uillamoros, e ela manceba, defendiéndose, rnató el molnero con una palanca, e uio que uenioron a juizio ante Fernán de Moriella sobredicho, que yera so tío deste testigo e con que moraua, e dio por quita a la manceba por juizio, deziendo «bien semeyas mía parienta e fezieste bon fecho".

d) "Una sua sobrina, Marina, se querellara de otro so sobrino, Pedro Grimáldez, que la forciara, e venioron a juizio ante este don Vermudo, e, porque non ouo hy prouas, iudgó que este Pedro Grimáldez iurasse que la non forcíara, e iurólo e des i diolo por quito, e porque ella yera manceba grande e arreziada e Pedro Grimáldez, moro *[sic]*, dixo el juiz «certa, iuraste grant uerdat»."[56]

Los jueces nombrados en estos cuatro casos eran jueces del *Liber* (Fernán Moriella, don Abril y don Vermudo), pero parece que también actuaron como jueces del *Fuero* con los otros de la villa.

[55] "El obispo metió por iuiz de la uilla a don Vermudo, canóligo de León, por rogo de don Rrodrigo Fernández de Valdorna, que possaua con este don Vermudo, e dixo que iudgaua los pleytos de la uilla comunalmientre, assí commo los otros iuizes de la villa". *CCL* – doc. 2.260.

[56] *CCL* – doc. 2.260.

En otros casos está clara la actuación específica y unilateral del Juez del *Liber*: "vino el rey don Alfonso a León e dio el Liuro Iudgo que lo iudgassen a Sancta María, e mandó que lo iudgasse Ffernán Alfonso, canoligo, so clérigo del rey, e viole por el Liuro iudgar una alzada de unos omnes de Astorga sobre uendida de un cauallo."[57]

Después de las declaraciones realizadas y de los testimonios de tantos testigos, Fernán Fernández sentencia que la iglesia de León tiene derecho a nombrar dos jueces, uno para el *Liber Iudiciorum* y otro para el *Fuero*.

A lo largo del siglo 13 el control del *Liber* quedó fijado en la catedral legionense, en sus obispos y capitulares: la justicia de los recursos de alzada se realizaría en un marco sacro, puesto que la justicia proviene de Dios; las apelaciones al rey quedaban bajo un ámbito sacro y en poder de la Iglesia; de hecho el ejemplar del *Fuero Juzgo* estaría en manos de un eclesiástico perteneciente al cabildo catedralicio, bajo la tutela de la mitra. El obispo nombraba y proponía a un capitular y el rey lo confirmaba. Esto se reafirmó con el obispo Martín Fernández y sus relaciones, en primer lugar, con Alfonso X y posteriormente con Sancho IV.

6. La catedral de León y la justicia.

Alfonso IX fue el primer monarca que señaló expresamente que los juicios del *Libro* se hicieran en la *calostra* de la catedral o en casa del obispo[58].

Hemos señalado los esfuerzos de Martín Fernández para hacer de la catedral de León un magnífico templo[59]. Pues bien, es en esta nueva catedral gótica donde se reivindica ese papel de la justicia. Y ello hace que desde el punto de vista artístico también se resalte ese papel del ejercicio de la justicia. Al menos un lugar debe ser punto de ello: el *locus appellacionis* y la portada izquierda, con todo el simbolismo que cola bora a ello. Dado el fuerte reclamo que para el análisis de la justicia supone la portada izquierda de la fachada principal de la catedral legionense, la historiografía ha analizado ampliamente el emblemático *Locus Appellacionis,* que en ella se alberga, y su proyección en el ejercicio de la justicia: imágenes vinculadas a la justicia y utilización del *Libro*.[60]

El *locus* está sobre una pequeña estructura arquitectónica que recoge, entre dos pilares, un fuste de mármol relativamente pequeño: 125 cms. de alto por, aproximadamente 62 cm. de circunferencia, si bien en este último caso hemos de

[57] *CCL* – doc. 2.260.

[58] *CCL* – doc. 2.260.

[59] Véanse al respecto, por un lado, VALDÉS, M., COSMEN, C., HERRÁEZ, M. V., CAMPOS M. D., GONZÁLEZ-VARAS, I. – *Una historia arquitectónica de la catedral de León*. León, 1994; y, por otro, las actas del congreso, celebrado en León en abril de 2003: *La catedral de León en la Edad Media*. León, 2004.

[60] MARTÍNEZ ÁNGEL, Lorenzo – "Locus Appellacionis de la catedral de León: Estado de la cuestión, propuesta de datación y otras consideraciones", *León y su Historia*, VIII, *Miscelánea Histórica de temas leoneses*, León, 2003. Muy anterior es el trabajo de BENITO RUANO, Eloy – "Locvs appellacionis", In *Estudios en homenaje a Don Claudio Sánchez-Albornoz en sus 90 años*. III, Instituto de Historia de España, 1983, pp. 303-313.

precisar que no se puede saber exactamente dado que la columnilla marmórea está embutida en el soporte que la aloja[61]. Sobre el fuste, en vertical, se ubica la inscripción que define la utilización y simbología correspondiente al lugar de apelación: LOCVS APPELLACIONIS. La inscripción, que ha sido datado en el siglo 10, aparece con un añadido posterior en el que se representan las armas de Castilla y León.

Quizás lo más pertinente es señalar que estamos ante el ámbito, el lugar, para celebrar los juicios de apelación. Se trata de un espacio sacro para la realización de la justicia, como sucede en otros muchos lugares y templos catedralicios del entorno europeo[62]. Este modelo es la justicia regia, en los recursos de alzada, controlada por el obispo a través de un nombramiento de juez, que acepta el rey.

Situado frente a la fachada catedralicia legionense, en la portada central está representado el Juicio Final, modelo de juicio por encima de la tierra, de lo humano. De hecho, el *locus appellacionis* está ubicado muy cerca del tímpano de la portada central, lo que puede conllevar una fuerte carga simbólica: el Juicio Final como modelo del juicio de las apelaciones.

Esto, además, tiene un programa iconográfico amplio, que completa el escenario. Sobre el *locus*, está figurado un soberano, ubicado sobre la lanceta del pequeño tímpano: un rey sentado sobre su trono que porta la vara de la justicia, símbolo de autoridad y del *rex iustus*[63], de larga tradición veterotestamentaria, muy asumida por la tradición imperial franca (*rex iustus, rex facificus, rex christianus*). El rey ha sido identificado con Fernando III, aunque cronológicamente estaría más próximo a Alfonso X, pero posiblemente sea anónimo, sea una personificación regia, a imagen de Salomón, que evoca al rey como vicario de Dios.

A lo anterior hay que añadir, dentro del programa señalado, algunas piezas escultóricas, ubicadas a la izquierda del espectador, que se integrarían en la temática del *locus*[64]. Dos esculturas representan a David y Salomón; y otras dos son la

---

[61] Remitimos al respecto, con carácter general, a CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregoria, FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Etelvina, GALVÁN FREILE, Fernando – "Imágenes reales, imágenes de la justicia en la catedral de León", *e-Spania*, junio, 2007.

[62] Para León, véase FRANCO MATA – *Escultura gótica en León y provincia*, p. 210, que a su vez cita los pórticos de otras catedrales e iglesias (Chartres, Rouen, Estrasburgo, Friburgo de Brisgovia, Troyes. Remitimos también a los trabajos de DEIMLING, B. – "La portada medieval y su importancia para la historia del derecho", *El románico. Arquitectura, escultura, pintura*, Colonia, 1996, pp. 324-327; LAHOZ, L. – "El programa iconográfico de San Miguel de Vitoria, reflejo de sus funciones cívicas y litúrgicas", *Boletín de la Real Academia de Bellas Artes de San Fernando*, 76 (1993) pp. 389-417, en particular, p. 398; CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, M. A. – "La meta del Camino: la catedral de Santiago de Compostela en tiempos de Diego Gelmírez", *Los Caminos de Santiago. Arte, Historia y Literatura*, Zaragoza, 2005, pp. 213-252, especialmente las pp. 231 y 235-236. El ejemplo coetáneo de la catedral legionense más interesante es el de un relieve del crucero sur de Notre-Dame de París, datado entre 1260 y 1265, con una representación de la justicia episcopal. Remitimos al estudio de HECK, CH. – "Représentation du pilori et justice épiscopale au croisillon sud de Notre-Dame de Paris", *Iconographica. Mélanges offertes à Piotr Skubiszewski*, Poitiers, 1999, pp. 115-122, planche XVIII.

[63] DE AYALA, Carlos – *Sacerdocio y reino en la España altomedieval. Iglesia y poder político en el Occidente peninsular, siglos VIII-XII*. Madrid, 2008.

[64] CAVERO, FERNÁNDEZ, GALVÁN, "Imágenes reales, imágenes de justicia en la catedral de León"

representación alegórica de la justicia y la de un soberano que porta espada. De las cuatro esculturas, una, la de la justicia, es posterior, el resto tiene una cronología que se ha estimado entre 1275 y 1290; es decir, más o menos, la última parte del gobierno del obispo Martín Fernández.

Los veterotestamentarios David y Salomón aparecen representados como soberanos, portando corona, manto y la filacteria con la identificación de sus respectivos nombres. Son monarcas ungidos, cuyo modelo se extiende ampliamente por toda la monarquía teocrática medieval desde los tiempos visigodos[65].

En cuanto a la figura que representa a un rey, sin duda colaborador de la Iglesia, porta la espada que alberga la mano ejecutora de la justicia. Está situada en un lugar próximo al que ocupa el *locus* y comparte espacio con David y Salomón: del modélico rey veterotestamentario al monarca que representa la justicia neotestamentaria. El monarca está coronado, como símbolo de la autoridad pública que representa: el rey ha de portar la corona, símbolo de la realeza, y el bastón de mando. Será clemente y misericordioso con los siervos de Dios.

No podía faltar, en un escenario como este, una figura alegórica de la justicia. La escultura que representa la Justicia está en una jamba de la portada norte, también denominada de San Juan, imagen alegórica que es posterior y que se ha datado en el siglo 15. La explicación es que sustituyó a otra anterior. La Justicia porta una espada, con una inscripción: IUSTICIA EST UNIQUIQUE DARE QUOD SUUM EST. El texto es de larga tradición, desde Ulpiano a distintos autores de la Antigüedad y siempre muy relacionado con el ejercicio del Derecho. La transmisión conceptual la hallamos también desde Justiniano a San Isidoro y, por supuesto, también en *Las Partidas* de Alfonso X[66].

---

[65] De BRONISCH, Alexander, señalamos dos de sus múltiples e interesantes trabajos: "La ideología asturiana y la historiografía en época de Fernando III", In *Fernando III, tiempo de cruzada*, ed. de Carlos de Ayala y Martín Ríos, Madrid: Sílex ediciones, 2012; y "Cosmovisión e ideología de guerra en época visigoda y asturiana", In *La Carisa y la Mesa. Causas políticas y militares en el origen del Reino de Asturias*, coord. por J. I. Ruiz de la Peña y J. Camino Mayor. Oviedo, 2010, pp. 212-233.

[66] "El texto de la espada nos remite al siglo III, a los escritos de Ulpiano, quien además añade: los preceptos del derecho son éstos: vivir honestamente, no dañar a otro, dar a cada uno lo suyo. Está en consonancia con otros muchos autores de la Antigüedad que hacen referencia a la Justicia, ya que ésta constituye el fundamento del Derecho. Recuérdese entre otros a Cicerón, quien señalaba que: La Justicia es el hábito del espíritu que, al tiempo que preserva el interés común, concede a cada persona la dignidad que le corresponde o Justicia es la equidad que atribuye a cada cosa lo que le corresponde en proporción a sus méritos". La idea la tiene tan arraigada que la reitera en muchos de sus escritos. Justiniano abre sus Instituciones con la frase: "Iustitia est constans et perpetua voluntas ius suum quique tribuens". Tampoco está muy distante el concepto que de la Justicia tiene Isidoro de Sevilla, cuando en las Etimologías señala, al hablar de las virtudes del alma: Y la Justicia, aplicando un criterio correcto, permite que se distribuya a cada uno lo suyo. Lo mismo sucede en las Partidas, donde leemos: La Justicia es medianera entre Dios y el mundo, en todo tiempo para dar gualardón a los buenos, e pena a los malos, a cada uno segund su merescimiento. En otro párrafo de la referida obra se describe la espada de la Justicia como expresión máxima del castigo, de hoja de doble filo y cargada de profundo contenido simbólico: la Justicia muestra el fierro de la espada, que es derecho e agudo e taja egualmente de ambas las partes. Así, al cortar por los dos filos tratará a todos por igual, a pobres, ricos, grandes y pequeños. Todo tipo de obras de signo jurídico, crónicas y obras poéticas del medievo se ocuparon de ella". CAVERO DOMÍNGUEZ,

La Justicia aparece coronada y porta, junto con la espada, la balanza que simboliza el equilibrio y alude a la mesura y la prudencia.

Es todo un programa iconográfico, en la fachada principal de la catedral legionense, donde se ubica un espacio para el ejercicio de la justicia.

Conclusiones.

El protagonismo del *locus appellacionis* en la catedral de León es relevante, al igual que lo fue la presencia de un ejemplar del *Liber Iudiciorum* o *Fuero Juzgo* en León, primero en San Isidoro, después en la catedral legionense; *Liber* que había de servir para juzgar los recursos de alzada que llegasen a la corte regia.

El segundo punto importante es el análisis de la influencia del obispo Martín Fernández en la corte regia, primero con Alfonso X y después con su hijo y sucesor Sancho IV. Martín Fernández había sido notario regio y persona muy importante en el círculo regio familiar alfonsino. Sus juegos con el poder no siempre le fueron totalmente favorables, pero realmente consiguió salvar a su iglesia, con su catedral y con la presencia del *Liber*, que había de estar en manos de un canónigo, especialmente de los arcedianos de la iglesia. El ejemplo de Martín Patino parece evidenciarlo.

En la tercera reflexión debemos aludir a cómo el ejercicio de la justicia se convirtió en uno de los puntos de enfrentamiento entre las instituciones eclesiásticas (obispo y cabildo) y el poderoso concejo de la ciudad, que era de realengo, con lo que coloca a la monarquía en medio de las tensas y conflictivas relaciones y reivindicaciones por parte de iglesia y concejo.

Nunca la iglesia cejó en su empeño de gobernar, de ejercer la justicia desde sus instancias, y se preparó para ello, formó una élite intelectual adecuada, especializada en el ejercicio del Derecho, que tuvo familias concretas dentro del ámbito capitular legionense, cuyos libros pasaban de unos a otros, tal como reflejan sus testamentos. Esas familias ocuparon cargos importantes dentro de la estructura capitular y formaron redes clientelares de gran protagonismo en la vida catedralicia y en la vida urbana.

El nombramiento de dos jueces, uno para el *Liber Iudiciorum* y otro para el *Fuero*, pudo producir cierta confusión, o simplemente unir funciones en una misma persona, en un mismo juez. Lo que evidencia, en muchos casos, es que el Juez del *Fuero* tenía también un gran protagonismo en el control de la justicia urbana: se integraba con el resto de los jueces de la villa, en total cuatro, representando a los distantes sectores sociales.

G. – "Dar el libro iudgo a una persona o canonigo de la Iglesia de Leon: consultar, fallar, decidir...", pp. 187-202.

Del comer y los cinco sesos en las catedrales de la Castilla bajomedieval: *una investigación incipiente*

José Alberto Moráis Morán[1]

Resumen

En esta investigación se analizan las fuentes escritas relativas a las catedrales medievales de Castilla, durante los siglos XIII y XV, con el objetivo de subrayar la importancia de los cinco sentidos en la vida cotidiana desarrollada en esos espacios sagrados. El tema de investigación es nuevo para el contexto de los reinos de León y Castilla. La vista, el oído, el olfato, el tacto y sobre todo, el gusto, aparecen en la legislación eclesiástica como herramientas útiles en la transmisión del dogma cristiano o, al contrario, elementos concupiscentes que reprimir. Finalmente, se aportan nuevos datos para comprender la presencia del gusto, la comida y, sobre todo, el pan, en la iconografía funeraria de los sepulcros de la catedral de León.

Palabras clave
Sentidos; Catedrales; Gusto; Castilla medieval.

---

[1] Instituto de Estudios Medievales, Universidad de León (España). Este estudio se ha elaborado en el marco del Proyecto de Investigación "El Patronazgo artístico en el Reino de Castilla y León (1230-1500). Obispos y Catedrales II" (HAR2017-88045-P), financiado por el Ministerio de Economía, Industria y Competitividad y fondos FEDER

About eating and the five sesos in the Cathedrals of Late Medieval Castile: a nascent investigation

Abstract

In this research, the written sources related to the medieval cathedrals of Castile, during the 13th and 15th centuries, are analyzed. The objective is to demonstrate the importance of the five senses in the daily life developed in these sacred spaces. The research topic is new for the context of the kingdoms of León and Castile. Sight, hearing, smell, touch and above all, taste, appear in ecclesiastical legislation as useful forms in the transmission of Christian dogma or, conversely, concupiscent elements to repress. Finally, new data are presented to understand the presence of taste, food and, above all, bread, in the funerary iconography of the tombs of the Cathedral of León.

Keywords
Senses; Cathedrals; Taste; Medieval Castile.

La catedral medieval fue el lugar por excelencia donde la Iglesia desplegó todos sus recursos arquitectónicos, plásticos y litúrgicos con el fin de persuadir a los fieles, orientarlos en la fe y el acatamiento de la palabra de Dios. Sin embargo, la imagen que la contemporaneidad ha perfilado del rito y de los espacios eclesiásticos ha contribuido a distorsionar nuestra percepción de las catedrales de la Edad Media.

Durante el siglo XIX y buena parte del XX los especialistas remarcaron algunos aspectos derivados del estudio de la arquitectura del medievo, así como los diferentes cambios litúrgicos y su celebración en la topografía sagrada. La Iglesia usó las obras artísticas, la escultura, el color y otros elementos plásticos, como vía para trasmitir mensajes complejos y transformar, dirigir, las actuaciones, comportamientos y vivencias de los fieles.

Ahora bien, las investigaciones pioneras llevadas a cabo en la segunda mitad del siglo pasado, y hasta hoy, han puesto de relieve la importancia de los sentidos, tanto de la jerarquía eclesiástica como de los fieles. Éstos se ponían en funcionamiento durante la celebración y la manifestación de la fe. Así, las estrategias utilizadas por las Iglesia, mediante la vista, el oído, el tacto, el olfato y el gusto, funcionaron eficazmente

para facilitar la asimilación y aceptación del complejo mensaje teológico.

No hay duda: el arte medieval se concibió para impactar sobre los sentidos del espectador. Y estos, obviamente, se manifestaron con total cotidianidad en el quehacer diario de las catedrales.

En los últimos cincuenta años este novedoso enfoque se aplicó sobre el arte medieval europeo[2]. Sin embargo, el caso particular de las catedrales castellanas sigue permaneciendo casi inédito, con una bibliografía muy limitada[3].

La documentación de la Baja Edad Media emanada de las catedrales de Castilla, objeto de este trabajo, es la que mayores datos aporta sobre la construcción sensorial del espacio gótico y lo que allí ocurría.

No es banal que fuera precisamente en dos momentos claves de la vida del hombre medieval, la unción de los enfermos y la extremaunción, cuando se hacían presentes, se invocaban, los llamados *cinco sesos*: *ver, oyr, tañer, oler e gustar*[4].

---

[2] Los estudios centrados en la utilización de los sentidos en los espacios catedralicios y monásticos de Europa son numerosos. Fueron novedosos los trabajos de: NORDENFALK, Carl – "Les Cinq Sens dans l'art du Moyen-âge", *Revue de l'art* 34 (1976), pp. 17-28; NORDENFALK, Carl – "The Five Senses in Late Medieval and Renaissance Art", *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 48 (1985), pp. 1-22. ECO, Umberto – *Arte e bellezza nell'estetica medievale*. Milano: Fabbri, 1981, donde analiza los "maxime cognoscitivi", que atañen a la percepción de lo bello a través de la vista y el oído, frente a los sabores y los olores. PALAZZO, Éric – "Art, Liturgy, and the Five Senses in the Early Middle Ages", *Viator* 41 (2010), pp. 25-56; RETAILLAUD-BAJAC, Emmanuelle; BECK, Robert, KRAMPL, Ulrike – *Les cinq sens de la ville du Moyen* Âge *à nos jours*. Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 2013; BOUCHET, Florence; KLINGER-DOLLÉ, Anne-Hélène (eds.) – *Penser les cinq sens au Moye* Âge. *Poétique, esthétique,* éthique. Paris: Classiques Garnier, 2015. PALAZZO, Éric – *L'invention chrétienne des cinq sens dans la liturgie et l'art au Moyen* Âge. Paris: Éditions du Cerf, 2014. NEWHAUSER, Richard (ed.) – *A Cultural History of The Senses in The Middle Ages*. London: Bloomsbury, 2014. MUNTANER ALSINA, Carme; CARRILLO-RANGEL, David; NIETO-ISABEL, Delfi I.; CASTELL GRANADOS, Pau – *Sensual and Sensory Experiences in the Middle Ages. On Pleasure, Fear, Desire and Pain*. Cambridge: Scholars Publishing, 2017, con trabajos muy relevantes pero que no abordan el caso particular de las catedrales de Castilla. Véase el catálogo, fruto de una exposición, realizado por: BAGNOLI, Martina – *A Feast for the Senses: Art and Experience in Medieval Europe*. Baltimore: The Walters Art Museum, 2016. Existen estudios monográficos, extensos, para diversas áreas europeas: WOOLGAR, C. M. – *The Senses in Late Medieval England*. London: Yale University Press, 2006. KERN-STÄHLER, Annette; BUSSE; Boer, Wietse de (eds.) – *The Five Senses in Medieval and Early Modern England*. Leiden: Brill, 2016; OPPERMANN, Tessy – *The Five Senses in Medieval Art. A study of the representations and rarity of the Five Senses in ecclesiastical art of the Middle Ages in Western Europe*. Universiteit Leiden, 2015.

[3] Es una excepción el volumen de RODRÍGUEZ, Gerardo; CORONADO SCHWINDT, Gisela (dirs.) – *Abordajes sensoriales del mundo medieval*. Universidad Nacional de Mar del Plata, con especial atención a la sonoridad en la *Crónica Adefonsi Imperatoris* o el trabajo de CORONADO SCHWINDT, Gisela – "Marcas de sonoridad en la documentación sinodal y concejil del Reino de Castilla (siglos XV-XVI)", *Abordajes sensoriales…*, pp. 129-149. Véase también: CORONADO SCHWINDT, Gisela – "Las ciudades castellanas bajomedievales a través de sus paisajes sonoros", *Estudios de Historia de España* 15 (2013), pp. 131-151, pero centrado en el espacio urbano, no en los templos. Se tocan tangencialmente algunos de estos temas, pero no exclusivos del arte medieval hispano y, además, de cronología románica en el volumen coordinado por: BOTO VARELA, Gerardo (dir.) – *Belleza y persuasión en el arte medieval. Codex Aquilarensis*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real, 2019.

[4] Analiza la documentación al respecto: PÉREZ CALVO, Jorge – "El discurso de la muerte a través de las fuentes eclesiásticas en el País Vasco y Navarra en el tránsito de la Edad Media a la Moderna", In *El discurso legal ante la muerte durante la Edad Media en el noroeste peninsular*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2006, pp. 175-254. ISIDORO DE SEVILLA – *Etimologías*. Ed. J. Oroz; M. Casquero, Marcos. Madrid: La Católica, 1982, p. 15, relaciona los sentidos, *visus, auditus, odoratus, gustus et tactus*, con el alma.

El uso de los sentidos como herramienta eficaz para generar un canal perfecto entre el hombre y la imagen de Dios tiene ejemplos relevantes en los siglos XI y XII[5]. Lo ocurrido en las catedrales góticas no debió ser una gran novedad[6], pero sí lo es la documentación que hemos conservado, más rica y precisa en datos.

Por una parte las élites, que diseñaron los espacios catedralicios, los ciclos visuales y la escenificación ritual, instrumentalizaron los sentidos y, por otro lado, los condenaron y limitaron en su expresión más concupiscente.

En la experiencia cotidiana del fiel castellano que se adentraba en las catedrales bajomedievales o de los mismos clérigos y obispos, desde el siglo XIII y, especialmente, entre los siglos XIV y XV, todos los sentidos hacían acto de presencia y de ello informa la documentación.

Por ejemplo, en el año 1348 se dan directrices, desde Ávila, de "commo fazer si se vertiere la Sangre del caliçe", indicando que si, por negligencia, se derramaba la sangre del copón en tierra, "sea lamido con la lengua. Si se vertiere en tabla, sea raydo, et quemado et la çenisa dello sea puesto dentro en el altar. Si se vertiere sobre el altar, chupe el clérigo aquel destello. Et si se vertiere sobre los corporales o sobre las savanas, una o más, lavelo el clérigo tres vezes, puesto de yusso el caliçe en que caya la lavadura, et el agua de esta abluçion sea tomada et puesta en el altar e echada en la pila"[7].

Los cinco *sesos* a los que apela esta fuente para dar solución a un ultraje del ritual reaparecen en los textos continuamente, como elementos claves de la vida cotidiana presentes en el espacio sagrado.

La vista[8] fue, sin duda, comprendida como sentido básico de gran potencia

---

[5] No existe mucha bibliografía para el caso de los reinos de la Península Ibérica medieval. Véase: BOTO VARELA, Gerardo – "Sobre las persuasivas imágenes de culto. Encomios y escrutinios desde la Edad Media hispana", In *Imágenes medievales de culto. Tallas de la Colección El Conventet*. Murcia: Comunidad Autónoma de la Región de Murcia, 2009, pp. 37-43. Para los contextos europeos: SMITS, Lieke – "Small Pipe-Clay Devotional Figures: Touch, Play and Animation", *Das Mittelalter* 25 (2), 2020, pp. 397-423; HUNTER-CRAWLEY, Heather; O'BRIEN, Erica – *The Multi-Sensory Image from Antiquity to the Renaissance*. New York: Routledge, 2019, sin mención al caso hispano. BAGNOLI, Martina – "Making Sense", In BAGNOLI, Martina (ed.) – *A Feast for the Senses. Art and Experience in Medieval Europe*. Baltimore: Walters Art Museum, 2016, pp. 17-30.

[6] Sobre la instrumentalización del oído en el rito y la configuración espacial de algunos edificios románicos hispanos: BOTO VARELA, Gerardo – "*Voces ex Sepulchro advenientes*. Communication acoustique entre les nefs et chapelles hautes de l'architecture romane ibérique et l'évocation de Jérusalem", In DAUSSY, Stéphanie *et alii* (eds.) – *Matérialité et immatérialité dans l'Église au Moyen* Âge. Bucarest: New Europe Collège–Univ Lille 3, 2012, pp. 53-72. Sobre la vista y los efectos lumínicos: PUENTE MARTÍNEZ, José – *La iluminación natural del espacio eclesial en los reinos hispánicos de la Alta a la Plena Edad Media*. León: Instituto de Estudios Medievales, 2021. Sobre el tacto: PUEBLA, Claudia – *La valoración del tacto como recurso retórico en las imágenes de la Edad Media. Los ejemplos emblemáticos del Noli Me Tangere y la duda de Santo Tomás*. Trabajo Fin de Máster, Universidad de Lérida, (Boto Varela, Gerardo dir.), pp. 126-142.

[7] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum, Ávila y Segovia*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, vol. VI, 34, p. 32.

[8] ORTÚZAR ESCUDERO, María José – "The place of sense perception in Thirteenth-Century Encyclopaedias: two different readings of Aristotle". *Revista Española de Filosofía Medieval* 25 (2018), pp. 99-123. Son esenciales los trabajos sobre el sentido de la vista y las imagines bizantinas: PENTCHEVA, Bissera V. – "Glittering Eyes: Animation in the Byzantine Eikōn and the Western Imago", *Codex Aquilarensis* 32 (2016), pp. 209-236.

sensorial que había que mitigar si no se utilizaba adecuadamente y derivaba en placer pues, dice la normativa que "provoca a las gentes más a lascivia y placer que la computación y contemplación"[9].

Un sínodo del año 1481 intenta enmendar las actuaciones poco ortodoxas de la jerarquía eclesial, prohibiéndose "cosas deshonestas" en las iglesias el día de Navidad, en San Esteban y en los Inocentes, cuando los clérigos salen "y acostumbran fazer çaharrones y vestir hábitos contrarios a su profesión, los omes trayendo vestiduras de mujeres y frayles y de otros diversos habitos, y ponerese otras caras, faziéndose homarraches y dizen muchas burlas y escarnios y cosas torpes y feas y deshonestas (…) y provocan a las gentes"[10].

El poder de las escenografías irreverentes, de la gesticulación teatral y de todo un repertorio de imágenes seductoras para los sentidos, desplegadas dentro de la catedral, se condena con frecuencia entre los siglos XIV y XV de Castilla[11].

Cuando los documentos apelan a los clérigos y sus vestimentas, sin duda se piensa en los colores y textiles como elementos visuales, simbólicos, que entran por los ojos. Contra ello, los clérigos debían mostrarse pulcros.

Durante todo el siglo XV se prohíben en algunas sedes los usos estridentes de esos colores que denotan "jactancia"[12], amonestándose el uso de "vestiduras bermejas, verdes, jubones y otras de seda rasa, damasco, terciopelo, anillos de oro, borzeguies, çapatos bermejos y blancos", ni llevar vestimentas abiertas, "por delante y otros por los lados", pues aunque son largas, dice, son "deshonestas, porque quando andan parecenseles las piernas y otras fealdades"[13], que deben privarse a la vista[14].

Los ojos son la herramienta a conquistar, pero también a templar.

En algunas catedrales e iglesias de Castilla se menciona la existencia, por ejemplo, de tablas con los siete artículos de la fe, los diez mandamientos y los siete sacramentos, así como las obras de misericordia. Este instrumento de transmisión de los postulados religiosos - hoy prácticamente perdido - aparece respaldado en la documentación por la *Metafísica* de Aristóteles: "errar en la puerta es cosa muy digna de reprehensión y dañosa". La legislación sinodal ordena que esas tablas fuesen colocadas en las iglesias de la diócesis para que "pueda de todos ver y leer" y los

[9] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum, Ávila*…, p. 130.

[10] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum, Ávila*…, p. 130.

[11] Resulta esencial el estudio de la fiesta del obispillo en las catedrales de Castilla, con presencia de disfraces, máscaras, comida, bebida y bailes vulgares al modo de juglares: HERNANDO GARRIDO, José Luis – "Sobre arte bajomedieval en la Ribera del Duero: zarragones, obispillos, santos toneleros y endemoniados". *Biblioteca: estudio e investigación* 25 (2010), pp. 227-267.

[12] Ávila, año 1481.

[13] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum, Ávila*…, p. 87.

[14] La bibliografía sobre los códigos de colores en las vestimentas medievales es amplia. Una selección muy actualizada en: SAS VAN DAMME, Astrid de – "El amarillo en la Baja Edad Media. Color de traidores, herejes y repudiados". *Estudios Medievales Hispánicos* 2 (2013), pp. 241-276; RODRÍGUEZ PEINADO, Laura – "Púrpura. Materialidad y simbolismo en la Edad Media". *Anales de Historia del Arte* 24 (2014), pp. 471-495.

párrocos las lean con "alta e inteligible boz"[15].

La vista ahora se aúna con el sonido, recordando el sistema, tantas veces invocado, de la función doctrinal de las imágenes en época medieval. Debió ser esencial el papel de los oficiantes y clérigos doctos que explicaban y leían las imágenes y los textos, activando su significado pero de los que, para los reinos de León y Castilla, no hemos conservado demasiadas referencias documentales.

Determinadas obras artísticas no siempre estuvieron bien vistas. En relación con la visualidad sensorial, la Baja Edad media castellana ofrece noticias que censuran y prohíben, por ejemplo, el uso de heráldica en los pilares y capillas de "las yglesias, e que no se pongan escudos ni paveses sobre las sepulturas de los defuntos. Manda a los clérigos los derriben e no lo consientan", alertando que ello había provocado "muchas diferencias e escándalos e pleitos, costumbre que los documentos tachan de destestable e pernicioso"[16]. Los simulacros estéticos que entraban por la vista preocupaban en 1345 y sobre ello se legisló al regular la altura de los sepulcros que "fechas en el cuerpo de la iglesia, faze grand fealdat en las iglesias", y se ordena que si se entierra dentro del templo la "sepultura sea llana e non sea mas alta que la tierra e el suelo de la iglesia"[17].

Si las imágenes pudieron activarse en los siglos del gótico hispano mediante la vista, sin duda el sonido[18] – ya mediante la palabra leída o, por ejemplo, a través de la música –, tuvo alta consideración en cuanto a sus funciones y sobreusos. La perspectiva post-romántica y neogótica del siglo XIX acabó por asentar la imagen de las catedrales como espacios de recogimiento, silencio, oscuridad y oración pero, en Castilla, las fuentes las describen de otra manera.

La congregación de fieles en la catedral de Burgos durante los siglos XIV y XV fue elevadísima pues "siempre por la mayor parte hay gran concurso de gente". La normativa menciona reiterativamente el alto número de "ryido e contiendas"[19] que alteraban el orden del espacio sagrado: voces que provocan la distracción y la comparecencia de otros sentidos: "dexan de oyr misa, comen e beven antes que la oyan".

No sólo los fieles generaron barullo, "lanças e azconas e vallestas e otras armas, e acontesce que entre ellos nascen ruydos"[20] y, por ejemplo, en tiempos del

[15] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum, Ávila…*, pp. 57-59.

[16] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum. Burgos y Palencia*. Madrid: Bibliotecas de Autores Cristianos, 1981, pp. 261-262. Se concreto que salvo "si aquel o aquellos por quien e en cuyo nombre se pusieren, hovieren fecho la capilla o pilar o arco donde los ponen". Debemos tener en cuenta que estas noticias parecen prohibir la ostentación de los laicos, más que la de los obispos.

[17] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum. Burgos…*, p. 374, sínodo de Blas Fernández de Toledo del año 1345.

[18] Se conoce mejor el caso centroeuropeo: MEYER, Jürgen – "Acoustics of Gothic Churches", In *Forum acusticum Sevilla 2002: 3rd European Congress on Acoustics Sevilla*. Sevilla 2002,

[19] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum. Burgos…*, p. 176. Aunque aborda ejemplos más tardíos véase: RICO CALLADO, Francisco Luis – "Ruidos y rencillas en la catedral. Las faltas de los beneficiados y la jurisdicción disciplinaria del cabildo catedralicio de Badajoz en época pretridentina", *Cauriensia* 10 (2015), pp. 409-435.

[20] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum. Burgos…*, p. 256.

obispo Pascual de Burgos se censuran los instrumentos musicales no apropiados: "no se tangan vyelas en las yglesias o monesterios (…) e que no se fagan bayles ni danças"[21]. Las fuentes remarcan la facilidad con la que las normas se quebrantaban en la oscuridad, en algunas vigilias, velando se "fazen bayles, dizen cantares deshonestos y pasan otras deshonestidades que no son de decir, y se censuran cosas de juglares"[22].

Con todo, la Iglesia medieval, en cuestiones sensoriales, se debatió entre la aceptación y uso y su prohibición, pues se dieron excepciones: "salvo en la noche de Navidad o durante fiesta del Corpus Christi"[23]. Sin duda en fechas señaladas, en aquellas donde los mensajes cristológicos debían fijarse más en los fieles, la Iglesia apeló al uso de la concupiscencia sensorial.

El ruido cercena el sutil canal que une la oración del fiel y la palabra de Dios – la del oficiante –, y se torna más potente allí donde resulta su espacio natural, en lo profano y cotidiano, fuera del templo, en sus aledaños.

La documentación castellana del final de la Edad Media rompe con el supuesto silencio decoroso e introspección con que el hombre actual imagina los espacios funerarios del medievo. Un sínodo del año 1481 indica "que no jueguen, ni coman ni beban ni fagan mercados ni libren pleitos", remarcando que el ruido se había apoderado de las iglesias "donde los clérigos acostumbran a jugar y juegan dados y tablas y naipes en las dichas iglesias y cementerios, y otrosi, juegan en los cementerios al tejo, y con ballestas, (…) y fazen yantares y combites en las yglesias"[24].

A pesar de las prohibiciones, aquí como en otros casos, los sentidos nunca abandonaron las exequias fúnebres y los espacios de enterramiento, lugar frecuente en tiempos del obispo Diego Deza de reprenden "negociaciones ni pregones ni tumultos, por ser actos ilícitos, y sobre todo cuando se celebrasen los oficios"[25].

---

[21] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum. Burgos…*, pp. 237-238.

[22] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum. Burgos…*, pp. 237-238.

[23] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum. Burgos…*, pp. 237-238. En otros casos se permiten, en segunda línea: "fagan juegos deshonestos, salvo algunas representaciones honestas e que vayan detrás del sacramento".

[24] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum, Ávila…*, p. 133. Aunque no se ocupa del caso leonés, recoge buenos ejemplos y bibliografía: HIDALGO CUÑARRO, José Manuel – "Los juegos de tablero medievales de la catedral de Orense". *Porta da aira: revista de historia del arte orensano* 12 (2008) pp. 107-157. Para un contexto europeo: BUBCZYK, Robert – "Ludus Inhonestus Et Illicitus? Chess, Games, and the Church in Medieval Europe", In PATTERSON, S. (ed.) – *Games and Gaming in Medieval Literature. The New Middle Ages*. New York: Palgrave Macmillan, 2015, pp. 23-43.

[25] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum. Burgos…*, p. 472.

De entre todos los sentidos, el olfato[26] y el tacto[27] aparecen en los documentos de la Castilla medieval con menor incidencia sobre el espacio sagrado. Obviamente se intentó acabar con el mal olor en las catedrales, provocado por la presencia de animales[28] o, a veces, por la deficiente higiene de los clérigos[29]. La normativa apela a la limpieza de los textiles, de los hábitos, "labar los corporales, casullas, albas y estolas de lino, manteles de altar, pues, asi immundos que causan horror y asco a los que los ven"[30]. Se buscaba la pulcritud, pero los religiosos "arrastraban los mantos"[31] y los textos se lamentan del "mal olor y vileza del paño"[32].

Finalmente, el gusto y los alimentos aparecen mencionados en la documentación y las fuentes litúrgicas como elementos clave en las catedrales de Castilla, donde se comía, desde tiempo "inmemorial"[33]. Muchas personas "encastillan y ocupan y profanan las iglesias, comiendo, durmiendo, faziendo fuego y aun peleando dentro y faziendo otros ilícitos actos, cerrando las puertas de las iglesias y no consintiendo ni

[26] Es pionero, para lo hispano, el trabajo de: GUIANCE, Ariel – "En olor de santidad: la caracterización de los aromas en la hagiografía hispana medieval". *Edad Media. Revista de Historia* 10 (2009), pp. 131-161. Existe más bibliografía para el caso europeo, pero se sigue alertando que es un campo poco estudiado aún: BRAZINSKI, Paul; FRYXELL, Allegra R. P. – "The Smell of Relics: Authenticating Saintly Bones and the Role of Scent in the Sensory Experience of Medieval Christian Veneration". *Papers from the Institute of Archaeology* 23 (2013), pp. 1-15; JØRGERSEN, Dolly – "The Medieval sense of smell, stench, and sanitation", In KRAMPL, Ulrike; BECK, Robert; RETAILLAUD-BAJAC, Emmanuelle (eds.) – *Les Cinq sens de la ville du Moyen* Âge *à nos jours*. Tours: Presses Universitaires François-Rabelais, 2013, pp. 301-313.

[27] Es novedosa la investigación realizada por: PUEBLA, Claudia – *La valoración del tacto como recurso retórico en las imágenes de la Edad Media. Los ejemplos emblemáticos del Noli Me Tangere y la duda de Santo Tomás*. Trabajo Fin de Máster, Universidad de Lérida, (Boto Varela, Gerardo dir.). Gerona, 2016, p. 126, dedicada al estudio de los cinco sentidos y su valoración frente al hombre medieval. La bibliografía es mucho más completa para el arte europeo: ROBINSON, Olivia; DUTTON, Elisabeth – "Drama, Performance and Touch in the Medieval Convent and Beyond", In CARRILLO-RANGE, David; NIETO-ISABEL, Delfi I.; ACOSTA-GARCÍA, Pablo (eds.) – *Touching, Devotional Practices, and Visionary Experience in the Late Middle Ages*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019, pp. 43-68.

[28] Los que aparecen con más frecuencia dentro de las catedrales de Castilla son los perros, citándose el cargo de perrero, encargado de sacarlos fuera del recinto sagrado: LÓPEZ, Carmelo Luis; LÓPEZ VILLALBA, José Miguel – *Pleitos medievales del cabildo de la iglesia catedral de Ávila*. Ávila: Diputación Provincial, 2014, p. 35. Estas personas también solían barrer la iglesia, ayudados por los mozos del coro, imponer silencio, no permitir que se cruzase los templos con mercancías, tocar las campanas y, además, cuidaban el reloj, como en el caso de Burgos. Véase también CASADO ALONSO, Hilario – *La propiedad eclesiástica en la ciudad de Burgos en el siglo XV: el cabildo catedralicio*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones, 1980, p. 36. Para el caso compostelano: IGLESIAS ORTEGA, Arturo – *El cabildo catedralicio de Santiago de Compostela en el siglo XVI: aspectos funcionales y sociológicos de una élite eclesiástica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2010. Tesis Doctoral, p. 163.

[29] CLASSEN, Albrecht (ed.) – *Bodily and Spiritual Hygiene in Medieval and Early Modern Literature. Explorations of Textual Presentations of Filth and Water*. Berlin: De Gruyter, 2017.

[30] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum, Ávila*…, p. 71, donde se recomendaban lavarlos en Navidad, Semana Santa y la Ascensión.

[31] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum. Burgos*…, constituciones del obispo Pascual, en 1498.

[32] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum, Ávila*…, p. 89.

[33] Como se especifica en el sínodo de 1545, cuando en los días de Tinieblas (Semana Santa) se apercibe a los clérigos que se "juntan a hacer colación en las mesmas iglesias": GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum. Burgos*…, p. 607.

dando lugar a los otros clérigos y sacristanes (…) para dezir y celebrar"[34]. En el interior de los templos, incluso, se cocinaba y la normativa intentó prohibir estos abusos.

Con todo, no sólo se comió en la iglesia. Tales prácticas aparecen documentadas en los cementerios, heredando la tradición pagana de la colación ante la tumba de los finados romanos: "no se hagan negociaciones ni ferias ni mercados ni pregones ni otros tumultos, ni se permita en los cimenterios tener carnecería"[35].

En las constituciones sinodales del obispo Luis de Acuña (1457-1495), en Burgos, se insiste en que los clérigos no pidan "yantares ni cenas ni colaciones en los enterramientos de los defuntos" y se censura que éstos, una vez realizadas las exequias, se queden en la casa del muerto "beviendo e pasando el dia e la noche"[36].

Así, durante la celebración de exequias y "en el cabo de año" se comía, amenazando a los clérigos que pidiesen *cibus* a los herederos[37], penando a los que

> "bevieren dentro de las yglesias, pues hemos visto que muchos defuntos en este nuestro obispado dexan, en sus testamentos, aniversarios de galletas de vino o, en otra manera, que se ayan de beber y hacen colación tras el aniversario, y se hacen grandes escándalos"[38].

Este tipo de noticias permite comprender la proliferación, en los siglos del gótico, de las escenas de colación funeraria o *pitanças* de aniversario donde el pan, el vino y otros alimentos aparecen mencionados en los textos[39]. Hogazas y molletes fueron un elemento vital para las sedes episcopales: lo mundano entraba en el espacio sagrado.

En Palencia[40] se menciona la existencia del llamado "pan de la fábrica de la iglesia catedral", producto vinculado al tercio pontifical. Las fuentes alertan que, en ocasiones, por negligencia de los clérigos "se pierde dicho pan"[41], cuyos beneficios

---

[34] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum, Ávila…*, pp. 79-80.

[35] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum. Burgos…*, p. 472.

[36] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum. Burgos…*, p. 247. Sobre la comida y el mundo funerario en Castilla: MARTÍN CEA, Juan Carlos – *El mundo rural castellano a fines de la Edad Media: el ejemplo de Paredes de Nava en el siglo XV*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1991, p. 399; RODRIGO-ESTEVAN, María Luz – "Compartir alimentos en las sociedades medievales: usos y significados", In GARINE, Eric: RODRIGO-ESTEVAN, María Luz; RAIMOND, Christine; MEDINA, Xavier (coords.). *Sharing food*. Jalisco: Universidad de Guadalajara, 2016, pp. 191-214.

[37] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum. Burgos…*, p. 213. En Burgos, durante el obispado de Pascual de Ampudia, alrededor del año 1500, se insiste en que los clérigos no "coma ni beva ni juegue en la taberna", allí donde "otros se dan tanto al vino que se embriagan e toman dello".

[38] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum. Burgos…*, p. 291.

[39] SIMÓN VALENCIA, María Esperanza – *El cabildo de la Iglesia Catedral de Burgos*. Santander: Universidad de Cantabria, 2016. Tesis Doctoral, pp. 101-190, analiza con múltiples ejemplos el tema de las pitanzas. Véase también: SPECIALE, Lucinia – "Sulla mensa del Signore. Il pane nelle fonti artistiche dell'alto medioevo occidentale", In *La Civiltà del Pane. Storia, tecniche e simboli dal Mediterraneo all'Atlantico*. Spoleto: Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, 2015, vol. 3, pp. 1183-1210.

[40] Se trata del Sínodo (año 1421) de Fernando García de Medina de Pomar, vicario general del obispo Rodrigo Velasco.

[41] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum. Burgos…*, pp. 428-429.

financiaban obras arquitectónicas: "entretanto se edifica la nuestra iglesia cathedral e su claustra, sea aplicada para su fábrica la primera undécima carga de pan de las rentas del obispo e cabildo (…) para su reparo y edificio e adornamiento"[42].

El pan, por último, era esencial en la impartición de caridad. En todas las diócesis de León y Castilla las noticias informan sobre la asistencia a pobres, peregrinos y enfermos[43].

Así por ejemplo, el obispo legionense Fernando Ruiz de Cabañas, en torno a 1300, rogó al abad de San Marcelo que diese a los desfavorecidos, cada día y como mínimo, "medio estopo de pan, mitad de trigo y otra mitad de centeno"[44]. En épocas de carestía (ca. 1421) se usó como limosna, como cuando el cabildo leonés mandó que a los desfavorecidos que acudiesen a la sede se les amparara: "ajuntados a su cabillo, llamados por canpana tañida. Se ordenó que por cuanto el tienpo era tal e el año caro en todas las cosas, espeçialmente de pan e de bino, e abía mucha gente poble, omes e mugieres que no tenían qué comer, salvo las limosnas de las buenas gentes, e porque ésta es una de las siete obras de misericordia: dar de comer a los fanbrientos"[45].

Este tipo de prácticas claramente son deudores de tradiciones heredadas de la Alta y Plena Edad Media y permiten explicar algunas conductas y ceremoniales vinculados al óbito del obispo don Rodrigo Álvarez, que dirigió la sede legionense entre los años 1209 y 1232[46], y las obras artísticas ligadas a su memoria funeraria. En ellas sin duda los sentidos y, particularmente, la cotidianidad de los alimentos, se convierten en algunos de los ejes discursivos de las imágenes que acompañaron su morada eterna.

El 5 de marzo de 1232 el prelado, que murió tres días después, donó veinte *estopos* de pan por la capellanía y las ofrendas mortuorias, y cuanto dieran al altar de la iglesia los clérigos y laicos[47]. La dádiva no se antoja casual en absoluto y ayuda a comprender la dimensión del epígrafe labrado sobre el perfil superior de la yacija de su monumento sepulcral:

"El día 8 de marzo del año 1232. Camino de paz, ápice de piedad, ejemplo de

[42] GARCÍA GARCÍA, Antonio – *Synodicon Hispanum. Burgos…*, p. 467, sínodo de obispo Diego de Deza, del año 1500.

[43] Recoge bibliografía extensa y actualizada: SANTO TOMÁS PÉREZ, Magdalena – *La asistencia a los enfermos en Castilla en la Baja Edad Media*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2002. Tesis Doctoral.

[44] Recoge el documento: VILLACORTA RODRÍGUEZ, Tomás – *El cabildo catedral de León. Estudio histórico-jurídico, siglos XII-XIX*. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 1974, p. 111.

[45] BAUTISTA, Mateo; GARCÍA, María Teresa; NICOLÁS, María Isabel – *Documentación medieval de la iglesia de León (1419-1426)*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1990, p. 71, doc. 60, del 5 de febrero de 1421.

[46] TEIJEIRA, María Dolores; HERRÁEZ, María Victoria – "Introducción. Los prelados bajomedievales ibéricos y su patronazgo artístico en contexto". *Anuario de Estudios Medievales* 51/1 (2021), pp. 2-38.

[47] RUIZ ASENCIO, José Manuel – *Colección Documental del Archivo de la Catedral de León (1230-1269)*. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 1993, vol. VIII, doc. 1992, pp. 17-19: *pro capellania XX stopos panis (terciam partem tritici, terciam centeni, terciam ordei) et oblationes et mortuaria et omnia alia quod ad peden altaris uenerint*. Se refiere a los clérigos y laicos de la iglesia de Santiago de Malillos de Oteros, León.

honestidad, este Rodrigo en la gloria pontifical, era comida, bebida y vestido para los necesitados; se hizo uno para todos en todas las ocasiones. Así pues, León, llora que tu patrón haya muerto, pues apenas, o nunca, ya vas a parir otro semejante"[48].

El conjunto funerario resultó muy novedoso dentro de la escultura gótica hispana, tanto por su tipología en *enfeu*, como por las imágenes que albergó[49] **(Figura 1)**. El fondo del arcosolio muestra, en la parte superior, el calvario y, en el nivel inferior, la celebración de las exequias y el lamento de los plañideros ante el cuerpo del prelado **(Figura 2)**. No existe duda que este monumento fue realizado para la catedral románica a finales del siglo XII y trasladado cuidadosamente al nuevo templo gótico[50].

A las donación de pan que el obispo realizó antes de morir, se suma también el epitafio: *Cibus et potus*, elementos que redundan en los acontecimientos narrados en la yacija donde dos legos reparten pan y bebida a un grupo de nueve pobres, peregrinos y tullidos[51], mientras otros dos asistentes[52] **(Figura 3)** los *homines* que citan los documentos de don Rodrigo[53], trasladan un caldero (¿de vino o de agua?) desde

[48] El sepulcro se encuentra adosado al muro sur de la actual capilla del Carmen de la catedral de León. Sobre la inscripción: MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación – "Comunicación y memoria: recursos epigráficos en la catedral de León", In SANTIAGO FERNÁNDEZ, Javier de; MUÑOZ SERRULLA, María Teresa (dirs.) – *Moneda, escritura y poder: comunicación, publicidad y memoria*. Madrid: Asociación de Amigos del Archivo Histórico Nacional, 2016, pp. 8-19, en concreto, sobre el epígrafe, p. 11.

[49] HERRÁEZ ORTEGA, María Victoria – "La catedral gótica de León. El inicio de la construcción a la luz de nuevos datos y reflexiones sobre la escultura monumental". *Estudios Humanísticos. Geografía, historia, arte* 22 (2001), pp. 183-200; SÁNCHEZ AMEIJEIRAS, Rocío – "Monumenta et memoriae: the thirteenth-century episcopal pantheon of León Cathedral", In VALDEZ DEL ALAMO, Elizabeth; STAMATIS PENDERGAST, Carol (ed.) – *Memory and medieval tomb*. Aldershot: Ashgate, 2000, pp. 269-299 y FRANCO MATA, Ángela – "Iconografía funeraria gótica en Castilla y León (siglos XIII y XIV)". *De Arte* 2 (2003), pp. 47-86. El sepulcro de Rodrigo Álvarez fue fuente de inspiración temática para los escultores que labraron el monumento del prelado leonés Martín II Rodríguez (ob. 1238), en la misma catedral. La novedad recayó sobre esa primera obra. En cambio, subraya el segundo ejemplar: LAHOZ, Lucía – "Marginados y proscritos en la escultura gótica. Textos y contextos", In MONTEIRA, Inés; MUÑOZ, Ana Belén; VILLASEÑOR, Fernando (coords.) – *Relegados al margen: marginalidad y espacios marginales en la cultura medieval*. Madrid: CSIC, 2009, pp. 213-266. En relación con la difusión de la repartición de viandas presentes en la escultura gótica: CABALLERO ESCAMILLA, Sonia – *La escultura gótica funeraria en la catedral de Ávila*. Ávila: Diputación Provincial, 2007, p. 121. Recoge documentación ligada al obispo Alonso de Fonseca donde se menciona la costumbre de dar "charidades de pan y queso y vino".

[50] La historiografía internacional sigue desconociendo las aportaciones de los investigadores españoles y el desarrollo de las secuencias de modelos del románico tardío y el primer gótico en León: WILLIAMSON, Paul – *Gothic Sculpture, 1140-1300*. New Haven-London: Yale University Press, 1995, p. 234. Relaciona la escultura del sepulcro de don Rodrigo con la llamada *porte Romane* del brazo norte del transepto de la catedral de Reims.

[51] LAHOZ, Lucía – "Marginados…", p. 224. Aunque la autora estudia la yacija del sepulcro de Martín Rodríguez, en ella identifica lisiados, peregrinos, "algunas mujeres, bien viudas, bien prostitutas", menesterosos y pobres.

[52] QUADRADO, José María – *Recuerdos y bellezas de España, Asturias y León*. Madrid: Repullés, 1855, p. 326: identifica una de esas figuras como un mayordomo.

[53] Se citan en un documento dado en León el 20 de octubre de 1221 y donde Alfonso IX confirma que los *homines* del obispo don Rodrigo contribuyan al yantar del rey únicamente con el prelado y no con el concejo: RUIZ ASENCIO, José Manuel – *Colección Documental del Archivo de la Catedral de León (1230-1269)*. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, VIII, doc. 1902, pp. 389-390.

Figura 1 – León, catedral de Santa María de Regla, sepulcro del obispo Rodrigo Álvarez († 1232), del autor.

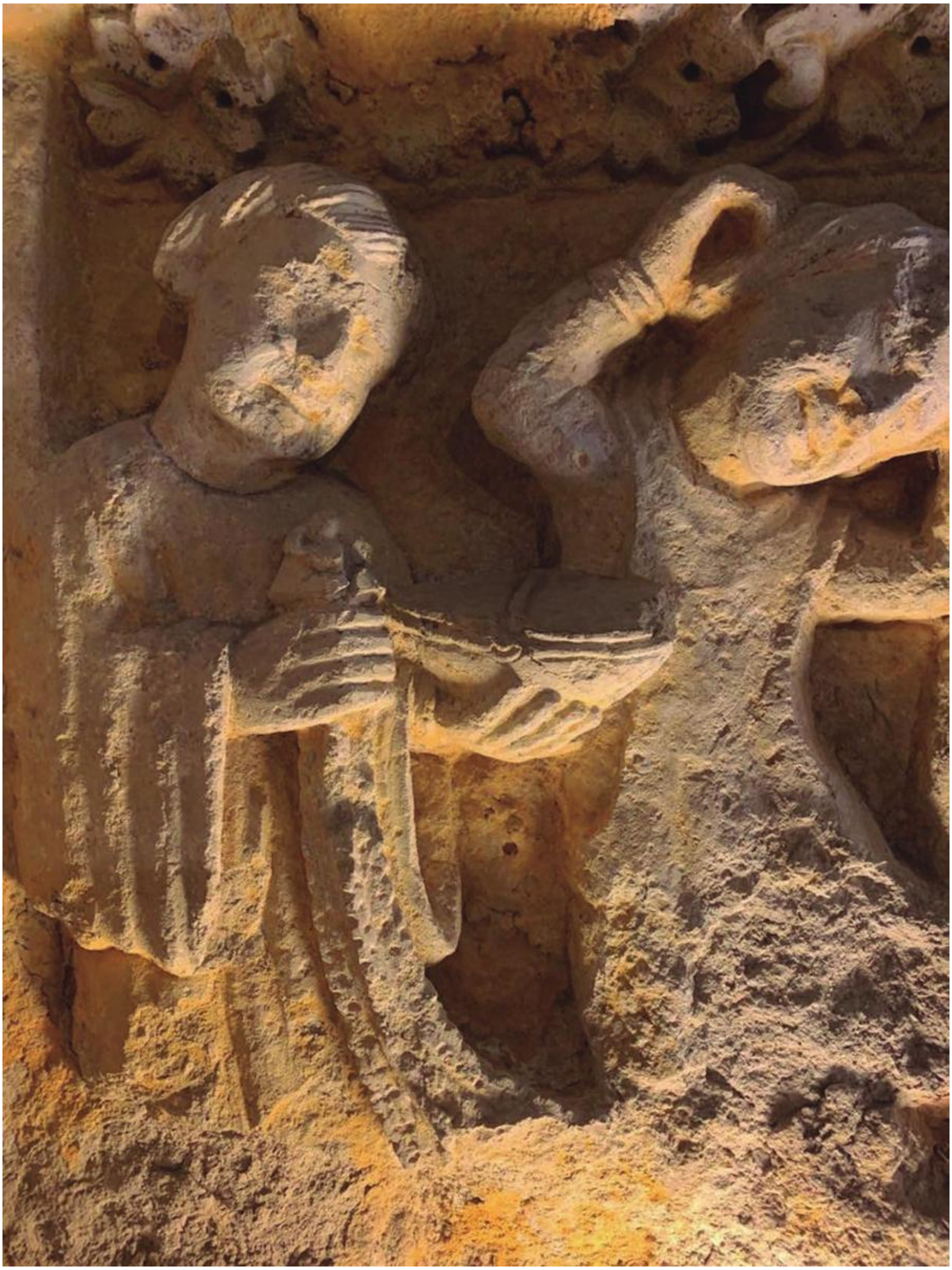


Figura 2 – León, catedral, sepulcro del obispo Rodrigo Álvarez († 1232), plorantes, del autor.

las puertas microarquitectónicas, del palacio episcopal[54] **(Figura 4)**.

El complejo ciclo funerario deja entrever las preocupaciones de un prelado con buena formación intelectual[55], conocedor del arte de la Europa de su época gracias a sus estancias en Francia y ligado, por ejemplo, a personalidades tan importantes como Lucas de Tuy[56]. No es extraño que algunos investigadores hayan visto, incluso, repercusiones del sepulcro legionense en la organización del monumento funerario del cardenal Riccardo Annibaldi († 1276), en San Juan de Letrán (Roma) y atribuido al escultor Arnolfo di Cambio[57].

La documentación catedralicia, que aporta datos veraces, nos presenta un prelado preocupado por las exequias fúnebres y, sobre todo, por los aniversarios que garantizasen la salvación de su alma y la preservación de su memoria[58]. Además, un nuevo rastreo de las fuentes conservadas remarca su labor como mecenas de las artes[59].

Aunque no conozcamos sus últimas voluntades, documentos indirectos indican que en 1233, ya muerto, los vicarios del testamento vendieron algunas propiedades del prelado para el sostenimiento de la capilla de San Miguel, *ad opus altaris Sancti Micahelis*[60], noticia sin duda referida a un espacio de la antigua catedral románica donde pudo haber estado este sepulcro antes de su traslado al nuevo edificio gótico.

Además, como publicó por primera vez la Dra. Herráez Ortega, el obituario del códice C18 de la catedral recoge, en el día 27 de diciembre:

> *isto die debemus habere XX morabetinos pro episcopo domno Roderico annuatim de hereditate de Cimanes quam comparavit Petrus Iohannis decanus. Et debemus celebrare missam pro eo. Et iacet in capella Sancti Michaelis; et debiles qui fuerint*

---

[54] Dicho edificio se ubicaba en el área urbana al sur de la catedral, con la que se conectaba mediante la llamada puerta Obispo y la muralla, de ahí su forma abaluartada, tal como indicó: SÁNCHEZ AMEIJEIRAS, Rocío – "Dos ejemplos de patronazgo en la iconografía de la escultura funeraria gótica leonesa", In *Actas del VII CEHA. Patronos, Promotores, Mecenas y Clientes*. Murcia: Universidad de Murcia, 1988, pp. 81-86

[55] Tuvo relaciones fluidas con la corte del rey Alfonso IX y encontradas con el cardenal Pelayo Galván y la corte pontificia de Honorio III. Desde la vertiente teológica participó en la controversia albigense: CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregoria – "La mitra y el cabildo en la iglesia de León durante el siglo XIII", In YARZA, Joaquín; HERRÁEZ, María Victoria; BOTO, Gerardo (eds.) – *La Catedral de León en la Edad Media. Actas del Congreso Internacional*. León: Universidad de León, 2004, pp. 77-98.

[56] MORALEJO, Serafín – "D. Lucas de Tuy y la actitud estética en arte medieval". *Euphrosyne: Revista de filología clásica* 22 (1994), pp. 341-346; SÁNCHEZ AMEIJEIRAS, Rocío – "Monumenta et memoriae…".

[57] GARNER, Julian – "The tomb of Cardinal Annibaldi by Arnolfo di Cambio". *The Burlington Magazine* 114 (1972), pp. 136-143.

[58] El 1 de marzo del año de su muerte realizó donaciones con este fin. Siempre protegido por la realeza, el rey Fernando III le dio potestad para disponer y ordenar sus bienes en la hora de la muerte, conforme "lo que les pareciese más conveniente": RISCO, Manuel – *España Sagrada*. Madrid: Pedro Marín, 1786, XXXV, p. 293-295 y POSADILLA, Juan de Dios – *Episcopologio legionense: biografía de los obispos de León*. León: Miñón, 1899, vol. II, p. 30.

[59] El obispo había donado a diversos templos libros litúrgicos, entre ellos un breviario, una campana o un manto de lino con amito: RUIZ ASENCIO, José Manuel – *Colección Documental del Archivo de la Catedral de León (1230-1269)*. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, VIII, doc. 1888, p. 369.

[60] RUIZ ASENCIO, José Manuel – *Colección Documental…*, doc. 1995, p. 22.

Figura 3 – León, catedral, sepulcro del obispo Rodrigo Álvarez († 1232), pobres y necesitados, del autor.

Figura 4 – León, catedral, sepulcro del obispo Rodrigo Álvarez († 1232), repartición de los panes a los pobres, del autor.

in civitate debent habere partem suam, sicut et alii[61].

Estos datos justifican la escena de repartición de los panes y el vino en la yacija del sepulcro, comprendida por la mayor parte de los investigadores como exaltación de la *caritas* episcopal a través de la celebración de las *pitanças* de aniversario, la *refectio*[62], aunque las fuentes también informan que este tipo de comidas en honor del difunto podían celebrarse el mismo día del entierro. En el mismo sentido, la documentación diferencia esta ceremonia de la colación, la refacción, que se servía a las puertas de la catedral o en los espacios urbanos colindantes[63].

Dejando a un lado tales disquisiciones, lo que nos interesa remarcar son los aspectos sensoriales que aparecen en el discurso de estas imágenes, remarcando la relevancia de la comida, la bebida y la materialidad del vestido, tanto en los iconos como en el epitafio. Por otra parte, la relación de estos temas en los siglos del gótico con el mundo funerario se remonta a la Antigüedad, en un fenómeno que cada vez conocemos mejor: los obispos castellanos de los siglos XIII y XIV utilizaron los recursos plásticos y textuales del mundo romano para idear los ciclos de sus sepulcros[64]. Esta línea de investigación deberá afrontarse en el futuro y dará ricos frutos.

En el *Enquiridión* de Epicteto[65] (55-135 d. de C.), por ejemplo, la comida y la bebida se relacionan con el cuerpo y el alma y, nuevamente, en las sentencias de Séneca se reitera la indulgencia y su relación con los manjares y los ropajes, ideas que heredó la Baja Edad Media y el mundo moderno en relación con la muerte de los prelados[66].

---

[61] HERRERO JIMÉNEZ, Marta – *Colección Documental del Archivo de la Catedral de León. Obituarios medievales*. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 1998, X, p. 580. Ya los identificó como plañideros mesándose los cabellos "en grotescas actitudes": QUADRADO, José María – *Recuerdos y bellezas…*, p. 326.

[62] HERRÁEZ ORTEGA, María Victoria – "La catedral gótica…", p. 189; SÁNCHEZ AMEIJEIRAS, Rocío – "Monumenta et memoriae…", pp. 266-299, remarca la idea de la caridad, siguiendo el modelo de santos y reflejo de la búsqueda de una imagen de santidad episcopal. Véase también: KARGE, Henrik – "Grabkunst als Ausdruck der gesellschaftlichen Dimension des Todes: Monumente und Entwicklungen auf der iberischen Halbinsel; eine Einführung", In BORNGÄSSER, Barbara; KARGE, Henrik; KLEIN, Bruno (eds.) – *Grabkunst und Sepulkralkultur in Spanien und Portugal*. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 2006, p. 9-29, usa este razonamiento para el sepulcro de Martín Rodríguez, sin indicar que es deudor del sepulcro Rodrigo Álvarez, aunque la secuencia de modelos ya se conoce desde RÍOS Y SERRANO, Demetrio de los – *La Catedral de León,* Vol. 1. Madrid: Corazón de Jesús, 1895, pp. 95-96.

[63] BALDÓN ALCOZ, Julia; GARCÍA DE LA BORBOLLA, Ángeles; PAVÓN NIETO, Julia – "Un análisis de los testamentos y mandas pías contenidos en los protocolos notariales navarros". *Hispania* 65 (2005), pp. 155-225, en concreto, p. 182.

[64] MORÁIS MORÁN, José Alberto – "Memoria in hereditate: devoción y comitencia artística del obispo don Gonzalo de Hinojosa (1313-1327) en la catedral de Burgos", In *Medieval Europe in Motion V. Materialities and Devotion (5th-15th centuries)*. Batalha (en prensa).

[65] EPICTETO – *Enquiridión*. Ed. José Manuel García de la Mora. Barcelona: Anthropos, 2004, p. 76.

[66] NÚÑEZ DE CEPEDA, Francisco – *Idea del buen pastor: copiada de los SS. Doctores*. León: Anisson, 1682, pp. 655-657. La ropa, comida y vestido aparecen en: BELARMINO, Roberto – *De Arte bene moriendi*. Sl: sn, 1623, Libro II, p. 171. En la obra KEMPIS, Thomas de – *De Imitaione Christi*. Munich, 1599, vol. IV, Libro III, p. 231, autor que vivió entre 1380 y 1471, se repite el topos, similar al del epitafio sepulcral leonés: *Ecce cibus, potus, vestis, accaetera vtensilia, ad corporis sustentaculum penitentia, feruenti spiritui sunt onerosa*.

Aunque la alusión al *cibus, vestis et potus* se haya vinculado con la *caritas* como eje discursivo del epígrafe y las imágenes de la yacija, el rastreo de las fuentes permite comprobar la dimensión y complejidad del mensaje, marcado también por una vertiente penitencial que apela – y ello nos parece fundamental – a la exaltación de los sentidos como vía purgatoria[67].

Diversos epígrafes y manuscritos francos de la primera mitad del siglo XIII[68], copias de inscripciones funerarias o inspirados en ellas[69], revelan el tono penitencial de algunos temas presentes en la tumba de don Rodrigo. Como ocurrió en otros sepulcros episcopales de Castilla[70], la herencia de las imágenes y los textos vinculados con los enterramientos de prelados de la Antigüedad tardía y la Alta Edad Media debió ser decisiva. Un rastreo de los *epitaphia sepulchrale* de los siglos XI y XII revela el tono penitencial implorado mediante a través del *cibus, vestis et potus*[71].

Es más, el texto editado por Ludolf von Sachsen y Louis Marie Rigollot nos parece esencial para demostrar la compleja dimensión teológica de las imágenes contenidas en el sepulcro legionense. La fuente invoca a la muerte y al polvo del cuerpo del finado, pidiendo consuelo para los allegados (*consolationem*). Resulta esencial que se mencionen la comida, la bebida y los ropajes (*cibo, veste, potus aqua*). Continua remarcando las recomendaciones para la penitencia apelando particularmente a la escenificación del dolor, mencionándose explícitamente los golpes en el pecho (*tunde pectus*) y las oraciones ante la *blens humilis* (sangre humilde) de Cristo, temas presentes en el lucillo y caja del monumento sepulcral.

Finalmente las lágrimas hacen acto de presencia en el texto (*lacrymis*), y sólo Cristo aplaca el dolor de los bienaventurados, a los que promete consuelo: *Beati qui lugent, quoniam ipsi consolabuntur*, y reconfortando a las *omnia desesperata tu animas*. Finalmente, la *oratio* que acompaña al texto regresa sobre el tema de las lágrimas (*tota vita mea plorem totam vitam meam*)[72].

---

[67] En la catedral de León la costumbre pasó a los canónigos en los siglos posteriores. Por ejemplo, Sancho Rodríguez Bayón mandó en su testamento enterrar su cuerpo en el claustro, cerca de la imagen de Santa Lucía, y dió "órdenes de la çibdat (…) lleven pan e bino e çera para me offerendar el día de mi entierro": BAUTISTA, Mateo; GARCÍA, María Teresa; NICOLÁS, María Isabel – *Documentación medieval…*, doc. 24, p. 41, de 2 de septiembre de 1419.

[68] En Viena, Österreichische Nationalbibliothek, Codex Vindobonensis Palatinus Ms. 4015, fol. 59b: *versus de poenitentia, Sit tibi potus aqua, cibus aridus aspera vestis*.

[69] Paris, Bibliothèque nationale de France, Ms. Lat. 3246, fol. 174, atribuidas a Guillelmus de Montibus (1140-1213), coetáneo al obispo leonés.

[70] MORÁIS MORÁN, José Alberto – "Memoria in hereditate".

[71] Véase los ejemplos recogidos en: MINER, Priscila Anna – *Eleventh and Twelfth Century Latin Epigram*. Berkeley: University of California, 1970, p. 255. También se encuentra ese epigrama bajo el título de *Quid sit penitentia et in quibus consistat et qui fructus eius*; véase sobre ello: NARDUCCI Henricus – *Catalogus codicum manuscriptorum, praeter graecos et orientales*. Roma: Bibliotheca Angelica, 1893, vol. 1, p. 193.

[72] SACHSEN, Ludolf von; RIGOLLOT, Louis Marie – *Vita Jesu Christi ex Evangelio et approbatis ab Ecclesia Catholica doctoribus sedule collecta*. Paris: Victor Palmé, 1878, vol. I, p. 180.

FARMHOUSE ALBERTO, Paulo – "Vida intelectual y poesía en el reino de León (910-1109)", In FERNÁNDEZ CATÓN, José María (ed.) – *Monarquía y sociedad en el reino de León, de Alfonso III a Alfonso*

Obviamente este texto no es la fuente inspiradora de las imágenes funerarias pero sin duda permite confirmar la alta preparación intelectual del prelado don Rodrigo Álvarez, y la de su círculo catedralicio, y el gran conocimiento de los textos altomedievales que debieron tener.

En conclusión, a la demostración de la *caritas* episcopal, evidente en las escenas de la yacija, debe sumarse la dimensión penitencial del conjunto potenciada mediante la exaltación sensorial emanada desde las imágenes y el epígrafe: la luz de las candelas que portan tres canónigos esculpidos en el lucillo, la evocación del olor al que alude la imagen de la naveta y el incensario, la sonoridad de los gemidos y gritos de los plorantes que se mesan los cabellos, las vestiduras rasgadas de uno de los miembros del cortejo, los cánticos fúnebres y las exequias leídas.

En fin: *oyir, oler, ver, tañir, y gustar*; el *cibus* que, en forma de pan penitencial, se ofrece a los pobres a las puertas del pequeño edificio fortificado, imagen del palacio episcopal y claramente alusivo a la topografía eclesial, y urbana que se relacionaba físicamente con el sepulcro.

Como se ha dicho, sabemos que este monumento funerario estuvo ubicado en una capilla de la catedral románica consagrada en honor de San Miguel. Cuando la nueva fábrica gótica lo permitió, se trasladó cuidadosamente cada piedra y figura del sepulcro, consagrando esa capilla nueva al mismo santo. No es casual, creemos, que se decidiera empotrar el monumento en un lugar tan preeminente, al lado del altar mayor de la catedral del siglo XIII y anexo a la puerta que permitía conectar -mediante una escalera de caracol-, la girola con los aposentos episcopales, al otro lado de la calle, a través de la desparecida Puerta del Obispo[73] **(Figura 5)**.

VII. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 2007, vol. II, pp. 141-172, concretamente, p. 256, donde se recogen abundantes textos funerarios, de los siglos XI y XII, que remarcan esta idea de que la consolación es la verdadera vida.

[73] El restaurador del monumento indicó: "que nosotros hemos respetado (la puerta) para su uso primitivo": RÍOS, Demetrio de los – *La Catedral…*, p. 96.

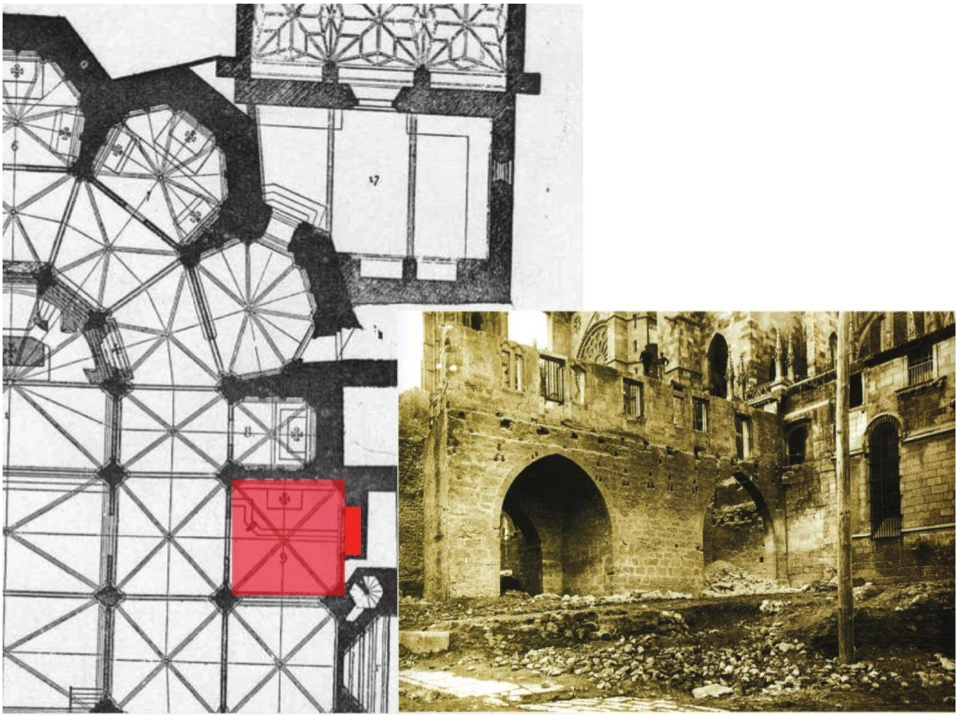


Figura 5 – León, catedral, actual capilla del Carmen con el sepulcro, acceso a la desaparecida puerta del Obispo, del autor sobre el plano de Demetrio de los Ríos.

Entre lo urbano y lo rural:
Otium cum dignitate *de un obispo castellano del siglo XV*[1]

María Concepción Cosmen Alonso[2]

Resumen

El asunto que a continuación desarrollamos pretende aclarar ciertos aspectos de la vida cotidiana de un prelado hispano de finales de la Baja Edad Media. En concreto, nos vamos a referir a don Luis de Acuña y Osorio, quien ocupó las cátedras de Segovia, entre 1449-1456, y de Burgos, desde 1457 hasta su muerte en 1495. El tiempo de ocio de este personaje de la Iglesia castellana estuvo ocupado en gran medida por sus aficiones deportivas al aire libre, principalmente equitación y caza, actividades que, probablemente, lo llevaron a elegir como santo protector a San Huberto, gran cazador que llegó a ser obispo de Lieja en el siglo VIII.

Palabras clave
Obispo; Vida cotidiana; Equitación; Caza; Baja Edad Media.

[1]Este estudio se ha elaborado en el marco del Proyecto de Investigación "El Patronazgo artístico en el Reino de Castilla y León (1230-1500). Obispos y Catedrales II" (HAR2017-88045-P), financiado por el Ministerio de Economía, Industria y Competitividad y fondos FEDER.

[2] Instituto de Estudios Medievales – Universidad de León.

Between urban and rural: *Otium cum dignitate* of a 15th century Castilian bishop.

Abstract

The subject that we develop next tries to clarify certain aspects of the daily life of a Hispanic prelate of the Late Middle Ages. We are going to specifically refer to don Luis de Acuña y Osorio, who held the chairs of Segovia between 1449-1456, and Burgos from 1457 until his death in 1495. The leisure time of this character of the Castilian Church was occupied to a large extent by his outdoor sport hobbies, mainly horse riding and hunting, activities that probably led him to choose as patron Saint Hubert, a great hunter who became bishop of Liege in the 8th century.

Keywords
Bishop; Daily life; Riding; Hunting; Late Middle Ages.

Introducción.

Don Luis de Acuña y Osorio completó su *cursus honorum*, como obispo de Burgos, entre los años 1457 y 1495[3].

Nos centraremos en esta postrera etapa del mitrado, pues de ella hemos podido extraer las escasas noticias que conocemos, hasta el momento, sobre su vida diaria. Esos pequeños indicios aparecen en la documentación conservada en la catedral de Burgos y son datos que nos acercan a las actividades lúdicas de don Luis; detalles que se encuentran en un acta capitular de 1458 y en su testamento de 1495[4]. Además, la iconografía del excelente retablo que decora su capilla funeraria, dentro de la iglesia mayor burgalesa, nos proporciona valiosas imágenes en el mismo sentido.

Las aficiones deportivas del prelado aparecen identificadas con el mundo de los caballos, en relación con la equitación y las actividades cinegéticas, unas costumbres eminentemente aristocráticas que ponían de manifiesto la dignidad de

[3] EUBEL, Konrad – *Hierarchia Catholica Medii Aevi sive Summorum Pontificum, S. R. E. Cardinalum Ecclesiarum Antistitum Series. AB. Anno 1431 usque ad Annum 1503 Perducta*. vol. II. Monasterii: Sumptibus et typis Librariae Regensburgianae, 1914, p. 112; MARTÍNEZ SANZ, Manuel – "Episcopologio de Burgos". *Boletín eclesiástico del arzobispado de Burgos* 17 (1874), pp. 171-175; LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – "Don Luis de Acuña, el cabildo de Burgos y la reforma (1456-1495)". *Burgense* 2 (1961), pp. 185-317, especialmente p. 191.

[4] Archivo Catedral de Burgos, Registro 16, folio 26r. y Libro 39/2, folios 448r.-451v. Así como: LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – "Don Luis de Acuña, el cabildo…", pp. 192-193 y 312-317.

quien las realizaba[5]. Estas ideas estaban perfectamente recogidas, dentro de la corona de Castilla, en las *Siete Partidas* que comienzan a gestarse en la época de Alfonso X el Sabio (1252-1284), en concreto, en la *Partida* II, V, que habla de las recomendaciones dictadas para que el monarca pudiese sobrellevar sus pesadas cargas[6]. En este caso, basándose en tradiciones de los antiguos, se anima al rey a practicar la caza para calmar su mente y mantener su cuerpo ejercitado, cuando, además, el placer alcanzado con dicha ocupación le proporcionará alegría[7].

Don Luis de Acuña y Osorio.

El prelado objeto de atención, que nació en fechas próximas a 1426, era hijo de María Manuel Acuña (+1465), de la que tomó su primer apellido, y de un noble palentino, Juan Álvarez Osorio, señor de Villastugo (†1436)[8]. Por lo tanto, pertenecía a la familia portuguesa de los *da Cunha*, en concreto, era descendiente de Martín Vázquez da Cunha, quien se instaló en Castilla tras el acceso al poder del rey Juan I de Avís (1383-1433)[9].

De los años de formación del prelado no conocemos detalles fidedignos hasta

[5] La frase latina *cum dignitate otium* está unida al pensamiento ciceroniano, tal como es sobradamente conocido, y se refiere al que practican los ciudadanos ilustres, como se refleja en su *Pro Sestio*, véase: MAGARIÑOS, Antonio – "Enseñanza y Problemas políticos en el *Pro Sestio* de Cicerón". *Cuadernos de la Fundación Pastor* 3 (1961), pp. 79-97. Además, el orador recoge, en su *Sobre los deberes*, libro III, 1, el ejemplo de algún destacado ciudadano romano que salía de la ciudad, cuando la vida en ella se hacía una carga, e iba al campo por placer. Esta misma idea se encuentra en Plinio el Joven que practicaba esta vía cuando se retiraba a su villa de Toscana y escribió: "ejercito mi espíritu con los estudios y mi cuerpo con las cacerías", PLINIO EL JOVEN – *Cartas*. Ed. Julián González Fernández, libro V, 6, 46. Barcelona: RBA, 2017, p. 255. El pensamiento de Cicerón estaba presente en varias de las obras de la biblioteca de don Luis, las mencionadas en el inventario de 1496 con los números: 31, 144, 204 y 259. Además, Plinio el Viejo, que fue una guía para Plinio el Joven, también se nombra en el puesto 22. Es evidente que el prelado conocía de primera mano estas ideas, véase: LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – "La biblioteca de D. Luis de Acuña en 1496". *Hispania XX* LXXVIII (1960), pp. 81-110, especialmente pp. 86, 90, 92 y 94.

[6] GARCÍA GALLO, Alfonso – *Manual de Historia del Derecho español. I El origen y la evolución del Derecho*. Madrid: Artes Gráficas y Ediciones, 1973, pp. 392-394. En la biblioteca de don Luis también estaba el *Fuero de Leyes* que se conoce como *Siete Partidas* y que se inventarió con el número 347, véase: LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – "La biblioteca…", p. 108.

[7] Un comentario muy detallado y pertinente sobre este asunto se puede leer en: GÓMEZ REDONDO, Fernando – *Historia de la prosa medieval castellana. I La creación del discurso prosístico: el entramado cortesano*. Madrid: Cátedra, 1998, pp. 838-839.

[8] LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – "Don Luis de Acuña, el cabildo…", pp. 194-196; AGÚNDEZ SAN MIGUEL, Leticia – "Carreras eclesiásticas y redes clientelares en la Castilla bajomedieval: la provisión de beneficios menores en el cabildo de la catedral de Burgos (1456-1470)". *Anuario de Estudios Medievales* 44/2 (2014), pp. 665-687.

[9] A la muerte de Fernando I de Portugal (1367-1383) los problemas de sucesión hacen salir a la palestra a Martín Vázquez da Cunha, que se colocó en el bando que defendía la herencia al trono portugués de la infanta Beatriz, casada con Juan I de Castilla (1379-1390). El noble luso, al llegar a Castilla, fue nombrado por Enrique III (1390-1406) conde de Valencia de Campos, actual Valencia de Don Juan (León). Con el fin de no alargar excesivamente las referencias a estos antecedentes del obispo, que son numerosas respecto a las fuentes y estudios históricos, véase: COSMEN ALONSO, María Concepción – "Lo que antecede al maduro y oportuno patrocinio artístico del obispo Luis de Acuña (circa 1426 -1495)". *Anuario de Estudios Medievales* 51/1 (2021), pp. 373-398, especialmente pp. 380-381.

que fue nombrado administrador de la diócesis de Segovia en 1449, pues sólo contaba con 23 años, cargo para el que lo propuso el monarca Juan II (1406-1454)[10]. Pero, su carrera eclesiástica ya había comenzado con antelación a la fecha citada, pues la documentación se refiere a su persona como canónigo de dicha sede segoviana y arcediano de Valpuesta (Burgos)[11]. Por otra parte, de su vida privada desconocemos casi todo, pero fue padre de dos hijos Diego de Osorio y Antonio de Acuña, a favor de los cuales pudo testar con la venia papal[12].

En Segovia, don Luis permaneció siete años, desde 1449 a 1456, y compatibilizó su prelatura con el cargo de Canciller Mayor de la princesa de Asturias, Blanca de Navarra, hasta el mes de julio de 1453[13]. A partir de 1457 hizo efectivo su ascenso al ocupar el obispado burgalés, lugar donde estuvo hasta su muerte en el año 1495. También en este periodo desempeñó algún puesto en la corte, pues en 1458 se sabe que era Oidor presidente de la Audiencia Real y, además, se le citaba como Capellán mayor de Enrique IV[14].

Para completar esta pequeña semblanza de don Luis, debemos añadir que contaba con familiares muy destacados que intervenían activamente en la política del Reino de Castilla; tales son los casos de Pedro Girón (†1466), señor de Belmonte, Juan Pacheco, marqués de Villena (†1474) y el arzobispo de Toledo Alfonso Carrillo de Acuña (†1482); sus relaciones estrechas con estos círculos lo conducirán a decisiones controvertidas que lo pusieron, a veces, en entredicho[15].

---

[10] EUBEL, Konrad – *Hierarchia Catholica Medii Aevi*..., p. 234. Don Luis tuvo que cumplir los 27 años para ser consagrado obispo.

[11] CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *Burocracia y cancillería en la Corte de Juan II de Castilla (1406-1454). Estudio institucional y prosoprográfico*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2012, p. 221.

[12] LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás –"Don Luis de Acuña, el cabildo...", pp. 200-206; CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *Burocracia y cancillería*..., p. 221. El primero de sus vástagos se dedicó a la vida civil y llegó a ser Regidor en Burgos; el segundo hizo carrera religiosa y murió siendo obispo de Zamora. Teresa de Guzmán, pudo formar parte de la descendencia del obispo, pero, hasta el momento, faltan datos específicos que lo sostengan: COSMEN ALONSO, María Concepción – "Lo que antecede...", p. 382.

[13] CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *Burocracia y cancillería*..., p. 221.

[14] LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – "Don Luis de Acuña, el cabildo...", p. 191; NIETO SORIA, José Manuel – *Iglesia y génesis del estado moderno en Castilla (1369-1480)*. Madrid: Universidad Complutense, 1993, p. 178 y BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, Bernabé (coord.) – *Historia de las diócesis españolas, 20. Iglesias de Burgos, Osma-Soria, Santander*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, pp. 79-121, 311, 315, 316, 318.

[15] La Crónica de Enrique IV señala que "el obispo don Luis de Acuña fue uno de los grandes que aprobaron la sublimación del rey don Alonso": ROSELL, Cayetano (coord.) – *Crónicas de los Reyes de Castilla, desde don Alfonso el Sabio hasta los católicos don Fernando y doña Isabel*. vol. III, cap. XXX. Madrid: Ribadeneyra, 1875-1878, p. 34; LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – "Don Luis de Acuña, el cabildo...", p. 268; NIETO SORIA, José Manuel – *Iglesia y génesis*..., pp. 277-283, 287; DÍAZ IBÁÑEZ, Jorge – "Los eclesiásticos castellanos en los enfrentamientos urbanos (siglos XIV-XV)", In ARRANZ GUZMÁN, Ana; RÁBADE OBRADÓ, Pilar; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar (coords.) – *Guerra y Paz en la Edad Media*. Madrid: Sílex, 2013, pp. 141-162, especialmente pp. 145 y 155; DÍAZ IBÁÑEZ, Jorge (2013b), – "Ritualidad y cultura del consenso en la iglesia castellana bajomedieval", In NIETO SORIA, José Manuel; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar, (coords.) – *Pacto y consenso en la cultura política peninsular. Siglos XI-XV*. Madrid: Sílex, 2013, pp. 169-204, especialmente pp. 200-201; AGÚNDEZ SAN MIGUEL, Leticia – "Carreras eclesiásticas y...", p. 668 y FRANCO SILVA, Alfonso – *El arzobispo de Toledo, Alonso Carrillo. Un prelado belicoso del siglo XV, apasionado por la riqueza y el poder*. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2014, pp. 68, 83, 94, 158.

El ocio de una dignidad eclesiástica.

Respecto a la vida cotidiana del prelado objeto de estudio, contamos con escasas referencias, pero suficientemente significativas. Así, en el documento citado de 27 de enero de 1458, cuando ya hacía más de 10 meses que don Luis de Acuña había tomado posesión del obispado[16], se recoge una petición del mitrado al Cabildo para que cualquier beneficiado que lo desease pudiese salir a cabalgar con él. Además, se explicitó que – su numeroso círculo de deudos – podía hacer este papel, pero se puntualizó que, si en alguna fiesta quisiera algún clérigo salir a caballo por la ciudad, para honrar la celebración, se le consintiese hacerlo.

Para argumentar este ruego se especificó que, en la Iglesia de Segovia, de dónde provenía don Luis, había un estatuto que permitía, cuando el obispo cabalgaba y algún miembro del clero lo quería hacer con él, que a este no lo penalizasen por ausentarse de los oficios de las horas.

Tras esta demanda y explicación consiguiente, el Cabildo de Burgos, después de realizar los ajustes en la normativa vigente, dio el consentimiento[17].

Los antecedentes segovianos de los que se valió el obispo para poder apoyar su súplica se encontraban en el *Libro sinodal* que se conformó tras el Sínodo de Turégano; reunión que tuvo lugar el 3 de mayo de 1440 y que había sido promovida por el obispo Lope de Barrientos (1438-1441)[18]. En dicho texto, el capítulo 19 habla "De los clérigos que se arman e andan a caballo" y se especifica que ninguna persona eclesiástica del obispado se arme y ande, a pie o como jinete, públicamente por la ciudad o lugar del obispado, para hacerlo debe tener "justas e legitimas e evidentes e manifiestas y razonables causas", explicaciones que se deben dar al obispo o a sus vicarios para obtener la licencia pertinente[19].

Por lo tanto, el clero que quería cabalgar o cazar, para lo cual tendría que montar un caballo e incluso llevar algún tipo de instrumento ofensivo, se asimilaba a las gentes armadas para fines bélicos. De este modo, las razones que se debían argüir para realizar funciones más lúdicas tendrían que exponerse con detalle ante la autoridad eclesiástica, con el fin de obtener el permiso de actuación[20].

Parece claro que, siguiendo la costumbre del episcopado segoviano, en Burgos

---

[16] Don Luis tomó posesión en la Capilla de Santa Catalina, del complejo catedralicio, el 4 de marzo de 1457, véase: LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – "Don Luis de Acuña, el cabildo…", p. 191.

[17] LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – "Don Luis de Acuña, el cabildo…", pp. 191-193.

[18] El *Libro sinodal* de Segovia no es más que una copia del promulgado, en 1410, por el prelado Gonzalo de Alba (1408-1412) en Salamanca, véase: GARCÍA Y GARCÍA, Antonio (dir.) – *Synodicon Hispanum. VI Ávila y Segovia.* Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1993, p. 381.

[19] GARCÍA Y GARCÍA, Antonio (dir.) – *Synodicon Hispanum. VI …*, p. 402.

[20] El mismo Acuña, en el Sínodo burgalés de 1474, aprobó, con su cabildo, que ningún clérigo podía depender de un señor actuando como guerrero a su servicio, véase: LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – "Sínodos Burgaleses del siglo XV". *Burgense* 7 (1966), pp. 201-406, especialmente p. 351.

se pidió el consentimiento al cabildo para que los componentes del clero que lo deseasen pudiesen montar a caballo y, sin duda, cazar con don Luis, sin ser castigados, pecuniariamente hablando, sus ausencias.

Por otra parte, las actividades venatorias del prelado se pueden refrendar en su testamento, que dictó en la capital castellana el 12 y 13 de septiembre de 1495[21]. En el documento vuelve a haber pequeñas referencias que nos aseguran sus aficiones Así, en las mandas que ordenó se dice que se pague a Salinas, un miembro de su casa, 8000 maravedís por el caballo que le tomó y, además, se explicita que al doctor Pedro de Miranda le sea abonado el caballo que le tomó para caza[22].

En el mismo escrito, en relación con el mundo de las caballerías, se hace referencia a varios mozos de espuelas de la casa del prelado y se cita a, Machín, Andrés, Juan y García, a los cuales les dejó 20 000, 7000, 3000 y 3000 maravedís, respectivamente. Como se puede apreciar, se mejora llamativamente al primero de los nombrados "porque anduvo a mi servicio muchos caminos"[23]. La importancia de los équidos se deja sentir, pues es indudable lo necesarios que eran, no solo para las actividades lúdicas, sino para para el transporte de personas y de mercancías.

Como reacción a estas formas de actuación que promovió don Luis, sólo hay que esperar un lustro, desde su muerte, para que, en las *Constituciones* del año 1500, que fueron promulgadas por su sucesor el obispo Pascual de Ampudia (1496-1512), quien era un dominico y reformador convencido, se vuelva a prohibir a los clérigos burgaleses las prácticas venatorias[24].

La contraofensiva se gestó en el Sínodo celebrado en Medina de Pomar, donde se legisló específicamente que los clérigos del obispado no debían cazar en montes ni en sotos ni en otros lugares destinados a ello, bajo pena de 600 maravedíes, y, además, se especificó taxativamente que en sus casas no podían criar ni tener galgos, pues serían castigados[25].

Con toda esta normativa se trasluce que la afición a la caza era una actividad común entre el clero, como lo era en los ámbitos de la nobleza laica, y don Luis no fue más que un impulsor de estas prácticas. Dichos asuntos, que no eran nuevos en la diócesis de Burgos en la segunda mitad del siglo XV, provocaban rechazo entre los religiosos más rigurosos.

---

[21] Las últimas voluntades del obispo se guardan en el Archivo de la Catedral de Burgos, Libro 39/2, folios 448r-451v., su trascripción completa está en: LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – "Don Luis de Acuña, el cabildo…", pp. 312-317.

[22] LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – "Don Luis de Acuña, el cabildo…", p. 315.

[23] LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – "Don Luis de Acuña, el cabildo…", p. 315.

[24] Diccionario Biográfico electrónico (DB~e) de la Real Academia de la Historia [Online]. [Consultado el 11 de septiembre de 2021]. Disponible en https://dbe.rah.es/biografias/18327/pascual-de-ampudia.

[25] GARCÍA Y GARCÍA, Antonio (dir.) – *Synodicon Hispanum VII, Burgos y Palencia*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1997, p. 260.

Otros prelados y la caza.

A la hora de completar, con algún caso más, esta visión del prelado cazador y obtener otros datos con los que comparar el ejemplo del obispo Acuña, hemos recogido los hechos relativos a dos preeminentes clérigos de la Baja Edad Media hispana. Ambos son figuras señeras de la segunda mitad del siglo XIV, por lo tanto, antecedentes de don Luis en las aficiones y prácticas cinegéticas; nos referiremos, seguidamente, a don Pedro Tenorio, arzobispo de Toledo desde 1377 a 1399, y a don Gonzalo de Mena y Roelas, quien ocupó la cátedra burgalesa entre 1382 y 1394, antes de culminar su carrera eclesiástica como arzobispo en Sevilla, donde permaneció hasta 1401, el año de su fallecimiento[26].

En cuanto a don Pedro Tenorio, las noticias conservadas en el testamento que otorgó, el 4 de noviembre de 1398 en Alcalá de Henares, son muy significativas respecto al asunto que nos ocupa[27].

En esta ocasión, el mundo de los caballos que se nos abre alrededor es amplísimo, se citan a su servicio 17 mozos de caballeriza y, junto a ellos, se menciona un halconero; los escuderos de caballo que lo rodeaban sumaban 24 personas, con un caballerizo llamado Alvar Rodríguez de Sevilla[28]. La importancia de la casa del primado castellano era mayúscula, así como sus necesidades. A todos estos servidores, el testador ordena que se les pague lo que se les debe y, además, se añadirán otras cantidades de regalo.

Como era de esperar, en este diploma se citan varias cabalgaduras a cargo de tres acemileros, a los que se pagará su soldada y un donativo. A continuación, aparecen reseñados hasta cinco cazadores y otro halconero, este último se llamaba Juan Francés y procedía de la nación vecina, por lo tanto, se le abonará lo que se le adeuda más 6 florines, para que vuelva a su tierra; también se menciona, al lado del anterior, "al que trae el halcón". En todas las ocasiones, este grupo de personas, que aparecen destacados como especialistas en actividades cinegéticas, recibirán algunos maravedís de agradecimiento por encima de sus remuneraciones habituales[29].

---

[26] Diccionario Biográfico electrónico (DB~e) de la Real Academia de la Historia [Online]. [Consultado el 11 de septiembre de 2021]. Disponible en https://dbe.rah.es/biografias/8599/pedro-tenorio; BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, Bernabé (coord.) – *Historia de las diócesis españolas, 20...*, pp. 105-106 y SÁNCHEZ HERRERO, José (coord.) – *Historia de las diócesis españolas, 10. Iglesias de Sevilla, Jerez, Cádiz y Ceuta*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2006, p. 76. Ambos prelados estaban abiertamente enfrentados, pues mantenían posturas contrarias respecto al mantenimiento de la obediencia a Benedicto XIII, el controvertido pontífice Pedro de Luna: NIETO SORIA, José Manuel – *Un crimen en la corte*. Madrid: Sílex, 2006, p. 90.

[27] Las últimas voluntades del arzobispo Tenorio se guardan en el Archivo de la Catedral de Toledo con la signatura: E.6.A.I.4, véase su trascripción en: SÁNCHEZ-PALENCIA MANCEBO, Almudena – *Fundaciones del arzobispo Tenorio: La capilla de San Blas en la catedral de Toledo*. Toledo: Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos. Diputación Provincial, 1985, pp. 111-126.

[28] SÁNCHEZ-PALENCIA MANCEBO, Almudena – *Fundaciones del arzobispo Tenorio...*, p. 114.

[29] SÁNCHEZ-PALENCIA MANCEBO, Almudena – *Fundaciones del arzobispo Tenorio...*, p. 116.

Por otra parte, se citan hasta 15 ballesteros a caballo a los que también se recompensa, todo ello dentro de un sistema de dotación y mantenimiento de un cuerpo militar con sus armas, más los castillos y lugares a defender en del arzobispado, que están perfectamente explicitados en estas últimas voluntades[30].

Como colofón, en el documento citado se alude a una silla de montar, con su freno de plata. Atalajes que había recibido don Pedro, como regalo, del rey de Portugal don Fernando: "al que Dios dé santo paraíso"[31].

El poder y la posición del arzobispo primado de la Iglesia hispana se hace notar de forma contundente, pues las necesidades de caballos y otras bestias de carga se pueden apreciar claramente con fines defensivos, ofensivos y de transporte, pero, además, vemos que su afición a la caza es más que explícita, ya que contaba con dos halconeros, uno de ellos francés, y varios cazadores a su servicio, señal inequívoca de sus actividades venatorias, que se verían, además, bien respaldadas, pues se encontraba en una región peninsular muy rica en caza.

El ejemplo de don Gonzalo de Mena, un antecesor de don Luis en la cátedra burgalesa, y sus aficiones, lo conocemos a través del Canciller Pedro López de Ayala, quien en su *Libro de la caza de las aves* nos dejó escrita una dedicatoria al prelado; en ella se presenta como: "vuestro humilde pariente y servidor que se encomienda a la vuestra merced". Pero, además, añade, "por muchas veces recibí alegría y consuelo de vos en la caza de las aves, en la que os tuve siempre por maestro y señor"[32]. Por lo tanto, no hay duda de los intereses venatorios de don Gonzalo.

El texto del Canciller vuelve a acercarnos a Portugal, donde el autor compuso su obra y en la que incluyó el tratado sobre cetrería, que había escrito el halconero Pero Menino en los años 80 del siglo XIV, para el rey luso Fernando I (1367-1383)[33].

La intención de Ayala era enviar el manuscrito al obispo Mena para que se lo corrigiese. Por lo tanto, debían ser muchas las habilidades del mitrado en estas lides

30 SÁNCHEZ-PALENCIA MANCEBO, Almudena – *Fundaciones del arzobispo Tenorio…*, pp. 116-119.

31 SÁNCHEZ-PALENCIA MANCEBO, Almudena – *Fundaciones del arzobispo Tenorio…*, p. 118. Se refiere, por supuesto, a Fernando I de Portugal (1367-1383).

32 LÓPEZ DE AYALA, Pero – *El libro de la caza de las aves*. Ed. José Fradejas Lebrero. Madrid: Castalia, 1969, p. 51.

33 LÓPEZ DE AYALA, Pero – *El libro de la caza…*, p. 52; GÓMEZ REDONDO, Fernando – *Historia de la prosa medieval castellana. II*. Madrid: Cátedra, 1999, pp. 2036-2049. Las ilustraciones medievales de los dos textos son muy escasas y casi se limitan a un botiquín del cetrero, véase: FRADEJAS RUEDA, José Manuel – "Iluminar la caza en la Edad Media: aproximación a la iconografía venatoria medieval Iberorrománica". *Revista de Poética Medieval* 30 (2016), pp. 105-130, especialmente pp. 122-125.

El Canciller escribió el *Libro de la caza de las aves* estando preso en Óvidos, tras la derrota de los ejércitos castellanos en Aljubarrota (1385). Se sabe que su carcelero Lorenzo Martines le permitió dedicarse a estas actividades intelectuales en las que se incluía la redacción del *Rimado de Palacio*. También es conocido que su obra sobre caza le debe mucho a alguno de los manuales redactados en Portugal sobre este asunto, en concreto, al *Livro de Falcoaría* de Pero Menino, cuyo contenido fue traducido e incorporado por don Pedro entre los capítulos X y XXXIX de su trabajo. Por otra parte, en 1493, el obispo J. de Costa mandó traducir el libro de Ayala al portugués y con ello vuelven a su lengua los contenidos de Menino: LÓPEZ DE AYALA, Pero – *El libro de la caza…*, pp. 34, 37, 38 y 43.

cinegéticas[34]. Como consecuencia, no debe extrañarnos que su ejemplo cundiera entre el clero burgalés en los años ochenta del siglo XIV, lo que también provocaría un rechazo posterior.

Así, en las *Constituciones* de 1411, que son el reflejo de la Reforma eclesiástica que apoyó el obispo don Juan Cabeza de Vaca (1407-1413), ya se puntualizó que esas costumbres eran propias de los seglares[35].

De ese modo, en el apartado sobre las visitas que los arcedianos y arciprestes tenían que hacer a las iglesias de sus demarcaciones, se indicó que estos beneficiados las llevasen a cabo con seriedad y no aprovechasen la ocasión para "andar a caçar con falcones e galgos e gavilanes"[36].

Por otra parte, y para completar el acercamiento al pensamiento de la época, la opinión de López de Ayala sobre estas actividades venatorias queda claramente expresada en su obra. En consecuencia, nos ayuda a entender, de primera mano, lo que se pensaba, entre la aristocracia castellana, a propósito de la dedicación al ejercicio de la caza. Así, en el prólogo del texto dejó escrito: "estaba bien que los señores y príncipes anduviesen, algunas horas al día, en la mañana o en las tardes, por los campos, y mudasen de aire e hiciesen con sus cuerpos ejercicio"[37].

El parecer de don Pedro es el propio de un noble medieval cuya vida de ocio se dedicaba a actividades donde la equitación y la montería estaban siempre presentes. La finalidad de esos ejercicios físicos era mantener en forma al hombre y su psique, con toda la dignidad que ello conllevaba, como lo veían los antiguos, desde Cicerón a Plinio el Joven[38]. Parece ser que en esta misma línea de pensamiento se encontraba don Luis de Acuña y lo defendió con sus ruegos al cabildo.

---

[34] Dentro de este aprecio por la caza, es muy posible que el prelado fuese el propietario del *Libro de las cacerías del rey don Pedro I*, hoy en paradero desconocido, pero que se conoce por referencias del siglo XIX. Este excepcional manuscrito estaba ilustrado con cerca de 200 imágenes y se conservaba en la biblioteca de la Cartuja de Sevilla: FRADEJAS RUEDA, José Manuel – "Iluminar la caza…", pp. 110-111. La cartuja hispalense fue fundada en 1400 por don Gonzalo, en aquellos momentos arzobispo de la ciudad andaluza, y pudo ser el paradero de alguno de los libros del benefactor, quien recibió allí sepultura, tras su muerte, en 1401.

[35] Diccionario Biográfico electrónico (DB~e) de la Real Academia de la Historia [Online]. [Consultado el 11 de septiembre de 2021]. Disponible en https://dbe.rah.es/biografias/58395/juan-fernandez-cabeza-de-vaca

[36] GARCÍA Y GARCÍA, Antonio (dir.) – *Synodicon Hispanum VII…*, p. 85. El asunto de la caza, en general, y con aves, en particular, está estudiado, por lo que respecta al Medioevo, de forma muy completa y compleja, tanto en la Europa transpirenaica como en la Península Ibérica. Si nos centramos en Hispania un reciente trabajo aclara las fechas más tempranas y, además, añade una bibliografía escogida para la Edad Media europea, véase: POVEDA ARIAS, Pablo – "Incidencia y regulación de las dinámicas cinegéticas en la sociedad visigoda". *Studia Historica, Historia Medieval* 39/1 (2021), pp. 173-196. Por otra parte, desde la Universidad de Valladolid, el profesor Fradejas Rueda ha dirigido varios proyectos de investigación hasta constituir el Archivo Iberoamericano de Cetrería, con estudios y recopilaciones bibliográficas de gran envergadura; se puede acceder a la información: [Online]. Disponible en www.aic.uva.es

[37] LÓPEZ DE AYALA, Pero – *El libro de la caza…*, p. 54.

[38] GÓMEZ REDONDO, Fernando – *Historia de la prosa…*, p. 2036.

Repercusiones artísticas.

Desde el punto de vista de la Historia del Arte, la figura de ese jinete y cazador que fue don Luis nos interesa de manera muy concreta debido a que las aficiones que practicaba lo condujeron a elegir como santo protector a San Huberto[39]. Una advocación que en la Península Ibérica no era muy común y, que, por lo tanto, es un tema de debate, aún hoy, a la hora de reconocerlo fehacientemente en las dos escenas esculpidas y policromadas que se conservan en el gran retablo que preside la capilla funeraria que el prelado erigió en la sede burgalesa[40].

[39] DIERKENS, Alain y DUVOSQUEL, Jean-Marie – *Le culte de saint-Hubert au Pays de Liège*. Centre Pierre-Joseph Redouté. Saint-Hubert-Bruxelles: Crédit Communal, 1990. Una recopilación de fuentes, estudios y bibliografía sobre San Huberto se puede encontrar en: GÓMEZ BÁRCENA, María Jesús – "¿San Eustaquio o San Huberto? Un santo cazador en el retablo del Árbol de Jesé en la capilla del obispo Acuña de Burgos". *Anales de Historia del Arte* 4 (1994), pp. 419-430. La profesora Gómez se decantó por el santo medieval tras realizar una lectura muy bien razonada de las obras burgalesas del prelado; RÉAU, Louis – *Iconografía del arte cristiano. Iconografía de los santos: de la G a la O*. t. 2, vol. 4. Madrid: Ediciones del Serbal, 1997, pp. 90-95.

[40] En el Reino de Castilla conocemos escenas de la vida de San Huberto talladas en la sillería del coro de la catedral de Sevilla, imágenes que se encuentran tanto en los estalos altos como en los bajos. Estos relieves pertenecen a la parte de la obra que se adscribe al maestro P. Dancar, que provenía de los Países Bajos, y que se hizo cargo de los trabajos desde 1479. Es posible que por influjo de este artista se incluyese dicha iconografía, que era muy habitual en su patria, véase: HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Salvador – *La escultura en madera del Gótico final en Sevilla: la sillería del coro de la catedral de Sevilla*. Sevilla: Diputación Provincial, 2014, pp. 345, 357 y 379.

En Portugal, tampoco es San Huberto una imagen muy habitual, aunque se le puede rastrear en un tríptico relicario medieval de Arouca, donde aparece figurado como obispo en el exterior del panel izquierdo, véase: SALOIO, Marta Isabel Romão – *Os Relicários em Portugal e no Mundo Português entre os Séculos XVI e XVIII. Um Estudo Introdutório*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, setembro de 2016, p. 18. [Online]. [consultado el 6 de julio de 2021]. Disponible en https://run.unl.pt/bitstream/10362/20132/1/VERS%C3%83O%20FINAL.pdf. El problema que se plantea, en torno a este asunto, es poder distinguir a San Huberto de San Eustaquio, con quien comparte la leyenda de la aparición de la cruz sobre la cornamenta del ciervo que ambos se disponían a cazar y, por lo tanto, participan de idénticas representaciones iconográficas. En el famoso texto de Santiago de la Vorágine, *La Leyenda Dorada*, escrito en el siglo XIII, aparece detalladamente la biografía del segundo: BORAGINE, Jacques de – *La Legénde Doré*. 2 vols. París: Flammarion, 1965, especialmente, vol. 2, pp. 306-312. La obra citada estaba duplicada en la biblioteca del obispo Acuña, en forma manuscrita e impresa, con los números de inventario 173 y 297. Desafortunadamente no tenemos especificado, en dichos fondos, alguno de los libros que se popularizaron en el siglo XV sobre la leyenda de San Huberto y la Orden de caballería que, con su nombre, se fundó en 1444, pero debemos añadir que en el aludido elenco contamos con, al menos, 22 textos de título desconocido, por lo cual, la posibilidad no se debe descartar. Además, no podemos olvidar que a Burgos llegaban constantemente noticias y obras, escritas o artísticas, procedentes de los Países Bajos, pues el comercio de la lana castellana con esas regiones, durante la Baja Edad Media, era constante: LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – "La biblioteca…", pp. 61-110, especialmente, pp. 91, 95, 104, 107 y 110; CASADO ALONSO, Hilario – "La edad dorada del comercio burgalés (siglos XV y XVI)", In PEÑA PÉREZ, Francisco Javier; PAYO HERNANZ, René Jesús (coords.) – *Historia del Comercio de Burgos*. Burgos: Federación de Empresarios de Comercio de Burgos, 2005, pp. 113-134; IBÁÑEZ PÉREZ, Alberto y PAYO HERNANZ, René Jesús – "Burgos y el comercio de productos artísticos durante los siglos XV al XVII", In PEÑA PÉREZ, Francisco Javier; PAYO HERNANZ, René Jesús (coords.) – *Historia del Comercio…*, pp. 135-145; GONZÁLEZ ARCE, José Damián – "Mercaderes, compañías mercantiles y agentes comerciales burgaleses en las principales plazas atlánticas, según los registros de averías del puerto de Bilbao (1481-1501)", In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; SOUSA MELO, Arnaldo (ed.) – *Trabajar en la ciudad medieval europea*. Logroño: Gobierno de La Rioja e Instituto de Estudios Riojanos, 2018, pp. 163-188.

Un ejemplo artístico del siglo XV, en relación con el segundo de los santos citados, se encuentra en los relieves del sepulcro de don Alonso Carrillo de Albornoz (+1434), cardenal de San Eustaquio, que se ubica en el muro de la Epístola, del tramo recto del presbiterio, en la catedral de Sigüenza. En esta ocasión, la historia del

El panteón citado fue una obra patrocinada por Acuña desde los años 60 del siglo XV y está dedicado a la Concepción y a Santa Ana. Para poder llevarlo a cabo tuvo que buscar el plácet del Cabildo, asunto que delegó en su secretario Fuentepelayo, mientras el prelado permanecía alejado de las turbulencias políticas residiendo en su castillo-palacio de Rabé de las Calzadas, a varios kilómetros al oeste de la capital castellana[41]. Las negociaciones para que se le cediesen los terrenos y pequeñas construcciones al lado de la nave del evangelio de la catedral, tras el brazo norte del crucero, dieron su fruto positivo en 1477 y se encargaron las obras a los maestros de la Sede, Juan y Simón de Colonia[42].

En este recinto de nueva construcción se halla el sepulcro del comitente y el de su ayudante Fuentepelayo, pero, además, para ornarlo se encargó un retablo de gran calidad al maestro Siloe, con tallas policromadas[43]. En este conjunto, dedicado al árbol de Jesé en su zona central, aparece, en el nivel inferior de la calle lateral izquierda, la figura de don Luis, vestido de pontifical y rodeado de sus clérigos; detrás del personaje principal se encuentra su santo protector, un joven noble ataviado con túnica y manto de paños ricos y tocado con un gorro ornado con pedrería. Con la mano izquierda sujeta a sus perros de caza y con la derecha parece amparar al obispo con el gesto de sus dedos que se apoyan en la capa pluvial del mitrado **(Fig. 1)**[44].

En el otro lado del retablo, en la calle lateral derecha y a la misma altura, se efigió la escena donde el noble Huberto, arrodillado y con las manos en señal de oración, dirige su mirada hacia un ciervo que porta entre las astas un crucifijo. El joven presenta las mismas características físicas del santo protector del obispo y está ataviado de manera semejante, con túnica y manto, además, aparece calzado y con espuelas; lleva una espada, enganchada en un tahalí a la cintura, junto a un cuerno de caza. El tocado está en el suelo – en señal de respeto – y el rostro, enmarcado

---

santo romano es inherente al título cardenalicio del prelado, por lo que no presenta problemas de identificación, véase: PECES RATA, Felipe Gil – *La Fortis Seguntina*. Barcelona: Escudo de Oro, 2007, p. 48.

[41] LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – "Don Luis de Acuña, el cabildo…", p. 229; RODRÍGUEZ MONTAÑÉS, José Manuel (coord.) – "Rabé de las Calzadas", In *Enciclopedia del románico en Castilla y León. Burgos*, vol. II. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María La Real, 2002, pp. 721-723.

[42] Un estudio de toda la problemática que conduce a la construcción de la capilla funeraria, fuentes y bibliografía pertinente, se puede ver en: OLIVARES MARTÍNEZ, Diana – *Alonso de Burgos y la arquitectura castellana en el siglo XV*. Madrid: La Ergástula, 2013, pp. 50-56.

[43] La obra y su ornato supuso el gasto de un millón y medio de maravedís: MARTÍNEZ SANZ, Manuel (1866), *Historia del templo catedral de Burgos: escrita con arreglo a documentos de su archivo*. Burgos: Imprenta Anselmo Revilla, 1866, pp. 127-131; LÓPEZ MATA, Teófilo – *La catedral de Burgos*. Burgos: Hijos de S. Rodríguez, 1966, pp. 291-302; LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – "Don Luis de Acuña, el cabildo…", pp. 277-280; ANDRÉS ORDAX, Salvador – "El otoño de la Edad Media. La catedral de Burgos en el siglo XV", In PAYO HERNANZ, René (coord.), *La catedral de Burgos. Ocho siglos de Historia y Arte*. Burgos: Promecal, 2008, pp. 218-265, especialmente, pp. 228-230.

[44] El estudio más completo sobre el retablo es el realizado por el profesor Yarza: YARZA LUACES, Joaquín – *Gil Siloe. El Retablo de la Concepción en la capilla del obispo Acuña*. Burgos: Asociación Amigos de la Catedral de Burgos, 2000. Además, detalles importantes de la obra se estudian en: VILLASEÑOR SEBASTIÁN, Fernando – "Las hojas donde anidan geniecillos y animaluchos: Gil de Siloe y los espacios para lo profano en la Castilla tardogótica". *Codex Aquilarensis* 33 (2017), pp. 171-19.

por cabello negro, largo y ensortijado, se aprecia con mayor detalle. Un caballerizo retiene las riendas de la montura y los sabuesos parecen intentar ascender hacia el venado[45]. Toda la escena se desarrolla en un medio natural y boscoso, al fondo del cual se yergue una ciudad amurallada, probablemente la alusión a Lieja, urbe de la que fue obispo San Huberto **(Fig. 2)**[46].

Desafortunadamente, no tenemos ninguna señal específica, ni inscripción pertinente, que aseguren que el santo protector y el cazador sorprendido por la visión cristológica, que se muestran en estas escenas, sean las imágenes de aquel aristócrata del siglo VIII cuyo ejemplo se hizo revivir con fuerza, en la decimoquinta centuria, dentro del territorio de los Países Bajos. Por lo tanto, el debate para su segura identificación es una constante hasta hoy[47]. A pesar de las dificultades, todo parece converger en la adecuada elección, por parte de don Luis, de un santo patrón que le venía como anillo al dedo; aquel San Huberto, aristócrata y cazador altomedieval, que llegó a ser obispo de Lieja.

Para ahondar en esta elección del bienaventurado Huberto, podemos añadir que, en una medalla de bronce de 24 mm de altura, que fue encontrada en Bélgica, y que se dio a conocer en el año 2015, se observa en el anverso la figura de Cristo crucificado, al modo de una de las obras señeras del final de la Edad Media que se guarda en la catedral de Burgos. Es el llamado específicamente Cristo de Burgos, aunque procede del convento de los Agustinos de la capital castellana. Pero, además, en el reverso, se efigió la escena de San Huberto y el ciervo milagroso, en ambos casos con sus inscripciones identificativas pertinentes: CHRISTO DE BVRGOS y S. HVBERTO[48]. Este nuevo dato puede ayudarnos a interpretar de forma más segura las imágenes del retablo del obispo, aunque la investigación sobre el asunto deba proseguir[49].

Como colofón, podemos añadir que la huella de don Luis de Acuña y sus aficiones no va a desaparecer con su persona, pues, el 3 de marzo de 1497, un año y

[45] Por lo que respecta a la importancia de los perros, que adquieren gran protagonismo en ambas escenas, podemos añadir que en el Monasterio Belga de San Huberto se criaba una raza de canes, a los que se les denominaba con el nombre del santo, que fue y es muy conocida tanto en el continente como en Gran Bretaña. Para su historia y continuidad en el tiempo puede consultarse BOITARD, Jean Pierre – *Le Chien de Saint-Hubert*. France: Artémis, 2002.

[46] RÉAU, Louis – *Iconografía…*, pp. 91 y 93.

[47] ZAPARAÍN YÁÑEZ, María José – "Obispo Acuña", In JIMÉNEZ SÁNCHEZ, Gonzalo (dir.) – *Lux. Las Edades del Hombre*, *Burgos, Carrión de los Condes y Sahagún*. Valladolid: Fundación Las Edades del Hombre, 2021, p. 184.

[48] La noticia y comentarios añadidos se pueden ver [Online]. [Consultado el 9 de septiembre de 2021]. Disponible en https://www.cruces-medallas.com/t10573-el-christo-de-burgos-y-san-huberto-de-lieja. La imagen del crucificado y sus vicisitudes están detalladamente expuestas en: LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – *El Santísimo Cristo de Burgos*, Burgos: Aldecoa, 1997.

[49] Toussaint, Jean – *Médailles de saint Hubert, enseignes, médailles, cornets du XVème au XXème siècle*. Namur, 1992. Trabajo en el que se analizan diversas medallas con la figura de San Huberto en una de las caras y el crucificado en la otra.

seis meses después de su fallecimiento, el nuevo obispo de la capital castellana, Fray Pascual de Ampudia, mandó comprar cabalgaduras con los 5000 000 maravedís que había dejado don Luis a la catedral[50].

Las conclusiones que se pueden extraer de los escasos, pero interesantes rastros documentales que, además, tienen unas correspondencias lógicas en las normativas catedralicias, tanto en el periodo de Acuña como en el de su antecesor Mena, unidas a las imágenes citadas, son más que evidentes para el asunto que nos ocupa en torno a la vida cotidiana de un obispo medieval. Los prelados, igual que los nobles, desde el primado al canónigo o beneficiado con ciertas rentas, desarrollaban unas actividades lúdicas, dentro de su vida diaria, marcadas por las aficiones de la aristocracia, donde la caza era vista como un entrenamiento para el cuerpo y un descanso para el espíritu.

Fig. 1 – Catedral de Burgos. Capilla de la Concepción. Retablo principal.
Don Luis de Acuña con sus clérigos y San Huberto. Fotografía de la autora.

[50] Burgos, Archivo de la Catedral, RR-31, fols. 305v-307r. Agradezco a la Doctora Teijeira Pablos esta información.

Fig. 2 – Catedral de Burgos. Capilla de la Concepción. Retablo principal.
San Huberto y el ciervo crucífero. Fotografía de la autora.

Las prácticas performativas del Monasterio de Santa María de Junqueras de Barcelona

Begoña Pons Seguí[1]

Resumen

El interés por el estudio de las prácticas performativas en el ámbito del monacato medieval y en especial el femenino, están siendo un área de estudio con una producción científica cada vez mayor. Sin embargo, en el ámbito de las órdenes militares este tipo de estudios son más escasos. Por ello, nuestra propuesta, que se encuentra en un estado inicial de la investigación, se centra en una comunidad femenina de la Orden militar de Santiago, en concreto en la comunidad del Monasterio de Santa Maria de Junqueras de Barcelona. A través de las visitas, nuestra fuente principal, nos adentrarnos en el espacio interior y diario de la comunidad, dirigiendo nuestra atención hacia las prácticas, con la intención de poner de relieve el potencial del universo sensorial devocional ligado a los rituales litúrgicos y paralitúrgicos de la comunidad tanto en el espacio de la iglesia, como en otros espacios de la fábrica monástica. Conoceremos la vida monástica a partir de su regulación y ordenamiento hasta el Concilio de Trento en 1546, en especial, las nuevas formas de vida que se impondrán para el enclaustramiento de la comunidad.

Palabras clave
Monacato femenino; Orden de Santiago; Barcelona; Prácticas.

---

[1] University of Barcelona. Member of *Monastic Landscapes. Representations and virtualisations of Medieval spiritual and material realities in the Western Mediterranean (6th-16th centuries)* (PG2018-095350-B-100).

The performative practices of the Monastery of Santa María de Junqueras in Barcelona

Abstract

The interest in the study of performance in the field of medieval monasticism and especially the feminine one, are being an area of study with an increasing scientific production. However, in the área of military orders, this type of stuyd is more scarce.Therefore, our proposal, which is in an initial stat of research, focuses on a female community of the military order of Saint James, specifically in the community of the Monastery of Santa Maria de Junqueras in Barcelona. Trough the visits, our main source, we delve into the interior and daily space of the community, directing our attention to the practices, with the intention of highlighting the potential of the sensory devotional universe linked to the liturgical and paralithurgical rituals of the community both in the space of the church, and in other spaces of the monastic factory. We will know the monastic life from its regulations and ordering until the Concilio de Trento in 1546, espacially the new forms of life thath will be imposed for the enclosure of the community.

Keywords
Female monasticisim; Military order of Saint James; Barcelona, Performance.

Introducción y contexto.

En los últimos años, ha surgido un gran interés por el estudio de las prácticas y la performance dentro del monacato, con especial atención en el monacato femenino[2]. Sin embargo, cuando realizamos una aproximación a la espiritualidad militar femenina, o los estudios de género en las órdenes militares, comprobamos que a pesar de los estudios realizados sobre el tema[3], aún hay mucho camino por recorrer. Así pues,

---

[2] Para España, son de gran relevancia los estudios realizados por el proyecto Paisajes Espirituales http://www.ub.edu/proyectopaisajes que encuentra su continuidad en el proyecto Monastic Landscapes. Representation sand virtualisations of Medieval spiritual and material realities in the Western Mediterranean (6th-16th centuries) (PG2018-095350-B-100) http://www.ub.edu/proyectopaisajes.

[3] Se indican tan solo algunos ejemplos: TOMMASI, Francesco – Uomini e Donne negli Ordini Militar di Terrasanta (secc. XII-XIV), In *Doppelklöster und andere Formen der Symbiose männlicher und weiblicher Religiosen im Mittelalter* (Berlin: Duncker & Humblot, 1992). 177-202; BARQUERO, Carlos – "Entre la

se abre una ventana de estudio que reclama más atención para poder ofrecer mucha más profundidad y visión de conjunto. Es en este sentido que nuestra aportación pretende contribuir en este camino abierto, en concreto, centrando nuestro estudio en el Monasterio de Santa Maria de Junqueras de Barcelona, monasterio femenino perteneciente a la Orden militar de Santiago.

Para interpretar y entender la relevancia de su cotidiano, contextualizamos la dicha Orden y sus características principales: La Orden de Santiago, fundada en el año 1170 a partir de una hermandad piadosa "Fraters de Cáceres"[4], al año siguiente, en 1171, esta hermandad ya recibía el nombre de Santiago[5], finalmente en el año 1175, la cancillería papal promulgará la primera confirmación general de la Orden de Santiago de la Espada, aprobando su regla. La vinculación con la sede Apostólica será especialmente estrecha entre los siglos XII y XIII, por su dependencia directa con el Papa[6] y porque quedan fuera de la jurisdicción episcopal[7].

Otra característica de la Orden de Santiago en sus inicios es el hecho de no depender del poder real[8], sin embargo, a medida que la Orden se desarrolla en el tiempo, irá teniendo cada vez más injerencias reales hasta llegar al punto de inflexión en el año 1493, año en que se produce la incorporación del Mestrado a la Corona. El último Maestre, Alonso de Cárdenas, intentó reforzar el poder del Maestre para evitar, o al menos controlar, las injerencias del poder real. Pero, con la inevitable incorporación del mestrado a la Corona, se creará el *Consejo de las Órdenes*, que en palabras de Daniel Rodriguez Blanco, hace que "la Orden de Santiago se convierte en

contemplación y la guerra: las freiras de las órdenes militares", In GARCÍA, José Ángel y TEJA, Ramón (coord.) – "Mujeres en Silencio: el monacato femenino en la España medieval". Aguilar del Campoo: Fundación Santa Maria la Real, 2017, pp. 255-280; ECHÁNIZ, Maria – *Las mujeres de la Orden Militar de Santiago en la Edad Media*. Salamanca, 1992. TORRES, Raquel – "Mujeres de órdenes militares, siglos XII-XVI. La realidad cotidiana en el Monasterio Calatravo de la Asunción de Almagro según la visita de 1546". *Revista de las Órdenes Militares*, n. 11, 2020, Madrid, pp. 69-101; CALZADO, María del Pilar- "Religiosidad femenina en la Edad Media. Mujeres en las órdenes militares: freilas santiaguistas", *Cuadernos Koré*, n.7, 2012, pp. 136-182; SOUSA, Ana Cristina e CUNHA, Mário – "'Molher que foy…' Las donaciones femeninas a la iglesia de la Orden Militar de Santiago, en Portugal, en los siglos XV y XVI". *Res Mobilis: Revista Internacional de investigación en mobiliario y objetos decorativos*, Vol. 9, N. 10, 2020, pp. 52-69; MADRID, Ángela – *Caballeresas de la Orden de Santiago*, Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía, Madrid, 2019; FERRER-VIDAL, M. Soledad – "Los monasterios femeninos en la Orden de Santiago durante la Edad Media", In *Las ordenes militares en el mediterráneo occidental (s. XII-XVIII)*: coloquio celebrado los días 4, 5 y 6 de mayo de 1983, p. 41,50

[4] Hermandad fundada en 1170 por Fernando II de León tras haber conquistado Cáceres, y a la cual cedió dicha ciudad para su custodia. (Lomax, *La Orden de Santiago.* CSIC-Escuela de estudios medievales1965; 5)

[5] Por un acuerdo con el obispo de Compostela, quién entró en la Orden como fraile honorario, y a cambio, el Maestro como canónico de Santiago.

[6] LOMAX, Derek – *La Orden de Santiago...*, p. 17

[7] ECHÁNIZ, María – *Las mujeres de la Orden militar de Santiago en la edad media*, Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo. 1992, p. 272

[8] Es por este espacio umbral que ocupa que Maria Milagros Rivera definió la Orden de Santiago como interestrucural, porque se encontraba en medio de los poderes religioso y político, a pesar de que no era totalmente ajena a ellos.RIVERA, Maria-Milagros – "Los ritos de iniciación de la Orden militar de Santiago". *Acta històrica et archaelogica mediaevalia*, 5-6, 1984, pp. 111-128, p. 111

solar privado de la Monarquía"[9]. La afectación que tendrá este hecho no será igual entre las comunidades masculinas y femeninas, ya que en las segundas el agravio, como veremos, será mucho mayor.

La Regla de Santiago, junto con los Establecimientos, fueron los pilares organizativos de la Orden. El talante de la Regla tendrá que ver con el origen laico y con el hecho que serán los clérigos los que se incorporarán[10] a ella y no al contrario. Esto podría explicar el tipo de Regla adoptada y la laxitud en su interpretación; la Regla primitiva correspondería a un conjunto de normas de vida espiritual dirigidas exclusivamente a los laicos, - hombres y mujeres-. Pero, con la incorporación de los canónigos regulares de San Agustín, estos se regirán por la Regla de San Agustín, como también lo harán las mujeres que opten por la vida conventual[11]. Los votos que harán son los de obediència, pobreza y castidad conyugal. De esta manera, la Orden se sitúa dentro del monacato occidental pero lo hace al margen de la tradición de la reforma cisterciense que en cambio, sí dejó su imprenta en otras órdenes militares; en el caso de Santiago en cambio, la Orden se consideró a sí misma como una 'religión'[12], y cuando menos, mostró unas formas de vida más seculares desde el inicio[13].

La vinculación formal de las mujeres también la distinguirá respecto a otras órdenes militares, puesto que es la única orden militar peninsular que aceptó desde un inicio la presencia institucionalizada de mujeres[14], a pesar de que organizativamente siempre tuvieron un lugar secundario y asimétrico en relación con los hombres. En el espacio reservado para ellas, sin embargo, se puede decir que las mujeres tuvieron una identidad propia y desde esta posición pudieron gestionar su espacio de libertad[15]; dentro del marco del monacato regular al que sí podrían acceder, tuvieron acceso a lugares de poder como el propio cargo de comendadora[16], des del cual gestionaban los recursos y bienes de sus monasterios. En ningún caso, al menos

[9] RODRIGUEZ, Daniel – *La Orden de Santiago en Extremadura en la Baja Edad Media (siglos XIV y XV).* Departamento de publicaciones de la Excelentisima Diputación, 1985. P. 52

[10] En opinión de Daniel Rodriguez. Ver RODRIGUEZ, Daniel – *La Orden de Santiago en Extremadura en la Baja Edad Media (siglos XIV y XV).* Departamento de publicaciones de la Excelentisima Diputación, 1985. p.79 i 90.

[11] En el contexto de la fundación e institucionalización de la Orden, al ser de origen laico, adoptó la Regla de San Agustín. Para más información y detalle al respecto: RODRÍGUEZ, Daniel – *La Orden de Santiago en Extremadura en la Baja Edad Media (siglos XIV y XV).* Diputación provincial de Badajoz, 1985; SASTRE, Eutimio – *La Orden de Santiago y su regla.* UCM, 1981. PhD Tesis; LOMAX, Derek – *La Orden de Santiago (1170-1275).* Madrid, 1985; MARTÍN, José Luis – *Orígenes de la Orden Militar de Santiago (1170-1195).* Barcelona, 1974.; De AYALA, Carlos – *Las órdenes militares hispánicas en la Edad Media (siglos XII-XVI*). Marcial Pons, 2007.

[12] RIVERA, Maria-Milagros – "Los ritos de iniciación de la Orden militar de Santiago". *Acta històrica et archaelogica mediaevalia*, 5-6, 1984, pp. 111-128, p. 116.

[13] PALACIOS, J. Santiago – *Cruzadas y órdenes militares en la edad media.* Editorial Síntesis, Madrid, 2017, p. 370.

[14] ECHÁNIZ, Maria – *Las mujeres de la Orden militar de Santiago…*, p. 38.

[15] SILVA, Joel – *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a comenda de Santos em finais do século XV e no século XVI. Um estudo religioso, económico e social. Militarium Ordinum Analecta*, 9, 2007, p. 89.

[16] En el caso del Monasterio de Junqueras serán Prioras.

hasta finales del siglo XV, podemos definir o referirnos a las mujeres santiaguistas como mujeres subordinadas[17]. La Orden ofrecía a las mujeres la posibilidad de una vida laica o religiosa[18], de vida comunitaria o familiar, algo que explicaría el motivo de la importancia de la afiliación de las mujeres a la Orden de Santiago y también, su difusión como una alternativa a una vida espiritual laica.

La rápida expansión territorial de la Orden fue principalmente incentivada por el maestro Pedro Fernández, mediante la figura de las Encomiendas[19]. En el caso concreto de la Corona de Aragón, se fundará la encomienda de Montalbán, en 1212, como concesión del rey por haber ayudado a conquistar aquel emplazamiento. De todos los dominios y pedidos que de ella dependerán, Junqueras fue la propiedad más importante dentro del conjunto que alcanzaba la Encomienda Mayor de Montalbán[20]. Santa María de Junqueras nace en 1214 alrededor de la figura de María de Terrassa, a quien el obispo de Barcelona, Berenguer de Palou[21], dio como residencia, a ella y sus socias, San Vicente de Junqueras, cerca de Sabadell. En este primer momento la comunidad vivirá bajo la Regla de San Benito, pero poco después, en 1234, gracias a la influencia de Garsenda de Provenza[22], la comunidad se incorpora a la Orden de Santiago. La nueva comunidad llevará a término también el 1260 un cambio de residencia al Molino *d'en Carbonell,* en el término de *Sant Martí de Provençals*. Finalmente, en 1300 la comunidad se traslada de nuevo y pasa a residir dentro de las murallas de Barcelona donde vivirán ininterrumpidamente hasta el siglo XIX. Podemos destacar de la comunidad de Junqueras que las damas habían disfrutado siempre de ciertos privilegios, costumbres y tradiciones hasta el punto de tener una liturgia propia[23], algo que destacarán los visitadores después de la incorporación

[17] Expresión utilizada para referirse a la subordinación de tipo espiritual y corporal en Le GOFF, Jacques i TRUONG, Nicolas – *Una historia del cuerpo en la Edad Media*. Paidós, 2017, p. 47.

[18] La autora Echániz se refiere a ellas como religiosas seculares y conventuales, realizando un cierto paralelismo con los freires seculares o caballeros y los freires canónicos. (ECHÁNIZ, Maria – *Las mujeres de la Orden militar de Santiago...*, p. 50).

[19] Las encomiendas son un mecanismo de organización territorial que debe gobernarse. La institución de la encomienda seria un fragmento del patrimonio señorial confiado a un freire que vivía de él en compañía de otros freires y que lo gobernaba bajo la atenta mirada del maestre. De AYALA, Carlos – *Las órdenes militares hispánicas en la Edad Media (siglos XII-XV).* Marcial Pons, 2007, p. 327.

[20] SÁINZ DE LA MAZA, Regina – *La Orden de Santiago en la Corona de Aragón. La encomienda de Montalbán (1210-1327*). Vol. I, Institución 'Fernando el Católico', 1980, p. 135.

[21] Para más información ALVIRA, Martín – "Destruir aquels qui reneguen lo nom de Jhesuchrist. El obispo de Barcelona Berenguer de Palou (1212-1241)", In DE AYALA, Carlos; PALACIOS, J. Santiago (coords.) – *Hombres de religión y guerra: cruzada y guerra santa en la Edad Media Peninsular.* Universidad Complutense de Madrid, 2018, pp. 361-418.

[22] Garsenda de Povença i Sabran Forcalquier, que fue contesa i viacontesa de Bearn: Hija de de Alfonso II de Provenza y Garsenda de Forcalquier, fue esposa de Guillermo de Montcada y prima de Jaime I. Este paso a la Orden de Santiago se explica por su vinculación a la Orden militar de Fe y paz, Orden fundada a inicios del siglo XIII en el llamado mediodía francés por el arzobispo de Auch Amanieu I para velar por la seguridad de la zona y albergar peregrinos tras la revolución albigense. Esta Orden de ámbito regional llevó el nombre de Santiago "ad defensionem Fidei et Pacis". Para más información consultar: RUANO, Benito – "La Orden de Santiago en Francia". *E. Hispania,* 37 (1977), pp. 5-28, p. 11.

[23] COSTA, Maria-Mercè – *El món de les dames de Jonqueres*, Pagès Editors, 2005, p. 34.

de la Orden en la Corona y que en algunos puntos también las diferenciará otras comunidades femeninas de la Orden. Nuestro trabajo y aportación es la de entrar a fondo en todas estas prácticas, es decir, en aquellos aspectos que ayudan a dar cuerpo y vida a los monasterios en su cotidianeidad, por un lado, y por el otro, situar la relevancia que el monasterio de Junqueras, uno de los 7 monasterios femeninos de la Orden de Santiago[24], tiene por el estudio de los espacios de espiritualidad femenina.

1. Las visitas, una fuente para el estudio de las prácticas performativas.

La aproximación a la cotidianeidad de la comunidad de Junqueras se ha realizado a través de los Libros de Visitas[25]. Esta fuente, que, como si de una fotografía se tratara, además de permitirnos conocer la situación del monasterio, también se percibe el control eclesiástico y real ejercido sobre él, dado que estas visitas surgen en un contexto muy concreto a partir de la reforma de los Reyes Católicos. Por esta razón, estamos ante un documento, de control disciplinario sobre la vida de una comunidad femenina, al que algunas historiadoras han expresado como "el ejercicio de la violencia sexuada sobre la comunidad femenina[26]". Ahora bien, este hecho no es exclusivo de la Orden de Santiago, ya que se ejercerá sobre todas las comunidades de todas las órdenes[27], cómo tampoco será algo exclusivo del territorio catalán, sin embargo, sí será en tierras catalanas donde la reforma se efectuará de forma más dura y, para una comunidad tan abierta como la de Junqueras, sus efectos tendrán mayor dureza.

Los libros de visita del Monasterio de Junqueras actualmente se conservan en el Archivo de la Corona de Aragón. Albert Torra, en su artículo sobre la documentación de los monasterios de la ciudad de Barcelona: "Fondos documentales de los conventos de Barcelona en el Archivo de la Corona de Aragón[28]", ponía en aviso de la enorme cantidad de documentación disponible conservada en este Archivo proveniente de diferentes monasterios barceloneses desaparecidos con las desamortizaciones de

[24] 1186, Santa Eufemia de Cozuelos (Palencia); 1194, Santos-o-velho, Lisboa; 1234 Santa Maria de Jonqueres (Barcelona); 1256 San Mateo de Ávila; 1260, Sant Pere de la Pedra (Lleida); 1266, Destriana (León); 1268, Sancti Spiritus de Salamanca.

[25] Se trata de la reseña y acta de la visita que hace una autoridad superior concreta en un centro u organismo dentro de una misma estructura. Por ello, la visita, entendida como medio para conocer el estado de un territorio, bienes, propiedades y moralidad, se convierte en un instrumento de control con el cual era posible obtener mucha información relevante del lugar visitado, lo que explica que fuera una práctica muy extendida. Para más información: TRENCHS, Josep; CÁRCEL, Mª Miracles – "Les visites pastorals: metodología d'estudi". *Serie Inventaris de la Universitat de València,* 7 (1984), pp. 9-30; PALACIOS, J. Santiago – "Los libros de Visita de la Orden de Santiago: fuente para una Histoira de la arquitectura militar". *Actas del tercer Congreso Nacional de Historia de la Construcción* (2000), pp. 751-760.

[26] Lo muestra y desarrolla Maria-Milagros Rivera Garreta, quien en sus obras hará referencia a la violencia sexuada: *La diferencia sexual en la Historia*,

[27] AZCONA, Tarsicio – "Reforma de religiosas Benedictinas y Cistercienses de Cataluña en tiempo de los Reyes Católicos". *Studia Monástica,* 9 (1967), pp. 75-165, p. 78.

[28] TORRA, Alberto – "Fondos documentales de los conventos de Barcelona en el Archivo de la Corona de Aragón". *Quaderns d'Historia,* 7 (2002), pp. 307-322.

1835. Entre estos archivos, nos encontramos con el del Monasterio de Junqueras el cual, a pesar del importantísimo trabajo realizado por María Mercè Costa Paretes, todavía hay mucho trabajo por hacer[29]. Hacemos nuestra aproximación con una documentación muy concreta, por un lado, el libro de visita 167[30] o *Llibre de Visites antiguas* en el cual encontramos las visitas realizadas entre los años 1481 y 1529. Ahora bien, este libro, tal como se conserva, corresponde a una agrupación ficticia de las diferentes visitas agrupadas el 27 de octubre de 1778[31]. Podemos saber que se trata de una agrupación ficticia porque en la introducción de dicho libro informa que contiene 8 visitas desde 1499 hasta el 1515, pero la realidad es que contiene las visitas desde 1481 a 1529 sin seguir un orden lógico en la encuadernación, más todavía encontramos algunos duplicados y explicaciones en catalán. Por el otro, también hemos trabajado el volumen 168[32], que contiene las copias de las visitas del monasterio desde el 1481 hasta el 1778, año este último en que se efectuará la copia de las visitas por el encargo de la Priora del momento, Teresa de Enil.

Otro punto importante de estos libros es que estas visitas se hacían con el objetivo buscar la adecuación de la vida religiosa en los monasterios femeninos con la imposición de la vida en común, la clausura y el saneamiento de las rentas, adecuación que se iniciará de forma intensa a partir del Capítulo General de la Orden de Santiago de Tordesillas de 1494[33]. De hecho, las visitas de 1481 hasta el 1529 irán dirigidas, principalmente, al control moral y de modo de vida: clausura, silencio y vivir en comunidad. Mientras que las visitas a partir de 1538, hasta el 1576, se centraran especialmente en homogeneizar las prácticas de estas religiosas con las prácticas de la Orden.

Así pues, con los dos libros de visitas nuestro marco cronológico abarca desde 1481 hasta el 1576, este arco cronológico se entiende en el marco de la religiosidad femenina medieval que ha puesto sobre la mesa la necesidad de hacer un análisis que sobrepase las cronologías estrictas académicamente hablando y llevar la interpretación hacia la edad moderna, pues, especialmente en el caso de la historia monástica hay procesos como la Reforma de los Reyes Católicos o el Concilio de Trento que requieren de un análisis de larga duración.

---

[29] COSTA, Maria Mercè – *El món de les Dames de Jonqueres,* Pagès editors, 2005; "El Monestir de Jonqueres: Història d'un edifici desaparegut". *Cuadernos de Arqueología e Historia de la Ciudad,* 15 (1973), pp. 95-119; "Les dames gironines del Monestir de Jonqueres". *Annals de l'Institut d'Estudis Gironins,* 49 (2008), pp. 123-133; "Els llibres notarials del Monestir de Jonqueres". *Estudis Històrics i Documentals dels arxius de protocols,* 7 (1979), pp. 59-74; "Las elecciones Priorales en el Monasterio de Santa Maria de Junqueras". *Anuario de Estudios Medievales,* 11 (1981), pp. 419-433.

[30] ACA, Órdenes Militares, Monacales-Universidad, Volúmenes, 167.

[31] *Format a conseqüència del manat en la última visita feta en dit monastir (...) dins lo qual llibre trobarem efectivamente sueltas las ditas vuit visitas primeras fetas en dit Monestir.* ACA, ORM, Monacales-Universidad, Volúmenes,167, 1v.

[32] ACA, Órdenes Militares, Monacales-Universidad, Volúmenes, 168.

[33] ECHÁNIZ, Maria – *Las mujeres de la Orden militar de Santiago...*, p. 66.

2. Una aproximación a las prácticas de la comunidad de Santa María de Junqueras.

El concepto *práctica* o *performance* es un término que empieza a utilizarse con el nacimiento de la llamada nueva historia, en relación con todo aquello cotidiano que sigue un rito, como por ejemplo las formas de comer o de saludar, pero, que, a pesar de la ritualización, estas formas tienen también algo de excepcional, no cotidiano[34]. En este sentido el estudio de las prácticas performativas en los espacios de espiritualidad femenina se enriquece con la influencia del teatro antropológico; pues aporta una nueva perspectiva en la que destaca la visión de Eugenio Barba muy significativa, precisamente, por su análisis del uso "diario" y "extradiario", que es aplicable a las prácticas litúrgicas y devocionales, dado que nos permite entender la relación de los cuerpos con el espacio y la práctica, es decir, una nueva manera de mirar los espacios, el arte y los usos que de él se hace[35].

Las prácticas de la comunidad del Monasterio de Junqueras se verán alteradas, a partir de 1493, con la Reforma de los reyes católicos. Sin embargo, siguiendo a Milagros Rivera, "el cristianismo no fue un obstáculo insuperable, antes del Concilio de Trento (1545-1563), para la libertad femenina, a pesar de la misoginia de la mayor parte de la jerarquía eclesiástica y de la teología eclesiástica"[36], de hecho, comprobaremos cómo la comunidad luchará por evitar el enclaustramiento con algunos de los ejemplos expuestos sobre las correcciones y enmiendas[37] de todo aquello que no estuviera de acuerdo con la Regla y los Establecimientos de la Orden, tratando la parte espiritual, pero también la temporal[38] que se desprenden de los mandamientos de las visitas. Los visitadores dejarán constancia de aquellas cosas que consideran deben ser reformadas, consecuentemente, nos señalan las prácticas que no tenían la comunidad. Prueba de todo ello es la insistencia y repetición de muchos de los mandamientos a lo largo de la cronología analizada.

3. Oración.

Entre las obligaciones que tienen los miembros de la Orden de Santiago, la oración es una de ellas, pues ocupaba gran parte de la jornada diaria de las damas. La oración

[34] BURKE, Peter – "Obertura: la nueva historia, su pasado y su futuro", In BURKE, Peter (ed.) – *Formas de hacer historia,* Alianza Universidad, 1996, p. 26.

[35] GARÍ, Blanca – "Oh Dear! It's Nuns! ¿Por qué hablar de espacios de espiritualidad femenina en la edad media?". *Anuario de Estudios Medievales*, n. 44, 2014, pp. 3-17, p. 11.

[36] Texto extraído de: RIVERA, Maria-Milagros – *La diferencia Sexual en la Historia.* Publicacions de la Universitat de Valencia, 2005, p. 93;

[37] En la visita de 1501 se utiliza la fórmula *reformar, corregir e castigar e enmendar todo aquello que reformación e corrección e castio e enmienda requiera.* ACA, ORM, Monacales, Volúmenes, 167.

[38] SILVA, Joel – *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a comenda de Santos em finais do século XV e no século XVI. Um estudo religioso, económico e social.* Fundação Eng. António de Almeida, 2007.

forma parte de la práctica principal de la función mediadora de la vida monástica femenina. Es decir, las religiosas no eran pasivas en la liturgia, todo lo contrario, son las protagonistas de una acción performativa devocional continúa regulada por el oficio divino[39]. La Regla dedica cuatro capítulos relacionados con la oración en los que se establece que los freires recen el Padre Nuestro, que debería ocuparles gran parte de la jornada, pues debían rezar tres Padre Nuestro para el Maestre, otros tres para los freires vivos, seis para los freires que perecieron, uno para los fieles difuntos, otro para la madre Iglesia, para el rey y el obispo, etc[40]. Tenían la obligación en Maitines levantarse y rezar tres Padres Nuestros[41], y seis veces en la Prima, Tercia, Sexta, Nona y Completas[42]. Comprobamos que el padre nuestro fue una de las oraciones fundamentales que debían repetir a lo largo del día[43]. Ahora bien, en este punto exponemos algunos ejemplos para destacar que la Regla se refería siempre en masculino, a excepción de los capítulos dedicados a las mujeres[44], pues hombres y mujeres se rigieron por la misma Regla que los freiles, y su vida cotidiana se organizó en función de esta normativa, común para todos los miembros de la Orden Militar[45]. Hasta el momento, la única excepción es la Regla localizada por Maria Echániz[46], única adaptación al femenino de la Regla para el convento de Sancti Spiritus, con la intención de que dicha comunidad acatará las nuevas normativas y a su vez se encontrará las mujeres representadas en la Regla. No obstante, no se ha encontrado ningún ejemplar parecido, o indicios de tal, ni en Santa Eufemia de Cozuelos[47], ni en el Monasterio de Junqueras[48]; este quizás podría constituir un motivo más por el cual se produjo una heterogeneidad en las formas litúrgicas del monasterio de Junqueras respecto a la Orden u otras comunidades santiaguistas femeninas, sin embargo, seguramente sería causado por las diferencias locales y la contaminación de patrones locales[49]. Así es que, siguiendo a Mercè Costa, se ha considerado que la comunidad practicaba una liturgia propia[50], motivo que, en parte, explicarían las dificultades

[39] GARÍ, Blanca – "The sacred space for meditation: nuneries and devotional performance in the territories of the Crown of Aragon (fourteenth – fifteenth centuries)". *Journal of Medieval Monastic Studies,* 3 (2014), pp. 71-96.

[40] Tomamos como referencia la regla catalana de 1529. Biblioteca de Catalunya, Reserva, MS. 314, Regla de la Orden de Santiago de la Espada, 5r-6r.

[41] Biblioteca de Catalunya, Reserva, MS. 314, Regla de la Orden de Santiago de la Espada, 6v-7r.

[42] BC, Reserva, MS. 314, Regla de la Orden de Santiago de la Espada, 7v.

[43] ECHÁNIZ, Maria – *Las mujeres de la Orden militar de Santiago en la edad media*. Junta de Castilla y León, 1992, p. 243

[44] Se encuentran dos capítulos específicos con el título *De mulieribus.*

[45] FERRER-VIDAL, Maria Soledad – *Santa Eufemia de Cozuelos: el primer monasterio femenino de la Orden Militar de Santiago.* Castilla la Mancha: Universidad de Castilla la Mancha, 2020. PhD Thesis. p. 424.

[46] ECHÁNIZ, Maria – *Las mujeres de la Orden militar de Santiago…*, p. 223.

[47] FERRER-VIDAL, Maria Soledad – *Santa Eufemia de Cozuelos…*, p. 424 nota 5.

[48] COSTA, Maria Mercè – *El món de les Dames de Jonqueres…*

[49] PÉREZ, Mercedes – *Arte y liturgia en los monasterios de dominicas en Castilla. Desde los orígenes hasta la reforma observante (1218-1506).* Ediciones Trea, 2021. p. 110.

[50] COSTA, Maria-Mercè – *El món de les Dames de Jonqueres…*, p. 34.

con las que se encuentran los visitadores para poder cambiar en una sola visita todo lo que practican de manera errónea. Volviendo a nuestras prácticas, la prueba de la diferencia en las prácticas litúrgicas la encontramos en la visita de 1538 en la que tras las inspecciones los visitadores constatan que no se rigen totalmente por la nueva liturgia romana, se trata de la primera mención que hacen los visitadores en relación con la manera y ceremonias que realizan las Religiosas en el Coro en el momento de rezar el oficio divino, pues en algunos puntos si seguían lo que establecía la Regla, por ejemplo, levantarse a las cinco de la mañana para rezar los Maitines[51], pero en otras tienen un modo muy diferente, definiéndolo en los documentos como *modo y estilo antiguo*[52].

"El señor visitador habiendo visto el modo y cerimonias que las Religiosas de dicho monasterio de Junqueres tienen en el coro a cerca de rezar y hacer el oficio divino, visto que en algunas cosas conforman con lo que se guarda y tienen en los conventos de la Orden, y en muchas tienen otro modo y estilo mui diferente de aquello; y haciendo lo que su magestad manda por la instrucción que trahe, pareciéndole ser mui difícil mudarles en todo su modo y estilo antiguo, mando que de aquí adelante sea así en el rezar de las horas, como en el hacer las ceremonias en el coro tengan y guarden la orden y estilo (...)[53]".

En la visita de 1549[54] aún se encontrarán con algunas prácticas que no son comunes a la Orden, dado que todavía mantienen el estilo antiguo. Se establecía como común por todas las comunidades de la Orden de Santiago, que cuando escucharan tocar la campana, con el signo de las Horas, dejaran todo lo que estaban haciendo y se dirigieran al Coro. La entrada seria con la cabeza descubierta y se dirigirían en medio del Coro, haciendo una inclinación hacia el altar y después se sentarían en sus sillas por orden de antigüedad[55]. A través de las visitas podemos aproximarnos a como debían ser el rezo de las Horas en el monasterio de Junqueras: Debían empezar con las Completas, que, desde San Miguel de Septiembre[56] hasta Pascua de Resurrección[57], siempre se decían antes de la cena. Así, hechas las completas, finalizarían con la

---

[51] COSTA, Maria Mercè – *El món de les Dames de Jonqueres...*, p. 35.

[52] Es muy probable que se estén refiriendo a la reforma de los Brevarios que se produjo a partir de 1535. RAGUER, Hilari – *Hal·lelu-iah. Introducció a la litúrgia de les Hores*. Publicacions de la Abadia de Montserrat, 2019, p. 59-61.

[53] ACA, ORM, Volúmenes, 168, f. 90.

[54] ACA, ORM, Monacales,Volúmenes, 168, p. 100.

[55] COISIN, Pierre; NEGRETE, Manuela y CAMPO, Cepeda – *Reformación de los conventos de la Orden de Santiago instituyda por los Reyes Católicocs de gloriosa memoria, con autoridad apostólica del Pontífice Alexandro, Papa sexto de felice recordación, y mandada moderar e imprimir por la Catholica R. M. del Rey Don Philippe Segundo, nuestro señor y administrador perpetuo de la dicha orden*. Impreso en Madrid por Pierres Cosin (Complutense University Library of Madrid. The European Library) 1567, p. 1.

[56] 29 de septiembre.

[57] Es una fiesta móvil que siempre se celebra el domingo posterior al primer a la primera luna llena del equinocio de primavera. Lo que comprendía entre el 22 de marzo y el 25 de abril. http://www.ub.edu/contrataedium/recursos/eines/cronologies/cronologies.htm.

Salve, tocarían el AVE María y desde el Coro se irían a cenar. Las gracias se darían en el refectorio sin volver al Coro. Pero, si alguna de ellas, por su devoción, después de haber cenado y dadas las gracias, quería ir a la iglesia y decir la Concepción de Nuestra Señora, lo podía hacer[58]. Al final de cada hora la que realizaba el oficio decía *Sanctissime Trinitati Nostrum Benedicite*. Sin embargo, cuando era en Nona y Vísperas le correspondía hacerlo a la Priora o la Supriora, pero, en caso de que no estuvieran ninguna de ellas, lo hacía la Semanera. También ordenarán que los versos de los salmos se digan despacio o rápido en función del día o al gusto de la Capíscola, y se manda que hagan pausa en los versos que dice cada Coro alternadamente[59].

El 1549 mandan que, desde el día de la Resurrección hasta el sábado de la Trinidad incluida, no dirán en los maitines más de un Nocturno con tres salmos y tres lecciones, tal como dice la Regla y el Breviario de la Orden al final del común de los Santos, mientras que ahora lo hacen de fiesta, domingo o *féria*[60] .

4. Oración difuntos.

Uno de los momentos rituales importantes de la Orden era el momento de la muerte[61], cuando acontecía la de una dama, la Regla estipulaba las oraciones que se tenían que rezar diferenciando dos situaciones, si era de cuerpo presente o no[62]. En el año 1529, los visitadores son informados que, en el paso o agonía de la muerte, en la comunidad de Junqueras tienen costumbre de hacer la cruz de ceniza sobre los pechos, y dejan acabar de morir en su cama. Un procedimiento que es contra la Regla y Establecimientos de la Orden, por eso ordenarán que a partir de este momento se haga de la siguiente manera[63]: "Quando alguna Religiosa quisiere morir, quando conozcan que está en la agonia de la muerte, e casi para espirar, con tal que no se detengan tanto que acabe de morir, tomaron la ceniza bendita e con ella harán una cruz encima de alguna alfombra o reportero, que esté tendido en el suelo, la qual cruz ha de ser tan larga como el cuerpo de la enferma, y sobre dicha cruz pondrán el cuerpo de na enferma bestida su manto blanco, como una candela bendita encendida en la mano"

El oficio de los difuntos, que se realizaba en maitines y laudes, tan solo se decía en el Coro cuando rezaban de feria en tiempo de carnal[64] acabando las vísperas del día antes de la fiesta que debía ser de la siguiente manera: lunes,

[58] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales, Volúmenes, 168, p. 92.

[59] Como ya destacó Echániz, los visitadores acabarán complicado una liturgia ya de por sí compleja. ECHÁNIZ, Maria – *Las mujeres de la Orden militar de Santiago...*, p. 245.

[60] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, Volúmenes, 168, p. 103.

[61] ECHÁNIZ, Maria – *Las mujeres de la Orden militar de Santiago...*, p. 247.

[62] ECHÁNIZ, Maria – *Las mujeres de la Orden militar de Santiago...*, p. 245.

[63] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, Volúmenes, 168, p. 69.

[64] DCVB: Tiempo en que se puede comer carne. Es decir, todo el tiempo menos en cuaresma.

miércoles y viernes, tres nocturnos; martes, jueves y sábado, solo uno en las laudes. En tiempo de Cuaresma, se hacía el oficio un poco antes de completas, de manera que, acabado el oficio de difuntos, justo después empezaban las Completas. Este oficio se realizaba siempre rezado, a excepción del día de conmemoración de los difuntos que se realizaba cantado[65].

En relación con las sepulturas, en los mandamientos de 1538 se prohíbe poner el hábito de Santiago sobre las sepulturas que están en el suelo de la iglesia, pues si deseaban poner alguna insignia nada más podían ser las veneras[66] o bordón[67], pero no la cruz. En el caso de Sancti Spiritus, vemos como ya en la visita de 1494 ordenaron que las freilas se sepultasen en el claustro y no en la iglesia[68]. Para las damas de Junqueras, en la visita de 1561, se ordenó que fueran sepultadas a las 24 horas después de su muerte, exceptuando si el médico lo retrasaba un poco más[69]. En la visita de 1566 mandaron moderación en los funerales, visto el enorme gentío que estas manifestaciones provocaban por la presencia de familiares y amigos de la difunta, así como la excesiva pompa[70], y, estos gastos y pompa no correspondía a una persona religiosa de una orden tan santa[71].

5. Confesar y comulgar.

Las damas estaban sujetas a la obligación de confesar y comulgar un mínimo de veces el año[72], es por ello por lo que en la visita del 1495 se construye un confesionario[73]. Esta nueva construcción será uno de los ejemplos de la separación de dos espacios: uno, interior, que será la claustra, es decir, el monasterio donde harán su vida las damas; y el otro, la iglesia, donde su paso a partir de las visitas será restringido y tan solo tendrán acceso al Coro superior. La construcción de esta ventanilla en un espacio antes abierto entre la iglesia y el claustro supondrá, a partir de su construcción, que las damas deberán confesar y comulgar por esta ventanilla, que, a su vez, también servirá para que la Sacristana pueda introducir la plata y los ornamentos para la misa. En el año 1512 se hace referencia a la forma que deben comulgar, a través de esta

[65] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, Volúmenes, 168, p. 91.

[66] DCVB: Cruz que los caballeros de las órdenes militares llevan colgada en el pecho.

[67] RAE: Bastón o palo más alto que la estatura de una persona adulta, con una punta de hierro y en el medio de la cabeza unos botones que lo adornan.

[68] ECHÁNIZ, Maria – *Las mujeres de la Orden militar de Santiago…*, p. 247.

[69] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, Volúmenes, 168, p. 156.

[70] GELABERTÓ, Martí – "Ritual funerario y contrarreforma: el monasterio de Nuestra Señora de Junqueras (siglos XVI-XVII)". *Analecta Sacra Tarraconensia*, 67.2 (1994), pp. 333-343, p. 338.

[71] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, Volúmenes, 168, p. 156.

[72] ECHÁNIZ, Maria – *Las mujeres de la Orden militar de Santiago…*, p. 246.

[73] "que por la ventanita que está en el confesionario con su rexa por allí reciban el cuerpo de Nuestro Señor, porque el Clérigo no entre en el dicho monesterio, e tenga la llave de la dicha ventana a la Priora lo que se entienda estando sanas e buenas las freyras".

ventana por donde recibirán el *Corpus Domini*, y de esta manera no es necesario que el capellán entre en el monasterio para administrar los sacramentos[74]. En relación con el confesor[75], en los mandamientos del 1504 se menciona que cada año, con licencia del prior de Uclés podían elegir confesores, con los cuales confesarse y recibir los sacramentos. Por la visita del 1529 sabemos que estaban obligadas a confesarse seis veces al año[76], siempre a través de la ventana, a excepción de que estuvieran enfermas, pues como dicen los mandamientos del 1566, se daba permiso para que entrara un vicario al monasterio para poder confesarlas y darles los sacramentos[77]. Este aumento de días de confesión, tal como explica Echániz, se instauró en el Capítulo de Uclés de 1440, dónde se ordenó a todos los freiles, que se confesarán como mínimo tres veces al año: en Navidad, Pascua de Espíritu Santo y Pascua de Resurrección[78].

6. El Capítulo.

El Capítulo era el espacio, pero también el oficio por el cual se reunían las freilas para dirimir en él las cuestiones fundamentales de la organización del monasterio[79]. Sabemos que antes de la reforma, la comunidad se reunía en él cada domingo, como también para las elecciones priorales. En el año 1495, los visitadores ordenarán que la comunidad se reúna en Capítulo cada domingo y digan la Preciosa[80]. En el caso concreto de la Preciosa, en Sancti Spiritus se decía durante la misa[81], mientras que en Santa Eufemia de Cozuelo, al igual que en Junqueras, se decía en el Capítulo[82]: "que cada domyngo, como lo manda nuestra Regla y Establecimientos, fagays Capítulo en el que se diga la Preciosa como es costumbre y allí, todas fagaís venias a donde os sea

[74] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, Volúmenes, 168, pp. 72-73.

[75] Las primeras disposiciones que se refieren de manera estricta a la confesión y su regulación se encuentran en los establecimientos de Lorenzo Suárez de 1403 y atañen sólo a los freyres de la Orden: "*Se confiessen las tres Pascuas del año e comulguen*". RODRIGUEZ, Daniel – *La Orden de Santiago en Extremadura en la Baja Edad Media (siglos XIV y XV).* Publicaciones de la Excma. Diputación, Colección Historia n. 4, Badajoz, 1985, p. 335.

[76] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, Volúmenes, 168, p. 69.

[77] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, Volúmenes, 168, p. 159.

[78] ECHÁNIZ, Maria – *Las mujeres de la Orden militar de Santiago...*, p. 247.

[79] PÉREZ, Mercedes – Arte y liturgia en los monasterios de dominicas en Castilla. Desde los orígenes hast*a la reforma observante (1218-1506).* Piedras Angulares, 2021, p. 257.

[80] Siguiendo a Maria Echániz, en algunas catedrales se llamaba preciosa a la distribución que se hacía entre los prebendados por asistir a las conmemoraciones que se decían por las almas de algún bienhechor, y recibían tal nombre porque se hací al tiempo que se rezaba en el coro *Pretiosa in conspectu Domini.* ECHÁNIZ, Maria – *Las mujeres de la Orden militar de Santiago...*, p. 244, nota 710. Ferre-Vidal nos indica que la Preciosa se corresponde con el versículo 15 del salmo 115, que en el oficio divino actual se reza en la hora prima. FERRER-VIDAL, Maria Soledad – *Santa Eufemia de Cozuelos: el primer monasterio femenino de la Orden Militar de Santiago.* Castilla la Mancha: Universidad de Castilla la Mancha, 2020. PhD Thesis, p. 529, nota 65. Para el caso catalán, tenemos la referencia de la Catedral de Tarragona, esperamos que con un estudio comparativo podamos obtener más información.

[81] ECHÁNIZ, Maria – *Las mujeres de la Orden militar de Santiago...*, p. 244.

[82] FERRER-VIDAL, Maria Soledad – *Santa Eufemia de Cozuelos...*, p. 540.

ynfunjida penitençia saludable[83]".

No hay ninguna mención directa de los Capítulos hasta el año 1560, en que se prohíbe que en ninguna circunstancia se admitieran, ni se recibieran en sus Capítulos, a jurados, diputados, ni consejeros de la Ciudad de Barcelona, ni ningún otra persona seglar o eclesiástica, a excepción de los caballeros de la Orden de Santiago. Esto era así para evitar que, en las elecciones priorales, o en cualquier otro asunto del monasterio, se pudiera favorecer, aconsejar o interferir en los asuntos de la Orden[84], así como para respetar la clausura. De nuevo, en 1561, se resaltará en los mandamientos que no se admita a ninguna persona ajena a la Orden y que si necesitan consejo o asistencia lo pregunten al lugarteniente del principado o alguien de su consejo, así como a los caballeros de la Orden de Santiago[85]. Además, en este mismo año se introduce una nueva práctica en el Capítulo, que es la lectura de los mandamientos del 1561, con el objetivo que recuerden todo lo que tienen que observar: así, todas juntas en el Capítulo leerán los Mandamientos en las pascuas de Navidad y Resurrección, y por nuestra Señora de Agosto, con la misma ceremonia que leían la Regla, porque en el Capítulo es también el espacio donde se realizará la lectura de la Regla. En 1495 la lectura de la Regla y los Establecimientos de la Orden se hacía cada dos meses en el Capítulo ordinario de los domingos[86]. En el año 1501 esto cambia y se ordena que la lectura se haga el primer domingo de cada mes[87]; esto mismo se mantiene en la visita del 1504, añadiendo que la Regla sea leída tal como es ordenado. Misma orden que se repite en la vista de 1509. El 1512, además – estarán obligadas a hacer las venias cada domingo –, a pesar de que algunos domingos no las hacían todas, sino que una lo decía por todas, porque si no los oficios se hacían largos y pesados[88]. En los mandamientos del 1515 se añade que, si no se puede acabar de leer la Regla después de haber hecho las venias hasta tercia, que el domingo siguiente se acabase de leer lo que ha quedado pendiente[89]. El año 1529 los visitadores constatan que la Regla no se ha leído una vez al mes, por este motivo, a partir de este año, mandan leer la nueva Regla impresa en letra de molde, que se les entrega en el mismo momento, pero, como está escrita en lengua castellana, por si alguna de las damas no la pudiera entender o leer, los visitadores dan la licencia porque una persona muy experta la traduzca a la lengua catalana[90], regla que hoy en día se conserva en la Biblioteca de Cataluña[91]. El 1538 la Regla se seguirá leyendo el primer domingo de cada mes, pero ahora también asistirán las escolanas

---

[83] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, 167.
[84] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, 168, pp. 132-133.
[85] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, 168, pp. 146-147.
[86] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, 167.
[87] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, 168, p. 32.
[88] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, 168, p. 75.
[89] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, 168, p. 85.
[90] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, 168, p. 67.
[91] Biblioteca de Catalunya, Reserva, Ms. 314.

que estén en aprobación, además, si alguna de ellas quisiera hacer capítulo de culpas, podía pedir licencia una vez leída la Regla[92]. Las escolanas asistirán a la lectura de la regla para evitar que una vez profesas las religiosas de junqueras pudieran alegar que desconocían el contenido de la regla. Por ello, en los mandamientos de 1560 se establece que la Priora obligue a las otorgadas estar presentes en la lectura de la Regla, para que la entiendan y guarden antes de profesar[93].

Finalizamos con el silencio, el que se impuso después de Trento, con la intención de dejarlas silenciadas, sin opción a voto o decisión, enclaustradas y aparentemente lejos de la vida exterior. El silencio será una constante en los mandamientos, puesto que será uno de los puntos clave de la clausura: "*Silenci tinguen los frares mentre que sien en lo servey de Déu, e no deuen perlar, si no tan solament poques coses per rahó de necessitat*"[94] por ello, en la visita de 1495 se hará mención del silencio y de forma recurrente lo encontraremos en las sucesivas visitas[95] en las que se detalla que debe hacerse silencio en el Coro, en el refectorio, antes de prima hasta que esta sea dicha, desde después de comer hasta nona, y después de completas hasta maitines. Pero, la repetición de este mandamiento en las visitas nos da a entender que no se cumplía, pues en la visita de 1515 se especificaba que las damas que no pudieran dormir no salieran de sus cámaras y que no hiciera ruidos que pudieran molestar al resto de la comunidad[96]. El año 1549, insistirán los visitadores que en el Claustro debía hacerse silencio después del aviso de silencio y que, para vigilar que esto ocurriera, la Portera también sería la encargada de asegurarse que se cumplía el silencio durante la noche pues las damas al escuchar el aviso debían recogerse en sus habitaciones, cerrar ventanas y no volver abrirlas, ni hablar[97], y mucho menos abrir las ventanas que daban a la calle. No debieron cumplir este precepto tan significativo de la clausura porque, una vez más, los visitadores en el año 1561 insistirán que debe hacerse silencio.

Conclusiones.

Con esta rápida mirada por algunas de las prácticas realizadas en el monasterio de Santa Maria de Junqueras, constatamos la riqueza de la fuente de la Vistas, la cual, permite tejer poco a poco el universo cotidiano de la comunidad a través de las distintas visitas que realizaron los visitadores de la Orden de Santiago a su fábrica monástica.

Las prácticas que hemos ido describiendo se producen en un momento muy

[92] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, 168, p. 95.
[93] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, 168, p. 138.
[94] Biblioteca de Catalunya, Reserva, Ms. 314.
[95] En las visitas de 1495, 1501, 1504, 1509, 1515, 1549, 1556, 1560 y 1561.
[96] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, 168, p. 87.
[97] Archivo de la Corona de Aragón, ORM, Monacales-Universidad, 168, p. 104-105.

concreto en el que se observa la construcción de una vida monástica caracterizada por la separación del mundo mediante la clausura. Un momento, el de la reforma de los reyes católicos, que provocará las visitas por parte de miembros masculinos de la Orden al monasterio de Junqueras, con sus imposiciones la comunidad debió realizar cambios para poderse adaptar a las nuevas regulaciones tanto espirituales como de forma de vida. Sin embargo, también comprobamos como la comunidad no aceptó la clausura, se opuso a ella con los medios que tenía, retrasando al máximo el cumplimiento de los mandamientos. Finalmente, un nuevo mundo se impondrá dentro de las paredes de la fábrica monástica, haciendo que una comunidad que no se identificaban como monjas, acabaran asimilándose a ellas, cumpliendo los votos, y realizando las prácticas esperadas para unas monjas de clausura: Silencio, oración, confesión y vida en comunidad.

Os quotidianos que nos escapam: *reclusas e mulheres da pobre vida nos núcleos urbanos do sul de Portugal nos finais da Idade Média*

João Luís Inglês Fontes[1]

Resumo

Os séculos finais da Idade Média conhecem, um pouco por todo o Ocidente, o irromper de novas formas de vida religiosa feminina. Entre estas, contam-se também fenómenos mais marginais e institucionalmente menos enquadrados, mas igualmente protagonizados por mulheres, como foram o emparedamento ou reclusão voluntária ou os mais tardios beatérios ou grupos de mulheres pobres. O seu rastro é muitas vezes difícil de encontrar, a documentação escassa e muito lacunar. Os rostos e percursos destas "mulheres religiosas" teimam em esconder-se. O que nos é possível saber sobre elas, da sua relação com os núcleos urbanos onde se instalam e com os diversos poderes leigos e eclesiásticos, dos seus quotidianos, dos espaços que habitam e do modo como os habitam? A estas e outras perguntas procuraremos dar alguma resposta, sobretudo a partir dos casos mais abundantes e documentalmente mais significativos que encontrámos para as vilas e cidades do sul do país. Pois talvez pela própria influência do eremitismo que floresceu vigorosamente nos termos dos concelhos do Além-Tejo, é também e sobretudo nesta geografia que mais cedo as urbes incluem alguns destes grupos de mulheres que encontram, afinal, no religioso um espaço novo de afirmação e autonomia.

Palavras-chave
Reclusão voluntária; Emparedadas; Mulheres da pobre vida; Eremitismo; Idade Média.

---

[1] IEM – NOVA FCSH; UCP-CEHR.

Hidden (daily) lives: anchoresses and women of poor life in the urban centres of southern Portugal in the Late Middle Ages.

Abstract

The final centuries of the Middle Ages witnessed the emergence of new forms of female religious life. Among these, there are also more marginal and less institutionally framed phenomena, but equally led by women, such as the voluntary reclusion or the later *beaterios* or groups of poor women. Their trail is often hard to find, and documentation is scarce and very lacunar. The faces and the paths of these "religious women" stubbornly hide. What can we know about them, about their relationship with the urban centres where they settle and with the lay and ecclesiastical powers, about their daily lives, the spaces they inhabit and the way they live in them? To these and other questions we shall try to give some answers, above all on the basis of the most abundant and documentally significant cases we have found for the towns and cities of the south of the Portuguese realm. Perhaps due to the influence of eremitism itself, which flourished vigorously in the municipalities of Além-Tejo, it is also and above all in this geography that some of these groups of women flourished and found, after all, a new space of affirmation and autonomy in religious life.

Keywords
Voluntary reclusion; *Emparedadas*; Women of poor life; Eremitism, Middle Ages.

Os séculos finais da Idade Média conheceram, um pouco por todo o Ocidente, o irromper de novas formas de vida religiosa feminina[2]. Se o podemos distinguir com facilidade no crescente número de mosteiros e conventos habitados por mulheres que aí perseguem um ideal mais exigente de perfeição religiosa, sob o controlo da Igreja, sejam eles dentro do tradicional monaquismo (beneditinas, cistercienses ou mesmo *sorores* ligadas a comunidades canonicais) ou das novas ordens mendicantes (clarissas,

[2] Veja-se, para uma contextualização mais geral deste fenómeno, a síntese, que permanece muito actual, proposta por André Vauchez, no quadro dos novos desafios decorrentes do renascer do mundo urbano e da fase de expansão económica vivida pelo Ocidente medieval a partir de finais do século XI, bem como da emergência e afirmação dos leigos e do seu protagonismo também ao nível religioso (VAUCHEZ, André – *A espiritualidade da Idade Média Ocidental*, *sécs. VIII-XIII*. Lisboa: Estampa, 1995, pp. 75-207. Para o contexto português, cf. ROSA, Maria de Lurdes – "A religião no século: vivências e devoções dos leigos", In AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Vol. I – *Formação e limites da Cristandade*, coord. Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 423-510.

dominicanas, agostinhas)[3], já é mais difícil percecionar a importância que tiveram, sobretudo nos núcleos urbanos, fenómenos mais marginais e institucionalmente menos enquadrados, mas igualmente protagonizados por mulheres, como foram o emparedamento ou reclusão voluntária ou os mais tardios beatérios ou grupos de mulheres pobres[4].

Desde logo, porque o seu rastro é muitas vezes difícil de encontrar, pela escassez e o carácter lacunar da documentação disponível. Nomeados, é verdade, com relativa regularidade em muitos testamentos, sobretudo ao longo dos séculos XIII a XV[5], são-no quase sempre sob a forma de legados genéricos às emparedadas da vila ou da cidade, quando muito com alguma informação relativa à sua localização e vinculação institucional – emparedadas junto às muralhas da cidade ou de determinada igreja ou hospital. Por vezes, as casas em que vivem aparecem entre as confrontações de bens que se aforam, vendem ou inventariam, ou mais escassamente em livros litúrgicos que registam aqueles e aquelas que, já defuntos, se confiaram à intercessão qualificada de determinada casa monástica ou igreja. Mesmo para os casos em que determinados grupos de reclusas ou de beatas acabaram por se conventualizar, nem sempre os cartórios desses mosteiros guardaram os documentos dessas origens, para além daqueles que garantiam os direitos sobre os bens ou privilégios então adquiridos[6].

---

[3] Veja-se, para um panorama sobre as casas religiosas femininas fundadas em Portugal durante a Idade Média, o elenco disponível em SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia Histórico*. 3ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2016. Para uma visão de conjunto, cf. GOMES, Saúl António - "Quadro Geral do Monaquismo Português em Quatrocentos". *Revista Território & Fronteiras* 7/2 (2014), pp. 144-181; FONTES, João Luís Inglês; ANDRADE, Maria Filomena; RODRIGUES, Ana Maria S. A. – "Mosteiros e Conventos no Portugal Medieval: vida espiritual e lógicas de implantação". *Svmma* 15 (Primavera 2020), pp. 8-34. doi: 10.1344/Svmma2020.15.3.

[4] A bibliografia é aqui muitíssimo extensa, dado o amplo desenvolvimento do estudo destes fenómenos, em larga medida ligado também a uma maior atenção ao papel do feminino e ao recurso ao género como elemento de problematização das realidades históricas e das formas de memória construídas sobre o passado, bem como às formas não institucionalizadas de vida religiosa no âmbito do Cristianismo medieval. Para uma abordagem do peso destas novas dimensões e problemáticas nos estudos medievais, cf. CLASSEN, Albrecht (ed.) – *Handbook of Medieval Studies. Terms – Methods – Trends*. 2 vols. Berlin / New York: De Gruyter, 2010. Para uma visão geral da reclusão e das formas não regradas de vida religiosa feminina no Ocidente medieval, cf. ANDREWS, Francis; RAVA, Eleonora (ed.) – *Ripensare la reclusione volontaria nell'Europa medievale. Quaderni di storia religiosa medievale* 24/1-2 (2021); McAVOY, Liz Herbertm(ed.) – *Anchoritic Traditions of Medieval Europe*. Woodbridge: The Boydell Press, 2010; CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregoria – *Inclusa Intra Parietes. La reclusión voluntaria en la España medieval*.Toulouse: Université Toulouse II – Le Mirail, 2010; MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela – *Beatas y santas neocastellanas: ambivalencia de la religión, correctoras del poder (ss. XIV-XVII)*. Madrid: Instituto de Investigaciones Feministas de la Universidad Complutense de Madrid – Comunidad de Madrid/Dirección General de la Mujer, 1994; GARÍ, Blanca – "La ciudad de las mujeres: redes de espiritualidad femenina y mundo urbano", In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Á.; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; ANDRADE, Amélia Aguiar (ed.) – *Ser mujer en la ciudad medieval europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2013, pp. 349-370; GRAÑA CID, María del Mar – "Beatas y monjas. Redes femeninas y reforma religiosa en la ciudad bajo medieval". In *ibídem*, pp. 371-388

[5] Um exemplo das potencialidades desta documentação para o estudo da reclusão voluntária em RAVA, Eleonora – "Le testatrici e le recluse: il fenomeno della reclusione urbana nei testamenti delle donne pisane (secoli XIII-XIV)", In ROSSI, Maria Clara (ed.) – *Margini di libertà: testamenti femminili nel medioevo*. Caselle di Sommacampagna (Verona): Cierri Edizioni, 2010, pp. 311-332.

[6] Sobre este assunto, cf. L'HERMITE-LECLERCQ, Paulette – "La réclusion dans le milieu urbain

Muitas vezes, temos sobretudo os documentos que nos falam sobre estas mulheres, mas escasseiam aqueles em que podemos conhecer a sua própria voz, o que as leva a fazer tal opção e de que modo esta implica em si mesmo um quotidiano diferente, distinto. Os rostos e percursos destas "mulheres religiosas" teimam em esconder-se[7].

O desafio que nos foi colocado torna-se também mais difícil de responder. O que nos é possível saber sobre elas, da sua relação com os núcleos urbanos onde se instalam e com os diversos poderes leigos e eclesiásticos, dos seus quotidianos, dos espaços que habitam e do modo como os habitam? A estas e outras perguntas procuraremos dar alguma resposta, sobretudo a partir dos casos mais abundantes e documentalmente mais significativos que encontrámos para as vilas e cidades do sul do país. Pois talvez pela própria influência do eremitismo que floresceu vigorosamente nos termos dos concelhos do Além-Tejo, **é** também e sobretudo nesta geografia que mais cedo as urbes incluem alguns destes grupos de mulheres que encontram, afinal, no religioso um espaço novo de afirmação e autonomia.

1. A reclusão voluntária.

Comecemos, pois, pela reclusão voluntária. Importa clarificar que não falamos aqui da clausura monástica, que fazia parte da vida monástica, vivida em comunidade, sob o governo de um superior (o abade ou a abadessa, ou o prior ou prioresa), na obediência a uma Regra e outros textos normativos aprovados pela Igreja, em muitos casos pressupondo a estabilidade, ou seja, a permanência num determinado mosteiro[8]. Embora algumas Regras religiosas abrissem espaço para a vida reclusa ou eremítica como culminar de um percurso longo e experimentado no mosteiro (caso da Regra de S. Bento)[9], a reclusão voluntária reporta-se sobretudo a uma experiência religiosa de carácter mais extremo, conduzida fora do tradicional enquadramento monástico, tendendo, ao longo dos séculos finais da Idade Média, para uma marcada laicização,

français au Moyen Âge", In VAUCHEZ, André (dir.) – *Ermites de France et d'Italie (XIe-XVe siècle).* Roma: École française de Rome, 2003, pp. 157-159; RAVA, Eleonora – "Le recluse nella documentazione tardo medievale", In CHEMOTTI, Saveria; LA ROCCA, Maria Cristina (ed.) – *Il genere nella ricerca storica. Atti del VI congresso della Società Italiana delle Storiche*. Padova: Il Poligrafo, 2015, pp. 80-93.

[7] Ver, a este propósito, as considerações tecidas por CIRLOT, Victoria; GARÍ, Blanca – "Introducción", In CIRLOT, Victoria; GARÍ, Blanca (ed.) – *La mirada interior. Escritoras místicas y visionarias en la Edad Media*. Madrid: Ediciones Siruela, 2008, pp. 13-40.

[8] Cf. MATTOSO, José – "Forma de Vida Monástica. Nota histórica", In SOUSA, Bernardo Vasconcelos (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal*, pp. 39-41.

[9] Com efeito, ao apresentar os diversos tipos de monges, a Regra define os anacoretas ou eremitas como uma opção feita "após longa provação do mosteiro", pressupondo com isso o consentimento do abade e da comunidade. Cf. *Regra do Patriarca S. Bento.* Traduzida do latim e anotada pelos Monges de Singeverga. 2ª edição. Singeverga: Edições Ora & Labora, 1992, cap. I, p. 21. Tal possibilidade aparece bem documentada em diversas regiões do Ocidente medieval, sobretudo nos momentos de maior popularidade da forma de vida eremítica. Cf. SANSTERRE, Jean-Marie – "Le monachisme bénédictin d'Italie et les bénédictins italiens en France face au renouveau de l'érémitisme à la fin du Xe et au XIe siècle", In VAUCHEZ, André (dir.) – *Ermites de France et d'Italie*, pp. 29-46.

tendo os leigos como seus principais protagonistas e, em simultâneo, a uma comprovada feminização. E, com isso, acentua-se também o carácter urbano desta opção religiosa, doravante conduzida no interior ou na proximidade das cidades[10].

Na verdade, os homens tinham a opção da vida eremítica, conduzida fora dos núcleos habitados, ainda que nas suas proximidades. Para as mulheres, esta era vista como uma opção perigosa face à fragilidade que lhes estava tradicionalmente associada. Para além do mais, o enveredar, por parte das mulheres, por uma vida de penitência, traduzida no encerramento em suas casas ou em celas construídas para o efeito, adossadas a igrejas (paroquiais ou monásticas) mas também às portas da cidade ou das suas muralhas ou na proximidade de hospitais ou gafarias, não deixava de ser olhado com alguma suspeita por parte das autoridades civis e sobretudo eclesiásticas, exigindo por isso uma atenta e mais próxima vigilância[11].

Partamos, pois, de duas cidades do Sul, Lisboa e Évora, relativamente bem documentadas para que, por elas, tentemos perceber os contornos desta opção religiosa e o que podemos inferir sobre o quotidiano das mulheres que por ela enveredavam.

Lisboa.

Lisboa, como sabemos, foi definitivamente conquistada pelas forças cristãs em 1147. A estratégia de povoamento e de reorganização do espaço urbano, com a restauração da diocese e o rápido estabelecimento de uma densa rede paroquial[12], foi acompanhada por um conjunto significativo de fundações monásticas e conventuais ao longo dos séculos XII, XIII e XIV, que acabaram por envolver o núcleo urbano: São Vicente de Fora, de cónegos regulares de Santo Agostinho, edificado após a conquista da cidade (1147); Santo Agostinho, de Eremitas de Santo Agostinho, provavelmente no final do mesmo século; São Francisco em 1217, a Santíssima Trindade, de Trinitários, em 1218, São Domingos em 1241 e Santa Clara em 1288. Mais tarde, já por finais do século XIV, juntar-se-á o convento do Carmo, sob a iniciativa do Condestável, que aí ingressará e terminará os seus dias. Nos arredores da cidade, podemos encontrar os mosteiros de Chelas e de Santos, o primeiro ocupado por cónegas, após uma fase anterior de aparente tentativa de fundação de uma comunidade dominicana, e o segundo reservado às mulheres dos freires de Santiago[13].

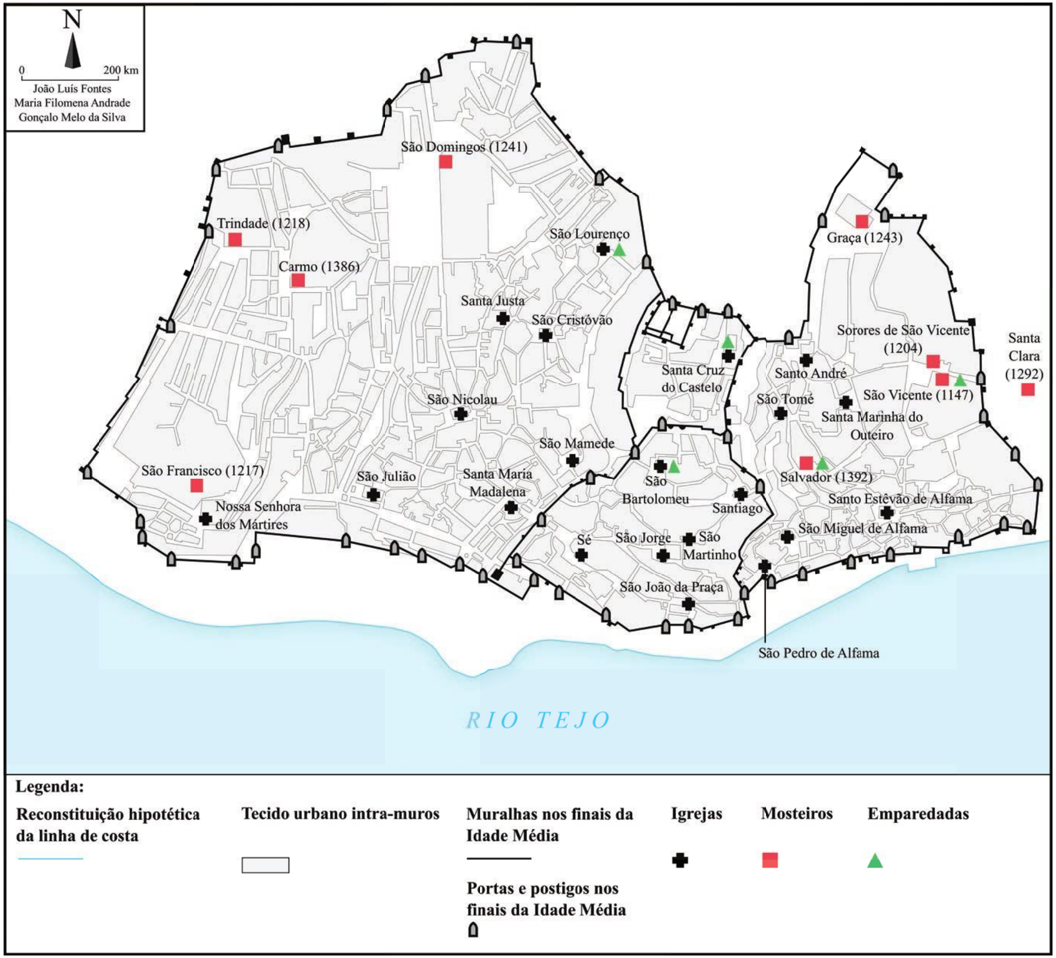
---

[10] L'HERMITE-LECLERCQ, Paulette – "La réclusion dans le milieu urbain français au Moyen Âge", In VAUCHEZ, André (dir.) – *Ermites de France et d'Italie*, pp. 155-157.

[11] L'HERMITE-LECLERCQ, Paulette – "La réclusion dans le milieu…, pp. 156-157, 159-160.

[12] FARELO, Mário – "O direito de padroado na Lisboa medieval". *Promontoria* 4 (2006), pp. 267-289; SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval. Das taifas a D. Dinis*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 2016.

[13] Sobre a rede monástico-conventual da Lisboa medieval, cf. FONTES, João Luís Inglês; ANDRADE, Maria Filomena – "Povoar e enquadrar. Um percurso pela geografia das formas de vida religiosa da Lisboa medieval (séculos XII-XIV)". *Medievalista* 32 (Jul.-Dez. 2022), pp. 257-280. https://doi.org/10.4000/medievalista.5755.



Mapa 1 – As formas de vida religiosa na Lisboa medieval (séc. XIV).

Elaborado por Gonçalo Melo e Silva sobre mapa anteriormente disponibilizado pelo Arquivo Municipal de Lisboa. Por comodidade, está já assinalada a muralha fernandina, ainda ausente aquando da fundação da maioria das casas religiosas da cidade ou do aparecimento de muitos dos casos de reclusão voluntária documentados até ao final de Trezentos.

A geografia de reclusão voluntária na Lisboa medieval aponta para uma preferência das emparedadas pelas igrejas paroquiais, algo muito semelhante ao que Maria del Mar Graña Cid encontrou para a Córdoba medieval[14]. Contudo, é também importante ter em conta a sua atenção e protecção em relação às muralhas e portas principais da cidade, como no caso das reclusas estabelecidas perto do mosteiro de São Vicente ou da igreja paroquial da Santa Cruz do Castelo. Ainda nos falta uma cartografia rigorosa e o estudo mais desenvolvido sobre os hospitais da Lisboa medieval e outras instituições de caridade, especialmente as ligadas a paróquias e conventos, e o respectivo património, a fim de compreendermos melhor a sua eventual importância na geografia da reclusão voluntária e a escolha de certas igrejas por parte destas mulheres[15].

As conclusões que podemos tirar sobre Lisboa devem lidar com a disparidade da informação arquivística, devido ao desaparecimento completo dos registos históricos dos conventos de São Francisco e Santa Clara. Mas é verdade que não encontramos quaisquer outros vestígios de atracção significativa destas mulheres para nenhuma das casas religiosas fundadas em Lisboa durante os séculos XIII e XIV, à excepção do caso de São Vicente[16].

No interior da Cerca Moura, as emparedadas surgem-nos instaladas nas proximidades das igrejas paroquiais da Santa Cruz e de São Bartolomeu, preferência também documentada para as zonas de expansão urbana, quer do lado oriental, com um grupo de reclusas perto da igreja do Salvador desde 1319, quer do lado ocidental, perto do vale, nas paróquias de São Lourenço e Santa Maria de Alcamim. Entre as casas religiosas da cidade, apenas São Vicente parece ser capaz de atrair um grupo de emparedadas que permanece perto do mosteiro durante todo este período, a par com uma comunidade de sorores ou cónegas, já existente, segundo a pesquisa desenvolvida

---

[14] Cf. GRAÑA CID, María del Mar – *Religiosas y ciudades. La espiritualidad feminina en la construcción sociopolítica urbana bajomedieval (Córdoba, siglos XIII-XVI).* Córdoba: Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2010.

[15] Vejam-se, entre os contributos mais recentes sobre a rede assistencial e confraternal de Lisboa: NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *A casa de São Lázaro de Lisboa: contributos para uma história das atitudes face à doença (Séc. XIV e XV)*. Lisboa: Tese de Mestrado em História Medieval apresentada à NOVA FCSH, 2010; LEME, Margarida – "O património dos hospitais medievais na Lisboa manuelina", In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe; TENTE, Catarina; FARELO, Mário; MARTINS, Miguel Gomes (coord.) – *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa, Livros Horizonte, 2016, pp. 393-437; LOPES, Paulo Jorge Rodrigues - *A assistência hospitalar na Lisboa medieval até à instituição do Hospital Real de Todos-os-Santos (sécs XIII-XV).* Lisboa: Tese de Mestrado em História Medieval apresentada à NOVA FCSH, 2016; FARELO, Mário – "A rede confraternal na cidade de Lisboa (séculos XIII-primeira metade do séc. XVI)", In ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina; PRATA, Sara (eds.) – *Espaços e poderes na Europa urbana medieval*. Castelo de Vide: IEM – NOVA FCSH / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2018, pp. 465-492 FARELO, Mário – "A rede assistencial em Lisboa antes do Hospital Real de Todos-os-Santos", In TEIXEIRA, André; ALBERTO, Edite Martins; SILVA, Rodrigo Banha da (coord. cient.) – *Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a saúde*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2021, pp. 261-278.

[16] Para o estudo mais desenvolvido deste assunto, cf. FONTES, João Luís Inglês – "Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média", In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade.*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 259-277.

por Isabel Branquinho, desde 1204[17]. A memória do martírio associado a São Vicente, mas também aos cruzados alemães que foram enterrados no local onde o mosteiro foi construído, juntamente com a existência de um hospital[18], foram certamente motivos de atracção para estas mulheres que continuam a procurar viver uma vida reclusa nas proximidades desta casa religiosa.

Sabemos pouco sobre a origem social destas mulheres ou sobre as suas motivações. Em alguns casos, é possível detectar uma ligação com famílias relacionadas com funcionários urbanos e com o serviço do rei. O título de "dona" que é acrescentado a alguns dos seus nomes pode indicar uma condição social mais elevada. Para alguns outros, as referências aos seus bens apontam para a presença de reclusas ligadas a famílias com alguma riqueza e com um património localizado na cidade ou em lugares próximos, indiciando, assim, um recrutamento mais regional. É possível encontrar entre elas algumas viúvas e mulheres solteiras, mas nada é dito sobre a maioria delas[19].

Mesmo assim, podemos considerar que a reclusão voluntária parece surgir, na maioria das vezes, como uma opção pessoal muito consciente, inserida no movimento feminino que, desde o século XIII, reivindica um espaço próprio de prática religiosa para além do modo de vida tradicional das ordens religiosas, definido por uma regra aprovada pela Igreja. Um bom exemplo disso é o grupo de reclusas localizado ao lado de São Vicente de Fora, que subsistiu lado a lado com uma comunidade de "sorores", instalada ao lado do mesmo mosteiro e governada por uma prioresa.

Infelizmente, quando chegamos às últimas décadas do século XIV, as referências às "emparedadas" desaparecem dos testamentos, juntamente com um silêncio semelhante de outras fontes sobre o núcleo da reclusão feminina documentado algumas décadas antes. Mesmo em São Vicente, as referências às "casas das emparedadas" encontradas durante o século XV parecem não ter correspondência com uma presença efectiva das antigas reclusas naquele lugar. Outros documentos irão sugerir a sua substituição por novas formas de vida religiosa conduzidas por mulheres leigas, agora reunidas em comunidade e dedicadas a uma vida de penitência mais aberta ao exterior, pela prática da caridade[20].

É também importante salientar a presença de alguns emparedados (homens) na Lisboa medieval. O seu carácter excepcional torna-os dignos de memória. É bem conhecido o caso de frei João da Barroca, emparedado perto do convento de São Francisco em finais do século XIV. Na *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes refere-o

[17] A respeito destas mulheres: BRANQUINHO, Maria Isabel – "As Sorores de São Vicente de Fora: uma primeira abordagem", In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*, pp. 239-258; FONTES, João Luís Inglês – "Reclusão, eremitismo e espaço urbano", *passim*; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens religiosas em Portugal,* pp. 212-213.

[18] Cf. SILVA, Carlos Guardado da – *O mosteiro de S. Vicente de Fora. A comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIIII).* Lisboa: Colibri, 2002.

[19] Cf. FONTES, João Luís Inglês – "Reclusão, eremitismo e espaço urbano", pp. 265-267.

[20] Cf. FONTES, João Luís Inglês – "Reclusão, eremitismo…", pp. 268-270.

como um frade castelhano da terceira ordem. A sua decisão de terminar os seus dias como emparedado neste extremo do mundo conhecido foi, de facto, o fim de um itinerário de penitência que passou por uma experiência anterior de reclusão voluntária conduzida na cidade de Jerusalém[21]. Outro recluso, Vicente, também estrangeiro, viveu, ao mesmo tempo, numa "pequena casa", junto ao mosteiro de Santo Agostinho[22]. Ambos foram procurados pela população urbana, devido aos seus conselhos inspirados. Mas se Fernão Lopes se lembra de frei João da Barroca no âmbito da sua própria visão do rei português D. João I, uma vez que ele é usado para confirmar o projecto de Deus sobre ele e sobre o reino, o mesmo cronista também evoca a generosidade do rei para com algumas emparedadas que viviam em Lisboa, no intuito de que dele se lembrassem nas suas orações...[23].

Évora.

O nosso segundo caso, o de Évora, remete para uma cidade situada no coração do sul do reino português, submetida ao poder dos reis portugueses em 1165, mas terreno de uma instabilidade militar até à conquista final do Algarve, em 1249[24]. Os Franciscanos e Dominicanos chegam à cidade durante o século XIII (cerca de 1250 para os Franciscanos e 1280 para os Dominicanos), quando a comunidade de freires guerreiros que nasceu na cidade por volta de 1176 já tinha saído de Évora para instalar o seu convento na vila de Avis (1223)[25].

Em Évora, as notícias mais antigas respeitante à presença de emparedadas reportam-se a 1274, com um pequeno núcleo de reclusas, liderado por Domingas Soeira, filha de um cavaleiro da cidade, instalado junto às muralhas da urbe. O mesmo grupo obteria a sua integração na Ordem de Cister por decisão do Capítulo da Ordem celebrado nesse ano, daí nascendo a comunidade monástica de São Bento de Cástris, fundada nas proximidades de Évora e sujeita, desde 1275, à visitação do abade de Alcobaça. As suas origens, menos documentadas, parecem apontar, segundo Luís Rêpas, para uma mais tardia institucionalização (a igreja conventual só será sagrada

---

[21] Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória*, parte I. Ed. Anselmo Braamcamp Freire. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, cap. XXIII, p. 42.

[22] Cf. PORTALEGRE, Paulo de – *Novo Memorial do Estado Apostólico. Primeira Crónica dos Lóios*. Ed. Cristina Sobral. Lisboa: Roma Editora, 2007, parte I, cap. 5, pp. 79-80

[23] Assim fez "a Margarida Anes, e a Maria Esteveẽz, empardeadas" (Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória*, parte I, cap. L, p. 89). Embora o perigo da homonímia nos obrigue a alguma prudência, não é impossível que estas mulheres sejam as mesmas que, em 1372, já viviam vida reclusa em Avis, a vila onde a Ordem Militar de Avis tinha a sua sede, e da qual o futuro D. João I era Mestre (Biblioteca Pública de Évora – BPE, *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 20).

[24] Cf. BEIRANTE, Maria Ângela Vieira Godinho da Rocha – *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – JNICT, 1995.

[25] Cf. FONTES, João Luís Inglês – "Cavaleiros de Cristo, monges, frades e eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa durante a Idade Média (séculos XII a XV)". *Lusitania Sacra*, 2ª série, 17 (2005), pp. 39-61.

em 1328) e para uma comunidade inicialmente modesta[26]. A distância face a Alcobaça e a qualquer outro mosteiro cisterciense – até à fundação de Nossa Senhora da Piedade de Tavira e de Nossa Senhora da Conceição de Portalegre, ambos habitados a partir de 1530, Cástris é a única casa portuguesa da Ordem fundada a sul do Tejo[27] – permitiria certamente às primeiras monjas uma maior liberdade e autonomia, patente nos próprios laços espirituais que a sua fundadora estabelece com outros cenóbios presentes em Évora, nomeadamente o de S. Domingos[28].

É, aliás, nas proximidades do cenóbio dominicano de Évora, fundado cerca de 1286, que iremos encontrar, mais tarde, a chamada Rua das Emparedadas, habitada por reclusas ainda em 1433 mas que, após esta data, parece esvaziar-se de tais mulheres, apesar da permanência, até muito tarde, da primitiva designação toponímica[29].

Sabemos muito pouco sobre estas reclusas, para além do que nos é dado conhecer sobre a fundadora de São Bento de Cástris, e de alguns nomes – poucos – de mulheres identificadas como vivendo em reclusão voluntária no interior da cidade[30]. Nada nos é dito sobre a sua origem e condição social, as suas motivações ou mesmo o tempo em que viveram reclusas em suas casas. A protecção que, aparentemente, lhes parece ser dispensada pelos Dominicanos – dada a sua proximidade do convento dos Pregadores, as ligações espirituais procuradas por algumas emparedadas com esta casa mendicante e a escolha, entre gente próxima dos frades, de alguns dos executores das suas últimas vontades – tem paralelos com o que encontramos, por meados do século XIII, em Santarém[31], e em outros núcleos urbanos da Península, ou com a

[26] Sobre esta fundação, cf. RÊPAS, Luís Miguel – "Os mosteiros cistercienses femininos em Portugal: a herança medieval. Fundações e fundadores", In VIFORCOS MARINAS, Maria Isabel; SÁNCHEZ-BORDONA, Maria Dolores Campos (coord.) – *Fundadores, fundaciones y espacios de vida conventual: nuevas aportaciones al monacato femenino.* León: Universidad de León, 2005, pp. 67-69; FONTES, João Luís Inglês – "Cavaleiros de Cristo, monges, frades e eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa em Évora durante a Idade Média (sécs. XII a XV)". *Lusitania Sacra*. 2ª série, 17 (2005), pp. 45-48; RÊPAS, Luís Miguel – "Da reclusão à vida monástica: a origem de alguns mosteiros cistercienses femininos no século XIII". *Cadernos de Estudos Leirienses* 10 (Out. 2016), pp. 169-171; RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo. AS comunidades cistercienses femininas na Idade Média*. Coimbra: Tese de Doutoramento em História, ramo de História Medieval, apresentada à FLUC, 2021, vol. I, pp. 95-105.

[27] Cf. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal*, pp. 128-130.

[28] Cf. nota 26.

[29] Em 1382, encontramos a primeira referência à Rua das Emparedadas (BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 9, nº 10 – 1382.05.17, Évora, em traslado de 1429.11.15); em 1433, uma Maria Eanes aí levava vida reclusa (*ibidem*, pasta 13, nº 133 – 1433.01.03, Évora) e, em 1440, é dada como já falecida uma outra emparedada, Catarina Domingues, que aí morara, e cujo testamenteiro é pai de um Fr. Tomás, doutor, frade dominicano (*ibidem*, pasta 13, nº 130 – 1440.02.29, Évora). Ainda em 1483 encontramos referências à "Rua que se chama das enpardeadas" (BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 14, nº 14 – 1483.05.09, Évora). Em 1579, já se atesta a mudança toponímica, quando esta rua aparece designada como Rua de Santa Marta, com o reparo de "em tempo se chamaua das Empardeadas" (documento citado por Afonso de CARVALHO – *Da Toponímia de Évora*. Vol. II – *Século XV*. Lisboa: Edições Colibri, 2007, pp. 84-85).

[30] Cf. FONTES, João Luís Inglês – "Em torno de uma experiência religiosa feminina: as mulheres da *pobre vida* de Évora". *Lusitania Sacra,* 2ª série, 31 (Jan.-Jun. 2015), p. 54, nota 12.

[31] Cf. FONTES, João Luís Inglês; ANDRADE, Maria Filomena; SANTOS, Maria Leonor Silva – "Frades, Monjas e Reclusas: os primórdios da presença mendicante em Santarém Medieval", In COLESANTI, Gemma Teresa; GARÍ, Blanca; JORNET-BENITO, Núria (ed.) – *Clarisas y dominicas. Modelos de implantación,*

proximidade também aos mendicantes de alguns grupos de reclusas em Coimbra[32].

Os escassos resultados destes inquéritos dificultam-nos dizer muito sobre as mulheres que optaram, nestas cidades, pela reclusão voluntária. Os indícios que nos chegam mostram o sucesso desta forma de vida nos mais importante e melhor documentados núcleos urbanos do Sul, numa geografia que procura, no interior muralhado da cidade ou nas áreas em expansão, a proximidade das igrejas e, noutros casos, também a de alguns conventos, associados a uma renovação da pastoral urbana, sejam eles cónegos regrantes ou das ordens mendicantes. Embora nos faltem mais informações, é possível, tal como acontece em outros núcleos urbanos da Península e mesmo fora dela, que algumas destas mulheres vivessem mesmo em celas adossadas às igrejas, permitindo-lhes assim abrir uma segunda janela para o interior dos templos de modo a permitir-lhes a assistência aos serviços religiosos. Viveriam algumas um sistema de semi-reclusão, aliando eventualmente algum trabalho assistencial junto de hospitais ou leprosarias?

É certo, contudo, o prestígio destas mulheres, que se fazem radicar também junto aos pontos mais frágeis da cidade – as portas, as muralhas, os caminhos –, garantindo, pelo seu sacrifício e pela vida de oração e penitência a que se dedicam, o favor divino. Cabe à cidade, por isso, garantir-lhes a sobrevivência, o que muitos fazem por meio de esmolas, não se coibindo de as integrar entre os pobres de Cristo elencados nos seus testamentos, merecedores por isso da caridade dos fiéis, na expectativa de poderem beneficiar, aqui e na eternidade, dos méritos da sua poderosa intercessão. Tal como os reclusos referidos por Fernão Lopes, também a estas mulheres são reconhecidos dons particulares no aconselhamento e no discernimento dos espíritos. Também por isso, porque assumem por este meio uma função claramente clerical e masculina, diversos escritores eclesiásticos relembram a necessidade de estas mulheres se manterem discretas e silenciosas, abandonando o palavreado vão. O próprio D. Duarte, aliás, copia, no cap. 47 do *Leal Conselheiro*, um excerto de um tratado de São Tomás de Aquino sobre "o perigoo da conversaçom das molheres spirituaes", fazendo eco da ambivalência com que estas mulheres religiosas eram vistas nos círculos eclesiásticos[33].

---

filiación, promoción y devoción en la Península Ibérica, Cerdeña, Nápoles y Sicilia. Florença: Reti Medievali / Firenze University Press, 2017, pp. 383-405.

[32] Cf. ANDRADE, Maria Filomena; FONTES, João Luís Inglês – "Devoção e autoridade: a afirmação da religiosidade feminina em Coimbra na época medieval", In GALLEGO FRANCO, Henar; GARCÍA HERRERO, María del Carmen (ed.) – *Autoridad, Poder e Influencia. Mujeres que hacen Historia*, vol. 2 [CD ROM]. Barcelona: Icaria Editorial, 2017, pp. 571-589.

[33] Cf. D. DUARTE – *Leal Conselheiro*. Ed. crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, cap. RVII, pp. 185-192 (p. 191).

2. As mulheres da pobre vida.

É possível que o texto copiado por D. Duarte fosse mais amplo na sua abrangência, dado que entre estas mulheres espirituais o rei inclui "beguinas devotas ou monjas". Sob o epíteto pejorativo de "beguinas", poderiam incluir-se as formas não regulares de vida religiosa feminina que, à data, iam bem além da tradicional reclusão, aliás em aparente ocaso, em favor de outras formas não regulares de vivência religiosa feminina, de cariz sobretudo comunitário. Também de inscrição urbana, estas eram agora marcadas por uma vida pobre e austera, de rigorosa fraternidade, onde a castidade se aliava à penitência e ao trabalho manual, sem excluir a caridade exercida para com os doentes e os órfãos. A pobreza voluntariamente procurada e vivida marca a forma de designação mais vulgarizada deste tipo de experiências, ao ponto de o designativo de "pobre" ser considerado como suficiente para distinguir estas mulheres e a especificidade da sua opção religiosa[34].

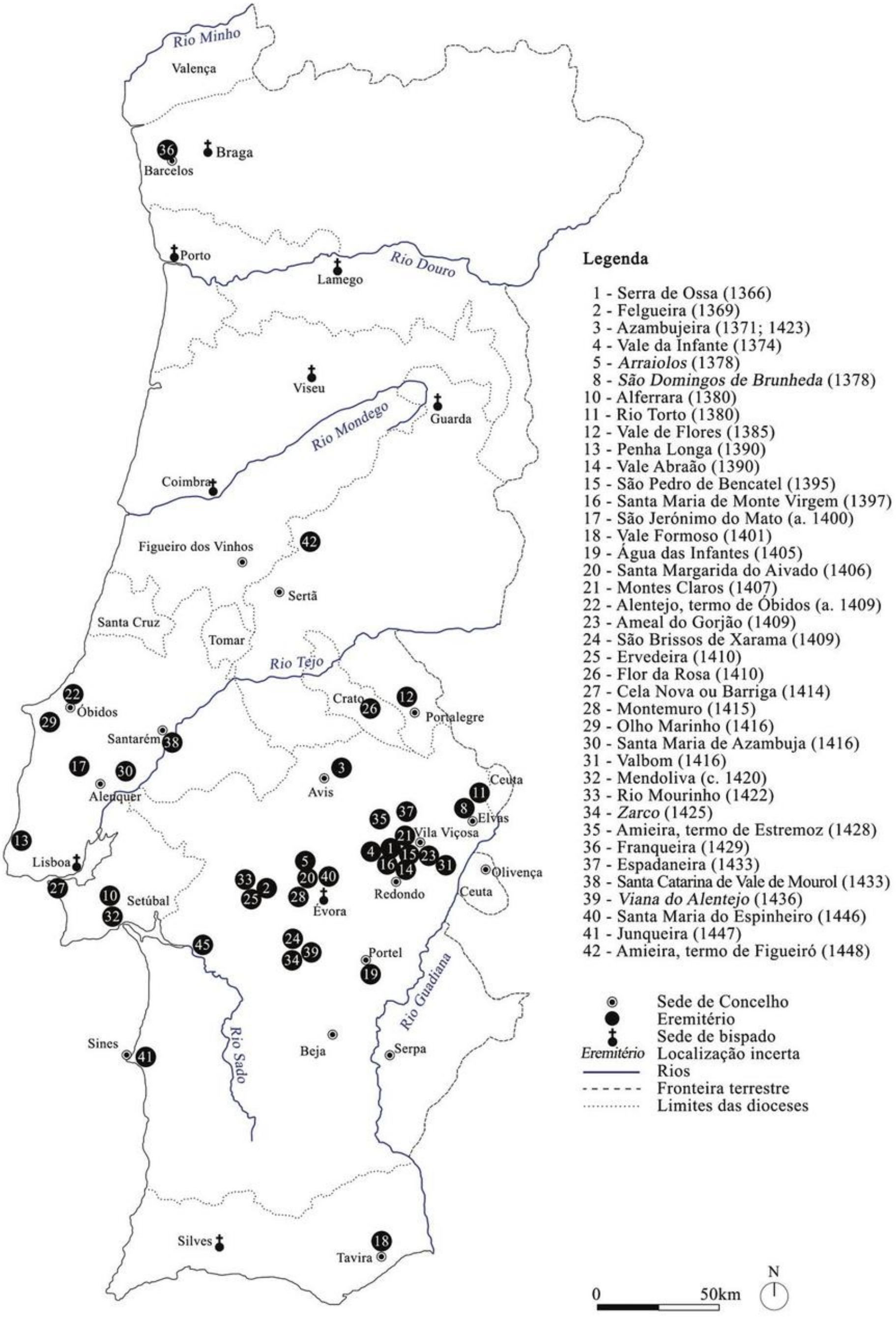
Os homens da pobre vida.

Este facto não pode deixar de evocar uma similar forma de vida conduzida, desde a segunda metade do século XIV, por grupos de eremitas que igualmente se dizem «da pobre vida» e emergem, de forma segura, na documentação a partir de 1366[35]. Uma inquirição realizada por ordem pontifícia em 1377-78 demostrava já a surpreendente vitalidade e expansão desse movimento eremítico. Vida pobre, solitária e austera, conduzida em locais ermos, afastados dos povoados mas capazes de assegurar a subsistência dos seus adeptos pela presença de fontes de água e de terra cultivável, mesmo que entretanto abandonada ou convertida em mato, que os eremitas trabalhavam com as suas próprias mãos e cujos recursos exploravam, associando à agricultura a criação de gado, a apicultura e alguma produção artesanal, sobretudo de colheres de pau. Por vezes solitários, estes homens podiam ainda viver em pequenos grupos de dois, três ou quatro elementos. De composição maioritariamente laical, apelidavam-se a si mesmos de *pobres*, *pobres ermitães* ou *homens da pobre vida*. Já então se encontravam espalhados pelo noroeste alentejano, com o seu epicentro na Serra de Ossa, junto à vila do Redondo e não longe da urbe episcopal de Évora.

Os eremitas portugueses depressa alcançariam uma notável expansão, sobretudo após o advento da nova dinastia de Avis, ultrapassados já os conflitos militares com Castela e a instabilidade que eles haviam lançado também em todo

[34] Cf. FONTES, João Luís Inglês – "Em torno de uma experiência religiosa feminina: as mulheres da *pobre vida* de Évora", pp. 51-71.

[35] Remetemos, sobre estes eremitas, para FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização de uma experiência eremítica. Da «Pobre Vida» à Congregação da Serra de Ossa (1366-1510).* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2021.



Mapa 2 – Os eremitas da Serra de Ossa (1385-1452).

o Alentejo. Os dados disponíveis atestam, por um lado, o rápido aumento de novas fundações: dos 10 eremitérios documentados em 1378 passa-se para os 24 em meados do século XV. À protecção pontifícia junta-se, quer a protecção régia, quer o favor dos concelhos em cujos termos os eremitérios se instalam e das respectivas populações, entre as quais se contam os principais benfeitores destes homens da pobre vida, que os socorrem com doações e que se recomendam às suas orações. Dos concelhos recebem igualmente importantes doações, muitas vezes a título de sesmarias, engrossando as terras confiadas ao seu cultivo e indispensáveis à sua subsistência.

Tanto o rei João I como D. Duarte se revelarão pródigos na protecção facultada a estas comunidades da pobre vida, na linha de um assumir consciente do seu papel em ordem à reforma da vida religiosa do reino que, a seu ver, passava necessariamente pelo apoio e tutela dos movimentos que a esse nível se pautavam por uma conduta rigorista, austera e exemplar. À concessão de privilégios diversos (de isenções fiscais a privilégios aos seus servidores e caseiros) ou à confirmação de anteriores doações, importantes para a sustentação económica destes grupos, os monarcas juntam uma intervenção mais directa em ordem a favorecer a ligação dos diversos eremitérios à Serra de Ossa e a intervenção desta sobre os restantes lugares da pobre vida, não se coibindo também de arbitrar as dificuldades que vão surgindo na sucessão do governo de alguns eremitérios após a morte dos respectivos fundadores. A presença de alguns elementos oriundos da corte régia entre os eremitas – como foi o caso de Mendo Seabra ou de Gonçalo Vasques, o capelão do Infante Santo – favoreceu ainda mais a ligação dos monarcas, sobretudo de D. Duarte, a estes grupos, servindo como seus intermediários na resolução dos problemas suscitados pela expansão do movimento eremítico e pelo desaparecimento gradual de muitos dos fundadores dos eremitérios.

Os monarcas prolongariam este apoio pela obtenção de diversos privilégios pontifícios que garantiam aos pobres a isenção do pagamento das dízimas eclesiásticas para as terras que lhes pertenciam ou licenças diversas ligadas com a vida litúrgica das comunidades, de extracção maioritariamente laical (licenças para posse de altar portátil, para escolha de presbítero que lhes pudesse celebrar a eucaristia ou confessar, para se fazerem sepultar nos eremitérios, etc). É pela mesma altura que se deve ter iniciado a construção de oratórios no interior dos eremitérios e se dá licença para um gradual aumento das comunidades que, por bula de Eugénio IV (1433), podiam integrar até 20 eremitas.

A pobre vida no feminino[36].

É nesta fase que, em Évora, a presença de grupos de mulheres adeptas da pobre vida se torna mais visível.

Devia ser já antiga a relação entre os eremitas e grupos femininos empenhados numa vivência religiosa mais rigorosa, conduzida em casas no interior dos núcleos urbanos que lhes ficavam mais próximos. Assim o parece indiciar, por exemplo, a presença do eremita Mateus Jacobo, um dos primeiros documentados na Serra de Ossa, como testemunha à doação que é feita, em 1372, a três mulheres – Joana Martins, Margarida Eanes e Maria Eanes – de umas casas em Avis. Descritas como "Mulheres pobres que sseruem deus", recebem as casas de um Vasco Peres, que lhas doa por amor de Deus[37], e que muito possivelmente é o mesmo Vasco Peres de Avis que, quatro anos depois, sabemos já ingressado na vida eremítica, também na Serra de Ossa[38].

Mas será preciso esperar pelas primeiras décadas do século XV, passada a instabilidade das guerras com Castela e lançada definitivamente a expansão dos eremitérios, para que emerjam na documentação os primeiros grupos de mulheres da pobre vida, todas elas instaladas no interior da cidade de Évora. Os eremitas deviam visitar a cidade de Évora com alguma regularidade, para tratar de assuntos do interesse das suas comunidades, ou para colocarem os seus produtos que eram depois vendidos a retalho. Na cidade, os eremitas tinham ainda umas casas, desde 1367, onde pousavam quando tal era necessário[39].

Os primeiros indícios da presença de mulheres pobres ou beatas remontam ao segundo quartel do século XV: em 1427, há notícias de uma Constança, «a pobre», que morava junto da igreja de S. Pedro[40], possivelmente a mesma que se viria a fazer sepultar na catedral eborense; em 1438, já Beatriz Galvoa vivia com a sua irmã, Inês Galvoa, e com Beatriz de Elvas numas casas na Rua de Machede, pressupondo-se que o fizessem já há algum tempo[41]; em 1439, encontramos também uma Beatriz Rodrigues,

---

[36] Seguimos aqui de perto o que deixámos escrito em FONTES, João Luís Inglês – "Em torno de uma experiência religiosa feminina: as mulheres da pobre vida de Évora", pp. 57-71.

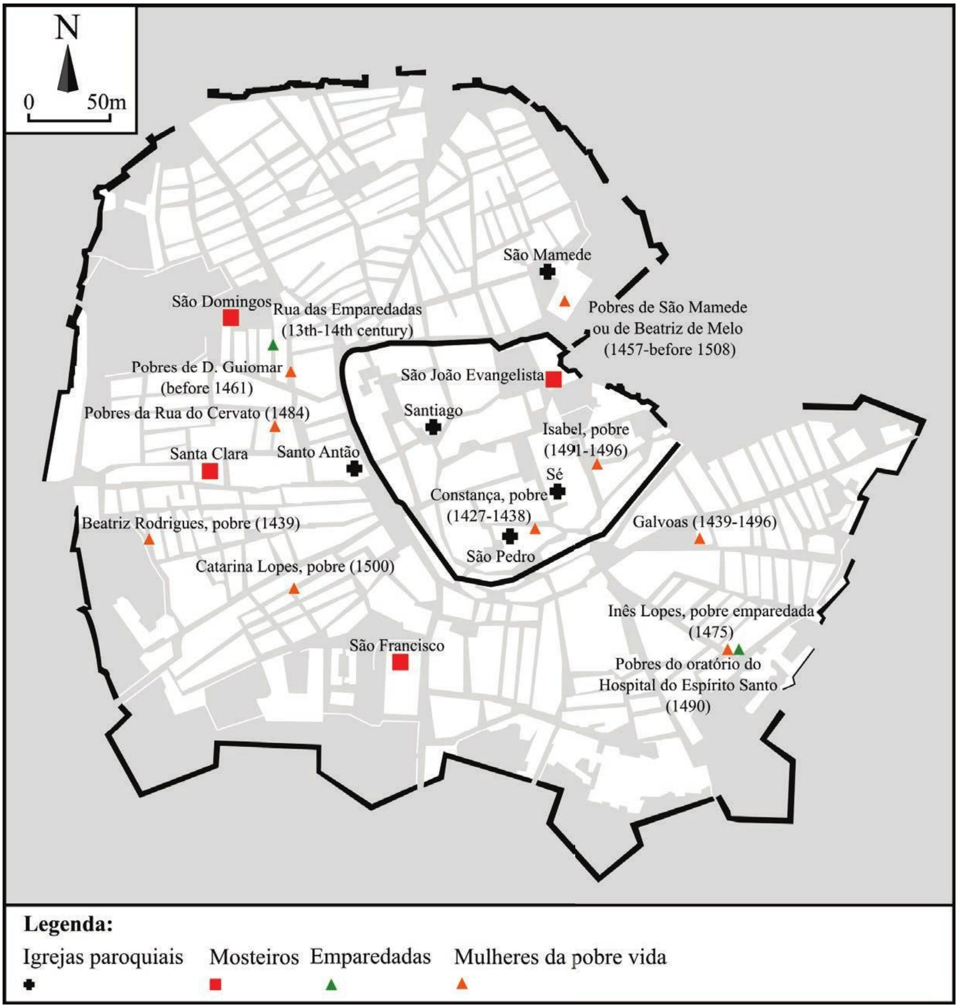
[37] Cf. BPE, *Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 20 (1372.08.01, Avis, em traslado de 1376.01.14, Evoramonte).

[38] Sobre este eremita, cf. FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização…*, p. 458.

[39] Cf. BPE, *Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 20 (1367.01.10, Évora, em traslado de 1376.01.14, Evoramonte). Em 1444, eram já três as casas que a comunidade da Serra de Ossa trazia em Évora, sabendo-se que também os eremitas de Vale da Infante, Montemuro, Rio Mourinho e Santa Margarida do Aivado possuíam casas na urbe (cf. FONTES, João Luís Inglês– *Génese e institucionalização*, nota 199, p. 227).

[40] Cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 3, nº 55 (1427.07.30, Évora).

[41] Nessa data, Mem Gonçalves, escudeiro, e Mor Vasques Galvoa, moradores e vizinhos da cidade de Évora, doam a Beatriz e a Inês Galvoa, suas filhas, e a Beatriz de Elvas, sua parceira, "todas tres pobres e Seruas do senhor deus", umas casas, situadas na Rua de Machede, junto à Porta de Moura, onde as três já levavam vida pobre, com consentimento deles, doadores. Na mesma doação, reconheciam como as mesmas mulheres tinham já despendido os seus bens na reparação das ditas casas e tomado "gram trabalho em seus corpos em Serujr em ellas" (BPE, *Convento de Nossa Senhora do Espinheiro de Évora*, lv. 7, doc. 41 – 1438.04.04, Évora). Sobre esta comunidade, cf. FONTES, João Luís Inglês – "A *pobre vida* no feminino: o caso das Galvoas de



Mapa 3 – Emparedadas e mulheres da pobre vida em Évora (séc. XV).

que parece levar vida pobre sem outras companheiras, numas casas com seu quintal, sitas na Rua da Palmeira[42].

A presença de mulheres da pobre vida na urbe devia ser, ainda assim, anterior. No caso de Beatriz Rodrigues, o testamento que redige em 1439 atesta as ligações já antigas que cultivava com os eremitas estantes na Serra de Portel, que retrocediam ao tempo de Vasco, *o pobre*, fundador desse lugar cerca de 1405 e que deve ter falecido pouco depois de 1423[43]. Por seu lado, no testamento que a sua homónima, fundadora da casa das Galvoas, redige, em 1461, aparece bem explícita a memória de um percurso de iniciação na pobre vida, pela repetida evocação do exemplo fundante da "doutrina daquelas que nos ensinarom"[44]. Nada é dito sobre quem seriam estas mulheres. Mas, tal como para os primeiros eremitas, que por vezes se reportam a outros pobres com quem aprenderam o caminho da pobre vida, também aqui a iniciação nesta opção religiosa implica uma transmissão, uma linhagem espiritual que, infelizmente, a documentação não permite precisar.

Do testamento da mesma Beatriz Galvoa colhemos ainda importantes informes sobre a vida destes grupos. Testemunhando na primeira pessoa uma opção religiosa assumida como uma vocação, um chamamento – Beatriz afirma-se como aquela que "ao presente pella misericordia de deus tenho carego e amenistraçam destas Jrmãas e pobres que viuem na Rua de Machede desta çidade d euora" –, a regedora da comunidade pouco se demora com as determinações sobre o destino a dar ao seu corpo, que manda seja sepultado na Sé, junto da pia baptismal e das outras pobres. A sua preocupação centra-se, na verdade, em deixar por escrito um conjunto de normas que deviam definir e preservar o modo de vida das pobres suas irmãs.

Aqui surge, de forma peremptória, como a sua comunidade se encontrava sujeita à jurisdição do bispo da cidade: "a nossa obediençia e Jurdiçam nom perteençe saluo ao bispo e seus saçardotes". A esta luz, a escolha da sé eborense como lugar de sepultura por parte de muitas destas mulheres acabava por afirmar e prolongar simbolicamente esta obediência face ao prelado. A proximidade da pia baptismal

Évora", In BUESCU, Ana Isabel; SOUSA, João Silva e MIRANDA, Maria Adelaide (coord.) – *O Corpo e o Gesto na Civilização Medieval. Actas do Encontro (11-13 de Novembro de 2003).* Lisboa: Edições Colibri, 2005, pp. 157-178.

[42] Cf. BPE, *Convento de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 27 (1439.01.12, Évora). Trata-se do seu primeiro testamento, pelo qual faz seu testamenteiro e herdeiro um Álvaro "pobre", eremita em Água das Infantes, na Serra de Portel. A referência à localização das suas casas encontra-se no seu segundo testamento, redigido no ano seguinte (*ibidem*, lv. 1, nº 44 – 1440.09.01, Évora). Em nenhum deles se refere a quaisquer companheiras que consigo vivam nas ditas casas. Sobre o eremita Álvaro, cf. FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização*, pp. 263-266.

[43] Cf. nota anterior. Sobre o eremita Vasco, cf. FONTES, João Luís Inglês – *Génese e institucionalização*, p. 453.

[44] O testamento foi iniciado a 22 de Julho de 1461 e dado por concluído a 31 de Julho do mesmo ano, conservando-se em traslado pedido pela irmã, Inês Galvoa, a 18 de Outubro de 1471 (BPE, *Convento de Nossa Senhora do Carmo de Évora*, lv. 10, fl. 334; publicado in João Luís Inglês FONTES – A *pobre vida* no feminino: o caso das Galvoas de Évora, pp. 175-178).

não podia senão sinalizar uma opção que se pretendia um regresso às origens, numa radical fraternidade que tinha no baptismo a sua raiz e fundamento.

Esta ligação podia ainda prolongar-se em relações de cariz confraternal, sendo sintomático que, em 1469, uma destas pobres, Margarida Eanes, juntamente com uma Catarina Rodrigues, sua criada, apareçam explicitamente referidas entre os membros da Confraria de Santa Maria da Sé de Évora, à qual pertenciam também os cónegos e dignidades capitulares, bacharéis, capelães, raçoeiros e numerosos leigos[45].

Tal vinculação ao bispo e ao clero diocesano era também um garante para a autonomia desta forma de vida feminina, conscientemente assumida como distinta face às propostas regulares oriundas das Ordens aprovadas pela Igreja. Beatriz Galvoa acautela as irmãs contra os perigos de introduzirem na comunidade "outros Relegiosos" que "sempre querem obrar algũas Ennouaçõoes que perteençem a sua hordem e nom ao costume das pobres". É ao confessor (sempre diocesano) e aos eremitas da Serra de Ossa que se confia o grupo, cabendo a estes últimos conservar a casa em caso de extinção da comunidade, até que esta de novo se pudesse povoar de mulheres pobres. Era também do consenso entre as pobres, o seu confessor e os eremitas da Serra de Ossa que devia resultar a decisão de escolher a nova regedora que deveria presidir aos destinos da comunidade.

Alheias, pois, a qualquer regra monástica estabelecida, também elas, tal como os eremitas, buscam uma vida de radical fraternidade e de pobreza. Tal opção justifica, desde logo, os cuidados da fundadora em assegurar que as casas em que haviam iniciado a sua experiência em comunidade fossem possuídas por todas "ygualmente e em comum", de modo a viabilizar a sua continuidade e afastar qualquer ameaça de precariedade. Mas, do mesmo modo, relembra como todas as candidatas a esta forma de vida, antes de serem recebidas na comunidade, deviam ser "de todo despachadas das coisas e bens que no mundo tinham, porque aquelas que o assim não fazem nunca em a conversação têm o coração sossegado como devem e são torvação para as irmãs". Irmãs e pobres, como lhes chama, deviam viver "todas em comunjdade Irmindade e caridade". E tal ideal marcava também o modo como o espaço era habitado e o quotidiano da comunidade.

Com efeito, Beatriz Gavoa afasta a possibilidade de quaisquer apropriações individuais da casa, ao proibir-se que "nenhuma das ditas pobres que na casa viver, não seja consentido que dentro queira fazer sobre si casa apartada", sob pena de expulsão da comunidade. Do mesmo modo, exclui a possibilidade de se criarem moças leigas para serviço das irmãs, estando todas obrigadas ao trabalho manual e ao serviço da casa. Sabemos, por um testemunho posterior, que o espaço da casa incluía algumas oficinas, assinalando o efectivo assumir pelas suas habitantes do trabalho manual,

[45] Cf. Arquivo do Cabido da Sé de Évora, *CEC 5-XV*, fls. 13-13v

assumido em estreita relação a vida penitente e pobre que haviam escolhido. A este acrescia a prática da caridade, pelo acolhimento, atestado para o caso das Galvoas, de alguns doentes e de raparigas órfãs.

Beatriz Galvoa é igualmente clara no cuidado a ter na admissão de candidatas à pobre vida, evitando-se tanto as viúvas como as mulheres de linhagem, pela sua dificuldade em aceitarem o seu modo de vida e se desligarem de hábitos mundanos, e mulheres de percurso mais duvidoso ou homiziadas, pelo escândalo que podia advir da sua conversação.

A mesma vigilância estendia-se à vivência da sexualidade. Embora não se encontrem determinações específicas sobre esta matéria no testamento, podemos deduzir que a opção pela castidade fazia parte da vida das pobres, pois era-lhes proibido "meter consigo homem nenhum leigo nem de religião para lhes ler livro", por daí advirem, segundo a testadora, "grandes perigos e mal". O corpo que importava manter casto também devia ser protegido por um vestuário próprio (infelizmente não descrito), sobretudo quando necessitassem de sair das casas onde viviam.

A opção pela pobreza e por uma vida fraterna determinava a própria vida religiosa e cultural da comunidade. Na verdade, Beatriz Galvoa determina que "não consintam que nenhuma pobre depois que na casa for, aprenda a ler nem posto que o já soubesse de antes não reze por livro por si nem com as outras pobres, salvo se for algum livro de doutrina, aos tempos devidos, mas Reze por contas simplesmente como suas companheiras". A visão negativa da cultura letrada como fonte de soberba e factor indesejado de distinções no interior da comunidade surge simultaneamente como um meio de afirmação de formas alternativas de uma vivência espiritual marcada por práticas orantes muito simples, típicas do mundo dos leigos, associadas à repetição ritmadas de determinadas orações. No entanto, não se excluam peremptoriamente as leituras espirituais, embora sejam remetidas sobretudo para o âmbito comunitário.

O seu testamento mostra também como se opera o desenvolvimento orgânico da comunidade, a partir de um pequeno grupo – Beatriz Galvoa, Inês Galvoa, sua irmã e uma terceira companheira, Beatriz de Elvas – que se instala nas casas que os pais das duas primeiras detinham na cidade, na Rua de Machede, cuja exiguidade não admitia mais do que quatro habitantes[46]. O aumento da comunidade, com as doações trazidas pelas novas irmãs, terá permitido a aquisição de outras casas contíguas[47] e a ampliação das instalações disponíveis, apoiada por importantes benfeitores[48] e que as

[46] Assim o refere o instrumento pelo qual os pais de Beatriz e Inês Galvoa lhes doam as ditas casas, em 1438 (cf. nota 40).

[47] Tal facto, testemunhado pela doação acima referida e pelo testamento de Beatriz (cf. FONTES, João Luís Inglês – "A *pobre vida* no feminino", p. 176), é comprovado pela documentação: em 1457, Beatriz e Inês Galvoa, em nome de toda a comunidade, aforam da igreja de Santo Antão de Évora um quintal, contíguo às suas casas, sito na Rua de Mendo Esteves, com a possibilidade de nele fazerem o que lhes aprouver (BPE, *Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora*, lv. 94, nº 60 – 1457.04.01, Évora)

[48] Em 1459, as pobres solicitam à edilidade eborense que possam fazer "hũa sacada das suas casas pera

próprias pobres, com o trabalho das suas mãos, acabariam por ajustar às necessidades do grupo[49]. Contudo, Beatriz Galvoa determinava que a comunidade permanecesse pequena, com não mais do que seis elementos, preservando assim a sua radical fraternidade e evitando a necessidade de um excessivo suporte patrimonial para a subsistência do grupo[50].

O avançar da centúria atesta a multiplicação deste tipo de experiências no interior da cidade de Évora. Assim, sabemos da presença de beatas junto à igreja de S. Mamede, aí documentadas desde 1457[51]. Os dados existentes não são claros sobre a existência de uma única comunidade nesse local ou de vários beatérios. Com efeito, em 1472, encontramos referências a uma casa de Inês de Brito, integrada entre as pobres de S. Mamede e agraciada no testamento de Luís Lourenço, outrora prioste do cabido da sé de Évora, com duzentos reais[52]. Mas, na mesma altura, nas imediações da mesma igreja, um outro grupo de pobres, ditas de Beatriz de Melo, já aparece documentado em 1467, numa carta régia de privilégio concedida a um lavrador e um almocreve que viessem a estar ao serviço da comunidade[53]. Em 1475, de novo em carta régia de privilégio dada a um seu caseiro, são ditas como vivendo "em comgreguaçom he honestamente" na "cassa que foy de briatiz de mello"[54].

Beatriz de Melo deveria aqui surgir como uma importante protectora, dadas as suas ligações à corte régia – fora donzela da rainha D. Filipa de Lencastre – e o facto de ter encaminhado para estas mulheres algumas propriedades que pertenciam ao seu património e as próprias casas onde levavam pobre vida[55]. Não é, contudo,

a Rua de meend esteuez e tomar da dicta Rua a caram das dictas suas casas hũa uara de medir pano em largo e majs nom em que possam fazer hũa casinha naquella altura que lhe per elles he deuisada em altura de hũu homem E a çarrar com as dictas ssuas casas porquanto acharom que esto nom fazia noJo aa serujdam da dicta Rua nem perJuizo algũu aos ujzinhos della". O pedido é aceite, referindo-se expressamente o apoio dado a este pedido por D. Guiomar de Abreu, filha de Nuno Martins da Silveira (BPE, *Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora*, lv. 94, nº 38 – 1459.06.02, Évora).

[49] Assim o refere a própria Beatriz Galvoa, no seu testamento (cf. FONTES, João Luís Inglês – "A *pobre vida* no feminino…", p. 176).

[50] Cf. *ibidem*, pp. 163, 176.

[51] Nesse ano, encontramos a primeira referência a uma Maria Esteves, "a pobre", que possuía uma vinha no termo da cidade, no caminho para Evoramonte (BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 3, nº 74 – 1457.10.27, Évora) e que sabemos morar no bairro de São Mamede (cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*,, pasta 3, nº 105 – 1474.09.06, Évora).

[52] ACSE, *CEC 3-VII a)*, fls. 305-315v (testamento de 1472.11.27, em instrumento de 1476.01.23, inserto em traslado de 1573.02.27).

[53] Assim aparecem referidas em 1467 – "as beatas que estam Junto com sam nemede [*sic*] na cassa que foy d estar briatiz de mello a que deus perdoe" – pressupondo já a morte da sua fundadora ou protectora. Cf. TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 10, fls. 65v-66 – 1467.04.15, Évora, em confirmação de 1491.03.28, Évora; publicado em *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Ed. Gabriel PEREIRA. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998 (ed fac-similada), parte II, doc. XLVIII, p. 103 [315].

[54] Cf. TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 30, fl. 177v – 1475.03.10, Évora; TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 10, fls. 65-65v – em confirmação de 1491.03.28, Évora.

[55] Maria Ângela Beirante relaciona Beatriz de Melo com a linhagem que virá a fundar, em 1485, o convento lóio de S. João Evangelista de Évora, sem dar outros pormenores (cf. BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – *Évora na Idade Média*..., pp. 529-530). Beatriz de Melo surge referida em 1435 como moradora em Évora e outrora "donzela" da rainha D. Filipa de Lencastre, "molher filha d algo", com herdades em Ouriola

seguro que tenha ingressado na comunidade[56], podendo tratar-se apenas de uma importante senhora leiga que funda, sustenta e protege a comunidade sem com isso fazer a mesma opção de vida. Parece orientar-se nesse sentido o modo como, em 1496, D. Manuel apresenta a comunidade: "as proues do oratório que fez britiz de melo na nossa cidade d euora a sam mamede"[57].

O contrário terá acontecido com uma outra mulher, uma certa D. Guiomar, que Beatriz Galvoa, em 1461, aponta, no seu testamento, como um exemplo, a seu ver excepcional, de uma mulher de linhagem que se soubera ajustar às exigências da pobre vida[58]. Maria Ângela Beirante identifica-a com D. Guiomar de Abreu, filha de Nuno Martins da Silveira, cavaleiro, membro do conselho régio e escrivão da puridade de D. Duarte, e de Leonor Gonçalves de Abreu[59]. Com estreitíssimas relações com a corte régia, na qual voltaria a vingar após Alfarrobeira, Nuno Martins da Silveira tinha ainda, por via da sua ascendência familiar (quer dos Silveiras, quer dos de Aguiar e dos Pestana), uma consolidada presença e influência sobre a cidade de Évora, onde possuía casas próprias, com sua torre, e na qual fundara capela e morgado, ainda em 1431, ligados ao convento dominicano da cidade[60]. Conhecem-se também as suas relações com alguns círculos mais reformistas e inclusive com os eremitas da Serra de Ossa, onde contava com um seu familiar, Gonçalo da Silveira, ingressado na pobre vida c. 1409, junto a São Brissos de Xarrama, no termo de Alcáçovas, e de quem

e no Divor, no termo de Arraiolos, cujos caseiros o rei privilegia (cf. *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*. Organização e revisão geral por João José Alves DIAS. Vol. III (1433-1435). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002, doc. 383, p. 266 – 1435.02.25, Évora; sobre a sua pertença à casa da rainha, cf. GOMES, Rita Costa– *A Cortes dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Carnaxide: Difel, 1995, p. 52; SILVA, Manuela Santos – *Filipa de Lencastre. A rainha inglesa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, p. 186). Em 1452, mantinha-se como moradora em Évora, embora nada seja dito sobre um seu eventual ingresso na pobre vida (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 3, fl. 195v – 1452.06.17, Évora). Mas a carta régia então emitida reporta-se ao privilégio concedido ao lavrador da sua herdade "do cume de duram caminho d ouriolla", herdade que, em 1475, aparece na posse das pobres instaladas junto a S. Mamede, "na cassa que foy de briatiz de mello" (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 30, fl. 177v – 1475.03.10, Évora; TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 10, fls. 65-65v – em confirmação de 1491.03.28, Évora).

[56] Nenhuma das cartas régias de privilégio que lhe são outorgadas em 1435 e 1452 a referem como tendo ingressado na pobre vida. Os primeiros diplomas outorgados à comunidade pelos monarcas, todos eles posteriores à morte de Beatriz de Melo, identificam as casas onde as pobres viviam com as casas "feitas", "de estar" ou "que forom" da dita senhora, sem contudo explicitarem (nem excluírem, é certo), a sua entrada na comunidade.

[57] TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, lv. 43, fl. 4 (1496.05.10, Setúbal) e *Leitura Nova, Odiana*, lv. 5, fl. 150. Publ. por VITERBO, F. M. de Sousa – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 440-441.

[58] Cf. FONTES, João Luís Inglês – "A pobre vida no feminino...", p. 176.

[59] BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – *Évora na Idade Média*..., p. 533.

[60] Cf. BEIRANTE, Maria Ângela Rocha– *Évora na Idade Média*..., pp. 526-528. Sobre o seu percurso, cf. MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*.2ª edição. Vol. II. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1980, pp. 962-966. Sobre a capela por ele fundada em S. Domingos de Évora, ver ainda BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – "Capelas de Évora", In *Territórios do Sagrado. Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*. Lisboa: Colibri, 2011, pp. 35-60; ROSA, Maria de Lurdes – *O Morgadio em Portugal (sécs. XIV-XV)*. Lisboa: Ed. Estampa, 1995, pp. 132-156.

fora constituído como final destinatário dos seus bens, em 1431[61]. É igualmente de assinalar a atracção do primogénito de Nuno Martins, também chamado de Gonçalo da Silveira, pela observância franciscana, na qual acabaria por ingressar, apesar da violenta oposição do pai[62].

D. Guiomar de Abreu partilharia da proximidade a estes grupos mais reformistas e radicais. Em 1459, é ela quem aparece a interceder, junto da edilidade eborense, no sentido de apoiar o pedido de Beatriz e Inês Galvoa e das suas parceiras para se poderem fazer algumas alterações urbanísticas úteis à comunidade[63]. Nada é dito, nessa ocasião, sobre o seu eventual ingresso na pobre vida que, a não ter ainda acontecido, viria a consumar-se pouco depois, dado o elogio que, apenas dois anos volvidos, a própria Beatriz Galvoa lhe faz no seu testamento, exaltando a humildade e capacidade de adaptação por ela manifestadas, apesar da sua elevada linhagem, às exigências decorrentes desta opção religiosa.

D. Guiomar junta-se ao grupo de mulheres pobres que se havia instalado perto do convento de S. Domingos, na Rua das Adegas, paralela à antiga Rua das Emparedadas[64]. Em 1471, é em referência a D. Guiomar que este beatério aparece individualizado[65] e, em 1477, já falecida esta sua ilustre habitante, ainda se nomeiam estas pobres como "das casas de dona gujumar d abreu que deus aJa"[66]. O teor destas referências parece reforçar, de novo, o papel possivelmente fundador ou de patrocínio assumido por D. Guiomar de Abreu face a esta comunidade, onde acabaria por ingressar.

Mas, em 1477, já o grupo aparece dirigido por uma outra mulher, Maria da Fonseca, que, a aceitar a possibilidade da fundação da casa por D. Guiomar, deve ter sido uma das suas parceiras da primeira hora, pois sabemo-la já ingressada na pobre vida em 1472[67]. Filha de Álvaro Gonçalves da Fonseca, o primeiro administrador legítimo do morgado do Esporão, e de Catarina Ribeira[68], deve ter desempenhado um

---

[61] Sobre este eremita, cf. João Luís Inglês FONTES – *Génese e institucionalização…*, pp. 329-331.

[62] Sobre este Gonçalo da Silveira, irmão de D. Guiomar de Abreu, cf. ROSA, Maria de Lurdes – *O morgadio em Portugal…*, pp. 148-156; ROSA, Maria de Lurdes – "A religião no século: vivências e devoções dos leigos", pp. 498-501.

[63] Cf. nota 47.

[64] É precisamente como "proues de dona gujomar" que este grupo aparece designado, em 1471, entre as confrontações de certas casas situadas na Rua das Adegas, pertencentes ao Hospital de S. Gião (cf. Arquivo Distrital de Évora, *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, cód. 63, fl. 39v – 1471.09.24, Évora). Para a identificação desta rua, cf. CARVALHO, Afonso de – *Da Toponímia de Évora*. Vol. I – *Dos meados do século XII a finais do século XIV*. Lisboa: Colibri, 2004, pp. 116-118.

[65] Cf. nota anterior.

[66] Cf. Arquivo Distrital de Évora, *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, cód. 65, fls. 35-35v – 1477.10.25, Évora.

[67] Cf. BPE, *Convento de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 85, nº 27 (1472.08.31, Évora).

[68] Conhecemos a sua família com base numa carta de partilhas, celebrada a 31 de Agosto de 1472, a propósito da herança recebida de seus pais, Álvaro [Gonçalves] da Fonseca e Catarina Ribeiro. Os bens são repartidos entre Maria da Fonseca, à data já ingressada na pobre vida, Isabel da Fonseca, sua irmã, casada com Fernão Martins de Paiva, e Leonor Ribeiro, também sua irmã, casada com Álvaro Mendes de Vasconcelos (BPE,

importante papel na consolidação do beatério, conhecendo-se a cuidada estratégia aquisitiva por ela desenvolvida em ordem à ampliação do espaço disponível para a comunidade[69] e ao reforço do património da casa[70]. É sintomática a decisão, tomada em 1485, de fazer redigir um instrumento pelo qual Maria da Fonseca, com as restantes pobres aí residentes – no total, seis mulheres – se faziam mutuamente herdeiras de todos os bens, móveis e de raiz, até aí adquiridos pelo grupo, como "Jrmãs estprituaaees com que Juntamente em comunjdade vjuem E as outras que despos ellas vierem"[71].

Encontramos ainda outros pequenos beatérios referidos nestas últimas décadas do século XV na cidade de Évora, dos quais estamos menos informados. Assim, na Rua do Cervato, outras pobres aparecem referidas desde 1484[72]. Junto ao Hospital do Espírito Santo encontramos documentadas diversas mulheres pobres desde 1475[73] e, em 1495, encontramos referida uma travessa, dita "das pobres", que partia da Rua do Santo Espírito[74]. D. João II coloca estas "pobres que estam no oratorjo açerqua do espritall de ssamto esprito desta Çidade d euora" sob protecção régia, em 1490, determinando que, "por asij serem boas pessoas e viuerem onestamente e bem", "as honrrem trautem e favoreçam"[75]. Possivelmente, trata-se das mesmas mulheres que, volvida uma década, aparecem referidas como as "pobres do poço do beicudo"[76], topónimo que as situa nas proximidades da dita albergaria[77].

Outros casos, mais individualizados, pontuam a documentação, sem que possamos determinar a sua ligação a algum dos núcleos anteriormente referidos. É o caso, por exemplo, de uma Isabel de Sá, "da pobre vida" que, em 1491, empraza dos bacharéis da Sé umas casas na Rua da Freiria, com o encargo de nelas fazer as

---

Convento de Santa Catarina de Sena de Évora, lv. 85, nº 27). Sobre Álvaro Gonçalves da Fonseca, cf. FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996, pp. 384-385. Sobre o morgado do Esporão, instituído por Teresa Eanes da Fonseca em 1427, cf. GONÇALVES, José Pires – "A "defesa" e solar do Esporão, no termo de Monsaraz". *A Cidade de Évora*. Ano XXXII, nº 58 (Jan.-Dez. 1975), pp. 27-81; ROSA, Maria de Lurdes– *O Morgadio em Portugal*, pp. 54, 59, 193, 224-226.

[69] Em 1479, empraza da igreja de Santiago de Évora uma casa e celeiro sitos na Rua das Emparedadas, confrontantes com uma adega que Maria da Fonseca trazia de foro da mesma igreja, certamente já como ampliação das dependências do seu beatério (BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 11, nº 69 – 1479.02.20, Évora); no mesmo ano, adquirem umas casas confrontantes com as suas, com foro devido ao hospital de S. Gião (Arquivo Distrital de Évora, *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, cód. 63, fls. 49v-50 – 1479.10.13, Évora).

[70] Em 1477, compram aos frades de S. Domingos de Évora dois ferragiais, sitos entre os caminhos de Avis e Arraiolos, com o seu foro devido à gafaria da cidade (Arquivo Distrital de Évora, *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, cód. 65, fls. 35-35v – 1477.10.25, Évora)

[71] Cf. BPE, *Convento de Santa Catarina de Sena*, lv. 86, nº 5 (1485.03.09, Évora).

[72] Cf. Arquivo Distrital de Évora, *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, cód. 64, fls. 42-42v – 1484.08.25, Évora.

[73] Nesse ano, residia na Rua do Espírito Santo uma Inês Lopes, "pobre emparedada" (ACSE, *CEC 6-VIII*, fl. 27 – 1475.06.21, Évora).

[74] Cf. ACSE, *CEC 6-VIII*, fls. 126-126v (1495.05.08, Évora).

[75] TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 12, fl. 154 (1490.03.01, Évora).

[76] Cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 5, nº 73 (1500.03.21, Évora).

[77] Cf. CARVALHO, Afonso de – *Da Toponímia de Évora*. Vol. I pp. 255-257.

necessárias melhorias[78], aí permanecendo ainda em 1496[79]. Uma outra mulher, Catarina, levava pobre vida numas casas na Rua de Santa Maria, em 1475[80], não se sabendo se corresponderá a uma Catarina Lopes que, em 1500, é dita "mulher da pobre vida" e residente na Rua dos Touros[81].

Das expressões claramente comunitárias às iniciativas aparentemente mais individuais, a pobre vida no feminino atinge assim o seu auge, em Évora, nas décadas de 60 e 70 do século XV. Neste movimento, é notório o envolvimento de um número significativo de mulheres, oriundas de importantes e prestigiadas famílias com fortes ligações tanto à urbe como à Corte e ao serviço régios, traduzido no patrocínio dispensado às novas comunidades femininas apostadas nesta opção religiosa, e que podeou não ser secundado pelo seu próprio ingresso nestes grupos. Em todo o caso, há, também aqui, uma clara assunção de um protagonismo feminino que importa realçar.

O nascimento e desenvolvimento destas experiências femininas acontece claramente sob a influência do movimento eremítico masculino que, da Serra de Ossa, depressa se estendeu por todo o Alentejo, com *provenças* – assim designavam os lugares onde levavam *pobre vida* – fundadas no termo de Évora e uma rede de casas, erigidas no interior dos núcleos urbanos, onde podiam pernoitar sempre que necessitassem. Para um número significativo destas adeptas da pobre vida, as ligações espirituais com estes homens e com o prelado diocesano eram o meio de salvaguardar a autonomia da sua forma de vida da influência normalizadora das ordens religiosas instituídas. Mas muitas outras, possivelmente, bebem desse ambiente espiritual propício a uma vida penitente e pobre, sem com isso excluírem outras vinculações espirituais. A diversidade de situações e localizações deve alertar-nos também para a possibilidade de acentuações e sensibilidades diferentes entre estas comunidades.

Aliás, o fenómeno estava longe de se circunscrever à cidade de Évora e à mera área de influência dos eremitas, atestando um movimento religioso feminino bem vivo e que se diversifica e expande à medida que avançamos no século XV. A vulgarização das designações (pobres, beatas, mulheres que servem a Deus) acompanha os grupos de mulheres religiosas que se documentam, por exemplo, tanto em outras vilas do sul (em Alcácer do Sal em 1465[82]; em Elvas em 1478[83]; possivelmente em Palmela já

[78] ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, pasta 3, nº 275 (1491.07.29, Évora).

[79] Deve ser a ela que se referem umas confrontações de casas que o rei tinha na alcáçova da dita cidade, e que partiam de um dos lados com "Jsabell a proue" (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 5, fl. 221 – 1496.08.01, Alcochete).

[80] ACSE, *CEC 6-VIII*, fls. 31-31v (1475.03.09, Évora).

[81] ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, pasta 4, nº 288 (1500.01.17, Évora).

[82] Nessa data, encontramos já referência a umas «casas das proues» situada nas imediações do paço do administrador da Ordem, no interior do castelo (BPE, *Col. Manizola*, cód. 595, fl. 26). As mesmas surgem de novo referidas em 1489 (cf. TT, *Mesa da Consciência e Ordens*, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela,* maço 2, nº 59). Sobre estas pobres, ver ainda PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Colibri – Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2000, pp. 65 (nt. 56), 72, 77.

[83] A comunidade de Elvas, dita de "beatas", aparece liderada, nesta data, por uma Beatriz Rodrigues, a

nos primeiros anos de Quinhentos[84]) como em núcleos urbanos que vão da cidade de Lisboa ao Minho[85], acentuando, em todo o caso, uma clara tendência para a comunitarização deste tipo de experiências.

Seja como for, parece clara a grande proximidade da evolução documentada em Évora com outras cidades, tantzo portuguesas como castelhanas, no que respeita ao aparecimento e diversificação destas formas de vida religiosa feminina não regulares, ao longo de toda a primeira metade do século XV, num processo que parece atingir o seu auge nas décadas centrais da centúria. Só para finais da centúria se iniciará a sua gradual institucionalização e posterior conventualização, num percurso que beneficiará sobretudo os ramos observantes das ordens mendicantes[86]. Mas esse é já um outro percurso, a vários títulos interessante, mas que já não nos cabe aqui traçar.

---

quem é deixada, em testamento, uma quantia em dinheiro para ajuda na aquisição de um cálice, certamente com fins litúrgicos (Arquivo Municipal de Coimbra, *Pergaminhos de Elvas*, nº 21 – 1478.03.09, Elvas). Em 1489, num outro testamento, é Inês Afonso, viúva de Rui da Gama, moradora em Elvas, quem deixa 200 reais a uma Leonor Lopes, "beata" (Biblioteca Municipal de Elvas, *Pergaminhos da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Elvas*, nº 35 – 1489.05.06, Elvas). É possível que estas mulheres habitassem em casas no alto bairro da alcáçova da vila, onde, em inícios do século XVI, se atesta a existência de uma "Rua das Beatas" e que tem sido relacionada com o estabelecimento do mosteiro dominicano feminino em início dessa centúria (cf. CORREIA, Fernando Branco – *Elvas na Idade Média*. Lisboa: Colibri – CIDEHUS-Universidade de Évora, 2013, p. 335). A fundação desse cenóbio, dedicado a Nossa Senhora da Consolação, data de 1528, é relacionada pela cronística da Ordem com um grupo de beatas, que se teria conventualizado após uma fase intermédia de semi-institucionalização como terceiras dominicanas, muito à semelhança, como veremos, do que acontece com várias das comunidades de mulheres pobres de Évora (cf. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir) – *Ordens religiosas em Portugal*, p. 401).

[84] No tombo dos bens detidos pela Ordem de Santiago na vila e seu termo, aparece referida uma Leonor Peres, "beguina", como foreira à milícia de umas terras de pão, sendo provável que residisse nessa vila (cf. ALVES, Cristina Paula Vinagre – *A propriedade da Ordem de Santiago em Palmela. As visitações de 1510 e 1534*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela – Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2011, p. 176; COSTA, João – "Elementos de religiosidade em Palmela a partir do códice da visitação da Ordem de Santiago de 1510", In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *As Ordens Militares: Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares, 10 a 14 de Março de 2010*. Vol. I. Palmela: Município de Palmela – GEsOS, 2012, pp. 319-320).

[85] Veja-se o exemplo do oratório fundado pela duquesa de Bragança junto às muralhas de Guimarães, dedicado à Santa Vera Cruz, onde, em 1456, "estauam seis ou sete molheres proues", que a mesma sustentava com os seus bens (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 13, fl. 141 – 1456.05.22, Lisboa. Publ. por VITERBO, F. M. de Sousa – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos,* Vol. II, p. 505). Também em Valença do Minho, em 1462, se documenta a existência de um grupo de "beatas", que o monarca agracia, privilegiando "hũu homem com sua molher que teuerem careguo de as seruirem das cousas que lhe fezerem mester" (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 1, fl. 40 – 1462.07.02, Valença; publ. in *ibidem*, vol. II, pp. 501-502).

[86] Cf. FONTES, João Luís Inglês – "Em torno de uma experiência religiosa feminina…", pp. 66-71.

Parte II
Quotidianos das instituições leigas

Vivir entre las élites burguesas navarras, según inventarios y testamentos del siglo XIV

Eloísa Ramírez Vaquero[1]

Resumen

Se proponen aquí, desde el contexto de la Navarra del siglo XIV (aunque con mención de algunos ejemplos previos y posteriores), vías de estudio de lo cotidiano en el mundo urbano, que en Navarra se ha atendido más bien desde fuentes normativas, administrativas, o de gestión municipal, etc. Por un lado, con el recurso a testamentos de miembros de la burguesía, que retratan ahí todos sus bienes inmuebles y parte de los muebles, medios de vida, y por supuesto lazos de parentesco y solidaridad. Por otro lado, a través de diverso tipo de inventarios y listados relacionados con embargos judiciales, también de determinados miembros de la sociedad urbana.

En ambos casos la atención se dirige a las élites urbanas, también a elementos de la minoría judía del burgo, porque es de ellos de quienes nos ha quedado este testimonio con carácter preferente. El análisis de "los objetos", ligado a la vida de quien lo ha poseído y a su significado; y el interés de los espacios de habitación, o de las redes familiares, aflora aquí con especial relevancia. Interesa singularmente la notable presencia de mujeres con sus bienes, y se pone de manifiesto la necesidad de trabajar con estos materiales de forma conjunta, en todo su entramado de relaciones.

Palabras clave
Testamentos; Inventario Listado; Burguesía; Objetos.

---

[1] Universidad Pública de Navarra.

To live among the navarrese urban elites, according to inventories and testaments (14th Century)

Abstract

In the context of 14th century in Navarra (although with mention of some previous and later examples), the intention here is to analyse everyday life in the urban medieval world, which in Navarra has been rather studied from normative, administrative, or municipal management sources. But the sources here would be different, on the one hand the wills of members of the bourgeoisie, who portray there all their real estate and part of the furniture, livelihoods, and of course ties of kinship and solidarity. On the other hand, through various types of inventories and lists related to judicial seizures, also of certain members of urban society.
In both cases, the attention is directed to the urban elites, also to elements of the Jewish minority of the town, because it is from them that this testimony has remained with a preferential character. The analysis of "the objects", linked to the life of the person who has possessed them and their eventual meaning, and the interest of living spaces, or family networks, emerges here with special relevance. Particularly interesting is the notable presence of women with their goods and decisions. The need to work with these materials jointly is made clear, with a special attention to the rich network of their relationships.

Key Words
Testaments; Inventories; Lists; Bourgeoisie; Objects.

El mundo urbano navarro del período medieval se ha atendido desde diversas perspectivas, en primer lugar la jurídica, al hilo de la fructífera labor de J. Ma. Lacarra en torno a los fueros de franquicia y a diversos cuerpo normativos, línea en la contó enseguida con la colaboración de Á. Martín Duque[2]. De un modo u otro, todos los que hemos investigado sobre los centros urbanos del reino volvemos a ese terreno ineludible de la caracterización jurídica – y la necesaria edición de las fuentes-[3], desde

[2] Como mínima referencia, cabe recordar dos obras esenciales: LACARRA, José Mª, MARTÍN DUQUE, Ángel – *Fueros de Navarra. I. Fueros derivados de Jaca. 1. Estella-San Sebastián.* Pamplona: DFN-IPV, 1969; y *Fueros de Navarra. I. Fueros derivados de Jaca. 2. Pamplona.* Pamplona: DFN-IPV, 1969.

[3] Igualmente, y sin intención de exhaustividad, cabe destacar la recopilación y análisis de los llamados "fueros menores", FORTÚN PÉREZ DE CIRIZA, Javier – "Colección de 'fueros menores' de Navarra y otros privilegios locales" (I-IV). *Príncipe de Viana* 43.162 (1981), pp. 265-274 y (43.166-167), pp. 951-1038; 46.175 (1985), pp. 361-462 y (46.176), pp. 603-64.

el que hemos ido atendiendo así mismo algunas otras cuestiones y matices. En años más recientes ha interesado especialmente la articulación del territorio en relación con el fenómeno urbano y, enseguida, la jerarquización del sistema[4], y por supuesto elementos del gobierno urbano. No cabe aquí plantear una valoración historiográfica del tema, que resultaría excesivo, pero conviene – y de manera tan sucinta – poner de manifiesto unos intereses prioritarios en la investigación, donde la perspectiva de la vida urbana en sí misma ha quedado quizá en un plano secundario. Ciertamente, la publicación de los propios corpus jurídicos indicados, sobre todo las ordenanzas[5], es un punto relevante en este sentido; la tesis de J. Ilundáin sobre la sociedad de Olite en la Edad Media implica un estudio específico de una localidad particularmente bien documentada y con un rico archivo municipal[6]. También J. Carrasco se ha ocupado de las sociedades urbanas del reino, particularmente en su entorno mercantil y dinerario, y yo misma lo he hecho desde determinadas perspectivas[7].

El objetivo aquí hoy quiere ser una propuesta de atención, y una mirada, hacia las formas de vida interna en las ciudades del reino desde la base de una documentación poco aprovechada en este sentido en Navarra: testamentos e inventarios de bienes. Tanto en archivos locales – que en Navarra no son muchos – como en los regios (por confiscación de bienes), este tipo de muestras evidencian una sociedad y unas formas de vida. Ciertamente, lo que aquí cabe presentar se basa en una cata sobre estas fuentes, y en cierto modo plantea el inicio de un trabajo sistemático sobre ellas y desde este prisma concreto. Se pretende, así, aportar un primer análisis de un conjunto de textos, por un lado, y, por otro lado, una reflexión de partida y cuestionario que trabajos posteriores podrán ir ampliando y matizando.

---

[4] Sobre el camino de Santiago como vertebrador y eje organizador de los espacios, sobre todo MARTÍN DUQUE, Ángel – "El Camino de Santiago y la articulación del espacio histórico navarro", In *El Camino de Santiago y la articulación del espacio hispánico*. Pamplona: Gob. Navarra, 1994, pp. 129-156; en esa línea, por ejemplo, CARRASCO, Juan – "El camino francés a Compostela y la dinámica de los asentamientos", In GRECI, Roberto (dir.) – *Itinerari medievali e identità europea*, Boloña: Clueb, 1999, pp. 147-335. Visiones más recientes, las de MIRANDA GARCÍA, Fermín – "Fueros de francos y articulación del espacio pirenaico en Navarra (ca. 1150-1250)", In BARRAQUÉ, Jean P., SÉNAC, Philippe (dir.) – *Habitat et peuplement dans les Pyrénées au Moyen Age*, Toulouse: Méridiennes, 2009, pp. 65-76, o RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – "El despliegue de la red urbana en Navarra. Espacios y movilidad entre el Adour y el Ebro (s. XI-XIII)". *Príncipe de Viana* 76 (2015), pp. 71-108, y "La ciudad y el rey: renovación de la red urbana medieval de Navarra al final de la Edad Media". *Anuario de Estudios Medievales* 48/1 (2018), pp. 49-80.

[5] Además de las de Estella: LACARRA, José Mª – "Ordenanzas municipales de Estella. Siglos XIII y XIV". *Anuario de Historia del Derecho Español* 5 (1928), pp. 434-445, y "Ordenanzas municipales de Estella, siglos XV y XVI". *Príncipe de Viana*, 10 (1949), pp. 397-424), también SEGURA URRA, Félix – "Ordenanzas municipales de Puente la Reina. Siglos XIV-XV". *Príncipe de Viana* 64 (2003), pp. 159-180).

[6] ILUNDAIN CHAMARRO, Javier – *Los buenos hombres de Olite, s. XII-XIV*. Pamplona: Gob. de Navarra, 2017.

[7] CARRASCO, Juan – "Sociedades mercantiles en los espacios mercantiles del Camino de Santiago (1252-1425). De San Juan de Pie de Puerto a Burgos", In *Las sociedades urbanas en la España medieval*, Pamplona: Gob. de Navarra, 2003, pp. 243-275; RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – "The first urban oligarchic networks in Navarre: Pamplona, 1100-1328", In ASENJO, Maraía (ed.) – *Oligarchy and Patronage in Late Medieval Spanish Urban Society*. Turnhout: Brepols, 2009, pp. 117-152.

Parece razonable dedicar, como punto de partida, una mínima reflexión a ambos tipos de fuentes, sobre todo a la relevancia de los segundos, porque sin duda los testamentos son piezas mucho más conocidas y utilizadas desde diversos puntos de vista[8].

La atención sobre los inventarios – sin duda nada desconocidos –, ha adquirido perfiles muy interesantes en los últimos años. No deja de ser significativo que dos proyectos recientes, en dos centros de investigación relevantes, se centren en la recuperación y puesta a disposición de los investigadores de una potente colección de este tipo de textos[9]. De este modo, algunas de las publicaciones más recientes y renovadoras respecto al trabajo con los inventarios derivan precisamente de estos equipos[10], o se han visto enriquecidas por ellos. Merece la pena destacar, así, los proyectos ligados al tema del "expertise" respecto a ciertos saberes y procedimientos, donde uno de sus seminarios y posterior publicación se centró en cómo se elaboran diverso tipo de inventarios y listados de diversas cosas[11]. Y sin duda cabría añadir otras publicaciones más específicas muy ligadas a los listados e inventarios diversos, incluidos aquellos relacionados con los archivos y su gestión[12]. Pero ciertamente no es este el lugar para un balance general, si bien estos materiales y reflexiones forman parte del cuestionario aquí desarrollado.

Parece claro que este tipo de análisis está muy estrechamente ligado a una línea de trabajo sobre la que quizá los historiadores del Arte han dedicado una especial atención: la preocupación por el estudio de los objetos en sí[13]. Objetos que

---

[8] Desde la obra clásica y bien conocida de J. Chiffolau, sobre "la contabilidad del más allá", abundan trabajos sobre testamentos y últimas voluntades. Como planteamiento general, y en algún caso por la dimensión del conjunto documental (y en la imposibilidad de plantear una reseña detallada de la bibliografía disponible), cabe destacar RAMOS DIAS, Marta M. – "*In memory ad perpetuum.* An analysis of medieval testaments". *Eikón/Imago* 3 (2014), pp. 133-150; DEL CAMPO GUTIÉRREZ, Ana – *El libro de testamentos de 1384-1407 del notario Vicente de Rodilla. Una introducción a los documentos de últimas voluntades de Zaragoza.* Zaragoza: IFC, 2011, o RODRIGO ESTEBAN, Mª Luz − *Testamentos medievales aragoneses. Ritos y actitudes ante la muerte (s. XV).* Zaragoza: Ed. Iberoamericana, 2002. Y focalizada en el caso navarro, BALDÓ, Julia *et alii*, "Registrar la muerte (1381-1512). Un análisis de testamentos y mandas pías contenidos en los protocolos notariales navarros", *Hispania* 65 (2005), pp. 155.225.

[9] "The Documentary Archaeology of Late Medieval Europe (DALME)" (Universidad de Harvard), cuyo interés por la historia material y los objetos, desemboca (entre otras cosas) en una interesante recopilación de inventarios de todo tipo (dalme.org). Por otro lado, en el laboratorio LAMOP-Sorbonne, el proyecto "POLIMA, Le pouvoir des listes au Moyen Age" (ANR, 2014-2017) ha analizado el concepto de "lista" desde muy diversas perspectivas, que dan al inventario una dimensión de gran interés para lo que aquí atañe (https://lamop.pantheonsorbonne.fr/polima).

[10] ANGOTTI, Claire, CHASTANG, Pierre, DEBIAIS, Vicent, KENDRICK, Laura (dir.) – *Le pouvoir des listes au Moyen* Âge – *I.* Écriture *de la liste.* París: Sorbonne 2019, y ANHEIM Étienne, FELLER, Laurence, JEAY, Madeleine, MILANI, Giuliano (dir.) – *Le pouvoir des listes au Moyen* Âge – *II. Listes d'objets/listes de personnes.* París : Sorbonne, 2020.

[11] FELLER, Laurence, RODRÍGUEZ, Ana (dir.) – *Expertise et valeur des choses au Moyen Age. II. Savoirs, écritures, pratiques.* Madrid: Casa de Velázquez, 2016.

[12] LAMAZOU-DUPLAN, Veronique (ed.) – *Les archives familiales dans l'Occident Médiéval et Moderne. Trésor, Arsenal, Memorial.* Madrid: Casa de Velázquez, 2021.

[13] Como muestra, RODRIGUES, Ana Mª – "Moneda, armas y objetos suntuarios. El tesoro de los reyes de Portugal en los primeros dos siglos de su existencia". *Anales de Historia del Arte* 24 (2014), pp. 439.460.

son relevantes en tanto que portadores de una memoria, de un relato propio, y parte parlante de una historia interesante de su poseedor. Es decir, son transmisores de un universo mental, espejo de una sociedad y sus formas de vida, convicciones y deseos; en definitiva, de un escenario que podemos recomponer a través de ellos[14].

Este somerísimo encuadre historiográfico y que necesariamente no puede atender todos los frentes posibles, sirve de mínimo referente para el trabajo que aquí se expone, en principio en un marco formativo de perfiles graduados y con un especial foco en el manejo de fuentes. Desde el contexto de la Navarra del siglo 14 (aunque se hará mención de algunos casos previos y posteriores), se quieren presentar dos visiones del mundo urbano y su cotidianeidad distintas de las que sin duda también pueden aportar las fuentes más habitualmente tratadas aquí, normativas, administrativas o de gestión municipal. Por un lado, con el recurso a testamentos de miembros de la burguesía, que – además de otro tipo de cuestiones más analizadas en la historiografía – retratan ahí todos sus bienes inmuebles y parte de los muebles, medios de vida, y por supuesto lazos de parentesco y solidaridad. Cabría decir que su mundo personal e inmediato. Por otro lado, a través de otra fuente poco trabajada en este sentido hasta ahora, al menos en el caso navarro: diverso tipo de inventarios y listados relacionados con embargos judiciales, también de determinados miembros de la sociedad urbana. En uno y otro caso la mirada se dirige a las élites urbanas, también a elementos de la minoría judía del burgo, porque es de ellos de quienes nos ha quedado este testimonio con carácter preferente. Nos disponemos, en parte, a la búsqueda de "los objetos": ese campo de trabajo tan sugerente, ligado a la vida de quien lo ha poseído y a su significado; y nos movemos en alguna medida, también, en los espacios: aquellos que transitan y ocupan las personas, muchas veces retratados en este tipo de fuentes. Tanto en el testamento como el inventario se abre paso un análisis semejante de todo el universo material – incluso espiritual, para el caso de los testamentos – que rodea a la sociedad.

1. Qué testamentos, qué inventarios, qué centros urbanos.

Se ha seleccionado un conjunto de modelos relevantes tanto de inventarios como de testamentos, de los que se pretende aquí valorar su contenido esencial y proponer posibles cuestionarios de trabajo con estos materiales[15]. Como se puede observar en

[14] Cabe reseñar el proyecto dirigido por Th. Martin: *The Medieval Iberian Treasury in Context: Collections, Connections, and Representations on the Peninsula and Beyond* (CSIC 2019-2022), así como el de Jitske Jasperse y Karen Dempsey: *Small Things of Greater Importance: Exploring the Sensory Relationship of Medieval People and Objects* (National University of Ireland, Galway 2019-2020).

[15] Las piezas proceden de los siguientes fondos: AGN: Archivo Real y General de Navarra (todos los inventarios, salvo el primero, consultado en la colección *Navarra Judaica*, vid. nota 38); DMO: Archivo Municipal de Olite; DME: Archivo Municipal de Estella; APSC: Archivo Parroquial de San Cernin; AMT: Archivo Municipal de Tudela. Las fuentes publicadas proceden de CARRASCO, Juan (dir.), MIRANDA

la tabla que sigue, se trata de un siglo 14 extenso, desbordado por ambos extremos, cuestión que deriva del particular interés de alguna de las piezas. Huelga decir que existen otros documentos de interés y más ejemplos posibles, si bien aquí forzosamente era necesario acotar el análisis.

Tabla 1– Piezas seleccionadas.

INVENTARIOS	TESTAMENTOS
1329 – Inventario de bienes incautados en la destrucción de la judería de Estella, rescatados por la corona. AGN, Comptos, Reg. 24, f. 118-148 y 89-92. **1361** – Inventario de bienes de Lucas Lefevre, procurador real. AGN, Caj. 12 n. 7. **1362** – Inventario de bienes de Jean de Champgerboust (anterior merino de Estel--la) para su venta. AGN, Caj. 41, n. 44. **1369** – Embargo e inventario de bienes según testamento de Juan Arnaldo y María Arnaldo, tenderos de Pamplona. AGN, Caj. 25, n. 98,2. **1373** – Expediente completo de embargo, e inventario, a Juan Cruzat. AGN, Caj. 28, n. 30,1. **1401** – Inventario de bienes de Domingo de San Lorenzo, de Olite. AGN, Caj. 74 n. 27,2. **1406** – Inventario de bienes de Dueña, judía de Estella. AGN, Caj. 183 n. 16. **1412** – Expediente de bienes embargados a Abraham Abenxoep. AGN, Caj. 136 n. 14.	**1280** – Testamento de Miguel Pérez de Cedra, vecino de Olite. DMO, doc. 48. **1296** – Testamento de Miguel Baldovín, vecino de Estella. DME, doc. 19. **1297** – Testamento de Miguel Pérez, hijo de Juan Ezquerra, alcalde de Olite. DMO, doc. 73. **1312** – Testamento de Dominga Martín, vecina de Olite. DMO, doc. 111. **1328** – Testamento de María Domínguez de Gaizarin, vecina de San Saturnino. APSC, doc. 13. **1333** – Exposición ante los beneficiarios del testamento de Franca Montaner, vecina de Estella. DME, doc. 74. **1346** – Testamento de Flandina Cruzat, vecina de San Saturnino. APSC, doc. 23. **1383** – Testamento de Bernarda del Pimbo, vecina de Tudela. AMT, Protocolos de Martín Don Costal, 1.

GARCÍA, Fermín, RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – *Navarra Judaica. Los judíos del reino de Navarra. (Documentos 1093-1333)*. Pamplona: Gob. de Navarra, 1994, docs. 242 y 246; GARCÍA LARRAGUETA, Santos – *Archivo Parroquial de San Cernin de Pamplona*. Pamplona:DFN/IPV, 1976 (para todos los documentos de San Saturnino); LEROY, Béatrice – "Vie et mort à Tudela en 1380-1383. Le testament de Bernarda de Pimbo", In *Les Espagnes Médievales: aspects* économiques *et sociaux. Mélanges offerts à Jean Gautier Dalché*. Niza: Les Belles Lettres, 1983 (testamento de Bernarda del Pimbo); OSÉS URRICELQUI, Merche – *Documentación Medieval de Estella (siglos XII-XIV). Corpus Documental para la historia del reino de Navarra*, Pamplona: Gob. de Navarra, 2005, t. I (documentos de Estella, salvo el del saqueo de la judería); BEROIZ LAZCANO, Marcelino – *Documentación Medieval de Olite (siglos XII-XIV). Corpus Documental para la historia del reino de Navarra*. Pamplona: Gob. de Navarra, t. 2, 2009 (documentos de Olite). Dado que las referencias concretas constan en la tabla 1, no se repetirán luego al aludir a las piezas.

Situados en el esquema de los materiales, conviene aún recordar brevísimamente cuál es el panorama urbano navarro – el más pequeño de los reinos peninsulares – porque ese es el escenario de las élites cuyos textos se recogen aquí. Cabe resaltar, al menos, que estamos ante un tejido urbano definido por sus parámetros jurídicos, ciertamente, pero también por perfiles sociales y políticos, cuyo despliegue está muy ligado a las redes de comunicación y al interés regio de organización del territorio y control del espacio. La red de centros urbanos está básicamente completa en el primer cuarto del siglo 13, algo después de la casi definitiva configuración de los perfiles políticos del reino (si bien en el s. 15 habrá algunos cambios de límites, completados a principios del s. 16 con la pérdida de las tierras de Ultrapuertos – Baja Navarra-). Lo que siga después de 1219 en cuanto a nuevas fundaciones y otorgamientos de privilegios se refiere esencialmente al ensanchamiento de núcleos existentes, redefiniciones jurídicas de otros y a algunas fundaciones puntuales y ligadas a intereses esencialmente de ordenación espacial. Y todo ello en un espacio que, con las tierras navarras de Ultrapuertos y de Laguardia, perdidas en el siglo 15 y 16, ronda los 12.000 km^2. Interesa señalar que se trata de una población urbana en la que técnicamente no hay elementos nobiliarios ni campesinos (sobre todo hasta la ineludible diversidad social de la segunda mitad del siglo 14 y el 15), con estatutos dirigidos a regular enclaves llamados "francos", si bien está claro que detectamos elementos de una clara inmigración interna de procedencia bajonobiliaria (en algunos casos) o campesina. Pero es cierto que jurídicamente estos centros no comprenden a la nobleza, que de hecho mantiene sus centros operativos en otro tipo de enclaves, al menos hasta entrado el siglo 15[16].

Situados ante los materiales y en estos contextos historiográficos y espaciales, cabe plantear, en primer lugar, qué tienen en común las fuentes seleccionadas. Por una parte, es evidente que ambos casos, tanto testamentos como inventarios, presentan una relación de bienes – muebles, inmuebles, objetos diversos – que se enumeran con diverso detalle, aunque el propósito sea distinto, y se describen igualmente con alguna precisión, dependiendo de los casos e incluyendo su localización. En este sentido, y aunque de manera indirecta, ambos ofrecen una especie de retrato del entorno vital de la persona atañida. Hay, sin embargo, divergencias interesantes. Es bien conocido que los testamentos, por ejemplo, se han trabajado mucho como fuente básica a la hora de estudiar las mentalidades y actitudes ante la muerte, muy presentes en todo lo que tiene que ver con las previsiones funerarias que establecen el lugar de enterramiento, las prácticas devocionales previstas, las instituciones que se favorecen, etc. Reflejan, efectivamente eso que Chifoleau llamó la "comptabilité d'au-dèlá"[17]. Es sin duda un perfil muy atendido, al menos en el ámbito español, y sin duda

[16] Como visión de conjunto de este planteamiento vid. E. Ramírez Vaquero: obras citadas en la nota 3.

[17] CHIFFOLEAU, Jacques – *La comptabilité de l'Au-Delà: les hommes, la mort et la religios dans la región*

en el navarro[18]. El testamento evidencia además el mundo material de determinados sectores, en concreto – para el conjunto que aquí interesa – el mercantil y comercial de las élites burguesas, e incluso una buena parte de sus relaciones de parentesco y conexiones personales: pone de manifiesto un tejido social urbano muy interesante sobre todo si, más allá de uno o dos testamentos sueltos, se analizan conjuntos de textos y con este tipo de cuestionarios. Tal tarea supera las posibilidades de este trabajo, que pretende presentar modelos y resaltar formas de trabajar, pero es sin duda el planteamiento que permitiría un análisis más completo y al que se aspira. Cabe proponer, además, que el testamento permite percibir en ocasiones el diferente valor personal que el testador da a ciertos objetos, si analizamos qué da a quién; es decir, cómo diferencia los destinatarios de sus previsiones testamentarias. Estas últimas perspectivas sí han sido menos trabajadas, y ciertamente no siempre es posible desarrollarlas, pero las ocasiones se espigan de cuando en cuanto, y eso solo mirando el sencillo listado aquí propuesto.

En el caso de los inventarios, y fijando la atención en las diferencias respecto al lote de los testamentos, conviene ante todo tener en cuenta el objetivo del mismo, o la causa que lo ha provocado. Los aquí aportados están relacionados con ejecuciones de la justicia, pero sin duda puede haber otras opciones (ligados a testamentos, incluso, que no ha sido aquí el caso). Aquí se han seleccionado varios que ofrecen listados de bienes y propiedades, muebles e inmuebles: es decir, se relacionan estrechamente con esa noción de "listas de objetos" que la historiografía viene analizando con más atención desde hace cierto tiempo[19]. Y de nuevo aportan un "retrato" de un sector de la sociedad, dirigido sobre todo a sus entornos más personales, domésticos con frecuencia, aunque el texto tiene formato de lista, como mucho descriptiva. Interesa además que algunos casos el inventario puede aportar incluso una noción de "fisonomía" del espacio personal del afectado, porque quien lo consigna va con frecuencia recorriendo las estancias, anotando y describiendo. Se dibuja, así, el espacio habitado por el sujeto; casa, tienda, patios, u otras casas adicionales. No siempre se aporta el valor de los bienes inventariados, pero en ocasiones es posible conocerlo al hilo de la venta posterior de lo confiscado, que a veces también tenemos documentada. En algunos de los ejemplos que luego se comentarán se observa un especial valor de ciertos objetos, incluso deducido por el simple hecho de que el

d'Avignon à la fin du Moyen Âge (vers 1320-vers 1489). París: Albin Michel, 1980.

[18] Balance, para el caso de Navarra, en RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa, OSÉS URRICELQUI, Merche, HERREROS LOPETEGUI, Susana – "Materiales para analizar las prácticas funerarias del príncipe en Navarra", In MIRANDA GARCÍA, Fermín, LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, Mª Teresa (ed.) – *La muerte de los príncipes en la Edad Media. Balance y perspectivas historiográficas*. Madrid: Casa de Velázquez, 2020, pp. 107-128.

[19] Un análisis de este planteamiento, en BERNARDI, Philippe – "La transmission des outils et leur mise en liste. Queques réflexions à partir d'examples provençaux des XVe et XVIe siècles", In ANHEIM *et alii*, *Le pouvoir…* (vid, nota 9).

propio rey o sus oficiales se los reservan para sí, lo que denota una especial relevancia del mismo.

2. Los testamentos.

Como ya se ha señalado, conviene adelantar que el análisis exhaustivo de las piezas indicadas no es posible en las dimensiones de un trabajo como este; se pretende poder destacar algunos elementos sustanciales y, al hilo de ello, un cuestionario de trabajo útil para aprovechar estas fuentes en el sentido de la vida de las ciudades medievales. Porque el modelo de Navarra aquí utilizado, y de estas fuentes, no resulta muy distinto que el de otros espacios en contextos semejantes.

Los testamentos seleccionados (**tabla 1**) intentan recorrer un siglo entero y fijarse en cuatro centros urbanos relevantes: el Burgo de San Saturnino de Pamplona, Tudela, Estella y Olite. San Saturnino es el núcleo pamplonés dotado del estatuto sin duda más ventajoso en el reino, una franquicia total y exenta de censos de cualquier clase. Estella cuenta con el estatuto posiblemente más antiguo del reino – junto a Jaca – e inicialmente es como el pamplonés indicado, pero para el tiempo implicado en esta cronología Estella es ya un ensamblaje de centros urbanos integrados y con diversidad normativa. Olite es el primero de los fueros navarros (1149) que explícitamente marca una presencia de población inmigrante local para la que hay que afrontar regulaciones diversas. Y Tudela, resultado de la conquista cristiana en 1119, presenta una singular variedad humana y una compleja articulación normativa[20]. Estos cuatro centros cuentan con una pujante sociedad burguesa de perfil mercantil – también agrícola – en la que, junto a las consabidas parroquias, se han asentado además conventos urbanos estrechamente ligados a los intereses de este entramado social; en ellos recalan miembros de estas familias – mujeres, por ejemplo – y a ellos se destinan prácticas devocionales relevantes[21].

Se intenta también, en esta pequeña relación documental, aportar diversos testamentos femeninos; son más abundantes de lo que puede parecer, al menos en los fondos navarros, donde sobre todo dos destacan por su especial relevancia, como enseguida veremos. Ciertamente, tanto mandas femeninas como masculinas tienen un interés independiente, pero no conviene olvidar que también lo tienen de conjunto, y dar el paso hacia análisis más amplios requiere un proyecto de envergadura. Porque preciso afrontar su estudio, no como una secuencia de situaciones separadas – aunque aquí no es posible hacerlo de otro modo – sino como un análisis de la sociedad;

[20] Vid. nota 2.

[21] Resulta interesante comprobar que un centro urbano como Sangüesa, de cronología semejante a Estella y centro de control del espacio oriental del reino, no cuenta con centros conventuales femeninos en el período medieval, lo cual nos priva de un lote de fuentes relevantes, por un lado, pero además apunta a una sociedad urbana seguramente más modesta que en el resto de los casos.

porque su información hace aflorar el tejido social del burgo, sus redes personales y comerciales, el paisaje inmobiliario urbano y del entorno rural de la propia ciudad... en definitiva, la vida de las calles y barrios. Pero procede ahora centrarse en los casos seleccionados con el objeto de generar un cuestionario de trabajo que, en el futuro, permita desarrollos más amplios[22].

Ya desde el testamento de Miguel Pérez, hijo del alcalde de Olite (1280), y por tanto un personaje que es parte de las oligarquías urbanas situadas en las magistraturas olitenses a finales del siglo 13, aparece una relación de donativos a las iglesias, capillas y ermitas: un planteamiento muy propio de cualquier texto de este tipo. Se trata de un ejemplo muy sencillo y poco detallado, que muestra quizá una práctica poco depurada, o quizá simplemente la posesión de unos bienes modestos que, en todo caso, quedan aquí repartidos entre sus hijos. Aunque no excesivamente minucioso, el elenco de bienes incluye una relación de viñas con todas sus afrontaciones y unos bienes personales que no precisa en exceso: tiene un hijo y una hija a los que deja 200 y 100 sueldos respectivamente, luego una sobrina y finalmente otros dos hijos varones (que quizá son los mayores, puesto que la herencia es más elevada y preciada) que recibirán sus vestidos y la mitad de todos sus muebles y propiedades por igual (la otra mitad, que se detalla, se venderá para para pagar deudas y mandas). El testamento de este olitense no permite valorar objetos concretos, pero sí observar que cuenta con unos bienes rústicos interesantes en el cinturón vitivinícola, evidenciando esas labores agrícolas con frecuencia preteridas en el análisis de la sociedad urbana que, en cambio, aflora con insistencia siempre, y en particular en relación con las labores de la vid. Ese mundo urbano es reiteradamente "rural" también, al menos en sus medios de vida y, como luego veremos, en la concepción de la tierra como base fundiaria de prestigio social.

Dominga Martín, en cambio, realiza un extenso testamento en 1312. Es sin duda una mujer rica, poseedora de un amplio elenco de propiedades también en Olite (casas, esencialmente) y viñas en el entorno vitivinícola. Mencionando la autorización del marido, que confirma el documento, casi todo lo que reseña viene precedido del posesivo "mi", salvo por una propiedad menor que es del marido. Después de establecer la venta de varias casas y viñas, Dominga – que evidentemente no tiene hijos – instituye a su marido como usufructuario del resto, pero también dispone del destino final de todo ello para diversas personas cuyo parentesco con ella no aclara salvo en dos casos, cuando se refiere a dos primas ("cormanas"), para quienes destina diversas heredades relevantes[23]. Establece incluso que ciertas de estas herencias no se podrán disgregar en

[22] Los textos tratados, salvo indicación de lo contrario, son los señalados en la Tabla 1, por lo que aquí se omite reiterar las referencias documentales, salvo que en algún caso convenga indicar el folio o página (especialmente en los inventarios).

[23] De una de ellas se menciona un hermano, igualmente primo, que en cambio no recibe nada; solo se destinan bienes a las primas.

el futuro, y deberán quedar en "mayorío", es decir, vinculadas a la familia para siempre como cualquier mayorazgo. Este aspecto resulta muy interesante; ella salvaguarda las posesiones familiares de una manera especial, conformándolas de una forma que normalmente asociamos a la nobleza, y ello de manera independiente respecto a los bienes del marido. Los destinos de sus mandas, aparte de instituciones religiosas y personas concretas, también se dirigen a obras en la ciudad (al menos señala dos puentes y varios caminos). Son pocos los objetos concretos que indica, y en todos los casos se trata de vestidos: diversos guardacós (verdes o naranja), una capa noble de seda, sobrepellices, mantos y sayas, y también señala mandas en dinero para entregar vestidos a ciertas personas e instituciones. El contexto de Dominga, por tanto, es el de una mujer rica, con propiedades personales que, salvando el usufructo temporal que corresponde a su marido, reserva según su propio criterio para determinadas personas – básicamente mujeres – de su propia familia. La atención al entramado urbano es significativa: dos puentes – Olite tiene un río ciertamente de menor entidad – y caminos, así como la relación de sus vestidos, que rara vez falta como objetos de entrega en estos testamentos, de mayor o menor lucimiento.

En fechas no muy lejanas (1328) y en un burgo de perfiles radicalmente francos como es San Saturnino – el de normativa más estricta en este sentido, como ya se ha indicado –, una mujer de clara procedencia del entorno rural de la Cuenca de Pamplona – lleva el locativo de un pequeño señorío cercano, del que luego resulta ser la señora –, María Domínguez de Gaizarin, presenta un testamento también extenso y sugestivo. Y solo por esa propiedad señorial, una vecina del Burgo, es en sí mismo interesante. Casada con un burellero es decir, de uno de los segmentos más relevantes de la burguesía local – y presente en el acto –, su testamento empieza manifestando una relevante posesión rústica en la localidad cuyo nombre lleva: Gaizarin, donde tiene "bienes y heredades" que describe (ropa de cama de diverso tipo, "ropa de vestir"), además de viñas y otras piezas en término de Pamplona. La vinculación con Gaizarin denota quizá un origen infanzón más que campesino, por la relevancia de sus bienes, pero también por las mismas mandas que destina allí, aunque su enterramiento será en la parroquia específica de la Burellería del Burgo: San Lorenzo. Una vez más, como en la olitense antes indicada, los parientes señalados son sus sobrinos; reciben ropas de casa (de sayal, de pluma y de estopa) y en el caso de las mujeres – por un lado las sobrinas, pero también una hermana de la testadora – se detallan así mismo piezas de vestir (garnachas, tocas, abrigos, pelliza, túnicas – "gonelas" –, linzuelos). El testamento presenta además un interesante elenco de burelleros, testigos o cabezaleros, retratando una parte de la élite de este sector pañero de la ciudad. María Domínguez es claramente dueña de todos estos bienes, independientemente del marido, y se ha insertado en el elenco social de los pañeros de San Saturnino; su nombre va precedido de "doña", y el del marido de "don" (Lope de Mendinueta, otra localidad rural, en este

caso del valle de Izagaondoa, a unos 20 km. de distancia de Pamplona).

Antes de centrarse en las dos últimas mujeres, que resultan de singular relevancia, merece la pena detenerse en el testamento de un destacado miembro de la élite de Estella, Miguel Baldovín, fechado en 1296. En presencia de su mujer, y para evitar discordias entre sus hijos y sus padres (indica), desarrolla un testamento que empieza por las disposiciones de un enterramiento "muy honrado" en San Pedro de la Rúa, la iglesia principal del burgo más antiguo de la ciudad. Incluso, señala que en el entierro su cuerpo deberá ser cubierto con una hermosa capa de seda o de piel "garnida", que luego se entregará a su viuda para que la done a San Pedro para el servicio de las Horas. En este caso la pareja sí tiene hijos: primero una hija monja a quien entrega ciertas heredades que, en consecuencia, la apartan del resto de la herencia (indica expresamente). Y vienen luego seis hijos más, quizá de no mucha edad puesto que todos los nombres se expresan en diminutivo, y a cada uno destina una cantidad en dinero; entre todos y a partes iguales les corresponde además su casa de la Rúa del burgo y diversas heredades, casas y tiendas en al menos otros dos burgos de Estella, además de viñas y propiedades en los términos del entorno. El papel de la mujer no queda minimizado tampoco: "será dona et poderosa" y podrá disponer de todo esto que han heredado sus hijos, tanto en muebles como en heredades. Le entrega a ella, además, todas sus pertenencias personales, en ropa de seda y lana, lino y estopa, con pluma y sin ella; y todo lo que le pertenece del ajuar de casa "de oro y de plata y de hierro y de madera y de cobre y de alambre y de latón" (pág. 133).

La relevancia de los Baldovín en la sociedad estellesa aflora en diversos contextos, ligados a magistraturas y conflictos en la ciudad[24]; el testamento de Miguel, enfermo en ese momento, y comerciante relevante sin duda – el elenco de cabezaleros y testigos va en esa línea-, atestigua las formas de vida de un miembro destacado de la burguesía de un centro esencialmente comercial y relevante del reino. Prevé un enterramiento de lujo y detalla varios objetos valiosos – oro, plata-, además de vestidos ricos, y desde luego un cuantioso patrimonio rural y urbano, en el centro mismo del burgo. Las afrontaciones que se detallan de su casa, casi reconocibles en el parcelario actual, evidencian un emplazamiento de primer nivel en la arteria principal del burgo de San Martín, en cuya parroquia de San Pedro de la Rúa dispone el enterramiento.

Dos testamentos femeninos merecen una especial atención por su singular riqueza y detalle, el primero de los años centrales del siglo 14, en el Burgo de San Saturnino (Flandina Cruzat) y el segundo en el último cuarto del mismo siglo, en Tudela (Bernarda de Pimbo). Cabe considerar que ambas situaciones son excepcionales, tanto

[24] Tienen relación con una larga secuencia de conflictos de facciones entre dos bloques de linajes urbanos; vid. RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – "Conflictos *en* la ciudad, conflictos *desde* la ciudad. Navarra, s. XIII-XV", In ALBERZONI, Mª Pía, SARDINA, Patrizia (dir.) – *Potere, governo, opposizione política e rivendicazioni socio-economiche nel Medieterraneo Medievales*. Palermo: Quaderni di Medieval Sophia 1 (2021), pp. 105-122.

por la calidad de las respectivas testadoras como por el despliegue de sus disposiciones, propio de una oligarquía potente, poseedora de bienes muebles e inmuebles y de un interesante ajuar personal. Bernarda de Pimbo, que hace testamento cuando ya debe ser una mujer bastante mayor, tiene un patronímico de ascendencia bearnesa[25]; viuda de Martín González de Morentin, de origen infanzón e instalado en Tudela al menos en 1366[26], la pareja no había tenido hijos y su testamento beneficia en primer lugar a tres sobrinos quizá por la parte de su marido – o de una hermana de Bernarda casada con un Eslava – dado el patronímico local que llevan (uno de ellos es canónigo de Tudela, el otro, Juan, será el "cabezalero principal" y la tercera es una mujer, Isabel de Eslava) y en segundo lugar a personas de su servicio personal, con particular atención a las mujeres. Se evidencian por tanto unas relaciones personales insertas en una aristocracia urbana singular, ligada a elementos bajonobiliarios que en Tudela tienen una presencia más clara que en cualquier otra villa franca: es un fenómeno inusual en los centros urbanos navarros, donde la presencia nobiliaria, cuando existe, pasa mucho más desapercibida. No conocemos bien la prosopografía de los canónigos tudelanos, pero su sobrino Ponz lo es y se trata sin duda de una categoría más que relevante en las jerarquías sociales de la zona. Los bienes de Bernarda son casi exclusivamente fundiarios, de explotación del entorno rural tudelano, y no parecen estar ligados a industrias o negocios urbanos de ninguna clase, como sí veremos en el caso pamplonés posterior. Denotan una riqueza evidente en un cinturón de viñedo donde al menos posee 8 viñas, a las que siguen otras tantas tierras de cultivo con los edificios inherentes a ello (corrales, etc.).

Dispone de al menos dos conjuntos de casas (porque en los dos casos las refiere en plural); uno en la parroquia de San Jorge y otro en la de San Jaime. Las primeras quedan para los "hijos e hijas" de una persona – ya fallecida – cuyo parentesco no se señala: Miguel Renalt, que por el patronímico parece de origen ultrapirenaico, como ella. Si a eso se añade que su propio enterramiento se dispone en San Jorge, y las capellanías y misas serán por su alma y la de "su padre y su madre", da la impresión de que San Jorge es su barrio de origen en Tudela, y donde descansan sus padres. Luego veremos que también Flandina, en Pamplona, dispondrá su enterramiento junto al padre, y no en el contexto de ninguno de sus dos maridos. No séra la única

[25] B. Leroy, que publica el testamento y hace un primer análisis de sus cláusulas (vid. nota 14) lo señala. Merece la pena añadir que Pimbo es una localidad, antigua bastida, aquitana cuya tradición local señala un origen carolingio, en la zona norte del Bearne y en plena ruta Podense, notable por su colegiata de Saint Barthélemy de Pimbo fundada en el siglo XII.

[26] Vid. nota siguiente para el dato de 1366. Sobre la gran heterogeneidad del tejido social tudelano, MARTÍN DUQUE, Ángel – "Tudela cristiana y sus fueros medievales", In *El patrimonio histórico y medioambiental de Tudela: una perspectiva interdisciplinar*. Tudela: Ayunt. Tudela, 2001, pp, 53-70. Constan algunos Morentin en diferentes momentos en el servicio regio como mesnaderos, alcaides de algunas plazas, etc. incluso con el mismo nombre y patronímico (en los inicios del siglo 14, por ejemplo: AGN, Comptos, Registros 16, f. 38, 43v, 47: castellano de Ferrera). Morentin es una localidad en comarcas muy alejadas de Tudela, en tierras de Estella, esencialmente de realengo.

manda de Bernarda a favor de un Renalt: Juan Renalt de Casafort recibirá 50 libras sin indicación del objetivo. El otro conjunto de casas que posee, en San Jaime, se destina con sus muebles y ropa de cama, a una pareja de criados suyos que además reciben otras heredades.

Las parroquias de San Jaime, hoy inexistente, y la de San Jorge merecen, en todo caso, un apunte adicional. Los barrios tudelanos se corresponden estrechamente con sus parroquias, como se detecta por ejemplo en la organización del libro de fuegos de 1366, donde se reseñan en concreto 21 fuegos de hidalgos[27] cuya residencia no se detalla. En ninguna de estas parroquias (San Jaime, con 68 fuegos o San Jorge con 35), figura ningún Morentin (pero si vivía en alguna, se había consignado ya en el listado de los hidalgos, que va aparte). Tampoco consta nadie con locativo Pimbo, ausente en toda la lista de Tudela. Bernarda y su familia pudieron llegar más tarde de 1366 (su testamento, ya viuda, es de 1383), o bien su patronímico era otro y adopta más tarde la referencia de sus orígenes. En los 35 fuegos de San Jorge, donde parece estar su casa familiar inicial, cabe señalar al menos 5 familias que podrían tener un origen ultrapirenaico y donde dos precisamente se apellidan Renalt; una corresponde a un caballero: Juan Renalt y la otra a un Arnalt Renalt[28].

Algunos otros elementos del testamento de Bernarda merecen cometario. Por una parte, la atención a un elenco mayoritario de mujeres de su entorno, empezando por su sobrina Isabel, que es a quien corresponderán sus casas de San Jaime con todas sus posesiones[29]. Con todo, Bernarda compensa en dinero a los hermanos de Isabel "para que sean iguales en todo", pero es evidente que los inmuebles serán para ella. Pero después de Isabel vendrán sus sirvientas – hasta cinco – o las mujeres o hijas de sus servidores – al menos dos-, que reciben dinero o ropas (la hija del carpintero maestre Juan, "mi servidor", una cama completa con su ropa, aparte de una cantidad en dinero). Aún constan tres mujeres más en sus disposiciones, cuya relación con Bernarda se omite: Sancha Garcés de Buñuel – para que case a su hija –, Teresa Sánchez de Valtierra, hija de Sanz de Valtierra, que recibe una cantidad en dinero, y la quizá más interesante – Sancha Fernández de Cáseda – que recibe el casi único objeto preciado del testamento (las otras son solo tocas, ropas de cama, incluso las de lujo que en algún caso se citan y una caldera): un "arca pintada", que recibirá con

---

[27] Publica el libro de fuegos CARRASCO, Juan – *La población de Navarra en el siglo XIV*, Pamplona: EUNSA, 1973. Los barrios tudelanos desde pág. 439. Para la noticia de los 21 fuegos hidalgos, p. 418, más su listado nominal (p. 424), donde un Martín González de Morentin consta como el segundo de la lista, pagando el segundo nivel de la tasa: 3 florines (el máximo era 4, el mínimo 1).

[28] Además de estos dos de patronímico Renalt, uno Laflota ¿?, un Jaimes Robert y un Caritat (CARRASCO, Juan – *La población de Navarra*..., pp. 443-444). El caballero no aparece en el listado de hidalgos de Tudela, solo aquí.

[29] Si San Jaime es el barrio donde Bernarda ha vivido casada con su marido, es posible que el destino de ese domicilio para esta sobrina se encuadre en un parentesco por la vía del marido: sobrina de él, como ya se apuntaba más arriba. Las casas de San Jorge se legan, en cambio, a los hijos e hijas de un Renalt, como ya se ha indicado.

todo lo que contenía (que no se explica). Junto a elementos piadosos que aquí se han dejado más de lado, con Bernarda de Pimbo se muestra un perfil social, una fisonomía de propiedades y una secuencia de preferencias personales muy interesante. La especial atención al entorno femenino de la tudelana no deja de ser llamativo, ligado quizá al propio contexto personal de una mujer ya viuda y sin hijos, o incluso a una percepción de mayor vulnerabilidad de la mujer en el entramado social. Las mujeres de su testamento quedan muy bien dotadas, y una de ellas en concreto recibe uno de los objetos que más valora la dueña.

Si con Bernarda de Pimbo detectamos determinados elementos nobiliarios insertados en el tejido burgués tudelano, el testamento de Flandina Cruzat (1346) muestra en cambio a una mujer de la élite más intensamente burguesa de San Saturnino de Pamplona[30]. Su testamento ha sido tratado con algún detalle en otros trabajos[31], y ahora cabe solamente centrarse en los aspectos más vinculados al perfil que aquí interesa. Dos veces viuda, primero de un alto comerciante y luego de un cambista – la oligarquía pamplonesa más notable, junto a los burelleros quizá – ella pertenece al linaje sin duda más notable del burgo. Disponer su enterramiento junto al de su padre, el cabecilla del clan Cruzat, ante el altar mismo de San Saturnino es ya, en sí misma, una declaración de su categoría social; es la misma práctica que años más tarde hemos visto en Bernarda en Tudela. Su larguísimo testamento puede ser abordado desde muchos puntos de vista, y aquí necesariamente hay que hacer una selección, dejando ahora de lado las mandas piadosas y actitudes ante la muerte, más conocidas. Primero, que sus dos maridos previos están aparentemente enterrados en otro lugar (no se indica, ella solo habla de la tumba del padre) y su elección personal está ligada, en cambio, al entorno de su propia familia personal. Y Flandina aporta un despliegue magnífico de las relaciones familiares y de las conexiones de negocio de la burguesía pamplonesa en los años centrales del siglo 14.

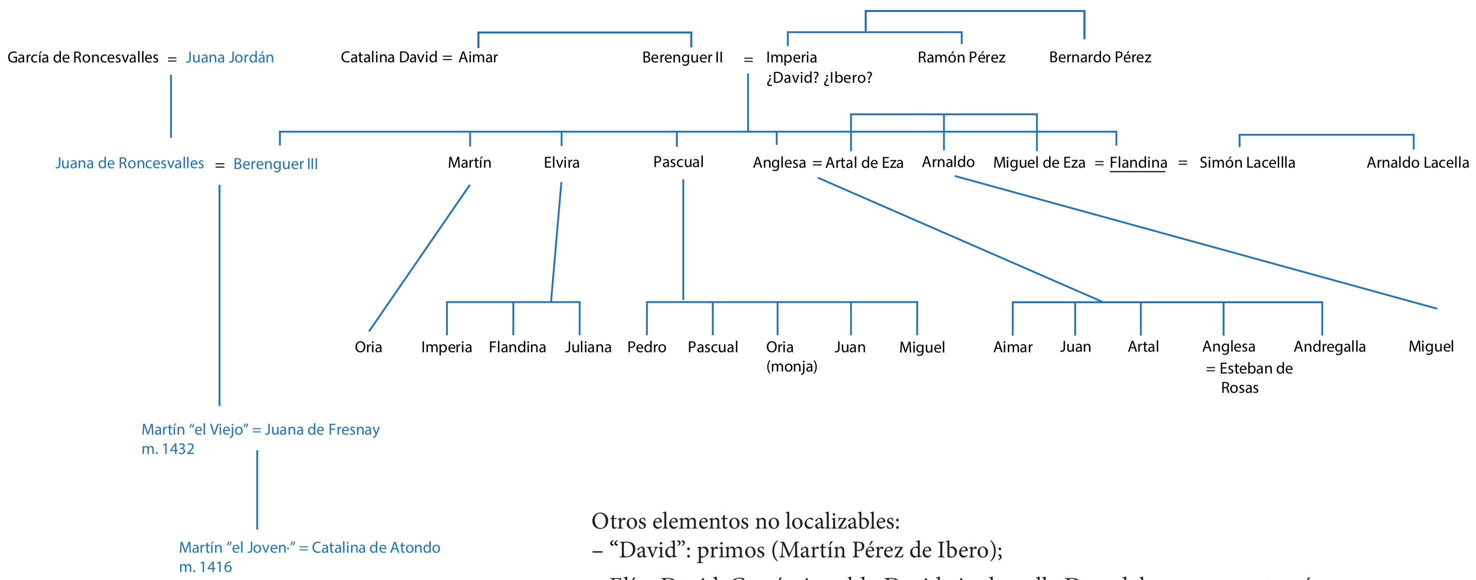
Flandina se relaciona, por motivos familiares o de negocios (disuelve en el testamento una compañía comercial propia) con los clanes esenciales de la ciudad: por un lado los Eza y los Acella o Lacella, de donde habían salido sus dos maridos. Un don Berenguer de Eza (con ese apelativo de "don", inusual en el Burgo) sigue constando entre los vecinps de las calles más céntricas de San Saturnino – La Correyería del Burgo – en 1366, donde también figura al menos otra Cruzat, Bona, si bien la mayor parte de los Cruzat – al menos entonces, y con gran intensidad – se sitúan en la Peletería[32].

---

[30] El ennoblecimiento muy posterior de la familia, ya en el siglo XVI y tras un largo camino de "imitación de las formas de vida noble", es un fenómeno muy característico de estas élites urbanas relevantes al final de la edad media. RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – "The elites of Pamplona at the end of the Middle Ages: The road to ennoblement", In ASENJO, María (dir.) – *Urban elites and Aristocratic behavior in the Spanish Kingdoms at the end of the Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2012, pp. 61-86.

[31] Vid. nota anterior.

[32] CARRASCO, Juan – *La población de Navarra...*, pp. 538-539. El alcalde del Burgo, Pascual Cruzat, vive en la rúa Mayor de los Cambios.



Otros elementos no localizables:
– "David": primos (Martín Pérez de Ibero);
– Elías David, García Arnaldo David, Andregalla Davud, hermanos entre sí;
– Catalina y Juana David: primas hermanas (la última, madre de Juan David)
– Otros Cruzat indicados: Otra Oria, casada con Juan de Rosas;
Juana Pérez Cruzat, pariente monja;
Pedro Cruzat, fraile;
Bona Cruzat, sobrina, monha;
Juan, Martín, y Pascual, hijos de un Martín.

En Azul, líneas que conocemos por otras vías (línea principal de la familia)

Fig. 1– Árbol genealógico de la familia Cruzat, según testamento de Flandina, completado con algunas posibles referencias adicionales.

Más complejo resulta rastrear a los Lacella, jurados y alcaldes ya en la segunda mitad del siglo 14 y principios del 15, pero que no constan en 1366. Resulta interesante comprobar, en ese mismo elenco de 1366, que varias de las familias emparentadas con Flandina proceden de las élites, también, de La Población de San Nicolás (Motza, Rosas, David, Roncesvalles, aunque estos últimos también afloran en el Burgo). Se manifiesta sin duda una clara fluidez de intereses y contactos de negocio y conexiones familiares entre ambos centros urbanos que, en todo caso, mantienen un consistorio común desde 1266, como es conocido.

Flandina, que se sitúa realmente en una rama secundaria de los Cruzat, porque es su hermano Berenguer (III) quien lleva la línea principal, permite distinguir una serie de rasgos ya de imitación de prácticas nobiliarias de especial interés en el escenario de un enclave franco, de hecho el más restrictivo en ese sentido: afloran aquí señoríos fundiarios propios, con todos sus pecheros y rentas. Flandina, cuya raíz burguesa está fuera de toda duda, posee villas enteras con "todo su señorío", iglesia incluida, aparte de dos casas de primer nivel en lo más granado del burgo, y de propiedades en otras villas. La inversión familiar – quizá heredadas de su padre – en bienes raíces de perfil señorial es más que significativa porque la familia Cruzat no procede de esos entornos, ni social ni físicamente, pero su vinculación con el mercado de la tierra es claramente muy temprano.

Como otros casos ya comentados, ella destina dinero a obras en su propio centro urbano: calles y pavimentos, pero muestra además una poderosa red de intereses económicos, ligados a las familias más notables del entramado económico del Burgo y de La Población, en parte quizá por sus maridos previos, pero también por su propia familia Cruzat. De hecho, ha seguido gestionando – por ejemplo – una compañía comercial con los Roncesvalles. Dada la complejidad de su extenso testamento se ha elaborado una tabla con los aspectos esenciales que aquí más interesan.

De todos los aspectos elegido en la tabla, vale la pena detenerse en que Flandina desgrana una serie de objetos interesantes (vid. columna 3) donde, más allá de las camas y su ropa, común a otros casos semejantes (aunque no en tanta cantidad ni calidad), resaltan dos anillos de oro y piedras preciosos, uno de los cuales ella califica de "el mejor" y destina para una hermana, Anglesa, que además está casada con un hermano de su marido Miguel de Eza. El otro será para una prima. La del anillo no es su única hermana, en todo caso, porque otra pieza de oro con piedras preciosas se repartirá entre "sus hermanas", lo mismo que otros elementod de mercería personal. Las cosas personales de Flandina: su ajuar de boda, ropa, vajilla y piezas de casa, de oro y plata, denotan una vivienda y un estilo de vida de auténtico lujo, que seguramente tiene pocos equivalentes entre la burguesía navarra y quizá hasta entre la nobleza. Cabe observar que dona a San Saturnino dos cálices de oro, aparte de una casulla color púrpura, hecha con telas de su propio vestuario.

Tabla 2 – Testamento de Flandina Cruzat, Burgo de San Saturnino (Pamplona), 26 de diciembre, 1346.

Prácticas piadosas	Posesiones	Otros bienes
– Sepultura iglesia principal del Burgo, San Saturnino, con su padre. Delante altar mayor; – Mandas piadosas por el padre y la madre; – La madre en convento Franciscanos; – Mandas piadosas por su segundo marido, en S. Saturnino; – Mandas piadosas por su primer marido, en San Lorenzo (segunda iglesia del Burgo); – Convites "acostumbrados" en las cofradías de S. Saturnino y S. Gregorio; – Dinero para enviar caballero a "la próxima Cruzada" del papa – Peregrinos a Santiago y a Rocamadour (para cada uno, los padres y ella); – Capellanías en los conventos de Franciscanos, Dominicos y Carmelitas, además de en S. Saturnino, y luminaria en la catedral; – Atención a los hospitales de la Catedral, las dos parroquias del Burgo, la del burgo vecino de San Nicolás de Pamplona, y el "hospital de labradores", junto al mercado. También hospitales de la Magdalena y San Lázaro (extramuros); – Atención conventos: clarisas (monjas de la familia) y frailes de la Merced (vestir cautivos). Y convento en Puente la Reina; – Mandas a la obra de S. Saturnino y San Lorenzo, y de Santa Ma. de Ujué. A Ujué también un cáliz. – Dinero para arreglar pasos y camino de Pamplona; – S.Saturnino: cáliz de plata (2), ropa de color púrpura, de su propio vestuario; – Iglesia de Nasurrieta (señorío suyo): cáliz.	– CASA calle principal del Burgo (domicilio con su segundo marido). Correspondió al hermano del marido. Se inventarió todo entonces; – CASA de la Ferrería y su torre, en el Burgo, donde se instaló viuda, comprada, aún debe parte de su valor. Se otorga a varios sobrinos, que terminarán de pagarla, y si no la quieren, se venderá; – VILLA con todo su señorío y personas: Nasurrieta: para Cofradía de S. Saturnino; – Casa en la calle principal del Burgo, "hacia la tienda": para Cofradía de S. Saturnino; – VILLA de Belzunce: A sobrino, pero mantendrá capellanía, o si no se venderá – VILLA de Usi: Idem; – CASAL, HUERTO, VIÑAS Y HEREDADES en Artajona: sobrino; – VIÑA: Extramuros de Pamplona: primo; – PALACIO, HUERTA, VIÑA, en Huarte (junto a Pamplona): primo; – VIÑA en Acella (junto a Pamplona): familiar.	– Sociedad con mercader: García López de Roncesvalles, liquidada (le falta cobrar 900 libras); – Deuda de la dote de su primer matrimonio: 100 lib.; – Mandas de dinero a destinatarios "secretos" (6); **Objetos singulares:** – Al menos 5 camas con toda su ropa, "de su casa", para los diversos hospitales; – Capas y "abrigos" propios, que dona a personas o instituciones para ropa de ceremonia (casullas, altares, etc.); – Banco en la torre de la Ferrera, para su hermana; – Anillo de oro y rubí (su mejor anillo, indica), para hermana. Y otro anillo con zafiro, a una prima; – "bronga" de oro que contiene piedras preciosas, reparte con hermanas; – "Teysseles y cordones de hofres", para hermanas; – Ajuar de ropa de casa, de su propia boda (sobrinas) y toda su ropa de vestir (sin detallar); – "Escala mayor" de plata, escudillas de plata, salseras de plata. Parte de la "vajilla de oro y plata"; – Tazas de plata, varias que se detallan como dono; – Copas, sin detallar.

Las casas urbanas de Flandina, tres en concreto, merecen así mismo un mínimo comentario. Señala por una parte una casa en la Rúa Mayor del Burgo, que había sido su última residencia conyugal pero había correspondido al hermano de su marido (que, por otra parte, es cuñado de Flandina); de ella había ciertos objetos domésticos que ella aún conservaba y debían entregarse al cuñado tras su muerte: ajuar de cocina, de ropa, lanzas, etc., pero no su "vajilla de oro y plata", porque esa es de ella; o ciertas copas y cuencos que pertenecen a otros parientes (p. 98). Pero señala entonces una segunda casa con su torre, a la que se había trasladado al enviudar, adquirida por ella misma en la Ferrería del Burgo y de la que detalla un gran banco situado ante la torre, que destina para su hermana Anglesa. Resulta interesante la mención de la torre, porque no hay realmente restos patrimoniales de este tipo de construcciones en la Pamplona medieval, si bien luego veremos en uno de los inventarios – de un Cruzat además – que es un tipo de construcción ligada a determinadas élites burguesas. Y aún menciona Flandina otra casa con su tienda en la rúa del Burgo, distinta de la antes indicada de su marido y cuyas afrontaciones detalla, que dona a la cofradía de San Saturnino para sostener la capellanía que también funda en memoria de sus padres, que en su momento habían muerto sin hacer testamento ni establecer disposiciones pías (p. 101-102)[33].

3. Los inventarios.

La otra fuente aquí escogida son inventarios, todos muy extensos, y donde la muestra reseñada al inicio (**Tabla 1**) refleja diversidad de opciones y dimensiones. Por una parte, está la vasta incautación de los bienes rescatados por la corona tras el asalto a la judería de Estella en 1328, que afecta a personas en un largo elenco de localidades de la comarca. Luego, otros ejemplos se refieren a embargos realizados como resultado de sentencias judiciales donde además en ocasiones – no siempre – se refleja el valor de los objetos. Por supuesto habría otras posibles modalidades, como los inventarios que se pueden adjuntar a testamentos, pero no ha sido aquí el caso. Lo interesante, quizá, es que en Navarra este tipo de fuente no se ha aprovechado especialmente – salvo quizá en parte el indicado de la judería, por I. Mugueta[34] – para objetivos como los aquí propuestos, de análisis de la sociedad urbana.

Interesa empezar por este caso precisamente, cuyo contexto es bien conocido: la corona hace inventario de los bienes que embarga a quienes asaltaron la judería de Estella en 1328. Por tanto, lo que se reflejan son los bienes muebles (esencialmente)

[33] El testamento, de hecho, se ha conservado en su copia de un libro de la cofradía, actualmente en los fondos de la iglesia de San Saturnino.

[34] El trabajo más reciente al respecto es el de MUGUETA MORENO, Íñigo – "Rostros de lo cotidiano a través de los objetos robados en el asalto a la judería de Estella de 1328", In *Rostros judíos del Occidente medieval*. Pamplona: Gob. de Navarra, 2019, pp. 251-292. Recoge la bibliografía previa igualmente.

de la comunidad judía estellesa, recuperados ahora de sus atracadores. Se detalla con precisión, sobre todo, una cantidad enorme de elementos del ajuar doméstico (cocina, telas, ropa de casa, libros, pieles, muebles), así como productos de consumo doméstico o del comercio y, finalmente, algunos objetos más singulares, como espadas, armas, etc. El estudio de I. Mugueta atiende precisamente a esta perspectiva de la "cultura material" reflejada en el texto[35] y ahorra aquí desglosar – si quiera en una tabla recapitulativa, que él sí hace – el extenso inventario de bienes de una comunidad que, para mediados del siglo 14, sabemos que tenía 85 fuegos[36]. El inventario ofrece, por tanto, la imagen del conjunto de una comunidad, no de individualidades. En su trabajo I. Mugueta hace, además, una valoración de la diferenciación social por medio de esas posesiones y de los hábitos de consumo que refleja el listado. Eso le permite concluir dos cuestiones esenciales: primero, que estamos ante una comunidad judía de perfiles muy rurales, a pesar de hallarse en el seno de una buena villa; y segundo, que no se trata de una comunidad rica ni boyante, sino más bien modesta y casi pobre. Las piezas de lujo son muy minoritarias y casi siempre se refleja el mal estado de muchas cosas: ropas, telas, objetos. Respecto a la primera conclusión, hay un elemento que quizá mercería consideración, a la vista precisamente de los testamentos antes indicados y de otros detalles del entorno urbano, porque es posible que en general subestimemos el perfil *rural* de los centros urbanos en su conjunto, y de los navarros en particular, y sobrevaloremos – por contraposición – su perfil "urbano", al menos en el sentido de sus funciones y hábitos económicos[37]. Es cierto que varios de los fueros – San Saturnino, por ejemplo – expresan una prohibición taxativa a la instalación de "navarros" en el burgo (es decir, de labradores), pero es una normativa que se ven a obligados a recordar en más de una ocasión, prueba de que su cumplimiento sería esencialmente irregular. Y, desde luego, en cuanto analizamos con detalle a sus habitantes, comprobamos que esto no es ciertamente así.

La realidad es que el perfil rural está presente en estos centros urbanos francos bastante más de lo que podemos inicialmente imaginar. Viñas, sobre todo, y otras

[35] En esta línea también ha trabajado, por ejemplo, Hilario Casado analizando contextos laborales y objetos de las personas para la diferenciación social, sobre la base de diversos inventarios de los siglos 14 y 15, para Castilla ("Cultura material y consumo textil en Castilla a fines de la Edad Media e inicios de la Edad Moderna" en *Pautas de consumo y niveles de vida en el mundo rural medieval* (https://www.uv.es/consum/casado.pdf, citado por I. Mugueta, pero ya inaccesible).

[36] En el libro de fuegos de 1366 (primeros datos con los que contamos) los fuegos cristianos de Estella eran 829, y los judíos 85 (J. Carrasco, *La Población*, p. 218).

[37] Cada vez se va constatando mejor que las prácticas agrícolas forman una parte intrínseca de las labores de estos burgos francos; la posesión o explotación de heredades del entorno urbano – huertas, viñas, piezas de cultivo, incluso gestión de molinos – aflora de manera reiterada hasta en un burgo tan franco y "urbano" como San Saturnino. Al respecto, por ejemplo, RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – "El paisaje rural de la ciudad: Pamplona 1100-1328", In BARRAQUÉ, Jean Pierre, LAMAZOU-DUPLAN, Veronique (dir.) – *Minorités juives, pouvoirs, littérature politique en Péninsule Ibérique, France et Italie au Moyen Age.* Études *offertes à Béatrice Leroy.* Biarritz: Atlantica, 2006, pp. 341-354. Las ordenanzas municipales de Estella (vid. nota 4), ponen en evidencia – y ostensiblemente – la gestión del círculo rural de los francos de Estella.

heredades de cultivo, conforman una parte esencial de la riqueza de estos burgueses que, sin duda, desarrollan labores agrícolas potentes. El cinturón vitivinícola de Pamplona, ligado a la *Civitas* y evidenciado desde el momento en que pasa a control de la corona a principios del siglo 13, que recorre todo el arco nor y suroccidental del conjunto urbano, es muy significativo. Y las viñas que con machacona frecuencia indican los testamentos y donaciones, más la documentación de conventos urbanos, situadas en general hacia las comarcas más occidentales del mismo conjunto pamplonés, por ejemplo, van en el mismo sentido. El testamento antes comentado de Flandina Cruzat es muy evidente en cuanto a sus posesiones rurales, y otro tanto se puede decir de Tudela, como se ha visto en el caso de Bernarda de Pimbo, o en otros casos en Olite. El perfil rural de estos centros urbanos, a pesar de las iniciales indicaciones forales, es indiscutible, y que la población judía se alinee con ese perfil resulta totalmente coherente con el resto del paisaje de la ciudad, sin que ello impida que además tengan otras funciones relevantes en el terreno comercial o de los negocios, o con determinados oficios bien conocidos (médicos, por ejemplo).

Pero la segunda conclusión es igualmente interesante; los extensos listados del oficial regio evidencian, efectivamente, un perfil esencialmente austero, cuando no pobre. De hecho, si comprobamos el listado concreto de las 85 familias judías de Estella en 1366[38], y aunque corresponde a una generación posterior al asalto, vemos que 21 de ellas – una cuarta parte – se catalogan ahí como "no pudientes", es decir, sin medios para hacer frente al impuesto; por tanto cabría decir que pobres. Pero, y a pesar de esto, también habría que valorar quizá si estamos realmente ante un inventario de todo lo que se había robado, o puede haber cierta ocultación de las cuestiones más valiosas. La observación no es una mera especulación; si uno repasa mínimamente las rentas que genera la judería para la corona antes del asalto, las cifras de su capacidad económica nos son pequeñas: en 1304 la pecha que entregaba al rey era de 1.165 libras, cercana a la de Tudela, la judería más pujante del reino, que entonces se consigna en 1.335 libras[39]. El total de las pechas de la judería de Estella, con los censos de las casas y otros tributos, sumó ese año 1.419 libras[40]. En 1328, el año de asalto, se hace referencia a que la pecha que les hubiera correspondido pagar hubiera sido de 1.100 libras, que obviamente no se cobran, aunque sí se recogen los censos de sus casas y otros tributos por valor de 131 lib. 4 s. A modo de comparación, la pecha de "la judería vieja de Tudela", "con el aumento", había sido este mimo año

[38] CARRASCO, Juan – *La población de Navarra...*, p. 612.

[39] CARRASCO, Juan (dir.), RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa, MIRANDA GARCÍA, Fermín – *Navarra Judaica. Los judíos del reino de Navarra, Documentos: 1093-1333.* Pamplona: Gob. de Navarra, vol. 1, 1994, p. 203 (Estella) y p. 189 (Tudela). La de Pamplona, que en ese momento aún está en pleno debate de posesión con el obispo, era de 225 libr., la de Monreal de 275 lib. (p. 203). En lo sucesivo se citará: NJ1.

[40] NJ1, p. 194.

de 2.200 lib.[41.] Visto en la perspectiva global de ese primer cuarto de siglo, hay un claro crecimiento de la segunda y un estancamiento de la estellesa, pero la pujanza económica no es pequeña. Exentos temporalmente del pago de la pecha después del asalto, sus censos siguieron en torno a las 130 libras en 1330, y en 1333 además ya se va recuperando una parte de la pecha indicada, que en ese año se tasa en 300 libras[42].

Lógicamente, no procede aquí hacer un análisis del peso tributario que soporta la judería estellesa, pero estos breves apuntes permiten considerar que tenía una capacidad económica relevante y plantear, por tanto, que en la pobreza del larguísimo inventario de 1328 podría haber un nivel indeterminado de ocultación, o bien por parte de los atacantes que ahora son embargados, o bien antes, por parte de los asaltados que, de algún modo, hubieran conseguido atesorar o proteger parte de sus posesiones.

Cabría contraponer este inventario de los bienes de la judería con otro del listado (vid. **tabla 1**) de una judía claramente rica, y también de Estella, ya en fechas muy posteriores: 1406. Se trata de una mujer evidentemente dedicada al comercio textil, o al menos eso puede deducirse de una parte muy relevante de todo lo embargado, aunque no sabemos la causa, que no se consigna, y que quizá tenga que ver con alguna deuda. Se detallan por un lado 178 piezas, pero a ellas habría que sumar otros listados del mismo inventario donde se añaden tocas, libros y un conjunto relevante de conjuntos de lino y telas preciosas que se guardaban en otra localidad (Tafalla) y son llevadas a Pamplona.

El listado incluye ropa que se distingue como de hombre o de mujer, en ambos casos en paños de lujo, e igualmente se distingue ropa específicamente "para judíos" ("paños para judíos"), de lo cual cabe deducir que su mercancía no se limita al mercado de su comunidad, porque otras no se califican así. Un análisis inicial de los datos hace sospechar precisamente que se trata de bienes de comercio, y no solo por determinadas cuantías, sino igualmente por su calidad: a lo largo del proceso de anotación se señala que algunas cosas se las reserva el rey para sí mismo; y otro tanto ocurre con algunos oficiales respecto a otros objetos[43]. El listado de libros – que se detalla – es también interesante: se califican como "libros judíos (*judeuencos*)" y entre ellos encontramos diverso tipo de textos: Pentateuco, los Profetas, el Talmud, aunque también hay Libros de Horas; en algunos casos se indica que tienen guardas de plata.

---

[41] NJ1, p. 383 y 371.

[42] NJ1, p. 500 y 566.

[43] El rey ordena el reparto de varios de los bienes confiscados para al menos tres personas (fol. 5r-6v.) (cobertores, colchas, toallas, telas, cosas de cocina), y que se entregue una "camisa romana" y un sobrepelliz "a la capilla" (cabe pensar que del rey, f. 6r.). Se reservan, así mismo, un gran bacín de latón para su cámara y 17 caras de cabezales viejos, para hacer almadraques para el monarca (fol. 5r.)

Tabla 3 – Bienes confiscados a Dueña, judía de Estella (1406), donde destacan:

Mantos: 22 Redondeles: 5 Capirotes: 2 Aljubas: 4 Cotardias: 8 Capillas: 6 Capas: 2 Pieles: 5	Hábitos: 1 Garnachas: 1 Tocas: 96 Medias tocas: 96 (además: diversos abrigos, toallas, cotas, sayas, pieles de París, etc.) Libros: 24

Cabe señalar que no se detallan libros habitualmente en inventarios cristianos, pero sí aparecen en los de judíos. Un caso notable es el de la confiscación e inventario de bienes de Abraham Abenxoep, judío de Estella en 1412[44]. Su extenso patrimonio (casas y diversas heredades agropecuarias), repartido sobre todo en las buenas villas de Estella, Los Arcos y Viana incluye una larga relación de cartas de deuda y señala igualmente un número no precisado de libros que, enviados a Tudela para ser vendidos a los judíos de la localidad, supusieron "tres cargas de libros judeuencos". No es posible saber cuántos eran, ni de qué formato, pero sin duda hay que adjudicarles un perfil de lujo más que evidente: comprados por rabí Samuel Robre, físico, éste pagó por ellos nada menos que 1.070 florines, que equivalían a 1.046 libras y 10 sueldos (fol. 11r.). La relevancia de la biblioteca es tal que la propia orden de confiscación regia señala que se confiscan "bienes muebles, de ostiellas et libros, et de las heredades que se faillasen". Ciertamente, estos bienes van en consonancia con el extenso patrimonio embargado, en cuyas instrucciones de ejecución se señala que se ha de relacionar "cartas de quinanes o otras obligançes et deudas de ymposiçion et de compaynnyas de mercadurías et de otras maneras de deuda.... por todo el regno" (fol. 2r).

Otro inventario muy relevante[45], es el de Lucas Lefevre, a quien Beatrice Leroy igualmente dedicó atención hace ya varios años[46]. El extensísimo listado es el resultado de un embargo por malversación de bienes; Lefevre es un oficial real de alto rango (recibidor de las rentas reales) con residencia en el propio castillo regio en Estella, y con una segunda residencia relevante en la arteria principal del

[44] No se señala la causa en el inventario, pero había sido destituido como recibidor de las rentas reales de la merindad de Estella en 1406, como respuesta a diversas quejas por abuso, momento en el que se iniciaría una investigación por orden regia (AGN, Comptos. Registros, 289, f. 11). Y es evidente que, aparte de su patrimonio inmueble, una parte del embargo está ligado a certificados de deuda. B. Leroy, al referirse a diversos casos de funcionarios regios destituidos y juzgados, lo presenta como Abraham ben-Shuain y destaca su juicio y ejecución por malversación, más la posterior ejecución de sus bienes en 1410-1412, en LEROY, Béatrice – "Un officier des finances du roi de Navarre au milieu du XIV siècle: Lucas Lefèvre". *Anuario de Estudios Medievales* 17 (1987), pp. 229-236, en concreto, pp. 514-515.

[45] En la actualidad es objeto de transcripción y análisis por mi misma.

[46] LEROY, Béatrice – "Un officier des finances…", pp. 229-236.

casco urbano. Había muerto en esa casa de la Rúa de las Tiendas estellesa en 1361, momento en el que, recogiendo las quejas de la merindad de Estella, el gobernador del reino, el infante Luis, mandaría confiscar todas sus propiedades y analizar con detalle todos sus libros de cuentas

Primero aparece el inventario de los bienes y luego su venta, que además añade el interés de ampliar la descripción de varios de los objetos, aparte de aportar su valor. Uno de los aspectos más interesantes del inventario de Lefevre, sin embargo, es cómo va quedando retratado el espacio de las dos casas principales con sus diversas salas, a lo largo de las cuales se desarrolla el proceso de inventariado, porque el notario va recorriendo y describiendo cuidadosamente todo lo que va encontrando. Cabe así recuperar la distribución y mobiliario de cada una de las estancias y en las dos ubicaciones: el propio castillo real en Estella, donde Lefevre ocupa una parte sin duda residencial en cumplimiento de sus funciones de procurador regio. Y luego también en la casa en el burgo de San Martín, donde incluso se reseña un aposento para los ensayos de la moneda. Por la descripción del notario, esta última residencia parece estar junto al propio palacio real en el burgo, es decir, en su arteria principal, la rúa de las Tiendas.

La **tabla 4** recoge los espacios que recorre el notario, que después del recorrido urbano concluye en una localidad cercana a Estella donde Lefevre también posee viñas y casas diversas que también se confiscan y por tanto se recorren y venden; en la **tabla 5** se anota la venta de ciertos objetos singulares.

El inventario de Lefrevre permitiría diversas consideraciones, y aquí solo se destacarán algunas cuestiones. Por una parte, ese recorrido por las estancias, que muestra las formas de vida de un alto funcionario de la corona de extracción burguesa (porque no es noble) y de origen seguramente francés, por el patronímico, que con este juicio y embargo cierra su vida[47]. La residencia burguesa no puede alejarse mucho de lo que sería una vivienda noble en cualquier palacio o torre nobilarios, en esta cronología situados fuera de los centros francos: habitaciones espaciosas (gran cámara, dice, seguida del dormitorio), una torre que en este caso puede estar ligada al propio castillo, pero que en otros ejemplos que veremos enseguida forman parte efectiva de un domicilio relevante; y desde luego servicios de cocina, bodega y otras dependencias más que relevantes.

Aparte de todo el ajuar de cocina y casa de una residencia – dos en realidad – de este nivel, algunos objetos de carácter más singular merecen atención (**tabla 5**) en tanto que reveladores de un cierto refinamiento, e incluso de un reconocimiento hacia el arte, la cultura e incluso las ciencias. Dejando aparte el potente elenco de

[47] Poseía el patronato de Arróniz, era guarda de la moneda y recibidor de la merindad de Estella. B. Leroy da noticia de que no tenía órdenes sagradas, que al parecer sí obtuvo luego su hijo Samson ("En Navarre dans la deuxieme moitié du XIVe siècle: les plaisirs et dangers du pouvoir". *Príncipe de Viana* (1988) Anexo 8, pp. 511-517.

Tabla 4 – Espacios de residencia y bienes inmuebles de Lucas Lefrevre. Estella:

Casa en Belmerchet (castillo real en Estella)	1 habitación en la torre mayor 1 habitación sobre la bodega 1 habitación pequeña junto al portal 1 habitación pequeña al lado, con cama 1 habitación pequeña sobre el contador viejo 1 cellero 1 cava 1 sala con 1 habitación, cocina y otra **casa de algorios** adyacente (esta última con 3 habitaciones) 1 capilla
Casa de la Rúa (calle principal del Burgo de San Martín)	Gran cámara Dormitorio que está al lado Sala Cámara de ensayo de la moneda Despensa, y una habitación adyacente Otra habitación donde duerme un clavero Bodega Corral Cocina
En Arróniz (localidad junto a Estella)	Viñas (6), heredades (2), rebaños y algunos edificios ligados la explotación de esos bienes.

Tabla 5 – Bienes singulares que se incautan, en el recorrido sala por sala, y aparte de muebles de todo tipo, ajuar, ropa de casa y personal, utillaje de cocina, bodega y herramientas.

– Libros de contabilidad de las rentas de la merindad, acuñación, y material de su trabajo
– Bolsas con monedas;
– Joyas (cadenetas de plata, etc.);
– Diversas ropas de todo tipo, incluidos tejidos y materiales de lujo;
– Armarios de hierro, sellados;
– Libros diversos (uno de Medicina, y otro de Ciencias greco-árabes);
– Misal y otros libros litúrgicos;
– Una Biblia y un breviario romano;
– Un "reloj de mar" sobre pilares (se lo reserva el infante Luis);
– Tablero tallado de ajedrez;
– Espuelas doradas y otros arneses de caballería (no parecen reseñarse caballos);
– Cáliz de plata y su patena (2 al menos);
– Cuchillo de Francia con mango de marfil y adornos de plata;
– Una espada y otras armas;
– Tablas pintadas, de la iglesia (de la Anunciación);
– Vajilla de plata, completa;
– Ganado (ovejas).

Venta de todos los bienes susceptibles de venta:
812 lib. 10 s. 9 d. (fol. 208v).

libros de cuentas regias, entre los libros inventariados los hay de diversas materias, incluido uno de Medicina; destaca así mismo una pintura aparentemente de gran formato, sobre la Anunciación. Y resulta muy interesante constatar que tenía un reloj llamado "de mar" (es decir, de arena), un elemento cuya máxima difusión se produjo quizá en el siglo 14 precisamente y cuya relevancia asociamos, sobre todo – en el caso de Navarra – a los monarcas de la casa de Evreux, que conocieron sin duda los primeros relojes desplegados en las cortes principescas y regia de Francia. La riqueza de los objetos embargados a Lefevre evidencia, no solo una pujanza económica, sino también un gusto cultural significativo y un refinamiento decorativo hasta en cuestiones tan menudas como el magnífico cuchillo de mango de marfil.

Otro inventario igualmente interesante por el recorrido realizado en las estancias, pero que nos muestra un escenario mucho más modesto, es el de los bienes de Domingo de San Lorenzo, de Olite, en 1401, embargados por orden de la justicia como parte de su condena por haber herido de muerte a un vecino. Ya no estamos aquí ante un alto funcionario, rodeado de lujo y prestigio, sino ante un vecino de carácter medio o incluso humilde. El notario trabaja en una única estancia, donde recopila todo, pero la llama "cámara de abajo" (literalmente "susana"), lo que hace suponer que ha reunido allí todo lo que habría en al menos otra más "encima". Y se trata de ropas y diversos objetos domésticos, instrumental de cocina y agrícola y una lanza como único objeto singular. Todo se vende luego por pregón en la plaza, con indicación del comprador y la suma total fue ciertamente muy modesta: 115,3 sueldos (fol. 18v.), es decir, no llegó ni a 6 libras. La diferencia con los elencos que hemos visto antes es más que notoria, y lo mismo ocurrirá respecto al que veremos a continuación. No hay indicación aquí de muebles (la cama misma, bancos o mesas), ni de otras salas, y quizá hay que considerar si se respetan en estos casos los bienes que otros miembros de la familia – ¿esposa, hijos? – pueden reclamar como propios, o al menos como necesarios para proseguir viviendo en el lugar. En todo caso, un ajuar personal muy austero.

Para el último de los inventarios que se presentan en la **tabla 1**, se trata de volver a una familia de prestigio que, además, enlaza en cierto modo con uno de los testamentos señalados en la primera parte. Se trata ahora de un largo expediente motivado por los graves daños que había ocasionado al reino (malversación y deudas, sobre todo) una de las personas de máxima confianza del rey Carlos II, Juan Cruzat, deán de Tudela, de 1376[48]. Sin que conozcamos el motivo concreto del embargo y ejecución del deán por parte de la justicia, el monarca había ordenado inventariar todo al almirante de La Población de San Nicolás de Pamplona; es decir, la orden se

[48] Le dedica otra breve reseña LEROY, Béatrice – "En Navarre...", pp. 515-516. Había sido un embajador relevante en la corte aviñonesa y en varias francesas y peninsulares en los años 50, al hilo de los movimientos del monarca, de quien también había sido consejero.

dirige a los bienes personales en su casa o solar originario, en Pamplona, sin referencia alguna a su cargo y eventuales propiedades tudelanas, si es que las tenía. Se muestra, por tanto, el perfil de un alto burgués pamplonés, donde antes hemos reseñado a todo el clan en torno a Flandina Cruzat. La familia está claramente documentada en varias zonas de San Saturnino, en cuya calle principal reside en 1366[49] el alcalde Pascual Cruzat (hermano o, por las fechas, quizá ya sobrino de Flandina), y tras el cual van aflorando otros miembros del clan de entre los cuales cabría identificar a algunos de aquellos beneficiarios de la poderosa tía. En esa misma fecha no consta ningún Cruzat como vecino de La Población de San Nicolás de Pamplona: todos se reparten en las calles del Burgo de San Saturnino, pero es al almirante regio de San Nicolás a quien se encarga esta tarea, y no al del Burgo. Cabe pensar, quizá, que la residencia de Juan Cruzat estaba en San Nicolcás, pero varios elementos hacen dudar de esta opción. Cuando se describen las casas con sus tiendas de la "Rúa Mayor", y de nuevo sin indicar en qué núcleo urbano, uno de los vecinos colindantes es Artal de Eza (ya difunto), que quizá cabría identificar con uno de los cuñados de Flandina, casado con su hermana Anglesa. Y, como en el caso de los Cruzat, tampoco constan miembros de la familia Eza como vecinos en San Nicolás (en 1366, por ejemplo), y sí en las rúas principales de San Saturnino. Cabe considerar quizá, que estas estancias de Juan Cruzat sí que estaban en San Saturnino, y que el deán de Tudela es alguno de los "Juanes" que reseña allí el elenco de vecinos de 1366. Incluso, que esta casa y torre que luego veremos (**tabla 6**) pudo ser la que dio en herencia Flandina a varios sobrinos. Y cabe considerar, en este caso, que el monarca no encomendara la tarea del embargo a su almirante de San Saturnino sencillamente porque podía ser parte interesada: en los datos que conocemos, y al menos hasta 1368, los almirantes del Burgo eran sistemáticamente de la familia Cruzat[50]. Y aparte de eso, estaban los alcaldes de la propia familia en el Burgo, como el que vemos en 1366.

La orden regia se dirige respecto a "torres, casas, molinos, heredades, viñas, huertos, y cualesquiere otras propiedades", incluso aquellas que – según parece – hubiera podido podido donar "maliciosamente" (se entiende que para evitar perderlas). La relación que sigue es ciertamente notable, aunque aquí es preciso resumirla (**Tabla 6**) para destacar una serie de aspectos que podrían tener una especial relevancia en relación con las cuestiones aquí atañidas.

Junto a este potente despliegue inmobiliario, donde varias propiedades se señalan expresamente compradas por él, el notario recorre esas estancias para detallar un volumen muy relevante de muebles de diverso tipo: numerosos bancos son sus telas de bancal, incluyendo bancos de tornero y de cocina, mesas de haya y de roble, armarios de cajones, varias arcas de diverso tipo, camas y tableros de

[49] CARRASCO, Juan – *La población de Navarra...*, pp. 538-551 (listados de toda Pamplona).
[50] AGN, Comptos. Registros, 125, f. 1v. (1368).

Tabla 6 – Bienes embargados en Pamplona a Juan Cruzat, deán de Tudela (1373).

Casa mayor "donde vive", que tiene una "torre mayor", que parece tener al menos tres alturas, además de diversas estancias.	Sala de abajo Cámara de entrada por el patio Camarita (sic) más abajo de la torre Otra cámara Primera cámara de la torre Cámara de abajo Cámara de más debajo de la torre Depósito junto a la torre, con puerta de hierro Establo
Casas en la Rúa Mayor (8 como mínimo; a veces solo señala el plural)	Casas con sus dos tiendas Otras casas que compró a Aimar Cruzat Otras que compró Otra casa Otras dos casas Otras dos junto al portal real
Casa "en las cumbres", con la señal de la familia	EN VARIOS OTROS ELEMENTOS SE ALUDE A LAS ARMAS FAM.
Media casa con plaza junto a "su torre"	
La Alquería	Casa con sus viñas, huertos y heredades.
Parral	Camino de salida de Pamplona hacia el Oeste (hacia de San Juan de la Cadena)
Molinos	Junto al río, en Pamplona (Biurdana)

cama, sillas de cierta categoría ("cátedras"), lámparas y candelabros, más todos los elementos de la cocina (calderas, aguamaniles, menaje en general) cubas y barriles. No se indica la ropa personal del deán, sí la de camas, bancos y demás muebles (cobertores, colchas, plumones, etc), varias de ellas con las armas de los Cruzat, por ejemplo en los bancales. A la hora de repasar las propiedades, resulta que casi todas (la de la torre no) están arrendadas o entregadas a tributo, y por tanto el oficial real indica que las marca con las armas reales y procede a informar del nuevo dueño de los bienes (la corona), aparte de a desarrollar varias obras necesarias en algunas de ellas. Los ingresos de estos pagos supusieron 157,7 lib. (fol. 13r.).

Pero algunos elementos merecen una mirada más atenta. El hecho mismo de que su residencia se califique de "casa mayor "con "torre mayor" y que la descripción nos permita distinguir un verdadero complejo de construcciones de envergadura y una torre urbana de al menos 3 o 4 plantas de altura, resulta muy interesante. No es el primer Cruzat cuya vivienda se asocia a una torre, con todo lo que ello significa de imagen del linaje (cabe recordar la de Flandina, precisamente, y la posibilidad de que se trate de la misma torre), pero además aquí se observa un recurso más reiterativo, insistente en realidad. Se insiste varias veces en que objetos y lugares lucen las armas familiares, que destacan en sus propiedades, incluida esa llamada "casa en las cumbres", que cabe quizá vincular a algún palacio rural, en un lugar elevado. Si a eso añadiéramos el listado de todos los objetos, el elenco no es menos significativo, como ya se ha señalado brevísimamente más arriba. Los abundantes armarios y arcas del deán, cuyo contenido se detalla, no son piezas corrientes, ni por el material usado ni por el aparente buen estado en que están.

La riqueza personal del deán de Tudela, que no parece mantener relación verdadera con su cargo en la iglesia tudelana y radica realmente en uno de los centros urbanos pamploneses, donde parece que efectivamente reside, muestra el perfil de la oligarquía burguesa más distinguida de estos pequeños centros francos. Una estirpe cuyas fuentes de riqueza iniciales proceden del mundo del cambio de dinero, documentada en San Saturnino al menos en el siglo 13, y que ya a mitad del 14 nos ha mostrado al menos dos ejemplos de un comportamiento socialmente muy interesante. Han invertido en propiedades rústicas de peso, con sus edificios y personas – pecheros –, heredades de diverso tipo y molinos, y también en el mercado inmobiliario local, adquiriendo y arrendando un lote nada pequeño de casas y tiendas. Sus armas personales presiden algunos de sus objetos preciados – no sabemos si las portadas del edificio principal, porque no se indica, si bien el conjunto de la torre asemeja a un pequeño enclave nobiliario en medio del burgo. Este último detalle, más la posesión de verdaderos señoríos nobiliarios, los proyecta hacia formas de vida propias de otro estamento, al que acabarán accediendo mucho más tarde.

* * *

Ciertamente, en uno y otro conjunto de los aquí atendidos, inventarios y testamentos, hay un campo de trabajo especialmente rico en relación con la vida urbana y sus niveles sociales. También en lo relativo a los ajuares personales y el valor relativo que pueden tener en la sociedad burguesa del siglo 14, que ha sido el período aquí atendido. Como reflexiones finales esenciales, y sin ánimo reiterativo, quizá cabría destacar al menos unas mínimas cuestiones de recapitulación.

En primer lugar, se trata de fuentes en modo alguno desconocidas, si bien utilizadas hasta ahora de diversas formas y a veces fragmentarias: los testamentos de manera preferente en relación con las mentalidades y actitudes ante la muerte. Y los inventarios, que con alguna frecuencia se han usado para destacar el motivo que los provocó – el fraude del oficial de turno – y para presentar unas muestras más o menos anecdóticas del ajuar personal, van siendo objeto progresivo de una atención más precisa desde los últimos años sobre todo y en relación precisamente, con este tipo de preocupaciones, ligadas a la vida y entorno de sus poseedores. Unos y otros están muy ligados a la vida y el universo mental – también espacial – del "dueño" de todo lo que reseñan. Esa es la riqueza sobre la que aquí se ha querido poner un acento particular.

El testamento, y más aún si lo podemos analizar en el contexto de otros (o al menos de otras informaciones coetáneas), y no solo de manera aislada (que es lo que sobre todo ha sido necesario hacer aquí), aporta una rica información en relación con redes familiares y contactos personales (negocios, incluso en relación con las deudas que se señalan como pendientes, para los cabezaleros); bienes y propiedades en el núcleo urbano y en un entorno rural que nos acerca a formas de relación próximas a la nobleza; preferencias en las donaciones: de objetos a personas. Y por supuesto constatación de objetos preciosos y preciados: joyas, ropas concretas, que al mismo tiempo nos hablan de la relación personal que los liga a quien los da con quien los recibe.

El inventario permite un análisis que, además de algunos de los aspectos precedentes, implica también analizar algunos de los propios espacios domésticos, que recorre quien lo elabora, y sin duda plantearse las formas de vida que ese detalle muestra. En su conjunto, unos y otros permiten un análisis del mundo urbano desde perspectivas distintas, que nos arroja elementos diferentes: este mundo rural-señorial de una burguesía supuestamente lejana a todo perfil nobiliario (¿imitación?); y esa fisonomía urbana, ligada a los referentes de su cultura material. Plantean, finalmente, un reto esencial para aquilatar adecuadamente todo esto: el estudio de los documentos no como elementos aislados unos de otros, sino contemplados en red, conviviendo unos con otros, porque las personas que están tras ellos... convivían también.

El día a día del Consell municipal de Barcelona: *las reuniones entre 1433 y 1479*

Laura Miquel Milian[1]

Resumen

En el Archivo Histórico de la Ciudad de Barcelona se conserva la serie *Registre de Deliberacions*, que incluye de forma ininterrumpida las actas de las reuniones de las distintas asambleas municipales desde 1433 hasta 1714. Se trata de una fuente única para conocer las decisiones tomadas por el *Consell* a lo largo de todos esos años, pero también para estudiar el funcionamiento habitual del propio gobierno municipal. Centrándose en el período comprendido entre el inicio de dicha serie y la muerte del rey Juan II (1479), los objetivos de este estudio son los siguientes. En primer lugar, constatar con qué asiduidad se reunían las asambleas de la ciudad (el *Consell de Cent y el Trentenari*), viendo los cambios que podían producirse según el contexto del momento, ante circunstancias tales como pestes, hambrunas o guerras. En segundo lugar, analizar la frecuencia con la que asistían los miembros del *Consell* a las reuniones hasta 1461, año en que dicha información dejó de hacerse constar, y observar si esta era distinta según el grupo socioeconómico al que pertenecían. Y, finalmente, reconstruir algunos de los detalles que conformaban el día a día de la institución, como el sistema de convocatoria del concejo y su lugar de reunión.

Palabras clave

Barcelona; Gobierno municipal; Actas Municipales; Siglo XV.

[1] Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea.

The everyday life of Barcelona's city council: the meetings between 1433 and 1479

Abstract

In the Historical Archive of the City of Barcelona the *Registre de Deliberacions* series is kept, which includes uninterruptedly the minutes of the meetings of the different municipal assemblies from 1433 to 1714. It is a unique source to know the decisions made by the *Consell* during those years, but also to study the usual functioning of the city council itself. Focusing on the years between the beginning of the series and the death of King John II (1479), the objectives of this study are as follows. First, to assess how often did the city assemblies meet (the *Consell de Cent and the Trentenari*), seeing what changes could occur depending on the context of the moment, in the face of circumstances such as plagues, famines or wars. Secondly, to analyze the frequency with which the council members went to the meetings until 1461, when this information ceased to be recorded, observing if it were different according to their socioeconomic group. And, finally, reconstructing some of the details that were part of the everyday life of the institution, such as the system for summoning the council or where it met.

Keywords
Barcelona; Municipal government; Municipal minutes; Fifteenth century.

A principios de 1433, cuando ya hacía más de quince años de la ascensión al trono de Alfonso el Magnánimo, la escribanía del concejo de la ciudad de Barcelona, considerada poco eficiente, experimentó una gran reforma[2]. Uno de sus principales resultados fue la creación de una nueva serie documental, llamada *Deliberacions*, donde debían consignarse las actas de los encuentros de las asambleas municipales. Oficialmente, estas eran dos: las que reunían el *Consell de Cent*, principal órgano de gobierno de la Ciudad Condal, y las del *Consell de Trenta*, una escisión del primero con atribuciones más limitadas[3]. Los dos órganos tenían como función principal

---

[2] RIERA VIADER, Sebastià; ROVIRA SOLÀ, Manuel – "Gabriel Canyelles i el redreç de l'escrivania major del consell de Barcelona de 1433", In SÁNCHEZ MARTÍNEZ, M., *et alii* (ed.) – *A l'entorn de la Barcelona medieval: estudis dedicats a la doctora Josefina Mutgé i Vives*. Barcelona: CSIC, 2012, pp. 387-398.

[3] Sobre la configuración del municipio durante la Baja Edad Media, véase FONT I RIUS, Josep Maria – "Orígenes del régimen municipal de Cataluña", In *Estudis sobre els drets i institucions locals en la Catalunya medieval*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1985, pp. 281-560. Para el caso barcelonés, siguen siendo imprescindibles las obras ya clásicas de BATLLE I GALLART, Carme – *La crisis social y económica*

asesorar a los *consellers*, los cinco miembros del ejecutivo municipal encargados de convocarlos. Como el *Consell de Cent* resultaba poco práctico para resolver la mayoría de quehaceres cotidianos de la ciudad, debido a su elevado número de integrantes, lo más habitual hasta la década de 1450 fue que de ello se encargaran consejos de prohombres y comisiones más o menos regulares. A partir de la reforma del gobierno municipal introducida en 1453 y aprobada dos años después, el *Consell de Trenta* o *Trenta-dos*, llamado comúnmente *Trentenari*, obtuvo más protagonismo y, *grosso modo*, pasó a desempeñar el papel antes adjudicado a los citados prohombres y comisiones[4].

Una de las grandes ventajas de las actas municipales respecto a otra documentación emanada del consistorio municipal es que nos ofrecen una serie ininterrumpida desde su aparición en 1433 hasta la supresión del *Consell* en el siglo XVIII. Por este motivo, resultan un buen punto de partida para estudiar la cotidianidad del gobierno barcelonés, que es precisamente el objetivo del presente texto[5]. Tomando como marco cronológico el período comprendido entre 1433, momento del nacimiento de la serie *Deliberacions*, y 1479, año de la muerte del hermano y sucesor de Alfonso el Magnánimo, Juan II de Aragón, en primer lugar, se repasarán algunos de los aspectos más prácticos del día a día del *Consell*, como son el modo en que se convocaba o los distintos espacios de la ciudad donde podía reunirse. Seguidamente, se analizará con qué frecuencia se celebraban las distintas asambleas durante esos años, constatando el impacto que en ella podían tener la coyuntura política del momento y otros eventos de carácter más o menos imprevisible. Y, finalmente, se prestará especial atención a la asistencia de los *jurats* – los miembros electos del *Consell* – a las reuniones del *Trentenari* desde marzo de 1455, cuando entró en vigor el privilegio de reforma de Alfonso el Magnánimo, hasta principios de 1461, cuando dejó de anotarse dicha información en los registros de *Deliberacions*.

de Barcelona a mediados del siglo XV. 2 vol. Barcelona: CSIC, 1973, y VICENS VIVES, Jaume – *Ferran II i la ciutat de Barcelona: 1479-1516*. Barcelona: Tipografia Emporium, 1936-37, así como los estudios más recientes de ORTI GOST, Pere – "El Consell de Cent durant l'Edat Mitjana". *Barcelona Quaderns d'Història* 4 (2001), pp. 21-48, y BATLLE I GALLART, Carme, *et alii* – *El "Llibre del Consell" de la ciutat de Barcelona, Segle XIV: les eleccions municipals*. Madrid: CSIC, 2007.

[4] Sobre la reforma del concejo municipal durante la década de 1450, véase BATLLE I GALLART – *La crisis social y económica...*

[5] Este tipo de estudio se ha llevado a cabo para otras ciudades catalanas, como por ejemplo Tarragona o Cervera: JUNCOSA BONET, Eduard – *Estructura y dinámicas de poder en el señorío de Tarragona. Creación y evolución de un dominio compartido (ca. 1118-1462)*. Barcelona: CSIC, 2015; TURULL RUBINAT, Max – *La configuració jurídica del municipi baix-medieval: règim municipal i fiscalitat a Cervera entre 1182-1430*. Barcelona, Fundació Noguera, 1990. Rafael Narbona también ha tratado el funcionamiento de los concejos municipales, ofreciendo una panorámica de estos en NARBONA VIZCAÍNO, Rafael – "Algunas reflexiones sobre la participación vecinal en el gobierno de las ciudades de la Corona de Aragón (ss. XII-XV)". *Res publica* 17, 2007, pp. 113-150. Más allá de la corona aragonesa, existe por ejemplo la investigación llevada a cabo por José María Navarro sobre Sevilla: NAVARRO SAÍNZ, José María – *El concejo de Sevilla en el reinado de Isabel I (1474-1504)*. Sevilla: Diputación de Sevilla, 2007.

1. Convocatoria y lugares de reunión del *Consell*.

El sistema de convocatoria del *Consell* no era siempre el mismo, puesto que difería dependiendo de la asamblea que debía reunirse. Así pues, cuando eran los miembros del *Consell de Cent* los convocados, el *crida públic* de la ciudad (el pregonero) se encargaba de anunciarlo por los llamados "lugares habituales" de Barcelona para que los *jurats* pudieran saberlo[6]. Tenía que hacerlo con suficiente antelación, habitualmente el día antes de la reunión, y de modo que nadie pudiese argumentar que no se había enterado de la convocatoria. Por esta razón, a menudo se especifica que el pregonero llevaba a cabo su cometido con la ayuda de un instrumento de viento: una trompa o un añafil[7]. Por lo que respecta a la asamblea reducida, parece que los *consellers* daban orden a los *verguers* (los maceros) que trabajaban para ellos de avisar personalmente a aquellos que la conformaban, yendo si hacía falta a buscarlos a sus casas[8]. Probablemente este también era el método seguido para convocar a las comisiones especiales y todo aquel que tuviera que presentarse ante el concejo.

En el año 1369 empezaron las obras de lo que sería la sede del gobierno municipal barcelonés, la Casa de la Ciudad[9]. De este modo, durante las últimas décadas del siglo XIV dicho edificio pasó a ser el lugar donde habitualmente se reunían los miembros del *Consell*, quienes hasta entonces lo habían hecho en el convento de los dominicos –donde se llegó a construir una "casa" a tal efecto– y, de forma puntual, en el de los franciscanos[10]. Eso no era raro. Tal como recoge

---

[6] Véase, por ejemplo, Arxiu Històric de la Ciutat de Barcelona (AHCB), 1B.II, Deliberacions, 1, f. 10v, 25-IV-1433: "Ajustat lo Consell de C jurats (…), lo qual consell ere stat convocat lo jorn proppassat ab veu de crida per los lochs acustumats de la ciutat de Barchelona per en Bernat Cadireta, crida públich de la dita ciutat". En noviembre de 1433, el pregonero Bernat Cadireta estaba enfermo, de modo que fue sustituido, en principio temporalmente, por el corredor Salvador Roviradech: AHCB, 1B.II, Deliberacions, 1, f. 33r, 30-XI-1433.

[7] Véase, por ejemplo, AHCB, 1B.II, Deliberacions, 1, f. 8v, 20-III-1433, y AHCB, 1B.II, Deliberacions, 3, f. 41v, 11-XI-1443. También en otras ciudades se usaba el mismo método, aunque a veces también se usaban notas escritas (*albarans*) para avisar a los asistentes. Así, en 1401 el concejo de Tarragona fue convocado "ab albarans e ab veu de pública crida, publicada solemnament per en Johan del Bosch, cridador públich", y en 1431 el de Gerona lo fue mediante "sono tuve seu anaphili, ut est moris": SANMARTÍ ROSET, Montserrat, COMPANYS FARRERONS, Isabel (dir.) – *Actes municipals de Tarragona: 1400-1401, 1401-1402*. Tarragona: Ajuntament, 2011, p. 33; AMGi, Manuals d'acords, 1430-1431, f. 31v, 9-VIII-1431. Agradezco a Albert Reixach Sala esta referencia. Como señala Max Turull, en los municipios catalanes també se solía usar una campana para convocar el concejo: TURULL RUBINAT, Max – "Per a 'esquivar tota sospita i engany': les regles essencials per a la formació de la voluntat de la "universitas" i el procediment d'adopció d'acords dels consells municipals a Catalunya a través dels llibres d'actes (Cervera, 1332-1333)". *Revista de Dret Històric Català* 16, 2017, p. 230.

[8] Véase AHCB, 1B.II, Deliberacions, 9, f. 93v, 24-III-1455. En el privilegio otorgado a la ciudad por Juan I en 1387 relativo al gobierno y oficios municipales, ya se mencionaba que "los dites XXX persones se hagen appellar cascuna vegada que mester les hauran per consell a tenir et aço per los verguers de la dita ciutat": BOFARULL I MASCARÓ, Pròsper de – *Colección de documentos inéditos del archivo general de la Corona de Aragón*. Barcelona: Establecimiento litográfico y tipográfico José Eusebio Monfort, 1851, vol. 8, p. 252 (en adelante *CODOIN ACA*).

[9] BESERAN I RAMON, Pere – "La casa de la Ciutat de Barcelona", In PLADEVALL I FONT, Antoni – *L'art gòtic a Catalunya. Arquitectura III: Dels palaus a les masies*. Barcelona: Enciclopèdia catalana, 2003, pp. 183-189

[10] En 1351 el municipio destinó dinero a "la obra de cobrir la casa hon se ten lo Consell de la dita

Albert Reixach, hasta finales del siglo XIV la mayoría de las asambleas municipales catalanas se celebraban en espacios abiertos o dentro de construcciones ya existentes, normalmente religiosas[11].

Así pues, durante el cuatrocientos no cabe duda de dónde estaba el centro de poder del municipio barcelonés. Sin embargo, y al igual que ocurría con el sistema de convocatoria, el lugar donde se reunían los miembros del consistorio también variaba según el grupo de *jurats* o de prohombres convocado. En el caso de la asamblea general, no había alternativa posible: siempre se ubicaban en la *sala gran* de la Casa de la Ciudad, actualmente conocida como *Saló de Cent*[12]. Debido al gran número de asistentes potenciales, probablemente no hubiera resultado fácil encontrar otra ubicación adecuada. De hecho, fue la primera edificación de la casa consistorial cuando se empezó a trabajar en ella en 1369, y se inauguró solemnemente el año 1373[13]. Desde entonces, el lugar de encuentro oficial del *Consell de Cent* se mantuvo inmutable, por lo menos durante los años estudiados en el presente estudio.

En cambio, las reuniones del *Trentenari* se podían celebrar en tres sitios distintos, todos ellos bastante recurrentes. El primero y, de algún modo, más oficial, era la llamada habitualmente *casa del Concell de XXX* o del *Trentenari*[14]. Se sabe que ya en 1378 empezaron los trabajos para acomodar la asamblea reducida barcelonesa, entonces de veinticinco, en una "casa jussana appellada de XXV, qui és dins la Casa maior del Consell"[15]. Así pues, era allí donde se solían reunir los *jurats* del Trentenari entre 1433 y 1479, aunque parece ser que en los meses de más calor del año, entre mayo y octubre, muchos encuentros se hacían al aire libre, concretamente en un huerto o vergel ubicado dentro de la propia Casa de la Ciudad[16]. Es probable

---

Ciutat, la qual es construhida dins lo Monastir dels prehicadors": CARRERAS I CANDI, Francesc – *La ciutat de Barcelona*. Barcelona: Establiment editorial d'Albert Martín, 1916, p. 425, n. 1170, citado en BESERAN I RAMON, Pere – "Gòtic i neogòtic a la Casa de la Ciutat". *Barcelona Quaderns d'Història* 8 (2003), p. 275, n. 5. Según explica Beseran, el traslado de un monasterio a otro fue en 1369, motivado por un enfrentamiento con la orden dominica. Inmediatamente, se decidió que, para evitar posibles conflictos con los anfitriones, lo mejor sería tener una casa propia para el concejo. Beseran sigue el relato de Duran i Sanpere, todavía pendiente de revisión, como remarca también REIXACH SALA, Albert – "La promoción de símbolos identitarios en tiempos de «crisis»: el caso de las ciudades y villas catalanas entre mediados del siglo XIV y finales del siglo XV". *Hispania* LXXX/265 (2020), p. 351, n. 27.

[11] REIXACH SALA, Albert – "La promoción de símbolos...", pp. 351-352.

[12] Las fórmulas para referirse a dicha sala son muy similares a lo largo de los años: la "sala gran on semblant Consell de Cent jurats se acustuma de ajustar", la "sala gran deputada per celebració de semblants consells de la Casa de la Ciutat", la "gran sala de la Casa del Conçell", etc.: AHCB, 1B.II, Deliberacions, 1, f. 8v, 20-III-1433, y f. 10v, 24-IV-1433, y AHCB, 1B.II, Deliberacions, 11, f. 163r, 13-XII-1457.

[13] BESERAN I RAMON, Pere – "Gòtic i neogòtic a la Casa...", pp. 275-276.

[14] Véase, por ejemplo, AHCB, 1B.II, Deliberacions, 11, f. 169v, 23-XII-1457. También aparece como "la casa del Consell ordinari de XXX de la dita ciutat" y, por lo menos en una ocasión, como "la casa baixa de la dita ciutat on semblant Consell de XXX és acustumat de ajustar": AHCB, 1B.II, Deliberacions, 1, f. 6v, 15-III-1433, y f. 4v, 6-III-1433.

[15] CUBELES I BONET, Albert – "L'evolució de les actuacions del Consell de Cent en matèria d'urbanisme al segle XIV". *Barcelona Quaderns d'Història* 4 (2001), pp. 134-135, n. 19.

[16] Véase, por ejemplo, una reunión celebrada en mayo de 1433 "dins l'ort de la Casa de la dita Ciutat", una de julio de 1446 "dins lo verger de la Casa de l'honorable Concell de la Ciutat", y una de julio de 1467

que se tratase de un huerto con naranjos, hoy desaparecido, que según Duran i Sanpere ya existía en 1370[17]. En dicho patio había ya desde antiguo una pequeña galería (*logeta*), donde en ocasiones se reunían algunas comisiones.[18] Posiblemente fuera demasiado pequeña para acomodar a demasiada gente, motivo por el cual el *Trentenari* se abstendría de utilizarla.[19] No obstante, durante los años centrales del siglo XV dicha asamblea contaba con una tercera opción a la hora de reunirse, que implicaba trasladarse fuera de la casa consistorial. Se trataba de la Lonja de Mar, la sede de operaciones mercantiles construida durante la segunda mitad del siglo XIV ante la playa de la ciudad[20]. Precisamente debido a su centralidad económica, era ahí donde regularmente iban los miembros del ejecutivo barcelonés para arrendar al mejor postor los impuestos indirectos que cobraba el municipio. De este modo, todo parece indicar que durante las jornadas que los *consellers* pasaban en la Lonja, si tenían que encontrarse con los miembros del *Trentenari* aprovechaban para hacerlo o bien en un huerto o vergel – también con naranjos – situado en el mismo edificio y existente ya en 1399[21], donde también había algunas construcciones para cobijarse durante los meses más fríos[22], o bien en un porche que daba directamente a la playa[23].

Los comités creados *ad hoc* y otras reuniones con menos participantes que

---

"dins l'ort o verger de la Casa de la Ciutat": AHCB, 1B.II, Deliberacions, 1, f. 13r, 28-V-1433; AHCB, 1B.II, Deliberacions, 4, f. 32r, 14-VII-1446, y AHCB, 1B.II, Deliberacions, 18, f. 26r, 4-VII-1467.

[17] DURAN I SANPERE, Agustí – *Barcelona i la seva història*, Vol. III: *L'art i la cultura*. Barcelona: Curial, 1975, p. 235 y 255, citado en BESERAN I RAMON, Pere – "Gòtic i neogòtic a la Casa...", p. 276, n. 9.

[18] Bruniquer recoge la existencia en 1388 de una "Lotja que era en dit Verger": CARRERAS I CANDI, Francesc; GUNYALONS I BOU, Bartomeu – *Rúbriques de Bruniquer. Ceremonial dels Magnífichs Consellers y Regiment de la Ciutat de Barcelona*. Vol. 1. Barcelona: Imprempta d'Henrich y Companyía, 1912, p. 85. Seguramente se trate del "pati cubert" mencionado en 1459: AHCB, 1B.II, Deliberacions, 12, f. 167v, 13-IX-1459.

[19] En cambio, por ejemplo, en mayo de 1457 se reunieron en dicha galería una comisión formada por los *consellers* y 12 prohombres, y en junio de 1457 otra con 20 prohombres: AHCB, 1B.II, Deliberacions, 11, f. 89v, 18-V-1457, y f. 96r, 3-VI-1457.

[20] CUBELES I BONET, Albert – "L'evolució de les actuacions...", p. 136. Sobre la Lonja y su construcción en época medieval, véase BERNAUS VIDAL, Magdalena – "Les llotges i les seves funcions a les ciutats medievals. La ciutat de Barcelona". Barcelona: Universitat de Barcelona, 2015. Tesis doctoral, pp. 345-493.

[21] BERNAUS VIDAL, Magdalena –"Les llotges i les seves funcions...", pp. 428-429. Según recogen también Domínguez y Cañellas, el concejo municipal no era el único que aprovechaba los meses de calor para reunirse al aire libre, puesto que en 1401 también lo hicieron los miembros del *Consell de la Mercaderia*: DOMÍNGUEZ RODÉS, M. Carme; CAÑELLAS I MARTÍNEZ, Sílvia – "La Casa Llotja de Mar de Barcelona: revisió del seu procés constructiu a través de la documentació (segles XIV-XV)". *Estudis històrics i documents dels arxius de protocols* 19 (2001), p. 70.

[22] Véase, por ejemplo, AHCB, 1B.II, Deliberacions, 1, f. 120r, 5-I-1436 y AHCB, 1B.II, Deliberacions, 18, f. 85r, 14-I-1468. Mientras que en 1436 se dice que la construcción situada en el vergel era una "casa construhida en I angle de l'ort de la Lotge", en 1468 se habla de "lo porxo qui és en lo verger de la Lotge de Mar". Es posible que se trate de la "logeta del ort de la lotja" documentada ya a principios del siglo XV, donde seguramente se delimitaron ámbitos o secciones distintos; o del cancel indeterminado usado por lo menos a partir de 1460 para las sesiones del *Consell de la Llotja*, *de la Mercaderia* o *de Vint*, denominado "casa del reixat del verger de la llotja". También en la casa del archivo, situada en el mismo huerto, se celebraban consejos particulares de mercaderes: BERNAUS VIDAL, Magdalena –"Les llotges i les seves funcions...", pp. 460-462.

[23] Véase AHCB, 1B.II, Deliberacions, 1, f. 131v, 31-VII-1436. No queda del todo claro a qué porche se refiere el documento, que únicamente indica que la reunión se celebró "dins la casa de la Lotge de la dita ciutat, en I gran porche, lo qual és denant la plage de la mar".

las asambleas ordinarias de la ciudad podían encontrarse en los mismos sitios que el *Consell de Trenta*, esto es, la *Casa del Trentenari*, el vergel de la Casa de la Ciudad y la Lonja de Mar[24]. Pero las comisiones contaban asimismo con otros espacios para reunirse, de carácter más íntimo: los hogares de los *consellers*. En caso de enfermedad de uno de ellos, era posible convocar la reunión en cuestión en su casa para así facilitar que el enfermo participara en la sesión[25]. Este fue el caso de Guillem Dessoler, que en octubre de 1440, debido a un "accident", pidió que el resto de *consellers* y algunos prohombres se encontraran dentro del "alberch" de su "habitació"[26]. En 1451, los entonces *consellers* y la comisión de 24 encargada de los asuntos relativos a la Corte celebrada en Cataluña, se reunieron en la casa de Bernat Ferrer ya que algunos miembros del ejecutivo se encontraban "indisposts per malaltia", entre los cuales dicho Bernat, que "jahia" en una habitación de su morada[27].

Finalmente, a pesar de que en principio la sala del *Consell de Cent* solo servía para las reuniones de dicha asamblea, en casos excepcionales podía ser utilizada por otros órganos municipales. Así sucedió en 1443, momento en que se estaba llevando a cabo una obra en la *Casa del Trentenari*, que impedía o dificultaba las deliberaciones de la asamblea reducida[28]. Por esa razón, la reunión se trasladó al espacio habitualmente reservado para los encuentros más solemnes del consistorio.

2. La frecuencia de reunión.

Antes de adentrarnos en la cuestión de con qué asiduidad se reunía el gobierno municipal, cabe hacer algunas advertencias, de carácter institucional pero también metodológico. La primera es que las reuniones de los *consellers*, los cinco miembros del ejecutivo municipal elegidos anualmente, no se consignaban en los registros de *Deliberacions*[29]. Esa es la razón por la cual tampoco sabemos dónde celebraban sus

[24] Véase, por ejemplo, AHCB, 1B.II, Deliberacions, 1, f. 51r, 4-I-1434; AHCB, 1B.II, Deliberacions, 2, f. 75v, 1-IV-1439, y AHCB, 1B.II, Deliberacions, 3, f. 113r, 9-I-1445.

[25] Aunque esto parece ser así en la mayoría de los casos, no siempre se menciona por qué la reunión se celebró en casa de uno de los *consellers* y no en uno de los tres lugares "oficiales". Véase por ejemplo el encuentro en abril de 1435 entre el ejecutivo, uno de los administradores de la *Taula de Canvi* y otro de los trabajadores del banco, que se celebró en el "alberch de l'habitació de l'honorable en Pere de Malla, companyó lur [de los *consellers*]": AHCB, 1B.II, Deliberacions, 1, f. 89r, 4-IV-1435.

[26] AHCB, 1B.II, Deliberacions, 2, f. 118r-118v, 21-X-1440. En la siguiente reunión, que ya se convocó en la *Casa del Trentenari*, Dessoler no asistió "per sa malaltia": AHCB, 1B.II, Deliberacions, 2, f. 119r, 26-X-1440.

[27] AHCB, 1B.II, Deliberacions, 7, f. 88r, 7-IX-1451.

[28] AHCB, 1B.II, Deliberacions, 3, f. 48r, 5-XI-1443.

[29] Por ello, las decisiones tomadas por el ejecutivo sin consultar a ninguna asamblea o comisión a menudo se tienen que inferir a través de otras fuentes y series documentales, como es la de *Lletres Closes*. Custodiada también en el Archivo Histórico de la Ciudad de Barcelona, en ella se copiaron las cartas enviadas por el consistorio tanto a instituciones como a personas privadas. Muchas se enviaban sin previa aprobación del *Consell* y se firmaban con el nombre de uno o todos los *consellers*. Sobre las misivas del gobierno barcelonés, véase BAYDAL SALA, Vicent – "La xarxa epistolar del Consell municipal de Barcelona, 1433-1550", In *XI Congrés d'Història de Barcelona – La ciutat en xarxa*, 2009.

encuentros, aunque, si tomamos como referencia las comisiones, es muy posible que lo hicieran en algunos de los espacios habituales del *Trentenari* o en casa de uno de ellos. La segunda es que las actas de los encuentros de la mayoría de las comisiones creadas *ad hoc* para tratar un asunto concreto tampoco se conservan, aunque hay excepciones notables, sobre todo por lo que respecta a aquellas que tuvieron una trayectoria más dilatada[30]. Y la tercera, de orden metodológico, es que debido a cierta confusión existente entre qué se consideraba una sesión nueva y qué la continuación de una anterior, se ha optado por contabilizar una reunión por día y asamblea.

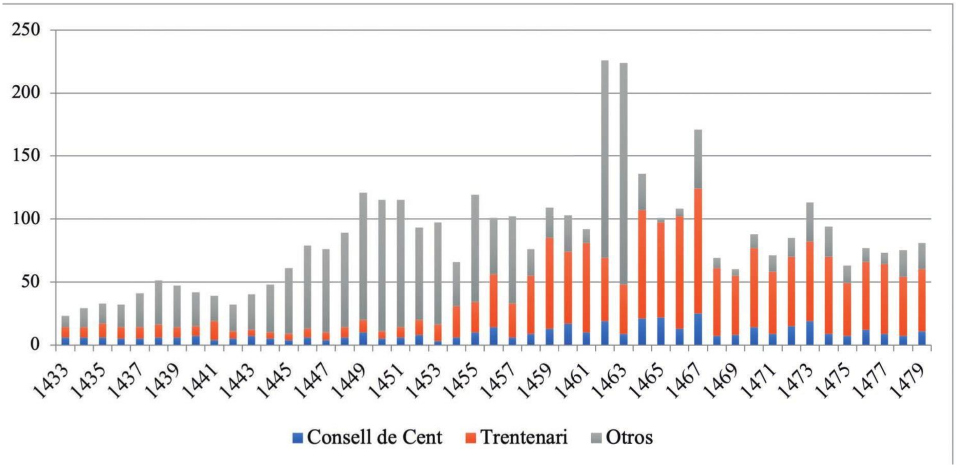


Figura 1 – Reuniones del concejo entre 1433 y 1479.

Dicho esto, veamos ahora cuántas veces se reunió el gobierno municipal entre 1433 y 1479, para después fijarnos más específicamente en la asiduidad con la que lo hicieron cada unas de las asambleas que lo conformaban. En total, durante esos 46 años se celebraron 2.295 encuentros, con una media de 50 por año (**Fig. 1**). Sin embargo, la cifra concreta de cada anualidad varía mucho a lo largo de dicho período. Así pues, mientras que en 1434, por ejemplo, solo se documentan 29 reuniones, en 1462 los *consellers* llegaron a convocar a los *jurats* y prohombres de la ciudad hasta en 226 ocasiones. De hecho, constatamos que durante la década de 1430 hubo pocas reuniones, y que no fue hasta finales de la de 1440 que estas empezaron a aumentar significativamente. Aunque haría falta un estudio más detallado sobre los temas discutidos en dichos encuentros, ello posiblemente tiene relación con la tensión creciente entre los dos bandos políticos barceloneses, la *Busca* y la *Biga*, y con las

[30] Este es el caso, por ejemplo, de la comisión formada por 24 prohombres creada en mayo de 1473 para gestionar todos los temas relativos a la celebración de Cortes. Hasta noviembre de 1474, se reunió un total de 26 veces: AHCB, 1B.II, Deliberacions, 21, f. 200v-202v, 17-V-1473.

sucesivas convocatorias de Cortes, caracterizadas por la ausencia del rey Alfonso, entonces ya instalado en Nápoles[31]. De lo que no hay duda posible es de qué motivó el incremento de reuniones a partir de 1462 y durante los años inmediatamente posteriores: el estallido de la guerra civil catalana, que enfrentó a Barcelona con el rey Juan II desde dicho año hasta 1472[32]. Sin embargo, una vez terminado el conflicto la frecuencia de reunión fue algo menor que en los años previos a 1462, pero aún así relativamente alta, sobre todo teniendo en cuenta los valores observados durante las primeras décadas estudiadas. Ello es posible que esté relacionado con la guerra iniciada contra Luis XI de Francia, con la convocatoria de Cortes por parte de Juan II y con las numerosas peticiones de subsidios presentadas por el rey[33]. En cualquier caso, haría falta ampliar algo más la cronología del estudio, incorporando al mismo las primeras décadas del reinado de Fernando II, para ver si la media de 82 reuniones anuales del período 1473-1479 fue la habitual a partir de ese momento o, por el contrario, puede considerarse todavía como de carácter excepcional. Sea como fuere, todo parece indicar que, ante situaciones de emergencia, el concejo respondía con bastante diligencia, si bien eso no siempre era sinónimo de efectividad[34].

Pasemos ahora a comentar, aunque sea someramente, el rol de las distintas asambleas a lo largo de ese período. Como se señalaba inicialmente, durante las décadas de 1430 y 1440 el rol jugado por el *Consell de Cent* y el del *Trentenari* fue menor que el de aquel de los consejos reducidos, a menudo directamente escogidos por los *consellers*, o al menos eso indicaría la asiduidad con que se convocaron dichos órganos municipales (**Fig. 2**). De hecho, muchos de aquellos años el *Consell de Cent* se reunió únicamente en aquellas fechas en que, según la normativa municipal, tenía que hacerlo: esto es, el día de Santa Lucía – 13 de diciembre –, el de San Antonio – 17 de enero –, el de San Pablo – 25 de enero –, el de San Marcos – 25 de abril – y el de San Andrés – 30 de noviembre –, aparte de una asamblea general celebrada a finales de noviembre conocida como la de las *remuneracions*[35]. La dinámica parece que

[31] Sobre la crisis política evidenciada en las Cortes de 1454-1458, véase SOBREQUÉS I VIDAL, Santiago; SOBREQUÉS I CALLICÓ, Jaume – *La guerra civil catalana del segle XV*. Barcelona: Edicions 62, 1973, vol. 1, pp. 41-119. El descontento contra parte de la oligarquía que caracterizó el enfrentamiento entre la *Busca* y la *Biga* fue en parte fomentado y organizado por la propia monarquía para luchar contra la impermeabilidad del municipio a sus demandas: JUNCOSA BONET, Eduard – "La participació política dels menestrals en el govern de la Barcelona medieval". *Barcelona Quaderns d'Història* 24 (2017), p. 72.

[32] Sobre el *Consell* barcelonés durante el reinado de Juan II en general, y la guerra civil catalana en particular, véase MIQUEL MILIAN, Laura – "La guerra civil catalana i la crisi financera de Barcelona durant el regnat de Joan II (1458-1479)". Girona: Universitat de Girona, 2020. Tesis doctoral, pp. 94-123.

[33] Véase MIQUEL MILIAN, Laura – "La guerra civil catalana…", pp. 547-562.

[34] En ocasiones, la dilación en la toma de decisiones del consistorio podía llegar a ser exasperante para aquellos que dependían de ellas. Ejemplo de ello es la petición de subsidio realizada en 1467 por Juan de Lorena, lugarteniente del entonces rey Renato de Anjou. Ante la lentitud del consistorio, Juan llegó a dirigir a sus miembros "paraules algun tant punyents", ante las cuales estos se defendieron aludiendo al hecho que la ciudad tenia "ses pràtiques loables sobre los affers dels quals ha tractar": MIQUEL MILIAN, Laura – "La guerra civil catalana…", pp. 543.

[35] Estos días coincidían con la elección del *mostassà* (almotacén), los administradores de la *Taula de*

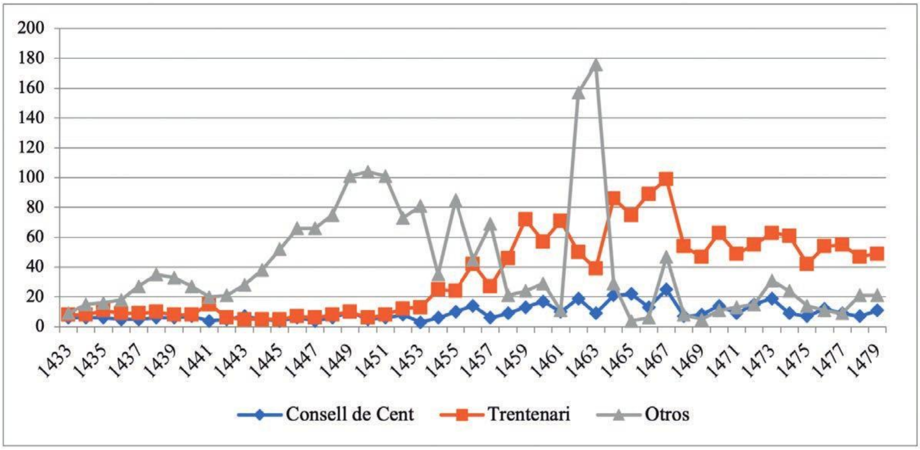


Figura 2 – Reuniones del Consell de Cent, el Trentenari y otras comisiones entre 1433 y 1479.

cambió a partir de la década de 1450, con las transformaciones experimentadas en el consistorio durante esos años que llevaron al partido de la *Busca* al poder. A partir de entonces, las decisiones que se derivaron al *Consell de Cent* aumentaron, tendencia que se acentuó todavía más con el inicio de la guerra civil en 1462 y la aprobación de medidas de carácter extraordinario que eran competencia de la asamblea general[36].

Por lo que respecta al *Trentenari*, durante los primeros veinte años estudiados a menudo solo se reunía para dar paso al correspondiente encuentro de la asamblea general. Así pues, parece claro que el peso de la gestión de la ciudad recayó hasta la reforma de 1453 en los consejos reducidos – algunos de carácter regular, otros menos – y en las reuniones entre los *consellers* y algunos prohombres de la ciudad, como indican las elevadas cifras bajo la etiqueta de "Otros" en los gráficos presentados. Pero esta tendencia cambió radicalmente a partir de 1454. Aunque se mantuvieron algunas comisiones al margen de las asambleas ordinarias, el papel del *Trentenari* fue creciendo cada vez más, y, como se ha dicho, también se empezó a convocar el *Consell de Cent* con mayor frecuencia. Si bien es cierto que en 1462 y 1463 se observa un repunte en las reuniones de las "otras" asambleas, ello se explica por la creación de una comisión especial que trabajaba junto al *Trentenari* para gestionar aspectos directamente relacionados con la guerra contra Juan II[37]. Así pues, resulta evidente que a partir de la reforma llevado a cabo durante los años centrales del siglo XV, cada vez más el gran protagonista de la política municipal pasó a ser el *Trentenari*, hecho que se mantuvo hasta, por lo menos, el final de la década de 1470.

Canvi o el *clavari* (tesorero), el *batlle* (baile), los cónsules de la Lonja y los *consellers*.

[36] Básicamente, modificaciones de impuestos y emisiones de deuda: MIQUEL MILIAN, Laura – "La guerra civil catalana…", pp. 248-336 y pp. 379-397.

[37] MIQUEL MILIAN, Laura – "La guerra civil catalana…", pp. 115-117.

3. La asistencia a las reuniones.

Visto cada cuánto se reunían los miembros del concejo, observemos ahora con qué frecuencia asistía cada uno de los jurados a las reuniones a que estaba convocado. En primer lugar, conviene remarcar que no siempre se indica claramente quién estaba allí y quién no, sobre todo en el período anterior a la reforma de la década de 1450. Por lo que respecta especialmente a las reuniones del *Trentenari*, lo más habitual es que simplemente se use la expresión "lo dit Consell de XXX o la major part de aquell aquí ajustada", es decir, el dicho *Consell de Trenta* o la mayor parte de este aquí reunida[38]. De hecho, no fue hasta los cambios aprobados durante los últimos años del reinado del Magnánimo que se empezó a anotar sistemáticamente el nombre de todos los presentes, excepto en las reuniones de la asamblea general. Sin embargo, esto dejó de hacerse a partir de 1461, sin que conste ninguna explicación al respecto, aunque es cierto que ya anteriormente se tendió a no apuntar los nombres e indicar únicamente que estaban todos excepto dos, por ejemplo[39]. Por ello, más allá de algunos datos de carácter general, lo que aquí se presenta es únicamente el análisis de las cifras correspondientes al período comprendido entre marzo de 1455 y febrero de 1461.

Ya se ha dicho que no conservamos la nómina de asistentes de todas las reuniones, y aún en aquellos casos en que sí que consta, casi nunca se especifica el motivo de la ausencia de los *jurats* que no se presentaron. Sin embargo, ocasionalmente, sobre todo cuando uno de los ausentes era alguno de los cinco miembros del ejecutivo, sí que se indica. Es el caso de Joan Bussot, quien en abril de 1433 faltó a una reunión del *Consell de Cent* por "discrasia de sa persona", es decir, por no encontrarse bien[40]. Más allá de la enfermedad, incapacidad puntual o, a veces, la muerte en el cargo, el principal motivo por el cual uno de los *jurats* dejaba de asistir a una reunión era que se encontraba fuera de Barcelona. Por ejemplo, en marzo 1455 el ejecutivo barcelonés convocó al *Trentenari*, de modo que los *verguers* o maceros fueron a buscar a los distintos *jurats* que lo conformaban para notificárselo. Sin embargo, cuando fueron a las casas de dos de ellos, Bernat Pol y Bernat Miquel, fueron informados que en ese momento no se encontraban en la Ciudad Condal, de modo que no podrían asistir a la reunión[41].

De hecho, podía llegar a pasar que los presentes no fueran suficientes para que

[38] AHCB, 1B.II, Deliberacions, 1, f. 13r, 28-V-1433. En cambio, en las reuniones de los *consellers* y comisiones de prohombres sí se suele detallar el nombre de los asistentes. Véase, por ejemplo, AHCB, 1B.II, Deliberacions, 8, f. 2v-3r, 4-XI-1452.

[39] Por ejemplo, en el acta de la reunión del 28 de enero de 1461 se indica que asistieron "los honorables consellers ensemps ab lo Concell ordinari de XXXII prohòmens, com no y falguessen sinó dos, ço és, n'Asteve Mir e Pere Figueres": AHCB, 1B.II, Deliberacions, 13, f. 172v, 28-I-1461.

[40] AHCB, 1B.II, Deliberacions, 1, f. 10v, 25-IV-1433.

[41] AHCB, 1B.II, Deliberacions, 9, f. 93v, 24-III-1455.

la asamblea se pudiera celebrar. Según un privilegio entregado por el rey Juan I a la capital catalana en 1387, el *Trentenari* no se podía constituir si no había presentes en la reunión por lo menos seis miembros de cada uno de los estamentos en que se dividía entonces el cuerpo político barcelonés: ciudadanos, mercaderes y aquellos "de les altres condicions o arts daltres persones de la ciutat", conformado por artistas y menestrales.[42] Es decir, para que la reunión se celebrase, en principio hacía falta la asistencia del 60% de los prohombres de cada grupo, o lo que es lo mismo, la mitad más uno. Pero esto no siempre ocurría. El 28 de junio de 1453, por ejemplo, se convocó el *Trentenari*, pero del grupo de los ciudadanos solo se presentaron cuatro *jurats* de los seis requeridos. Aún así, se celebró la reunión. Eso sí, en el título del acta, en lugar de indicar que se trataba de un encuentro del *Consell ordinari de Trenta*, que es los que hubiera correspondido, se anotó que se trataba simplemente de los *consellers* junto a "prohòmens de tots staments"[43]. De este modo, parece que ante la imposibilidad de constituir el *Trentenari* según la normativa vigente y no queriendo posponer la reunión, se optó por acudir a la fórmula del encuentro del ejecutivo con algunos prohombres, aparentemente menos estricta y, por ello, más flexible.

De hecho, parece claro que la ausencia de los *jurats* era un problema recurrente, para el cual se buscaron distintas soluciones[44]. En 1391, por ejemplo, se decidió multar a los miembros del *Trentenari* que no se presentaran cuando fueran convocados por los *consellers*, ya que se consideraba que dicho comportamiento repercutía negativamente en el buen funcionamiento del gobierno municipal[45]. Décadas más tarde, en 1464, viendo el tiempo que se perdía cada vez que se convocaba la asamblea reducida debido a la tardanza o ausencia de los *jurats*, se impuso una multa para todos aquellos que no estuvieran presentes una hora después de aquella asignada[46]. La única

---

[42] *CODOIN ACA*, vol. 8, p. 252. Concretamente, en el privilegio se estableció que "los dits consellers hagen et deguen fer los affers de la ciutat ab les dites XXX persones o almenys ab XVIII de aquelles ço es VI de cascuna condicio de les III dessus dites encara que tots los dits XXX no hi venguen".

[43] AHCB, 1B.II, Deliberacions, 8, f. 104r, 28-VI-1453. El texto no especifica de qué privilegio se trata ni cuándo fue entregado por el rey, pero no hay duda de que hace referencia al de 1387. A la reunión asistieron los dichos cuatro ciudadanos, siete mercaderes y ocho artistas y menestrales.

[44] Lo mismo ocurrió en otras ciudades como Tarragona o Gerona, donde se intuye preocupación por la baja asistencia a las sesiones. Por lo que respecta a la primera, a lo largo de los años se impusieron varias medidas coercitivas para luchar contra ella: CORTIELLA I ÒDENA, Francesc – *Una ciutat catalana a darreries de la baixa edat mitjana: Tarragona*. Tarragona: Institut d'Estudis Tarraconenses Ramon Berenguer IV, 1984, pp. 98-99; JUNCOSA BONET, Eduard – *Estructura y dinámicas de poder…*, pp. 171-172. En el caso de Gerona, Juan I le concedió un privilegio en 1393 estableciendo la obligatoriedad de congregar 41 personas de las 80 que formaban la asamblea para que pudiese celebrarse, y en 1400 el rey Martín las rebajó a 25. Además, se documentan varias reuniones que tuvieron que posponerse por falta de quorum: REIXACH SALA, Albert – *Institucions locals i elits a la Catalunya baixmedieval (Girona, 1345-1445).* Barcelona: Fundació Noguera, 2019, vol. 1, p. 353-355. En cambio, Cervera no tenía ningún privilegio real que estableciera el quorum necesario para adoptar acordes, aunque parece que, a grandes rasgos, se aplicaba la regla que para la constitución del órgano era necesaria la presencia de dos terceras partes, y para la toma de decisiones una mayoría de la mitad más uno: TURULL RUBINAT, Max – Per a 'esquivar tota sospita i engany'…", pp. 231-235.

[45] BATLLE I GALLART *et alii* – *El "Llibre del Consell"…*, p. 31. La multa era de 5 sueldos.

[46] AHCB, 1B.II, Deliberacions, 16, f. 116r, 4-V-1464. La multa era de 1 real, destinado a las obras de la

posible justificación admitida era la ausencia o enfermedad, en cuyo caso tenía que ser "tal que no isque de casa".

Tabla 1 –Asistencia media a las reuniones del Trentenari entre 1455 y 1461.

	Ciudadanos	Mercaderes	Artistas	Menestrales	**Total**
1455*	3,76	5,86	7	7,14	**23,76**
1456	4,37	5,88	6,85	7,02	**24,12**
1457	5,31	6,23	6,88	7,15	**25,58**
1458	5,48	6,85	7,17	7,04	**26,54**
1459	5,26	6,39	6,58	6,85	**25,08**
1460	5,58	5,98	5,98	7,02	**24,56**
1461*	7	6,5	6	6,25	**25,75**

Pasemos ahora a observar la presencia de los distintos jurados en las reuniones del *Trentenari* entre marzo de 1455 y febrero de 1461. Como se he comentado anteriormente, en las asambleas municipales los distintos *jurats* se dividían en estamentos, que ya en 1453 eran cuatro: el de los ciudadanos honrados, el de los mercaderes, el de los artistas y el de los menestrales. Este no era el único cambio respecto al privilegio de 1387: si entonces el *Trentenari* lo conformaban 30 hombres de tres estamentos – por lo tanto, diez de cada uno –, a partir de la reforma de la década de 1450 se amplió ligeramente para acoger a 32 *jurats*, esto es, ocho de cada uno de los cuatro estamentos. Sin embargo, raramente se reunían los 32. De hecho, de media a cada reunión faltaban, por lo menos, seis *jurats*, cifra todavía mayor en 1455, que llegó hasta los ocho o nueve (**Tab. 1**). Si nos fijamos en cada uno de los estamentos, las diferencias son notables. Aquellos aparentemente menos interesados en el gobierno municipal eren precisamente los que históricamente más lo habían ostentado: los ciudadanos honrados, la élite urbana de Barcelona[47]. Entre 1455 y los primeros meses de 1461, asistieron a las reuniones de la asamblea reducida una media de entre cinco y seis ciudadanos, y significativamente en 1455 y 1456, justo después de la concesión del privilegio que reformaba el gobierno municipal, su presencia fue todavía menor. Así pues, nos encontramos por ejemplo con que a dos convocatorias de enero de

muralla de la ciudad, y se justificaba por el gran "treball" que costaba reunir el *Trentenari* y, "ultra lo dan que se'n seguia al benefici públich", "la gran faticha" que provocaba a los *consellers* y a los miembros de la asamblea.

[47] El sistema anterior al del privilegio de Alfonso el Magnánimo de 1455 fue fijado por Juan I, después que su padre, Pedro el Ceremonioso, aprobara unas reformas que, *grosso modo*, pretendían conseguir una participación política más amplia. Juan suprimió el privilegio otorgado por su predecesor y se decantó por apoyar la oligarquía barcelonesa. A pesar de los cambios experimentados por el gobierno barcelonés a partir de 1455, durante las últimas décadas del siglo XV Barcelona estaba otra vez controlada por los intereses oligárquicos, tendencia acentuada con un nuevo privilegio concedido por Fernando II en 1493: JUNCOSA BONET, Eduard – "La participación política...", p. 73 y p. 75.

1459 solo se presentaron dos de los *jurats* del estamento de los ciudadanos, y a una de principios de febrero del mismo año, ninguno[48]. Aún así, vale la pena destacar que en las doce reuniones de 1461 de las que conservamos la nómina de asistentes se presentaron de media siete ciudadanos, la más alta de todos los estamentos. Es posible que este cambio esté relacionado con la recuperación del poder municipal por parte de la Biga. En el otro extremo encontramos a los menestrales, en principio el grupo más humilde de *jurats* del concejo e históricamente el menos representado en el gobierno municipal[49]. Por ello, quizás era también el que más interés tenía en estar presente en la mayoría de las decisiones tomadas por el consistorio. El hecho es que, por lo menos entre 1455 y 1461, casi siempre se encontraron todos o casi todos presentes en las reuniones del *Trentenari*[50].

Como se ha comentado anteriormente, es raro que en los registros de *Deliberacions* se detalle el motivo de la ausencia de los *jurats*, excepto en algún caso de enfermedad o muerte. Un buen ejemplo de ello es el de Miquel Bofill, sobre el cual se nos indica a finales de abril de 1459 que había fallecido[51]. Miembro del estamento menestral, observamos que efectivamente llevaba sin asistir a ninguna reunión desde mediados de marzo, período durante el cual seguramente le sobrevino la enfermedad que lo condujo a la muerte[52]. En todo caso, no parece que durante el período 1455-1461 hiciera falta la presencia de un número mínimo de *jurats* para que el *Trentenari* se pudiera reunir, o por lo menos, como hemos visto, no por estamento. El número más bajo de asistentes a una reunión entre 1455 y 1461 es de 17, como pasó por ejemplo el 16 de marzo de 1459[53]. Teniendo esto en cuenta, es posible que para que el encuentro pudiera celebrarse solo hiciera falta que estuvieran la mitad de los miembros del *Consell* más uno[54]. En cualquier caso, hará falta estudiar este asunto algo más para poder acabar de confirmar o rebatir esta hipótesis.

Conclusiones.

Llegados a este punto, solo queda esbozar unas conclusiones preliminares que sirvan

[48] AHCB, 1B.II, Deliberacions, 12, f. 89r, 8-I-1459, f. 92v, 23-I-1459, y f. 96r, 8-II-1459.

[49] Como señala Eduard Juncosa, en el nuevo gobierno municipal los ciudadanos seguían estando sobrerrepresentados, pero la apertura de los estamentos fue uno de los puntos donde se observó la intervención política favorable a los estamentos medios e inferiores de la población: JUNCOSA BONET, Eduard – "Barcelona 1453-1460: ¿la fugaz experiencia de un gobierno democrático?". *Res publica*, Suplemento 1, 2009, p.89.

[50] Sin embargo, hay alguna notable excepción, como la reunión del 20 de febrero de 1459, a la que solo se presentaron tres *jurats* representando los menestrales: AHCB, 1B.II, Deliberacions, 12, f. 100r, 20-II-1459.

[51] AHCB, 1B.II, Deliberacions, 12, f. 118r, 28-IV-1459. Excepcionalmente, ese día también se indica que Bernat Viver, mercader, faltó a la reunión por encontrarse ausente de la ciudad.

[52] Únicamente pudo acudir a dos reuniones: AHCB, 1B.II, Deliberacions, 12, f. 105v, 3-III-1459 y f. 107r, 8-III-1459.

[53] AHCB, 1B.II, Deliberacions, 12, f. 110r, 16-III-1459.

[54] Sería algo distinto, pues, a la regla que se seguía en Cervera (véase nota 44).

de colofón a este estudio. En primer lugar, puede constatarse que, como era esperable y sucedía también en el resto de los municipios catalanes, el funcionamiento del gobierno barcelonés estaba altamente ritualizado, como demuestra el llamamiento público de la asamblea general o los mismos lugares de reunión de esta y los otros consejos. Aún así, ello no eximía el consistorio de cierta capacidad de adaptación, ejemplificada en el cambio de ubicación en verano, por ejemplo, o en las reuniones celebradas en la Lonja de Mar para así evitar que los *consellers* tuvieran que desplazarse de un lado a otro de la ciudad cuando estaban ocupados.

Por lo que respecta a la frecuencia de reunión del consistorio, no cabe duda que ciertas circunstancias excepcionales modificaban notablemente el que podría considerarse su calendario habitual. Pero aún dejando estos elementos potencialmente distorsionadores de lado, parece claro que a partir de finales de la década de 1440 las asambleas tendieron a reunirse cada vez más. Es posible, pues, que el gobierno de Barcelona y su relación con otros agentes – sobre todo la monarquía – requiriera necesariamente un aumento de encuentros. Tampoco sería descabellado pensar que atribuciones que inicialmente estaban en manos de los *consellers*, y por lo tanto no pasaban por el *Consell*, decidieran remitirse a la asamblea. En cualquier caso, será necesario estudiar más detalladamente los temas tratados por el consistorio a lo largo de esos años para intentar encontrar la respuesta a esta incógnita.

Algo parecido ocurre con la asistencia de los *jurats*. Si bien queda claro que, por lo menos entre 1455 y 1461, los estamentos más pudientes de la ciudad mostraron un interés menor en los asuntos de gobierno, haría falta ver qué pasó en años anteriores y posteriores. Particularmente interesante puede resultar observar el efecto que tuvo en ese sentido el cambio de gobierno en 1453-1454, momento en que los estamentos más humildes consiguieron un mayor protagonismo en el consistorio.

El notariado en las ciudades catalanas en la Edad Media: *mercado y actividad notarial*

Daniel Piñol-Alabart[1]

Resumen

En este estudio se analiza el papel del notariado en algunas ciudades catalanas en la Edad Media. A partir de los documentos de concesión de las notarías de Vic, Manresa y Vilafranca del Penedès, se analiza la relación entre el notariado y el mercado en estos centros urbanos. A estos ejemplos se añade el de la ciudad de Puigcerdà, donde los notarios eran nombrados por la propia ciudad por privilegio real. La actividad notarial registrada en los protocolos notariales conservados de estas ciudades, sobre todo en el último caso, revelan la estrecha relación entre el notario y el mercado. Ambos representan un elemento clave para la integración del ámbito rural en el urbano con la presencia de vecinos de los territorios más inmediatos a estas ciudades que acuden a ellas en días de mercado. Allí realizan transacciones de diversa índole, reflejo de la actividad económica y del flujo de personas, bienes y monedas, teniendo a los notarios como testigos esenciales.

Palabras clave
Ciudades; Catalunya; Historia del notariado; Mercado; Actividad notarial. .

[1] IRCVM-Universitat de Barcelona. Este artículo forma parte de las actividades del proyecto PID2019-105072GB-I00.

The notary in Catalan cities in the Middle Ages: the market and notarial activity

Abstract

This study analyses the role of public notary in some Catalan cities in the Middle Ages. Based on the documents of concession of the notary's offices of Vic, Manresa and Vilafranca del Penedès, we analyse the connection between the notary and the market in these urban centres. On top of those examples, there is the town of Puigcerdà, where the notaries were appointed by the town by royal privilege. The notarial activity in the notarial registers preserved in these towns, especially in the latter case, highlights the ties between the notary and the market. Both represent a key element in the integration of the rural and urban areas, with the presence of neighbours from the closest areas of these cities who come to them on market days. There, transactions of various kinds take place, reflecting economic activity and the flow of people, wealth and coins, with the notaries as essential witnesses.

Keywords
Cities; Catalonia; History of the notary; market; Notarial activity.

Introducción.

En este artículo se aborda la institución notarial como un elemento clave para el desarrollo de las ciudades catalanas en la Edad Media. El notario es una figura que resulta imprescindible para el progreso de la sociedad puesto que su función se hace presente en todas las esferas de la vida privada, aunque también en ciertos momentos de la vida colectiva. Para ello partiremos de lo que autores como Francesc Eximenis dicen a propósito de los notarios en el siglo XIV. El autor franciscano afirma que el del notario es un oficio importante porque se le encomienda "*…gran fe. Ara és així que són fort pocs los hòmens qui hom puixa dar fe, e per consegüent a pocs deu* ésser *comanat aital ofici. (…) E com aquests sien pocs, segueix-se que lo dit ofici deu* ésser *acomanat a pocs e no a molts. Conferma's aquesta raó així, car certa cosa és que a vegades per un vocable, o per un 'de', o per un 'sí' o per un 'non', un hom perdrà una heretat o la guanyarà…*"[2]

---

[2] EIXIMENIS, Francesc – *Regiment de la cosa pública*. Ed. Daniel de Molins de Rei. Barcelona: Ed. Barcino, 1927 pp. 156-157.

Eiximenis indica, pues, que el oficio de notario es de gran responsabilidad, por lo que no puede ejercerlo cualquiera. La función notarial debe de ser realizada con precisión, sobre todo en los negocios privados porque, por un error en una palabra, el negocio se puede perder. De hecho, ya la legislación catalana existente sobre el notariado, por ejemplo, las Costums de Tortosa (s. XIII), apuntaban en la misma dirección que en el siglo XIV. En la rúbrica *De notaris e de lur offici* se indica que el oficio de notario es ésser *leyal e secret en totes coses que él públicament escriva...*, remarcando que se trata de un oficio público y que debe ser ejercido con lealtad[3]. No obstante existen diferencias importantes entre el manuscrito más antiguo del año 1272 respecto del de 1279. Entre otras cosas en el primero se dice que todo vecino o ciudadano de Tortosa puede ser notario, en cambio en el segundo manuscrito aparecen una serie de condiciones que refuerzan la validez de las escrituras y el ejercicio del oficio notarial. Nos referimos al examen, el juramento y pago de unas credenciales, condiciones que no aparecían en el primer ejemplar. Así pues la legislación primero y más tarde la literatura expone la idea del papel que juega el notario en la sociedad medieval. Esta sociedad y las instituciones depositan en los notarios su confianza a través de los contratos que redactan o los documentos a ellos encomendados en el seno de una escribanía judicial, municipal o de cualquier institución pública. También la Iglesia tiene en sus oficinas, notarios trabajando en la redacción de los documentos episcopales, principalmente, pero también se documentan notarios trabajando al servicio de monasterios, conventos y cabildos catedralicios. Son pues diversas las esferas en las que los notarios resultan imprescindibles.

En el ámbito económico, los notarios permiten que muchas transacciones y asociaciones de mercaderes tengan las garantías jurídicas necesarias para que dichos negocios lleguen a buen fin. Las fórmulas insertadas en los protocolos notariales y que engarzan nombres, cantidades y conceptos, aseguran que los contratos de aprendizaje o los contratos de obras tengan validez para el período establecido. Los notarios hacen que las ventas de bienes inmobiliarios se atengan a la legislación y las propiedades pasen de unas manos a otras sin problemas, asegurando, mediante la firma de contratos de deuda, que los pagos se realizarán según lo establecido. A través de los testamentos, incluso la institución notarial hace que la transmisión de bienes *mortis causa* vaya más allá de lo material y entre en juego la salvación eterna de los testadores. Y las fórmulas sirven también para establecer la formación de nuevos núcleos familiares basados en conceptos jurídicos y en intercambios económicos centrados, por ejemplo, en la dote. El notario se erige como una figura central que va adquiriendo cada vez más un cierto prestigio, llegando a ocupar parcelas de poder en el momento en que los notarios entran en los gobiernos de las instituciones[4].

---

[3] MASSIP, J. – "Els notaris a les *Costums de Tortosa*", In *Estudis sobre Història de la institució notarial a Catalunya en honor de Raimon Noguera,* Barcelona: Fundació Noguera, 1988, pp. 51-60.

[4] COSTAMAGNA, Giorgio – *Il notaio a Genova tra prestigio e potere.* Roma: Consiglio Nazionale del

1. La concesión de notarías a las ciudades.

Para el caso catalán, que es el que ahora nos ocupa, los notarios son relevantes tanto en el ámbito urbano como en el rural, importancia que se pone de manifiesto en la progresiva implantación de la institución ya desde mediados del siglo XII y que se prolonga durante todo el siglo XIII. La primera referencia a una notaría, o a la existencia de una persona dedicada exclusivamente a la redacción de documentos privados, la situamos en Vic en el año 1155. El obispo Pere de Redorta encomienda al canónigo Ramon de Lió la redacción de la documentación privada[5]. Se trata, pues de un nombramiento como escribano puesto que no aparece la palabra notario en el documento, aunque podemos interpretar como de concesión de la notaría de Vic: … *constituo te Raimunde Lugdunu scriptorem omnium cartarum Vicensis ville et totius parrochie Sancti Petri in omnia vita tua*, excepto los testamentos y los *imbreviamentis*. Estos documentos, según marcaba la legislación visigótica, quedaban bajo el control del juez, cargo que en el caso ausonense recaía en el sacristán de la catedral. El documento de la creación de la notaría de Vic y su concesión a un canónigo pone de manifiesto que la fe pública todavía no se había implantado en el territorio catalán en el siglo XII[6]. No obstante la concesión de esta notaría evidencia la voluntad de crear una oficina dedicada a los documentos privados (*omnium cartarum*), seguramente separada de la oficina episcopal, aunque no de la actividad gráfica del entorno catedralicio.

Otro documento a considerar es la concesión de notaría a favor de la parroquia de Santa María, en Vilafranca del Penedès. La concesión la otorga el rey Alfonso I y lo hace en la persona del clérigo Bernat, en el mes de diciembre del año 1188. Es un documento importante que conocemos gracias a un traslado del año 1316 y en el cual el párroco Pere de Torroella jura fidelidad al rey Jaime II por razón de la escribanía[7]. En este documento entra en escena la autoridad regia, una autoridad que nunca más abandonará el papel protagonista y que a menudo interpretará en detrimento de otras autoridades públicas, ya sean señores laicos o eclesiásticos. Se indica también que todos los sucesores de Bernat serán notarios públicos y que la oficina notarial (el documento habla de *notariam totam seu scribaniam*) siempre estará en manos de la parroquia.

Notariato, 1970. PUCHADES I BATALLER, Ramon J. – *Als ulls de Déu, als ulls dels homes. Estereotips morals i percepció social d'algunes figures professionals en la societat medieval valenciana.* València: Publicacions de la Universitat de València, 2009, pp. 28-59.

[5] Vic, Arxiu Capitular, calaix 6, núm. 2341. 1155 mayo 20. GARCÍA, Honorio – "El notariado de Vich durante la Edad Media. Contribución al estudio histórico del notariado español". Barcelona: Colegio Notarial de Barcelona (separata de *La Notaría)*, 1947, p. 8.

[6] FERRER MALLOL, M. Teresa – "L'instrument notarial (segles XI-XV)", In *Actes del II Congrés d'Història del Notariat Català.* Barcelona: Fundació Noguera, 2000, pp. 32-33.

[7] ARAGÓ, Antoni M. – "Concessions reials del dret de notaria a parròquies i monestirs catalans(segles XII i XIII)". *Estudis Històrics i Documents dels Arxius de Protocols,* VI (1978), pp. 8-9. Documento 1: 1188 diciembre.

Son dos ejemplos a los que sumamos el caso de Manresa, con concesión de la notaría de la ciudad en 1194 a favor de la parroquia y en la persona del preboste. La otorga también el rey Alfonso I y, a diferencia de los dos casos anteriores, ya no se hace ninguna excepción sobre los documentos, se concede al preboste la facultad de designación de notario – tendrá que jurar el cargo ante el sacristán de Vic, que actúa de juez diocesano, y jurar fidelidad al rey – que ejercerá el oficio para la utilidad común de la ciudad y parroquia, y la notaría es calificada de *comunem et publicam scribaniam.* En el documento se indica también el área de influencia de esta oficina, que será la propia ciudad *et totius parrochie omniumque parrochianorum.* Con unos años de diferencia respecto de los dos casos anteriores ahora parece que el en Manresa ya parece que el notariado trabaja en una notaría pública – ni en Vic ni en Vilafranca se sugiere el carácter público de la oficina – con las atribuciones propias de la institución notarial bajomedieval[8]. Tendremos que acudir al segundo notario que trabaja en Vic, para observar los inicios de la evolución desde el *scriptor* hacia el *notarius publicus*. Se trata del también canónigo Andreu Salmúnia, nombrado por el obispo Ramon Tedmar de Castellterçol como escritor público de todos los documentos de la parroquia y ciudad de Vic, también con la excepción de los testamentos de los parroquianos y de las imbreviaturas[9]. Ejerció de notario o más bien de *scriptor* – es el concepto que incluye el documento de nombramiento – hasta 1234 y un fruto destacable de su actividad en la escribanía es el manual notarial de los años 1230-1233[10].

No es el único. Ya en el siglo XII localizamos eclesiásticos que introducen el carácter de público en la suscripción, aunque se debería atender a estos datos con cierta cautela[11]. Citamos el ejemplo de Peralada, donde se localiza un tal *Bernardus, subdiachonus et publicus scriptor Petralate* en un documento fechado el 8 de enero de 1193 (Zimmerman lo fecha en 1192 pero un examen del documento original lleva a cambiarlo de fecha)[12]; o en Cabanes se documenta a *Berengarius, subdiachonus, publicus scriptor Cabanis* el 3 de mayo de 1191 y unos años más tarde tal vez el mismo

[8] ARAGÓ, Antoni M. – "Concessions reials...", pp. 9-11. Document 2: 1194 octubre. TORRAS, Marc – "L'escrivania pública de la ciutat de Manresa en els segles XII i XIII", In *Estudis sobre Història de la institució notarial a Catalunya en honor de Raimon Noguera,* Barcelona: Fundació Noguera, 1988, pp. 13-29; TORRAS, Marc – "L'origen del notariat a la ciutat de Manresa (segles XII-XIII)". *Dovella* 43(1993), pp. 17-20.

[9] Vic. Arxiu Capitular, calaix. 6, episcopal I, núm. 55. 1994 agosto 8.

[10] GINEBRA MOLINS, Rafel – *El manual primer de l'Arxiu de la Cúria Fumada de Vic (1230-1233).* Barcelona: Fundació Noguera, 1998, pp. 14-15.

[11] ZIMMERMAN, Michel – *Écrire et lire en Catalogne (IXe-XIIe siècle)*, Vol. I. Madrid: Casa de Velázquez, 2003, pp. 154-157

[12] ZIMMERMAN, Michel – *Écrire et lire ...,* p. 155. BENSCH, Stephen – "Un notariat baronial: notaris i pràctiques documentals en e comtat d'Empúries al segle XIII", In *Documentació notarial i arxius. Els fons notarials com a eina per a la recerca històrica.* Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2007, p. 130. Se refiere al pergamino n. 5544 de la Biblioteca de Catalunya, 1193 enero 8. Se trata de una donación a la canónica de Santa Maria de Vilabertran. Bensch transcribe la suscripción como *subdeaconus publicus...*

personaje que suscribe el documento como *publicus notarius de Cabanis*[13]. Estos dos ejemplos los situamos en el condado de Empúries, donde los condes tenían el derecho consuetudinario de nombrar notarios y conceder notarías como autoridad pública. Lo sabemos gracias a un documento otorgado por el rey Pedro I al conde Hugo IV el año 1211 a través del cual reconoció las libertades condales y el compromiso de la corona de no intervenir en el territorio del condado de Empúries[14]. En este caso la autoridad que controlaba el notariado y confería la fe pública a los fedatarios sería el conde.

Las referencias de Vic, Vilafranca y Manresa no son las únicas concesiones de notarías a ciudades. No tenemos noticias claras de las notarías de las otras ciudades catalanas sedes episcopales como La Seu d'Urgell, Girona, Tarragona[15], Lleida o Tortosa pero sí que tenemos de otras ciudades y que recogemos en la tabla siguiente Excepto en los casos de Vic e Igualada, que son concedidas por el obispo y el monasterio de Sant Cugat, el resto son concedidas por el monarca ya sea a parroquias o, a partir de mediados del siglo XIII, a la ciudad como institución (**Tabla 1**).

Las concesiones a las que nos hemos referido antes nos llevan a un elemento clave para entender la figura del notario como componente central de la sociedad: los tres documentos indican el ámbito de actuación del notario o el alcance territorial de las respectivas oficinas. Veíamos que en Vic se hablaba de la ciudad y de la parroquia, y para Vilafranca se indica *ville iamdicte et territorio eius et parrochie.* Muchos años más tarde, en 1322, el rey nombró a Bernat Petra como notario de Olèrdola, población que estaba situada en el término municipal de Vilafranca, pero se le prohibió que redactara documentos más allá de 15 canas alrededor del núcleo urbano dejando claro que en aquél territorio era el notario de la ciudad el que podía actuar[16]. En Manresa, además, se dice que la notaría es pública y común. De hecho el nombre de *escrivania comuna*, será el nombre más difundido en el notariado catalán medieval a partir del siglo XIII para designar las notarías locales, sobre todo las que eran propiedad de las parroquias y dependían de la autoridad del párroco como notario. Así lo recuerda Victorino Santamaría con estas palabras:

[13] BENSCH, Stephen – "Un notariat baronial...", p. 129. Barcelona. Biblioteca de Catalunya, pergamino. 9977. 1191 mayo 3. En la publicación el autor del artículo comete errores de transcripción en la suscripción del *scriptor* (*subdeaconus publicus*...).

[14] BENSCH, Stephen – "Un notariat baronial...", p. 124.

[15] PIÑOL ALABART, Daniel – *El notariat públic al Camp de Tarragona. Història, ativitat, escriptura i societat (s. XIII-XIV)*. Barcelona: Fundació Noguera, 2000, pp. 107-116. BONET DONATO, María - *Aproximació a la societat i economia de Tarragona a la plena Edat Mitjana,* Tarragona: Diputació, 1996, libro que se centra en la economía a partir de la actividad notarial de la e*scrivania comuna* de la ciudad.

[16] JORDÀ I FERNÁNDEZ, Antoni – *Catàleg de l'Arxiu Notarial de Vilafranca del Penedès*. Barcelona: Fundació Noguera, 1983, p. 9.

"La palabra *comuna* refiriéndose a Notaría de parroquia, cuando los párrocos eran notarios, la hemos visto usada en diferentes lugares, y aquí dicha palabra quería referirse a la notaría de la parroquia, *común* a todos los feligreses de la misma, porque era o servía para los mismos..." [17]

Tabla 1 – concesiones de notarías a ciudades catalanas (siglos XII-XIII).

fecha	autoridad	concesinario	propiedad	lugar
1155/1194[18]	obispo	Ramon de Lió, canónigo	obispo / Cabildo	Vic
1188/1329[19]	rey	Bernat, clérigo	parroquia	Vilafranca P.
1189[20]	monasterio de Sant Cugat	párroco	parroquia	Igualada
1194/1251[21]	rey	Párroco	parroquia	Montblanc
1194/1293[22]	rey	parroquia y pavorde	parroquia	Manresa
1258[23]	rey	Pere Calvet	ciudad	Perpinyà
1263[24]	rey	ciudad	Concejo municipal	Tàrrega
1264[25]	rey	ciudad	Concejo municipal	Puigcerdà

[17] SANTAMARÍA, Victorino – *Estudios notariales. Contribución a la Historia del Notariado en Cataluña*. Barcelona: Imp. La Renaixença, 1917, pp. 102-103. La cursiva del texto es nuestra.

[18] Ver nota 5.

[19] Ver nota 7.

[20] CRUZ I RODRÍGUEZ, Joan – "Notaris i escrivans a Igualada. Una aproximació a la seva història", in *Actes del I Congrés d'Hist*òria del Notariat Català. Barcelona: Fundació Noguera, pp. 549-557.

[21] ARAGÓ, Antoni M. – "Concessions reials...", p. 11. Documento 3: 1194 octubre; p. 13. Documento 9: 1251 enero 21. Se trata de la confirmación de la donación anterior; p. 14. Documento 12: 1320 mayo 30. Se obliga a que el párroco nombre notarios laicos.

[22] Ver nota 8.

[23] Barcelona. Arxiu de la Corona d'Aragó, Jaume I, reg. 9, f. 7v. 1258 enero 8. CONDE, Rafael; GIMENO, Francisco – "Notarías y escribanías de concesión real en la Corona de Aragón", In *Notariado público y documento privado: de los orígenes al siglo XIV,* Vol. I. València: Generalitat Valenciana, 1989, pp. 321-322. Documento 8. TRETON, Rodrigue – *Preludi a la història del notariat públic a Perpinyà i el comtat de Rosselló (1180-1340*), "Afers" 58 (2007), pp. 577 y 590.

[24] Barcelona. Arxiu de la Corona d'Aragó, Jaume I, reg. 12, f. 115v.-116. 1263 septiembre 9. CONDE, Rafael; GIMENO, Francisco – "Notarías y escribanías...", p. 283. Concesión de la notaría al Concejo Municipal a quien da capacidad para nombrar a los notarios ("*...constituere, facere et crearé tabelliones sive scriptores in dicta villa...*").

[25] Puigcerdà. Arxiu Comarcal de la Cerdanya. Pergamí 10. 1264 julio 19. Privilegio de Jaime I por el que concede la notaría pública a la ciudad de Puigcerdà y que sea esta la que nombre cada año a dos notarios.

2. Notaría, ciudad y mercado: tres elementos integrados.

Estas últimas referencias conducen a analizar la figura del notario y el espacio de la notaría como elemento integrador. Creemos que este carácter lo marca precisamente el documento de concesión cuando indica cuál es el territorio en el que puede actuar un determinado notario. Rafael Conde y Francisco Gimeno, recogieron y publicaron diversas noticias relacionadas con nombramientos de notarios y concesiones de notarías desde los tiempos del rey Jaime I[26]. En el artículo, con una cierta mezcla de conceptos producida precisamente por la indefinición del momento (se conceden notarías a personas pero no son nombrados notarios públicos; se nombran notarios pero no se les concede oficina…), se editan algunos documentos procedentes de los registros de cancillería de los reinados de Jaime I y Pedro II, y resulta útil para ver cómo el poder real ejerce su autoridad en el proceso de implantación del notariado público. Y también en éstos documentos se indica el espacio de actuación del notario. La primera noticia es el nombramiento de Ramon de Requesens como notario de la ciudad de Montpeller, indicando que lo será para la propia ciudad, el dominio de ésta, el territorio y el distrito[27]. El documento deja bien claro dónde podrá actuar este notario. Lo mismo sucede con el nombramiento de Pere de Colomer como notario para la ciudad de Barcelona y para todos los lugares de dominio real[28]. Este caso da inicio a la tipología de notarios que lo eran para todos los territorios del rey, ya fuere para uno o algunos de sus reinos, o para la totalidad de ellos. El rey concedió también a la ciudad de Barcelona y a sus habitantes que pudieran escriturar sus contratos en manos del notario que quisieran, dando lugar a una casuística que derivó en la creación de diversas notarías en la ciudad. Son documentos muy claros con los que se da inicio del notariado en el ámbito urbano, igual que los ejemplos de la **tabla 1**.

La notaría, la *escrivania comuna*, se convierte en punto de encuentro de clientes de la ciudad, o de la zona de influencia que puede ser más o menos amplia. Fruto de este encuentro son los documentos registrados en los protocolos notariales conservados. Para el siglo XIII se calcula una cantidad que supera los 400 ejemplares conservados en los archivos catalanes[29]. El primer ejemplo lo localizamos en Vic. Con un total de 29 documentos registrados entre el 17 de julio y el 2 de agosto de 1221 constituye el primer ejemplo de la implantación de la nueva forma de redacción

[26] CONDE, Rafael; GIMENO BLAY, Francisco – "Notarías y escribanías de concesión rea en la Corona de Aragón (s. XIII)", In *Notariado público y documento privado: de los orígenes al siglo XIV.* València: Generalitat Valenciana, 1989, pp. 281-329.

[27] Barcelona. Arxiu de la Corona d'Aragó, Jaume I, reg. 9, f. 4v. 1257 diciembre 21. CONDE, Rafael; GIMENO BLAY Francisco – "Notarías y escribanías...", p. 287.

[28] Barcelona. Arxiu de la Corona d'Aragó, Jaume I, reg. 9, f. 20. 1258 febrero 7. CONDE, Rafael; GIMENO BLAY, Francisco – "Notarías y escribanías...", p. 286.

[29] PAGAROLAS SABATÉ, Laureà – *Los archivos notariales. Qué son y cómo se tratan,* Gijón: Editorial Trea, 2007, p. 33.

del instrumento notarial[30]. En este bifolio en cuarto nos fijamos en las poblaciones que el notario, seguramente el citado Andreu Salmúnia, insertó entre las líneas de los contratos: Barcelona, Montcada, Roda, Santa Eulàlia de Riuprimer, Santa Maria d'Oló, Sant Joan del Galí, Sant Hipòlit [de Voltregà], Vic y el monasterio barcelonés de Sant Pere de les Puel·les. El lugar más alejado es la ciudad de Barcelona, seguida de Montcada, mientras que el resto se sitúan en un radio de unos 20 kilómetros, muy cercano al radio de influencia de unos 15 kilómetros que calcula Carme Batlle para los mercados semanales[31]. La ciudad de Vic, con el territorio inmediato y otro un poco más amplio, actúa como epicentro seguramente relacionado con el mercado. Este aspecto se manifiesta más claramente en el registro notarial redactado por el notario Andreu Salmúnia. Contiene un total de 206 folios que registran 3.308 contratos, un volumen importante que refleja una rica actividad notarial en esta oficina por un período de 3 años (del 4 de septiembre de 1230 a 3 de diciembre de 1233)[32].

Pero donde vemos una relación más clara entre ciudad, mercado y notariado es en Vilafranca del Penedès, donde el notario puede tener un papel importante y que aquí puede ligarse claramente con el mercado. En el mismo documento de concesión se incluye la expresión *...infra nundinas vel in foro...*, una referencia interesante porque sitúa al notario al lado de la actividad comercial en una ciudad en la que el mercado fue una de las razones de su existir. Así, hoy sabemos que la ciudad de Vilafranca fue fundada en el año 1066 por el conde Ramon Berenguer I en un contexto de creación de *vilanoves* o *vilafranques* a las que se otorgaban privilegios y franquicias con el objetivo de favorecer la afluencia de nuevos pobladores. Vilafranca, situada en una zona llana de la comarca del Penedès, se convertía en un núcleo económico, político y administrativo potente. Los documentos fundacionales no se han conservado. Para el caso que nos interesa debemos apuntar que se tienen noticias de la celebración de un mercado semanal entre los años 1177 y 1179, y en 1191 se documenta la celebración de una feria anual por la fiesta de san Lucas, en octubre. Este mercado convertía a Vilafranca en un centro comercial en detrimento de La Granada, tradicional villa-mercado de la zona del Penedès[33]. Antoni Jordà, que estudia el notariado en Vilafranca, hace hincapié en la cuestión comercial del privilegio de la notaría vilafranquina, y lo relaciona directamente con la necesidad de dar cobertura legal a las transacciones

[30] GINEBRA I MOLINS, Rafel – "Un fragment de llibre notarial de 1221 a l'Arxiu de la Cúria Fumada de Vic". *Estudis Històrics i Documents dels Arxius de Protocols,* XIX (2001), pp. 7-22.

[31] BATLLE, Carme – *Fires i mercats: factors de dinamisme econòmic i centres de sociabilitat (segles XI a XV).* Barcelona: Ed. Rafael Dalmau, 2004, p. 17. RIERA, Antoni – "El sistema viario de la Corona Catalanoaragonesa en la Baja Edad Media", In *Viaggiare nel Medioevo.* Pisa: Ed. Pacini, 2000, pp. 421-446.

[32] GINEBRA MOLINS, Rafel – *El manual primer...*, pp. 19-24. GINEBRA MOLINS, Rafel - "ACF-1 (1230-1233). El primer volum de l'Arxiu de la Cúria Fumada de Vic", *Estudis Històrics i Documents dels Arxius de Protocols*, 13(1995), pp. 11-46.

[33] SOLER I SALA, Maria – "Fires i mercats a Vilafranca i al Penedès medieval", In ARNABAT, Ramon (coord.) – *Fires i mercats a Vilafranca i al Penedès. Economia i sociabilitat.* Vilafranca del Penedès: Institut d'Estudis Penedesencs, pp. 19-22.

económicas locales y del territorio inmediato[34]. Tal vez la institución más consolidada en esta ciudad a finales del siglo XII era la parroquia, más que el Concejo Municipal, por ello la elección del rey en favor de la iglesia local a la hora de conceder el derecho de notaría estaría bien fundamentada.[35]. A pesar de que la concesión de la notaría de Vilafranca es del siglo XII no se conservan protocolos notariales hasta el año 1344[36], por lo que no podemos conocer en profundidad los inicios de la actividad notarial de esta ciudad. Pero seguramente estaría relacionada con el mercado y a ella acudía gente de centros importantes de la zona, como Sant Quintí de Mediona, L'Arboç o Vilanova, donde también se celebraban las respectivas ferias anuales; o centros menores como La Múnia, La Granada o Pontons, entre otros, donde tenía lugar el mercado semanal[37]. La actividad notarial de Vilafranca en los siglos XIV y XV se refleja en los libros y manuales notariales[38], desde el primer notario de los que se conservan que se trata de Berenguer Mata (1344-1379). En esta notaría los libros reciben el nombre de *Libri notularum* y los manuales, que ya se documentan antes de las disposiciones de Pedro el Ceremonioso en 1351[39], el nombre de *Manuale* como es habitual en la época. No obstante en el caso del notario Joan de Cabreny (1375-1418) se encuentra un *Liber contractuum*[40] diferenciado del resto de registros. O el notario Bartomeu Llopis (467-1520) titula todos sus registros con el nombre de *Manuale* , independientemente que se trate de la primera redacción (manual) o la segunda (libro), resultando un total de 14 manuales por un lado y 24 manuales por el otro, aunque estos últimos deberían ser libros. Junto a estos ejemplares localizamos tres libros especiales de capitulaciones matrimoniales fechados entre 1468 y 1520[41]. También remarcamos el caso del notario Bartomeu Vidal (1435-1493), con 12 manuales y 24 libros comunes, junto con un *Primum liber contractuum monasterium Sancte Clare*[42], un registro redactado por el notario al servicio de este monasterio medieval.

Viendo los dos ejemplos citados hasta ahora podemos intuir ya cierta relación entre el mercado y lo notarios. Las notarías aglutinaban a comerciantes, gentes que acudían al mercado semanal o a la feria anual y aprovechaban su presencia en lugares como Vilafranca para acudir al notario. De esta forma podían cerrar negocios,

---

[34] JORDÀ I FERNÁNDEZ, Antoni – *Catàleg de l'Arxiu Notarial de Vilafranca del Penedès...*, pp. 7-12.

[35] JORDÀ I FERNÁNDEZ, Antoni – *Catàleg de l'Arxiu Notarial de Vilafranca del Penedès...*, p. 9.

[36] Vilafranca, Arxiu Comarcal de l'Alt Penedès, 20, 25-T1-3. *Liber notularum* (1344).

[37] SOLER I SALA, Maria – "Del *forum Granate* a la fira de Vilafranca. Origen, creació i articulació d'una xarxa de mercats al Penedès feudal (segles IX-XII)". *SVMMA. Revista de Cultures Medievals*, 6(2015) págs. 67-86. SOLER I SALA, Maria – *Fires i mercats...* pp. 11-34.

[38] JORDÀ I FERNÁNDEZ, Antoni – *Catàleg de l'Arxiu Notarial de Vilafranca del Penedès...*, pp. 29-42.

[39] FERRER I MALLOL, M. Teresa – "La redacció de l'instrument notarial a Catalunya. Cèdules, manuals, llibres i cartes". *Estudis Històrics i Documents dels Arxius de Protocols* 4(1974), p. 57.

[40] Vilafranca, Arxiu Comarcal de l'Alt Penedès, 20-25-T1-164 (1407).

[41] Vilafranca, Arxiu Comarcal de l'Alt Penedès, 20-25-T1-316 (1468-1488); -317(1489-1497); -318 (1498-150).

[42] Vilafranca, Arxiu Comarcal de l'Alt Penedès, 20-25-T1-257 (1443-1448).

establecer pactos matrimoniales o fijar los términos de sociedades comerciales, tan importantes en la Baja Edad Media. Porque el notario era una pieza esencial en el desarrollo económico y un elemento clave en estos días de mercado en los que se hacía necesario regular la actividad notarial y jurídica en días de mercado. Sobre todo porque había casos en los que los notarios no trabajaban en la notaría si no que lo hacían en plena plaza. Así, el veguer de Cervera ordenó en el año 1382 que se publicara la orden en la que se prohibía que ningún ciudadano acudiese a los párrocos a escriturar cartas nupciales o testamentos. Esta orden se debía publicar en los días de feria, en este caso concreto se tienen referencias de las ferias de Cervera, Tàrrega y Berga. Como la celebración de la feria era una ocasión de gran presencia en estas villas y ciudades de gentes de fuera, muchos de ellos procedentes del ámbito rural, se aprovechaba esta presencia para difundir normativas que, en este caso, favorecían al notariado público laico. Es necesario recordar que esta orden se contextualiza en un momento en que el notariado laico y el eclesiástico, que tenía en sus manos muchas de las notarías locales catalanas, estaban en una pugna importante[43]. Carme Batlle indica además que era muy importante dar indicaciones sobre la necesidad de acudir a especialistas en derecho mercantil – los párrocos que eran notarios tal vez no disponían de esta capacidad –, con el objetivo de aportar soluciones jurídicas a las necesidades de mercaderes y comerciantes. Esta función la podían cumplir perfectamente los notarios públicos laicos nombrados por el rey, probablemente más preparados que los notarios eclesiásticos, párrocos que a su vez eran notarios por razón de su cargo, sobre todo en parroquias pequeñas. Josep M. Salrach indica que se ve una relación muy clara entre la creación de notarías públicas en el siglo XIII y el esfuerzo de la monarquía por la cristalización institucional de las villas y sus mercados[44].

Un claro ejemplo de esta relación entre notariado y mercado lo encontramos en Puigcerdà, una ciudad que fue fundada en 1178 por Alfonso I y donde se documenta a *Andree, publici scriptoris,* en un pergamino fechado en 1206[45]. En 1225, Guillem de Mornach y su hijo Arnau concedieron la escribanía pública de la ciudad a un

[43] FERRER I MALLOL, M. Teresa – "Notariat laic contra notariat eclesiàstic. Un episodi de la pugna entre ambdós a Girona (1374-1380)". *Estudis Històrics i Documents dels Arxius de Protocols*, 5 (1977), pp. 19-34. Estudio del conflicto generado por Pedro III con la pretensión de controlar el ejercicio de los notarios eclesiástico e imponer los notarios de nombramiento real. CONDE, Rafael – "La titularidad de las notarías parroquiales catalanas desde Pedro II (III) el Grande a Jaime II: Del proyecto de Besalú (1281) a la Pragmática de 1302", In *Estudis sobre la Història de la institució notarial a Catalunya en honor de Raimon Noguera,* Barcelona: Fundació Noguera, 1988, pp. 31-42. Análisis de la voluntad de Pedro II de llevar a cabo un estado de la cuestión sobre la propiedad de las notarías públicas catalanas, muchas de las cuales estaban en manos eclesisticas.

[44] SALRACH, Josep M. – "Mercats i fires: el despertar de l'economia en terres de Besalú (segles IX-XIV)". *Annals del Patronat d'Estudis Històrics d'Olot i Comarca,* 1 (1996-1998), p. 21.

[45] COMUZZI, Elizabeth – *Economic and Demographic change trough Notarial Sources: The Example of Puigcerdà 1260-1360,* tesis doctoral inédita, Univesity of California: Los Angeles, 2020, p. 54.

tal *Bernardus scriptor,* presumiblemente hijo de aquél escribano de nombre Andreu e identificado también como *publicus notarius*[46]. Jaime I confirmó a Pere Gisclavar i Pere Ripoll como notarios de dicha ciudad en 1257 con dos documentos que acompañan a un tercero en el que se dice que los habitantes de la Cerdanya *et universis hominibus quos monasterium Sancti Martini Canigone habet in tota Ceritania*, tenían la obligación de acudir a los dos notarios y no a otros[47]. En 1264 el mismo monarca concedía el privilegio a la ciudad para que fuera esta, en calidad de autoridad pública, la que nombrara anualmente a dos notarios para el ejercicio de la función notarial en la ciudad y su territorio siguiendo siempre la premisa de que fuera esta la única oficina notarial en la zona[48]. Fruto de la actividad de estos notarios y de los que los seguirán en esta notaría es el notable conjunto de protocolos notariales conservados en el Arxiu Comarcal de la Cerdanya que se inicia con un libro del año 1260. Por lo tanto, son 4 años antes de la concesión del privilegio de la notaría a la ciudad, pero con notarios públicos trabajando ya en la ciudad desde hacía un tiempo. Este libro forma parte de la serie conocida como los *libri extraneorum*[49], un tipo de registro notarial propio de la notaría pública de la ciudad de Puigcerdà y que, por ser exclusivos de esta oficina, merecen una atención especial. Se trata de un conjunto de 378 libros fechados entre 1260 y 1500. No presentan características especiales y diferentes de otros registros, pues tienen el mismo aspecto que los demás libros notariales de Puigcerdà. La diferencia radica en que se trata de libros que registran contratos en los que una o ambas partes comparecientes son de fuera de la ciudad de Puigcerdà, de aquí el título de *extraneorum*. Esta nomenclatura es coetánea y ya se encuentra en las diligencias de apertura que incluyen el nombre de los notarios que trabajan en cada libro. En estas diligencias aparece también la fecha de inicio de cada libro que, al menos en los primeros, acostumbra a ser la misma en que comienza el período de trabajo de los dos notarios de la ciudad y que coincide con el día 24 de junio, fiesta de San Juan. En esta escribanía también se conservan registros notariales normales (reciben el nombre de *libri firmitatis*), libros de deudas (*libri debitorum*), de testamentos, de judíos… Y también un *liber boaciorum*[50] y un *liber panneriorum*[51] , ambos ejemplares fechados en 1281 y relacionados con los contratos de venta y comandas de animales (especialmente ovejas y vacas) y de telas. El primero de

[46] COMUZZI, Elizabeth – *Economic and Demographic change...*, pp. 56-57.

[47] Barcelona. Arxiu de la Corona d'Aragó, Jaume I, reg. 10, f. 12v. 1257 octubre 13. Son tres documentos fechados en el mismo día. Comuzzi, p. 62-63.

[48] Ver nota 23.

[49] Puigcerdà, Arxiu Comarcal de la Cerdanya. Algunos reciben el nombre de *libri firmitatis et extraneorum* y otros indican el título *Liber hominem extraneorum* (107 S.61, 1300-1301; notarios Arnau de Bonany y Ramon de Coguls) o *Liber extraneorum et rusticorum* (107 S5, 1271-1272; anónimo)

[50] Puigcerdà, Arxiu Comarcal de la Cerdanya 107 S. 57 (1280-1281) Liber boaciorum (notarios Ramon de Caborriu y Arnau de Bonany)

[51] Puigcerdà, Arxiu Comarcal de la Cerdanya 107 S. 68 (1280-1281), *Liber paneriorum* (notarios Ramon de Talltendre y Arnau de Bonany)

estos es único en las notarías catalanas, en cambio del segundo encontramos cuatro ejemplares en la ciudad de Valls y fechados entre los años 1323 y 1335[52] y también localizamos un libro particular en Castelló d'Empúries[53]. La creación de los dos libros especiales citados ahora se relaciona directamente con el importante centro manufacturero y mercantil del textil y de ganadería que llegó a ser Puigcerdà, una ciudad en medio del Pirineo. Era un polo comercial que establecía relaciones con Perpinyà, La Seu d'Urgell o Tolosa de Llenguadoc, principalmente, pero también con Bagà o Berga, en el interior de Catalunya. Desde la capital ceretana partían mercaderes hacia el interior de la Península Ibérica[54], siendo pues una ciudad por la que *peraires*, tejedores, tintoreros, traficantes de ganado o comerciantes de telas circulaban por sus calles en día de mercado, que era el jueves, o durante la feria anual. Y todo ello queda reflejado en la documentación notarial, como puso de manifiesto Antoni Riera hace ya algunos años[55].

La pregunta que surge ante la existencia de los libros especiales de extranjeros, junto a los dos otros ejemplos citados, además de los más habituales de judíos o sobre tipologías contractuales concretas la razón por la cual se crearon. Los más característicos de esta notaría son los *libri extraneorum*, una tipología de registros que encontramos también, con algunas diferencias, en la notaría de Castelló d'Empúries y que reciben el nombre de *libri extra villam*, con características similares a las citadas para el caso de Puigcerdà. El caso de los libros de Castelló merece un análisis detenido puesto que los notarios locales trabajaban también para el señor local, el conde de Empúries, y la documentación registrada en estos libros muestra un amplio espectro de otorgantes locales y foráneos, diversidad de contratos, variedad de productos y objetos de las transacciones[56]. Pero en Puigcerdà, con una actividad económica importante reflejada en los registros, los notarios optaron por crear series de registros para una gestión más eficaz de la actividad diaria de la notaría. Sobre todo teniendo en cuenta que cada año podían acceder al cargo dos notarios diferentes como sucede a menudo, aunque también se observan repeticiones en el cargo. Las características

---

[52] Tarragona. Arxiu Històric Arxidiocesà. Notarials. Valls 60 (1323); 21(1324-1325); 61(1330-1331); 62(1334-1355).

[53] Girona. Arxiu Històric. Notarials Castello d'Empúries 2.128 (años 1312-1320), *Liber est Guillelmi Font, draperii Castilionis.*

[54] DIAGO, Máximo – "La irrupción de los mercaderes catalanes en el interior de la Península bérica durante el siglo XIV. El ejemplo de los vecinos de Puigcerdà", In *La Corona catalanoaragonesa, l'Islam i el món mediterrani. Estudis d'Història Medieval en homenatge a la Doctora Maria Teresa Ferrer i Mallol.* Barcelona: CSIC, 2013, pp. 211-220.

[55] BOSOM, Sebastià – *Homes i oficis de Puigcerdà al segle XIV (Un document inèdit de 1345*). Puigcerdà: Institut d'Estudis Ceretans, 1983. RIERA MELIS, Antoni – "Els orígens de la manufactura tèxtil a la Corona Catalanoaragonesa (c.1150-1298)", In *La Mediterrània de la Corona d'Aragó, segles XIII-XVI.* València: Universitat de València, 2000, pp. 832-834. RIERA MELIS, Antoni – "El comerç d'articles agropecuaris entre Catalunya i els districtes Pirinencs del Regne de Mallorca durant la primera meitat del segle XIV". *Acta Historia et Archaeologica Mediaevalia* 26(2005), pp. 367-378.

[56] El fondo notarial de Castelló d'Empúries se conserva en el Arxiu Històric de Girona.

de la organización notarial de la ciudad, con el consecuente funcionamiento de la notaría, serían la causa de esta eficacia en la gestión documental y también en la excelente conservación de los registros notariales de la ciudad[57].

En Puigcerdà el mercado semanal se celebraba los jueves, además de la feria anual entorno al 15 de agosto, fiesta de la Asunción de la Virgen. Esta feria, no obstante, pasó a celebrarse durante el mes de noviembre, el día de Sant Ermengol[58]. Un análisis exhaustivo del primer libro notarial de la ciudad, el *liber extraneorum* redactado por los dos notarios locales pere Gisclavar y Pere Ripoll entre junio de 1260 y febrero de 1261 ya aporta algunos datos interesantes[59]. Lo primero que observamos es que los jueves se produce un incremento notable de los contratos registrados respecto otros días de la semana. De todos los jueves el 27 de enero de 1261 es cuando se registran más documentos, con un total de 46. El libro, que está incompleto porque debería de haber finalizado en el mes de junio coincidiendo con el nombramiento de dos nuevos notarios, registra 1.364 documentos. La tipología de contratos es diversa, como sucede con otros libros que hemos consultado. Por ejemplo, el análisis de otro libro de extranjeros de 1291 lleva contabilizar un total de 93 documentos fechados entre los días 25 de junio y 10 de julio[60]. Lo hacemos únicamente con estos 16 días para comprender el alcance de la actividad notarial que, por lo que se ha dicho hasta el momento, era muy grande en esta capital pirenaica (**Tabla 2**).

Las ventas se refieren a diezmos, primicias y explotación de tierras, junto con animales y telas, principal actividad comercial de la zona. Esas ventas van acorde con la contracción de deudas, que es el segundo grupo en volumen de contratación, y con las ápocas. Y la procedencia de las partes contratantes refleja la realidad del libro: que sean de fuera de la ciudad. De esta manera Puigcerdà se sitúa a la cabeza de una jerarquía de poblamiento medieval que establece su capitalidad por el carácter condal, de centro de una importante zona[61]. Es este carácter el que lleva a convertirla en ciudad-mercado, con una feria anual. Por ello en los libros notariales encontramos gente de Perpinyà, Tolosa, Narbona o Barcelona, como centros más alejados. También centros más cercanos como Berga, Bagà, La Seu d'Urgell, Andorra o la Vall Fosca. El punto de encuentro en la ciudad es la plaza, lugar de celebración del mercado semanal, espacio para medir los cereales y que ubicamos actualmente en la Plaça

---

[57] COMUZZI, Elizabeth – *Economic and Demographic change...*, 78-124.

[58] RENDU, Christine – "Un aperçu de l'Economie cerdane à la fin du XlII^{ème} siècle: draps, bétail et céréales sur le marché de Puigcerdà en 1280-1281". *Ceretania* I (1991), pp. 86. BATLLE, Carme – "Les relacions entre la Seu d'Urgell i Puigcerdà a l'Edat Mitjana", In *1er Congrès Internacional d'Història de Puigcerdà*. Puigcerdà: Institut d'Estudis Ceretans, 1983, pp.119. BATLLE, Carme – *Fires...*, p. 15.

[59] Puigcerdà. Arxiu Comarcal de la Cerdanya, 107 S1 (1260-1261) *Liber extraneorum* (notarios Pere Gisclavar y Pere Ripoll).

[60] Puigcerdà. Arxiu Comarcal de la Cerdanya, 107 S19 (1291-1292), *Liber extraneorum* (notario Mateu d'Oliana)

[61] HILTON, Rodney – "Las ciudades en la sociedad feudal inglesa", In *Conflicto de clases y crisis del feudalismo*. Barcelona: Ed. Crítica, 1988, pp. 106-122.

Tabla 2 – actividad notarial en Puigcerdà (25 junio-10 julio 1291).

Tipología	**n. de contratos**	**Tipología**	**n. de contratos**
Ápoca	13	Dote	3
Ápoca de dote	5	*Escreix*	2
Cap. Matrimoniales	1	Esponsalicio	4
Censo	1	Laudo	1
Contrato	1	Heredamiento	2
Deuda	21	Promesa de pago	5
Definición	1	Reconocimiento	1
Depósito	5	Reparto herencia	1
Donación	1	Venta	25
		Total	**93**

Fuente: Puigcerdà. Arxiu comarcal de la Cerdanya, 107 S19 (1291-1292).

Cabrinetty, un espacio cercano a la Casa de la Vila, sede del Ayuntamiento actual. En día de mercado el notario, por lo que se acaba de decir, no debía de andar lejos y tal vez se movía entre los tenderetes de los comerciantes, igual que hacían los notarios genoveses que no tenían una oficina fija para la redacción de los documentos. Pero la diligencia de apertura de un libro notarial de 1322 nos da la información precisa:

> *Anno Domini Millessimo trescentesimo XX° secundo, festum beati Iohannis iunii, octavo kalendas iulii, librum ville Podiiceritani tempore Mathei de Oliana et Guilelmi Hualard, notarii publicorum Podiiceritani et Ceritanie die et anno quibus supra intramus primo scribaniam per villam in platea factam*[62]

Es el único libro de los notarios Mateu d'Oliana y Guillem Hualart en los que encontramos este tipo de noticia. Por los mismos años existen tres libros más pero

[62] Puigcerdà, Arxiu Comarcal de la Cerdanya, 107, S.29 (1322-1323), *Liber debitorum* (notarios Mateu d'Oliana y Guillem Hualart)

en ninguno de ellos se hace referencia a la ubicación de la notaría[63]. Tomando esta referencia podemos saber que la escribanía común, la notaría pública de la ciudad estaba construida por esta en la plaza. La cercanía de los notarios de forma fija con los comerciantes en día de mercado no podía ser mejor, así los negocios podían ser puestos en manos de los fedatarios de forma más rápida y fácil. Esta proximidad se traduce en la gran cantidad de documentación registrada, siendo precisamente el período 1321-1322 (iniciando el 24 de junio y finalizando el 23 de junio del año siguiente) cuando se detecta el nivel más alto de registros en la ciudad. Elizabeth Comuzzi analiza los libros existentes para este año, sumando un total de 9 registros generados por tres parejas de notarios distintas: Mateu d'Oliana y Guillem Hualart; Jaume Garriga y Mateu d'Alb; Blanch y Arnau Esteve. Los libros son 3 *libri firmitatis*[64], 2 *libri extraneorum*[65], 2 *libri debitorum*[66] y 2 libros de testamentos[67]. El volumen total de contratos registrados llega a los 9.300, teniendo en cuenta que se detecta la pérdida de 3 registros más para dicho período, con lo que tendríamos un volumen estimado de 10.300 documentos registrados en los libros notariales de Puigcerdà[68]. Queda claro pues que esta ciudad ejercía un polo de atracción económica y el notariado, con su oficina ubicada en la plaza donde se celebraba el mercado se situaba en el centro.

En este breve recorrido dejamos de lado la ciudad de Barcelona por su complejidad en lo que a organización notarial se refiere. Sabemos, no obstante, que muchos notarios tenían la oficina en la plaça de Sant Jaume,[69] pero no todos estaban allí. El notario Narcís Guerau Gili tenía su oficina delante de la Lonja[70]. O Nicolau de Mediona tenía la notaría en la plaça de les Cols, en una casa por la que pagaba 7 libras por semestre, aunque fue cambiando de ubicación siempre en casas o locales de alquiler[71]. Por las notarías de la ciudad pasaron mercaderes y comerciantes, catalanes y de otros reinos hispánicos o extranjeros, quedando reflejada la actividad económica en los registros notariales, algunos de ellos convertidos en libros exclusivas para determinadas tipologías contractuales. Por ejemplo los libros de comandas y

---

[63] Puigcerdà, Arxiu Comarcal de la Cerdanya, 107, S.17 (1321-1322), *Liber firmitatis;* 107, S.23 (1322-1323), *Liber extraneorum*; S.31 (1321-1322), *Liber testamentorum*

[64] Puigcerdà, Arxiu Comarcal de la Cerdanya, 107, S.19; S.79; S.114.

[65] Puigcerdà, Arxiu Comarcal de la Cerdanya, 107, S.92; S.125.

[66] Puigcerdà, Arxiu Comarcal de la Cerdanya, 107, S.28; S. 131.

[67] Puigcerdà, Arxiu Comarcal de la Cerdanya, 107, S. 31; S. 255.

[68] COMUZZI, Elizabeth – *Economic...*, pp. 157-158.

[69] BATLLE, Carme; VINYOLES, Teresa – *Mirada a la Barcelona medieval, des de les finestres gòtiques.* Barcelona: Ed. Rafael Dalmau, 2002, pp. 43-44. BATLLE, Carme; FERRER, M. Teresa; MAÑÉ, M. Carme; MUTGÉ, Josefina; RIERA, Santiago; ROVIRA, Maria – *El "Llibre del Consell" de la ciutat de Barcelona. Segle XIV: Les eleccions municipals.* Barcelona: CSIC, 2007, p. 17.

[70] FERRER I MALLOL, M. Teresa – "Cartes i bitllets privats en els manuals del notari barceloní Narcís Guerau Gili (segle XV)", In *Miscel·lània Ramon Aramon i Serra*, vol. II. Barcelona: Ed. Curial, 1980, pp. 197-217.

[71] FERRER I MALLOL, M. Teresa – *El llibre de comptes de Nicolau de Mediona.* Barcelona: IEC, 2018, pp. 18-19.

seguros de los notarios Joan Nadal con 2 libros[72], Arnau Lledó[73], Bernat Nadal[74] y Tomàs de Bellmunt[75] con 3 libros cada uno de ellos y Bernat Sans[76] con un único libro. Estos ejemplos son un reflejo de las tipologías documentales que, a su vez, ponen de manifiesto la importancia de Barcelona como centro económico a finales del siglo XIV y primer tercio del siglo XV[77].

* * *

A partir de los datos aportados en este estudio podemos concluir que los notarios se erigen en un elemento esencial para el desarrollo de la sociedad urbana en la Edad Media. Los ejemplos que se han incluido reflejan una integración del notariado en esta sociedad y en su actividad, principalmente la económica. Son ejemplos que pueden extrapolarse a otros de ciudades catalanas y de poblaciones grandes en los que el mercado es el elemento que integra a la población local y foránea. Y en el mercado el notario es la figura que pone en relación a mercaderes, mercancías, precios, deudas y plazos para el pago de estas. Las notarías ejercen pues de polo de atracción para el mundo urbano, pero también para los territorios más inmediatos, integrando el ámbito rural con la ciudad. A partir de los casos de Vic, Manresa y, sobre todo, Vilafranca del Penedès y Puigcerdà podemos iniciar un recorrido que puede llevarnos a estudiar otras ciudades catalanas y su relación con el notariado. A pesar de que, como se ha dicho, hay algún caso en que la documentación es más bien escasa, tenemos la convicción de que será posible establecer una historia del notariado urbano catalán.

---

[72] Barcelona. Arxiu Històric de Protocols. 54/83(1388-1384); 54/84 (1420-430)

[73] Barcelona. Arxiu Històric de Protocols.51/13 (1394-1404); 51/31 (1403-1413); 51/32 (1407-1417)

[74] Barcelona. Arxiu Històric de Protocols.58/169 (1393-1397); 58/170 (1397-1403); 58/171 (1404-1410)

[75] Barcelona. Arxiu Històric de Protocols.79/36 (1402-1406); 79/37 (1406-1414); 79/38 (1414-1417)

[76] Barcelona. Arxiu Històric de Protocols. 87/18 (1428-1430)

[77] PIÑOL ALABART, Daniel – "Documentación y comercio: la actividad notarial en Catalunya en la Baja Edad Media", In MATEGNA, Cristina; PONCET, Olivier (eds.) – *Les documents du commerce et des marchands entre Moyen Âge et époque moderne (XIIe-XVIIe siècle).* Rome: École française de Rome, 2018, pp. 95-114.

Una aproximación a la actuación de los continos reales en Sevilla y Jerez de la Frontera a finales de la Edad Media.
el caso de Francisco Pinelo y Alonso de Suazo

Juan Marín Bueno[1]

Resumen

A finales de la Edad Media, la Corona de Castilla experimentó una serie de transformaciones políticas que propiciaron la consolidación del autoritarismo monárquico. Entre los diferentes recursos y prácticas empleados por los reyes para alcanzar sus objetivos destaca el uso de los llamados "continos" reales. Se tratan de oficiales de la Casa Real que desempeñaron un papel importante en el control del gobierno municipal, alterando la cotidianeidad de sus instituciones mediante el ejercicio de cargos concejiles y la aplicación de normativas regias. En este trabajo presentamos un estudio de caso, centrado en dos oficiales que desarrollaron su labor en las principales ciudades realengas del reino de Sevilla: la capital hispalense y Jerez de la Frontera. A través de ambos ejemplos trataremos de comprender la actuación de dichos agentes en un contexto muy concreto. Pero también el significado del oficio en las estrategias de promoción de quienes accedieron a él.

Palabras clave
Corona de Castilla; Continos reales; Reino de Sevilla; Sevilla; Jerez de la Frontera.

[1] Universidad de Cádiz.

An approximation to the action of the royal *continos* in Seville and Jerez de la Frontera at the end of the Middle Ages. The case of Francisco Pinelo and Alonso de Suazo.

Abstract

At the end of the Middle Ages, the Crown of Castille experienced a series of political transformations which provided the consolidation of the monarchist authoritarianism. The different resources and practices used by the kings to achieve their goals include the use of the royal *continos*. These were officials of the Royal Household, who played an important role in the control of the local government, altering the daily life of its institutions through the fulfilment of municipal offices and the application of royal regulations. In this work we present a case study, focused on two officials who developed their work on the main royal cities of the kingdom of Seville: the capital of Seville and Jerez de la Frontera. Through both examples we will try to understand the operation of such agents in a specific context. But also, the meaning of the office in the promotion strategies of those who gained access to it.

Keywords
Crown of Castille; Royal *continos*; Kingdom of Seville; Seville; Jerez de la Frontera.

Introducción[2].

El reinado de los Reyes Católicos (1474-1516) constituye un periodo de gran relevancia para la configuración de las monarquías castellana y aragonesa, especialmente la primera. Su gobierno vio culminado un proceso de complejas transformaciones políticas iniciado en el siglo XIII, que desembocó en la consolidación del autoritarismo regio y la génesis del Estado Moderno.

Con el fin de alcanzar sus objetivos, los monarcas se sirvieron de un conjunto de instituciones, instrumentos jurídicos y prácticas heredados de sus predecesores, pero empleados bajo una nueva orientación[3]. Debido a ello, los historiadores han

---

[2] Mis agradecimientos al profesor Rafael Sánchez Saus por sus inestimables recomendaciones. Siglas y abreviaturas empleadas: AGS = Archivo General de Simancas; AMS = Archivo Municipal de Sevilla; CCA = Cámara de Castilla; RGS = Registro General del Sello.

[3] MARTÍNEZ RUIZ, Enrique – "Tradición y novedad en la organización político-administrativa de la Corona de Castilla en el reinado de los Reyes Católicos", *Chronica Nova* 21 (1993-1994), pp. 379-404.

considerado su época como una etapa de transición, y a los propios reyes como protagonistas que demostraron "hasta qué punto un mismo sistema puede funcionar de diversas formas según la capacidad de los dirigentes", sabiendo "contribuir a su modificación y hacerlo mucho más eficaz"[4].

Entre los diferentes recursos de que se valieron para el reforzamiento de la Corona y la consecución de sus proyectos destaca la utilización a gran escala de los llamados "continos" reales[5]. Se tratan de oficiales pertenecientes a la Casa Real, típicamente castellanos[6], y que no han recibido suficiente atención por parte de la historiografía[7]. Participaron en los mecanismos de poder asegurando el cumplimiento de las órdenes regias con independencia del ámbito en que se produjeran. Uno de los más importantes fueron los gobiernos municipales, pues ayudaron a controlarlo de diferentes maneras[8]. En ese sentido, la presencia de estos agentes modificó las relaciones entre la Monarquía y las ciudades, repercutiendo en la vida cotidiana de sus instituciones políticas y judiciales.

En las siguientes páginas trataremos de explicar, a grandes rasgos, el modo en que las actividades de dichos oficiales se desarrollaron en un espacio muy concreto de la Corona de Castilla: el reino de Sevilla. Nos centraremos en dos ejemplos vinculados con la capital hispalense y Jerez de la Frontera, las principales ciudades de realengo de la región. Los personajes seleccionados muestran un perfil personal y profesional diferente. Sin embargo, mantienen en común ciertos elementos que son característicos del oficio de contino, y que están relacionados con su función en el gobierno concejil. Para empezar, presentaremos los principales rasgos que definieron al cargo y las personas que lo ejercieron. Sobre esta base, abordaremos la trayectoria de los individuos objeto de estudio, enmarcándolas en el contexto sociopolítico en que se desarrollaron. De esta forma, nos aproximaremos al modo en que la intervención

---

[4] LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *La España de los Reyes Católicos*. Madrid: Alianza, 1999, p. 107.

[5] El origen etimológico del término sigue siendo objeto de debate. Algunos autores lo sitúan en la obligación de servir *continuamente* a los monarcas, o bien en la de residir permanentemente en la Corte si deseaban recibir el salario íntegro. MONTERO TEJADA, Rosa María – "Monarquía y gobierno concejil: continos reales en las ciudades castellanas a comienzos de la Edad Moderna", In DE BERNARDO ARES, José Manuel; GONZÁLEZ BELTRÁN, Jesús Manuel (eds.) – *La administración municipal en la Edad Moderna*. Cádiz: Universidad de Cádiz, 1999, vol. II, p. 578.

[6] También tenemos constancia de su existencia en la Corona de Aragón, posiblemente por influencia castellana. Pero, al contrario que los continos de Castilla, mantuvieron un perfil esencialmente militar. Sobre el particular, conviene consultar los trabajos de Germán Gamero. GAMERO IGEA, Germán – "El modelo administrativo de la Corte de Fernando el Católico. Cambios y permanencias en la gestión cortesana de la Corona de Aragón", *E-Spania. Revue électronique d'études hispaniques médiévales* 20 (2015). GAMERO IGEA, Germán – "Entre Castilla y Aragón. Los continos en el reinado de Fernando el Católico", In CARVAJAL DE LA VEGA, David; VÍTORES CASADO, Imanol; AÑÍBARRO RODRÍGUEZ, Javier (coords.) – *Poder, fisco y mercado en las ciudades de la Península Ibérica (siglos XIV-XVI)*. Valladolid: Castilla, 2016, pp. 193-208.

[7] Un balance historiográfico en GARCÍA ALCÁZAR, María Francisca – "Los "continos" reales de Castilla durante la Baja Edad Media. Estado de la cuestión". *Espacio, Tiempo y Forma* 30 (2017), pp. 335-358.

[8] GARCÍA ALCÁZAR, María Francisca – "Los "continos" reales de Castilla…, pp. 338-339. GARCÍA ALCÁZAR, María Francisca – "Entre servicio regio y estrategia personal: los continos de Valladolid (1480-1525)", *Espacio, Tiempo y Forma* 33 (2020), pp. 193-222.

de la Monarquía a través de sus continos pudo matizarse en función del escenario y del momento en que actuaron, teniendo en cuenta la dinámica interna de las élites locales y las particularidades de los propios agentes. Al mismo tiempo, podremos conocer mejor la influencia del servicio regio en la proyección de los individuos que participaron de él en la Andalucía tardomedieval.

1. Los continos reales. Características del oficio y origen social.

Las primeras referencias a los continos se remontan a tiempos de Juan II (1406-1454)[9]. No obstante, será durante el reinado de Isabel la Católica cuando el oficio adquiera el perfil por el que se le conoce[10]. La principal característica que los define es la inexistencia de funciones específicas, que permitió a los soberanos emplearlos ante cualquier eventualidad. El amplio abanico de competencias que llegaban a asumir implicaba que parte de sus acciones coincidiera con la de diversos oficiales de las administraciones central y municipal. En ocasiones, ejercieron simultáneamente más de un cargo por este motivo, aunque no era estrictamente necesario. La formación y experiencia previa de la persona, así como su origen social, determinaban si era conveniente designarlo para cada misión[11].

Esta flexibilización de las atribuciones no se produce exclusivamente con los continos, sino que es aplicable a otras instituciones bajomedievales[12]. Por otro lado, está asociada con el concepto de servidor regio, cuya vinculación a la Corona dependía de lazos de fidelidad que, al menos en un primer momento, justificaron su participación en la política del reino por encima de otros factores. La relación personal con el rey y la obtención de su confianza responden a la mentalidad feudo-vasallática de la época, especialmente importante en las estrategias de promoción social, ya que garantizaba el acceso a mercedes y prebendas, además de prestigio, influencia y poder[13]. Ignacio Javier Ezquerra y José Martínez han subrayado el papel de los vínculos interpersonales en la constitución y mantenimiento de las estructuras

[9] Su privado, Álvaro de Luna, creó un cuerpo con este nombre destinado a la protección del rey. DOMÍNGUEZ NAFRÍA, Juan Carlos – "El rey y sus ejércitos (Guardas reales, continos, monteros y tropas de Casa Real del siglo XVII)", In GARCÍA HERNÁN, Enrique; MAFFI, Davide (coords.) – *Guerra y sociedad en la monarquía hispánica: política, estrategia y cultura en la Europa moderna (1500-1700)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2006, vol. I, p. 720.

[10] Según Inés Rodríguez, el origen de los continos reales se encontraría en las Cortes de Toledo de 1480, a pesar de que hubo nombramientos anteriores a esa fecha. RODRÍGUEZ LÓPEZ, Inés – *Los continos de la Casa Real durante el reinado de los Reyes Católicos*. Valladolid: Universidad de Valladolid. Tesis. Los resultados de su tesis doctoral, aún inédita, fueron recogidos por García Alcázar. GARCÍA ALCÁZAR, María Francisca – "Los "continos" reales de Castilla…, pp. 340-341.

[11] GARCÍA ALCÁZAR, María Francisca – "Los "continos" reales…, pp. 344-345. GARCÍA ALCÁZAR, María Francisca – "Entre servicio regio…, p. 202.

[12] LADERO QUESADA, Miguel Ángel – "La Casa Real en la Baja Edad Media", *Historia. Instituciones. Documentos* 25 (1998), p. 329.

[13] GARCÍA ALCÁZAR, María Francisca – "Los "continos" reales de Castilla…, pp. 338-339 y 350.

políticas a finales de la Edad Media[14]. Todos estos motivos han llevado a considerar a los continos reales como un primigenio funcionariado[15], a medio camino entre "los antiguos asistentes personales del rey, a su servicio y con el beneficio de su privanza"[16] y un moderno cuerpo de oficiales.

La presencia en la Corte y la interacción con el monarca resultaban esenciales para alcanzar los lazos de familiaridad que conducían al cargo. En muchos casos, su lealtad quedaba garantizada por haber servido anteriormente como pajes y donceles de la Familia Real. Otras veces, sin embargo, recibían el oficio por recomendación de personajes influyentes[17]. El desempeño de labores domésticas está relacionado con su origen social. Al contrario que otros integrantes del entorno regio, no era común que procedieran de la alta nobleza, sino de linajes urbanos interesados en ascender socialmente mediante su aproximación a los reyes[18]. La Corona, a su vez, deseaba atraerse a las oligarquías locales, ya que así acrecentaba su dominio sobre las ciudades. Frecuentemente, estas familias enviaban a algunos de sus hijos varones a la Corte cuando eran niños o adolescentes. Allí se educaban y servían a los monarcas con los oficios señalados, que representaban el comienzo de su trayectoria futura[19]. La

[14] Un fenómeno que convivía con la creación de instituciones controladas por la Corona, capaces de asegurar una mayor estabilidad y permanencia del poder monárquico. EZQUERRA REVILLA, Ignacio Javier; MARTÍNEZ MILLÁN, José – "La integración de las élites sociales en las monarquías dinásticas. Los continos", In BRAVO, Jesús (ed.) – *Espacios de poder: cortes, ciudades y villas (S. XVI-XVIII)*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2002, vol. I, pp. 339-341.

[15] LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *La España…*, p. 161. Entre los aspectos que mejor se ajustan a la imagen del funcionario moderno destaca el control de los pagos que se le debían librar en consonancia con los servicios prestados. Rosa María Montero señaló en su momento la necesidad de residir siempre en la Corte si deseaban recibir su salario completo al final del año. Una obligación contradictoria, cuando la propia naturaleza de los continos implicaba su desplazamiento constate. Sin embargo, como indica la misma autora, este descuento en el salario no se aplicaría cuando el motivo que justificaba la salida era una enfermedad o el cumplimiento de un servicio a la Corona. MONTERO TEJADA, Rosa María – "Monarquía y gobierno concejil…, p. 578.

[16] GARCÍA ALCÁZAR, María Francisca – "Los "continos" reales de Castilla…, p. 338. En el periodo medieval, la privanza significaba estar cerca del rey, acompañándole y sirviéndole. Al mismo tiempo, implicaba acceder al ámbito privado del monarca, contando con su preferencia. VALDALISO CASANOVA, Covadonga – "Privanza y privados en el reinado de Pedro I de Castilla", *Historia. Instituciones. Documentos* 34 (2007), pp. 293-294.

[17] LADERO QUESADA, Miguel Ángel – "La Casa Real…, pp. 341-342. FERNÁNDEZ DE CÓRDOVA MILLARES, Álvaro – "Sociedad cortesana y entorno regio". *Medievalismo* 13-14 (2004), pp. 65, 68, 71 y 77. DIAGO HERNANDO, Máximo – "El acceso al gobierno de las ciudades castellanas con voto en Cortes a través del patronazgo regio durante el siglo XV", *Anuario de Estudios Medievales* 32/2 (2002), p. 897. GARCÍA ALCÁZAR, María Francisca – "Los "continos" reales de Castilla…, p. 351.

[18] Los continos, al igual que otros oficiales de la Casa Real, conformaban "un grupo privilegiado en el seno de la sociedad coetánea, un colectivo caracterizado, primordialmente, por el encumbramiento tanto social como económico, logrado a través del servicio a la Corona". RÁBADE OBRADÓ, María del Pilar – "El doctor Juan Díaz de Alcocer: Apuntes biográficos de un servidor de los Reyes Católicos", *Espacio, Tiempo y Forma* 3 (1990), pp. 259-260. La inclusión de los grupos intermedios en la oficialidad regia parecía idónea "tanto por su frecuente cualificación profesional como por su mayor y mejor adaptación a los designios autocráticos de la Corona y su eventual deseo de prosperar a su servicio". TORRES SANZ, David – *La administración central castellana en la Baja Edad Media*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1982, pp. 55-56.

[19] DIAGO HERNANDO, Máximo – "El acceso al gobierno…, pp. 887-905. El mismo fenómeno ha sido identificado en las cortes nobiliarias, que reproducían a menor escala la del rey. Los señores contaron con sus

crianza y cohabitación en los círculos más estrechos del rey darían lugar a la palabra *criado*, con la que a veces se identifica en la documentación a los continos. Hace alusión a una "relación clientelar y de confianza, de manera mucho más específica que el clásico término "vasallo"[20].

A lo largo del periodo estudiado, los continos estuvieron presentes en todas las esferas de la vida pública y en los momentos más importantes del reinado, incluyendo la Guerra de Granada y la empresa colombina. Los trabajos asignados solían tener un carácter político-administrativo, pero también judicial, militar o fiscal[21]. Teniendo esto en cuenta, uno de los ámbitos en los que más destacaron fue la dirección de los gobiernos concejiles. Los Reyes Católicos aumentaron el intervencionismo de la Corona en las ciudades de realengo, limitando su tradicional autonomía[22]. La implantación generalizada de corregidores[23] y la designación de cargos municipales constituyeron el eje central de su política en los núcleos urbanos[24].

Los continos reunían las condiciones idóneas para estos nombramientos al gozar de la plena confianza de los monarcas. De acuerdo con Rosa María Montero, más del 50% de los corregidores castellanos pertenecían a este grupo de oficiales de la Casa Real[25]. En lo concerniente a las regidurías, su asignación por parte de los reyes estuvo restringida por la tendencia a la patrimonialización del cargo en el seno de la oligarquía local[26]. No obstante, el deseo de prosperar bajo el amparo de la Monarquía propició la recepción de regidores como continos reales. Al mismo tiempo, los puestos vacantes por renuncia y el acrecentamiento de oficios permitieron a los

propios continos, cuyos rasgos son semejantes a los de la Casa Real. ORTEGA CERVIGÓN, José Ignacio – "*Por seruiçios muchos e buenos que me ha fecho.* Los criados de las casas nobiliarias conquenses en la Baja Edad Media", *Anuario de Estudios Medievales* 39/2 (2009), pp. 703-721.

[20] LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Guzmán. La Casa Ducal de Medina Sidonia en Sevilla y su reino. 1282-1521.* Madrid: Dykinson, 2015, p. 439. Para saber más sobre el concepto, PÁEZ GARCÍA, Mateo Antonio – "Prohijados y "criados" en la Córdoba bajomedieval. Entre la familia y la servidumbre", In GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed.) – *Actas III Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval. La Península Ibérica en la Era de los Descubrimientos (1391-1492).* Sevilla: Junta de Andalucía, 1997, p. 1281.

[21] GARCÍA ALCÁZAR, María Francisca – "Los "continos" reales de Castilla…, pp. 343-344. SZÁSDI LEÓN-BORJA, ISTVÁN – "Los continos de don Cristóbal Colón", *Espacio, Tiempo y Forma* 13 (2000), pp. 397-420.

[22] Los municipios eran "un referente fundamental en la puesta a punto del sistema fiscal regio, la creación de un ejército permanente y la ampliación de las competencias de justicia y legislación de los reyes". ASENJO GONZÁLEZ, María – "La aportación del sistema urbano a la gobernabilidad del Reino de Castilla durante la época de los Reyes Católicos (1474-1504)", *Anuario de Estudios Medievales* 39 (2009), p. 310.

[23] LUNENFELD, Marvin – *Los corregidores de Isabel la Católica*. Barcelona: Labor Universitaria, 1989, pp. 26-27 y 32-34. LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *La España…*, p. 197.

[24] DIAGO HERNANDO, Máximo – "El acceso al gobierno…, pp. 891-892.

[25] MONTERO TEJADA, Rosa María – "Monarquía y gobierno concejil…, p. 578. El corregidor tenía la responsabilidad de supervisar al concejo, al frente del cual se encontraban los regidores. ASENJO GONZÁLEZ, María – "El corregidor en la ciudad. La gestión de su oficio y la construcción del *habitus*, a fines del siglo XV y principios del XVI", *Studia historica. Historia moderna* 39/1 (2017), pp. 93-98.

[26] DIAGO HERNANDO, Máximo – "El acceso al gobierno…, pp. 882-884. TOMÁS Y VALIENTE, Francisco – "Origen bajomedieval de la patrimonialización y la enajenación de oficios públicos en Castilla", In *Actas del I Symposium de Historia de la Administración (Madrid, 1970).* Madrid: Instituto de Estudios Administrativos, 1970, pp. 125-159.

soberanos introducir a personas de su entorno en el regimiento de las ciudades[27]. Algo similar ocurrió con los jurados, oficio cuya disponibilidad se hallaba limitada por el número de collaciones del municipio[28].

Inevitablemente, esta deriva autoritaria produjo recelos y desacuerdos. Sin embargo, no impidió el buen entendimiento entre las élites urbanas y los monarcas, pues ambas partes asumieron las ventajas de complementarse y potenciarse mutuamente[29]. Claro está, existen matizaciones en función de los posibles escenarios. Un ejemplo muy evidente lo encontramos en el reino de Sevilla.

2. Los continos reales en Andalucía. El caso de Sevilla y Francisco Pinelo.

Desde su incorporación a la Corona de Castilla a mediados del siglo XIII, la ciudad de Sevilla se convirtió en un punto estratégico para la Monarquía. A finales de la Edad Media era el núcleo más importante del reino, con una población que ascendía a los 50.000 habitantes y un fuerte dinamismo económico vinculado a la producción artesanal y agrícola, así como a las actividades mercantiles y financieras[30]. Perteneció siempre a la jurisdicción del realengo. No obstante, la autoridad del rey en la metrópoli estuvo en entredicho durante el reinado de Enrique IV (1454-1474). La inestabilidad política que marcó al periodo permitió a la nobleza regional extender su influencia por el territorio, fomentando rivalidades y conflictos internos. En el reino de Sevilla la disputa estuvo protagonizada por las casas señoriales de Medina Sidonia y Arcos, encabezadas, respectivamente, por los Guzmán y los Ponce de León. Ambos señores intervinieron en las ciudades, alterando la cotidianeidad de sus gobiernos. Establecieron redes clientelares con las oligarquías y se hicieron con el control de las fortalezas. La situación no tocaría fin hasta el viaje de Isabel I a Sevilla, en 1477[31].

Es a partir de esta fecha cuando encontraremos a los primeros continos en la capital sevillana. La actuación de los agentes regios y la paulatina introducción de servidores leales a la Corona en el concejo supondrían una completa reordenación del gobierno municipal[32]. En consonancia con lo señalado en el epígrafe anterior,

---

[27] DIAGO HERNANDO, Máximo – "El acceso al gobierno…, pp. 891-896. GARCÍA ALCÁZAR, María Francisca – "Los "continos" reales de Castilla…, p. 341.

[28] Aún así, fue posible interceder en los nombramientos aprovechando el fallecimiento del titular, o con motivo de inhabilitación del jurado por incapacidad, incompatibilidad o al hallarse culpable de ciertos delitos. POLO MARTÍN, Regina – *El régimen municipal de la Corona de Castilla durante el reinado de los Reyes Católicos. Organización, funcionamiento y ámbito de actuación*. Madrid: Colex, 1999, p. 246.

[29] ASENJO GONZÁLEZ, María – "La aportación del sistema urbano…, pp. 323-325. SÁNCHEZ SAUS, Rafael – "Los patriciados urbanos", In LADERO QUESADA, Miguel Ángel (coord.) – *El mundo social de Isabel la Católica. La sociedad castellana a finales del siglo XV*. Madrid: Dykinson, 2004, pp. 143-155. También en *Medievalismo* 13-14 (2004), pp. 143-155.

[30] LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Andalucía a fines de la Edad Media. Estructuras. Valores. Sucesos*. Cádiz: Universidad de Cádiz, 1999, pp. 21-22, 55-57 y 63-64.

[31] LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Andalucía a fines…*, pp. 283-286.

[32] Una vez eliminada la influencia de la alta nobleza, los reyes no permitirían que la aristocracia local

podemos distinguir entre los continos que se limitaron a la realización de actividades concretas[33] y aquellos que ejercieron cargos concejiles de manera prolongada[34]. En algunos casos, como el que veremos a continuación, la recepción de dichos oficios supondría un paso más en su proceso de integración en la élite local. Al igual que en otras ciudades de realengo, los continos ocuparon regidurías[35] y juradurías[36], entre otros cargos municipales. Sin embargo, los datos con que contamos hasta ahora para Sevilla resaltan su protagonismo en la alcaidía de fortalezas[37]. El concejo hispalense

recobrase el poder. En lo sucesivo, debía limitarse a administrar la ciudad. NAVARRO SAÍNZ, José María – *El concejo de Sevilla en el reinado de Isabel I (1474-1504)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2004. Tesis, pp. 76 y 165.

[33] Contamos con diversas referencias relativas a la gestión de recursos y la administración, en circunstancias muy similares a las que se dieron en otros puntos del reino. En 1478, el contino Álvaro de Gaona debía hacer una pesquisa en Sevilla para comprobar el número y calidad de los corredores de la lonja. AGS, RGS, LEG, 147802,108. En 1492, Juan de Valtierra, contino real, recibiría ayuda del asistente, los alcaldes mayores y el juez de alzada para cobrar ciertas deudas de los vecinos y moradores de la ciudad y su tierra. AGS, RGS, LEG, 149205,550. Un caso más específico dentro de estos parámetros sería el de Pedro de Cervantes, contino y juez ejecutor de la Hermandad en Sevilla, quien había de auxiliar al concejo en 1487 para elaborar una carta de repartimiento destinada al cobro de los impuestos que financiaban dicha institución. NAVARRO SAÍNZ, José María – *El concejo de Sevilla*…, p. 720. En materia de recaudación también existen ejemplos relacionados con la Guerra de Granada y las tareas de logística. Así pues, Gómez de la Rocha, contino de la Casa Real, sería nombrado diputado para la elaboración del padrón fiscal de 1485 en la collación de San Isidoro. AMS, 16/474, f. 1r.

[34] El estudio del concejo sevillano por parte de José María Navarro nos revela que los colaboradores de la Corona situados en el cabildo -entre ellos, sus continos- no procedían de la oligarquía hispalense. A partir de la década de 1480, los veinticuatro designados por los reyes acapararon las reuniones de la asamblea municipal junto al corregidor o asistente. Aun así, no todos tuvieron el mismo interés en el cargo. Cerca de la mitad de los regidores nombrados por los monarcas en la ciudad fueron absentistas, bien por desempeñar otras labores de forma paralela o por situar sus horizontes en otros ámbitos. NAVARRO SAÍNZ, José María – *El concejo de Sevilla*…, p. 165. Esta circunstancia no niega la posibilidad de que algunas personas pertenecientes a los linajes urbanos de Sevilla pudieran ser recibidas como continos de la Casa Real, con independencia de los espacios y contextos en los que desarrollaran sus acciones. Tal es el caso de Rodrigo de Marmolejo, quien recibió una comisión en 1479, estando en posesión del oficio. AGS, RGS, LEG, 147912,40. Sobre la familia Marmolejo, SÁNCHEZ SAUS, Rafael – *Linajes sevillanos medievales*. Sevilla: Guadalquivir, 1991, vol. I, pp. 157-163 y vol. II, pp. 382-383. A falta de posteriores estudios que profundicen en la materia, no hemos podido identificar a otros personajes de la élite sevillana como miembros de este cuerpo de oficiales.

[35] El primer contino que ocupó una regiduría en Sevilla fue Melchor de Maldonado, que recibió de los reyes en 1477 la veinticuatría que dejó vacante Ruy Barba por su ingreso en el convento de San Pablo. Entre 1488 y 1496 encontramos como regidor al contino Alfonso González de Medina; en las mismas fechas, a excepción del año 1503, a Luis Portocarrero, y entre 1495 y 1504 a Diego López de Haro, que nunca residió en el cargo. NAVARRO SAÍNZ, José María – *El concejo de Sevilla*…, pp. 78, 168, 265 y 312-318.

[36] En 1479 el contino Gonzalo Núñez de Écija recibió una juraduría en Sevilla, arrebatada a Juan Alemán, quien había asesinado a su padre, Alfonso Núñez. AGS, RGS, LEG, 147910,5. En 1484 se nombra a Juan de Alfaro jurado de la collación de Santiago, de la que fue desprovisto Juan de Sevilla, culpable de herejía. AGS, RGS, LEG, 148412,26. En tercer lugar, Juan de la Fuente recibió en 1497 la juraduría de la collación de San Esteban por renuncia de Damián Negrón. AGS, RGS, LEG, 149702,27. En 1500, el mismo personaje se haría con la de la collación de San Nicolás por la vacante producida por Hernando de Medina. AGS, RGS, LEG, 150006,23.

[37] Los alcaides de las fortalezas sevillanas debían formar parte del concejo. La intromisión de los reyes en su nombramiento fue replicada por los capitulares, lo que no impidió la aplicación de estas medidas. En ocasiones, observamos que las personas escogidas ingresaron al mismo tiempo en el gobierno municipal. En lo que concierne a los continos, tenemos, en primer lugar, al mencionado regidor Melchor de Maldonado, que fue alcaide de Villanueva del Camino. Igualmente, Diego López de Haro ostentó la alcaidía de las Atarazanas entre 1478 y 1504, la de Alcalá de Guadaira desde finales del primer año, y en 1488 la de Lebrija, en sustitución de la anterior. Luis Portocarrero sería alcaide de Constantina en 1495, y momentáneamente de Matrera. Suero Vázquez de Moscoso, contino de los reyes, heredaría la alcaidía de Alanís en 1492. En última instancia,

controlaba un buen número de ellas, distribuidas por los numerosos municipios de su jurisdicción. Su tenencia jugó un papel decisivo en el conflicto entre el duque de Medina Sidonia y el conde de Arcos. Finalizadas las hostilidades, se convertiría en uno de los pilares para la restauración del poder monárquico[38].

El personaje que ocupará las siguientes líneas tomó parte de los procesos que acabamos de describir, siendo uno de los hombres fuertes de la Corona en la ciudad. Se trata de Francisco Pinelo – cuyo nombre original era Francesco Pinelli –, uno de los comerciantes más acaudalados de Sevilla en las últimas décadas del siglo XV. Su trayectoria política fue muy peculiar. En ella no solo influyó su relación con los reyes y los servicios prestados a la Corona, sino también su condición de comerciante y las lucrativas oportunidades de negocio del mercado hispalense. Sin embargo, aunque existen estudios sobre su participación en el comercio y el concejo sevillano, apenas se ha profundizado en su perfil como servidor regio. Nuestro objetivo consiste en realizar un primer acercamiento a esta otra faceta de su vida, tratando de identificar cuáles fueron las actuaciones que pudieron estar relacionadas con la condición de contino real.

Francisco nació en Génova, en el seno de una familia de mercaderes que cobró relevancia a partir de la década de 1460 gracias a su parentesco con los Centurione. A través de ellos, logró establecerse en Valencia, donde participó de sus negocios. Allí trabó amistad con Luis de Santángel, comerciante y prestamista de Fernando el Católico, que introdujo a Pinelo en los ambientes más elevados y cercanos a la Corte. En la década de 1470, ambos socios se trasladaron a Sevilla, donde Francisco desarrollaría su carrera[39].

La presencia de mercaderes genoveses en el reino de Sevilla fue constante desde el siglo XII, viéndose acrecentada tras su incorporación a la Corona castellana[40]. Se

---

Alfonso González de Medina recibiría la de Utrera. NAVARRO SAÍNZ, José María – *El concejo de Sevilla…*, pp. 67, 266, 282, 287, 291-292 y 297.

[38] Dada su enorme relevancia, los monarcas depositaron estas alcaidías en personas de probada lealtad hacia la Corona, ya que el alcaide actuaba como delegado de los reyes. CASTRILLO LLAMAS, María Concepción – "Las fortalezas, instrumentos de poder al servicio de la institución monárquica en la Castilla bajomedieval", In BARRIO BARRIO, Juan Antonio; CABEZUELO PLIEGO, José Vicente (coords.) – *La fortaleza medieval: realidad y símbolo*. Alicante: Universidad de Alicante, Ayuntamiento de Alicante, 1998, pp. 177-197. RUFO YSERN, Paulina – "Los Reyes Católicos y la pacificación de Andalucía (1475-1480)", *Historia. Instituciones. Documentos* 15 (1988), p. 121. Los continos cumplían los requisitos necesarios para recibir el nombramiento, cosa que no solo sucedió en los territorios pacificados, sino también en las campañas de conquista, como la Guerra de Granada o la incorporación del archipiélago canario. GARCÍA ALCÁZAR, María Francisca – "Los "continos" reales de Castilla…, p. 343.

[39] SÁNCHEZ SAUS, Rafael – *Francisco Pinelo* [En línea]. Real Academia de la Historia, Biografías. [Consultado a 13 de diciembre de 2021]. Disponible en https://dbe.rah.es/biografias/39350/francisco-pinelo.

[40] BELLO LEÓN, Juan Manuel – "La presencia catalana en la Andalucía Occidental a finales de la Edad Media", *Anuario de Estudios Medievales* 40/1 (2010), p. 97. RUIZ PILARES, Enrique José; MINGORANCE RUIZ, José Antonio – "La movilidad social de las naciones extranjeras en las ciudades andaluzas bajomedievales: los Adorno y la sociedad política de Jerez de la Frontera (1470-1520)", *Hispania: Revista española de historia* 79/263 (2019), pp. 670-671.

trataba de la comunidad extranjera más importante de la región, aunque la mayoría de sus miembros solía asentarse temporalmente, en calidad de transeúntes. Según Raúl González, solo entre un 10 y un 15% de los comerciantes procedentes de Génova decidió naturalizarse[41]. Un porcentaje aún menor participaría en los diferentes procesos de movilidad social que consolidaron su integración en el lugar. Estas estrategias consistían, fundamentalmente, en establecer vínculos matrimoniales con familias de la élite local o en servir a la Monarquía y a linajes de la aristocracia[42]. En el caso de Francisco Pinelo observaremos las dos posibilidades.

Nuestro protagonista llegó a Sevilla, posiblemente como agente de la banca genovesa[43]. Le acompañaron otros familiares[44], y se establecieron en la collación de Santa María[45]. Las primeras noticias sobre su presencia en la ciudad tienen que ver con la legitimación de unos hijos y el cobro de deudas. En 1480 fue nombrado receptor de las bulas de Indulgencia de Canarias, lo que refleja su interés en las redes mercantiles y financieras del comercio atlántico[46].

Su asiento como contino real se produjo en 1488, siéndole asignado un sueldo anual de 40.000 maravedíes en concepto de ración y quitación[47]. En septiembre del mismo año recibió el oficio de fiel ejecutor de Sevilla, que el licenciado Pedro Sánchez del Alcázar dejó vacante tras su muerte[48]. La proximidad de ambos nombramientos parece indicar, a la luz de lo expuesto, que la fiel ejecutoría sería, a su vez, una merced concedida por los monarcas a una persona de su confianza y la primera función que se le reservaba como contino de su Casa. El oficio de fiel ejecutor fue creado en el

---

[41] Esta cifra se elevaría a más del doble en Cádiz y Jerez de la Frontera. GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl – "Vecinos y propietarios: La integración de los italianos en las sociedades portuarias andaluzas (siglos XIII-XV)", In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; BOCHACA, Michel (eds.) – *Las sociedades portuarias de la Europa atlántica en la Edad Media*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2016, pp. 271-272.

[42] La inestabilidad interna de Génova, derivada de la escasez de territorio, la debilidad de su grupo dirigente y un clima de sucesivas revueltas y destierros motivaron a muchos comerciantes a buscar fortuna en otros espacios europeos. De forma similar a Pinelo, hubo, al menos, otros dos mercaderes extranjeros asentados en Sevilla que prosperaron en el servicio a la Corona de Castilla: el genovés Francesco Bonaguisi y el catalán Berenguer Granell, convertidos en continos reales en 1477. GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl – "Integración y movilidad social de las naciones italianas en la Corona de Castilla: genoveses, florentinos y venecianos en la Andalucía bajomedieval", In TANZINI, Lorenzo; TOGNETTI, Sergio (eds.) – *La mobilità sociale nel Medioevo italiano: competenze, conoscenze e saperi tra professioni e ruoli social (secc. XII-XV)*. Roma: Viella, 2016, pp. 377-383 y 393.

[43] YBARRA HIDALGO, Eduardo – "Notas históricas y genealógicas de la Familia Pinelo", *Boletín de la Real Academia Sevillana de Buenas Letras: Minervae Baeticae* 29, 8-22 (2001), p. 9.

[44] BELLO LEÓN, Juan Manuel – "Mercaderes extranjeros en Sevilla en tiempos de los Reyes Católicos", *Historia. Instituciones. Documentos* 20 (1993), p. 48.

[45] NAVARRO SAÍNZ, José María – *El concejo…*, p. 514.

[46] BELLO LEÓN, Juan Manuel – "Mercaderes extranjeros…, p. 48. BELLO LEÓN, Juan Manuel – "Los negocios de los mercaderes Francesco Pinelli y Diego de Soria en el Atlántico Medio a finales del siglo XV", *Revista de Historia Canaria* 200 (2018), pp. 59-72.

[47] GARCÍA ALCÁZAR, María Francisca – *Los continos reales de Castilla: el largo brazo de la monarquía (1474-1520)*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2021. Tesis, p. 477. Agradezco a la autora que me permitiera consultar su trabajo, que ha sido de gran ayuda.

[48] NAVARRO SAÍNZ, José María – *El concejo…*, p. 514. AGS, RGS, LEG, 148809,19.

siglo XIV, siendo propio de Sevilla. Tenían la misión de vigilar el mercado urbano y la honradez de las transacciones, el mantenimiento del orden público, la recaudación de las rentas municipales y la actuación de los tribunales en pleitos relacionados con la hacienda local[49]. Un cargo de primer orden, por tanto, para la gestión de las riquezas de la ciudad, y muy acorde con su perfil profesional.

Precisamente por su experiencia en el mundo de los negocios, la mayor parte de los servicios ofrecidos por Pinelo a la Corona pertenecían al ámbito de la gestión económica. Su elección para estas labores y el hecho de que fueran efectuadas al margen de sus actividades como fiel ejecutor hacen pensar en su relación con el cargo de contino. Tales impresiones se ven reforzadas por lo que sabemos acerca de dichos oficiales y sus competencias. Así, en el año en que ingresó en el concejo como fiel ejecutor aparecerá, junto a su socio y amigo, Luis de Santángel, con el cargo de receptor de los bienes de los musulmanes cautivados en Málaga. Después, en 1490, tanto él como Santángel se ocuparon de la tesorería de la Santa Hermandad de Sevilla, puesto fundamental para la organización de hombres y recursos de cara a la Guerra de Granada[50]. Las tareas de gestión, aprovisionamiento y organización de las tropas y recursos fueron cruciales en el conflicto[51]. Las relevantes investigaciones de María Francisca García han destacado la implicación de los continos reales en su desarrollo y consecución[52]. Por ello, parece plausible considerar que las dos misiones adjudicadas a Pinelo formarían parte de sus funciones como servidor regio.

En relación con la conquista del reino nazarí, Francisco también contribuiría en los enormes gastos que conllevaba, involucrándose en empréstitos efectuados a la Corona. No obstante, estas operaciones no responderían a las atribuciones de ningún oficio, sino a sus actividades financieras[53]. Después de la guerra volvería a recibir instrucciones de los reyes para la gestión de rentas y el pago de deudas[54], uno de los

[49] LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Historia de Sevilla. La ciudad medieval (1248-1492).* Sevilla: Universidad de Sevilla, 1989, p. 172.

[50] SÁNCHEZ SAUS, Rafael – *Francisco Pinelo* [En línea]. Al mismo tiempo, otros continos realizarían pesquisas sobre el valor de los cautivos que no pudieron financiar su rescate, vendiéndolos a continuación. GARCÍA ALCÁZAR, María Francisca – *Los continos reales de Castilla…*, pp. 233-234.

[51] LADERO QUESADA, Miguel Ángel – "Ejército, logística y financiación en la Guerra de Granada", In LADERO QUESADA, Miguel Ángel (coord.) – *La incorporación de Granada a la Corona de Castilla*. Granada: Diputación de Granada, 1993, p. 676.

[52] La presencia de los continos en la organización de las campañas fue mayor a partir de 1484. Sus obligaciones englobaron, entre otras cosas, la búsqueda de acémilas para el acarreo de armas y suministros, la compra de salitre para la artillería, el acopio de víveres y el cobro de impuestos. GARCÍA ALCÁZAR, María Francisca – *Los continos reales de Castilla…*, pp. 230-242.

[53] En 1491, Pinelo y Gabriel Sánchez pagarían a la Monarquía ocho millones de maravedíes. Al poco tiempo, el genovés avalaría un préstamo de otros cinco millones aportados por el duque de Medina Sidonia. Finalmente, en 1492, pagó otro millón para el traslado de Boabdil a África. SÁNCHEZ SAUS, Rafael – *Francisco Pinelo* [En línea]. Los Reyes Católicos volverían a recurrir a él por el mismo motivo tras la Guerra de Granada. En 1494 ordenaron al obispo Fonseca que, en caso de ser necesario, solicitase dinero a Francisco para fletar trece carabelas para la armada de Sicilia. AGS, CCA, CED, 1,165,2.

[54] En 1492 se le encarga el arrendamiento de las rentas reales de Palos de la Frontera. SÁNCHEZ SAUS, Rafael – *Francisco Pinelo* [En línea]. En el mismo año se le entrega una comisión sobre lo debido a Gutierre

ámbitos que afectaron a los continos reales[55].

Estas líneas de actuación bajo el amparo de la Monarquía llevaron a Francisco al culmen de su proyección en 1503. Ese año se fundó la Casa de la Contratación, que controlaría los intercambios comerciales y el traslado de personas hacia el continente americano, y cuya sede se fijó en Sevilla. Francisco Pinelo fue su primer factor, ocupándose de redactar los estatutos del organismo, inspirados en los de la Casa de Génova, y aprobados por cédula de Isabel I el 14 de enero de 1503[56]. Pese a la excepcionalidad de este nombramiento, no cabe duda de que la probada fidelidad a los monarcas y su amplia trayectoria resultaron determinantes en su ascenso final. En ese sentido, el oficio de contino real, con todos los rasgos que hemos presentado, constituiría uno de los pilares que fundamentaron su promoción en el marco de la élite política de Sevilla. Junto a él, encontraríamos sus conocidos éxitos mercantiles, así como su parentesco con otros linajes de la ciudad a través de su enlace con María de la Torre. Con ella tendría dos hijos legítimos, Jerónimo y Pedro, que alcanzaron puestos de importancia en la carrera eclesiástica[57].

3. La élite jerezana y su relación con la Monarquía. El ejemplo de Alonso de Suazo.

Jerez de la Frontera fue la segunda ciudad más importante del reino de Sevilla. Al igual que la capital hispalense, desempeñó un papel fundamental en la producción agrícola y su comercialización[58]. Su marco sociopolítico, diferente al anterior, debe ser comprendido de antemano para entender las circunstancias en que actuaron los oficiales regios. En primer lugar, la condición fronteriza del municipio generó un estamento caballeresco en el que recayó el gobierno de la ciudad desde el siglo XIII, circunstancia que dificultó el ascenso de foráneos a los oficios concejiles, aunque no

---

Guazo, vecino del valle de Toranzo, por el comendador y contino Lope de Avellaneda. AGS, RGS, LEG, 149211,186. En 1493, tras la recuperación de Cádiz para el realengo, se le encomienda a él y al bachiller de la Torre que hagan las rentas de alcabalas, almojarifazgos, salinas y otras en la ciudad y su tierra. AGS, RGS, LEG, 149302,16. También en Cádiz, en el año 1498, los reyes le ordenaron que armase las almadrabas que tenían allí en propiedad, concediéndole licencia para vender el atún que se pescara en cualquier parte del reino. BELLO LEÓN, Juan Manuel – "Mercaderes extranjeros…, pp. 48-49.

[55] Particularmente a quienes demostraran sus habilidades en dicho campo. Si bien no era imprescindible, estos continos podían desempeñar cargos como el de contador o tesorero. GARCÍA ALCÁZAR, María Francisca – "Entre servicio regio…, p. 202.

[56] YBARRA HIDALGO, Eduardo – "Notas históricas…, p. 11.

[57] YBARRA HIDALGO, Eduardo – "Notas históricas…, pp. 11-12. GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl – "Integración y movilidad social…, pp. 380-381. LADERO QUESADA, Miguel Ángel – "Los genoveses en Sevilla y su región (siglos XIII-XVI): Elementos de permanencia y arraigo", In *Los Mudéjares de Castilla y otros estudios de historia medieval andaluza*. Granada: Universidad de Granada, 1989, pp. 295-296. SÁNCHEZ SAUS, Rafael – *Francisco Pinelo* [En línea].

[58] RUIZ PILARES, Enrique José – "Jerez de la Frontera: El gran centro productor del complejo portuario de la bahía de Cádiz a finales de la Edad Media", *Estudios sobre patrimonio, cultura y ciencias medievales* 20 (2018), p. 361.

lo impidió por completo[59]. Por otro lado, la cohesión del grupo dirigente, más allá de las parcialidades que marcaron las rivalidades internas, supusieron un obstáculo para la inferencia de poderes externos, ya fuera el de la nobleza – como sucedió durante el enfrentamiento entre los Guzmán y los Ponce de León – o el de la Corona – especialmente en tiempos de los Reyes Católicos. La intervención del poder real en el gobierno municipal se volvió a concretar en dos aspectos: el nombramiento de corregidores y la presencia en la asamblea local de hombres de su confianza, de los que se esperaba que defendieran sus intereses[60].

Como parte de dicha estrategia volvieron a recurrir a la designación de continos reales, lo que confirmaría nuevamente las dinámicas identificadas en otras zonas de Castilla. Pero como hemos mencionado, el éxito de estas medidas fue muy inferior en el caso jerezano. El primer corregidor enviado por los reyes a la ciudad sería Juan de Robles. Su mandato comenzó en 1477 y finalizó en 1485. En 1478 sería recibido como contino real[61]. La relación entre ambos cargos ha sido explicada previamente. El alcance de su autoridad como máximo representante de la Corona estuvo muy limitada en el concejo de Jerez, pues solo contaba con un voto sin calidad de desempate. Además, los abusos cometidos durante los años en que permaneció al frente del corregimiento provocaron la oposición del resto de capitulares, aunque en ningún momento perdió el respaldo de los monarcas[62]. En cuanto a la introducción de personas de su entorno cercano en el gobierno local, encontramos que todos ellos eran continos reales, reforzando, una vez más, la vinculación de este oficio cortesano con el desempeño de cargos municipales. No obstante, a diferencia de lo que ocurrió en Sevilla, los nombramientos no recayeron en foráneos, sino en miembros de la oligarquía jerezana[63]. Se trata de un aspecto muy importante a tener en cuenta. En primer lugar, porque ser al mismo tiempo contino de los reyes y miembro del concejo reforzaba la influencia de su linaje en la ciudad de origen[64]. Sin embargo, por esta misma razón, no llegaron a crear un frente común con los corregidores. En palabras de Enrique Ruiz, "la lealtad de los continos a los monarcas colisionaba con el sentimiento corporativista del grupo dirigente al que pertenecían ellos y sus

---

[59] RUIZ PILARES, Enrique José; Mingorance Ruiz, José Antonio – "La movilidad social…, pp. 675-676. RUIZ PILARES, Enrique José – "Los extranjeros en los gobiernos de las ciudades de la Andalucía atlántica a finales de la Edad Media", In ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina; SILVA, Gonçalo Melo da; PRATA, Sara (eds. lit.) – *Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval*. Lisboa: IEM, 2019, pp. 526-528.

[60] RUIZ PILARES, Enrique José – *La sociedad política en Jerez de la Frontera a finales de la Edad Media*. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2020, pp. 174 y 178.

[61] GARCÍA ALCÁZAR, María Francisca – *Los continos reales de Castilla…*, p. 200.

[62] RUIZ PILARES, Enrique José – *La sociedad política…*, p. 174.

[63] RUIZ PILARES, Enrique José – *La sociedad política…*, pp. 178-179.

[64] GARCÍA ALCÁZAR, María Francisca – "Los "continos" reales de Castilla…, pp. 345-346. VAL VALDIVIESO, María Isabel del – "Ascenso social y lucha por el poder en las ciudades castellanas del siglo XV", *En la España Medieval* 17 (1994), pp. 157-158.

familiares"[65].

Entrando en detalles, se ha identificado a un total de once continos reales en el cabildo jerezano. El corregidor, tres regidores y nueve jurados – uno de ellos el citado Juan de Robles. Los tres regidores fueron Francisco de Salas, Alonso Pérez de Vargas y Francisco de Villacreces, miembros de la élite urbana, de los cuáles, los dos primeros recibieron anteriormente por concesión regia una juraduría, y el tercero una escribanía pública. Respecto a los jurados, cuatro procedían de fuera, siendo, igualmente, los que menos aprovecharon su designación, hasta el punto de que acabaron vendiendo el oficio. Los demás, por el contrario, sí pertenecían a linajes jerezanos, sacando mayor rendimiento del cargo[66].

Nos centraremos en uno de ellos, Alonso de Suazo. Su trayectoria es de gran interés, pues refleja la complejidad que estas estructuras de poder llegaron a revestir en determinadas situaciones, matizando la funcionalidad de los continos reales como brazo ejecutor de la voluntad regia. Alonso nació en el seno de una de las principales familias de Jerez, con presencia en su concejo. Era segundogénito, de modo que el servicio a la Monarquía se revelaba como una buena opción para acceder a los cargos que no podría recibir por herencia[67]. Como señalamos en el primer apartado, este perfil es extrapolable a otros oficiales del mismo cuerpo.

No obstante, su familia no solo mantuvo vínculos con la Corona. Al igual que en Sevilla, los linajes que controlaban el concejo de Jerez se posicionaron en el enfrentamiento entre el duque de Medina Sidonia y el conde de Arcos. La división se vio reflejada en la existencia de dos bandos, que fueron denominados como el de "arriba" y el de "abajo". Los Suazo optaron por respaldar a los Ponce de León, pasando a formar parte del bando de "abajo"[68]. Las conexiones de la familia Suazo con la Casa de Arcos alcanzaron su máxima expresión en la figura de Juan de Suazo, hermano mayor de Alonso. Este personaje casó con Florentina, la hermana de Rodrigo Ponce de León, conde de Arcos y marqués de Cádiz. Tras la pacificación de Andalucía por Isabel I, ejerció la alcaidía del castillo de Cádiz. En 1490, obtuvo por mediación de don Rodrigo una regiduría en Jerez y numerosas propiedades en su alfoz[69].

[65] RUIZ PILARES, Enrique José – *La sociedad política…*, p. 178.

[66] RUIZ PILARES, Enrique José – *La sociedad política…*, p. 180.

[67] GARCÍA ALCÁZAR, María Francisca – "Los "continos" reales de Castilla…, pp. 350-351.

[68] El nombre proviene del tradicional juego de las cañas, celebrado en Jerez como representación de esta rivalidad. El juego consistía en el enfrentamiento de dos equipos de caballeros que partían de distintas zonas de la ciudad: la Puerta del Real los de "abajo" y el Alcázar los de "arriba". Se encontraban en un espacio intermedio, donde se arrojaban lanzas que debían esquivar con sus escudos. RUIZ PILARES, Enrique José – *El poder en el Concejo de Jerez de la Frontera durante el reinado de los Reyes Católicos (1474-1504): espacios, ámbitos y recursos*. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2017. Tesis, pp. 187-188. Estas parcialidades no dependieron únicamente de la política regional. Ambas facciones mantuvieron siempre su rivalidad por el reparto de oficios concejiles y la adopción de acuerdos ante problemáticas de carácter local. Así pues, una vez finalizada la disputa entre los señores, continuarían con su lucha cotidiana por el control del poder municipal. RUIZ PILARES, Enrique José – *La sociedad política de Jerez…*, p. 137.

[69] A cambio de la regiduría, Juan de Suazo cedió al marqués el pequeño señorío de La Puente, muy

Sobre este precedente construiría su trayectoria Alonso de Suazo, recogida por Enrique Ruiz en su estudio sobre el concejo y la sociedad política de Jerez. Aunque no alcanzó la misma proyección que su hermano, Alonso ocupó algunos cargos tanto en el cabildo municipal como en la administración del marqués. Sin embargo, también serviría a la Corona con el oficio de contino real. Su caso refleja una realidad que afectó a otros miembros de la élite local, y que subraya las peculiaridades de esta ciudad frente a otras. Por un lado, la pervivencia de los vínculos con los señores pese a la prohibición de los reyes. Por el otro, las ya señaladas limitaciones que la Monarquía encontró a la hora de dominar la política en el cabildo jerezano[70].

No hemos podido identificar en qué año se recibió a Alonso de Suazo como contino de la Casa Real. Pero sí sabemos que cuando los Reyes Católicos le nombraron jurado en 1484[71] ya se encontraba en posesión de dicho cargo[72]. De modo que, como en el caso de Pinelo, el desempeño del oficio concejil sería análogo a sus funciones al servicio de la Corona. La figura del jurado existió fundamentalmente en las ciudades al sur del Tajo, y de un modo muy especial en las de Andalucía. Su principal función consistía en representar a los vecinos de las diferentes collaciones o parroquias que componían la ciudad ante el gobierno municipal. Asistían a las reuniones del cabildo con derecho de voz, aunque no de voto, debiendo denunciar cualquier abuso cometido por los regidores y otros oficiales del concejo[73]. En la práctica, el proceso de patrimonialización de cargos que también afectó a las regidurías propició que regidores y jurados comenzaran a formar un bloque compacto en el que compartían intereses familiares y de clase, creando una disciplina de grupo que superaba los intereses particulares, pero que vaciaba de contenido el significado del oficio[74].

A esta circunstancia de carácter interno habría que sumar la relación clientelar y los lazos socioafectivos que los señores regionales forjaron durante décadas con los linajes urbanos. Estos vínculos, que los reyes trataron de disolver, no desaparecieron nunca por completo[75]. En lo que se refiere a nuestro protagonista, Rodrigo Ponce

próximo a Cádiz, y en el que don Rodrigo estuvo siempre interesado, pues le permitiría afirmar su poder en la bahía gaditana. MONSALVO ANTÓN, José María – "La sociedad política en los concejos castellanos de la meseta durante la época del regimiento medieval. La distribución social del poder", In *Concejos y ciudades en la Edad Media hispánica*. Ávila-León: Fundación Sánchez Albornoz, 1990, p. 394. SÁNCHEZ SAUS, Rafael – *Linajes medievales de Jerez de la Frontera*. Sevilla: Guadalquivir, 1996, vol. I, pp. 170-171.

70 RUIZ PILARES, Enrique José – *La sociedad política*..., p. 192.

71 SÁNCHEZ SAUS, Rafael – *Linajes medievales*..., p. 171.

72 RUIZ PILARES, Enrique José – *La sociedad política*..., p. 192.

73 POLO MARTÍN, Regina – *El régimen municipal*..., p. 283. El proceso empleado para realizar estas denuncias recibía el nombre de requerimiento, que los jurados elevaban ante el cabildo, y que tenía fuerza de veto. De no cumplirse, estaban obligados a acudir a la Corona, que intervendría para solventar el problema. GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *El concejo de Carmona a fines de la Edad Media (1464-1523)*. Sevilla: Archivo Hispalense, 1973, p. 151.

74 GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *El concejo de Carmona*..., p. 152.

75 RUIZ PILARES, Enrique José – *La sociedad política*..., pp. 183-185. Una práctica que se mantuvo en el tiempo fue la concesión de oficios en la administración de los estados señoriales, así como la prestación de servicios militares. Por estas labores, los oligarcas vinculados con la casa nobiliaria percibían un sueldo en

de León le otorgó en 1485 la alcaidía del castillo de Cardela, que tomó durante la conquista del reino de Granada[76].

Su nombramiento generó ciertos recelos entre los capitulares, sobre todo porque en ese mismo año la ciudad de Jerez se encontraba en un pleito de términos con la Casa de Arcos. Los integrantes del concejo decidieron anteponer el bien de la ciudad a sus lazos personales con el marqués, exigiendo a todos los miembros que jurasen respetar la decisión tomada. Este acontecimiento resulta muy significativo, pues demuestra que, al margen de las parcialidades y su relación con la Corona o la nobleza, la élite concejil era capaz de unirse para evitar la interferencia de poderes externos y preservar el funcionamiento cotidiano de la institución. Alonso de Suazo, en cambio, se negó a jurar, alegando que no se podía dudar de su lealtad. Tras un intenso debate, el cabildo aceptó su decisión, pues comprendieron que el ejercicio simultáneo de oficios concejiles y señoriales podía ser inevitable[77].

Los servicios a la Casa de Arcos continuaron tras la muerte de don Rodrigo en 1492. Su viuda, Beatriz Pacheco, situó a Alonso al frente de la alcaidía de Rota, cercana a Cádiz. Ejerció el cargo hasta 1509 con el beneplácito de la Monarquía. Aunque finalmente pudo permanecer al mismo tiempo en todos estos puestos, su pluralidad de lealtades – a los reyes, al marqués y a la ciudad – despertó sospechas entre sus coetáneos, generándole diversos problemas[78].

Conclusiones.

Los continos reales de Castilla deben contextualizarse en las estructuras institucionales y administrativas empleadas por los Reyes Católicos como los pilares que sostendrían su gobierno. Constituyeron, a todas luces, un recurso de gran utilidad para garantizar la presencia del poder monárquico en los diferentes rincones de sus extensos dominios. Por otro lado, su proyección en el territorio, y particularmente en las ciudades, los convierte en elementos sin los cuales resultaría imposible comprender la dinámica cotidiana del concejo y las élites dirigentes, ya que su aparición redefinió las relaciones entre la Monarquía y los cabildos municipales.

Uno de los aspectos más destacables de estos agentes es su pertenencia a los círculos más estrechos de colaboradores de la Corona, situación que sustentaban en los vínculos personales con los monarcas, pues gracias a ellos fueron merecedores

concepto de acostamiento. ORTEGA CERVIGÓN – “Por seruiçios muchos e buenos…, pp. 703-704.

[76] RUIZ PILARES, Enrique José – *La sociedad política…*, pp. 192-193. VALDECANTOS DEMA, Rodrigo – “El castillo de Cardela en Ubrique (Provincia de Cádiz)”, *Estudios de Historia y Arqueología medievales IX* (1993), pp. 241-287.

[77] En 1490, Suazo tuvo que afrontar una situación parecida. Fue designado por el concejo como diputado de términos, pero rechazó el nombramiento a fin de evitar la desconfianza de sus colegas. RUIZ PILARES, Enrique José – *La sociedad política…*, pp. 192-193.

[78] RUIZ PILARES, Enrique José – *La sociedad política…*, pp. 192-193.

de su confianza, y, por extensión, de los cargos desempeñados bajo su mandato. La privanza regia no solo era necesaria para el correcto funcionamiento de los organismos estatales, sino también en la trayectoria de quienes deseaban promocionarse a través de ellos. En ese sentido, el análisis de los oficiales es susceptible de recibir diversas lecturas complementarias a la institucional. Su extracción social y las posibles vías de acceso al cargo son indisociables de la realidad representada por las ciudades y sus cuadros dirigentes. Los casos analizados así lo demuestran.

Al margen de sus diferencias, Francisco Pinelo y Alonso de Suazo fueron partícipes de unos mecanismos de proyección política similares, ya que ambos alcanzaron oficios concejiles por designación regia, siendo la condición de contino real un elemento influyente en su acceso al gobierno local. Sin embargo, sus respectivas trayectorias requieren de una lectura más amplia, que tenga en cuenta todos los factores que influyeron en ellas. De este modo, el ejercicio de oficios regios y concejiles son solo una parte de estrategias de promoción más complejas. Francisco Pinelo supo aprovechar las favorables circunstancias de Sevilla para desarrollar las actividades comerciales en las que participaba. Suazo, en cambio, pertenecía a la élite caballeresca de Jerez, lo que condicionó mucho sus actuaciones como servidor regio. La implicación de la ciudad en los conflictos regionales y la cotidiana rivalidad de sus mandatarios propiciaron la cercanía de Alonso a los condes de Arcos, quienes le otorgaron su favor mediante nombramientos que hubo de compaginar con el de jurado y contino.

Esta amplia gama de posibilidades nos indica la heterogeneidad que subyace bajo los continos reales, y que abre nuevas perspectivas de estudio que no han sido exploradas hasta la fecha. La utilización de metodologías como la Prosopografía o el Análisis de Redes nos permitiría profundizar en el conocimiento de estos oficiales regios desde un enfoque alternativo al de la Historia Política. Asimismo, contribuiría a expandir las conclusiones alcanzadas por la Historia Social, matizándolas en un espacio muy concreto y singular como lo fue Andalucía.

Parte III

Quotidianos dos mercadores e estrangeiros: espaços,tempos, protagonistas

El comercio urbano en la Baja Edad Media:
su cotidianidad y sus agentes sociales

David Igual Luís[1]

Resumen

El artículo examina el comercio urbano de la Baja Edad Media desde dos perspectivas: una, la observación de los factores que determinaban la cotidianidad de ese comercio; dos, el análisis de los agentes que lo protagonizaban, principalmente los mercaderes. El texto comienza con algunas reflexiones sobre el significado de la historia de la vida cotidiana y con el planteamiento de las preguntas y los contextos que el estudio de la ciudad y el comercio debe afrontar. Después expone varios ejemplos de documentos hispánicos e italianos de los siglos XIII-XV y, a partir de ellos, se centra en tres grandes asuntos que son abordados también desde ambos observatorios (el hispánico y el italiano): la abundancia y la variedad de los individuos que estaban presentes en las mercados; los espacios urbanos en que se concretaba el comercio y su ritmo de desarrollo; y las prácticas comerciales y la trayectoria vital y profesional que ponían en marcha sobre todo los mercaderes..

Palabras clave
Ciudades; Comercio; Baja Edad Media; Reinos hispánicos; Italia.

[1] Universidad de Castilla-La Mancha.

Urban trade in the late Middle Ages: its daily life and social agents

Abstract

This article analyses the urban trade in the Late Middle Ages from two perspectives: one, the observation of the factors that determined the everyday life of this trade; two, the analysis of the agents who were involved in it, mainly merchants. The text begins with some reflections on the meaning of the history of everyday life and with a discussion of the questions and contexts that the study of the city and trade must address. It then presents several examples of Hispanic and Italian documents in the 13th-15th centuries and, based on these, focuses on three major issues that are also addressed from both observatories (Hispanic and Italian): the abundance and variety of individuals who were present in the markets; the urban areas in which trade took place and its pace of development; and the commercial practices and the life and professional trajectory that merchants in particular set in motion.

Keywords
Cities; Trade; Late Middle Ages; Hispanic kingdoms; Italy.

1. La historia de lo cotidiano: una sensación personal, algunos recordatorios.

No cabe duda que, a las alturas de las fechas en que se celebraron estas *VI Jornadas Internacionais de Idade Média* (2021) o en que se ha elaborado finalmente este texto (2022), historiar la vida cotidiana constituye un terreno de investigación y de análisis plenamente consolidado. Baste fijarse solo en los propios estudios sobre la Edad Media. Entre las publicaciones que conozco y he manejado para plantear este artículo, pueden seleccionarse varios ejemplos de ámbito general europeo o referidos únicamente a los territorios ibéricos que, como mínimo, demostrarían: uno, que los aspectos de la cotidianidad han llegado ya a quedar incorporados de forma directa o indirecta en obras manualísticas globales[2] o concernientes en particular al mundo urbano[3]; dos, que la misma vida cotidiana ha merecido, y continúa mereciendo, ser

[2] LAZZARINI, Isabella (ed.) – *The Later Middle Ages*. Oxford: Oxford University Press, 2021, especialmente los capítulos 3-6, pp. 79-192; RUBIN, Miri – *The Middle Ages. A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2014, pp. 29-58.

[3] CHÉDEVILLE, André; LE GOFF, Jacques; ROSSIAUD, Jacques – *La ville en France au Moyen Âge*

objeto de observaciones específicas (a veces, de carácter divulgativo)[4] y hasta de balances historiográficos[5]; y tres, que la indagación del tema no ha dejado de adaptarse a determinadas tendencias o *modas* que la evolución justamente de la historiografía ha conllevado. Así lo denotaría el interés por integrar las realidades de lo cotidiano o, simplemente, *de la vida* en aproximaciones recientes sobre la desigualdad económica[6] o sobre los efectos de las pandemias[7]. No obstante, más allá de la eclosión que estas dos corrientes de estudios (sobre la desigualdad y las pandemias) han experimentado en los últimos años, por razones claramente vinculadas a nuestra actualidad, la opción de relacionar la cotidianidad con ambas perspectivas ya fue puesta de manifiesto hace tiempo[8].

Las ideas que acabo de reflejar, o las citas que he mencionado en las notas hasta aquí, no son obviamente completas. Son una mera muestra, parcial, de las posibilidades que ofrece hoy en día la historia de la vida cotidiana en su aplicación a los siglos medievales y, en especial, de la amplia tradición que posee su examen. Podría afirmarse que es una cuestión de tratamiento ya *clásico* o "very ancient"[9]. A pesar de esto, sin embargo, debo confesar lo que es una sensación absolutamente personal. Cada vez que me enfrento a la materia de lo cotidiano como docente o

---

des Carolingiens à la Renaissance. Dir. Jacques Le Goff. 2ª ed. París: Éditions du Seuil, 1998 (ed. original de 1980), pp. 382-386 y 523-548; GROHMANN, Alberto – *La città medievale*. Roma y Bari: Editori Laterza, 2003; NICHOLAS, David – *The Later Medieval City, 1300-1500*. Londres y Nueva York: Routledge, 2016 (ed. original de 1997), pp. 322-344; ROUX, Simone – *Le monde des villes au Moyen Âge. XIe-XVe siècle*. 2ª ed. París: Hachette Livre, 2004, pp. 157-166.

4 Desde el ámbito español, ANDRÉS MARTÍN, Rubén – *La vida cotidiana en la Edad Media. El paso de la aldea a la ciudad*. Barcelona: Shackleton Books, 2020; ORTEGA CERVIGÓN, José Ignacio – *Breve historia de la vida cotidiana de la Edad Media occidental. Costumbres, cultura y tradiciones*. Madrid: Nowtilus, 2020; y VALDEÓN BARUQUE, Julio – *Vida cotidiana en la Edad Media*. Madrid: Dastin, 2004. Desde otros ámbitos europeos, DELORT, Robert – *La vita quotidiana nel Medioevo*. 7ª ed. Roma y Bari: Editori Laterza, 2009 (ed. original en francés de 1972); FRUGONI, Arsenio; FRUGONI, Chiara – *Storia di un giorno in una città medievale*. Roma y Bari: Editori Laterza, 2016 (ed. original de 1997); y GIES, Joseph; GIES, Frances – *Life in a Medieval City*. Nueva York: Harper Perennial, 2016 (ed. original de 1969).

5 CONDE, Manuel Sílvio Alves – "The History of Everyday Life", In MATTOSO, José (dir.) – *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 513-527.

6 BLONDÉ, Bruno *et alii* (ed.). *Inequality and the City in the Low Countries (1200-2020)*. Turhout: Brepols, 2020, sobre todo el capítulo de DE KEYZER, Maïka – "How was City Life? Moving beyond GDP and Real Income to Measure Pre-modern Welfare and Inequality Levels", pp. 359-376.

7 ZANOBONI, Maria Paola – *La vita al tempo della peste. Misure restrittive, quarantena, crisi economica*. Milán: Editoriale Jouvence, 2020.

8 Sobre los factores de la desigualdad social y económica en lo cotidiano, véanse VALDEÓN BARUQUE, Julio – "Aspectos de la vida cotidiana en la Castilla de fines de la Edad Media", In GARCÍA GUINEA, Miguel Ángel (dir.) – *Vida cotidiana en la España medieval. Actas del VI Curso de Cultura Medieval (Aguilar de Campoo, del 26 al 30 de septiembre de 1994)*. Aguilar de Campoo y Madrid: Fundación Santa María la Real y Ediciones Polifemo, 2004 (1ª reimpr. de la 1ª ed. de 1998), p. 12, y ASENJO GONZÁLEZ, María – "El ritmo de la comunidad: vivir en la ciudad, las artes y los oficios en la Corona de Castilla", In IGLESIA DUARTE, José-Ignacio de la (coord.) – *La vida cotidiana en la Edad Media. VIII Semana de Estudios Medievales (Nájera, del 4 al 8 de agosto de 1997)*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 1998, p. 171. Sobre pandemias y cotidianidad, GÜNZBERG I MOLL, Jordi – *Vida quotidiana a la ciutat de Barcelona durant la pesta negra (1348)*. Barcelona: Rafael Dalmau Editor, 2002.

9 CONDE, Manuel Sílvio Alves – "The History...", p. 513.

como investigador, incluyendo la tarea de redactar este trabajo, no puedo evitar la impresión de estar ante un modo de apreciar el pasado que es siempre *joven* y que exige, también siempre, de varias precisiones (o justificaciones) iniciales. Creo muy probable que estas percepciones emanen del contexto en el que yo me formé como historiador en España, durante las décadas de 1980 y 1990. Entonces, en los círculos en que me movía, se difundía una cierta imagen (o así lo entendía yo) de que la historia de la vida cotidiana era algo nuevo o que, por lo menos, tenía todavía mucho recorrido por delante. En 1994 en Aguilar de Campoo (Palencia) y en 1997 en Nájera (La Rioja) se dedicaron a la temática sendos encuentros científicos, publicados luego en 1998[10], cuyas contribuciones insistían para esos instantes en los rasgos de novedad o moda de dicha historia[11] o en las "buenas perspectivas" que esta brindaba para "futuros trabajos"[12]. Y ello, aun admitiendo que el análisis histórico de la cotidianidad gozaba ya de antigüedad, incluso en aquellos momentos de los noventa[13].

Diría, pues, que es la herencia formativa recibida la que provoca la impresión de *juventud* en el abordaje de la vida cotidiana que he señalado arriba. Pero no solo esto. También provoca la segunda parte de mi impresión: la obligación que siento de introducir, de entrada, precisiones (o justificaciones) respecto a la cuestión. Siguiendo con las aportaciones de los dos encuentros científicos reseñados, en ellas se indicaban asimismo diversos riesgos que corría el rastreo de lo cotidiano. Entre otros, el hecho de poder ser contemplado como "una parcela *light* de la investigación"[14] o de derivar en un sector de estudio que se preste "a la divulgación fácil o a la difusión de tópicos"[15]. Frente a estos posibles peligros, siempre en los referidos encuentros se recogían o sugerían diferentes advertencias que quizá es bueno recordar, porque pienso que continúan siendo pertinentes. De nuevo entre otras, una primera advertencia sería la necesidad de incardinar lo cotidiano en la totalidad de la historia y de no desatender la capacidad de síntesis frente a la simple acumulación de circunstancias anecdóticas[16]; una segunda advertencia iría en la línea de lo conveniente que puede ser interpretar la vida cotidiana bajo el prisma de la historia social y económica[17]. En último extremo,

[10] GARCÍA GUINEA, Miguel Ángel (dir.) – *Vida cotidiana*...; IGLESIA DUARTE, José-Ignacio de la (coord.) – *La vida cotidiana*...

[11] ASENJO GONZÁLEZ, María – "El ritmo de la comunidad...", p. 169; VALDEÓN BARUQUE, Julio – "Aspectos de la vida cotidiana...", p. 11; COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – "La vida cotidiana en el ámbito de las relaciones laborales artesanales", In GARCÍA GUINEA, Miguel Ángel (dir.) – *Vida cotidiana*..., p. 23.

[12] ASENJO GONZÁLEZ, María – "El ritmo de la comunidad...", p. 170.

[13] ASENJO GONZÁLEZ, María – "El ritmo de la comunidad...", p. 170.

[14] VALDEÓN BARUQUE, Julio – "Aspectos de la vida cotidiana...", p. 12. Significativamente, algo parecido se afirma en CONDE, Manuel Sílvio Alves – "The History...", p. 513.

[15] ASENJO GONZÁLEZ, María – "El ritmo de la comunidad...", p. 172.

[16] Esta advertencia me viene sugerida por lo que se indica en BENITO RUANO, Eloy – "La historia de la vida cotidiana en la historia de la sociedad medieval", In IGLESIA DUARTE, José-Ignacio de la (coord.) – *La vida cotidiana*..., pp. 14 y 16.

[17] ASENJO GONZÁLEZ, María – "El ritmo de la comunidad...", pp. 170-172; VALDEÓN BARUQUE,

considero que una de las vías útiles para analizar esta vida cotidiana sería emplearla como una especie de observatorio que permita transitar a su alrededor el camino de ida y vuelta entre lo concreto y lo general de la historia. Dicha relación de lo concreto y lo general en torno a lo cotidiano ya fue remarcada por Fernand Braudel en 1979 en el prólogo del primer tomo de su célebre *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*, consagrado precisamente a *Les structures du quotidien: le possible et l'impossible*[18]. Pero, por ejemplo, desde la historiografía hispánica, la volvió a recalcar Flocel Sabaté en 2011 cuando escribió que la cotidianidad, "lo que hacemos cada día, sin apenas pensar, como comer, vestir o habitar nuestra casa, no es una suma de hechos intrascendentes, realizados de forma bastante automática, sino que es el reflejo, en lo más íntimo de las personas, de las convicciones y las creencias que caracterizan cada sociedad. Viene a ser, por tanto, una perspectiva desde la que contemplar la vida de los hombres y las mujeres de cada época"[19].

2. Para examinar la ciudad y el comercio: preguntas y contextos a tener en cuenta.

A partir de lo expuesto, es evidente que el mundo urbano medieval constituye (y ha constituido) un ámbito hasta cierto punto privilegiado en las investigaciones sobre la vida cotidiana. Los motivos son varios y no procede detallarlos en estas páginas. Me limito a subrayar que, aparte de lo que estas jornadas internacionales testimonien al respecto, el propio Braudel incluía a las ciudades como protagonistas destacadas en clave histórica de las "estructuras de lo cotidiano"[20]. Si examinar la cotidianidad conlleva plantearse los típicos interrogantes acerca del dónde, el qué, el cuándo y el quién[21], aquí tenemos una primera respuesta sobre el dónde: es la ciudad, cómo no, el escenario que absorbe la atención de mi texto.

En este sentido, cabría preguntarse también qué es lo convertía a una comunidad de habitantes de aquel periodo en una ciudad[22]. Entre los factores a considerar para la contestación, estarían determinados aspectos materiales, humanos, sociales y de comportamiento que, por mucho que fueran a veces compartidos con otros ámbitos medievales (singularmente, por contraposición, con el mundo rural), conformaban marcos imprescindibles para el desarrollo de una vida cotidiana urbana. Como es

---

Julio – "Aspectos de la vida cotidiana...", p. 12.

[18] Cito por la edición española: BRAUDEL, Fernand – *Civilización material, economía y capitalismo, siglos XV-XVIII*. Tomo I: *Las estructuras de lo cotidiano: lo posible y lo imposible*. Madrid: Alianza Editorial, 1984, pp. 5-7, sobre todo p. 7.

[19] SABATÉ, Flocel – *Vivir y sentir en la Edad Media. El mundo visto con ojos medievales*. Madrid: Anaya, 2011, p. 9

[20] BRAUDEL, Fernand – *Civilización material...*, pp. 418-489.

[21] BENITO RUANO, Eloy – "La historia de la vida cotidiana...", p. 16.

[22] Tomo esta nueva pregunta de HEMPTINNE, Thérèse de – "Des sources pour une histoire des villes comparée? Essai de typologie thématique", In ANDRADE, Amélia Aguiar; COSTA, Adelaide Millán da (éds.) – *La ville médiévale en débat*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2013, pp. 11 y 14.

bien sabido, a finales de la Edad Media no faltan las fuentes que acreditan definiciones específicas de lo que sería una ciudad. Valgan dos conocidísimas muestras desde los casos de la Corona de Castilla y de la Corona de Aragón. En el siglo XIII, en la famosa obra legislativa de *Las Partidas* que fue promovida por el monarca castellano Alfonso X el Sabio, se manifestaba que, bajo el "nombre cibdat", había que entender "todo aquel lugar que es cercado de los muros, con los arrabales et los edificios que se tienen con ellos"[23]. Mientras, en las postrimerías del XIV, el franciscano catalán Francesc Eiximenis escribía que "ciutat és congregació concordant de moltes persones participans, e tractans e vivents ensemps, la qual congregació deu ésser bé composta, e honorable e ordonada a vida virtuosa, qui és a si matexa sufficient e bastant"[24]. Como resaltan ambas afirmaciones, las dinámicas medievales del "vivir en ciudad" o de "las ciudades vivas"[25] podían implicar ciertos espacios (según Alfonso X) y cierta acumulación de gentes y de relaciones entre ellas (según Eiximenis). Por eso, por ejemplo, la "mirada" a Barcelona "desde las ventanas góticas" que propusieron hace años Carmen Batlle i Gallart y Teresa Vinyoles i Vidal se nutría de la observación de las calles, plazas y barrios amurallados, de otras áreas extramuros, de las viviendas y los lugares de trabajo y, asimismo, de la familia nuclear, de la socialización de niños y jóvenes, de la cultura de las mujeres y de las fiestas y los rituales fúnebres. Por descontado, en la mirada de las dos autoras había margen en paralelo para ocuparse de los mercados y las tiendas urbanos y de la feria, que se celebraba en la capital catalana a finales de julio[26].

Esta mención a las realidades comerciales de una ciudad como Barcelona

---

[23] *Las siete partidas del Rey Don Alfonso el Sabio cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia*. Tomo III: *Partida Quarta, Quinta, Sexta y Séptima*. Madrid: Imprenta Real, 1807, p. 720 (partida VII, título XXXIII, ley VI) – Reprod. facsímil de Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2008 [en línea: https://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc0k2b9; última consulta: 23 de mayo de 2022].

[24] EIXIMENIS, Francesc – *Dotzé llibre del Crestià*. Parte I, vol. 1. Ed. Xavier Renedo. Gerona: Universitat de Girona y Diputació de Girona, 2005, p. 150. Una publicación muy reciente que usa como motivo la definición de Eiximenis es SABATER REBASSA, Tina; CERDÀ GARRIGA, Magdalena; JUAN VICENS, Antònia (coord.) – *Ciutat és congregació concordant de moltes persones". La ciutat a l'edat mitjana*. Palma: Edicions UIB, 2020 [libro electrónico].

[25] Cojo otra vez estas expresiones de la historiografía: AIT, Ivana; ESPOSITO, Anna (ed.) – *Vivere la città. Roma nel Rinascimento*. Roma: Viella, 2020; CROUZET-PAVAN, Élisabeth – *Les villes vivantes. Italie, XIIIe-XVe siècle*. París: Fayard, 2009. Con formulaciones iguales o similares, véanse también ANDRÉS MARTÍN, Rubén – *La vida cotidiana...*, pp. 69-97; BOUCHERON, Patrick; MENJOT, Denis (con la colaboración de BOONE, Marc) – *Historia de la Europa urbana*. Vol. II: *La ciudad medieval*. Dir. Jean-Luc Pinol. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2010 (ed. original en francés de 2003), pp. 187-218; DELORT, Robert – *La vita quotidiana...*, pp. 216-239; MUSI, Aurelio – "Las ciudades", In ECO, Umberto (coord.) – *La Edad Media*. Vol. III: *Castillos, mercaderes y poetas*. México: Fondo de Cultura Económica, 2018, pp. 202-204; y VALDEÓN BARUQUE, Julio – *Vida cotidiana...*, pp. 98-117.

[26] BATLLE I GALLART, Carme; VINYOLES I VIDAL, Teresa – *Mirada a la Barcelona medieval des de les finestres gòtiques*. Barcelona: Rafael Dalmau Editor, 2002. Compárese con lo que se expone para otra ciudad de la Corona de Aragón, distinguiendo también los espacios intramuros y extramuros, en BARCELÓ CRESPÍ, Maria; ROSSELLÓ BORDOY, Guillem – *La ciudad de Mallorca. La vida cotidiana en una ciudad mediterránea medieval*. Palma: Lleonard Muntaner Editor, 2006.

está llena de significado, lógicamente. También como es muy conocido, todo lo concerniente al comercio progresó de manera absoluta y relativa según avanzaron los tiempos medievales, particularmente desde el año mil y, todavía más, desde el siglo XIII y hasta el cierre de la Edad Media alrededor de 1500. En mi aportación, el comercio y los siglos XIII-XV, en especial el Bajo Medievo estricto del XIV y el XV o, como máximo, inicios del XVI, son las respuestas a las preguntas sobre qué cotidianidad analizar y cuándo. Además, tales acotaciones (sectorial y cronológica) permiten enfatizar dos contextos que hay que tener en cuenta.

Un contexto es que ciudad y comercio han llegado a constituir en la historiografía casi una endíadis, pese a los innumerables matices que la vinculación entre ambos conceptos exigiría. Sea como fuere, la asociación prácticamente inseparable entre lo urbano y lo comercial comparece ya en algunas aproximaciones a la vida cotidiana medieval[27] e, incluso, conectada en bastantes ocasiones con lo festivo, forma parte de varios de los tópicos hoy más extendidos en nuestra sociedad y a través de los cuales se asimila el "espacio imaginado"[28] que el presente ha construido en torno a la Edad Media: es la "Edad Media de las ciudades" que Tommaso di Carpegna Falconieri sintetiza con el binomio "mercaderes y ballesteros" y que, para él, ha supuesto la estandarización de un "modelo" de Edad Media "de feria" o "la mercantilización de la Edad Media como entretenimiento"[29].

El segundo contexto al que he aludido es que fue justo desde el siglo XIII cuando, hasta contando con todas las coyunturas de diverso signo que se produjeron a partir de entonces, cristalizaron en Europa los mayores efectos del desarrollo comercial. La antigüedad, la evolución y los rasgos del proceso han sido objeto de polémica. Pero un síntoma de la magnitud que alcanzó por doquier el papel de los intercambios durante esa etapa última del Medievo, a veces también durante fases anteriores, es el hecho de que haya podido discutirse simplemente "la place des marchés dans les sociétés médiévales"[30] o que, para caracterizar las circunstancias de dichos mercados, se hayan empleado etiquetas con amplia intención interpretativa como "revolución comercial"[31] o "comercialización"[32], cada una con sus oportunos ajustes argumentales,

---

[27] DELORT, Robert – *La vita quotidiana...*, pp. 201-216; GIES, Joseph; GIES, Frances – *Life...*, pp. 76-108.

[28] Concepto que figura en SABATÉ, Flocel (coord.) – *L'Edat Mitjana. Món real i espai imaginat*. Catarroja y Barcelona: Editorial Afers, 2012.

[29] CARPEGNA FALCONIERI, Tommaso di – *El presente medieval. Bárbaros y cruzados en la política actual*. Barcelona: Icaria editorial, 2015, pp. 111-125, en particular pp. 111, 114 y 122 para las palabras entrecomilladas.

[30] ARNOUX, Mathieu – "Vérité et questions des marchés médiévaux", In HATCHUEL, Armand; FAVEREAU, Olivier; AGGERI, Franck (dir.) – *L'activité marchande sans le marché? Colloque de Cerisy (2-8 juin 2008)*. París: Presses des Mines, 2010, p. 30.

[31] SPUFFORD, Peter – *Power and Profit. The Merchant in Medieval Europe*. Nueva York: Thames & Hudson, 2002, especialmente pp. 12-19; TANGHERONI, Marco – *Commercio e navigazione nel Medioevo*. Roma y Bari: Editori Laterza, 1996, sobre todo pp. 127-130.

[32] BRITNELL, Richard H. – *The commercialisation of English society, 1000-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993; FURIÓ, Antoni – "Producción agraria, comercialización y mercados rurales en la

territoriales y temporales. Sin duda, uno de los fenómenos más relevantes del citado desarrollo fue la proliferación, cuantitativa y cualitativa, de los agentes sociales que ayudaron a vertebrar los intercambios mediante diferentes funciones. Entre ellos estaban los mercaderes, obviamente, que componen la base primordial de la respuesta que faltaba al interrogante sobre quién protagonizaba la cotidianidad que interesa a mi estudio. Los mercaderes sobre todo bajomedievales experimentaron la mayor y mejor concreción de sus prácticas profesionales, de su identidad social y de sus estrategias económicas, hasta el punto de favorecer la creación de una verdadera *cultura mercantil* que quedó forjada en cinco ámbitos (el doméstico, el profesional, el religioso, el ideológico y el erudito) y se plasmó a través de la cultura material de los propios mercaderes, de su vida familiar, de la concepción de la tarea comercial, de la formación intelectual y técnica, de los temas de sus lecturas y de sus gustos artísticos, de su espiritualidad y de los paradigmas sociales dominantes[33].

3. Unas pocas imágenes desde documentación hispánica e italiana.

A escala continental, los ejemplos que consentirían combinar ciudades, comercio, tiempos finales del Medievo, mercaderes y cotidianidad son abundantes. Pero me voy a centrar en informaciones entresacadas de las realidades ibéricas cristianas (casi todas castellanas y aragonesas, con alguna esporádica incursión en el caso portugués) y del norte de Italia (esencialmente de la Toscana), no solo porque son las que más he trabajado a lo largo de mi trayectoria de estudios, balances e investigaciones, sino también porque se corresponden con territorios donde el éxito tendencial de los intercambios urbanos fue más patente[34]. Para ello, comienzo escogiendo unas pocas noticias documentales como orientación.

Vuelvo al rey Alfonso X el Sabio, al siglo XIII y al texto legislativo de *Las Partidas*. Estas incluyeron un capítulo (en concreto, el título VII de la partida V), cuya denominación venía encabezada por estas palabras: “De los mercadores, et de

---

Corona de Aragón”, In SESMA MUÑOZ, José Ángel (coord.) – *La Corona de Aragón en el centro de su historia, 1208-1458. Aspectos económicos y sociales*. Zaragoza: Grupo de Excelencia de Investigación CEMA, 2010, sobre todo p. 370.

[33] Es la concepción de *cultura mercantil* que ya expuse en IGUAL LUIS, David – “Una aproximación a la cultura mercantil en los reinos hispánicos de la Baja Edad Media”, In BOUCHERON, Patrick; RUIZ GÓMEZ, Francisco (coord.) – *Modelos culturales y normas sociales al final de la Edad Media*. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 2009, pp. 277-278, a partir de las obras AURELL, Jaume – *Els mercaders catalans al quatre-cents. Mutació de valors i procés d’aristocratització a Barcelona (1370-1470)*. Lérida: Pagès Editors, 1996, y AURELL, Jaume; PUIGARNAU, Alfons – *La cultura del mercader en la Barcelona del siglo XV*, Barcelona: Ediciones Omega, 1998.

[34] Por si se estima que sería necesario justificar esta última afirmación, remito solo a IGUAL LUIS, David – “¿Crisis? ¿Qué crisis? El comercio internacional en los reinos hispánicos de la Baja Edad Media”. *Edad Media. Revista de Historia* 8 (2007), pp. 203-223, y a TOGNETTI, Sergio – “Attività mercantili e finanziarie nelle città italiane dei secoli XII-XV: spunti e riflessioni sulla base della più recente storiografia”. *Ricerche Storiche* 48/2 (2018), pp. 23-44.

las ferias et de los mercados en que compran et venden las mercadorias [...]". Las primeras frases del capítulo sirven para aclarar la condición de los mercaderes: "Mercadores son aquellos homes que señaladamiente mas usan entre sí vender, et comprar et camiar una cosa por otra, porque las riquezas et las ganancias que facen comprando et vendiendo las allegan, et señaladamiente en las ferias et en los mercados mas á menudo que en los otros logares". Y esta condición consta reafirmada después, al empezar la ley I del reseñado título VII: "Propiamiente son llamados mercadores todos aquellos que compran las cosas con entencion de las vender á otri por ganar en ellas". También más adelante, siempre en el mismo título, la ley III se dedica a "De las ferias et de los mercados en qué logar se pueden facer et por cuyo mandado [...]" y especifica que, en tales "ferias et mercados", "usan los homes á facer véndidas, et compras et camios". Mientras, la siguiente ley IV sobre "Cómo los mercadores et sus cosas deben seer guardadas" se abre con esta aseveración: "Las tierras et los logares en que usan los mercadores á llevar sus mercadorias son por ende mas ricos, et mas abondados et mejor poblados; et por esta razon debe mucho placer á todos con ellos". La expectativa de estos beneficios lleva a ordenar que "sean salvos et seguros" quienes acudan o estén en el reino y en sus ferias para comerciar, entre ellos "tambien cristianos, como moros como judios"[35].

Me traslado ahora a la Corona de Aragón y al periodo entre mediados del siglo XIV y mediados del siglo XV. Sendos manuales de mercadería elaborados en este ámbito insisten en el contenido *intercambista* del oficio de mercader. Hacia 1385, el *Libre de conexenses de spícies e de drogues e de avissaments de pessos, canes e massures de diverses terres*, de procedencia catalana, incorpora una definición que ha sido utilizada por la historiografía en numerosas oportunidades: "Mercader voll dir aytant com hom anant he viendant per diverses parts del món, en diverses e sues mercaderies; aquest nom se pren de mercat, ço és a dir aquells qui van per les fires e per los mercats, e compra he ven e fa mercat de ço que compra; mercat vol dir aytant com vendra, e comprar e donar gua[n]y a les sues cosses ha altri venent, e pendra guany a les cosses d'altra compra"[36]. En la segunda mitad del XIV o la primera del XV, un segundo manual seguramente confeccionado en Barcelona otorga asimismo a los tratos "de comprar e de vendre" un protagonismo destacado dentro de los rasgos que debía reunir "lo bon mercader"[37]. Además, en ambos manuales se observan dos

[35] *Las siete partidas del Rey Don Alfonso el Sabio...*, pp. 212 (título VII de la partida V y ley I), 213 (ley III) y 214 (ley IV) [en línea: https://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc0k2b9; última consulta: 24 de mayo de 2022]. Estas referencias aparecen ya comentadas, y mucho más ampliamente detalladas y contextualizadas, en GARCÍA DÍAZ, Jesús – "El fenómeno del mercado en la obra legislativa de Alfonso X el Sabio". *Historia. Instituciones. Documentos* 38 (2011), pp. 111-140.

[36] GUAL CAMARENA, Miguel – *El primer manual hispánico de mercadería (siglo XIV)*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1981, pp. 57-58.

[37] LÓPEZ ESPINASA, Nicolau – *El* Llibre que explica lo que ha de ser un bon mercader *i la formació mercantil al segle XV*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2017. Trabajo Fin de Máster, pp. 150-152; sobre la

elementos añadidos que, por otro lado, surgen con frecuencia en los libros de este tipo que están disponibles a nivel europeo[38]. Es, de entrada, la concepción del comercio como un *arte*. Este "art de la mercaderia", según el *Libre de conexenses de spícies...*, se sitúa "entre les altres arts mesculines" y es "la millor e pus profitossa que nagunes de les altres arts" y, según el manual hipotéticamente barcelonés, es un "noble art" que "prefereix totes les altres arts e en aquella molte persona està e viu ab honor"[39]. Es, después, la asociación de las capacidades profesionales del mercader con una serie de virtudes personales como, por ejemplo, su religiosidad o su diligencia a la hora de actuar. En el esquema de las dos fuentes, esta "diligència" se opone al "vici" o "pecat" de la pereza, del que todo mercader tiene que huir[40]. Significativamente, en lo que Betsabé Caunedo del Potro considera que puede ser el fragmento de un manual de mercadería portugués, se corrobora esta percepción cuando se señala que "a priguiça he chave da proveza e aguça he chave da riqueza"[41].

Durante la misma cronología entre los siglos XIV y XV, y a modo de aplicación práctica de la religiosidad que acabo de alegar, el mercader y sedero florentino Gregorio (Goro) Dati comenzó en 1385 la redacción de su llamado *Libro segreto* tanto con una invocación ("Al nome di Dio e della sua madre vergine Maria e di tutti i santi e le sante di paradiso"), como con el propósito de invocar "prima e senpre il nome di Dio" en todas las anotaciones que registrara en lo sucesivo en dicho libro. Ello se hacía, entre otras posibles motivaciones, para que los invocados celestiales "ci concedano guadagno, con salute dell'anima e del corpo, nelle nostre mercatantie", como se expresa en el folio posterior[42]. Arranca así un texto en el que Dati reúne datos

---

expresión "bon mercader", véanse por ejemplo pp. 138-140. Acerca de este manual en general, también LÓPEZ ESPINASA, Nicolau – "Els manuals de mercaderia i l'educació mercantil a l'edat mitjana: el cas del *Llibre que explica lo que ha de ser un bon mercader*". *Drassana* 27 (2019), pp. 32-33.

[38] IGUAL LUIS, David – "Una aproximación a la cultura mercantil...", pp. 280-281; IGUAL LUIS, David – "La formación de los mercaderes cristianos en el Mediterráneo occidental (siglos XIV-XV)", In FELLER, Laurent; RODRÍGUEZ, Ana (ed.) – *Expertise et valeur des choses au Moyen Âge. II. Savoirs, écritures, pratiques*. Madrid: Casa de Velázquez, 2016, pp. 90-93.

[39] GUAL CAMARENA, Miguel – *El primer manual hispánico...*, p. 57; LÓPEZ ESPINASA, Nicolau – *El* Llibre que explica..., p. 137.

[40] GUAL CAMARENA, Miguel – *El primer manual hispánico...*, pp. 59 (sobre la "diligència" o "daligència" y contra el "vici" de la pereza) y 60 (sobre la religiosidad); LÓPEZ ESPINASA, Nicolau – *El* Llibre que explica..., pp. 138-141 (sobre la religiosidad) y 150 (sobre la pereza como "pecat" y la necesidad de "diligència").

[41] CAUNEDO DEL POTRO, Betsabé – "Algunos aspectos de los manuales de *mercaduría*. El valor del aprendizaje. *La pereza es llave de la pobreza*". *Anuario de Estudios Medievales* 41/2 (2011), pp. 803-817, especialmente pp. 811 y 814. Salvo error mío, "aguça" puede traducirse también en castellano como "diligencia". Por ejemplo, la palabra puede consultarse a través de *Glosario da poesía medieval profana galego-portuguesa*. Dir. Manuel Ferreiro. La Coruña: Universidade da Coruña, última edición: 25 de abril de 2017 [recurso en línea: http://glossa.gal/glosario/termo/94, *sub voce* "aguça"; última consulta: 30 de mayo de 2022].

[42] PANDIMIGLIO, Leonida – *I libri di famiglia e il* Libro segreto *di Goro Dati*. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2006. Este volumen contiene una introducción ("I libri di famiglia e il *Libro segreto* di Goro Dati", pp. 1-91) y la transcripción de la fuente ("*Libro segreto* di Goro Dati", pp. 95-139). Para las citas que acabo de entrecomillar en el texto, véanse pp. 95 y 97. Una edición más antigua del libro es GARGIOLLI, Carlo (ed.) – *Il libro segreto di Gregorio Dati*. Bolonia: Gaetano Romagnoli, 1869 (ristampa fotomeccanica de Bolonia:

de su vida desde la fecha mencionada hasta 1434, es decir, entre sus 23 y sus 72 años[43]. Las noticias del volumen recogen facetas como las compañías mercantiles en las que participó, los negocios que desplegó no solo en Italia sino también en la Península Ibérica, los viajes que llevó a cabo (a Valencia, por ejemplo) o sus matrimonios y su descendencia. Sin embargo, tres de las informaciones que recopila el toscano me parecen aquí relevantes. La primera, su aprendizaje como mercader y el instante en que dejó el "abacho" (esto es, el estudio de las reglas básicas de la aritmética) y fue "a stare a bottegha" con "Giovanni di Giano e conpagni, setaiuoli". El cambio se produjo justo cuando Dati cumplió los 13 años, en 1375[44]. La segunda, las cuatro mujeres con las que se casó y los 27 hijos que tuvo, incluyendo un "fanciullo maschio non legittimo" que nació en Valencia de "Margherita", una esclava tártara que Dati había comprado. Muchos de estos vástagos murieron al poco de nacer o sin llegar a la edad adulta[45]. La tercera, el hecho de que, tras declarar "avere già passati disutilemente dal mio nascimento .XL. anni con pocha ubidentia de' comandamenti di Dio", el italiano se propuso observar varias obligaciones con respecto a lo que se supone que había sido su vida anterior. Entre ellas, una era la de no "stare a botegha, né andarvi a fare alcuno esercizio, né consentire o comandare che altri per me il faccia d'opera di guadagno o utile tenporale" durante los días de festividad de la Iglesia; otra, la de "osservare castità nel dì del venerdì, che s'intende il venerdì con la sua notte sequente, e guardarmi da ogni atto di carnale diletto". Si incumplía cualquiera de estas restricciones, el propio Dati fijaba en su libro la penitencia a la que debía someterse: una limosna a los "poveri di Dio", en el primer caso; una limosna en el mismo sentido y rezar veinte veces "il Paternostro e Avemaria", en el segundo caso[46].

Gregorio Dati representa un mercader prototípico de la época, y de cierta magnitud, como es fácil de deducir si reparamos simplemente en la amplitud

Editrice Forni, 1968).

[43] PANDIMIGLIO, Leonida – *I libri di famiglia*..., p. 13. Dati había nacido el 15 de abril de 1362 y su fallecimiento tuvo lugar en septiembre de 1435 (PANDIMIGLIO, Leonida – *I libri di famiglia*..., pp. 11, 28 y 95). Junto a su trayectoria comercial y personal, este mercader gozó de algún renombre social, político y cultural en la Florencia del periodo. Así se recalca en la obra de Pandimiglio que vengo citando y en VITI, Paolo – "Dati, Gregorio (Goro)", In ROMANELLI, Raffaele (dir.) – *Dizionario Biografico degli Italiani*. Vol. 33. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1987 [versión en línea: http://www.treccani.it/enciclopedia/gregorio-dati_(Dizionario-Biografico)/; última consulta: 24 de mayo de 2022]. Aparte, véanse los comentarios sobre el personaje que ya publiqué en IGUAL LUIS, David – "La formación de los mercaderes cristianos...", pp. 92 y 95.

[44] PANDIMIGLIO, Leonida – *I libri di famiglia*..., p. 96.

[45] PANDIMIGLIO, Leonida – *I libri di famiglia*..., p. 104 (para la referencia al hijo ilegítimo); el resto de menciones a mujeres e hijos, en pp. 30-31, 96-97, 103-109, 115-118, 120-123 y 127-132. Sus matrimonios fueron con Bandecca (1388-1390, que falleció estando embarazada), Betta (1393-1402, con quien tuvo ocho hijos), Ginevra (1403-1419, once hijos) y Caterina (desde 1421, siete hijos hasta 1431; uno murió sin bautizar). El hijo de la esclava Margherita nació en 1391, entre el primer y el segundo matrimonio de Dati.

[46] PANDIMIGLIO, Leonida – *I libri di famiglia*..., pp. 118-119. Dati aún se marcaba una tercera obligación (la de realizar diariamente "alcuna limosina o vero orazione o altra pietosa operatione") y, si la desatendía, una tercera penitencia. Para el sentido de estas restricciones autoimpuestas, véase lo que resalta el propio editor de la fuente en su introducción (pp. 40, 45 y 48).

territorial que brindó a sus inversiones. No todos los operadores que intervinieron en el comercio bajomedieval fueron así, evidentemente. Unas últimas aportaciones documentales que proceden de una fuente muy distinta a las anteriores proporcionan indicios de ello, aunque sea de forma tardía y entrando ya en el comienzo de la Edad Moderna. La fuente es la que se ha denominado *Averiguación de la Corona de Castilla*, un registro de carácter fiscal por circunscripciones y localidades del conjunto castellano, que se efectuó entre 1525 y 1540. En ocasiones, la *Averiguación* incluye descripciones muy ilustrativas de la situación socioeconómica de las poblaciones. Sirva una muestra inicial: la de la villa de Albacete, ubicada hacia el interior del sureste peninsular en La Mancha y que consta en la "Averiguaçión de la provinçia de Murçia". A la villa se le atribuyen 1.059 vecinos pecheros (esto es, unidades de contribución fiscal) y se señala que sus habitantes "son todos labradores", aunque "los ricos como los demás, todos entienden en trato de compar [*sic*] y vender, porque el lugar es muy pasajero de carreteros y aparejado para ganar en él de comer por todas vías"[47]. Otras localidades facilitan algunas comparaciones, como las contenidas por ejemplo en la "Averiguaçión de las vezindades de la provinçia de Sevilla", donde se integran la ciudad principal y todo su entorno.

Para la propia Sevilla, con 9.003 vecinos pecheros, se indica que "ay en ella mucha contrataçión de mercaderes de todas mercaderías" y que "concurren en ella mucha gente de fuera parte". No en balde, décadas después ya de que se hubiera iniciado la empresa americana, "ay muchos mercaderes tratantes para las Yndias e otras partes, donde continuamente se descargan e cargan mercaderías de diversas partes e diversas calidades para Levante, e Poniente e otras partes". También en El Puerto de Santa María, "lugar de mucha calidad" y "puerto de mar" gaditano con 1.584 vecinos pecheros, "se cargan e descargan muchas mercaderías para todas partes; es lugar de mucho trato; concurren en ella mucha gente estrangera". Además, "ay en la dicha villa gran trato de pescado çeçial [...]; descargase en él maderas, e frutas, e lienços e paños de muchas partes; ay en ella mercaderes tratantes de paños, e sedas e todas mercaderías". En la zona, no obstante, los emplazamientos menores y de interior podían experimentar asimismo el influjo de las actividades de intercambio y transporte. Cumbres Mayores (395 vecinos pecheros), en la actual provincia de Huelva y cerca del límite con Extremadura, es calificada como "villa" que tenía "algunos tratantes de lienços e lino que van a vender a las ferias e otras partes del reyno, e ansimismo recueros que con

[47] CARRETERO ZAMORA, Juan Manuel – *La Averiguación de la Corona de Castilla (1525-1540). Los buenos vecinos pecheros y el dinero del Reino en época del emperador Carlos V.* Vol. III: *Edición de la Averiguación de la Corona de Castilla*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2008, pp. 1307 (inicio de la "Averiguaçión" de la provincia de Murçia) y 1321 (referencia de Albacete). La "Averiguaçión" murciana quedó certificada en 1533 (CARRETERO ZAMORA, Juan Manuel – *La Averiguación...* Vol. I: *La Averiguación de Carlos V (el proceso, el espacio, la palabra)*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2008, p. 54). Las alusiones a Albacete ya habían sido publicadas y analizadas en RODRÍGUEZ LLOPIS, Miguel – "La población albacetense al comienzo del siglo XVI". *Cultural Albacete* 7 (1986), pp. 3-16, en particular pp. 7 y 14.

sus recuas traginan e llevan a vender estos lienços a fuera parte", al igual que hacen (estos recueros) con "pan [...] e azeyte". Próxima a la anterior estaba Higuera la Real (518 vecinos pecheros), hoy en la provincia de Badajoz, "villa" también en la que había "algunos tratantes recueros que tratan en llevar pan a vender a los puertos de mar e traer pescado en retorno, que llevan a vender a muchas partes; ansimismo, ay algunos tratantes que llevan a vender el lino que se coge en la dicha villa a muchas partes". Sin embargo, la *Averiguación* no siempre deja huellas tan optimistas sobre la extensión de las variables comerciales: en Alcalá del Río, cercana a Sevilla por el norte y a orillas del Guadalquivir, con 341 vecinos pecheros, no figuraban "tratos de mercaderías"[48].

4. Abundancia y variedad de los agentes sociales.

La serie anterior de documentación es útil para, a partir de ella, mostrar algunas circunstancias que determinaban, de un modo u otro, la cotidianidad del comercio urbano bajomedieval. De entrada, la abundancia y variedad de quienes lo protagonizaban. Lo revelan los fragmentos escogidos de la *Averiguación* cuando aluden a "mucha gente de fuera parte", a "muchos mercaderes", a "mucha gente estrangera", a "tratantes" de diversas mercancías o a personas que "entienden en trato" de comprar y vender. También cuando se refieren a transportistas como los "recueros" que, lógicamente, desarrollaban una función imprescindible para la materialización de los mercados.

Siendo verdad esto, no lo es menos que la dimensión y el significado de esa abundancia y esa variedad podían diferir de acuerdo con dos distinciones. Por un lado, la magnitud de la localidad afectada, su mayor o menor condición urbana o semiurbana y su posición ante los circuitos de intercambio. La propia *Averiguación* permite sugerirlo a través de las cifras demográficas que otorga a cada población y del hecho que, entre los núcleos que he seleccionado, sin duda el más importante por haber alcanzado entre los siglos XV y XVI cotas destacadísimas como centro comercial y financiero es Sevilla. Por otro lado, como segunda distinción a considerar, está la de las características de los agentes que intervenían en las transacciones y, muy vinculado con esto, el sentido económico y de consumo que tenían los actos de compraventa. Por decirlo con otras palabras, y de forma más gráfica, no es igual un mercader como Gregorio Dati que logró proyección internacional desde una gran

[48] CARRETERO ZAMORA, Juan Manuel – *La Averiguación*... Vol. III: *Edición de la Averiguación*..., pp. 1425 (inicio de la "Averiguaçión" de la provincia de Sevilla), 1426 (referencia de Sevilla), 1435 (de Cumbres Mayores), 1437-1438 (de Higuera la Real), 1449-1450 (de Alcalá del Río) y 1471 (de El Puerto de Santa María). En esta ocasión, la "Averiguaçión" sevillana se realizó posiblemente durante 1533, aunque quedó certificada en 1535 (CARRETERO ZAMORA, Juan Manuel – *La Averiguación*... Vol. I: *La Averiguación de Carlos V*..., pp. 54 y 73).

ciudad como Florencia, que los hortelanos que vendían cebollas o los vendedores de hierba u hortalizas que se atestiguan en el XV en una villa de tamaño mucho menor como Castellón, en el norte del reino de Valencia[49]. Tampoco son iguales las operaciones que tenían que ver con dinámicas de "consumo popular" y de "productos ordinarios", muchas veces conectadas con el mero abastecimiento alimentario y doméstico de los individuos y las familias[50], que aquellas que suponían o bien un comercio de lujo o de prestigio[51], o bien un comercio por ejemplo de suministro asimismo diario de materias primas industriales[52].

Sea como fuere, me parece relevante haber comprobado en los estudios y las lecturas que vengo realizando desde hace años lo habituales que llegan a ser las menciones a la multitud y la diversidad de los sujetos que participaban en los intercambios[53]. Tal vez esto sería interpretable como un síntoma de la capacidad de penetración humana y social que manifestó el comercio a fines del Medievo. Por ampliar la casuística dentro de los reinos hispánicos y con poblaciones que vuelven a gozar de distintas magnitudes y posiciones ante los tráficos, conozco también citas de ese estilo en la Valencia del XIV y el XV[54], en Toledo durante el siglo XV[55], nuevamente en el Castellón del XV[56] y, para acabar, en otro espacio de dimensión comparativamente mediana o menor a escala ibérica como fue la ciudad castellana de Alcaraz. Esta se ubica asimismo en el interior del sureste peninsular, cerca de la villa de Albacete ya reseñada, y la *Averiguación* de la primera mitad del XVI calcula para ella 1.114 vecinos pecheros[57]. Mucho antes de este periodo, como reproduce Aurelio

---

[49] IRADIEL, Paulino *et alii* – *Oficios artesanales y comercio en Castelló de la Plana (1371-1527)*. Castellón: Fundación Dávalos-Fletcher, 1993, p. 117.

[50] Dos ejemplos, de los que extraigo lo entrecomillado: VILLANUEVA MORTE, Concepción – "Mercería y consumo popular. La tienda del mercader zaragozano Juan de Esplugas (1468)", In LALIENA CORBERA, Carlos; LAFUENTE GÓMEZ, Mario (coord.) – *Consumo, comercio y transformaciones culturales en la Baja Edad Media: Aragón, siglos XIV-XV*. Zaragoza: Grupo Consolidado de Investigación CEMA, 2016, pp. 69-96; LALIENA CORBERA, Carlos – "El consumo de productos ordinarios en la feria de Alcañiz. Bajo Aragón, mediados del Cuatrocientos", In PETROWISTE, Judicaël; LAFUENTE GÓMEZ, Mario (ed.) – *Faire son marché au Moyen Âge. Méditerranée occidentale, XIIIe-XVIe siècle*. Madrid: Casa de Velázquez, 2018, pp. 133-147.

[51] Dos ejemplos más: ORLANDI, Angela – "Tra austerità e lusso. Modelli di consumo dei mercanti fiorentini tra XIV e XVI secolo", In PETROWISTE, Judicaël; LAFUENTE GÓMEZ, Mario (ed.) – *Faire son marché...*, pp. 31-45; IGUAL LUIS, David – "*Il loco ove si riducono li mercantti*. La llotja de València en la vida urbana dels segles XIV i XV", In *Lexicon. Storie e architettura in Sicilia e nel Mediterraneo*, especial nº 1: *Les llotges comercials a la Corona d'Aragó (s. XIV-XVI)*. Ed. Magda Bernaus; Joan Domenge. Palermo: Edizioni Caracol, 2021, pp. 186-187.

[52] Un último ejemplo: IGUAL LUIS, David – "La distribución de materias tintóreas en Valencia a finales del siglo XV", In PETROWISTE, Judicaël; LAFUENTE GÓMEZ, Mario (ed.) – *Faire son marché...*, pp. 91-109.

[53] Ya lo resalté en IGUAL LUIS, David – "Operadores económicos y espacios de comercio en el Mediterráneo occidental (siglos XIII-XV)". *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval* 15 (2006-2008), p. 210.

[54] IGUAL LUIS, David – "*Il loco ove si riducono li mercantti*...", pp. 185-186.

[55] IZQUIERDO BENITO, Ricardo – *Un espacio desordenado: Toledo a fines de la Edad Media*. Toledo: Diputación Provincial de Toledo y Universidad de Castilla-La Mancha, 1996, p. 30.

[56] IRADIEL, Paulino *et alii* – *Oficios artesanales...*, p. 117.

[57] CARRETERO ZAMORA, Juan Manuel – *La Averiguación...* Vol. III: *Edición de la Averiguación...*, p. 1021, In RODRÍGUEZ LLOPIS, Miguel – "La población albacetense...", pp. 5-6 y 10-12, los datos de Alcaraz se

Pretel Marín, ya se contempló en 1268 que gentes "tan bien de nuestros regnos commo de fuera dellos" pudieran acudir a las ferias del lugar[58].

En relación con la variedad de protagonistas, debo enfatizar que las referencias elegidas en los párrafos anteriores la ilustran en clave de orígenes territoriales (personas locales o autóctonas en contraste con foráneos o extranjeros) y de diferenciación profesional o sectorial (mercaderes, tratantes, recueros, hortelanos, vendedores). Pero hay otra clave respecto a esa multiplicidad que, en este caso, está reflejada en el apartado precedente por medio de las frases que he recogido de *Las Partidas*. Es la clave de la diversidad cultural y religiosa que exhibe esta fuente al incluir la posibilidad de comerciar que tenían "cristianos, como moros como judios". Semejante trilogía aparece de nuevo con cierta frecuencia en los documentos ibéricos concernientes al comercio, planteándola como una simple opción que podía ocurrir en la práctica o como un fenómeno que sucedía realmente. Escojo ahora como muestras algunos ejemplos de Valencia y Alcaraz en el siglo XIII[59] y de las localidades de Baeza (Andalucía) en el XIII o el XIV[60] y Loulé (al sur de Portugal, en el Algarve) en el XV[61]. Por descontado, desde la experiencia histórica (e historiográfica) de los reinos cristianos de nuestra península no es en absoluto extraordinario resaltar que gentes de las tres creencias confluían en los ámbitos de mercado. No lo es, al menos, allí donde hasta el siglo XV subsistieron comunidades de musulmanes y judíos o se concretaron lazos económicos con tierras islámicas y siempre asumiendo, claro está, las circunstancias que restringieron el contacto entre los tres colectivos y la capacidad de actuación musulmana y hebrea. Sin embargo, el hecho de esa confluencia sí podía resultar quizá sorprendente de inicio para un mercader cristiano de otro país europeo

---

datan en la década de 1530 y el número de vecinos de la ciudad se cifra en 1.287 entre pecheros (825), viudas (241), menores (48), pobres (45), exentos (49) e hidalgos (79). Los tres primeros grupos (pecheros, viudas y menores) suman 1.114 vecinos, que –si no interpreto mal– son los que se han tenido en cuenta en la primera referencia de esta nota.

58 PRETEL MARÍN, Aurelio – "El comercio y las ferias de Albacete y su entorno en la Baja Edad Media", In PARDO PARDO, Miguel R.; GARCÍA-SAÚCO BELÉNDEZ, Luis Guillermo (coord.) – *La feria de Albacete en el tiempo. Aspectos sociales, culturales y económicos*. Albacete: PUBALSA, 2010, p. 76.

59 IGUAL LUIS, David – "L'economia comercial i marítima de València durant el regnat de Jaume I", In FERRER I MALLOL, M. Teresa (ed.) – *Jaume I. Commemoració del VIII centenari del naixement de Jaume I*. Vol. II: *L'economia rural. L'articulació urbana. Les institucions eclesiàstiques. L'expansió territorial. El comerç*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2013, p. 741; PRETEL MARÍN, Aurelio – "El comercio y las ferias de Albacete...", p. 74.

60 CARMONA RUIZ, María Antonia (coord.) – *Fuero de Baeza. Estudios introductorios. Edición de Jean Roudil y Facsímil*. Jaén: Universidad de Jaén y Ayuntamiento de Baeza, 2010, p. 178. Este fuero es de datación dudosa, entre los dos siglos que anoto en el texto (XIII o XIV). Agradezco sobre este punto la aclaración que me proporcionó en su día la propia coordinadora del volumen, Catedrática de Historia Medieval de la Universidad de Sevilla.

61 CUNHA, Paulo Morgado e – *As Feiras no Portugal Medieval (1125-1521): Evolução, Organização e Articulação*. Oporto: Universidade do Porto, 2019. Tesis *de mestrado*, p. 37. La cronología del ejemplo puede comprobarse consultando la referencia que cita el propio autor: *Actas de Vereação de Loulé: séculos XIV-XV*. Coord. Manuel Pedro Serra. Loulé: Arquivo Histórico Municipal, separata de la revista *Al-Úlyá* 7 (1999), p. 95 [versión en línea: https://www.cm-loule.pt/pt/menu/1427/suplemento-da-revista-al-ulya-n-7.aspx; última consulta: 30 de mayo de 2022].

que viniera a negociar a áreas ibéricas. Así lo piensa Angela Orlandi cuando, gracias al contenido de la correspondencia que mantuvo desde Valencia el toscano Luca del Sera (responsable en 1396-1403 de la filial valenciana de la célebre compañía de Francesco di Marco Datini de Prato), señala que lo que más debió impresionarle en la ciudad fue "la forte commistione tra cristiani, arabi, ebrei e conversi che, nonostante le difficoltà di rapporti, collaboravano tra loro e con i mercanti stranieri"[62].

Un último apunte en esta sección del artículo. Recuérdese que *Las Partidas*, otra vez según las expresiones que he reunido antes, hablaban de "homes" al determinar quiénes eran los mercaderes y quiénes actuaban en ferias y mercados. Por su parte, el *Libre de conexenses de spícies...* situaba el oficio de mercader "entre les altres arts mesculines". No quisiera que estos testimonios, parciales y aislados, permitieran extraer la idea de una *ausencia* femenina de los universos comerciales de la época, porque la realidad es justo la contraria. Evidentemente, en esos universos había hombres y mujeres. También esta clave de género contribuía a la variedad de los agentes del comercio urbano. En este sentido, más allá de que quepa realzar por ejemplo solo el papel de las mujeres como consumidoras[63] o solo su rol en la gestión de negocios y compañías mercantiles[64], lo cierto es que su presencia en este terreno de actividad fue más general. Lo ha subrayado Teresa Vinyoles para los mercados medievales de las ciudades y villas catalanas, en los que detecta a las mujeres en la compra y la venta de los productos más diversos e, incluso, siendo mayoritarias y hasta teniendo la exclusividad en la distribución de alguna mercancía[65]. En definitiva, no debía ir desencaminado el privilegio de 1270 por el que la monarquía instituyó el mercado de la población valenciana de Orcheta (al sur del reino, en tierras hoy alicantinas) cuando menciona a "omnes homines et mulieres tam Christianos quam Sarra[cenos]" que podían ir a dicho mercado[66]. Por fortuna, y pese a su inconcreción,

[62] ORLANDI, Angela – "La compagnia di Catalogna: un successo quasi inatteso", In NIGRO, Giampiero (ed.) – *Francesco di Marco Datini. L'uomo il mercante*. Florencia: Firenze University Press y Fondazione Istituto Internazionale di Storia Economica "F. Datini", 2010, pp. 364-366. La frase literal procede de la p. 365.

[63] WELCH, Evelyn – *De compras en el Renacimiento. Culturas del consumo en Italia, 1400-1600*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2009, pp. 245-273 (en relación con la Italia del norte y las mujeres cortesanas).

[64] Selecciono estas pocas muestras, sobre Italia y las coronas de Aragón y Castilla: COLESANTI, Gemma Teresa – *Una mujer de negocios catalana en la Sicilia del siglo XV: Caterina Llull i Sabastida. Estudio y edición de su libro maestro, 1472-1479*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008; CUADRADA, Coral – *La Mediterrània, cruïlla de mercaders (segles XIII-XV)*. Barcelona: Rafael Dalmau Editor, 2001, pp. 102-121; MARTÍN ROMERA, María Ángeles – "Mujeres de mercaderes, *Mujeres Mercaderes*. Testimonios de iniciativas femeninas en el ámbito comercial a finales del siglo XV". *En la España Medieval* 32 (2009), pp. 273-296; TORRE GONZALO, Sandra de la – "Mujeres de la elite de negocios de Zaragoza alrededor de 1400", In GARCÍA HERRERO, María del Carmen; PÉREZ GALÁN, Cristina (coord.) – *Mujeres de la Edad Media: actividades políticas, socioeconómicas y culturales*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2014, pp. 199-215.

[65] VINYOLES, Teresa – "Veus i sensacions dels mercats medievals", In SABATÉ, Flocel (ed.) – *El mercat. Un món de contactes i intercanvis. XVI Curs d'Estiu Comtat d'Urgell (Balaguer, 6, 7 i 8 de juliol de 2011)*. Lérida: Pagès Editors, 2014, pp. 94-96.

[66] BURNS, Robert I. – *Diplomatarium of the Crusader Kingdom of Valencia. The registered charters of its*

documentos como este resultan útiles para visibilizar la participación femenina en la economía puesto que, por así decirlo, no se dejaron llevar lingüísticamente por aquellas orientaciones que estipulaban que "sots nom de masclí és entès e contengut femení" (como figura en los denominados *Furs* del reino de Valencia en el propio siglo XIII)[67] o que incorporaban a la palabra "home" connotaciones pertenecientes "á la muger como al varon, maguer non fagamos hi emiente della" (como se indica en *Las Partidas* de Alfonso X, también del siglo XIII, como sabemos)[68].

5. Los espacios del comercio y el ritmo de la ciudad.

Una segunda circunstancia extraíble de la serie heurística del apartado 3 atañe a los espacios del comercio. Las ferias y los mercados que nombran genéricamente *Las Partidas*, el *Libre de conexenses de spícies*... y la *Averiguación*, o la "bottegha" que cita el *Libro segreto* de Gregorio Dati, son algunos de los ámbitos donde podían desplegarse las transacciones urbanas.

En el caso de las ferias y los mercados, su proliferación por doquier desde el siglo XIII (y aun desde antes) habría que vincularla con el presumible proceso de *comercialización* experimentado entonces por las sociedades europeas[69] y con elementos que, entre otras realidades, ayudaban a la vertebración espacial de los intercambios, a la dinamización en especial de los mundos rurales y semiurbanos y a la conexión entre la ciudad y el campo[70]. Ferias y mercados eran "escenarios del intercambio comercial"[71] porque remiten a sus lugares materiales de desarrollo y, en paralelo, a los momentos específicos del año o de la semana en los que se celebraban.

conqueror Jaume I, 1257-1276. Vol. IV: *Documents 1000-1500. Unifying Crusader Valencia. The central years of Jaume the Conqueror, 1270-1273*. Princeton y Oxford: Princeton University Press, 2007, pp. 99-100.

[67] LÓPEZ ELUM, Pedro – *Los orígenes de los Furs de València y de las cortes en el siglo XIII*. Valencia: Generalitat Valenciana, 2001, p. 252.

[68] La indicación aparece en la misma partida VII, título XXXIII y ley VI que he citado en la nota 23: *Las siete partidas del Rey Don Alfonso el Sabio*..., p. 720 [en línea: https://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc0k2b9; última consulta: 30 de mayo de 2022]. Esta ley se denomina "Del entendimiento et del significamiento de otras palabras dubdosas et obscuras" y, en el caso que me ocupa, la expresión completa es: "Usamos á poner en algunas leyes deste nuestro libro, diciendo: todo home que tal cosa ficiere, haya tal pena. Et entendemos por aquella palabra que el defendimiento pertenesce tambien á la muger como al varon, maguer non fagamos hi emiente della [...]".

[69] El concepto *comercialización* lo he señalado ya en el apartado 2 del artículo.

[70] Con carácter general sobre las ferias y los mercados europeos, continúa siendo útil recurrir a CAVACIOCCHI, Simonetta (ed.) – *Fiere e mercati nella integrazione delle economie europee, secc. XIII-XVIII. Atti della 32ª Settimana di Studi dell'Istituto Internazionale di Storia Economica "F. Datini" (Prato, 8-12 maggio 2000)*. Florencia: Le Monnier, 2001. Para los reinos hispánicos, y aunque con una perspectiva centrada en el mundo rural (y no solo sobre el ámbito comercial), véase más recientemente NAVARRO ESPINACH, Germán; VILLANUEVA MORTE, Concepción (coord.) – *Industrias y mercados rurales en los reinos hispánicos (siglos XIII-XV)*. Murcia: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2017.

[71] Según la fórmula usada en VILLEGAS DÍAZ, Luis Rafael – "Los escenarios del intercambio comercial: feria, mercado, tienda en los territorios manchegos", In IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la (coord.) – *El comercio en la Edad Media. XVI Semana de Estudios Medievales (Nájera y Tricio, del 1 al 5 de agosto de 2005)*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2006, pp. 129-145.

Pero, en tanto en cuanto provenían de concesiones *desde el poder*, ferias y mercados poseían asimismo un claro significado político, institucional y jurídico. Por eso, Paulo Morgado e Cunha ha podido remarcar recientemente que las ferias medievales portuguesas eran "articuladoras do território [e] símbolos da autoridade régia"[72]. Además, desde una vertiente más cercana a los aspectos de la vida cotidiana, no cabe duda que ferias y mercados eran también "centres de sociabilitat"[73] y llegaban tanto a ser ejes estructuradores de las ciudades y villas como a estar insertos "en un marc més ampli de relacions socials, humanes i simbòliques"[74].

En el caso de la "bottegha", una ojeada al *Tesoro della Lingua Italiana delle Origini* permitirá corroborar que el vocablo alude a un local abierto a la calle, situado en la planta baja de un edificio y que se destina por ejemplo al depósito, la exposición y la venta de mercancías o al trabajo artesanal[75]. Estamos, pues, ante lo que en castellano sería una tienda, un taller u obrador o una tienda-taller (o un taller-tienda) y que, como está bien demostrado para la Baja Edad Media, se unía en ocasiones a la casa como lugar de vida privada y familiar[76]. Si focalizamos nuestro interés en el sentido de la "bottegha" como tienda y, a la postre, en su funcionalidad para el comercio urbano, distintas iniciativas de los últimos tiempos han contribuido a aumentar la investigación que está disponible al respecto. Lo han hecho dentro de lo que viene siendo la creciente atención de la historiografía por el comercio al detalle[77] y por su relación ya sea con los factores formales e informales de la economía, ya sea con determinadas modalidades de los intercambios como las ligadas al mercado de segunda mano o al comercio itinerante[78]. El mayor (y mejor) conocimiento de lo que eran las tiendas medievales y de su irradiación social y económica ha posibilitado, en una muestra particular como Prato entre los siglos XIV y XV, que dichas tiendas hayan

---

[72] CUNHA, Paulo Morgado e – "Feiras Medievais Portuguesas. Articuladoras do território, símbolos da autoridade régia", In SILVA, André Filipe Oliveira da *et alii* (dir.) – *Juvenes. The Middle Ages seen by Young Researchers*. Vol. II: *Space(s)*. Évora: Publicações do Cidehus, 2022 [recurso en línea: https://books.openedition.org/cidehus/19099; última consulta: 28 de mayo de 2022].

[73] BATLLE I GALLART, Carme – *Fires i mercats, factors de dinamisme econòmic i centres de sociabilitat (segles XI a XV)*. Barcelona: Rafael Dalmau Editor, 2004.

[74] VINYOLES, Teresa – "Veus i sensacions...", pp. 77-78.

[75] *Tesoro della Lingua Italiana delle Origini*. Dir. Paolo Squillacioti. Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche y Opera del Vocabolario Italiano, última edición: 6 de mayo de 2022 [recurso en línea: http://tlio.ovi.cnr.it/TLIO/, *sub voce* "bottega"; última consulta: 30 de mayo de 2022].

[76] GROHMANN, Alberto – *La città medievale*..., pp. 136-140, sobre todo pp. 137-138.

[77] LALIENA CORBERA, Carlos; LAFUENTE GÓMEZ, Mario (coord.) – *Consumo, comercio y transformaciones culturales*... (con aportaciones sobre el reino de Aragón); PETROWISTE, Judicaël; LAFUENTE GÓMEZ, Mario (ed.) – *Faire son marché*... (con aportaciones sobre Italia, Francia y las coronas de Aragón y Castilla).

[78] Todo ello está recogido en las investigaciones que se seleccionaron para publicar de la *46ª Settimana di Studi della Fondazione Istituto Internazionale di Storia Economica "F. Datini" di Prato*, celebrada en 2014: *Il commercio al minuto. Domanda e offerta tra economia formale e informale. Secc. XIII-XVIII / Retail Trade. Supply and demand in the formal and informal economy from the 13th to the 18th century. Selezione di ricerche*. Florencia: Firenze Univesity Press, 2015.

sido caracterizadas como un mundo de "commercianti tuttofare"[79]. No obstante, más allá de los análisis singularizados que han aportado los nuevos estudios, creo que estos han servido en conjunto para confirmar el poco fundamento que tienen aquellas aproximaciones que, a veces, han tendido a contraponer la Edad Media a las etapas moderna y contemporánea en torno al predominio, en la fase medieval, del mercado abierto y, en las épocas posteriores, de la tienda[80]. El Medievo fue un periodo también de *mucha tienda*, hasta el punto que Gabriella Piccinni – en un texto divulgativo – no ha vacilado en calificar a la ciudad italiana de entonces como una especie de "grande bottega"[81].

Ferias y mercados se organizaban sobre calles y plazas. Las tiendas se proyectaban hacia el exterior de los inmuebles. Sobre las mismas calles o plazas llegaban a desparramarse numerosos puestos de venta en forma de tenderetes, mesas, bancos de piedra o madera u otras fórmulas: baste el ejemplo de los "poyos e tableros, así de espeçieros commo de otros ofiçios" que, como vuelve a documentar Aurelio Pretel Marín, ocupaban en 1427 la plaza de Chinchilla, localidad contigua a Albacete[82]... Al final, y aunque cada núcleo habitado exigiría sobre esto las precisiones adecuadas según – otra vez – su mayor o menor condición urbana o semiurbana y mercantil, es bien cierto que el auténtico *escenario* del comercio urbano podía ser la propia ciudad en su globalidad. Por eso, en una línea parecida a la de la profesora Piccinni, se ha escrito sobre la Valencia del XV que "en el fondo toda la ciudad era un gran mercado"[83] o, sobre la Italia noroccidental de los siglos XIII-XV, que entre la zona central y la periferia de los focos urbanos podía crearse una especie de "mercato diffuso per la spesa quotidiana"[84]. De todos modos, continuando con los hechos valencianos, el balance que brinda la relación entre mercado y espacio en la capital del reino también entre los siglos XIII y XV, y su comparación con otras situaciones

[79] PINELLI, Paola – "Commercianti tuttofare: il mondo delle piccole botteghe a Prato fra XIV e XV secolo", In *Il commercio al minuto...*, pp. 259-276.

[80] Es lo que comenté ya en IGUAL LUIS, David – "Poder, mercat i espai urbà a València entre els segles XIII i XV", In SABATÉ, Flocel (ed.) – *Els espais de poder a la ciutat medieval*. Lérida: Pagès Editors, 2018, p. 178, donde cito la bibliografía oportuna. Véase también en un sentido similar GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – "De la plaza a la tienda. Las infraestructuras del comercio al por menor en la Valencia medieval", In MUÑOZ NAVARRO, Daniel (ed.) – *Ciudades mediterráneas. Dinámicas sociales y transformaciones urbanas en el Antiguo Régimen*. Valencia: Tirant Humanidades, 2020, pp. 73-74.

[81] PICCINNI, Gabriella – "Vita in strada e pandemia: come la città medievale italiana che era una grande bottega", In *Culture. Globalist syndication*. Siena: Università degli Studi di Siena, última edición: 23 de noviembre de 2021 [recurso en línea: https://culture.globalist.it/ragionamenti/2021/11/23/vita-in-strada-e-pandemia-come-la-citta-medievale-italiana-che-era-una-grande-bottega/; última consulta: 30 de mayo de 2022]. La autora usa el concepto "bottega" sobre todo en su acepción como establecimiento artesanal, relacionándolo con su apertura hacia el "spazio esterno".

[82] PRETEL MARÍN, Aurelio – "El comercio y las ferias de Albacete...", p. 87; PRETEL MARÍN, Aurelio – *Las ferias de Albacete: siete siglos de historia*. Albacete: Instituto de Estudios Albacetenses, 2009, p. 27.

[83] CRUSELLES GÓMEZ, Enrique – *Los mercaderes de Valencia en la edad media (1380-1450)*. Lérida: Editorial Milenio, 2001, p. 256.

[84] NASO, Irma – "In platea mercati. Il piccolo commercio in centri urbani dell'Italia nord-occidentale (secoli XIII-XV)", In SABATÉ, Flocel (ed.) – *El mercat...*, p. 109.

coetáneas en los reinos hispánicos y el resto de Europa, me permitieron hace unos años incidir en tres fenómenos que no son en absoluto exclusivos de Valencia: uno, que el comercio acabó repartiéndose urbanísticamente en medio de la dualidad entre, por un lado, la concentración de actividades en algunos puntos y, por el otro, la dispersión por buena parte de la ciudad de la posibilidad de efectuar compraventas; dos, que los espacios públicos se veían con frecuencia invadidos por las estructuras y las tareas comerciales, con las perturbaciones de distinto signo que ello suponía; y tres, que una de las razones que determinaba la instalación física de los intercambios y su distribución era asegurar su visibilidad como vía, también, que ayudara a garantizar la confianza de los consumidores[85]. Una prueba ulterior (y no valenciana) del valor que tenía en la época la citada visibilidad de los tratos la podemos obtener, nuevamente, de la población andaluza de Baeza en el siglo XIII o siglo XIV: su fuero establecía que cualquier mercancía que fuera adquirida en la feria local tenía que ser "comprada ante testigos et de dia"[86].

Obsérvese en este último documento que la apelación a la transparencia de las compras se liga a un factor temporal: "et de dia". Por descontado, como ya he señalado, este factor es implícito a las ferias y los mercados por las fechas de celebración que conllevaban. El mismo *Libro segreto* de Gregorio Dati lo enfatiza al vincular una de las obligaciones que se autoimpone su protagonista (la que versa sobre el "stare a botegha") con los días de fiesta religiosa. Claramente, el tiempo es un componente que también debe afrontarse al examinar los temas mercantiles. Para el comercio, los ciclos dentro de cada jornada, cada semana, cada mes o cada año dependían de circunstancias naturales, institucionales, sociales, económicas y religiosas que considero que resultan evidentes para la Edad Media[87]. Me interesa más subrayar que la cuestión puede abordarse desde dos perspectivas, entre otras: la del operador comercial, como sujeto singular, y la de la ciudad, como sujeto colectivo. La primera conecta con la etiqueta ya clásica sobre el "tiempo del mercader", que fue acuñada hace décadas por Jacques Le Goff[88], y faculta que se haya intentado penetrar en las cadencias laborales de los individuos, sobre todo en casos en los que existe una afortunada acumulación de

---

[85] IGUAL LUIS, David – "Poder, mercat i espai urbà...", especialmente pp. 157, 165-167, 171-173 y 177. Pese a la fecha de publicación de este artículo (2018), la primera versión del texto la elaboré en 2010. Véanse ahora corroborados algunos de los aspectos que traté entonces en GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – "De la plaza a la tienda...", pp. 73-89, por ejemplo en p. 80. Sobre la visibilidad de los tratos, más en general, consúltense VINYOLES, Teresa – "Veus i sensacions...", pp. 87-88, y WELCH, Evelyn – *De compras en el Renacimiento*..., pp. 94 y 96-98.

[86] CARMONA RUIZ, María Antonia (coord.) – *Fuero de Baeza*..., p. 326. Una formulación prácticamente idéntica está documentada en el XIII para el caso de la localidad también castellana de Alcaraz (PRETEL MARÍN, Aurelio – "El comercio y las ferias de Albacete...", p. 75).

[87] Remito solo a WELCH, Evelyn – *De compras en el Renacimiento*..., pp. 104-121, donde se incluyen argumentos provenientes también de la primera Modernidad.

[88] LE GOFF, Jacques – "Au Moyen Âge: temps de l'Église et temps du marchand". *Annales. Economies, sociétés, civilisations* 15/3 (1960), pp. 417-433.

fuentes. De ahí, por ejemplo, nace un modelo precisamente de mercader como el de Francesco di Marco Datini de Prato (*circa* 1335-1410), sobre el que ha sido posible argumentar que manifestaba una gran capacidad de trabajo y un carácter prácticamente infatigable cuando se trataba de gestionar asuntos de negocio[89]. La segunda conecta con el "ritmo de la comunidad"[90] y permite fijarse en los efectos globales, a escala de una ciudad determinada, de la confluencia en ella de múltiples agentes del comercio y dinámicas de transacción y sus correspondientes pautas temporales.

Desde esta segunda óptica cabe plantear, en particular para las ciudades mayores, que estas alcanzaran la categoría de verdadero "mercado permanente" (como se ha dicho de Toledo en el siglo XV[91]) o que, en ellas, el "rhythm of market life" fuera el de una "frenetic activity"[92], en un contexto además definido en ocasiones por el abigarramiento y la densificación del consumo urbano[93]. La reiteración diaria, y prolongada de manera constante, de compraventas que incumbieran al abastecimiento alimentario o doméstico de los hogares puede ser lógica. Quizá estos rasgos de cotidianidad y constancia sorprenden más en tráficos que ni eran de subsistencia, ni enlazaban necesariamente de forma inmediata con el consumo de personas y familias: a través del microanálisis de las relaciones comerciales entre Valencia y la actual Italia en un año concreto (1494), me he atrevido a afirmar a modo de *boutade* que, entonces, "no debió haber semana, casi no debió haber día, que en Valencia no se produjera algún hecho conectado con ese comercio en el puerto o en la ciudad y ante las autoridades, ante los notarios o en las propias casas y tiendas o almacenes de los mercaderes"[94]. Sea como fuere, la *permanencia* del mercado no evita que a veces sean detectables en su seno algunos ritmos relevantes. De vuelta a Toledo, Ángel Rozas Español ha analizado, para cuatro años de la transición entre el XV y el XVI (1487, 1503, 1506 y 1508), los contratos notariales que ha registrado relativos al intercambio en la ciudad de grano, animales y *mercadurías* sin especificar. Su conclusión es significativa: aunque esos contratos podían firmarse en cualquier día de la semana, de lunes a domingo, su número solía incrementarse los martes, justo cuando también tenía lugar en Toledo el mercado franco semanal que fue otorgado por privilegio real en 1465[95].

---

[89] CASSANDRO, Michele – "Aspetti della vita dell'uomo e del personaggio", In NIGRO, Giampiero (ed.) – *Francesco di Marco Datini...*, pp. 12-14.

[90] Adopto la misma expresión de ASENJO GONZÁLEZ, María – "El ritmo de la comunidad...".

[91] IZQUIERDO BENITO, Ricardo – *Abastecimiento y alimentación en Toledo en el siglo XV*. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 2002, p. 131.

[92] NICHOLAS, David – *The Later Medieval City...*, p. 342.

[93] GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – "De la plaza a la tienda...", pp. 81-82.

[94] IGUAL LUIS, David – "En las rutas del Mediterráneo: naves y operadores económicos del siglo XV entre la Corona de Aragón e Italia", In SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; MARTÍN PÉREZ, Fernando (coord.) – *Rutas de comunicación marítima y terrestre en los reinos hispánicos durante la Baja Edad Media. Movilidad, conectividad y gobernanza*. Madrid: Ediciones de La Ergástula, 2020, p. 152.

[95] ROZAS ESPAÑOL, Ángel – *Economía e impacto urbano: Toledo y sus mercaderes (1475-1520)*.

6. Para concluir: prácticas comerciales, mercaderes, riqueza de los territorios.

Otras circunstancias que se infieren de las noticias documentales del apartado 3 afectan a la caracterización de las prácticas comerciales. Son, cómo no, las alusiones al comprar y el vender que constan en *Las Partidas*, los dos manuales de mercadería y los pasajes de la *Averiguación*, complementadas también en este último caso con las referencias a la "mucha contrataçión", el "mucho trato" o varias más equiparables. Pero son asimismo las menciones a los desplazamientos que podían efectuar los agentes mercantiles (como apuntan las ideas seleccionadas del *Libre de conexenses de spícies*... o del *Libro segreto* de Gregorio Dati), incluyendo los transportes que, como ya he resaltado, articulaban operadores como los recueros, según la *Averiguación*. Son, finalmente, las citas a los diversos productos que recoge la *Averiguación* (aceite, frutas, lienzos, lino, maderas, "pan", paños, pescado, "pescado çeçial" y sedas) y que, parcialmente, ayudan a rellenar el contenido del otro concepto más genérico y ambiguo que utilizan las fuentes escogidas: "mercadorias", "mercaderies", "mercaderías".

Evocar las labores de comprar y vender es, desde luego, algo muy común en la documentación. En palabras de Evelyn Welch, dichas labores eran "un acto de conducta social integral" que, en el caso particularmente de las compras, implicaban "un juego poliédrico de supuestos y creencias profundamente arraigados" y dependían, en el fondo, "tanto del tiempo, la confianza, las relaciones sociales y los contactos, como de cuestiones aparentemente impersonales como el precio, la producción y la demanda"[96]. No obstante, la compra y la venta podían requerir del apoyo de otras dinámicas que también entrarían en el terreno de las prácticas económicas. Volvamos a fijarnos en la villa de Albacete, nuevamente de acuerdo con las informaciones que suministra Aurelio Pretel Marín. En 1476, en la concesión real de un mercado franco a la población, figuran reseñados "los forasteros e otras personas que troxieren mercaderías e vendieren e conpraren e trocaren"[97]. Mientras, a lo largo de la década de 1480, se manifiesta en alguna oportunidad que "toman la gente de la dicha villa muncho desto fiado, e con la neçesidad que non podian pagar al plazo resçebian mucho grand danno"[98].

Obviamente, la realidad de quienes "trocaren" conecta con el trueque, al igual

---

Albacete: Universidad de Castilla-La Mancha, 2022. Tesis doctoral, pp. 241-244.

[96] WELCH, Evelyn – *De compras en el Renacimiento*..., pp. 8 (primeras palabras entrecomilladas) y 303 (las restantes).

[97] PRETEL MARÍN, Aurelio – *Las ferias de Albacete*..., p. 33. Como complemento, consúltense también PRETEL MARÍN, Aurelio – "El comercio y las ferias de Albacete...", p. 88, y en particular CARRILERO MARTÍNEZ, Ramón – "Concesión de mercado franco a Albacete por los Reyes Católicos", In *Homenaje a Miguel Rodríguez Llopis*. Albacete: Instituto de Estudios Albacetenses, 2004, pp. 75-81, donde consta transcrita por entero la concesión real (p. 79).

[98] PRETEL MARÍN, Aurelio – *Las ferias de Albacete*..., p. 34; también como complemento, PRETEL MARÍN, Aurelio – "El comercio y las ferias de Albacete...", pp. 88-89.

que el "fiado" y el "danno" consiguiente que se señala enlazan con el crédito y con una de sus posibles derivaciones: el impago de la deuda contraída. También las frases de *Las Partidas* reproducidas en el apartado 3 hablan en algún instante de vender, comprar "et camiar [entiéndase "cambiar", es decir, trocar] una cosa por otra". En este sentido, es notorio que el comercio de los siglos finales del Medievo se sirvió extensamente de ambos instrumentos, del trueque y el crédito, como medios de pago. Y ello, con independencia del uso asimismo amplio que hizo de la moneda con tal fin. Prolongando fenómenos que venían a veces desde muy atrás, el crédito aparece como casi omnipresente entonces, a fines de la Edad Media y al menos desde el siglo XIII, gracias a la difusión de diferentes mecanimos de anticipación y de aplazamiento de los pagos. El trueque, por su parte, lejos de tener que ser percibido en este periodo como un elemento arcaico o primitivo, continuaba bien implantado en todos los niveles del comercio e, incluso, llegó a ser objeto de procedimientos sofisticados en el ámbito de las transacciones internacionales[99].

Siempre en las noticias que he ofrecido en el apartado 3, las prácticas registradas quedan vinculadas principalmente a los mercaderes. Ya hemos visto por distintas vías que estos no eran los únicos agentes que intervenían en los tratos. Pero, sin duda, sí eran actores fundamentales del universo que estoy estudiando. Sobre estos mercaderes, conviene recordar que los datos más ilustrativos que he recopilado en el texto hasta aquí surgen en *Las Partidas* y, especialmente, por consistir en fuentes concebidas y elaboradas por mercaderes, en los manuales de mercadería y en el *Libro segreto* de Gregorio Dati. En relación con lo que expresan estos documentos, quienes investigamos el comercio bajomedieval sabemos hoy bien dos cuestiones: que no hubo solo un tipo de mercader, lo que dificulta optar por una definición sencilla o unilateral del oficio, pese a lo que sugiere la documentación que acabo de reiterar; y que, en cualquier caso, los mercaderes de la época ni se dedicaban en exclusiva a comprar y vender, ni eran necesariamente viajeros. Por ejemplo, el papel del crédito y las finanzas progresó tanto en algunos (o bastantes) de ellos que adquirieron una fisonomía como auténticos mercaderes-banqueros u hombres de negocios. De manera paralela, también avanzó el perfil del mercader sedentario que estaba consagrado a la gestión de sus compañías y a la dirección de los negocios a través, en buena medida, del uso intenso de la escritura como herramienta de trabajo[100]. Sin embargo, los fragmentos que he elegido antes de *Las Partidas*, los manuales de mercadería y el libro de Dati revelan otros tres aspectos que quiero recalcar.

---

[99] IGUAL LUIS, David – "Los medios de pago en el comercio hispánico (siglos XIV y XV)", In IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la (coord.) – *El comercio en la Edad Media*..., pp. 262-275.

[100] Sobre estas cuestiones, véase la síntesis tradicional de LE GOFF, Jacques – *Mercaderes y banqueros de la Edad Media*. Madrid: Alianza Editorial, 2010, o los comentarios que vertí en IGUAL LUIS, David – "La formación de élites económicas: banqueros, comerciantes y empresarios", In SESMA MUÑOZ, José Ángel (coord.) – *La Corona de Aragón*..., pp. 141-147.

Primer aspecto. La etapa del aprendizaje que dibuja la obra de Gregorio Dati incide en el dibujo del desarrollo profesional de los mercaderes como una trayectoria que, combinada con el propio ciclo vital, preveía una carrera formativa. Sus características e implicaciones las he pormenorizado en otras publicaciones[101]. Me limito a detallar que, desde la experiencia de los mercaderes laneros de Burgos entre los siglos XV y XVI, Betsabé Caunedo del Potro dividió esa carrera en cuatro fases: introducción en los tratos de la mano de expertos, actuación y recorrido de los jóvenes por las zonas productoras de lana, iniciación en las contrataciones feriales y despliegue de trabajos de factoría en diferentes plazas peninsulares o extranjeras[102]. La historiografía coincide en señalar que, al menos para los comerciantes de cierta magnitud, la escritura que he citado hace poco constituía un componente esencial de la formación. Gracias a ella podían controlarse mejor los negocios, comunicar informaciones que reforzaran la toma de decisiones económicas y, por descontado, conservar memoria. El mismo *Libro segreto* del florentino Dati es un testimonio material de ello: el volumen se abre con un capítulo de "ricordanze" que el autor declara redactar para hacer "memoria di certe spetiali cose a chiareza di me e di chi fosse dopo di me"[103]. Precisamente, la difusión de la capacidad de escribir en el ambiente urbano y comercial toscano ha llevado a calificar a sus mercaderes como personajes "amb la ploma a la mà"[104], también porque las cantidades de documentos suyos que albergan los archivos en la actualidad permiten que los imaginemos escribiendo todos los días, sin cesar. El paradigma de esto vuelve a ser Francesco di Marco Datini, cuyo apego a lo escrito (y, con él, el de sus empresas) ha sido tildado de verdadera "grafomania"[105].

Segundo aspecto. Muchas de las representaciones de las que disponemos sobre el mercader lo retratan solo en su condición de operador económico. Pero, en términos de cotidianidad, nunca debería olvidarse que, detrás (o al lado) de esta faceta, había un mercader (en masculino, si este es el caso) que era hombre e hijo y que también podía ser hermano, marido y padre. Es decir, junto al mercader *económico* estaba el mercader *humano* y ambas vertientes, inseparables, significaban toda una constelación de relaciones y emociones que, de un modo u otro, influirían en el día a día del sujeto. El hecho de que Gregorio Dati ocupara su libro con datos y episodios tanto de su vida comercial como de su vida personal iría en la línea de la unión de las dos perspectivas.

---

[101] IGUAL LUIS, David – "Una aproximación a la cultura mercantil...", pp. 280-295; IGUAL LUIS, David – "La formación de los mercaderes cristianos...", pp. 93-100.

[102] CAUNEDO DEL POTRO, Betsabé – "Negocios laneros: iniciación de una carrera comercial", In *Actas de las I Jornadas sobre minería y tecnología en la Edad Media peninsular (León, 26 al 29 de septiembre de 1995)*. Madrid: Fundación Hullera Vasco-Leonesa, 1996, pp. 639-641.

[103] PANDIMIGLIO, Leonida – *I libri di famiglia*..., p. 95.

[104] ORLANDI, Angela – "Estudi introductori", In ORLANDI, Angela (ed.) – *Mercaderies i diners: la correspondència datiniana entre València i Mallorca (1395-1398)*. Valencia: Universitat de València, 2008, pp. 11-12.

[105] CASSANDRO, Michele – "Aspetti della vita dell'uomo...", pp. 14 y 32.

Hasta la mención de sus mujeres e hijos consentiría aproximarse, superficialmente, al mundo interior de sensaciones y preocupaciones del individuo, mucho más cuando Dati salpica su relato con algunas notas de tipo sentimental: por ejemplo, al calificar de "dolcissimo" a un hijo que "morì di pestilenzia" con apenas cuatro años o al señalar el mucho dolor que le causó ("molto mi dolse") el fallecimiento de otra de sus hijas con algo más de siete años[106]. Entre las preocupaciones del mercader, las religiosas reclamarían su espacio, como reflejan el propio *Libro segreto* y, ahora también, los manuales de mercadería. Sobre esto, y pese a las viejas discusiones al respecto, sigo creyendo que los mercaderes bajomedievales – al menos, en general – se acercaron a la fe cristiana y a la Iglesia con pragmatismo e intentando conciliar los mandamientos de la religión con los de su profesión[107]. Incluso, se diría a veces que se acercaron con una religiosidad "più formale che sostanziale"[108]. Quizá, una muestra del citado pragmatismo sería el modelo de restricciones que se autoimpuso Gregorio Dati al haber superado los 40 años "con pocha ubidentia de' comandamenti di Dio": cada obligación, pensando ya en su incumplimiento, se acompañaba de su penitencia.

Tercer aspecto. Las referencias de *Las Partidas* a "las riquezas et las ganancias" y al "ganar", las del *Libre de conexenses de spícies...* al "guany" y las del libro de Dati al "guadagno" plasman cuál podía ser uno de los objetivos del desempeño mercantil: obtener beneficios económicos. Perseguir esos beneficios no siempre culminaba con éxito, porque el riesgo existía. Sin embargo, la posibilidad de enriquecerse no dejaba de resultar seductora. En 1431, un joven Ramón de Casaldáguila, hijo de comerciante, escribe una carta desde Barcelona hacia Zaragoza en la que dice justamente que "yo vull eser mercader", oficio que vincula a "mes profit e honor". Su voluntad se expresaba frente al deseo de su madre, quien aspiraba a que Ramón formara parte de la corte real y sirviera al rey[109]. Obsérvese la apelación de Casaldáguila al "profit", aunque él la une al "honor". Es el "honor" que también alega uno de los manuales de mercadería que he reunido en el apartado 3 y que formaba parte en los siglos XIV y XV de la identidad de los mercaderes[110]. Pero no solo esto. Igual que cabe documentar nexos entre la actividad mercantil, sus eventuales beneficios y el honor,

[106] PANDIMIGLIO, Leonida – *I libri di famiglia...*, pp. 108 (para el hijo que menciono en primer lugar; su edad se colige de lo que se indica sobre su nacimiento en la p. 107) y 122 (para la hija).

[107] IGUAL LUIS, David – "Una aproximación a la cultura mercantil...", pp. 301-303, donde resumo también las "viejas discusiones" que reseño en el texto.

[108] CASSANDRO, Michele – "Aspetti della vita dell'uomo...", p. 24.

[109] El documento de 1431 y su comentario figuran en TORRE GONZALO, Sandra de la – *La élite mercantil y financiera de Zaragoza en el primer tercio del siglo XV (1380-1430)*. Vol. II. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2016. Tesis doctoral, pp. 784-785. Su comentario, también en TORRE GONZALO, Sandra de la – *Grandes mercaderes de la Corona de Aragón en la Baja Edad Media. Zaragoza y sus mayores fortunas mercantiles, 1380-1430*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2018, pp. 132-133.

[110] IGUAL LUIS, David – "Los Pintor, cambistas valencianos (1473-1488): una aproximación al significado de los rasgos informales de la economía", In IRADIEL, P. *et alii* (ed.) – *Identidades urbanas Corona de Aragón-Italia. redes económicas, estructuras institucionales, funciones políticas (siglos XIV-XV)*. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2016, pp. 75-91, sobre todo pp. 78-82.

subsisten testimonios que permiten poner en relación las ganancias individuales de dichos mercaderes con la prosperidad colectiva de los territorios. Lo sugieren las mismas *Partidas* al afirmar, y repito con ello otra cita del apartado 3, que "las tierras et los logares en que usan los mercadores á llevar sus mercadorias son por ende mas ricos, et mas abondados et mejor poblados". Por lo que conozco, menciones de esta clase (o muy similares) comparecen a lo largo de la Baja Edad Media, por ejemplo, en más fuentes castellanas[111] y de la Corona de Aragón[112].

Es palpable que no todas las percepciones medievales sobre el comercio y los mercaderes fueron tan favorables como estas últimas. Si nos servimos de la imagen que ha expuesto Jaume Aurell, podría concluirse que por lo menos los mercaderes europeos del periodo posterior al año mil vivieron siempre en el "purgatorio" de aquella sociedad[113]. Aun así, las palabras con las que he cerrado el párrafo anterior denotarían la extensión que logró en paralelo una cierta valoración positiva de los intercambios y de quienes eran uno de sus agentes principales. Tal valoración estaba cargada tanto de connotaciones meramente *ideológicas*, como de la apreciación de parte de las consecuencias que tenía la tarea de los propios mercaderes: entre otras, propiciar el suministro de muchos y diferentes productos, como algunos de los que he recogido al inicio de esta sección final del artículo. Especialmente en los ámbitos urbanos, la obtención, circulación, distribución y consumo de esos productos eran el fruto de múltiples actuaciones y relaciones, de muy diverso signo. Con los mercaderes y con otros operadores del mercado, todas ellas acabaron concretándose – eso sí – de manera cotidiana y estuvieron determinadas por circunstancias como las que he intentado reflejar en mi texto. A la postre, la abundancia y la variedad de los sujetos sociales implicados, la pluralidad de los espacios y los tiempos en los que se desplegaron las compraventas en las ciudades y las prácticas y la trayectoria vital y profesional de sus protagonistas fueron aspectos que, por un lado, enmarcaron y, por el otro, debieron llenar de sentido el día a día del comercio urbano.

---

111 IGUAL LUIS, David – "En las rutas del Mediterráneo...", p. 135.

112 IGUAL LUIS, David – "La formación de élites económicas...", p. 160; IGUAL LUIS, David – "¿Los mercaderes son *egualadors del món*? Autóctonos y extranjeros en el comercio bajomedieval de Valencia". *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval* 18 (2012-2014), pp. 122-125.

113 AURELL, Jaume – *Elogio de la Edad Media. De Constantino a Leonardo*. Madrid: Ediciones Rialp, 2021, pp. 189-197.

The elusive Hanse. History and current debates of a commercial network: *conflict management, europeanization, globalization*

Louis Sicking[1]

Abstract

What is the Hanseatic League? Different generations of historians have given different answers. There is mainly agreement about what the Hanse was not: it was not a state, although the Hanse, if it so wished, was capable of impressive military actions. Today, the Hanseatic League is regarded as one of the most dynamic trading networks in medieval Europe with trading offices at its ends: in London and Bruges in the west, Bergen in Norway and Novgorod in the east. But the trading activities of the Hanseatic merchants extended much further than the Baltic and the North Sea: as far as Portugal and Iceland. This article offers an overview of Hanseatic trade from the spatial perspective in its early period, focusing on its 'geographical centers' Lübeck, Gotland, Scania, and the four trading offices, known as Kontors. Besides, attention is paid to the extensive historiography that was dominated and determined by German historians in the 19th and 20th centuries, and to the current significance of the Hanse. Following François Gipouloux' *La Méditerranée asiatique*, the Hanse is compared with trade networks in the medieval Mediterranean and in the present-day Far East. This ties in with current debates about the role of institutions for economic growth and conflict management. Finally how both Europeanization and globalization

[1] Vrije Universiteit Amsterdam / Universiteit Leiden.

have come to determine the current debate about the Hanseatic League will be discussed as well as the consequences for the alleged German character of the Hanseatic League.

Keywords
Hanse; Trading network; Conflict management; Europeanisation; Globalization.

A Hansa elusiva. História e debates atuais de uma rede comercial: gestão de conflitos, europeização e globalização

Resumo

O que é a Liga Hanseática? Diferentes gerações de historiadores têm dado respostas diferentes. Há sobretudo um consenso sobre o que a Hansa não era: não era um estado, apesar dos Hanseáticos, se assim o desejassem, serem capazes de ações militares impressionantes. Hoje, a Liga Hanseática é considerada como uma das redes mercantis mais dinâmicas da Europa medieval com pontos comerciais nos seus extremos: em Londres e Bruges no oeste, Bergen na Noruega e Novgorod no leste. Contudo, as atividades mercantis dos comerciantes hanseáticos estenderam-se muito para além do Báltico e do Mar do Norte: até Portugal e à Islândia. Este artigo oferece uma visão geral do comércio hanseático do ponto de vista espacial no seu período inicial, concentrando-se nos seus 'centros geográficos' Lübeck, Gotland, Scania, e os quatro pontos comerciais, conhecidos como Kontors. Além disso, é dada atenção à extensa historiografia que foi dominada e determinada por historiadores alemães nos séculos XIX e XX, e ao significado atual dos Hansa. Seguindo *La Méditerranée asiatique* de François Gipouloux, a Hansa é comparada com as redes comerciais no Mediterrâneo medieval e no atual Extremo Oriente. Isto liga-se aos debates atuais sobre o papel das instituições para o crescimento económico e a gestão de conflitos. Finalmente, a atenção será centrada sobre como a europeização e a globalização vieram determinar o debate atual sobre a Liga Hanseática e as consequências para o alegado carácter alemão da Liga Hanseática.

Palavras-chave:
Liga Hanseática; Redes comerciais; Gestão de conflitos; Europeização; Globalização.

Introduction

What is the Hanse? Many attempts have been made to define the Hanse. Different generations of historians have given different definitions over time. There is consensus about what the Hanse was not[2]. It was not an alliance based on a deed of foundation. It was neither a rigid organization, nor was it a state, despite claims to power and military actions. Traditional German historiography distinguished two phases in the development of the Hanse, the so-called merchant hanse and the city hanse. Originally individual merchants started to share their risks while trading abroad by organizing themselves in various 'hanses'. Operating at shorter or greater distances from their home base, and being exposed to all kinds of disputes, default, extortion or robbery, merchants trading with a certain common destination formed socalled hanses to do business outside their own jurisdiction to help each other by sharing their risks. To become a member of a hanse one had to pay an affiliation fee, also called hanse, which can be traced back to the 11th century in the case of Valenciennes. The basis for the levy of this hanse right lay in the collective responsibility abroad for debts of a fellow merchant or citizen. Either the group merchants themselves or the local merchant guild collected this right of membership. Whereas these hanses were originally private law organisations, in the course of the 13th century they were taken over by the city governments, which is documented for cities like St. Omers, Rostock and Lübeck. The latter from then on raised the hanse membership levy whose revenues now flowed into the city treasury[3]. These merchants usually accompanied the products they traded abroad and solved their conflicts amongst one another.

In the course of the 13th century the situation changed. The richest merchants, mostly trading from port towns continued their long distance trade overseas but stayed at home and organized their trade from there. At the same time they became involved in the city administration and were thus able to influence urban decision making in such ways that their commercial interests were supported[4]. As a result in the great towns the interests of the main merchants involved in long distance trade coincided with those of the city administration. Consequently, the city councils

[2] JAHNKE, Carsten – *Die Hanse*. Stuttgart: Reclam, 2014, pp. 19-20. The text of this contribution is derived from a course I taught on the Hanse at the Autumn School for research master- and PhD-students of Portugal and Spain at Castelo de Vide in October 2021.

[3] BLOCKMANS, W. P. – *Metropolen aan de Noordzee. De geschiedenis van Nederland, 1100-1560*. Amsterdam: Prometheus, 2010, pp. 113-114.

[4] This phenomenon is not unique for the Hanse: it is well known for a city-state like Venice in the Middle Ages and for the Dutch Republic in the 17th century.

represented more and more the interests of their merchants and used their political power to support these interests[5]. This distinction between the merchant hanse and the city hanse might be somewhat artificial it does recognize that the character and nature of the Hanse changed over time. In line with this distinction one might define the Hanse as a network of merchants and/or cities with roughly two goals: to regulate trade in order to minimize the transaction costs of traders and preserving privileges and dominant positions abroad. It was thus a loose network of merchants and cities who committed themselves to agreements, tried to resolve conflicts among themselves, and who tried to optimize international trade by sea and overland, for example by combating piracy.

From the 16th century, however, the Hanse lost out to the emerging states and competitors. But the Hanseatic League has never been completely forgotten and today serves, for example, for the 'branding' of various former Hanseatic cities[6]. The present article aims to put the Hanse in current debates by discussing it in connection with the Hanse historiography and by comparing the Hanse with the European Union and considering it in connection with globalization. This will be done after a brief overview of the main lines of Hanse historiography, and a synopsis of the early development of the Hanse which focuses on its most important or at least most eye-catching locations of trade.

1. The Hanse: a history of debates.

The start of Hanse historiography coincided with the rise of professional historiography in the 19th century. Georg Sartorius (1765-1828), professor at Göttingen, published on the Hanseatic League and made a source edition at the time when archives were first opened for research and academic editions of sources, such as the large edition for German historiography, the *Monumenta Germaniae Historica*, were produced[7].

Interest in the history of the Hanse was further enhanced by the German bourgeoisie whose claim for participation in government was partly derived from the right to self-determination and economic privileges of the Hanse cities. The founding of the Hanse History Association (*Hansischer Geschichtsverein*, HGV)[8] in 1870, during the Franco-German War of 1870-1871, and 500 years after the Peace of Stralsund, did not have a conservative but a liberal signature[9]. For almost one and a half century the

[5] JAHNKE, Carsten – *Die Hanse*..., pp. 165-167.

[6] BRAND, Hanno; KNOL, Egge – "Vooraf", In BRAND, Hanno; KNOL, Egge (eds.) – *Koggen, kooplieden en kantoren. De Hanze, een praktisch netwerk*. Hilversum: Hanno Brand, 2009, pp. 7-8, at 7.

[7] HAMMEL-KIESOW, Rolf – "Hoe de Hanze verdween en op de drempel van de 20e naar de 21e eeuw weer opleeft", In BRAND, Hanno; KNOL, Egge (eds.) *Koggen, kooplieden en kantoren*..., pp. 191-203, at 193; JAHNKE, Carsten – *Die Hanse*..., p.12; GRAICHEN, Gisela; HAMMEL-KIESOW, Rolf – *Die Deutsche Hanse. Eine heimliche Supermacht*. Reinbek: Rowohlt Buchverlag, 2013, pp. 361-362.

[8] https://www.hansischergeschichtsverein.de/.

[9] GRAICHEN, Gisela; HAMMEL-KIESOW, Rolf – *Die Deutsche Hanse*..., p. 363. See also

vibrant HGV has to a large extent determined Hanse historiography, partly thanks to its journal the *Hansische Geschichtsblätter* (*Hanseatic History Review*)[10]. The edition of sources as the *Hansisches Urkundenbuch*[11] and the so-called *Hanserecesse*[12] in which the written evidence of the Hanse diets are put together has facilitated and stimulated research on the Hanse.[13] Next to these initiatives a nationalistic historiography of the Hanse came into being to serve as a justification for the German naval policy at the time of emperor Wilhelm II and at the time of Nazi Germany which emphasized the power politics of the Hanse[14].

After the second world war the German historiography of the Hanse was split in two. In the Federal Republic of Germany (FRG) the Hanse was made the forerunner of a united Europe whereas in the German Democratic Republic (GDR) the Hanse was presented as an "example for the historically shaping power of popular masses"[15]. After the opening of the Iron Curtain and the German reunification the idea of the Hanse was framed as an expression of European thinking[16]. Several modern initiatives aimed at border crossing collaboration have been initiated since the late 1970s. Most of these initiatives focus on northern Europe and do have a much wider scope than Germany which corresponds with current historiography that recognizes that the Hanse was rather a Low German than a German network, (Middle) Low German being the *lingua franca* of the Hanse[17].

The development of the Hanse was a gradual process, more gradual than the abovementioned distinction between the merchant hanse and the city hanse indicates. The whole was not there before the parts, but the parts have gradually grown into the Hanseatic League due to the economic interests of the actors[18]. Rather than an urban league, the Hanse was a loosely organized interest group of mainly Low

GRASSMANN, AntjeKatrin – "Geschichte des HGV". Available at https://www.hansischergeschichtsverein.de/geschichte-des-hgv.

[10] Volume 139 appeared in 2021. https://www.hansischergeschichtsverein.de/zeitschrift.

[11] 11 volumes. https://www.hansischergeschichtsverein.de/hansisches-urkundenbuch.

[12] 26 volumes https://www.hansischergeschichtsverein.de/hanserecesse.

[13] For a recent critical evaluation of these editions which are the result of a 19th century political agenda see JAHNKE, Carsten – "Die Reliquien jener grossartigen Bewegung. „Die Recesse und andere Akten der Hansetage" sowie das „Hansische Urkundenbuch"'". *Hansische Geschichtsbl*ätter 137 (2019) pp. 1-42.

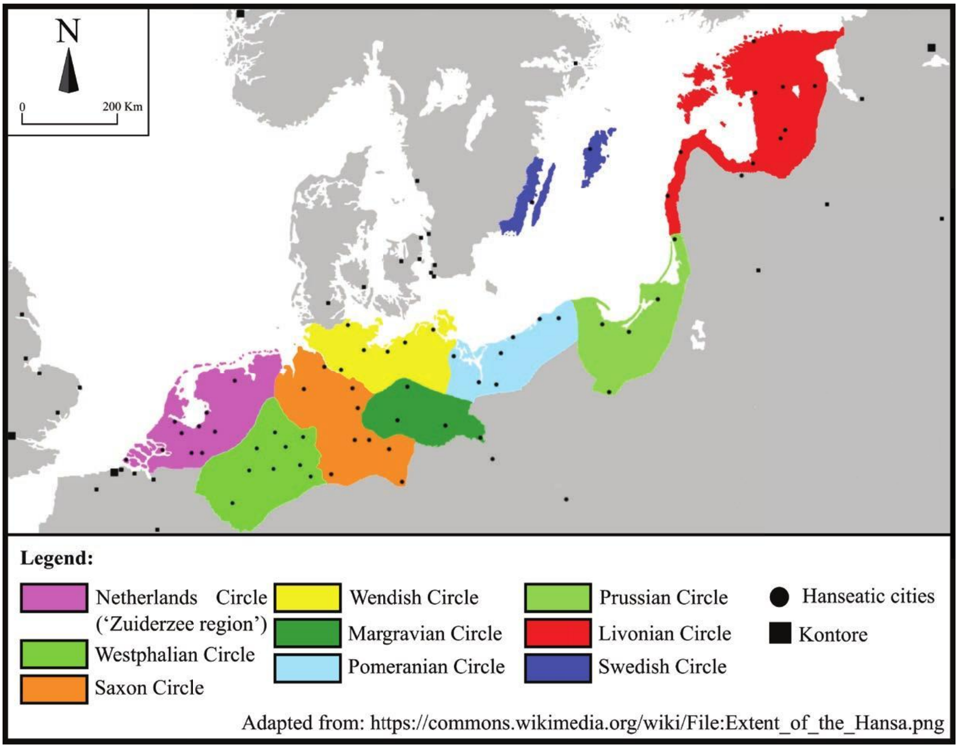
[14] JAHNKE, Carsten – *Die Hanse…*, pp. 14-17. GRAICHEN, Gisela; HAMMEL-KIESOW, Rolf – *Die Deutsche Hanse…*, pp. 368-370.

[15] HAMMEL-KIESOW, Rolf – "Hoe de Hanze verdween...", p. 198.

[16] MÜLLER-MERTENS, Eckhard – "Die Hanse in europäischer Sicht. Zu den konzeptionellen Neuansätzen der Nachkriegzeit und zu Rörigs Konzept", In MÜLLER-MERTENS, Eckhard; BÖCKER, Heidelore (eds.) – *Konzeptionelle Ansätze der Hanse-Historiographie.* Hansische Studien XIV. Trier: 2003, pp. 19-43.

[17] On the complex linguistic realities of the Hanse see NIEBAUM, Hermann – "Taal en communicatie in het Hanzegebied", In BRAND, Hanno and KNOL, Egge (eds.) *Koggen, kooplieden en kantoren*, pp. 160-169; and NESSE, Agnete – "Trade and language: how did traders communicate across language borders?", In BLOCKMANS, Wim, KROM, Mihail and WUBS-MROZEWICZ, Justyna (eds.) – *The Routledge Handbook of Maritime Trade around Europe, 1300-1600.* London and New York: Routledge, 2017, pp. 86-100.

[18] HENN, Volker – "Het ontstaan van de Hanze", In BRAND, Hanno; KNOL, Egge (eds.) *Koggen, kooplieden en kantoren…*, p. 13.



Map 1– Hanseatic League around 1400.

German merchants and towns "which only existed in so far as the interests of the individual towns were at stake" and "was only legally competent when the interests of the members were aligned."[19] Therefore the Hanse has been defined as a "trade policy contingency alliance"[20].

The lack of cooperation between individual cities has often been pointed out. Within the Hanse different cities had different interests. Among regions of cities interests could diverge as well. The Hanse as a whole had to take these regional interests into account, but at the same time had to maintain its clout. The structural weaknesses of the Hanse and its poor organization are often emphasized. Indeed, until 1556 – when a syndic of the Hanse was appointed – there was no permanent official active. The general Hanse diet was the only steering and decision-making body. In reality, cities only adhered to decisions of the diets if they were in their own interest. Many diets took place at the invitation of Lübeck which in traditional historiography was considered as the unofficial head of the Hanse since the end of the 13th century.

[19] HENN, Volker – "Het ontstaan van de Hanze", pp. 11-12; SEIFERT, Dieter – *Kompagnons und Konkurrenten. Holland und die Hanse im späten Mittelalter.* Cologne, Weimar and Vienna: Böhlau, 1997, pp. 3-4.

[20] This expression is Rolf Hammel-Kiesow's.

Through diplomatic actions the city supported the acquisition and expansion of trade privileges of Hanse merchants abroad[21].

2. Hanse trade: A spatial tour d'horizon.

First and foremost the Hanse was a trading network which was concentrated in the areas around the Baltic and the North Sea even though its trade connections extended at times much further, as far as Iceland[22] and Portugal[23] for instance. From a spatial perspective the island of Gotland, the town of Lübeck[24] and the Falsterbo-Skanör peninsula with the Scania market at the southwestern corner of present-day Sweden, then under Danish authority, might be considered as subsequent centers of the network. The four Kontors, at London and Bruges in the west, Bergen in Norway and Novgorod in the east developed as permanent Hanse trade settlements at the periphery of the Hanse network. What follows in this section is mostly based at Volker Henn's concise overview of the origin of the Hanse[25].

The role of Lübeck.

The best known and for centuries the most influential of the Hanse cities was Lübeck. The town was founded in 1143 by the Count of Holstein, it burned down and was rebuilt in 1159 by his suzerain, Henry the Lion, Duke of Saxony. To stimulate the trade of the new city, the latter granted the city extensive privileges and sent messengers to all the cities and kingdoms of Northern Europe, saying that if they traded with Lübeck he would promise them peace. Thanks to this support, the city prospered[26].

Lübeck was ideally located on the southeastern side of the Danish peninsula on the River Trave. The foundation of this new Lübeck on the River Trave provided merchants from Westphalia and Saxony, as well as those who came to Lübeck from Holstein, direct access to the Baltic Sea. Before long-distance trade between the

[21] On the role of the Hanse in diplomacy see for example BEHRMANN, Thomas – "…Verhaltensformen zwischen Herrschern und Hansestädten. Beobachtungen zu den anglo-hansischen und dänisch-hansischen Beziehungen", In HAMMEL-KIESOW, R.; FRISCHMANN, R. (eds.) – *Vergleichende Ansätze in de Hansischen Geschichtsforschung*. Trier: Porta Alba, 2002, pp. 77-95.

[22] See for instance MEHLER, Natascha; GARDINER, Mark; ELVESTAD, Ende (eds.) – *German Trade in the North Atlantic, ca. 1400-1700. Interdisciplinary perspectives.* AMS-Skrifter 27 Stavanger, 2019; and HOLTERMAN, Bart – *The Fish lands. German trade with Iceland, Shetland and the Faroe Island in the late 15th and 16th century.* Berlin and Boston: De Gruyter Oldenbourg, 2020.

[23] ARNOLD, Torsten dos Santos – "Portugal and the Hanseatic League: ca. 1450-1550", In LOPES, Paulo Catarino (ed.) – *Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI. Olhares, relações, identidade(s).* Estudos 21, Lisbon: IEM/CHAM, pp. 85-108.

[24] JAHNKE, Carsten – "Lübeck and the Hanse: a queen without its body'", In BLOCKMANS, Wim; KROM, Mihail; WUBS-MROZEWICZ, Justyna (eds.) – *The Routledge Handbook of Maritime Trade …*, pp. 243.

[25] HENN, Volker – "Het ontstaan van de Hanze"..., pp. 11-25.

[26] HENN, Volker – "Het ontstaan van de Hanze"..., p. 13.

North Sea and the Baltic Sea via the Skagerrak arose, the so called *ommelandvaart* (navigation around the country) around the Cape of Skagen, Lübeck was the unavoidable transshipment point for goods transported from west to east and from east to west. In the 12th and 13th centuries the city flourished as the main connecting point between the North Sea and the Baltic. Lübeck managed to increase its influence along the Baltic coast through a number of other, mostly Wendish cities[27].

Gotland.

From the mid-12th century, German traders moved to the island of Gotland in the Baltic, protected by the privileges of Henry the Lion. On Gotland, Visby grew into an important transshipment point for Swedish, Russian and Baltic merchandise such as iron, wax, honey and furs. It became a center of the so-called Gotland sailors who united in an association or fraternity. From Gotland, German traders along with colleagues from Denmark and Gotland itself also conducted long-distance trade, with Novgorod on the Volkhov. Novgorod was an important trade center for products from the Russian forests and it also became a market for products such as Flemish cloth, precious metals, copper, tin, lead, salt, wine, spices and luxury goods[28].

Novgorod.

At Novgorod a separate settlement existed, the *St. Olavshof*, also called *Gotenhof*, for the Scandinavian-Gotlandic merchants, which the German merchants initially also used, but soon – before the 13th century – they got their own settlement, the *St. Petershof*. This own office, factory or *Kontor* indicated that the Germans had already succeeded in practically eliminating Scandinavian and Russian competitors in the Baltic trade before 1200. From initial trading partner, Visby increasingly became a competitor and was treated as such by Lübeck: eventually both Visby and the Gotland sailors association were eliminated. At a meeting in 1293 Wendish and Saxon towns decided to move the supreme court of the Kontor in Visby to Lübeck. In 1299 the Confraternity of Gotland sailors was forbidden to use its seal, because doing so they could seal something contrary to the wishes of the other cities: it was the *de facto* end of the society[29]. Gotland competition had been successfully curtailed.

[27] JAHNKE, Carsten – "Lübeck and the Hanse"..., pp. 231-247, 234, 238, 243.

[28] HENN, Volker – "Het ontstaan van de Hanze"..., 15.

[29] HENN, Volker – "Het ontstaan van de Hanze"..., pp. 15-16. For further information see or example ANGERMANN, N.; FRIEDLAND, K. (eds.) – *Nowgorod. Markt und Kontor der Hanse*. Cologne: Böhlau, 2002.

England: London.

In search of new markets, merchants from the Baltic, the Elbe and Weser regions, also reached ports on the English east coast, Boston and Lynn, but especially London. Merchants from Cologne had been coming there before. Since the 1170s, they enjoyed privileges including their own guild hall. The people of Cologne regarded the easterners as competitors, who only gradually succeeded in acquiring the same privileges. The easterners bought wool, woolen cloth, lead and tin in England and sold wine and metal products there. Around 1300 the German merchants in London organized themselves as a community that would become a Kontor known as the *Stahlhof*. The Kontor of which the first statute is known only from 1460, had its own *olderman* who held London citizenship and who stated to the London city council that in the performance of his office he would abide by the applicable London city law[30].

Flanders: Bruges.

In the 13th century, in addition to England, Flanders also became an important destination for Hanse traders, especially thanks to the emergence of Bruges as a trading metropolis of northwestern Europe and the importance of Flanders for the cloth industry[31]. In the second half of the 13th century, Bruges took over the function of the annual fairs of Champagne. In Bruges, trade products from Northern Europe and the Mediterranean were exchanged. German merchants acquired privileges in Flanders in 1252/53, but these still applied to Lübeckers, Hamburgers, Gotlanders and Rhineland-Westphalian merchants, which indicates that there was at that moment not yet a single Hanse community to represent its common interests. This came about only gradually, so that around 1350 German merchants were organized in a Kontor with their own rights and rules[32]. The organization of the Kontor shows that in consultation and decision-making, the interests between merchants differing per region were taken into account: three groups – the Wendish-Saxon, the Prussian-Westphalian and the Gotland-Livonian – were each allowed to appoint two *oldermen* from among themselves[33].

---

[30] HENN, Volker – "Het ontstaan van de Hanze". For further details JÖRN, N. – *With Money and Bloode" Der Londener Stahlhof im Spannungsfeld der englisch-hansischen Beziehungen im 15. Und 16. Jahrhundert.* Cologne: Böhlau, 2000.

[31] See most recently BROWN, Andrew; DUMOLYN, Jan (eds.) – *Medieval Bruges c. 850-1550.* Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

32 GREVE, Anke – "Hôteliers et marchands de la Hanse à Bruges aux XIVe et XVe siècles", In VANDERWALLE, André (ed.) – *Les marchands de la Hanse et la banque des Médicis. Bruges, marché d'échanges culturels en Europe.* Bruges: Stichting Kunstboek, 2002, pp. 99-104, at 99.

[33] HENN, Volker – "Het ontstaan van de Hanze", pp. 19-21. VANDERWALLE, André – "Les nations

Norway: Bergen.

Even before the Hanse came into existence, German merchants were already trading with Norway, where Bergen had grown into the most important stock fish staple in the 12th century. Lübeckers were given unlimited freedom of movement in Norway in 1250, the oldest known privilege. Despite the ban on access to stock fish production areas in northern Norway, German merchants managed to get their hands on the stock fish trade and push the Norwegians out. At Bergen a separate quarter was created, where German traders wintered in order to be able to export the first stock fish at the start of the new sailing season, on the east side of the harbor, Tysken Bryggen, the 'German Bridge', which became the seat of the Hanse Kontor in Bergen. This is how a community of Low German speakers arose in Norway, who lived there (almost) permanently[34].

The four so-called Kontors have for long been considered as factories or outposts of the network. IT must be noted that these Kontors did not monopolize the trade of Hanse merchants beyond the Hanse. For instance, Hanse merchants bought salt in Bourgneuf and Lisbon, and wine at Bordeaux. In these places however Hanse merchants did not have the privilege to trade according to rules which allowed them to deviate from local regulations[35].

From the outposts of the Hanse network back to the center: Scania.

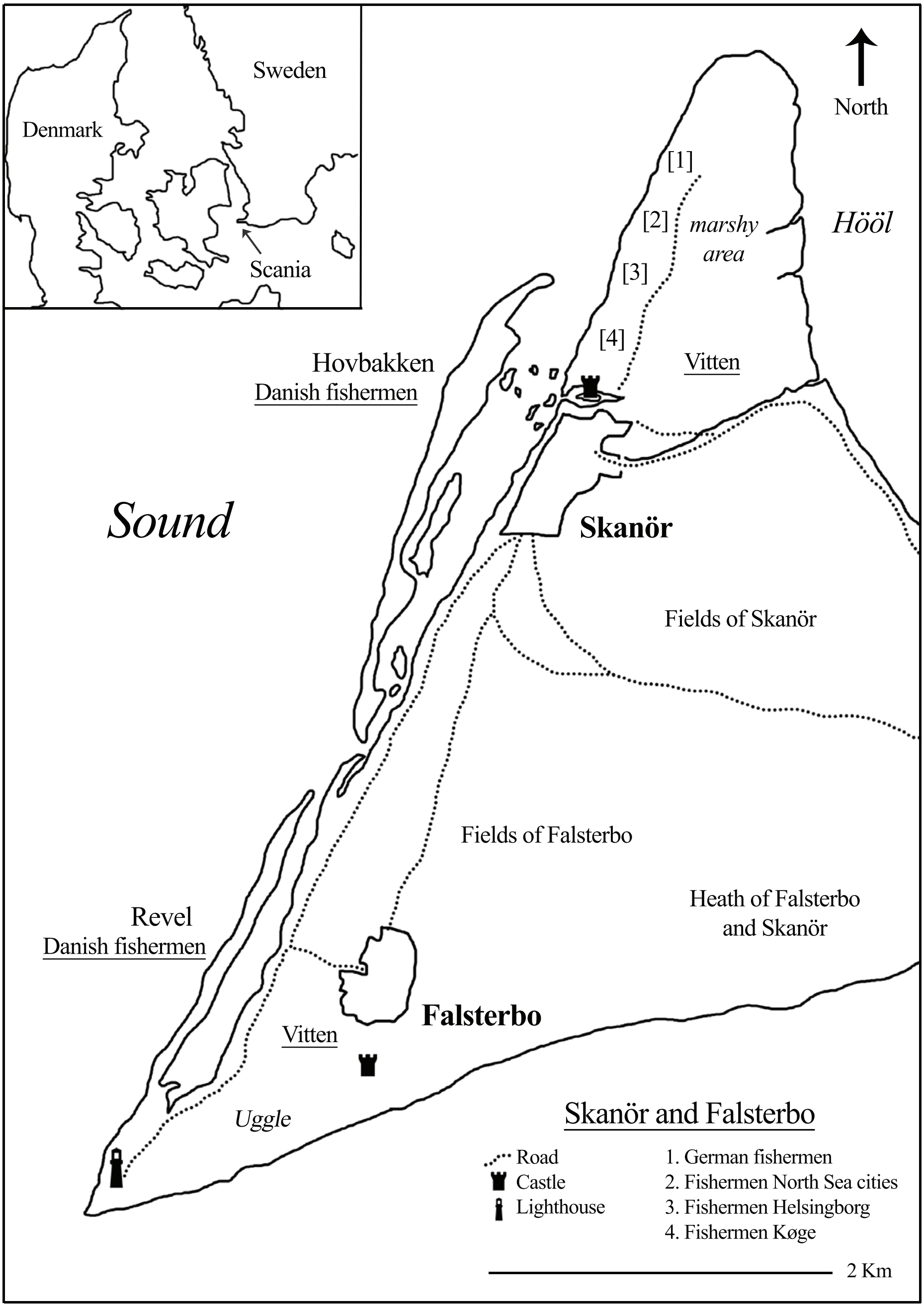
Not only in the Baltic trade, but also at the Scania peninsula, Lübeck acquired a dominant position around the middle of the 13th century. Thanks to the enormously rich catches of herring, two annual fairs had arisen on the peninsula, in Skanør and Falsterbo[36]. During the fishing period, between August and October traders from the Baltic area, but also '*ommeland*' sailors from around the North Sea, including from the Low Countries, were attracted to these fairs. The latter became important herring markets but also transshipment points for trade in other products between east and west.

étrangères à Bruges", In VANDERWALLE, André (ed.) – *Les marchands de la Hanse…*, pp. 27-42, at 32.

[34] HENN, Volker – "Het ontstaan van de Hanze...", pp. 21-23. On the Bergen Kontor see for example NEDKVITE, A. – *The German Hansa and Bergen…;* and WUBS-MROZEWICZ, Justyna – *Traders, Ties and Tensions. The Interaction of Lübeckers, Overijsslers and Hollanders in Late Medieval Bergen*. Hilversum: Verloren, 2008.

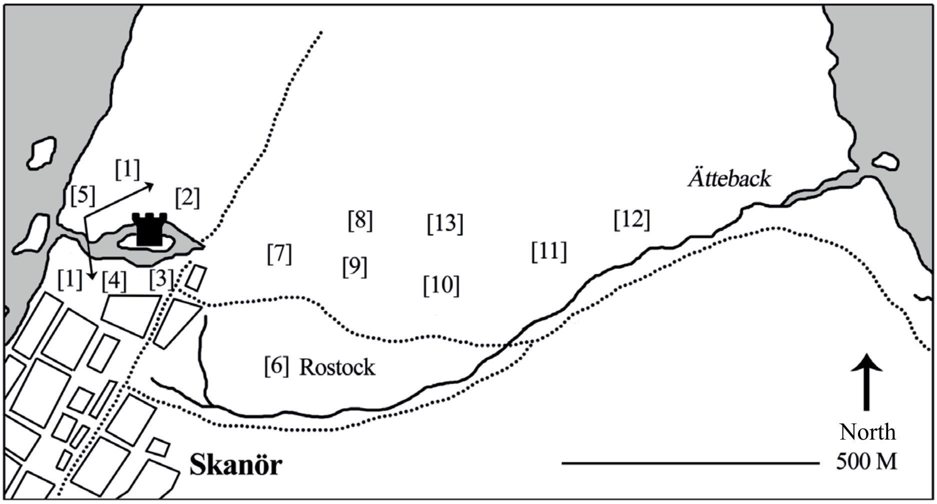
[35] JAHNKE, Carsten – "De Hanze en de Europese economie in de middeleeuwen" in BRAND, Hanno; KNOL, Egge (eds.) *Koggen, kooplieden en kantoren…*, p. 51.

[36] JAHNKE, Carsten – *Das Silber des Meeres. Fang und Vertrieb von Ostseehering zwischen Norwegen und Italien (12.-16. Jahrhundert)*. Cologne, Weimar and Vienna: Böhlau, 2000, pp. 39-280. See also JAHNKE, Carsten – "The Medieval Herring Fishery in the Western Baltic", In SICKING, Louis, and FERREIRA, Darlene Abreu (eds.) – *Beyond the Catch. Fisheries of the North Atlantic, the North Sea and the Baltic, 900-1850*. Leiden and Boston: Brill, 2009, pp. 157-186.

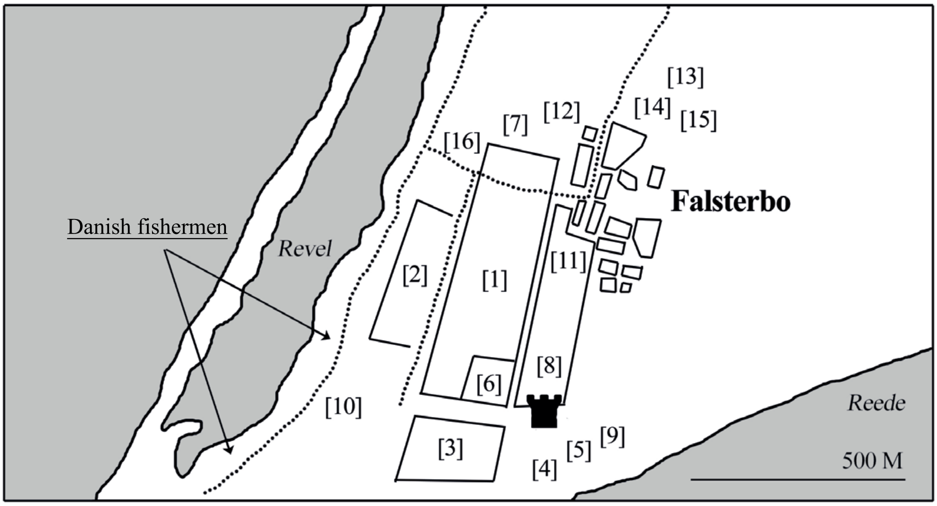


© J. Liemburg, T. van Dodewaard, J. Wink and L. Sicking

Map 2 – Scania Peninsula in the 13th century.



Skanör: 1. Elburg (?) 2. Lund 3. Halmstad 4. Trelleborg 5. 's-Hertogenbosch 6. Church of Rostock 7. Zutphen 8. Zierikzee (?) 9. Kampen 10. Stavoren 11. Bremen 12. Wismar 13. Brielle, Amsterdam Unknown locations: Doesburg, Harderwijk, Dordrecht, Nijmegen, Maastricht and Zwole



Falsterbo: 1. Lübeck 2. Prussian cities (including Danzig, Elbing and Königsberg) 3. Rostock 4. Halmstad 5. Greifswald 6. Kiel (?) 7. Copenhagen 8. Stralsund 9. Anklam 10. Danish church 11. Stettin 12. Kolberg 13. Svendborg 14. Åhus 15. Kalundborg 16. Ängelholm

Map 3 – Vitten near Skanør and Falsterbo in the 13th and 14th century.

Very characteristic for the Scania fairs were the so-called *vitten*, which the traders, grouped by region or city, held as their own, legally autonomous trade settlements, from the Danish King. Initially, these were seasonal trading colonies that were occupied only for the duration of the fair. In the late Middle Ages the *vitten* developed into miniature towns, modest off-shoots from the traders' mother city. Recent research has established that of about thirty Hanse towns having a *vitte* at Scania half were Hanse towns from around the Zuiderzee, that is from the Low Countries. Originally the different merchant communities staying at these *vitten* had a representative, a so-called *vogt*, consul or governor which in time became more and more an urban representative of the *vitte*. Whereas the *vitten* from towns east of the Zuiderzee, like Kampen, Zutphen and Harderwijk were founded around 1300, the *vitten* of towns in Holland and Zeeland, like Amsterdam. Brielle and Zierikzee were founded half a century later. The *vitten*, in particular those of the Zuiderzee towns that were further away from their mother cities than most Baltic Hanse towns, can be understood as urban colonies overseas. The Falsterbo-Skanør peninsula may be considered as one of the main centers of the Hanse trade, yes indeed as a microcosm of the Hanse![37]

This short overview can of course never do justice to the history of the Hanse trade network. In general one gets the impression that the growth and dynamics of trade by Hanse merchants were most impressive before the 'institutionalisation' of the Hanse, a process which started around the middle of the 14th century.

3. The Hanse in Current Debates: Conflict Management, Europeanisation, Globalization.

Conflict management by the Hanse.

Conflict management is currently a popular theme of historical research[38]. In relation to long-distance trade this is partly a consequence of the understanding that the traditional opposition between peace-loving legal merchants and violent illegal 'pirates' robbing innocent seafarers is a false one[39]. For example, Lübeckers did not shy away from using force if necessary to penetrate the 'heathen' Baltic hinterland that was difficult to access. To cross these territories of Livonia and Lithuania to reach Smolensk, Polotsk, Novgorod and Kiev, economic penetration went hand in hand

[37] SICKING, Louis – "Zuiderzeestädte an der Ostsee. ‚Vitten' und 'Vögte' – Raum und städtische Vertreter im spätmittelalterlichen Schonen". *Hansische Geschichtsblätter* 134 (2016), pp. 39-59.

[38] See for instance SICKING, Louis and WIJFFELS, Alain (eds.) – *Conflict Management in the Mediterranean and the Atlantic, 1000-1800. Actors, Institutions and Strategies of Dispute Settlement.* Leiden and Boston: Brill, 2020.

[39] See on this HEEBØLL-HOLM, Thomas; HÖHN, Philipp; ROHMAN, Gregor (eds.) – *Merchants, Pirates and Smugglers. Criminalization, Economics, and the transformation of the Maritime World (1200-1600).* Frankfurt and New York: Campus Verlag, 2019.

with conquest, conversion and sometimes Germanization. One should not forget that in the Middle Ages the use of violence was not necessarily illegal. On the contrary violence, including piracy, was used to fight competitive actors at a time when the use of violence was not yet a monopoly of the prince or the (city)state. Not surprisingly the expression 'to rob is no shame, the best of the land do it' originated in the world of the Hanse[40]. Thus besides the more classic theme of military interventions of the Hanse[41] the theme of conflict management has more recently attracted the attention of historians of the Hanse[42].

Around 1350 the only two 'permanent' organizations of the entire Hanseatic League had come into being: the four major trading posts, the Kontors, which were the pillars of the Hanseatic trading system with the outside world, and the Hanse diet (*Hansetag*) as an administrative and consultation instrument throughout the Hanseatic League which gained in significance and also took action when necessary.

Due to disagreements between the *oldermannen* at the Kontor at Bruges, the first Hanse diet for the entire Hanseatic League of which there is written evidence met in February 1356. Result of this meeting was that the Kontor at Bruges would from then on be subject to resolutions of the general Hanse diet. In other words, the community of Hanse merchants at Bruges had become a Kontor of the Hanse[43]. In the late 1350s the expression *dudesche hense* or *hense van den dudeschen steden* appeared in the sources in connection with Flanders. This is not an indication that the Hanse was founded around these years. Rather the appearance of the expression indicates to show the group identity of Hanse merchants both inwards and outwards[44]. The Hanse was regarded as such both by the members themselves and by the outside world[45].

If the Hanse diet may have been an important instrument in the management of conflicts this may be considered as the 'tip of the iceberg', of which the study has been privileged thanks to the edition of the *Hanserecesse*[46]. Currently a more 'merchant perspective approach' to conflict management has been attempted. Philipp Höhn for

---

[40] SICKING, Louis – "The pirate and the admiral: Europeanisation and Globalisation of Maritime Conflict Management". *Journal of the History of International Law* 20 (2018) pp. 429-470, at 435.

[41] FRITZE, K.; KRAUSE, G. – *Seekriege der Hanse*. Berlin, 1989; and MEIER, Dirk – *Seafarers, merchants and pirates in the Middle Ages*. Woodbridge and Rochester: Boydell Press, 2006.

[42] See for instance most recently the work of HÖHN, Philipp – *Kaufleute in Konflikt. Rechtspluralismus, Kredit und Gewalt im spätmittelalterlicten* Lübeck. Frankfurt and New York: Campus Verlag, 2021 on the 15th century; and of WUBS-MROZEWICZ, Justyna mainly on the 16th century, for instance "Conflict Management and Interdisciplinary History. Presentation of a New Project and an Analytical Model". *TSEG/ Low Countries Journal of Social and Economic History* 15, 1 (2018) pp. 89-107. See also the conference report Conflict Management in the Atlantic, the North Sea and the Baltic, 1200-1600: Actors, Institutions and Practices of Dispute Settlement 24.05.2019–25.05.2019, Amsterdam, in: H-Soz-Kult 04.09.2019. https://www.hsozkult.de/conferencereport/id/tagungsberichte-8424.

[43] JAHNKE, Carsten – *Die Hanse…*, pp. 147-148.

[44] GRAICHEN, Gisela and HAMMEL-KIESOW, Rolf – *Die Deutsche Hanse…*, p. 117.

[45] HENN, Volker – "Het ontstaan van de Hanze...", pp. 11-25.

[46] HENN, Volker (ed.) – *Die hansischen Tagfahrten zwischen Anspruch und Wirklichkeit*. Hansische Studien 11 Trier, 2001, p. 13.

instance has concluded that Hanse merchants did not attempt to build some kind of order of justice which allowed them to quickly and cost efficiently solve their conflicts. Rather did they act in a 'conflict landscape' in which legal pluralism was the norm. They derived their trading options from this pluralism and from the ambiguity which communication concerning conflicts allowed for and thus tried to combine various practices of conflict to their own advantage[47]. This corresponds with the current emphasis away from the resolution of conflicts to the management of conflicts[48].

Conflicts of interest within the Hanse.

The Hanse was only capable of joint action when the interests of the participating towns coincided. When that was the case the Hanse was willing and able to impressive measures, including naval action. For instance, in 1370 the Hanse forced the Danish king Waldemar IV Atterdag to a humiliating peace thanks to impressive military and naval force. The king had attacked the town of Visby at Gotland and conquered Scania which had forced the Hanse to push back. This is just one example that the Hanse was willing and able to use force when its commercial interests were at stake[49].

However, quite often the interests of the different Hanse towns did not coincide. For example, Livonia and Prussia, and especially Danzig, had a great interest in grain exports to the Low Countries, for which after 1350 more and more skippers from Holland and Zeeland were responsible. This was at the expense of Lübeck's staple function, which regarded the growing Dutch shipping industry as a thorn in the side[50]. Another example offers Cologne as the center of the Rhenish group of Hanseatic cities which had less and less interest for Lübeck. Cologne and its satellites were economically increasingly focused on England and the Netherlands and no longer needed Lübeck as an intermediate station. Another phenomenon that weakened the Hanse as a whole was the all-important Hanseatic cities increasingly trying to control trade in their own city, as well as trade with the surrounding hinterland.

Lex Heerma van Voss and Elise van Nederveen Meerkerk have compared the Hanse of the 15th and 16th century with the Dutch Republic of the 17th century and distinguished the following weaknesses of the Hanse: First, the vast size of the

---

[47] HÖHN, Philipp – *Kaufleute in Konflikt…*, pp. 355-356.

[48] See for instance SICKING, Louis and WIJFFELS, Alain – "Introduction: Flotsam and Jetsam in the historiography of maritime trade and conflicts", In SICKING, Louis and WIJFFELS, Alain (eds.) – *Conflict management…*, pp. 1-18, at 4-5.

[49] See for instance PELC, O. (ed.) – *Hansestädte im Konflikt Krisenmanagement und bewaffnete Auseinandersetzung vom 13. bis zum 17. Jahrhundert.* Hansische Studien 23, Wismar, 2019. For recent research on the peace of Stralsund see the articles of Philipp Höhn, Carsten Jahnke, Oliver Auge and Kilian Baur in *Hansische Geschichtsblätter* 139 (2021).

[50] SEIFERT, Dieter – *Kompagnons und Konkurrenten…;* See on naval rivalry between Holland and the Hanse SICKING, Louis – *El almirantazgo y la armada de los Países Bajos durante los reinados de Felipe I y Carlos V.* Santander: Ediciones Universidad de Cantabria, 2017, pp. 292-335.

Hanse network in comparison with the compact Dutch Republic. Second, the lack of one dominant city: Lübeck never dominated the Hanse as Amsterdam came to dominate Holland which in turn was the dominant province of the Dutch Republic. Third, the absence of a sense of 'togetherness'. Above all, each Hanse town pursued its own interests. There was no hinterland that generated a demand comparable to the hinterland of the Dutch Republic[51]. One might add that the sense of 'togetherness' was quite weak in the Dutch Republic as well; it seems to have been limited to the wealthy elite gathering at the meetings of the States-General.

The end of the Hanse and its afterlife (*Nachleben*).

Partly due to the rise of states, the so-called intermediate powers in the Holy Roman Empire, including the Hanseatic League, were increasingly displaced from the international scene. At the end of the 16th century the classical Hanseatic policy of interurban cooperation aiming at preserving interests and privileges came to an end. During the Thirty Years' War continuing insecurity prevented meetings. In 1629 Lübeck, Hamburg and Bremen were appointed as agents of the Hanseatic League. The following year the three cities formed a defensive alliance. In 1648 the three Hanseatic cities received constitutional recognition of the Holy Roman Empire. The last Hanse diet took place in 1669, but at the time that was not clear. The Hanse thus ended as it began: without a precise date.

Many initiatives have been undertaken to revive the memory of the Hanse of which only a few can be mentioned here. First of all, many cities have embraced their past as Hanse towns, both in Germany and elsewhere. In 1978 the town of Zwolle in the Netherlands invited other former Hanse towns to join the *Stedenverbond De Hanze* which around 2010 counted 173 cities from fifteen different European countries. The objective is the enhance cooperation between these cities based on cross-border Hanseatic ideas with the aim of contributing to the economic, social and political unification of Europe. As has been mentioned already historically the Hanse was a Low German network in northern Europe, not a European organization[52]. It is remarkable that no Danish towns joined this new Hanse while Bergen is the only Norwegian city to have become a member. Scandinavians may have a more realistic memory of the Hanse than the rosy image of the league at continental northern Europe.

---

[51] HEERMA VAN VOSS, Lex; VAN NEDERVEEN MEERKERK, Elise – "The Hanse and after. State formation, merchant elites and the efficiency of institutions in the Hanse and Holland, c. 1400-1680", In BRAND, Hanno (ed.) – *The German Hanse in Past & Present Europe. A medieval League as a model for modern interregional cooperation?*. Groningen: Hanno Brand, 2007, pp. 221-246.

[52] Another initiative that has come into being is the Hanzepassage: a partnership between regions from different countries south of the Baltic Sea that carry out projects related to sustainable and economic development.

Not surprisingly, Germany is the country where most initiatives are undertaken, by cities, entrepreneurs and the media, to sustain and revive the memory of the Hanse. The late Rolf Hammel-Kiesow has attempted to explain the enthusiasm in present-day Germany to appropriate the Hanseatic theme. First, because of positive qualities that have been traditionally attributed to the Hanseatic League: solidarity, reliability and honesty. Second, the urge to innovate, openness and civic sense. Third, because of the prestige of the Hanse and its significance for tourism. Last but not least, the search for similarities between the Hanse and Europe[53]. The continuing European perspective at the Hanse is recently expressed in the name of the new museum at Lübeck: *Europäisches Hansemuseum*[54].

The Hanse and the European Union.

Rolf Hammel-Kiesow has also made an interesting comparison between the Hanse and the European Union (EU). He distinguished three major differences between the two. First, he emphasized that the Hanse was mainly a Low German organization, whose merchants traded in all of the present-day member states of the EU, but the Hanse was not a European organization like the EU. Second, the relatively free trade of goods in Northern Europe in the late Middle Ages can perhaps be seen as something like a precursor to a common market, but it should be noted that in pre-modern times there was not yet a full market integration. Instead, there were several regional markets that did have connections with each other. Third, as an organization the Hanse was not very developed. The Hanse diets were the only form of organization which could encompass the entire Hanse. The Kontors cannot be considered as encompassing the entire Hanse, in contrast to the institutions of the EU. Moreover the nomination of a first permanent civil servant of the Hanse, the syndic, in 1556, is in sharp contrast with the vast amount of EU civil servants.

From the late thirteenth and fourteenth centuries onward the Hanse only admitted foreign merchants (from outside the Hanse) when the latter received the civil rights of a Hanse town. With regard to rights: with the exception of the Kontors, urban law was and remained all-important! This is very different from the situation in the EU where formally European law goes over national law, even though this is debated in some of the member states.

[53] HAMMEL-KIESOW, Rolf – "Hoe de Hanze verdween en op de drempel van de 20e naar de 21e eeuw weer opleeft", In BRAND, Hanno; KNOL, Egge (eds.) *Koggen, kooplieden en kantoren…*; and GRAICHEN, Gisela; HAMMEL-KIESOW, Rolf – *Die Deutsche Hanse…*. Most recently on the afterlife of the Hanse HOLBACH, Rudolf – "Von jenen, die der Hansa schlachten schlugen" zum „Verkaufsoffenen Hanse-Sonntag". Städtische Hanseerinnerungen und Widerspiegelungen der Hanse in der Geschichtkultur seit dem 19. Jahrhundert". *Hansische Geschichtsblätter* 138 (2020) pp. 213-284.

[54] *Katalog des Europäischen Hansemuseums*. Lübeck, 2016.

Hammel-Kiesow also recognized a number of similarities between the Hanse and the EU. First, the members of both the Hanse and the EU are equal while there is no hierarchical decision-making; both strife for unanimity and are seeking consensus but the majority cannot impose decisions on a minority. Second, both the Hanse and the EU act in an economic and power-political system without having their own legal entity. Third, decisions of individual cities/members influence decision-making of other cities/members to a greater extent than with interstate organizations. Fourth, both the Hanse and the EU pursued the development of a commercial, entrepreneurial partnership towards a political connection, but in both cases their citizens and residents are indifferent to this.[55]

The Hanse and globalization.

With the rise of globalization and its history the Hanse too has been framed in this context. François Gipouloux, a French specialist on the economy of China, applied Fernand Braudel's idea[56] of the Mediterranean as an economic entity, even though it was divided from religious, cultural and political perspectives, at South East Asia. Gipouloux called the maritime trade networks between Vladivostok and Singapore existing between the 16th century and the present an 'Asian Mediterranean'[57]. He thus juxtaposed the medieval Mediterranean with its maritime republics like Venice and Genoa next to the medieval Hanse and the Asiatic Mediterranean which are all three examples of economic integration without territorial borders. 'A Mediterranean Sea' is according to Gipouloux not as much a geographical or historical model but rather an institutional model[58]. He defined the model as a polycentric model of hubs and/or global cities with four characteristics: 1. Autonomy at pivot points where different, competing jurisdictions converge; 2. Naval forces for 'security' of maritime spaces and connections without territorial ambitions; 3. The management of trade flows is more important than the control of territories and the taxation of individuals; 4. Development of original legal instruments outside the framework of the state: maritime and commercial regulations and laws[59].

This approach underlines the relevance of medieval long-distance trade networks of the Hanse and the Italian maritime republics and connects these with

---

[55] HAMMEL-KIESOW, Rolf – "Europäische Union, Globalisierung und Hanse. Überlegungen zur aktuellen Vereinnahmung eines historischen Phänomens". *Hansische Geschichtsblätter* 125 (2007), pp. 1-44, at 41-44.

[56] BRAUDEL, Fernand – *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Le Livre de Poche, 1949.

[57] GIPOULOUX, François – *La Méditerranée asiatique. Villes portuaires et réseaux marchands en Chine, au Japon et en Asie du Sud-Est, XVIe-XXIe siècle*. Paris: CNRS Éditions, 2009.

[58] GIPOULOUX, François – *La Méditerranée asiatique…*, p. 379

[59] GIPOULOUX, François – *La Méditerranée asiatique…*, p. 20.

present-day developments. This approach clearly fits in global history in which not only geographical but also temporal boundaries are broken down, although this is not undisputed in the historical discipline. Current macro-economic thinking still departs from countries while cities and companies are determinant at international markets. As Paul Krugman aptly remarked: "One needs not think about geographical structures of production and not treat countries as the natural unit of analysis."[60] According to Gipouloux, globalization is giving rise to a new conception of space, which is in a sense deterritorialized. It is more about the network, the contact and not about the physical space of the territory[61].

In addition, there is increasing attention for maritime regions, or seascapes, both in current affairs and in historical research. How are these maritime regions structured? One should think in terms such as 'hubs' or 'nodes' or 'intersections' in networks. In Southeast Asia Hongkong and Singapore come to mind. Technical standards, rules of conduct and rules of international (trade) law were developed at these intersections. How can these networks and their rules be mapped and explained?[62] In the context of the Hanse both the markets of Falsterbo and Skanør at the Scania peninsula and the Kontors of the Hanse can be seen as such hubs or intersections. The vitten at the Scania peninsula can be seen as urban colonies overseas that were similar in several respects to the *funduqs* and *fondacos* of the medieval Mediterranean and the early modern European trading posts on the coasts of Africa, Asia, and America[63].

Following this approach maritime history becomes part of global history, in which it revolves, among other things, about exchanges between different civilizations or cross cultural connections[64]. This approach has also major consequences for the study of diplomacy, international relations and international law which is still too often under the spell of the Westphalian myth according to which the modern international state system came into being in 1648[65]. It is now recognized that the nation-state, does not play an exclusive role in diplomacy, international relations or international law. This was neither the case in pre-modern times nor in modern times. The example of

[60] KRUGMAN, Paul – *Geography and Trade*, Louvain, Leuven University Press, 1991, p. 87

[61] GIPOULOUX, François – *La Méditerranée asiatique…*, pp. 30, 33.

[62] GIPOULOUX, François – *La Méditerranée asiatique…*, p. 36-37.

[63] SICKING, Louis – "The Medieval Origin of the Factory or the Institutional Foundations of Overseas Trade: Toward a Model for Global Comparison". *Journal of World History* 31 no. 2 (2020), pp. 295-326.

[64] See for instance FUSARO, Maria; POLÓNIA, Amélia (eds.) – *Maritime history as global history*. St. John's: Liverpool University Press, 2010; and TRIVELLATO, Francesca – "Introduction: The Historical and Comparative Study of Cross-Cultural Trade", In TRIVELLATO, Francesca; HALEVI, Leor; ANTUNES, Cátia (eds.) – *Religion and Trade. Cross-Cultural Exchanges in World History, 1000-1900*. Oxford: Oxford Scholarship Online, 2014, pp. 1-23.

[65] OSIANDER, Andreas – "Sovereignty, International Relations, and the Westphalian Myth". *International Organization* 55, 2 (2001), pp. 251-287; CROXTON, Derek – "The Peace of Westfalia of 1648 and the origin of Sovereignty". *The International History Review* 21 3 (1999) pp. 569-591; and FITZPATRICK, Peter – "Taking Place. Westphalia and the Poetics of Law". *London Review of International Law* 2 1 (2014), pp. 155-165.

Lübeck, Hamburg and Bremen being recognized as political entities in the treaty of Osnabrück – one of the treaties of Westphalia – in 1648 is a clear case in point, even though the heydays of the Hanse were long over by then[66]. Both in current diplomatic affairs and among pre-modern historians the importance of so-called non-state actors in international and diplomatic relations is recognized and emphasized[67].

In short, the following similarities may be distinguished between medieval and current globalization: First, globalization should be understood as intensifying and accelerating cross-border transactions, while simultaneously seeing spatial expansion; second, effective information exchange; third cooperation and agreements relating to transport; fourth, standardization of sizes and coins; fifth, legal institutions and regulations – including provision of framework regulations – facilitating cross-border trade, transactions and dispute resolution[68].

Conclusion.

In all, the Hanse seems elusive: it evolved over time, started at a local level as groups of merchants joining into different hanses to share risks and to support one another. When urban administrations became involved with these groups the originally private law character of these hanses changed. When representatives of merchants of different cities came to meet to discuss joint problems and disputes regional diets came into being. From around the middle of the 14th century general Hanse diets met, even though the composition of these diets depended entirely of whether individual Hanse towns had an interest in joining particular meetings. It is out of the question however that when Hanse merchants and towns joined forces impressive action could be undertaken which allowed the league to even bring kings to the negotiation table. This underlines that the Hanse was not simply a peaceful organization aiming at peaceful trade. When considered necessary the Hanse was willing to support its interests with military action of which the equipment of several war fleets offer telling examples. The fact that war ships were indicated as *vredescepen* (peace ships) does not change the fact that the Hanse could at times be offensive and violent[69]. The chosen name for these ships by contemporaries – peace ships – shows that the Hanse was well

---

[66] POSTEL, R. – "Zur "erhaltung dern commercien und darüber habende privilegia". Hansische Politik auf dem Westfalishen Friedenskongress", In DUCHARDT, H. (ed.) – *Der Westfälische Frieden*. München, 1998, pp. 523-540.

[67] See for instance WATKINS, John – "Premodern Non-State Agency: The theoretical, historical and legal Challenge", In EBBEN, Maurits and SICKING, Louis (eds.) – *Beyond ambassadors. Consuls, missionaries and spies in premodern diplomacy.* Leiden and Boston: Brill, 2021, pp. 19-37. GIPOULOUX, François – La *Méditerranée asiatique…*, p. 34.

[68] HAMMEL-KIESOW – "Europäische Union, Globalisierung und Hanse"..., pp. 41-44.

[69] See for example SICKING, Louis – "Amphibious warfare in the Baltic: the Hansa, Holland and the Habsburgs, Fourteenth-Sixteenth Centuries", In TRIM, D.J.B.; FISSEL, M.C. (eds.) – *Amphibious Warfare 1000-1700. Commerce, State Formation and European Expansion*. Leiden and Boston: Brill, 2006, pp. 69-101.

aware of the meaning of propaganda. At the same time robbers were criminalized as pirates[70]. This propaganda was apparently so effective that the image of the Hanse has enthusiastically been embraced until the present by former Hanse towns for purposes of city branding and such.

Recent historiography rightfully put into perspective the German character of the Hanse. After all the Hanse is rather Low German than German! Hanse towns existed in many other countries and regions outside of the Holy Roman Empire, including Poland, Denmark, the Netherlands and many others. The fact that German historians took the lead of writing the history of the Hanse and created the *Hansische Geschichtsverein* has enormously enhanced the knowledge and understanding of the Hanse, amongst other things by vast source publications, the *Hansische Geschichtsblätter* and publication series as *Hansische Studien* and *Quellen und Darstellungen zur Hansischen Geschichte*. At the same time it is now realized by German historians and others that the historiography of the Hanse must take off its national cloak which fitted so well in the 19th and most of the 20th century. Replacing the German character of the Hanse by a European one does not do justice to the Hanse either as Rolf Hammel-Kiesow has shown. The exercise of comparing the Hanse with the EU made explicit its similarities and differences. The current trend of global history seems to offer more possibilities to renew Hanse history writing and even make it relevant for present-day developments as François Gipouloux has convincingly argued. Or, for those who wish to study medieval history for its own sake, by comparing the Hanse with medieval trading networks elsewhere.

[70] See for example HEEBØLL-HOLM, Thomas; HÖHN, Philipp; ROHMAN, Gregor (eds.) – *Merchants, Pirates and Smugglers*; SICKING, Louis – "The pirate and the admiral", and most recently PRÉTOU, Pierre, *L'invention de la piraterie en France au Moyen* Âge, Paris: PUF, 2021.

Quotidiano dos mercadores portugueses em Bruges no século XV

Flávio Miranda[1]

Resumo

O estudo do quotidiano dos mercadores tem seguido diferentes abordagens que privilegiam as suas atividades socioeconómicas em ambiente urbano (Murray 2005), os seus locais de convívio e de descanso (Constable 2003), as suas estratégias na gestão de conflitos (Miranda & Wubs-Mrozewicz 2017), e o seu papel na administração de propriedades rurais (Dyer 2012). Cada uma destas abordagens preenche uma lacuna no nosso conhecimento sobre a vida, o trabalho, as relações sociais e os comprometimentos institucionais de indivíduos que entraram na história como comerciantes, migrantes, diplomatas e produtores. Este artigo investiga o quotidiano e as interações sociais dos mercadores portugueses em Bruges durante o século XV, propondo-se a interpretar os espaços de interação socioeconómica, os laços de confiança mercantil entre as comunidades locais e estrangeiros, assim como as evidências de relações familiares e de conflitos estabelecidos nesse território flamengo. As sentenças civis, preservadas no arquivo da cidade de Bruges, fornecem a sustentação empírica deste estudo, que utiliza, sempre que necessário, documentação portuguesa e de outros países para o estabelecimento de nexos comparativos. Propõe uma divisão metodológica entre ocorrências atípicas coletivas e individuais, colocando a hipótese de que as segundas permitiram um desenvolvimento da atividade mercantil luso-flamenga.

Palavras-chave
Mercadores, Flandres, Portugal, Quotidiano, Século XV.

---

[1] CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (DL57/2016/CP1367/CT0004). Este texto é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020.

Everyday Life of Portuguese Merchants in Fifteenth-Century Bruges

Abstract

The study of merchants' daily life has been following different approaches, which focus on their socioeconomic activities in urban environment (Murray 2005), the places of interaction and rest (Constable 2003), the strategies used for conflict management (Miranda & Wubs-Mrozewicz 2017), and their role as rural landowners (Dyer 2012). Each one of these approaches fills a void in our current knowledge about the life, the work, the social relations, and institutional commitments these individuals had as traders, migrants, diplomats, and producers. This article researches the daily life and social interactions of the Portuguese merchants in fifteenth-century Bruges, examining the places of socioeconomic interaction, the bonds of merchant trust established between locals and foreigners, the evidence on family relations, and the type of conflicts in Fleming territory. The civil sentences, preserved in Bruges's city archive, provide the empirical foundation of this study, which uses, whenever possible, sources from Portugal and other European countries to establish comparative connections. It proposes a methodological division between atypical collective events and atypical individual events, and it argues that the latter allowed for the development of Portuguese-Fleming commercial relations.

Keywords
Merchants, Flanders, Portugal, Daily life, Fifteenth century.

Introdução.

No dia 11 de dezembro de 1440, às portas de Bruges, Filipe o Bom da Borgonha (r. 1419-1467) foi recebido por 1400 homens de joelho dobrado, descalços e de cabeça destapada, rogando pelo perdão do duque pela rebelião de 1436 a 1438[2]. Este cerimonial de humilhação foi o culminar de uma violenta revolta encetada pelos cidadãos de Bruges contra as tentativas ducais de centralização da administração e da justiça, e criação de novos impostos para o financiamento das campanhas políticas e militares da Borgonha[3]. Uma vez ultrapassados os portões da cidade, o duque deu

[2] BROWN, Andrew – *Civic Ceremony and Religion in Medieval Bruges c.1300–1520*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 241.

[3] DUMOLYN, Jan – "The 'Terrible Wednesday' of Pentecost: Confronting Urban and Princely

início à sua entrada cerimonial em Bruges. Entre os estrangeiros aí estantes assistindo ao desfile, o cronista Nicolaas Despars escreveu que estavam 136 hanseáticos, 48 castelhanos, 40 milaneses e 40 venezianos, 36 genoveses, 22 florentinos, 12 luqueses, e um número indeterminado de aragoneses e de portugueses. Os hanseáticos, por exemplo, surgiram montados a cavalo, vestindo roupas de cor escarlate e capuzes negros, e os portugueses apresentaram-se a pé, unidos e em silêncio, trajando vestes feitas com tecidos de seda[4]. Esta entrada ducal terá sido um espetáculo memorável, perdurando por largos anos na memória coletiva dos flamengos e dos estrangeiros.

O quotidiano – aquilo que sucede todos os dias – é feito, também, de eventos atípicos: a entrada triunfal do duque da Borgonha em Bruges, em 1440, configura um desses acontecimentos singulares. As pestes, as guerras, as fomes, ou a morte de um monarca enquadram-se nas ocorrências atípicas coletivas; assim como os casamentos, os nascimentos de filhos e a morte de membros da família constituem ocorrências atípicas individuais. É no âmbito destas últimas e das ocorrências típicas individuais ou coletivas que a análise histórica do dia-a-dia dos mercadores portugueses pode ser feita com maior detalhe, examinando-se as suas atividades mercantis em Bruges, no século XV. Estas incluíam as viagens mercantis; a interação com os agentes portuários e mercantis; a utilização de serviços de câmbio e de intermediação junto das estalagens; a apelação às instituições judiciais locais e ducais; a convivência e sociabilidade nos albergues e nas praças; e os momentos de fruição e de convivialidade privados, que raramente se encontram registados nas fontes.

Observar estes eventos e momentos implica fazer-se a história da vida quotidiana – a *Alltagsgeschichte*, surgida na Alemanha Ocidental nos anos de 1980 –, que tem conhecido um forte impulso nas últimas décadas, através da utilização de métodos de história social que examinam, por norma, os acontecimentos a partir de baixo (isto é, dos estratos mais baixos da sociedade, normalmente anónimos ou alheados das grandes narrativas históricas). Trata-se de uma abordagem qualitativa da vida quotidiana das pessoas, que investiga, entre outras coisas, as circunstâncias materiais dos ambientes domésticos e profissionais, assim como as interações humanas nos espaços públicos e privados[5]. Em Portugal, as bases de uma análise dos aspetos quotidianos sobressaem num estudo clássico de Oliveira Marques, nas páginas da obra *A Sociedade Medieval Portuguesa*[6]. Ou, mais recentemente, nos volumes da

Discourses in the Bruges Rebellion of 1436–1438". *History* 92, 1-305 (2007), pp. 3-20.

[4] DESPARS, Nicolaas – *Cronijcke van den lande ende graefscepe van Vlaenderen.* **In** Jean Antoine de Jonghe. 4 vols., vol. 3. Brugge: Uytgever, 1840, pp. 431-432. Embora escrita mais de cem anos depois deste evento, a crónica utiliza como fontes registos escritos de outros autores, incluindo diários de um dos seus antepassados diretos.

[5] TEMPLER, William – "Foreword", In LÜDTKE, Alf (ed.) – *The History of Everyday Life. Reconstructing Historical Experiences and Ways of Life*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1995, p. viii.

[6] MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa.* 2ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1971 (primeira edição de 1964).

História da Vida Privada em Portugal, dirigidos por José Mattoso, pese embora o facto de vida privada e quotidiano representarem duas esferas historiográficas diferentes[7].

É fora das obras gerais que se encontram as principais investigações sobre a atividade dos mercadores, variando de acordo com os debates historiográficos nas quais se enquadram[8]. Nos estudos sobre o comércio externo, abundam as investigações sobre agentes mercantis, principalmente as companhias de mercadores das cidades-estado italianas, com detalhes sobre o quotidiano dos seus negócios[9]. Exemplos dos procedimentos e das realizações mercantis estão, de igual forma, presentes nos trabalhos sobre as relações comerciais com o Mediterrâneo e a Europa atlântica, embora seja secundário o enfoque no dia-a-dia dos agentes económicos[10]. Estes aspetos sobressaem mais nas investigações sobre as instituições e a gestão de conflitos, porque procuram perceber os motivos das disputas, e a sua gestão e resolução nos sistemas judiciais locais e centrais de forma comparativa nos mercados da Europa Atlântica[11]. Para além disso, os trabalhos sobre redes ou colaborações socioeconómicas revelam, de igual modo, evidências sobre as interações profissionais entre mercadores no decurso dos seus quotidianos[12]. Existe, ainda, uma série de outras análises historiográficas que

[7] MATTOSO, José (ed.) – *História da Vida Privada em Portugal*. 4 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010.

[8] Embora a investigação incida, sobretudo, sobre os marinheiros, veja-se: BARROS, Amândio – "Vida de marinheiro. Aspectos do quotidiano das gentes do mar nos séculos XV e XVI", In SILVA, Francisco Ribeiro da et al. (ed.) – *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 249-263.

[9] RAU, Virgínia – "Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini". *Revista da Faculdade de Letras*, no. XXII (1956), pp. 56-83; RAU, Virgínia – "Bartolomeo di Iacopo di Ser Vanni mercador-banqueiro florentino em Lisboa nos meados do século XV". *Do Tempo e da História* IV (1971), pp. 97-117; SEQUEIRA, Joana – "Michele da Colle: um mercador pisano em Lisboa no século XV", In ALESSANDRINI, Nunziatella, et al. (ed.) – *Con Gran Mare e Fortuna. Circulação de Mercadorias, Pessoas e Ideias entre Portugal e Itália na Época Moderna*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste», 2015, pp. 21-34; SEQUEIRA, Joana – "Entre Lisboa e Pisa: alguns exemplos de viagens comerciais no terceiro quartel do século XV", In RIBEIRO, Rui Macário (ed.) – *Ao Tempo de Vasco Fernandes*. Viseu: DGPC, Museu Nacional Grão-Vasco, Projecto Património, 2016, pp. 173-185.

[10] BARATA, Filipe Themudo – *Navegação, Comércio e Relações Políticas. Os Portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1998; HINOJOSA MONTALVO, José – "Aspectos del comercio exterior valenciano en el siglo XIV (1351-1378)", In *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, no. 12 (1999), pp. 207-236; MUÑOZ POMER, María Rosa, ESPINACH NAVARRO, Germán, IGUAL LUÍS, David – "El comercio de importación portugués en Valencia, 1487-1488", In FONSECA, Luís Adão da, AMARAL, Luís Carlos, SANTOS, Maria Fernanda (ed.) – *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno*. Porto: FLUP, Civilização, 2003, pp. 1121-1131.

[11] MIRANDA, Flávio – "Commerce, conflits et justice: les marchands portugais en Flandre à la fin du Moyen Âge". *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest* 1, 117, (2010), pp. 193-208; MIRANDA, Flávio – "The Rule of Trade. Law and Commerce in Medieval Europe", In MUSCO, Alessandro, MUSOTTO, Giuliana – *Coexistence and Cooperation in the Middle Ages*. Palermo: Officina di Studi Medievali, 2014, pp. 927-940; MIRANDA, Flávio – "Conflict management in Western Europe: the case of the Portuguese merchants in England, Flanders and Normandy, 1250-1500", In *Continuity and Change* 32, 1 (2017), pp. 11-36.

[12] MIRANDA, Flávio – "Portugal y las redes mercantiles en la Europa Atlántica a finales de la Edad Media", In CARVAJAL DE LA VEGA, David, AÑIBARRO RODRÍGUEZ, Javier, VÍTORES CASADO, Imanol (ed.) – *Redes sociales y económicas en el mundo bajomedieval*. Valladolid: Castilla Ediciones, 2011, pp. 151-171; MIRANDA, Flávio – "Network Takers or Network Makers? The Portuguese Traders in the Medieval West", In CARACAUSI, Andrea, JEGGLE, Christof (ed.) – *Commercial Networks and European Cities, 1400-1800*.

permitem inferir sobre as componentes administrativas[13], diplomáticas[14] e de gestão pessoal do património que têm sido desenvolvidas nos últimos anos[15].

No que diz respeito à presença dos mercadores portugueses em Bruges, os estudos têm considerado, principalmente, o comércio[16], os aspetos formais da nação e da feitoria[17], e os conflitos mercantis[18].

Sem se separar do enquadramento historiográfico que rege este tipo de estudos, este ensaio investiga os espaços de interação socioeconómica e institucional, a relação entre os mercadores portugueses e agentes locais, assim as evidências de relações familiares em território flamengo. Pretende-se compreender o quotidiano dos mercadores portugueses, colocando-se a hipótese de ter havido uma influência positiva das instituições e da organização económica da Flandres para o sucesso do comércio luso-flamengo e para o crescimento das trocas externas portuguesas do século XV. As sentenças civis, preservadas no arquivo da cidade de Bruges, fornecerão a sustentação empírica deste estudo, que utilizará, sempre que necessário, documentação portuguesa e de outros países para o estabelecimento de nexos comparativos.

1. Bruges e os Portugueses.

No final da Idade Média, Bruges era um dos mais importantes mercados comerciais da Europa ocidental. O historiador norte-americano Jim Murray, especialista na história urbana desta cidade flamenga, considerou-a ser um modelo primordial de cidade proto-capitalista, por ter sido capaz de integrar as indústrias da Flandres, os grandes eixos do comércio internacional, e uma vasta e cosmopolita plêiade de agentes

London: Pickering & Chatto, 2014, pp. 171-186.

13 FARELO, Mário – *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433).* Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008. Tese de doutoramento.

14 FARIA, Tiago Viúla de, MIRANDA, Flávio – "'Pur Bone Alliance et Amiste Faire': Diplomacia e Comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média". *CEM: Revista do CITCEM*, nº 1 (2010), pp. 109-128; FARIA, Tiago Viúla de – *The Politics of Anglo-Portuguese Relations and their Protagonists in the Later Middle Ages (c. 1369-c.1449).* Oxford: Universidade de Oxford, 2012. Tese de doutoramento.

15 DYER, Christopher – *A Country Merchant, 1495-1520. Trading and Farming at the End of the Middle Ages.* Oxford: Oxford University Press, 2012. Veja-se o estudo, para o caso português, de um mercador portuense de finais do século XV, por MOUTA, Fernando – "João Martins Ferreira, mercador-cavaleiro". Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017. Dissertação de mestrado.

16 PAVIOT, Jacques – "Les relations économiques entre le Portugal et la Flandre au XVe siècle", In *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*. Universidade do Porto. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, pp. 531-540.

17 FREIRE, Anselmo Braamcamp – "Notícias da Feitoria de Flandres, precedidas dos Brandões poetas do Cancioneiro". *Archivo Historico Portuguez*, 6 (1920), pp. 293-442; MARQUES, A. H. de Oliveira – "Notas para a História da Feitoria Portuguesa na Flandres, no século XV", In MARQUES, A. H. de Oliveira (ed.) – *Ensaios de História Medieval.* Lisboa: Portugália Editora, 1965, pp. 219-267; ELBL, Ivana – "Nation, Bolsa, and Factory: Three Institutions of Late-Medieval Portuguese Trade with Flanders". *The International History Review* 14, 1 (1992), pp. 1-22.

18 MIRANDA, Flávio – "Conflict management in Western Europe…", pp. 11-36.

mercantis europeus num sistema económico dinâmico[19]. Fontes comerciais, políticas, artísticas e literárias são testemunhas desse esplendor, que beneficiou largamente da forma como Bruges se inseriu no movimento geral europeu de crescimento urbano e económico conhecido por Revolução Comercial[20].

Por causa do contexto criado pela Reconquista Cristã, Portugal ficou de fora da primeira fase de expansão comercial, mas os seus mercadores chegaram cedo aos mercados flamengos. Desde meados do século XII que a documentação sugere que havia comércio entre Portugal e a Flandres, feito sobretudo à base da exportação de produtos de origem agrária (fruta fresca e seca, vinho, azeite, mel...) e da importação de produtos transformados (panos, pólvora, lanças para torneios, livros de horas...). Durante esta primeira fase de expansão comercial de Portugal, os movimentos mercantis eram muito irregulares, pouco definidos, configurando uma ocorrência atípica no quotidiano dos mercadores portugueses. De facto, ao longo dos séculos XIII e XIV, a Flandres terá sido um destino marcado pela irregularidade das trocas luso-flamengas, parecendo ter havido um maior interesse dos portugueses por Harfleur, na Normandia, e, em determinados momentos, pelos portos ingleses de Bristol e de Southampton, em Inglaterra.

A consolidação da presença portuguesa em Bruges terá ocorrido em inícios do século XIV, embora só no último quartel de 1300 pareça existir um aumento de embarcações portuguesas em Sluys, o porto de acesso a Bruges. Esse fluxo comercial foi, no entanto, condicionado pelas circunstâncias políticas da Guerra dos Cem Anos, lutada entre ingleses e franceses, que envolveu de forma direta e indireta o reino de Portugal e o ducado da Borgonha, senhorio do condado da Flandres. Isto ditou que, no início de 1387, por exemplo, as atividades mercantis dos portugueses para os portos ingleses e flamengos fossem interrompidas, por haver uma rutura política entre a Borgonha e a Inglaterra. Essa interrupção de cordialidade está patente no privilégio mercantil de 15 de janeiro, no qual o duque Filipe o Bravo determinou a liberdade de comércio para os mercadores de qualquer nação, "exceptéz Englés"[21]. Por uma questão de segurança, os mercadores de Portugal (reino aliado de Inglaterra) ancoraram em Middelburg, na Zelândia, durante o primeiro semestre desse ano e redigiram cartas ao duque e à cidade de Bruges, solicitando a sua proteção para entrarem na Flandres[22].

---

[19] MURRAY, James M. – *Bruges. Cradle of Capitalism, 1280-1390.* Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

[20] LOPEZ, Roberto Sabatino – *The Commercial Revolution of the Middle Ages, 950-1350.* Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1971; PIRENNE, Henri – *Medieval Cities. Their origins and the revival of trade.* Princeton: Princeton University Press, 1969.

[21] PAVIOT, Jacques (ed.) – *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482): recueil de documents extraits des archives bourguignonnes.* Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1995, doc. 4. Doravante citado por "PB".

[22] Ver o contexto em MIRANDA, Flávio – *Portugal and the Medieval Atlantic. Commercial Diplomacy, Merchants, and Trade, 1143–1488.* Porto: Universidade do Porto, 2012, p. 110. Tese de doutoramento.

Estas eram, apesar de tudo, circunstâncias excecionais, anomalias no quotidiano coletivo dos mercadores portugueses que, de forma regular, efetuavam a ligação entre os portos portugueses e os ingleses, normandos, flamengos ou zelandeses. Com o início do século XV, as relações comerciais luso-flamengas normalizaram. Em 1411 e 1437, os portugueses receberam privilégios ducais para o desenvolvimento de uma organização mercantil com estatuto legal perante as autoridades flamengas[23]. É provável que esta complexificação institucional, uma novidade nas trocas entre Portugal e a Flandres, tenha sido responsável pelo aumento no número de mercadores portugueses estantes em Bruges, sobretudo a partir do final da década de 1430.

A presença de mercadores portugueses fez-se acompanhar por uma outra inovação no contexto do comércio externo do reino de Portugal: a criação de uma feitoria régia portuguesa em território europeu. Em 1430, Pedro Eanes foi nomeado feitor com funções *ad hoc* para o pagamento do dote ao duque da Borgonha, pelo casamento com a princesa Isabel. Anos mais tarde, Eanes tornou-se oficialmente feitor estante em Bruges entre 1441 e 1443, tendo adquirido para a coroa mais de 13 mil libras de pólvora, 28 mil libras de cobre, 12 bombardas, assim como arneses, arcos e flechas, colares e braceletes de ouro, sombreiros de feltro, entre outras mercadorias[24]. Através do feitor régio em Bruges, a coroa abasteceu-se de armamento, munições, equipamentos bélicos, mas também de joalharia e de bens pessoais que introduziam singularidade no dia-a-dia dos homens de armas e no seio das elites da corte portuguesa.

Até ao final do século XV, a presença dos portugueses em Bruges continuou a aumentar, estimulando um percurso inverso de flamengos para Lisboa e para as ilhas atlânticas. Inseridos na sociedade local e habitando espaços comuns a outros agentes comerciais (como a Rua Nova dos Mercadores), Maarten Lem (ativo em Lisboa nas décadas de 1450 até 1470) e Wouter Despars (entre as décadas de 1470 e 1490) foram cruciais na promoção do comércio luso-flamengo[25]. O aumento de grupos de mercadores estrangeiros na capital portuguesa e o fascínio provocado pela expansão oceânica aturam como catalisadores neste processo migratório bidirecional entre Portugal e a Flandres.

2. Os espaços do quotidiano.

Durante muitos anos, julgou-se ter havido em Bruges uma rua dos portugueses, uma

[23] Ver ELBL, Ivana – "Nation, Bolsa, and Factory…", p. 5.

[24] MARQUES, João da Silva (ed.) – *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História.* Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1944, vol 1, p. 427, doc. 337. Doravante citado por "DP".

[25] LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes – "Os Lemes: um percurso familiar de Bruges a Malaca". *Sapiens: História, Património e Arquelogia,* 0 (2008), pp. 51-83; MUS, O. – "De Brugse compagnie Despars op het einde van de 15e eeuw". *Handelingen van het Genootschap voor Geschiedenis.* 101, 1 (1964), pp. 5-118.

ideia com mais de cem anos, que terá a sua origem numa leitura paleográfica incorreta de um documento flamengo[26]. Apesar da sua inexistência, as fontes sugerem que os habitantes locais associavam uma zona da cidade, um bairro ou um conjunto de habitações aos mercadores de Portugal[27].

Interessa perceber que áreas da cidade eram essas e que interações socio económicas ocorreram entre os portugueses, ou entre os portugueses e outros agentes mercantis, no decurso do seu quotidiano. Alguma historiografia considera que a cidade de Bruges concedeu uma casa à nação de Portugal, em 1395, localizada na Sint-Jansstraat, primeiro, e na Ridderstraat, num momento posterior, para alojamento dos seus mercadores e armazenamento das suas mercadorias[28]. Tem sido referido que a mudança de rua ocorreu aquando da instalação dos feitores na "Casa dos Portugueses", antes da feitoria instalar os seus serviços na Lange Winkel Straat, tendo aí permanecido até 1499[29]. Mas a nação de Portugal em Bruges nunca teve uma casa, uma habitação própria para os seus mercadores; nem a feitoria régia se cingiu a um espaço específico[30]. Para além disso, e ao que tudo indica, a historiografia tem citado mal a data da concessão de uma casa pela cidade de Bruges à nação de Portugal, trocando a data correta desse acontecimento (1495) por uma outra de um período anterior (1395)[31].

Isto não significa que os portugueses estivessem desalojados em Bruges, até porque são conhecidos os nomes de vários mercadores que viveram nessa cidade flamenga por vários anos e mesmo décadas. Os espaços de habitação podiam ser permanentes ou sazonais, dependendo do tipo de mercador e do seu grau de integração na sociedade local. Para os primeiros, infelizmente, não temos muitas informações sobre as suas habitações privadas. A casa de João Vasques (*c.* 1468) – mercador e secretário pessoal da duquesa Isabel da Borgonha – é a única passível de identificação no espaço urbano de Bruges[32]. É muito provável que outros mercadores portugueses possuíssem residência própria arrendada perto do centro da cidade,

---

[26] GILLIODTS-VAN SEVEREN, L. (ed.) – *Inventaire des Archives de la Ville de Bruges*. Bruges: E. Gailliard, 1871-8, pp. introdução, 439. Ver também HÖHLBAUM, Konstantin (ed.) – *Hansisches Urkundenbuch*. Halle: Halle, 1882, vol. 3, p. 474.

[27] VANDEWALLE, André – "Het natiehuis van de Portugezen te Brugge op het einde van de 15de eeuw", In HERREGAT, J. BECUWE, F, VAN ACKER, J. (ed.) – *Getuigen in polderklei. Huldeboek dr. historicus Godgaf Dalle*. Veurne: De Rode Bles, 1990, pp. 171-80.

[28] A primeira referência encontra-se em LETTS, Malcolm – *Bruges and its Past*. London: A. G. Berry, 1924, p. 110.

[29] ELBL, Ivana – "Nation, Bolsa, and Factory…", pp. 18-19.

[30] SICKING, Louis – "Funduq, Fondaco, Feitoria. The Portuguese Contribution to the Globalisation of an Institution of Overseas Trade", In *Maritime Networks as a Factor of European Integration*. Florença: Firenze University Press, 2019, p. 201.

[31] A gralha encontra-se em LETTS, Malcolm – *Bruges and its Past*..., p. 110. O documento original, datado de 1495, encontra-se em GILLIODTS-VAN SEVEREN, L. – *Inventaire des Archives*..., p. 381, n. 2.

[32] A casa pode ser encontrada, ainda hoje, no 38 Zilverstraat, Bruges. SOMMÉ, Monique – *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne: une femme au pouvoir au XVe siècle*. Villeneuve d'Ascq: Presses universitaires du Septentrion, 1998, p. 326; PAVIOT, Jacques – *Bruges, 1300-1500*. Paris: Autrement, 2002, p. 44.

assim como os flamengos estantes em Lisboa se tornaram locatários na Rua Nova dos Mercadores. As fontes indicam que mercadores como Álvaro Dinis ou Rui Machado terão vivido as suas vidas adultas inteiras em Bruges, tendo o último obtido cidadania local, mas não parece existir qualquer fonte que comprove a sua morada.

Seria nos múltiplos albergues e hospedarias espalhados pela cidade que os mercadores portugueses poderiam ser encontrados. Os albergues eram casas que recebiam hóspedes nos seus alojamentos, mediante o pagamento de um valor pela acomodação. Estes alojamentos eram instituições centrais para o encontro intercultural de mercadores, oferecendo um leque muito alargado de serviços de intermediação e de armazenamento, podendo, por vezes, facilitar o acesso a refeições, espaços de lazer e prostituição[33]. Sendo Bruges uma cidade orientada para o comércio passivo, dependendo da presença de mercadores estrangeiros nos seus mercados, os albergues desempenharam uma função essencial na sua interligação com a economia europeia. Em muitas ocasiões, os seus proprietários assumiram o papel de representantes, fiadores, cambistas e intérpretes de mercadores estrangeiros, sendo comum identificá-los como testemunhas em processos judiciais e como parceiros em negócios. Essas funções garantiram-lhes uma riqueza e um poder consideráveis em Bruges, o que lhes permitiu controlar a guilda dos cambistas e ascender a posições de poder nas instituições urbanas e políticas. Apesar disso, um estudo sistemático destes agentes ainda se encontra por fazer para o território flamengo, pelo que é difícil de desvendar, em absoluto, o impacto direto e indireto que tiveram na economia urbana e internacional[34].

Os portugueses recorreram aos serviços de várias famílias proprietárias de albergues em Bruges: os Van der Ackere, os Van Aartrijcke, os Baerber, os Damhoudere e, possivelmente, os Van de Walle e os Van der Vlamincpoorte[35]. Estamos perante algumas das mais significativas linhagens locais de proprietários de albergues, que desenvolveram uma complexa rede comercial, financeira, industrial e política na cidade de Bruges[36]. Para além das questões relacionadas com o alojamento e armazenamento, existiam vantagens inerentes à utilização deste serviço: os donos dos albergues conheciam o mercado, os agentes económicos, as regras locais e as oportunidades de negócio. Uma das hipóteses que se pode apresentar, sobre a utilização deste serviço pelos portugueses, é a de que estes agentes económicos foram cruciais para o desenvolvimento e para a especialização do comércio luso-flamengo

---

[33] CONSTABLE, Olivia Remie – *Housing the Stranger in the Mediterranean World. Lodging, Trade, and Travel in Late Antiquity and the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 2.

[34] STABEL, Peter, et al. – "Production, Markets and Socio-economic Structures II: c.1320-c.1500", In BROWN, Andrew, DUMOLYN, Jan (ed.) – *Medieval Bruges, c. 850–1550*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, pp. 205-06.

[35] Por vezes, estes nomes de famílias flamengas surgem grafados como "Vander Ackere" ou "Van Aertrijcke". Neste estudo, segui a grafia da historiografia belga mais recente.

[36] STABEL, Peter, et al. – "Production, Markets and Socio-economic Structures II: c.1320-c.1500", p. 206.

em meados do século XV.

Para além dos espaços de residência própria e partilhada, os portugueses poderiam ser encontrados em outros locais seculares e religiosos da cidade de Bruges. O espaço em frente à casa dos Van der Beurze (*Huis Ter Beurze*), por exemplo, tornou-se conhecido como praça da bolsa (*Beursplein*), agregando mercadores de partes diferentes da Europa. É, de facto, daqui que advém o termo "bolsa", que hoje se utiliza para designar as praças financeiras contemporâneas. Nessa praça, ladeando a *Huis Ter Beurze* estavam as residências das nações veneziana, genovesa e florentina; não muito longe, os hanseáticos, os castelhanos, os bascos, os ingleses, que formavam os elementos de uma vasta rede comercial[37]. Num pequeno espaço urbano, os mercadores tinham ao seu alcance todas as novidades e possibilidades disponibilizadas por esta "terra prometida", sobre a qual "toda a Europa observava com inveja"[38].

Apesar de frequentarem Bruges desde o século XII, só no início do século XV é que os mercadores portugueses passaram a ter um espaço de devoção próprio. Em 26 de março de 1410, foi-lhes concedido um espaço na capela de Santa Cruz, para que pudessem sepultar os membros da sua nação[39]. O documento não é claro quanto à origem deste privilégio, ficando em aberto se a iniciativa partiu dos membros da congregação religiosa ou se foi um pedido feito pelos mercadores portugueses. Tendo havido um aumento, ainda que ligeiro, de portugueses estantes em Bruges, é provável que tenha surgido a necessidade de se resolver uma questão tão básica como um local para o sepultamento do corpo e salvação da alma para aqueles que morriam longe de casa. Um pormenor interessante acerca desta fonte é o facto de incluir, pela primeira vez, a expressão "*nationis*" aplicada aos mercadores do reino de Portugal e do Algarve. Trata-se de uma identificação coletiva dos mercadores portugueses, enquanto membros de uma comunidade orgânica.

Bruges é, ainda hoje, uma cidade com um centro urbano relativamente pequeno. Onde quer que os mercadores portugueses estivessem – nos albergues, na capela de Santa Cruz, ou pela casa de João Vasques –, estariam sempre próximos dos mercados, das praças de comércio, dos serviços dos cambistas, dos canais que interligavam Bruges com o resto da Flandres, e com os principais circuitos do comércio internacional. O que significa que esse quotidiano esteve sempre imbuído de mudança, de transformação, de novidade, de notícias de várias partes da Europa. Mas foi, também, um quotidiano exposto às tensões sociais e políticas que caraterizam

[37] MURRAY, James M. – "Of Nodes and Networks: Bruges and the Infrastructure of Trade in Fourteenth-Century Europe", In STABEL, Peter, BLONDÉ, Bruno, GREVE, Anke (ed.) – *International Trade in the Low Countries (14th-18th centuries). Merchants, Organization, Infrastructure.* Leuven-Apeldoorn: Garant, 2000, pp. 3-4.

[38] Commynes citado em BLOCKMANS, Wim, PREVENIER, Walter – *The Promised Lands. The Low Countries Under Burgundian Rule, 1369-1530.* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999, p. 5.

[39] DP, vol. 1, 82, doc. 61.

a Flandres deste período, confrontando o poder da Borgonha, ou aliando-se ou opondo-se às monarquias inglesa e francesa no contexto da Guerra dos Cem Anos.

3. Os mercadores e os albergues.

Ao longo da Idade Média, árabes e cristãos dividiam as tipologias de mercadores em três categorias: o que importava e exportava sem sair do seu país, o peripatético que viajava com as suas mercadorias, e o agente sedentário residente no estrangeiro[40]. Os três tipos de mercador coexistiram ao longo dos séculos e, em Bruges, a documentação revela que todos desempenharam funções importantes no comércio luso-flamengo.

Uma boa fonte para se ter uma ideia do envolvimento de mercadores e de outros agentes comerciais no quotidiano de Bruges é a carta de quitação dada ao feitor Pedro Eanes, de 23 de junho de 1443[41]. Nessa carta, estão registados mais de uma centena de pessoas que, de forma direta ou indireta, intervieram nas trocas com a Flandres. A origem geográfica desses indivíduos é muito ampla, incluindo localidades no litoral e no interior de Portugal, tais como Valença, Caminha, Ponte de Lima, Barcelos, Braga, Guimarães, Monção, Bragança, Vila Pouca, Vila Real, Mesão Frio, Porto, Leiria, Lisboa, Loulé, Faro e Tavira. Para além da diversidade geográfica, essa fonte indica as ocupações profissionais ou estatuto social de muitos desses indivíduos, que incluíam azeiteiros, escrivães das sisas, escrivães dos barinéis, escrivães da sisa dos vinhos, matadores de porcos, mestres de embarcações, marinheiros, ourives, sapateiros, tanoeiros, e ainda cavaleiros, criados de arcebispos, escudeiros e duques. Dos seus pomares, adegas e lagares, das suas jeiras, courelas e quintas, terão saído os excedentes de azeites, frutos e vinhos para os clientes nos mercados do norte da Europa. No caso destes indivíduos, o comércio externo era uma anomalia no seu quotidiano, um complemento aos rendimentos obtidos no decurso das suas profissões diárias.

A carta de quitação de 1443 identifica 11 mercadores sedentários portugueses, residentes de forma permanente ou sazonal em Bruges, que são mencionados como "estantes". Mas, nesse documento, existe um outro nome que emerge como estruturante na relação comercial entre a Flandres e os mercadores de Portugal: Filip van Aartrijcke. Na quitação de Pedro Eanes, "Philipe Derderique" é apodado de "hóspede dos portugueses", no sentido de que ele seria hospedeiro dos mercadores de Portugal na sua cidade[42].

Os Van Aartrijcke eram uma família próspera e influente em Bruges, com uma fortuna feita através do alojamento e serviços prestados aos mercadores estrangeiros nos

---

[40] CONSTABLE, Olivia Remie – *Trade and Traders in Muslim Spain. The Commercial Realignment of the Iberian peninsula, 900-1500.* Cambridge: Cambridge University Press, 1994, pp. 52-54; SPUFFORD, Peter – *Power and Profit. The Merchant in Medieval Europe.* New York: Thames & Hudson, 2003, p. 252.

[41] DP, vol. 1, pp. 427 e seguintes, doc. 337.

[42] DP, vol. 1, pp. 428, doc. 337, linha 35.

seus albergues. Em diferentes momentos do século XV, os Van Aartrijcke expandiram a sua relação com Portugal e os portugueses. A primeira referência a um membro da família Van Aartrijcke é de 1422, quando Estêvão Eanes foi apresentado perante um júri que o considerou culpado de ter atacado e roubado em alto mar Gauthier Roedbeen, de Sluys, que navegava entre Castela e a Flandres[43]. Eanes argumentou que Roedbeen transportava bens de um inimigo de Portugal, que havia sido essa a sua motivação, mas isso não foi suficiente para impedir a sua prisão. Neste caso, entre os presentes na audiência, encontrava-se um Jan Van Aartrijcke, possivelmente um antepassado de Filip.

Filip van Aartrijcke (c. 1420-1470) especializou-se no acolhimento de mercadores de Portugal no seu albergue, tendo começado a recebê-los a partir de 1443 e até 1470[44]. Nos últimos documentos em que surge associado a portugueses, Filip é identificado como burgomestre, o mais elevado cargo político da cidade de Bruges, que ocupou entre 1469 e 1470, ano da sua morte[45]. Ao todo, Filip van Aartrijcke trabalhou com os mercadores portugueses desde os seus 23 anos de idade e por um período de cerca de vinte e sete anos. Apesar de não haver qualquer evidência nesse sentido, é muito provável que tenha aprendido a falar português. Afinal, de entre os vários donos de albergues, as fontes sugerem que os Van Aartrijcke foram os que mais se especializaram na receção e na prestação de serviços a mercadores portugueses. E, por vezes, surgia a necessidade de os portugueses apresentarem provas ou testemunhos em flamengo perante os magistrados de Bruges[46].

Infelizmente, os livros de contabilidade de Filip e dos mercadores portugueses não sobreviveram nos arquivos de Portugal e da Flandres, sendo necessário recorrer a fontes indiretas para o conhecimento das atividades económicas, do relacionamento comercial e do quotidiano destes agentes comerciais. Das fontes disponíveis, é evidente o predomínio de frutas secas e de panos nas transações que passavam pelo albergue de Van Aartrijcke[47]. Não se deve estranhar a ausência de açúcar destes registos, uma vez que a referência mais antiga de uma exportação desse produto para a Madeira é de 1468, apenas dois anos antes de Van Aartrijcke morrer[48].

O seu albergue terá hospedado mais de uma dezena de mercadores portugueses, sendo possível identificar três com uma relação mais estreita com o hospedeiro

---

[43] PB, doc. 24.

[44] PAVIOT, Jacques, CASADO ALONSO, Hilario, BALBI, Giovanna Petti – "Brugge, poort naar Zuid-Europa: Brugge en Portugal. Brugge, centrum van uitwisseling met Spanje. Brugge, haven van de Italianen", In VANDEWALLE, André (ed.) – *Hanzekooplui en Medicibankiers. Brugge, wisselmarkt van Europese culturen.* Bruges: Stichting Kunstboek, 2002, pp. 45-49.

[45] PAVIOT, Jacques – "Les Portugais à Bruges au XVe siècle". *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian.* Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, doc. 107. Doravante citado por LPB.

[46] LPB, doc. 97.

[47] LPB, docs. 25, 27, 28, 50, 92, 102.

[48] LPB, doc. 4.

flamengo: Álvaro Dinis, João Vasques e Rui Machado. Através destes negócios e agentes conseguimos reconstruir algumas das parcerias que estabeleceram com outros mercadores e hospedeiros. Em 1455, num processo de arbitragem judicial sobre a qualidade de figos importados, surgem os nomes de outros flamengos que hospedavam mercadores portugueses: Guillaume Baerber, Jan Van der Ackere e Jan Damhoudere[49]. O que estas fontes sugerem é que os albergues e os seus respetivos hospedeiros se configuravam como peças-chave nas trocas luso-flamengas, sendo os pivôs principais num emaranhado de contactos comerciais que extravasavam as fronteiras da Flandres. Estes intercâmbios comerciais poderiam, facilmente, incluir rotas, mercados e agentes de outras partes da Europa. Álvaro Dinis, um dos mercadores que usufruiu dos serviços de Filip Van Aartrijcke, estabeleceu contactos comerciais com mercadores hanseáticos, flamengos, ingleses, castelhanos, galegos, florentinos e genoveses. Para além de ser proprietário de uma embarcação (a *Despenseira*), fretava navios de outros países para os seus negócios. Em 1469, por exemplo, contratou Paul Beneke da Prússia e Hans Euwe de Hamburgo para que recolhessem sal em Setúbal e o descarregassem em Baiona, na Galiza, devendo aí carregar a embarcação com cortiça que teria como destino a Flandres[50].

As evidências sugerem que a nação portuguesa em Bruges, no início da segunda metade do século XV, seria bastante dinâmica, aumentando de relevância a partir do momento em que os produtos da expansão oceânica começaram a penetrar no mercado flamengo. E que os albergues seriam o pêndulo decisivo para este processo de expansão comercial, atingindo uma dimensão e uma proporção incomparáveis no quadro da Europa Atlântica. Mesmo João Vasques, um mercador que sabemos ter vivido em Bruges durante toda a sua vida adulta, recorria aos serviços destes albergues para os seus negócios habituais. Em 1470, ele e Filip Van Aartrijcke comparecem perante os magistrados de Bruges como avalistas ou fiadores de Álvaro Dinis, o que significa que o grau de confiança e de reputação destes mercadores entre si e para com os hospedeiros seria enorme[51].

Observar o quotidiano dos mercadores através de uma metodologia que analise a gestão e a resolução de conflitos tem revelado contributos importantes para a história das instituições, da justiça, dos agentes mercantis e da economia europeia[52]. Neste contexto, permite identificar como outros mercadores portugueses, residentes

[49] LPB, doc. 25.

[50] LPB, doc. 91.

[51] LPB, doc. 120. Sobre confiança e reputação, ver GREIF, Avner – "Reputation and Coalitions in Medieval Trade: Evidence on the Maghribi Traders", In *The Journal of Economic History* 49, 4 (1989), pp. 857-882; LANDA, Janet T. – *Trust, Ethnicity, and Identity. Beyond the New Institutional Economics of Ethnic Trading Networks, Contract Law, and Gift-Exchange.* Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.

[52] WUBS-MROZEWICZ, Justyna – "Conflict Management and Interdisciplinary History. Presentation of a New Project and an Analytical Model". *TSEG. Low Countries Journal of Social and Economic History* 15, 1 (2018), pp. 89-107; MIRANDA, Flávio – "Conflict management in western Europe…", pp. 11-36.

em Bruges, expandiram as suas atividades para a representação de membros de outras nações. Em 1457, um baleeiro chamado *Santo António*, carregado de figos e de uvas passas de Portugal para a Flandres, foi intercetado por ingleses. A bordo estavam 295 peças de fruta pertencentes a Desiderio de Vivaldi, de Génova[53]. Em Bruges, Desiderio fez-se representar por Pedro Dinis, que apresentou na justiça local[54]. Em circunstâncias normais, esta representação poderia ser interpretada como de natureza *ad hoc*, por consequência de uma ligação comercial. Mas, anos mais tarde, o mesmo Pedro Dinis é descrito como procurador de Cosimo Lomellini, um mercador genovês envolvido no comércio externo português, que viveu em Lisboa até à sua morte, em 1488[55]. Uma das hipóteses que se poderá apresentar para este Pedro Dinis é a de que se tenha especializado no comércio luso-italiano-flamengo, tornando-se agente de genoveses com interesse comercial entre Lisboa e Bruges[56]. É plausível considerar que Pedro Dinis estivesse próximo da nação de Portugal, dos hospedeiros ao serviço dos portugueses, e da *Huis Ter Beurze*, a praça na qual os genoveses instalaram o quartel-general das suas operações comerciais.

Estas teias sociais e económicas eram tecidas, em simultâneo, por mercadores e hospedeiros, dando uma dimensão internacional e intercultural às suas atividades diárias. Claro que a presença de uma princesa portuguesa na corte da Borgonha serviu, ocasionalmente, para introduzir novidade no contexto do quotidiano mercantil. Por motivos pouco claros, em 1439 ou 1440, sabe-se que Isabel de Portugal pediu 120 *ridres* de ouro emprestados a um português na Flandres, uma dívida que a duquesa pagou de volta pouco depois[57]. O financiador foi Martim Francisco, um mercador estante em Bruges pelo menos desde 1439 até 1453. Sabe-se pouco sobre a sua vida em Bruges, embora o suficiente para se conhecerem três detalhes relevantes.

O primeiro é sobre a sua atividade comercial, que parece ter-se feito através de parcerias com mercadores portugueses e flamengos. Em 1450, uma urca flamenga, com mercadorias a bordo de Martim Francisco e outros mercadores da Flandres, foi tomada por ingleses possivelmente ao largo de Southampton, originado uma queixa ao rei de Inglaterra para a sua libertação[58]. O segundo está relacionado com a sua vida em Bruges, com as fontes a sugerirem que Martim Francisco possuía habitação própria[59]. O terceiro é sobre a sua vida familiar. Embora os detalhes não abundem, sabe-se que em 1452 Martim Francisco tinha um filho que estaria entregue ao cuidado de Luís Vicente, um mercador português, e de Filip Van Aartrijcke, talvez no

[53] A firma Vivaldi tinha negócios na Flandres e, também, em Inglaterra. Ver RUDDOCK, Alwyn A. – "Alien Merchants in Southampton in the Later Middle Ages". *The English Historical Review*. 61, 239 (1946), p. 8.

[54] LPB, doc. 26.

[55] LPB, doc. 31.

[56] MIRANDA, Flávio – *Portugal and the Medieval Atlantic…*, p. 211.

[57] PB, doc. 228.

[58] *Calendar of Patent Rolls*, Henry VI, 1446–1452, vol. 5, p. 432.

[59] LPB, doc. 16.

decurso de um período de ausência profissional. Ambos são referidos como tutores do filho de Martim Francisco. Durante essa ocasião, deu-se um acidente com um Pieter de Smet que cegou o olho direito da criança. Perante as autoridades locais, que investigaram o acidente, Pieter de Smet argumentou que a circunstância "ocorreu por catástrofe" e que não pretendia fazer mal ao filho de Martim, especialmente por ser seu familiar[60]. O documento é lacónico e o grau de parentesco nunca é estabelecido. Confirmando-se a existência de uma habitação própria de Martim Francisco em Bruges, existe a possibilidade de que este possa ter sido casado com um membro da família de Pieter de Smet.

4. Evidências sobre a vida privada.

Os estudos sobre o quotidiano costumam privilegiar a vida privada e familiar, uma abordagem histórica quase impossível de concretizar para a presença dos mercadores portugueses em Bruges, no século XV. Sabe-se que o número de agentes sedentários ou estantes não terá sido muito significativo, quando comparado com outras nações, mas é provável que alguns se tenham unido a famílias locais. Martim Francisco, como foi referido, terá sido casado com um membro da família de Pieter de Smet. João Vasques, o mercador e secretário da duquesa Isabel, foi casado duas vezes com filhas de hospedeiros flamengos. Em 1453, casou-se com Margarida Van Ackere, possivelmente filha de Jan Van der Ackere. Juntos, tiveram um filho chamado Carlos[61]. Após a morte de Margarida, em 1466, João Vasques casou, de novo, com uma flamenga chamada Catarina Van de Walle. Num raro exemplo de propriedade privada de um mercador português para o período medieval, sabemos que João Vasques possuía uma pequena biblioteca com, por exemplo, uma cópia de obras de Séneca (impresso em Nápoles, em 1475), uma história de Tróia (um manuscrito do final do século XIV), e um livro de horas *Horæ Beatæ Mariæ Virginis* (impresso em Bruges, em 1468, com as armas de Portugal na capa)[62]. Este último seria uma obra com alguma tradição de leitura em território português, constando no catálogo de livros de uso do rei Duarte (r. 1433–1438)[63].

Entre aqueles que viveram, casaram e tiveram filhos em território flamengo, é provável que tenham estado em contacto com outras instituições e que tenham tido outras preocupações típicas do quotidiano de famílias deste estrato socioeconómico. Os filhos de Martim Francisco e de João Vasques terão sido, também eles, pequenos agentes nas suas redes sociais. Dos convívios, das brincadeiras e da educação destas

[60] LPB, doc. 17.
[61] Os nomes das esposas e do filho de João Vasques foram traduzidos para português, por uma questão de comodidade de leitura.
[62] BUSSCHE, Émile Vanden – *Flandre et Portugal*. Bruges: C. de Moor, 1874, p. 118.
[63] BRAGA, Teófilo – *História de Camões. Parte II.* Porto: Imprensa Portugueza, 1874, p. 402.

crianças, infelizmente, pouco sabemos. O filho do feitor Afonso Martins, que terá crescido em Bruges antes da migração da nação portuguesa para Antuérpia, é um dos raros exemplos que temos sobre a sua educação para este período. Num documento de 23 de dezembro de 1496, Afonso Martins concedeu um valor monetário para o seu filho Ludovico, estudante na Universidade de Lovaina[64].

O fim necessário dos mercadores e marinheiros portugueses na Flandres surge em poucos registos flamengos. Para aqueles que morriam a bordo de causas naturais ou assassinados durante a viagem, é provável que o corpo fosse envolvido em mortalha e depositado em alto-mar[65]. Os bens destes mercadores ou marinheiros seriam, posteriormente, contabilizados e entregues à família. As fontes flamengas e portuguesas não parecem conter qualquer evidência deste tipo de situação, mas na documentação inglesa sobrevivem registos que suportam esta hipótese. Em julho de 1443, o mercador Afonso Mendes de Tavira morreu a bordo de uma embarcação possivelmente inglesa. Os seus bens foram transportados até à Cornualha e as autoridades deram início a um processo para reclamação por dívidas, resolução de contratos, e entrega dos bens e dinheiro aos seus herdeiros[66]. Estes procedimentos eram transversais a outras partes da Europa. Quando, em 1470, o mercador Luís Martins morreu em Bruges sem deixar testamento, os cônsules da nação de Portugal nomearam dois representantes, aos quais se juntaram dois flamengos eleitos pelos magistrados da cidade, para inventariarem os seus bens, resolverem dívidas pendentes e entregarem a herança aos legítimos herdeiros[67]. Um pormenor interessante desse processo é haver uma referência ao livro de contabilidade pessoal de Luís Martins, um pedaço de história mercantil que, *hélas*, desapareceu.

Embora a capela de Santa Cruz fosse, desde 1410, o epicentro religioso dos membros da nação portuguesa em Bruges, nem todos os mercadores foram sepultados nesse local. João Vasques – o mercador cuja casa em Bruges conhecemos, que foi secretário da duquesa Isabel e que teve negócios com Filip van Aartrijcke – morreu no dia 13 de janeiro de 1487, tendo sido sepultado numa das mais importantes instituições religiosas de Bruges: a catedral de São Salvador (Sint-Salvatorskathedraal). Na sua lápide ficou gravado o seu papel enquanto funcionário de Isabel de Portugal, o nome das suas duas esposas (Margarida e Catarina) e de seu filho Carlos, que se tornou escudeiro da arquiduquesa da Áustria e duquesa da Borgonha[68].

---

[64] DOEHAERD, Renée (ed.) – Études *Anversoises. Documents sur le Commerce International à Anvers, 1488-1514*. Paris: Sevpen, 1962, vol. 2, p. 143, doc. 3126.

[65] Em 1460 ou 1461, Rodrigo de Aragão agrediu e matou um peregrino a bordo de uma embarcação portuguesa. PB, app. doc. 48.

[66] *Calendar of the Close Rolls*, Henry VI, 1441-1447, vol. 4, 148.

[67] LPB, docs. 102, 05.

[68] BUSSCHE, Émile Vanden – *Flandre et Portugal...*, p. 117.

Conclusão.

Face à lacuna de documentação que potencie o conhecimento da vida diária dos mercadores portugueses, os dados disponíveis apenas permitem perceber se estamos perante fenómenos de ocorrências atípicas coletivas ou individuais. A notícia do casamento de Isabel de Portugal com o duque da Borgonha, em 1430, o processo de institucionalização formal da nação de Portugal, em 1437, e a entrada ducal em Bruges, em 1440, entram na categoria dos acontecimentos coletivos: memoráveis, mas de reduzido impacto no quotidiano. Mais do que tudo, são efemérides, embora tenham produzido alterações na expansão dos grupos socioeconómicos e na organização mercantil em território flamengo. Foram, portanto, as ocorrências de cariz individual as mais comuns, entrelaçando as vivências pessoais e profissionais dos mercadores estantes e sazonais que por Bruges passaram em meados do século XV.

A investigação ao quotidiano desses agentes económicos portugueses no condado da Flandres apresenta poucas evidências singulares, podendo ser estabelecidos paralelos com outros sujeitos nos mercados europeus. O que tornará particular este exame é a discussão de hipóteses sobre as consequências desse quotidiano no desenvolvimento da atividade mercantil luso-flamenga e na circulação humana – mais do que de agentes económicos – em finais da Idade Média.

As consequências na transformação da atividade mercantil portuguesa podem ser identificadas no relacionamento institucional e na difusão das redes socioeconómicas. Em primeiro lugar, a nação de Portugal em Bruges era, em simultâneo, uma organização institucional (com carta ducal de formação de 1411 e de renovação em 1437) e imaterial (porque nunca teve uma casa permanente, um armazém, uma sede fixa para os seus serviços). Isto determinou que os albergues se tornassem no espaço primordial para os negócios mercantis luso-flamengos, o epicentro da vida económica e social deste grupo social. Esta repetição de interações socioeconómicas e institucionais com agentes locais forneceu as ferramentas para o crescimento das relações mercantis luso-flamengas a partir de meados do século XV. Um quotidiano marcado pelo contacto com os mais empreendedores, influentes e ricos mercadores da Europa ocidental; um dia-a-dia pautado pelo acesso às inovações técnicas, financeiras e legais, e a um conjunto alargado de mercados, extravasando as fronteiras da Flandres. Não será exagerado considerar que este contacto estimulou e contribuiu para o aumento do comércio externo português da segunda metade do século XV.

Some-se a isto a relevância do comportamento dos agentes económicos, com as suas estratégias sociais, profissionais e matrimoniais, e o resultado apresenta hipóteses com um potencial de transformação das estruturas da sociedade. Independentemente de terem frequentado o mercado flamengo de forma sazonal ou duradoura, os agentes

que aí estiveram estabeleceram contactos, rotinas, laços de confiança e canais de comunicação que ampliaram a dimensão das redes socioeconómicas e estimularam os movimentos migratórios entre Portugal e a Flandres. Foi em busca de um maior lucro para o seu comércio que partiram os portugueses para a Flandres, tendo esse potencial servido para atrair os flamengos para Lisboa e ilhas atlânticas, que acabariam por trazer consigo tradições e métodos que influenciaram a economia, mas também os espaços urbanos e a arte que se pode testemunhar, ainda hoje e por exemplo, pelos museus e igrejas da Madeira e de outros espaços de Portugal.

Networks of newcomers from the Apennine Peninsula in late 14th century Zadar

Filip Vukuša[1]

Abstract

The paper reconstructs and examines the personal and professional networks of the newcomers from the Apennine peninsula arriving to Zadar after 1358 based on the notarial sources for the period of 1366-1381.

Keywords
Newcomers; Foreigners; Networks; Zadar; Dalmatia.

Mreže došljaka s Apeninskog poluotoka u Zadru u kasnom 14. stoljeću

Abstract

U članku se rekonstruiraju i analiziraju osobne i profesionalne mreže pridošlica sa Apeninskog poluotoka koji su nakon 1358 godine došli u Zadar, temeljeno na notarskim spisima za razdoblje od 1366.–1381. godine.

Keywords
Došljaci; Stranci; Mreže, Zadar, Dalmacija.

---

[1] Universität Bielefeld; This research was made possible through the Bielefeld University international doctoral scholarship.

Following the years of hostilities between the Hungarian King Luis I and Venice at the beginning of the second half of the 14th century, 1358 saw the signing of the Treaty of Zadar by which, among other developments, Venice ceded all of its Dalmatian possessions to the Hungarian King. One of the immediate, yet often overlooked consequences of this development for the social structures within the Dalmatian cities was a drastic change in the composition of their populations, with Venetians within a course of a decade being all but completely effectively replaced by newcomers from the Apennine peninsula, predominantly from Tuscany, Marche, Emilia-Romagna and Liguria. This was especially true for Zadar, a regional Dalmatian administrative centre for most of the middle ages and regardless of the political situation, commanding both the islands in the archipelago directly in front of it as well as its hinterlands as parts of its district[2]. As such, Zadar was crucial both in terms of trade routes from the inland, medieval Dalmatia, Croatia, Bosnia and further into Slavonia and Hungary, as well as being a key asset for control of the trade routes along the – from the perspective of maritime trade – more favourable eastern Adriatic shoreline. These characteristics, along with the vacuum left by the departure of the Venetians made moving to the city an appealing and potentially profitable prospect for aspiring merchants and artisans, and the city soon saw an influx of new inhabitants that quickly established themselves in their respective professional settings[3].

In this paper, it is my intention to examine the ways these newcomers settled, and if and how we can get an idea of the ways their origin reflected on and helped shape their everyday lives in their new surroundings, when taken into account along with other significant characteristics, their social status and occupation. The starting point informing this paper is that while at the time of arrival these newcomers in many ways indeed were foreign to their new surroundings, they shared the circumstances, the rough timeframe of arrival as well as a number of dispositions that drew them together and made them distinct from their new environment. These span from language, customs, occupations – especially in cases of professions like metal works that were dominated by the new arrivals – as well as shared histories and

[2] This is perhaps best reflected in the chronological table of individuals identified as merchants in Zadar that can be found in the work of Sabine Florence Fabijanec on the emergence and the origins of Zaratine merchants. FABIJANEC, Sabine Florence – "Pojava profesije mercator i podrijetlo trgovaca u Zadru u XIV. i početkom XV. stoljeća". *Zbornik Odsjeka za povijesne znanosti Zavoda za povijesne i društvene znanosti Hrvatske akademije znanosti i umjetnosti* 19 (2001), 106.

[3] The most complete overview of this period is still in my view the one provided by Nada Klaić and Ivo Petricioli. KLAIĆ, Nada; PETRICIOLI, Ivo – *Zadar u srednjem vijeku do 1409.* Zadar: Filozofski fakultet Zadar, 1976.

social contexts, primarily in the cases in which individuals arrived from the same cities. While tracing the reflections of each and every one of these characteristics in each individual case would prove to be a futile task altogether, their combined consequences on the social conditions of these newcomers in their new environment will in the scope of this paper be seen in terms akin to what Pierre Bourdieu in his discussion on group formation calls a "class on paper", a set of actors that although not mobilized as a group share a number of similar recognizable and mutually recognized characteristics and dispositions resulting in their neighbouring positions in the social space and forming an informal network of mutual acknowledgement and recognition[4].

Drawing from this wider network, internally comprised of both individuals and organized groups based on the particular circumstances of their arrival, emerged a specific addition to the symbolic and social capitals of its members strongly tied to these characteristics[5]. This is not to say that their lived conditions were shaped exclusively by the fact of their origin, but rather that that their individual lived experiences were formed at the intersection of a series of characteristics, among which their descent and the circumstances of their arrival played an important role.[6] In that sense, when we are talking about an Anconitan merchant living in Zadar, not only must both these qualifiers be taken into account, rather than talking about a merchant that happens to come from Ancona, or an Anconitan that happens to be a merchant, but also the overall context of the person's arrival. Following Bourdieu's logic, shared dispositions and neighbouring positions in the social space increase the likelihood of interaction in the real space. The quality and strength of those interactions tell us about the quality of the combination of conditions in which they are occurring with regards to their conductivity for strong interactions and

[4] For Bourdieu, "Classes on paper" or "probable classes" are sets of agents that although they are not realized and mobilized as a group with its own agenda still occupy similar neighbouring areas in a hypothetical multidimensional social space, i.e. they share conditionings and dispositions that in turn make future mobilization more likely. BOURDIEU, Pierre – "The Social Space and the Genesis of Groups". *Theory and Society* 14, nº 6 (1985), 725-726; BOURDIEU, Pierre – "Rites of Institution", In THOMPSON, John B. (ed.) – *Language and Symbolic Power*. Cambridge: Polity Press, 1992, pp. 117-119.

[5] Symbolic capital being what one would call renown or reputation, while the social capital is seen as a totality of resources or capital drawn from a membership in a group that can be utilized in all social circumstances in which it is useful. BOURDIEU, Pierre – "The Forms of Capital", In RICHARDSON, John G. (ed.) – *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Westport, CT: Greenwood, 1986, pp. 241–58.

[6] The idea of "condition" in the context of this work is inspired by work of Claire Judde de Larivière and Rosa Salzberg on the condition of the Venetian popolo inasmuch as it is my intention to break away from the essentialist focus on any one particular characteristic or parameter. LARIVIÈRE, Claire Judde de; SALZBERG, Rosa M. – "The People Are the City. The Idea of the *Popolo* and the Condition of the *Popolani* in Renaissance Venice". *Annales* 68 (2013), pp. 773; BENYOVSKY LATIN, Irena – "Towns and Cities of the Croatian Middle Ages: The Newcomers and the City (an introductory study)", In BENYOVSKI LATIN, Irena; PEŠORDA VARDIĆ, Zrinka (eds.) – *Towns and Cities of the Croatian Middle Ages. The City and the Newcomers*. Zagreb: Hrvatski institut za povijest, 2020, pp. 11-33;

bonds. The methodological approach used here is one based on network analysis by reconstructing a network of interactions based on the available notary documents and court records for the period of ca. 1366-ca. 1381[7]. The notary sources have been mined for information on interactions between individuals provided by the sources, both qualitative, for example joint business ventures, vouching, cases of conflict resolution, letters of attorney, sales and debts, as well as quantitative, which in this context primarily means acts of witnessing and co-witnessing in the documents that for the most part provide no information outside of placing individuals in the same place at the same time. The data collected through data mining was used to construct a Neo4J graph database with different individuals being nodes, marked by characteristics such are status, occupation, gender, various information on point of origin, and edges being different types of interactions, characterized primarily by date and the signature of the document in which the connection is found.

In order to proceed, several starting points and considerations need to be established. I avoid using the term foreigner for several reasons. For one, foreigner (*forensis*) was a technical term of the time found in the statutes, designating a person who was not born in the city and did not live in it[8]. This was in fact not the case with a vast majority of individuals that will be discussed in this paper, as most of the actors settled in the city and became inhabitants (*habitator*), with some of them in time acquiring the status of a full citizen (*civis*), a privilege awarded to a relatively small number of inhabitants of the city. Both of these designations equated an individual in terms of rights, privileges and responsibilities with other individuals of the same status. As such, the normative framework that we find in the city statutes, functionally dividing people according to their place of residence, renders itself unsuitable for conceptualization of the social conditions of these individuals, as once they actually start repeatedly appearing in the sources, they are technically no longer foreigners[9].

[7] This paper and the entire project are based on the holdings of The State Archives in Zadar, HR-DAZD-31, Bilježnici Zadra [Notaries of Zadar], for notaries Petrus Perencanus, Petrus de Sercana, Presbiter Helyas, Vannes Bernardi de Firmo, as well as the holding HR-DAZD-22, Veliki dvor zadarske komune [High Court of the Zadar Commune]. In this paper the cited documents come from notaries Petrus Perencanus and Petrus de Sercana that will from now on be abbreviated with PP and PS respectively, followed by the signature in the holding.

[8] This short and precise definition of a foreigner in Dalmatian statutory law in this form is taken from Tomislav Raukar. An overview of the legal position of foreigners in the statutory law of Dalmatian communes is further provided by Ante Birin, while Ivan Majnarić gives a contextualized overview of the various social and legal statuses in Dalmatian communes. RAUKAR, Tomislav. "Cives, habitatores, forenses u srednjovjekovnim dalmatinskim gradovima". *Historijski zbornik* 29-30 (1976-1977), pp. 141; MAJNARIĆ, Ivan – "Personal Social and Legal Statuses in Eastern Adriatic Cities: Norms and Practices of Zadar in the Mid-14th Century", In BENYOVSKI LATIN, Irena; PEŠORDA VARDIĆ, Zrinka (eds.) – *Towns and Cities of the Croatian Middle Ages. The City and the Newcomers*. Zagreb: Hrvatski institut za povijest, 2020, pp. 127-29; BIRIN, Ante – "Pravni položaj stranca u statutima dalmatinskih komuna". *Zbornik Odsjeka za povijesne znanosti Zavoda za povijesne i društvene znanosti Hrvatske akademije znanosti i umjetnosti* 20 (2002), 106.

[9] The stipulations regarding foreigners were aiming at reciprocity to the treatment of Zaratines abroad and designed to address the foreigners' short stay in the city in various ways, mostly expediting the legal

Furthermore, the term foreigner tacitly assumes the perspective of the city to which a particular person is foreign. The term newcomer in that regard is more nuanced and acknowledges the perspective of the actors, people that arrived to the city with an idea of settling, at least for a certain period of time, which is the case with most of the individuals we will be encountering in this paper. Finally, the term newcomer alludes to a temporal dimension of brevity and of recent arrival, accidentally quite appropriate for – at least in terms of medieval studies – a relatively short time span of roughly 15 years covered by the paper.

* * *

The notary sources of the time give us a total of 448 out of a total of 3198 male individuals covered by the sample can be traced to the Apennine peninsula. These numbers can be seen as a solid starting point barring a few caveats. For one, due to the nature of the part of the source materials, we cannot know for certain the exact status of each and every one of these individuals in a sense of whether or not they were actually inhabitants. This is especially true for the individuals that only appear in the documents after 1375, as this period is mostly covered by the *bastardelli* drawn up by the notary Peter from Sarzana, often lacking in important segments of the identification formulae. This unfortunately is quite a handicap, as consistent information on their status in the city throughout the sample would provide an additional valuable tool, both in comparative and absolute terms. In fact, we can be certain that some of them actually were foreigners in a legal sense of the word. What needs to be noted however, is that a sizeable portion of what we might consider as domicile population appearing in the sources were not inhabitants of the city either, but lived in the district, either in the hinterland or on the islands. The population of the city is hard to estimate as there are no clear sources to account for it. Tomislav Raukar estimated the upper level of population for 14th and 15th century Zadar to be around 8000[10]. This number should be taken with a grain of salt for the period discussed in this paper, when the depopulation brought about as a result of the year-long Venetian siege of 1345/1346 and the subsequent Black Death epidemic are taken into account. Based on my own analysis, I would speculate that the total population of the city in this period was certainly not more than 7000 people, and that around 10% of the emancipated male population of Zadar at the time were arrivals – in

proceedings in cases they were involved in and so on. *Statuta Iadertina cum omnibus reformationibus usque ad annum MDLXIII factis / Zadarski Statut sa svim reformacijama odnosno novim uredbama donesenima do godine 1563*. Ed. Josip Kolanović and Mate Križman. Zadar: Ogranak Matice hrvatske u Zadru – Hrvatski državni arhiv u Zagrebu, 1997.

[10] RAUKAR, Tomislav – "Komunalna društva u Dalmaciji u XIV stoljeću". *Historijski zbornik* 33-34 (1980-1981), pp. 154-155.

the vast majority of cases quite recent – from the Apennine peninsula. Of the 448 individuals that we can trace to the Apennines, 282 appear in the sources on only one occasion, the remaining 166 individuals appearing in the sources more than once, of which 36 appeared on 10 or more separate occasions[11]. As for the regions these individuals came from, the central and northern regions were expectedly the most represented. It comes as no surprise that 110 newcomers arrived from Marche, the geographically closest Italian region just across the Adriatic. Further 83 were from Veneto – of which 48 from Venice itself, 74 from Liguria, 68 from Tuscany and 52 from Emilia-Romagna, while 13 other represented Italian regions combined for a total of 61 individuals.

Reconstruction of the behavioural patterns of medieval citizenry can prove to be a notoriously difficult task to achieve, especially based on notary evidence alone. While extensive work has been done based on status and occupation, as well as on the various business and family ties that are made explicitly available to us in the sources, what is usually described as a network of acquaintances or "circles one moves in" often eludes analysis, proving to be serious analytical problem[12]. However, it is exactly the kind of information, covering not only the immediate professional, but also a wider social circle one moves in and interacts with, that is crucial if we are to understand the social circumstances that the newcomers found themselves in upon their arrival. To achieve that goal, we track not only the practices and interactions that are made explicit in the sources, but also the more discreet patterns of behaviour. Every notary document of the period required at least two individuals to act as witnesses. For the most part, we have no immediate idea of why they were there or if they had any kind of connection to the actors of the documents or indeed each other. As these occurrences do in fact place individuals at the same place at the same time, researchers will on occasion point out that a family member of one of the actors was present in the time of drawing up this or that document, usually as

[11] An occasion in this context means a distinct date on which an individual can be found in the sources either as an actor or as a witness in a document. There were situations in which individuals appear in several documents in a row on the same day. For instance, one document would be drafted for a sale, immediately followed by another that covered the debt related to that sale between the same actors. I do not consider these instances as separate occasions in terms of appearance of an individual in the sources.

[12] With already mentioned works by Nada Klaić, Ivo Petricioli, Tomislav Raukar, Ivan Majnarić and Sabine Florence Fabijanec, I would be remiss not to mention extensive work done by Zrinka Nikolić Jakus, Damir Karbić and Branka Grbavac on Dalmatian and Zaratine patriciate in particular. NIKOLIĆ JAKUS, Zrinka – "Integration of Immigrants among the Dalmatian Nobility before the Mid-14th Century", In BENYOVSKI LATIN, Irena; PEŠORDA VARDIĆ, Zrinka (eds.) – *Towns and Cities of the Croatian Middle Ages. The City and the Newcomers*. Zagreb: Hrvatski institut za povijest, 2020, pp. 99-125; NIKOLIĆ JAKUS, Zrinka – "Vrijeme rata, kuge, zatočeništva. Zadarske plemićke obitelji i posljedice mletačke opsade 1345./1346. i Crne smrti". *Povijesni Prilozi* 55 (2018), pp. 9-35; NIKOLIĆ JAKUS, Zrinka – "Obitelj dalmatinskog plemstva od 12. do 14. stoljeća". *Acta Histriae* 16 (2008), pp. 9-35; NIKOLIĆ, Zrinka – *Rođaci i bližnji: Dalmatinsko gradsko plemstvo u ranom srednjem vijeku*. Zagreb: Matica hrvatska, 2003; KARBIĆ, Damir – "Plemstvo – definicija, vrste, uloga". *Povijesni Prilozi* 25 (2006), pp. 11-21; GRBAVAC, Branka – "Zadarski plemići kao kraljevski vitezovi u doba Ludovika I. Anžuvinca". *Acta Histriae* 16 (2008), 89-116.

nothing more than a point of curiosity. This approach is taken a step further, with the idea that given a large enough sample, a reflection of circles of acquaintanceships can be uncovered by reconstructing patterns of individuals simply sharing the same spaces, without any quality to the interaction that we know of. There are two main types of connections that we will look at, a connection between individuals acting as witnesses to a document drawn up by third parties and a connection between the witness and the actor of the document. Together, these will be seen as simply two people appearing in the same document, without us necessarily knowing the reasons. These connections are then aggregated for each individual and can be searched according to our preference or interest. **Table 1** represents the breakdown of these relationships according to the place of origin. What this means is that 37% of people that an average person from the Apennines is found co-witnessing a document with, people whose documents they witnessed or people that were witnesses to their documents also had origins in the Apennine peninsula, while the remaining 63% were others, for the most meaning either other inhabitants of Zadar, population from the city district or from Dalmatia in general. The table offers a further breakdown by specific regions that the majority of newcomers arrived from.

Table 1 – Patterns of witnessing and co-witnessing documents by place of origin.

Origin / Descent	N (%) with individuals from the same Apennine region (or Venice)	N (%) with other individuals from the Apennines	N (%) with others (Zadar / Dalmatia)
Apennines (all)		**1621** (37.41%)	**2712** (62.59%)
Others (Zadar / Dalmatia)		**2712** (10.32%)	**23559** (89.68%)
Venice	**2** (0.97%)	**22** (10.68%)	**182** (88.35%)
Veneto (without Venice)	**28** (5.52%)	**113** (22.29%)	**366** (72.19%)
Emilia-Romagna	**24** (4.62%)	**128** (24.62%)	**368** (70.77%)
Liguria	**114** (17.40%)	**159** (24.27%)	**382** (58.32%)
Marche	**252** (23.71%)	**224** (21.07%)	**587** (55.22%)
Tuscany	**216** (21.91%)	**220** (22.31%)	**550** (55.78%)

When we take into account that arrivals from the Apennine peninsula made for around 12% of the population of the entire sample, the aforementioned 37% of these types of interactions between them is a significant percentage implying that the newcomers did in fact spend a significant amount of time in the same social circles. This is especially true when these numbers are compared to the ones reflecting the behaviour and habits of the remaining city population. Only around 10% of these types of interactions for an average person from Zadar or Dalmatia was with someone from the Apennines, while the vast majority of Zaratines and Dalmatians are actually never found in the same document with a person from the Apennines. This is further exacerbated when the results are broken down by region of origin, with observable differences between the patterns related to arrivals from different regions.

The first thing that clearly stands out is the noticeable difference between the statistics regarding Venetians and most of the remaining arrivals from the Apennines. When we talk of newcomers, the relatively high number of Venetians in the sample is misleading to begin with, as the contexts in which they appear differ significantly from the context of other arrivals from the Apennines. For one, many Venetians appearing in the sources were not actually living in the city, but instead appear in the sources because they needed to tie up some loose ends, or were just passing through. This is perhaps best quantitatively presented through comparison of the average number of times individuals from Venice appear in the sources compared to their counterparts from other Apennine regions. Venetians appeared in documents on average on 1,55 occasions per person, a low number when compared to an average of 4,56 appearances by neighbouring Paduans, 4,77 of Anconitans, 4,96 of the individuals from Fermo, or as high as 6,08 appearances on average for Florentines. Often, they do not appear in person, but through their representatives in the city, administering the real-estate that was left behind. Such was the case with the Venetian ser Peter de Vale who was on two occasions represented by a Zaratine patrician John, son of Francis de Varicassis, first selling 10 salt pans to a wealthy draper Madius son of Jacob for 260 Venetian ducats in July 1367, and the second time subletting a parcel of land in his name in January 1368[13]. These distance arrangements in the newly developing circumstances could get complicated, it took 3 changes of representatives for the Venetian notary John from the *contrata* of San Fantino to get representation in Zadar with regards to administration of his salt pans[14]. These examples shed light on another important point. The context in which Venetians often appear in this period is in most cases not one of new arrival, but one that suggests individuals that were long acquainted with the city and its inhabitants, often with property remaining in

[13] PP Bust. 1, fasc. 5, fol. 49, PP Bust. 1, fasc. 9, fol. 20'.
[14] PP Bust. 1, fasc. 14, fol. 21-21'.

the city district and with long lasting pre-existing contacts and networks among the local population. As such, regardless of the relative geographical proximity of cities like Padua or Ferarra to Venice, there would indeed be very little in common, both in terms of shared dispositions as well as current or pre-existing contexts, connecting the Venetians to the new arrivals from these cities. When talking about the relatively small contingent of Venetians that remained living within the city walls, the modest number of occasions in which the sources reveal their activities could in fact be seen as speaking volumes on their actual conditions, both material and social, reflecting the fact that by this time the more affluent individuals have for the most part left the city.

The low percentages next to the regions Veneto and Emilia-Romagna are indicative as well. Some of the most represented individuals in the sources coming from these regions were notaries, chancellors and other professionals employed by the commune, which seemed to have greatly affected their professional and personal circles. To further illustrate this point, **Table 2** brings a comparative example of initial ego-centric case studies of two notaries when compared to several other notable individuals that arrived to the city just before or during the period and appear in the sources often, showing the aforementioned disparities. By the time of the start of this research, some of the notaries were already living in the city for an extended period of time. It could further be argued that the nature of their work facilitated frequent interaction with individuals from all walks of city life. In these cases the intersection of these professional networks and personal acquaintanceships built in this period provided for a significantly different lived experience from that of most of the newly arriving Florentine or Anconitan artisans and merchants. Their circumstances and social circles could in fact be seen as being closer to those of the Venetians still remaining in the city, with pre-existing professional and personal connections with the local population, than to those shared by the majority of newcomers.

Professional considerations certainly did seem to play an important part in the patterns observed with the notaries. It would, however, be dangerous to wave off the problem and simply attribute the observed patterns to the professional sphere alone. It might seem appealing to interpret these results exclusively through the professional lens, especially in the case of merchants, an occupation that by its very nature seems to necessitate outreaching connections and networks. In that sense, one might expect for merchants to have diverse and open-ended network of connections that reflected on their social circles in a similar manner regardless of origin or descent. With that in mind, **Table 3** gives us a comparative example of these patterns by some of the wealthiest and the most influential domestic merchants in the city. The results do seem imply a somewhat higher level of familiarity with the newcomers when compared to the average inhabitant of the city. On the other hand, when compared to their counterparts among the newcomers in **Table 2**, they also

Table 2 – Ego-centric patterns of witnessing and co-witnessing documents.

Name (occupation)	Region	N (%) with individuals from the same region	N (%) with other individuals from the Apennines	N (%) with others (Zadar / Dalmatia)
Ysnardo condam Romanati de Padua (notary)	Veneto	**0** (0.00%)	**5** (12.20%)	**36** (87.80%)
Bartolomeo condam Paganini de Bononia (notary)	Emilia-Romagna	**5** (8.77%)	**11** (19.30%)	**41** (71.93%)
Nicolaus filius magistri Leonardi de Padua (coppersmith)	Veneto	**2** (5.13%)	**20** (51.28%)	**17** (43.59%)
Andrea condam Nuti de Ancona (merchant)	Marche	**38** (19.49%)	**43** (22.05%)	**114** (58.46%)
Bonaguida Tolosini de Florentia (merchant)	Tuscany	**34** (29.06%)	**36** (30.77%)	**47** (40.17%)

Table 3 – Ego-centric patterns of witnessing and co-witnessing documents

Name (occupation)	N (%) With individuals from the Apennines	N (%) With others (Zadar / Dalmatia)
Luca condam Leonis (draper)	**19** (14.18%)	**115** (85.82%)
Michael condam Petri (draper)	**16** (12.40%)	**113** (87.60%)
Madius condam Jacobi (draper)	**18** (23.08%)	**60** (76.92%)
Paulo de Meco (merchant)	**2** (6.45%)	**29** (93.55%)

clearly demonstrate that occupation on its own does very little to account for these patterns. These initial results can be seen as mirroring power balances, personal affinities and other individual circumstances, among which we can certainly count random chance of individuals simply being in the same place at the same time. However, the results suggest that the newcomers did connect among themselves and that these connections were not exclusively facilitated by their occupation or immediate surroundings, but were rather a result of a general amalgamation of shared dispositions drawing them together that superseded any one single characteristic like occupation or origin.

This point is made clearer when we reconstruct a network of repeated interactions of this type between individuals in a form of a graph. Repeated occasions in which the same individuals are found in the same place at the same time, either both being witnesses to a document, or one individual witnessing another one's document, can in the context of acquaintanceship and social circles be seen as an indicator of relative strength of interpersonal relationship[15]. In fact, in occasions where these patterns are pronounced, they are usually accompanied by other interactions that imply strong connection and a degree of trust between the individuals as well[16]. The network reconstructed here is comprised of instances in which 2 individuals appear in the documents together on 3 or more separate occasions, either both acting as witnesses or one witnessing the other one's document. The reconstruction is made for the entire sample, regardless of status and origin. This enables not only a view of the interpersonal networks of newcomers, but the position of these networks in the overall social structure of the city as well. The resulting graph, shown as **Image 1**, was created by exporting the results of the related query from the project Neo4J database into Gephi with the nodes representing individuals[17]. The size of nodes is relative to the value of their "betweenness centrality", a measure of the relative number of shortest possible paths between other nodes within the graph that pass through a

[15] Here I use the term "strength" in a context inspired by Mark Granovetter's work. However, it should be noted that Granovetter sees strength of an interpersonal relationship as an amalgamation of time investment, emotional intensity, intimacy and emotional reciprocity. On the other hand, strength contextualized through the prism of acquaintanceship and social circles used in this paper primarily speaks to the relative time investment. GRANOVETTER, Mark S. – "The Strength of Weak Ties". *American Journal of Sociology* 78, nº 6 (1973), pp. 1361-1362.

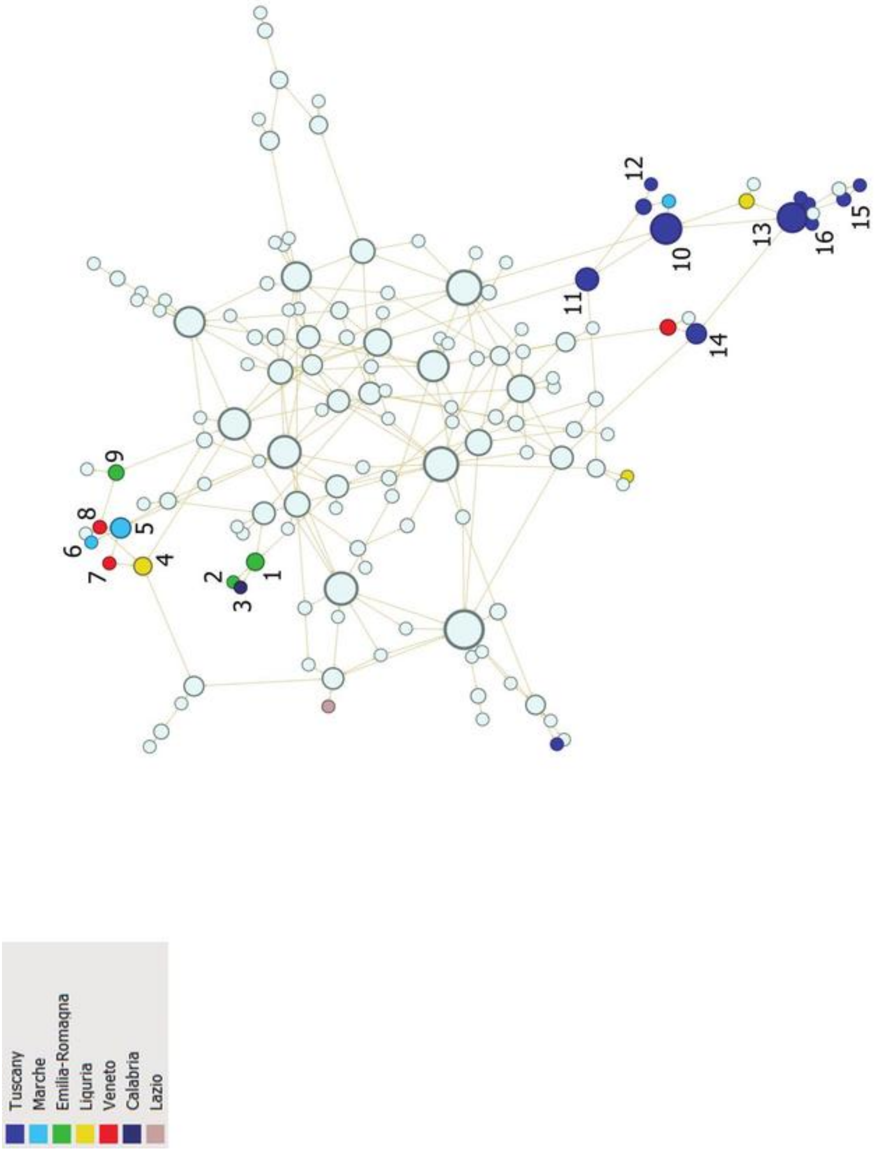
[16] The most notable case of this kind in the sample is the one between the draper Michael, son of Peter and the patrician Bartholomew de Milano, two business partners that quite clearly had a strong relationship. Even a cursory glimpse at their behavioural patterns would lead one to that conclusion, as Bartholomew was a witness in Michael's documents on 6 separate occasions, while Michael is recorded as a witness in Bartholomew's documents a total of 7 times, with one occurrence of them both witnessing a document composed by third parties. Bartholomew was also one of the witnesses of Michael's last will. JANEKOVIĆ RÖMER, Zdenka – "Ser Micouillus Petri, draparius, civis Jadre – život kao znak vremena". *Radovi Zavoda za povijesne znanosti HAZU u Zadru* 56 (2014).

[17] The visualisation, arrangement, grouping and dispersal of nodes was done using the Force Atlas layout. This method of visualisation has nodes repelling each other while edges draw the connected nodes together, until an equilibrium between the two forces is reached.

specific node. The bigger the node, the bigger the number of shortest paths between other nodes that pass through it.

When presented in this fashion, graphs can have a tendency of creating their own realities, inadvertently visually obfuscating power balances and levelling the playing field. It is important to note that no equivalence with regard to actual power balances between two individuals can be inferred from the fact of them being connected in this graph. It speaks exclusively on the frequency of individuals being recorded as sharing the same spaces and the probable mutual acquaintanceship or recognition stemming from it. Unlike the previous inquiries that covered all of the population, the requirements of having two individuals appearing with each other on at least 3 separate occasions filters out most of the inhabitants of the city simply by virtue of high frequency, as most of the population of the city does not appear in the sources enough times to even be considered. As a result, the final graph shows 166 individuals, or between 4% and 5% of the total sample. These are the most represented individuals in the sources, and for the most part represent the wealthiest and the most influential individuals in the city in general. Out of the 166, 26 persons or 15,6% are newcomers from the Apennines. Outside of several individual cases, two bigger and one smaller cluster of newcomers encompass the majority of the newcomers represented in the graph. The smallest cluster represented in the graph consists of 3 employees of the commune, the notary Bartholomew from Bologna (number 1 in the graph) and two *gastaldi*, Egidio from Ferrara (2) and Thomas from Principatu (3), again reflecting on the specific set of social circumstances mentioned earlier. It is safe to assume that it was primarily their professional life that has brought them in frequent contact. The remaining two clusters, however – both through the individuals represented in the graph, who were the wealthiest and the most influential newcomers in the city, as well as through their connections with newcomers that are not shown due to the nature of the graph that displays only the most prominent individuals – can be seen as representative of the vast majority of the newcomers in Zadar.

The first cluster of the two consists of a number of merchants and artisans with quite diverse backgrounds and origins that seem to have trickled to the city for the both individually and in smaller groups with an apparent desire to settle within the city walls. The cluster was not regionally exclusive, although the majority of the newcomers shown here are from the Papal States. The cluster was heterogeneous in terms of occupation as well, consisting of three merchants, the Genovese Simonino Gnocchis (number 4 in the graphs) and two Anconitans, Andrea Nuti (5) and Dominic Pucii (6), as well as a sword maker Blasius from Vicenca (7), and two kettle makers, Nicolas from Padua (8) and Venturino from Cesena (9). While each of those individuals can be seen as influential figures in their own right, the central place here


Tuscany
Marche
Emilia-Romagna
Liguria
Veneto
Calabria
Lazio
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16

is reserved for Andrea Nuti. He has lived in Zadar throughout the period and appears in the sources on 75 different occasions, making him by far the most represented person from the Apennines and the fifth most represented individual in the sources altogether, following only 4 powerful patricians. By all accounts Andrea was among the wealthiest merchants in the city, and in the second part of 1370s he acquired a full citizenship. His income through the years came from a variety of different sources. Among other things, he owned a smithy and a ship with one of the local merchants, George son of Dominic, had a business partnership with Venturino from Cesena, as well as a number of ongoing business arrangements in which he got the money *ad lucrum*, mostly from the local patricians, a common business practice with the idea being that after a predefined period of time the initial investor would get back the original sum enlarged by half of the proceeds that was made through trade with the money in question[18]. In his case, the relatively small betweenness centrality, especially when taken into account with the number of times he shows up in the sources, is representative of the fact that the bulk of his most intensive contacts representing the circles he is most often seen interacting with, were with a small number of people that while connected internally had a limited number of outward outlets.

A large amount of Andrea's business activity was with another merchant mentioned earlier, Dominic Pucii from Fermo. The two had an intensive business cooperation that stretched throughout the period, and Dominic instituted Andrea and the Genovese Raphael Rovere as his representatives before the court in February of 1372, as well as vouched for Andrea to the patrician Grisogono de Cadulinis in September of 1377. His business ventures were similar to Andrea's, with merchant activity being the main source of income, and a number of side interests in some of the industries on offer in the city, like barrel making, with Jacob, another arrival from Fermo, or the cloth dying business with Stephen, a dyer from Zagreb. As is the case with Andrea, Dominic managed to become citizen of Zadar as well. Quite appropriately, the two are mentioned as citizens for the first time in the same document, in February of 1376[19].

The second cluster, comprising predominantly of arrivals from Tuscany, can logically be seen as consisting of two waves of newcomers. On one hand, we find individual merchants and various professionals that arrived on their own with the idea of starting business in the city, much like the ones from the previous cluster. Central figures in that regard are Peter, son of John, that in the 1370s starts being referred to Peter *de la moneta* or simply Peter Monetarius (number 10 in the graphs),

[18] PP Bust.1, fasc. 4, fol. 4'; PP Bust. 1, fasc. 4, fol. 20-20'; PP Bust. 1, fasc. 5, fol. 47-48; PS Bust. 1, fasc. 1/5, fol. 159'.

[19] The document is in fact one of many relating to their shared business enterprises. In this particular case, Andrea gave 250 ducats *ad lucrandum* to Dominico for 2 years. PS Bust. 2, fasc. 3, fol. 4'.

acknowledging his financial enterprises[20], Jacob, son of Richard (11), Ventura, the apothecary (12) and Bonaguida Tolosini (13), all of them Florentines, and the draper Angelo Galgani from San Gimignano (14). The second wave comprises primarily of a group of Florentine financiers and bankers, centred around Honofrio, son of John (15) and Andrea Bartolini (16), that arrived to Zadar in the middle of 1370s with an apparent express purpose of buying the rights to exert the tax on salt for entire Dalmatia, the most lucrative tax available[21]. From the very start they can be defined as a group by any metric, inasmuch as they were organized, mobilized and had a specific group agenda. They were much more mobile, and it seems that their interests were focused on the immediate possibility of extracting profit for however long the window was open, rather than on prolonged residency in the city. Their demeanour, apparent influence and financial capital, as well as that of the people they associated with, for the most part consisting of the highest echelons of the local patriciate like Ciprian, son of John, an influential patrician from Split, or Maffey de Matafaris, powerful Zaratine patrician and a royal knight of King Luis I, seems to have gotten the notaries confused on more than one occasion, as they are quite inconsistently identified as *viri nobiles*.

And while their activities do dominate the second half of 1370s, the dominant Florentine of the entire period in Zadar is undoubtedly Peter Monetarius. Unlike his counterparts from The Marches, Peter showed little interest in expanding his business ventures to crafts like barrel making or blacksmithing. His business ventures were from the first encounters in the sources tied to trade and money lending. Probably owing to the combination of wealth and business acumen, he was early on connected to some of the more established patricians in the city, like Cerne de Botono, that vouched for him in January 1370, and acted as his procurator in September of the same year. His high betweenness centrality is a result of a link with Peter de Nassis, one of the central figures in the graph. Peter's brother, Grisogono de Nassis, acted as procurator for Peter Monetarius in July 1379[22]. However, similar to his Anconitan colleagues, much of his business did involve either other arrivals or connections outside of Zadar. In that sense he vouched for or acted as procurator of

[20] Nada Klaić and Ivo Petricioli tied the nickname to the position *regius officialis trigesime et salis camerarum Dalmatie*, that in this interpretation had jurisdiction over the operation of the Zaratine copper coin mint. Dejan Filipčić in his article dedicated to the Zaratine mint indirectly implies this connection as well, saying that Peter for a time held this position. However, the major problem with this interpretation is that Peter was referred to as "monetarius" a decade before his first mention as *regius officialis trigesime et salis*, in a time when we have clear documented proof of other Zaratines, Florentines and citizens of Split holding the position. KLAIĆ, Nada; PETRICIOLI, Ivo – *Zadar u srednjem vijeku do 1409*. Zadar: Filozofski fakultet Zadar, 1976, pp. 436-437. FILIPČIĆ, Dejan – "Novi nalaz zadarskog komunalnog folara moneta Iadre i problematika njegova kovanja". *Radovi Zavoda za povijesne znanosti HAZU u Zadru* 60 (2018), pp. 75-76.

[21] Nada Klaić and Ivo Petricioli wrote extensively on this. KLAIĆ, Nada; PETRICIOLI, Ivo – *Zadar u srednjem vijeku do 1409*. Zadar: Filozofski fakultet Zadar, 1976, pp. 435-436.

[22] PP Bust. 1, fasc. 13, fol. 3; PP Bust. 1, fasc. 14, fol. 24'.

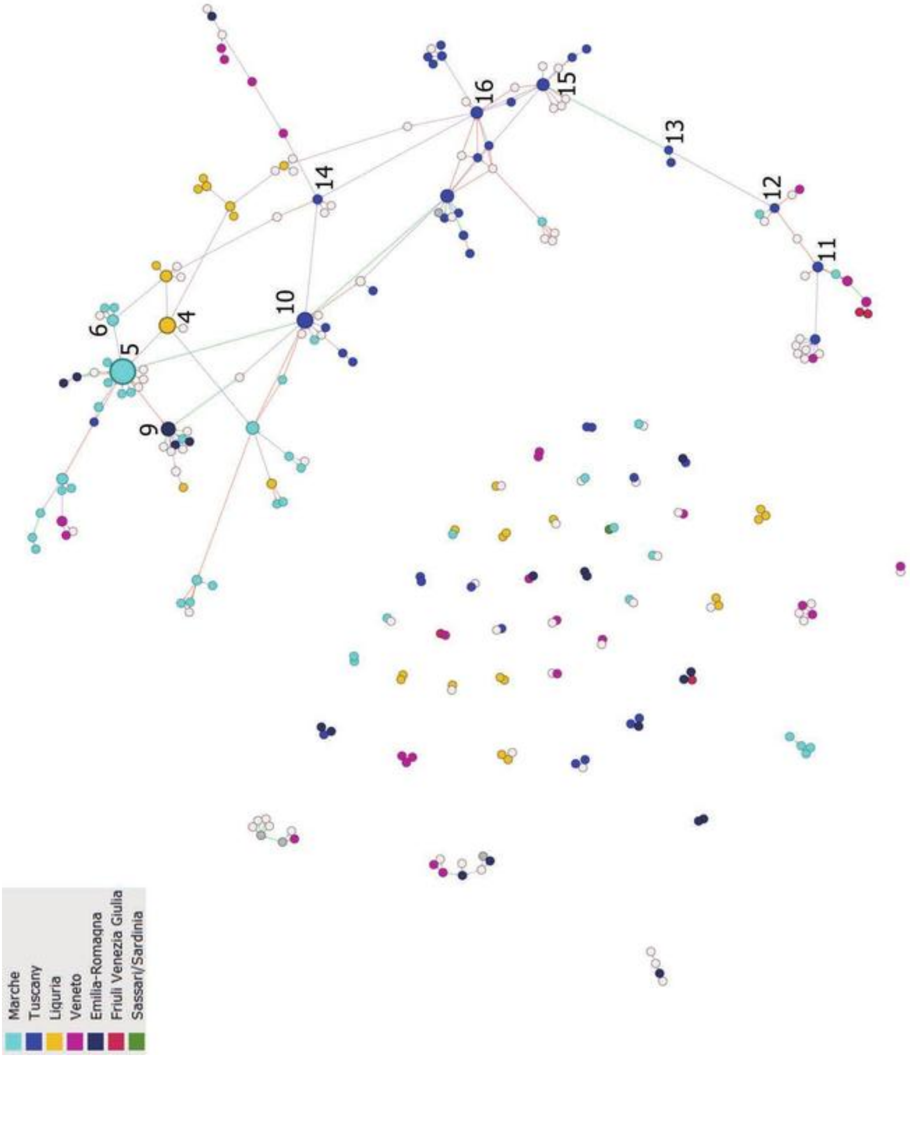
several Anconitan and Florentine traders[23]. Speaking to his wealth, and indeed the wealth of the Florentine merchants in general, is their rather frequent involvement in slave trade that seems to have boomed in the city, especially in the second half of the 1370s. Peter is recorded as buying a slave named Lucia in July of 1367, yet he is seen present in similar occasions as a witness in the late 1370s[24]. His gradual climb in the economic and social circles was complete towards the end of the 1370s when he himself acquired the rights to collect the salt tax[25].

The individuals we talked about were not picked at random. It was their combination of material circumstances and the fact that they had varying business interests that placed them in an ideal position as points of contact in the city. Perhaps most importantly, Andrea Nuti, Dominico Pucii, Peter Monetarius, Angelo Galgani, Jacob, son of Richard and the apothecary Ventura, as well as others that we didn't mention in detail, like Salucio son of Jacob from Ancona, all had an important characteristic in common. They were all early arrivals that show up in the sources from the very beginning, as early as 1366 and 1367, and we can track their activities throughout the period. These early arrivals can be seen as providing the infrastructure, not only for their direct associates, but for future newcomers in general. On occasion we find them in situations where they are witnessing documents of their compatriots, some of which are clearly just passing through. Such is the case with Andrea and Salucio, who witnessed a letter of attorney being drafted between two Anconitans, John and Hugo, who do not appear in the sources again. From their arrival to the city, the financiers Honofrio and Andrea Bartolini were at almost every opportunity accompanied by established Florentines within the city walls, Bonaguida Tolosini being present at so many occasions that it is hard not to see him as a crucial link between the newcomers and the city, regardless of the fact that we find no evidence that he was ever directly involved in their most important business ventures. And while the graph would indicate a clear separation between the two clusters, this is to be seen more as a sign of frequent internal interaction within the clusters, than as a hermetic isolation. This can perhaps be best explained by the graph in **Image 2**, showing the networks of joint business ventures, powers of attorney and vouching that the newcomers were involved in within the city wall. There are two things to notice, the first is that most of these ties were with other newcomers, and the second, that while a significant quantity of these interactions were not connected to the main body of the graph, or are almost too clearly separated by colour coding in the main body, there were points of crossover and contact that brought them together, usually

[23] PP Bust. 1, fasc. 4, fol. 3; PP Bust. 1, fasc. 6, fol. 20.

[24] PP Bust. 1, fasc. 5, fol. 53'; PS Bust. 2, fasc. 10, fol. 10.

[25] He is recorded in this capacity in July 1379 as he gave the power of attorney to Grisogono de Nassis. PS Bust. 2, fasc. 13, fol. 18'.


Marche
Tuscany
Liguria
Veneto
Emilia-Romagna
Friuli Venezia Giulia
Sassari/Sardinia
4
5
6
9
10
11
12
13
14
15
16

involving the very individuals mentioned earlier, the most affluent and recognisable newcomers in the city.

These connections were often explicit, as can be seen in Peter Monetarius vouching for Andrea Nuti to the patrician Gregory de Cadulinis in July of 1379[26]. But, on occasion there are subtle signs as well, as was the case in 1376 when a group of Florentines, led by Honofrio, son of John on one side, and a Genovese noble Raphael Rovere on the other, in an effort to resolve their dispute solicited the arbitration of two reputable patricians from Zadar, George de Cadulinis and Benedict de Gallo. The election of the arbitrators in February 1376 was completed in the trading station of Bonaguida Tolosini, the faithful shadow of Honofrio and his associates. However, the resolution of the conflict that included Raphael paying 90 ducats to the Florentines in May of the same year took place in the trading station of Andrea Nuti, with Andrea and Dominico Pucii witnessing the event[27].

Conflict resolution in general was an area where the ties that connected the newcomers clearly reflected on their everyday practices. In fact, the aforementioned case in which the Florentines Honofrio, Sciarra and Dominic and the Genovese Raphael chose two Zaratines to act as arbitrators of their conflict is the only one in which one of the sides was a newcomer from the Apennines without at least one of the arbitrators being a newcomer as well. The number of these cases involving newcomers was not high, but the findings are nevertheless quite indicative. Other than the aforementioned case, there were a total of 8 cases in which newcomers were involved in a conflict that was resolved by arbitrage. In 4 of those cases all of the parties involved were newcomers, while in the remaining 4 cases it was only one of the parties. In 3 of the 4 remaining cases where the parties were all newcomers, all of the arbitrators were newcomers as well, with the fourth case being a quarrel between Andrea Nuti and Simonino de Gnocchis that was decided by the Florentine Zanbono Mantigni and the patrician Peter de Nassis[28]. As for the remaining 4 cases in which only one of the parties involved was a newcomer, in 3 cases 1 of the arbitrators were newcomers, while in the fourth both were. Unfortunately, despite the fact that each of the conflicting parties in these proceedings had a right to choose their own representative in the arbitration, in most of the cases we find the names of the arbitrators without connection to the individual parties. In some cases it was quite clear who elected whom as their representative, as was the case of a quarrel between Nicolas from Udine and the patrician Simon de Drecchia in which the two elected arbitrators were Liparello from Ancona and another Zaratine patrician, Francis de

[26] PS Bust. 2, fasc. 10, fol. 10.
[27] PS Bust. 2, fasc. 3, fol. 3; PS Bust. 2, fasc. 5, fol. 1.
[28] PS Bust. 2, fasc. 13, fol. 20.

Guscho[29]. But cases such is the one between Monello from Ancona and Ventura from Florence that was decided by Peter Monetarius and Salucio from Ancona can involve a serious amount of guesswork, regardless of the fact that there are clear connections present with regards to the actual origin of parties involved and the arbitrators[30]. Similar can be said in the case of a dispute between the sailor Anthony from Ancona and Dominico Pucii, where Salucio, son of Jacob and the Genovese Raphael Rovere were instituted as arbitrators[31]. Finally, it is telling that none of the newcomers from the Apennines are found chosen as arbitrators in any of the conflicts that did not involve other arrivals, regardless of their legal standing or status within the city[32]. Through that prism, and combined with everything else discussed here, these cases can be seen as paradigmatic, giving off an illusion of a city within the city, at the same time a part of its environment and separated from it.

* * *

Newcomers from the Apennines in Zadar in the 1360s and the 1370s found a vibrant social infrastructure provided by their compatriots in the city that seems to have extended well outside of the usual borders of occupation and immediate point of origin. On one hand, occupation should never be discounted as a powerful source of differentiation and grouping within the walls of a medieval city, a sentiment that can in this case only be amplified by the fact that a number of professions in the city were covered almost exclusively by newcomers and that in that sense certain professions, for instance ones focused around specific types of metal works, almost by default implied that one was going to be surrounded by other compatriots at the work place. Similar can be said for various merchants, at least inasmuch as they either arrived together, were called in by their acquaintances or simply started cooperating with other compatriots immediately upon arrival. However, circles of connections and acquaintanceships uncovered in this brief overview extend much further to be simply accounted for by either occupation or origin alone, as these do not account for a number of ties that spanned across aforementioned divisions.

An asterisk has to be placed with regards to how these realities cut through power balances as well, as most of the interactions that we are dealing with in fact tell us very little about these questions. The individuals that show up in most of our

[29] PS Bust. 2, fasc. 18, fol. 23'.

[30] PS Bust. 2, fasc. 7, fol. 3.

[31] PP Bust. 1, fasc. 17, fol. 15'.

[32] *Statuta Iadertina cum omnibus reformationibus usque ad annum MDLXIII factis / Zadarski Statut sa svim reformacijama odnosno novim uredbama donesenima do godine 1563.* Ed. Josip Kolanović and Mate Križman. Zadar: Ogranak Matice hrvatske u Zadru – Hrvatski državni arhiv u Zagrebu, 1997, 158-159.

probing are the most affluent and the most influential, the ones with "good reasons" to appear in the sources. In that we need to be reminded that regardless of occupation the masters of various guilds often found more in common with each other than with their lower ranked members[33]. However, from the results it does seem that a large number of new arrivals in a relatively short time span have experienced a situation in which their shared contexts and dispositions, that perhaps included the shared experience of the new and the unknown, were elevated to the forefront and resulted in mutual recognition on top of which actual meaningful exchanges, interactions and various kinds of collaboration developed. This is perhaps best seen when comparing the newcomers with the Venetians that were still living in the city.

Finally, as citizenship was awarded on a case-by-case basis, and implied both solid social and material standing and good reputation, as well as a prolonged stay in the city with one's family, there is a danger of it being seen as a final point of an imagined process of "integration", turning an archetypical "foreigner" into a just another "member of society". The legal framework of the city helps in this deception, as it was for the most part blind to origin and instead spoke in terms of legal status, equating the newcomers with other people based on the respective legal standing of the normative group they were a part of. However, lived experiences and conditions of newcomers have led to a development of new contexts, or rather additions to the pre-existing contexts of what it was to be a *habitator* or a *civis* of a city in a practical way, additions that were strongly marked by their own specific set of circumstances. From what can be gathered from the sources, while individuals like Andrea Nuti, Dominico Pucii and several other newcomers did become citizens in this period, there are clear structural differences when their lived experiences of citizenship are compared to one of a Zaratine patrician or a merchant. Their social circles and connections remained strongly nuanced by and closely tied to the set of dispositions stemming from their origin and the circumstances of their arrival throughout the observed period, both expanding the definition of and casting serious questions on the nature, scope, meanings and implications of the definitions found in the normative legal frameworks.

[33] ROMANO, Dennis – *Patricians and Popolani. The Social Foundations of the Venetian Renaissance State.* Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.

Parte IV
Quotidianos dos artesãos: espaços, tempos, protagonistas

Daily life, craftswomen, and the traditional industries of the Late Medieval Kastoria: *furriers, textile weavers, tailors, merchants and more*

Nuray Ocakli[1]

Abstract

Female members of families became an active part of professions in medieval cities through their husbands or fathers but not all of the women's contributions to the medieval urban industries are easily identifiable. The Ottoman cadastral surveys from the 15th century are very important archival sources for women's roles in medieval urban industries of Macedonia and Kastoria, as the center for fur manufacturing since the Byzantine era, has a special place in "traditionally female" contributions to fur manufacturing and related industries as well as other professions of the city. This paper examines 1445-1446 Ottoman cadastral survey of Kastoria for women's contribution to traditional industries as wives and widow householders. The survey of Kastoria registers the information about the ten occupation quarters of the city and widow craftswomen were registered in eight of these quarters as fur manufacturers, textile weavers, tailors, merchants, blacksmiths, pottery makers and fisherwomen. This paper analyzes the survey of Kastoria under three titles: Marriage age in the mid-15t^{h} century Kastoria, Wife working with her husband in the family workshop, Role of wives and widows of craftswomen in the late medieval economy of Kastoria.

Keywords
Kastoria; Craftswomen; Wives; Widows; Late Medieval Period.

---

[1] Asst. Prof. in Istanbul Sabahattin Zaim University, Department of History, Istanbul, Turkey.

Geç Ortaçağ Döneminde Kastorya'nın Geleneksel Endüstrilerinde Çalışan Kadın Zanaatkarların Günlük Yaşamı: Kürkçüler, Dokumacılar, Terziler, Tüccarlar ve Diğerleri

Abstract

Ortaçağda şehirlerinde yaşayan zanaatkar ailelerin kadınlar üyeleri babaları ve kocaları vasıtasıyla bu zanaat kollarındaki üretime katkıda bulunmuşlardır fakat bu bireylerin üretime yaptıkları katkı çoğunlukla dönemin kaynaklarına yerince yansımamaktadır. 15.yy Osmanlı tahrir defterleri Geç Ortaçağ'da Makedonya bölgesinde kadınların şehir endüstrilerindeki üretime yaptıkları katkılar bakımından büyük önem arz eden arşiv belgeleridir ve Bizans döneminden bu yana kürk üretiminin bölgedeki merkezi olan Kastoria, kürk üretimi ve bu sektörle ilgili zanaatlar yanında şehirdeki diğer geleneksel zanaatlardaki üretime de önemli katkı sağlayan kadın işgücünün katılımı bakımından özel bir yere sahiptir. Bu çalışma 1445-1446 Kastorya tahrir defterini analiz ederek Kastoryalı kadınların şehrin geleneksel üretim sektörlerine eş ve dul hane reisleri olarak yaptıkları katkıları araştırmayı amaçlamaktadır. Bu defterde on zanaat mahallesinden sekizinde dul hane reisi olarak kaydedilmiş kürkçü, dokumacı, terzi, tüccar, demirci, çömlekçi ve balıkçı olan kadınların bilgileri bulunmaktadır. Bu çalışma Kastorya'nın ilk tahrir defterini üç başlık altında incelemektedir: 15.yy Kastorya'sında evlilik yaşı, Aile imalathanesinde kocasıyla birlikte çalışan eşler, Kastorya'nın geç ortaçağ dönemi ekonomisinde eşlerin ve dul zanaatkarların rolü.

Keywords
Kastoria; Zanaatkar kadınlar; Eşler; Dullar; Geç ortaçağ dönemi.

Introduction.

Wives, daughters, female servants, and apprentices were all important contributors to medieval household economies, yet their contributions to craft, production and trade are not very easy to identify in the archival sources. For late medieval Macedonia, the principal sources of information on the role of women in economic life during the late medieval period comprise a collection of fifteenth-century Ottoman cadastral surveys. An important example of one such source is the first detailed tax register

of Kastoria dating in the reign of Sultan Murad II (1421-1444, 1446-1451) which includes information on Christian widows in the craft communities of the city[2]. This study focuses on the "traditionally female" contributions of widows to the industries of late medieval Kastoria and seeks to present a picture of the busy daily lives of widow householders as mistress-craftswomen fully responsible for running family workshops and paying taxes due on their households, continuing 'business as usual' just as it had been when their husbands had been alive.

Kastoria had already been a centre of manufacturing and trade in Western Macedonia when the city became a part of the Ottoman Empire in 1380s[3]. As a rule, the Ottoman central authorities would carried out a very detailed cadastral survey immediately after a conquest but this was not the case for Kastoria due to the period of war with Bulgaria (1388-1396), the 'Crusade of Nicopolis' (1396) and the long period of instability after the Timurid invasion of Anatolia in the early fifteenth century . The Kastoria survey is one of the earliest registers for the Ottoman Balkans and transmits a picture of late medieval socio-economic structure and daily life. Whilst this survey book has been examined as an archival source for the pre-Ottoman structure of the Balkan cities, topographical studies, historical geography, and topography, the volume has yet to be examined as a valuable primary source for gender studies in late medieval Macedonia[4]. This is somewhat surprising since contained in the Kastoria survey are important details concerning marital age, family life, and the role of wives, especially through examples of widow householders producing highly specialized goods or performing occupations traditionally known as exclusively masculine professions. Clearly, therefore, a detailed examination of this primary source is likely to constitute a substantial contribution to the literature on the role of women in medieval society.

1. Household economies, family workshops and widow craftswomen.

The household was the main unit of production in medieval European urban craft economies with the household of a master craftsman traditionally consisting of not only family members but also apprentices and even household servants o as

[2] BOA (Presidenct Turkish National Archives), Istanbul, Collection of Maliyeden Müdevver Defterler, MAD.d. 00237 Köprülü, Kestorya ve Kolonya vilayetleri mufassal defteri, Fol 35-74.

[3] KIEL, Machiel – "Kesriye". *Diyanet İslam Ansiklopedisi (DİA)*. Vol. 25 Istanbul: Türkiye Diyanet Vakfı. 2002. pp. 311-312.

[4] KOTZAGEORGIS, Phokion – *Early Ottoman City. Seven Cases from the Southern Balkan Area: Edirne, Serres, Kastoria, Trikala, Larissa, Thessaloniki, Ioannina*. Athens: Vivliorama, 2019; SOUSTAL, Peter – "Überlegungen zu Toponymen der Region Kastoria aus dem osmanischen Defter von 1440". in *Zbornik radova Vizantoloskog Instituta* vol. 50, 2013, pp. 863-871; DELIKARE, Angelica – *Slabikes epidraseis ston kaza tēs Chroupistas. Hē periptōsē tōn topōnymiōn*. Thessaloniki: Ekdoseis Adelphōn Kyriakidē, 2013; SOKOLOSKI, M. – *Turski dokumenti za istorijata na Makedonskiot narod. Opširni popisni defteri od XV vek. Documents turcs sur l'histoire du peuple Macedonien II*, Skopje: Arhiv na Makedonija, 1973.

integral parts of craft manufacturing at various stages of the production process[5]. Many examples in the medieval sources indicate that while providing training to apprentices in workshops, the tendency of masters was to train their own children. These children employed in their family workshops often for lengthy periods of time, perhaps unsurprisingly, became masters of their family professions[6]. Among the family members of a master craftsman, wives had a special importance in the household-based craft economies of medieval Europe. They were themselves highly trained members of their families who shared the responsibilities of their husbands during the training process of their children and apprentices and who even instructed them during the manufacturing process in the workshops[7]. Not infrequently, a wife who had for many years actively conducted the family business along with her husband, would take charge of and continue the family business, following the death of her husband. Whilst inheriting the family business was certainly no easy task for a widow in medieval Europe, as long as she had enough money to run the business, the right of inheritance was reserved to her and widows were recognized as the mistress craftswomen of their own family workshops[8]. Examples found among archival records in France and England indicate that widows often ran their family businesses independently and trained apprentices, just as had happened during the lifetimes of their husbands. In the event she decided to marry again, marrying a master's widow gave the new husband the opportunity of to become an official member of the artisan community[9]. There is no evidence or information in pre-Ottoman medieval sources to suggest there had been a guild system in Kastoria, however, the first Ottoman cadastral survey of the city sheds important light on the status of widow craftswomen during the transitional period of the city as its character and culture changed from Byzantine to Ottoman.

2. Demographic structure of Late Medieval Kastoria in the first Ottoman cadastral survey of the city.

Although both Ottoman and Byzantine sources give detailed information about the process of Ottoman advance over Macedonia, the exact year Kastoria became a part

[5] LOATS, Carol L. – "Gender, Guilds, and Work Identity: Perspectives from Sixteenth-Century Paris". *French Historical Studies*, 20/1 (1997), pp. 15-16.

[6] EPSTEİN, Steven A. – *Wage Labor & Guilds in Medieval Europe*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1991, p. 105.

[7] FARR, James R. – *The Work of France: Labor and Culture in Early Modern Times, 1350 – 1800*. Lanham, Md.: Rowman and Littlefield, 2008, p. 79; Pappano, Margret A.; RICE, Nicole R. – "*Medieval and Early Modern Artisan Culture*". *Journal of Medieval and Early Modern Studies, 43/3* (2013), pp. 477-479.

[8] FITZGERALD, Christina M. – *The Drama of Masculinity and Medieval English Guild Culture*. New York: Palgrave, 2007, p. 15.

[9] LANZA, Janine M. – *From Wives to Widows in Early Modern Paris: Gender, Economy, and Law*. Burlington, Vt.: Ashgate, 2007, p. 93 – 95.

of the Ottoman State is not mentioned. Nevertheless, it is reasonably clear Kastoria became a part of the Ottoman Empire, either as a result of conquest or through an agreement between the Ottomans and local landlords, during the period 1383-1387 when the Ottomans were besieging the port city of Salonica (Thessaloniki in Greece today)[10]. The city's transition from Byzantine to Ottoman began with the formation in the 1390s of a military fief system based on the pre-Ottoman local feudal landlords and new Anatolian fief holders. With the first cadastral survey of Kastoria, conducted in the reign of Sultan Murad II, the central authority became familiarized with the people and the structure of the region, and, thereafter, the process of socio-economic transition accelerated during the second half of the fifteenth century.

The Ottomans conducted cadastral surveys in all provinces of the empire during the fifteenth and sixteenth centuries for various reasons, principally when a new territory was subsumed into the empire, or when a new sultan ascended the throne, and in theory the surveys were to be updated every thirty years[11]. In practice, however, this process was hampered up to about 1420 on account of the instability caused by endless struggles between Ottoman princes for the throne[12]. Once the political situation had calmed, cadastral surveys were conducted and register books were recorded regularly in many provinces of the empire including Kastoria during the reign of Sultan Murad II[13]. The survey of Kastoria is a detailed type of register including the quarters of the city center and the villages within the province of Kastoria. The Ottoman survey books recorded households, as opposed to individuals, as a unit of tax and the father of each family was registered in the survey book by name. On pages 70-88 of the Kastoria survey book, we find listed twenty Christian quarters, one Jewish quarter and a Muslim community consisting of twenty-two households, meanwhile, no quarter is specified by name in the city center[14].

---

[10] VACALAPOULOS, Apostolos E. – *History of Macedonia: 1354-1833*. Thessaloniki: Institute for Balkan Studies, 1973, pp. 37-61 ; STAVRİANOS, Leften S. – *Balkans Since 1453*, New York: Rinehart & Co., 1958, pp. 15-33; FINE, John V. A. – *The Late Medieval Balkans: A Critical Survey from the Late Twelfth Century to the Otoman Conquest*, Ann Arbor: University of Michigan Press, 1939, pp. 345-406.

[11] PAŞA, Lutfi – *Asafname*, Istanbul: Matbaa-i Amidi, 1909, pp. 24.

[12] INALCIK, Halil – "Ottoman Methods of Conquest", *Studia Islamica* 2 (1954), pp. 103-129; HALAÇOĞLU, Yusuf – "Bulgaristan, Osmanlı Dönemi". DİA. Vol. 6 Istanbul: Türkiye Diyanet Vakfı. 1992. pp. 396-399; HALAÇOĞLU, Yusuf – "Ankara Savaşı". DİA. Vol.3 Istanbul: Türkiye Diyanet Vakfı. 1991. pp. 210-211; BAŞAR, Fahameddin – "Fetret Devri". DİA. Vol.12 Istanbul: Türkiye Diyanet Vakfı. 1995. pp. 480-482.

[13] INALCIK, Halil – *Fatih Devri Uzerinde Tetkikler ve Vesikalar*, Ankara, 1954, pp. 69-70.

[14] BOA (Presidenct Turkish National Archives), Istanbul, Collection of Maliyeden Müdevver Defterler, MAD.d. 00237 Köprülü, Kestorya ve Kolonya vilayetleri mufassal defteri, Fol 70-88.

Table 1: Demography of Kastoria.

Kastoria city center				
Communities	**Male householders**	**Unmarried men**	**Widow householders**	**Total**
Orthodox Christians	792	36	116	944
Jews	83	5	4	92
Muslims	22	N/A	N/A	22

Table 1 depicts the demographic profile of the city made up of householder men, unmarried men, and widows for the Christian and Jewish quarters, and only householder men for the Muslim community. The largest demographic grouping in the survey book comprises the Christian householders at 89% (including Christian widows which account for 12% of the total number of households in the city). The total number of householder men, unmarried men and widows in the Jewish quarter accounts for a further 9%, whilst the number of householder men in the Muslim community takes up the final 2% of the total number of households in the city center. While comparing the number of unmarried men and widows in the city, the number of unmarried men in the Christian and Jewish communities is very small, which may indicate a stable and mainly native population profile in the region, which had for some considerable time remained unaffected by the demographic movements and waves of migration. The absence of unmarried men among the Muslim community may be linked to their quality as newcomers to the city after the 1380s. Unmarried Muslim men in the Balkan provinces in the early Ottoman era were generally landless Anatolian peasants seeking their fortunes in the new lands of the empire. However, the fact that there are no unmarried men recorded in the small Muslim community of the city may be an indication that, once a certain number of Muslim households had settled in the city center after 1380s, there was no further migration of Muslims to the city. Also, it is significant that the occupations of many Muslim householders were registered individually such as silk merchant (*kazzaz*), quilt maker (*yorgancı*), shoemaker (*pabuçcu*), peddler (*çerçi*), all of which were very common jobs in the urban centers. This information is a likely indicator that the first Muslim settlers in Kastoria were the members from an urban community elsewhere in the empire[15].

The first Ottoman register of Kastoria shows the community structure of the city center as being mainly Christian but with a small Jewish enclave and an even smaller Muslim community. The total number of households registered in the survey

15 BOA, MAD.d. 00237, p. 88.

book include more than a thousand families and unmarried men and it would appear that late medieval Kastoria was a multicultural urban center of Macedonia in the early Ottoman era.

3. Living and manufacturing at home in the Late Medieval Kastoria.

Since Ottoman cadastral surveys were undertaken for tax purposes, it is perhaps unsurprising that only tax payers are found recorded in the ledgers. As a consequence, there is an absence in the registers of direct information about the community involvement, roles, and contributions of daughters, sisters and wives of master craftsmen in the craft communities of Kastoria. On the other hand, analysis of the records concerning the status of unmarried men and widow householders in the various habitational quarters of the city, yields valuable information on marriage, family life and the craft specialization of wives in the craft communities.

The record of unmarried men contained in the register is the principal source for ascertaining the average marital age for a man in fifteenth-century Kastoria. Unmarried men were referred to as *mücerred,* a term indicating the special tax status afforded under the Ottoman financial system to unmarried sons over the age of 14 or 15, the legal age for being registered as a taxpayer in the surveys. Unmarried sons living with their families and working with their fathers or with other craftsmen paid 6 Ottoman silver coin, *akche*, per annum in income tax, while the usual tax payable by householder men was 22-25 *akche,* up to the second reign of Mehmet II (1451-1481)[16]. The legal age for men was not clearly defined in the provincial law-codes applicable to the various surveys, however, the 1498 survey book for the Istanbul-neighborhood indicates that the age of sons required to be registered as unmarried men for tax purposes was 14 and over[17]. Another source dating in the late sixteenth century mentions that sons of families younger than 14 were to be counted as under age[18]. Based on these sources, Geza concluded that, in practice, the legal age in the Ottoman taxation system for sons was 14 in some regions of the empire[19]. On the other hand, Kütükoğlu determined the legal age of unmarried tax-payer sons to be15 in the sources for the Anatolian provinces in later centuries[20]. The number of unmarried

[16] INALCIK, Halil, – *Osmanlı İmparatorluğu Toplum ve Ekonomi*, İstanbul: Eren yayınları (1993), p.43; EMECAN, Feridun – "Çift Resmi". DİA. Vol 8 İstanbul: Türkiye Diyanet Vakfı. 1993. 309-310.

[17] BARKAN, Ömer L. – "XV ve XVI inci Asırlarda OsmanlI İmparatorluğunda Toprak İşçiliğinin Organizasyonu Şekilleri I, Kulluklar ve Ortakçı Kullar", İstanbul Üniversitesi İktisat Fakültesi Mecmuası. 1/1 (1939), pp.64; İnalcık, Halil – *Hicri 835 Tarihli Suret-i Defter-i Sancak-i Arvanid*, Ankara: Türk Tarih Kurumu Yayınları, 1987, p. 103.

[18] ZINKEISEN, Johann W. – *Geschichte des osmanischen Reiches in Europa III*, Gotha:Bei Friedrich Perthes, 1855, p. 361.

[19] GÉZA, David – "The Age of Unmarried Male Children in the Tahrir-Defters (Notes on the Coefficient)", *Acta Orientalia Academiae Scientiarum Hungaricae*. 31/3 (1977), pp. 349.

[20] KÜTÜKOĞLU, Mübahat S. – "1830 Nüfus Sayımına Göre Menteşe Sancağında Hane Nüfusu". *Osmanlı*

Christian men registered in the quarters of the city made up 4% of the total number of Christian households in Kastoria. The percentage of unmarried men in the Jewish quarter is not much higher, at 6%, whilst for the small Muslim community there are no unmarried men registered at all. These findings support a marital age for males in late medieval Kastoria as being perhaps 15 and above.

3.1 Household industries in Kastoria, family specialization and wives.

Medieval European urban centers, in addition to being centres of commerce and manufacture, were concentrations of population on different scales. The first Ottoman cadastral survey of Kastoria indicates that the city is an interesting example of these medieval urban centers in Western Macedonia that were possessed of a craft and trade network, and a recognizable division of labor. Further, the survey illustrates the occupation-oriented medieval urban structure of late medieval Kastoria in the first half of the fifteenth century. There are ten trade quarters recorded in the survey, with the populations of these quarters indicating that trade communities consisted of almost half of the total number of households in the city. **Table 2** lists the names of the trade quarters and the number of households in each of these trade communities. These were both the residential and working areas for 41% of the Christian households in the city, with the residents of these quarters comprising 370 male and 24 widow householders as the masters and mistresses of their family workshops. In contrast to the 36 unmarried men recorded for the other quarters in the city, there are no unmarried men in the trade quarters. It is likely this is an indication that the sons of families in these trade communities, at the age of 14 or 15 and over, were all married and earning enough money to take support a family and pay taxes. It is also possible, on the basis of this, to speculate that the marital age for girls would be the same as for boys. If so, wives probably became a part of the family business (through marriage) at the age of 14 or 15 in the trade communities of Kastoria. At the same time, however, it cannot be discounted that daughters might well have already been a part of their family trade or craft from a young age. Although widow householders, householder men and unmarried men were registered in each of the twenty Christian quarters and the single Jewish quarter of the city, there is no specification of trades for individual Christians and Jews in the record beyond the indicative names of the ten trade quarters (a combination of habitational and workshop space within one unit). It is further likely that recruitment of the labor force in these districts was on the basis of family or marital ties. Each of these trade quarters is the residential area of a group of craftsmen where the households of the trade communities brought together working and family

Araştırmaları. 23 (2004), p. 76 and p. 78.

life in home-workshops. Although there is no information on the precise location of these trade quarters in the city, transportation of raw materials and final products would have been instrumental in the decision of choosing the optimal place for living and working. For example, the quarters of fishermen, pottery makers and furriers would have been in the best location for accessing the facilities necessary to each; that is to say the fishermen would locate near to the harbor, pottery makers would locate where there was easy access to clay from the lake or fields, whilst the fur manufacturers would prefer a location close to the local beaver colonies. For other trades plied in the city such as those of the saddle and harness makers, tailors, coppersmiths, metal craftsmen, and fabric weavers, the preferred locations for working and living would have been those best placed for ease of receiving raw materials and distribution of the final manufactured products.

Table 2: Household Numbers in the Trade Quarters of Kastoria.

Kastoria city center	
Trade quarters	**Number of households**
Blacksmiths	29
Coppersmiths	11
Fabric weavers	65
Fishermen	27
Furriers	65
Goldsmiths	5
Merchants	51
Pottery makers	55
Saddle- harness makers	30
Tailors	32
Total	370

The number of households in the quarters depicted in **Table 2** indicate the profoundly important weight of these trades in the economy of Kastoria. The highest number of households registered in the trade quarters is 65 in the furriers' and the fabric weavers' quarters. The pottery makers' quarter is the second most highly populated trade quarter in the city with the merchants' quarter in third place. Fur manufacturing, fabric weaving and pottery making seem to have been the leading traditional industries

of the late medieval economy of the city and it is likely the 51 merchant households in the same neighborhood belonged to merchants involved in the buying and selling these particular goods. Analysis of the trade quarters reveals that fur was the most important luxury export product of Kastoria, a feature in harmony with secondary sources reporting that the city was named after the European beaver, "kastori", and that Kastoria developed as a fur manufacturing and trading center supplying fur for the robes of members of the Byzantine court[21]. Indeed, the first Ottoman cadastral survey of the city appears to be the earliest source of information on fur manufacturing based on traditional family specialization and household industry in Kastoria. Of course, fur had served as a precious diplomatic gift and an integral part of the ceremonies in the Ottoman era from the sixteenth century. Mink was in especially high demand for trimmings and for whole garments, popular with members of the ruling Ottoman dynasty and their officers, with demand for fur peaking in the Ottoman palace in the reign of Sultan Ibrahim I (1640-1648)[22]. During this era, the political and financial influence of the furriers' guild in Istanbul increased significantly, such that the second half of the seventeenth century constituted the golden age of the Kastorian furriers[23]. Certainly, the 65 households in the furriers' quarter registered in the survey indicate that fur manufacturing had already become the most important traditional industry in the city long before the increase in fur demand driven by the Ottoman palace in the sixteenth and seventeenth centuries.

The fabric weavers' quarter was the other most densely populated residential area and it is highly likely that fabric weaving was an important traditional craft complimenting and contributing to the fur manufacturing industry. Although there is no record detailing the types of fabric produced in the family workshops, the records of taxes levied on raw linen in almost all villages and silk cocoon in several villages in rural Kastoria indicate the types of raw materials used in the weaving industry. The tax levied on raw silk registered among the taxes of villages such as Lonka, Kranchi and Jupani, indicates that the raw materials for silk fabric manufacture were produced in rural Kastoria[24]. Considering that most fur garments throughout the ages were lined with silk fabric, as the numerous examples of such garments present in the museums of royal houses throughout Europe bear ample witness, it is likely the silk fabric produced

---

[21] FAIRERS, Jonahan – *Fur: A Sensitive History*. New Heaven and London: Yale University Press, 2020, p. 44; KIEL, Machiel – "Kesriye". Diyanet İslam Ansiklopedisi..., pp. 311.

[22] KARACA, Filiz, – "Kürk". *DİA*. Vol. 26 Istanbul: Türkiye Diyanet Vakfı. 2002. pp. 569; ZYGULSKİ, Zdzislaw – *Ottoman Art in the Service of the Empire*, New York: New York University Press, 1992, p. 121.

[23] BAYRAKTAR, Tellan E. – "Gayrimüslim Çalışmaları Çerçevesinde İstanbul Kürkçüleri". *Hacettepe* Üniversitesi *Türkiyat Araştırmaları,* (2018), pp. 125-126; HASLUCK, Frederick W. – "The First English Traveller's Account of Athos". *The Annual of the British School at Athens*, 17 (1911), 103; IORGA, Nicola – *Byzantium After Byzantium*. Oxford: The Center for Romanian Studies, 2000, p. 213.

[24] BOA, MAD.d. 00237, Fol 46b, 47a, 54b and; Lŭnka, Gorenci and Župani In SOUSTAL, Peter – "Überlegungen zu Toponymen der Region Kastoria…", pp. 866, 865 and 869.

in Kastoria was used principally for this very purpose[25]. Thus the expensive silk fabric used for lining the valuable fur garments was not imported from China or Persia but woven locally in Kastoria. With both fur manufacture and silk weaving being highly specialized crafts, traditional family specialization was powerfully encouraged.

Also, in the same neighborhood, the 32 households in the tailors' quarter might indeed have been another traditional craft community contributing to the fur manufacturing industry by sewing pelts together and lining the fur garments.

Trade communities of goldsmiths, coppersmiths, blacksmiths and fishermen account for the other traditional industries of Kastoria recorded in the survey book, all of these crafts and occupations requiring both professional skills and very specialised equipment.

The home-based workshop structure existed to keep artisanal knowledge and practice within the orbit of the craft fellowship and family. The training of master craftsmen's children began at a very early age, indeed as soon as they were physically able to participate in the labours of the family workshop[26]. Thus, family specialization in these crafts could well have originated in household economies and the formation of quarters dedicated to particular trade communities in Kastoria.

Additionally, it should be observed that the pre-Ottoman urban structure and local administrative regulations were likely another key determinant in the formation of the trade-based structure of the city. Indeed, it is exactly these important indications contained in the survey that make this source a rare and precious repository of pre-Ottoman urban craft and artisanal culture in the region.

4. Widow craftswomen of the trade quarters and the role of wives in the economy of Late Medieval Kastoria.

The Kastoria cadastral survey is an outstanding source for the structure of urban settlements in early Ottoman Macedonia. Indeed, it is unique in so far as there are no other surviving examples of Ottoman cities where home and workshop combine in residential districts. Halil Inalcık has outlined the typical structure of the Ottoman city and has analyzed the financial and administrative method behind the particular approach adopted by the Ottomans in structuring or re-structuring a city to accommodate the needs of a multi-cultural and multi-religious imperial society working in a common, secular economic zone and living in private, segregated residential quarters[27]. Christian

[25] DE PINEDO, Nadia Fernández; ZUAZO, Moral; PAZ, María – "The Royal House of Isabel I of Castile (1492-1504): use of silk, wool and linen according to the accounts of Gonzalo de Baeza". *Conservar Patrimonio*, 31 (2019), pp. 59-60.

[26] WALLIS, Patrick – "Apprenticeship and Training in Premodern England". *Journal of Economic History*, 68/3 (2008), p. 846.

[27] İNALCIK, Halil – *Istanbul Tarihi Arastirmalari,* 2019, pp. 83-133.

and Jewish widow householders were registered as taxpayers in almost all fifteenth and sixteenth century Ottoman surveys but in general there was no information recorded concerning their trades. Of course the great value of the Kastoria survey is that now medievalists are afforded the opportunity to glimpse the contribution of these widows to the productive capacity and commerce of the city.

Table 3: Number of Widow Householders in the Trade Quarters of Kastoria.

Kastoria city center	
Trade quarters	**Widow householders**
Blacksmiths	2
Coppersmiths	N/A
Fabric weavers	6
Fishermen	2
Furriers	4
Goldsmiths	N/A
Merchants	3
Pottery makers	3
Saddle- harness makers	2
Tailors	2
Total	24

Table 3 shows the number of widow householders and the direct participation of women in the production process, for the ten trade quarters of Kastoria. The only trade quarters where widow householders are absent are the coppersmiths' quarter and the goldsmiths' quarter. The survey book indicates that the authorities recognized the widows as the master craftsmen and householders of their families. Widow householders were taxed at the reduced income tax rate of 25%, which was 6 Ottoman silver coin, *akche*, per annum while the regular income tax paid by male householders was 25 *akche*[28]. This reduced tax rate for widow householders might have been associated with the comparatively vulnerable conditions of these widows and their families. Since the production capacity of a family workshop was expected to decrease after the death of the father, it is possible the Ottoman financial system sought to bring a practical solution for non-Muslim widow householders in order to compensate for decreased productivity and to help keep the family workshop open

[28] İNALCIK, Halil – *Hicri 835 Tarihli Suret-i Defter-i Sancak-i...*, p. 103.

until the sons reached the age of 14-15 years when they would become taxpayers. The special financial status was not available for Muslim widows in Ottoman society, however, in fact there are no Muslim widow householder registered in the fifteenth and sixteenth century Ottoman surveys. According to the Ottoman Hanafi sharia school of law, the most flexible interpretation of Islamic law, women working at home or in their family workshops were exempted from income tax and there are many examples of such cases contained in the Ottoman court records of Bursa[29]. It is likely, therefore, that the special tax status of non-Muslim widow householders is a reflection of the Hanafi interpretation of Ottoman Islamic law which exempted women from income tax. Nevertheless, more investigations are required in this area since, to date, there have been very few studies dedicated to the various aspects of this practice in different parts of the empire.

Although there are trades such as pottery making, tailoring, and fabric weaving, contained in the survey of Kastoria that are renowned as women's professions just as much as they are male professions, there are also widow mistress craftswomen who appear in the survey working in male-dominated industries such as blacksmithing, fishing, and saddle and harness making. Furthermore, there are widow householders appearing in the merchants' quarter, indicating that wives, in this field also were an active part of the commerce of the city. Accordingly, the Ottoman central authority recognized these widows as the householders of their families participating in Kastoria's commercial relations with local and international markets, just as their husbands had done in life. The 24 widow householders in the trade quarters were craftswomen and tradeswomen plying highly specialized traditional crafts or producing goods and services in the other sectors of the late-medieval Kastorian economy. Certainly the widow householders registered in most of the trade quarters appear to show that wives/widows were an important and integral part of the household economy. Indeed, such was their importance to Kastoria that their contributions both in production and in commerce were carefully recorded in the first Ottoman survey of the city.

Conclusions.

The first Ottoman survey of Kastoria affords medievalists an opportunity to examine the case of widows in late medieval Macedonia. The ledger is a rare example among fifteenth and sixteenth century Ottoman surveys since it provides information concerning the professions of widow householders and their status in the quarters of the trade communities. The survey book records many interesting cases of continuity and change in the women's economic contribution and financial status in late medieval

[29] KAYA, Miyase Koyuncu – *Osmanlı Kadını ve Çalışma Hayatı, Tanzimat Öncesi Osmanlı Toplumunda Cinsiyet, Mahremiyet ve Sosyal Hayat*, İstanbul: TDV Yayınları, 2018, p.289-292.

Kastoria. Although the participation of wives in the traditional industries of the city does not become visible until they are registered as widow householders, analysis and interpretation of the data in the survey shows how wives became a crucial part of family professions, including in the trading and economic relations of the city.

Once recognized as widow householders of their families, their roles became more and more important for the maintenance of production patterns, the traditional structure of trade communities, economic activities, and Kastorian commercial relations maintaining continuity and avoiding any interruptions occasioned by the death of their husbands.

Further, this study highlights the distinctive crafts and trades undertaken by these widows, as sometimes being those not usually associated with women. The records of women furriers, blacksmiths, coppersmiths, saddle and harness makers or fisherwomen in the cadastral survey indicate that there were a variety of urban jobs performed by wives/widows requiring long years of education and experience such as processing beaver pelts, or requiring man-like physical strength in order to shape hot iron with a hammer or to go sailing in the traditional fishing boats of Lake Kastoria and requiring the learning of skills in the use of specialized equipment. Over the years, gathering skills and experience in their husbands' professions, these women replaced their deceased husbands as mistress craftswomen in the traditional industries of Kastoria and were able to maintain their families and carry on the family professions by themselves. In this way, the results of this study shed light on an unknown period in the history of the women of Kastoria, and hold important implications for the pre-Ottoman social, economic and urban structure of the city on the eve of its transition from Byzantine to Ottoman.

Everyday men in the building site of medieval churches.

Some examples from the 12th century (Verona, northern Italy)

Angelo Passuello[1]

Abstract

Not only did great artists work in the construction of churches, but also many other men who were real protagonists in everyday life in Medieval urban Europe. This paper, after an extensive introduction about the characters active in the building sites of the churches (clients, architects, and workers) citing sources from the 11th to the 15th century (epigraphs, sculptures, manuscripts, frescoes, etc.), examines the dynamics of clients and workers in the city of Verona and in its territory (northern Italy, Veneto region) during the Romanesque era (12th century); a period, indeed, when the city and its territory experienced a great construction season. At that time, many workers began to sign their works with great pride. First of all the sculptor *Pelegrinus* who, in the third-fourth decade of the 12th century, signed the arch of a single lancet window, thus demonstrating a great awareness of its value; after him *Anno, Wariento, and Chebizo* built the Bastia church in Isola della Scala in 1126; Anno and his brother *Wariento* in 1130 built the bell tower of the abbey of Santo Stefano in Isola della Scala; Anno is mentioned in an inscription dated 1143 on the facade of the basilica of San Fermo in Verona. In the same period, on the eastern shore of Lake Garda *Petrus*, *Berardus* and *Bernardus* signed an archivolt of a window on the facade of the parish church of Santa Maria in Cisano; another epigraph from 1143 mentions the erection of the church of San Michele in Belfiore: the inscription cites the magisters *Borgo* and *Malfato*. This extraordinary epigraphic fortune in Veronese Romanesque architecture is essential when establishing the dating of

[1] Ph.D. Medieval Art History, Ca' Foscari University of Venice, Italy.

the construction of churches and shows the desire of simple workers not to be anonymous, but to leave their legacy to future generations.

Keywords:
Medieval building sites; Clients; Architects; Builders; Verona.

Uomini di ogni giorno nei cantieri ecclesiali medievali: qualche esempio del XII secolo (Verona, nord Italia)

Riassunto

Nei cantieri delle chiese operarono non solo grandi maestri, ma soprattutto molti altri uomini che furono veri protagonisti della vita quotidiana nell'Europa medievale. Questo contributo, dopo un'ampia introduzione sui personaggi attivi nelle fabbriche ecclesiali (clienti, architetti e maestranze) che rimanda a fonti dall'XI al XV secolo (epigrafi, sculture, manoscritti, affreschi, ecc.), prende in esame le dinamiche di committenza e le maestranze attive a Verona e nel suo territorio (nord Italia, regione del Veneto) in epoca romanica (XII secolo), quando la città e visse una fervida stagione edilizia.
A quel tempo, molti costruttori iniziarono a siglare orgogliosamente le proprie opere. Primo fra tutti lo scultore *Pelegrinus*, che nel terzo-quarto decennio del XII secolo firmò l'arco di una monofora dimostrando una notevole consapevolezza del suo valore; dopo di lui *Anno*, *Wariento* e *Chebizo* edificarono la piccola cappella della Bastia a Isola della Scala nel 1126; *Anno* e suo fratello *Wariento* nel 1130 innalzarono il campanile dell'abbazia di Santo Stefano, sempre a Isola della Scala; *Anno*, poi, è citato in un'iscrizione del 1143 posta sulla facciata della basilica di San Fermo a Verona. Nello stesso periodo, sulla sponda orientale del Lago di Garda, *Petrus*, *Berardus* e *Bernardus* incisero i loro nomi in un archivolto sulla facciata della pieve di Santa Maria a Cisano; un'altra epigrafe del 1143 istituisce la fondazione della chiesa di San Michele a Belfiore, indicando i *magistri Borgo* e *Malfato*. Queste straordinarie testimonianze nell'architettura romanica veronese sono essenziali per stabilire la cronologia dei cantieri, ma mostrano altresì il desiderio dei semplici lavoratori e costruttori di non rimanere anonimi, ma perpetuare un ricordo di sé alle future generazioni.

Parole chiave
Cantieri medievali; Committenti; Architetti; Maestranze; Verona.

1. General view of labour organisation in religious buildings construction yards in northern Italy in the 12th century.

In Italy and throughout Europe the first centuries after the year 1000 were characterised by considerable innovations in every area of society: with the high commercial and demographic increase, new cities and villages arose and, consequently, cathedrals, rural churches, and parish churches[2] were erected (or restored). The foundation of a new church was a collective event that involved the entire community of the city both for the financial commitment and for the material means and human resources which were necessary for such a large enterprise[3]. In many cases, all citizens were involved in the project, because the building activity had great political, economic, and social importance[4]: the prestige of the cities increased with the construction of sumptuous buildings, which became the symbol of the city itself[5]. Some examples: in Florence, in 1296, the so-called *Tax on the will* obliged citizens to donate 1 or 2 lire for the construction of the Duomo[6]; in Orvieto, during the Black Plague (1346-1353) the population donated their possessions for the construction of the Cathedral, as they were convinced that in that way the plague would end[7]; in Milan, the entire population was involved in the construction of the Cathedral which had become the center of the economic and social activity of the entire region during the dominion of the Visconti[8].

The builders, who came from different cultures, often moved through different construction sites[9], bringing with them precious expertise regarding technical,

---

2 DUTOUR, Thierry – *La ville médiévale: origines et triomphe de l'Europe urbaine*. Paris: Odile Jacob, 2003

3 KIMPEL, Dieter – "L'attività costruttiva nel Medioevo: strutture e trasformazioni", In CASSANELLI, Roberto (ed.) – *Cantieri Medievali*. Milano: Jaca Book, 1995, pp. 11-13.

4 BACCI, Michele – *Lo spazio dell'anima. Vita di una chiesa medievale*. Bari: Laterza, 2005.

5 FRANCHETTI PARDO, Vittorio – *Città, architetture, maestranze tra tarda antichità ed età moderna*. Milano: Jaca Book, 2001.

6 HAINES, Margaret – "La grande impresa civica di Santa Maria del Fiore", In RICCETTI, Lucio; MERLO, Grado Giovanni (ed.) – *Finanziare cattedrali e grandi opere pubbliche nel Medioevo: nord e media Italia (secoli XII-XV)*. Roma: Dante Alighieri, 2003, pp. 137-166.

7 RICCETTI, Lucio – "Le mani sull'opera: Vescovo, Capitolo e Comune, tra devozione civica, finanziamento e gestione del patrimonio dell'Opera del Duomo di Orvieto fino al 1421", In RICCETTI, Lucio; MERLO, Grado Giovanni (ed.) – *Finanziare cattedrali e grandi opere pubbliche nel Medioevo…*, pp. 167-228.

8 SOLDI RONDININI, Gigliola – "In fabrica artis: il duomo di Milano partecipazione di popolo (e favore di principi?)", In RICCETTI, Lucio; MERLO, Grado Giovanni (ed.) – *Finanziare cattedrali e grandi opere pubbliche nel Medioevo…*, pp. 107-120.

9 TERENZI, Pierluigi – "Maestranze locali e maestranze forestiere nell'Italia medievale", In BASS, Enrico; BERNARDI, Philippe; PINTO, Giuliano (ed.) – *Le pietre delle città medievali. Materiali, uomini, tecniche (area mediterranea, secc. XIII-XV)*. Cherasco (Cu): Centro internazionale di studi sugli insediamenti medievali, 2020, pp. 25-46.

practical, and formal skills, all mixed with local architectural customs[10]. A well-known example is that of the Comacine masters[11]. In the Alpine valleys of Lombardy (corresponding approximately to the ancient diocese of Como)[12], many builders, masons, stonemasons, and sculptors worked since the Early Middle Ages (VII-VIII centuries)[13]. The Lombard kings disciplined these characters in guilds and colleges: the Edicts of Rotari (634) and Liutprando (713) mention, for the first time, the Comacine masters[14]. These workers first emigrated to Burgundy, Switzerland, and the Rhine Valley and gradually spread everywhere in Europe, thus contributing, after the year 1000, to the spread of a Lombard Romanesque style[15]. These teams of skilled workers also began to train figures of architects and sculptors who applied an international style.

The construction sites of the Romanesque churches were, therefore, extremely complex environments in which multiple figures with different tasks and specializations interacted, but each with a leading role to achieve the best outcome in the work[16]. There is a lot of direct documentation about how the European construction site was organized (i.e. England, France, Germany, Italy, Spain): accounting books; images of the builders and clients (miniatures, paintings, etc.); contracts mentioning foremen and workers; epigraphs concerning the consecration and construction of buildings; documents concerning the transfer of relics and the consecration of buildings; Chronicles. Indirect documentation is also very important, such as images showing workers constructing buildings or contracts that indirectly mention builders and the construction site[17].

The first actor was the client, religious (pope, bishop, monk) or lay (emperor or king, municipal lord, private lord), who financed the construction companies

---

10 DEGRASSI, Donata – "La trasmissione dei saperi: le botteghe artigiane", In *La trasmissione dei saperi nel medioevo (secoli XII-XV). Atti del Convegno (Pistoia, 16-19 maggio 2003).* Roma: Viella, pp. 53-87.

11 DIONIGI, Renzo, STORTI Claudia (ed.) – *Magistri comacini. Storie, antistorie misteri e leggende. 1723-1962.* Pavia: Cardano, 2007.

12 LAZZATI, Marco – "I Maestri Comacini tra mito e storia: conoscenze e ipotesi sulle origini delle maestranze dei laghi lombardi". *La Valle Intelvi* 8 (2003), pp. 155-176.

13 LOMARTIRE, Saverio – "Commacini e marmorarii: temi e tecniche della scultura tra VII e VIII secolo", In *I magistri commacini. Mito e realtà del Medioevo lombardo. Atti del XIX congresso internazionale di studio sull'alto medioevo (Varese-Como, 23-25 ottobre 2008).* Spoleto: Fondazione Centro italiano di studi sull'alto medioevo, 2009, pp. 151-209.

14 AZZARA, Claudio – "Magistri commacini, maestranze e artigiani nella legislazione longobarda", In *I magistri commacini. Mito e realtà del Medioevo lombardo…*, pp. 19-33.

15 LOMARTIRE, Saverio – Tra mito e realtà: riflessioni sull'attività dei magistri comacini nell'Italia del nord tra XII e XIV secolo", In DELLA TORRE, Stefano (ed.) – *Magistri d'Europa. Eventi, relazioni, strutture della migrazione di artisti e costruttori dai laghi lombardi. Atti del Convegno (Como, 23-26 ottobre 1996).* Milano: Nodo, 1996, pp. 139-154.

16 TOSCO, Carlo – "Gli architetti e le maestranze", In CASTELNUOVO, Enrico; SERGI, Giuseppe (ed.) – *Arti e storia nel Medioevo*, vol. II: *Del costruire: tecniche, artisti, artigiani, committenti.* Torino: Einaudi, 2003, pp. 43-68.

17 LOMARTIRE, Saverio – "Mobilità/stanzialità dei cantieri artistici nel Medioevo italiano e trasmissione delle competenze", In *Circolazione di uomini e scambi culturali tra città (secoli XII-XIV). Atti del Convegno (Pistoia, 13-16 maggio 2011).* Roma: Viella, 2013, pp. 367-431.

mainly to receive a propaganda advantage[18]: building the earthly house of God, in fact, was first and foremost a manifestation of devotion, but had also family, social, economic, and political reasons; furthermore, it was a material testament that would persist over time. The client, in addition to being a lender, could also participate personally in the development of the project by establishing a fruitful dialogue with the builders; the client was also supported by the administrative personnel, such as notaries, accountants and management on behalf of the client or owner on the yard, that oversaw the financial and administrative side of the construction site[19].

Clients are often depicted while donating the model of the new building to God or a patron saint[20]. Very famous examples are those of San Vitale in Ravenna (6th century), in whose mosaic in the apse the proto-bishop Ecclesio is depicted holding the model of the church founded by him[21]; the fresco of the abbot Desiderio da Montecassino (future Pope Victor III), who rebuilt the abbey of Sant'Angelo in Formis (Capua) between 1072 and 1087 and is represented in a fresco in the apse[22]; finally, the fresco by Enrico Scrovegni in the counter-facade of the Scrovegni Chapel in Padua, painted by Giotto between 1303 and 1305[23].

When the funding for the construction of the churches did not come from the client, the sums were obtained in other ways: benefits deriving from the possessions of the religious order (land, forests, etc.); raising money in churches; collection of money for the devotion of relics; offers from confraternity; popular contribution; testamentary bequests; payments by civil authorities; purchase of indulgences[24]. When the initial financing was enough for the entire cost of the building, the construction times were shorter, and the architecture was of high quality. On the contrary, if the initial financing was only partially enough for the construction, the construction times were longer and there was the possibility that the workers, and also the project would change; for these reasons, the quality of the building was often poor[25].

The second protagonist was the architect who dedicated himself to the design

---

[18] QUINTAVALLE, Arturo Carlo (ed.) – *Medioevo: i committenti*. Milano: Electa, 2011.

[19] ROSSI, Marco – "I rapporti tra committenti e cantieri agli inizi del Romanico: un problema aperto". *Archeologia dell'Architettura* 17 (2012), pp. 55-58.

[20] GANDOLFO, Francesco – "Il ritratto del committente", In DONATO, Maria Monica (ed.) – *L'artista medievale. Atti del convegno (Modena, 17-19 novembre 1999)*. Pisa: Scuola Normale Superiore, 2008, pp. 69-77; BACCI, Michele – "Pratiche votive e ritratti di donatori nel medioevo", In QUINTAVALLE, Arturo Carlo (ed.) – *Medioevo: i committenti…*, pp. 547-557.

[21] PASI, Silvia – *Ravenna, San Vitale: il corteo di Giustiniano e Teodora e i mosaici del presbiterio e dell'abside*. Modena: Panini, 2006.

[22] PERRICCIOLI SAGGESE, Alessandra – "Sant'Angelo in Formis, Montecassino e l'abate Desiderio", In CHIRICO, Maria Luisa, *et alii* (ed.) – *Lungo l'Appia. Scritti su Capua antica e dintorni*. Napoli: Giannini, 2009, pp. 93-102.

[23] LANGE, Henrike Christiane – "Portraiture, projection, perfection. The multiple effiges of Enrico Scrovegni", In PERKINSON, Stephen; TUREL, Noa (ed.) – *Picturing death 1200-1600*. Leiden; Boston: Brill, 2021, pp. 36-48.

[24] KRAUS, Henry – *A prix d'or. Le financement des chatédrales*. Paris: Les Éd. du Cerf, 1991.

[25] COPPOLA, Giovanni – *L'edilizia nel Medioevo*. Roma: Carocci, 2015, pp. 34-43.

and organisation of the construction site[26]. The architect's conception is quite different from the modern one[27]: in the documents the architect is mentioned as *architectus*, *architector*, *architectarius* or also as *doctor*, *princeps coementarius*, *princeps latomus*; the qualities attributed to him were *sapiens*, *prudens* and *elegans*[28]. The construction site had a hierarchical structure, and, in general, the architect was the most important figure[29]: after him there were the *caput magister*, who was quite independent, the *magistri* (*magister fabricae*, *magister operis*, *magister latomus*), the *artifices,* and the *minuti operari*[30]. The architect coordinated the various figures, chose the working times for the correct progress of the construction site, and interacted with the client[31]; in addition, the architect was responsible for acquiring the construction materials (stone, wood, etc.). The architect was the reference point for all the other workers as he knew geometry, arithmetic, and trigonometry. He also knew the trades of stonemason, bricklayer, and carpenter; his tools were the compass (*circinus*), the square (*amissus*), and the ruler (*perpendiculum*)[32].

In the 11th century, in the great context of the peninsular Romanesque, there were few documentary and epigraphic attestations on architects[33]; the figure of the client, who was still dominant in the first half of the century, gradually took a back seat in front of the notoriety of some masters[34].

The most famous case is certainly that of the cathedral of Modena: an illustrated manuscript called *Relatio de innovatione ecclesie sancti Geminiani*, located in the Capitular Archives of Modena[35], narrates in the first pages the beginning of the construction of the Romanesque cathedral and the events of the transfer of the corpse of the Modenese patron saint from the old to the new Cathedral and the

---

[26] COPPOLA, Giovanni – "L'architecte et le project de construction au Bas Moyen âge", In CALLEBAT, Louis (ed.) – *Histoire de l'architecte*, Paris: Flammarion, 1998, pp. 49-61.

[27] The master that correspond to what we would call an "architect" nowadays was above all an artisan or craftsman, quiet often a stonemason, sculptures and master of the yard at the same time.

[28] CALLEBAT, Louis – "Architecte: histoire d'un mot", In CALLEBAT, Louis (ed.) – *Histoire de l'architecte...*, pp. 11-17.

[29] CASSANELLI, Roberto – "Artisti in bottega: luoghi e prassi dell'arte alle soglie della modernità", In CASSANELLI, Roberto; BÉGUIN, Sylvie – *La bottega dell'artista tra Medioevo e Rinascimento.* Milano: Jaca Book, 1998, pp. 7-29.

[30] PERONI, Adriano – "L'architetto del primo Medioevo. Problemi d'identità", In DONATO, Maria Monica (ed.) – *L'artista medievale...*, pp. 27-38.

[31] BRENK, Beat – "Il contributo dell'artista alla concezione progettuale e iconografica", In DONATO, Maria Monica (ed.) – *L'artista medievale...*, pp. 79-88.

[32] SENE, Alain – "Quelques instruments des architectes et des tailleurs de pierre au Moyen Âge: hypothèses sur leur utilisation", In *La construction au Moyen Âge. Histoire et archéologie. Actes du congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public (Besançon, 2-4 juin 1972).* Paris: Les Belles Lettres, 1973, pp. 39-58.

[33] QUINTAVALLE, Arturo Carlo – "Nomen et imago: officine e artefici al tempo della riforma gregoriana", In DONATO, Maria Monica (ed.) – *L'artista medievale...*, pp. 251-268.

[34] CASTELNUOVO, Enrico – "L'artista", In LE GOFF, Jacques (ed.) – *L'uomo medievale.* Bari: Laterza, 2005, pp. 255-258.

[35] AL KALAK, Matteo – *Relatio de innovatione Ecclesie Sancti Geminiani. Storia di una cattedrale.* Modena: Mucchi, 2004.

consecration of the altar dedicated to him[36]. The story tells that the clergy and the citizens of Modena made the decision to rebuild the damaged and unsafe church, and for this reason they set out in search of an architect who was capable of realizing such a work, whom they identified in Lanfranco: the text says that Lanfranco came from a distant land and was found after many research in different places, and attests that he was a high-level architect and had great authority (he is called *mirabilis artifex* and *mirificus edificator*)[37]. The works began in 1099 and continued quickly, also thanks to the discovery of ancient marble, useful for the construction of the building[38]. Some episodes are portrayed in the miniatures depicting Lanfranco, elegantly dressed and with a rod in his hand, while directing rects workers and builders, intent on excavating the foundations and raising a wall[39]. In 1106, after a lively debate between the various components of the local community, at the architect's proposal it was decided to transfer the relics of the patron saint to the new cathedral, probably to carry out the works, which had reached the point where it was necessary to demolish the previous cathedral[40]. During the solemn ceremony that accompanied the transfer, new disputes arose between the ecclesiastical authorities, who decided to open the tomb of the saint, and the citizens who opposed it, fearing its profanation. Arbitrator of the matter in this circumstance was Matilda di Canossa, who proposed to await the arrival of Pope Pasquale II: this moment would seem represented in the miniature depicting the countess, in the centre of the opposing camps. Following the mediation of Matilda, the recognition of the relics and the consecration of the altar of St. Geminiano, protected by a formation of citizens and knights, were carried out in the presence of the pontiff and the political and religious authorities in October 1106[41]. Matilda and the bishop of Modena, Dodone, bring precious gifts, as depicted by one of the miniatures. The *Relatio* and its miniatures constitute a rare and precious historical and iconographic source. Text and images also provide essential information on the organization of the architectural site directed by Lanfranco, who emerges as one of the protagonists of the story and shows how prestigious the architect's role was in the construction site.

[36] VALENZANO, Giovanna – "Il duomo di Modena dal 1099 al XIII secolo", In LORENZONI, Giovanni; VALENZANO, Giovanna (ed.) – *Il duomo di Modena e la basilica di San Zeno*. Verona: EBS. 2000, pp. 37-119.

[37] TOSCO, Carlo – "Sulle tracce di Lanfranco tra Modena e la Lombardia", In SCHIAVI, Luigi Carlo, *et alii* (ed.) – *La lezione gentile. Scritti di storia dell'arte per Anna Maria Segagni Malacart*. Milano: Franco Angeli, 2017, pp. 335-344.

[38] PERONI, Adriano – "La cripta del Duomo di Modena e l'avvio della costruzione dell'architetto Lanfranco". *Westfalen* 87 (2009), pp. 13-42.

[39] CALDERONI MASETTI, Anna Rosa – "Nota sulle miniature relative alla costruzione del duomo di Modena". *Ricerche di Storia dell'arte* 49 (1993), pp. 69-74.

[40] SILVESTRI, Elena – "La cattedrale modenese preesistente all'attuale e le vicissitudini del cantiere lanfranchiano". *Atti e memorie. Deputazione di Storia patria per le Antiche Provincie Modenesi* 39 (2017), pp. 23-42.

[41] GIOVANNINI, Carlo – "Nuove ricerche sui rapporti fra Matilde di Canossa, l'architetto Lanfranco e i suoi familiari magistri e muratori". *Atti e memorie. Deputazione di Storia patria per le Antiche Provincie Modenesi* 38 (2016), pp. 3-56.

Lanfranco is also celebrated in an epigraph located in the central apse, in which he is considered famous for his intelligence, learned and competent, and is responsible for the entire construction: "Ingenio clarus Lanfrancus doctus et aptus/ Est operis princeps. Rector et magister"[42]. This text was composed by Aimone, *magister scholarum* (master of the chapter school) from 1096 to 1110, but it was written in stone by Bozzolino, administrator of the cathedral between 1208 and 1225 (**Fig. 1**)[43].

Another famous example is in Pisa where, on the facade of the cathedral (whose construction started in 1064)[44], there is the sepulchral epigraph of the architect Buscheto, which is above a strigilated Roman sarcophagus containing his remains[45]. From these inscriptions we understand that Buscheto was appreciated by his contemporaries for the solemnity of the monument as well as for the technical expertise, thanks to which he is able to lift enormous weights like the columns that he had recovered from the seabed and that he had reused in the aisles of the church[46]. Buscheto, indeed, knew the notions of statics and applied mechanics, perhaps thanks to the relationship with the Arab cultural world, which was possible as a result of the contacts Pisa had in the Mediterranean. These virtues make Buscheto worthy of being compared to two characters from the ancient world: Daedalus, the supreme Greek architect who is the mythical builder of the famous Minotaur labyrinth in Crete, and Ulysses, a symbol of human cunning that destroys instead of building[47].

However, the most important example to demonstrate the authority of the figure of the architect in the Late Middle Ages is perhaps that of the tombstone of Hugues Libergier (13th century), which is located in the Cathedral of Reims in France. Hugues Libergier was a very talented architect and was one of the protagonists of the Gothic season in France, together with Jean le Loup, Jean d'Orbais, Robert de Luzarches, Jean de Chelles, and Pierre de Montereau[48]. Hugues designed the church of Saint-Nicaise in Reims, which he began in 1231. On his death (1263), he was buried in that church itself, which was destroyed in 1798 during the French Revolution; the slab of his sepulchre, the only part that survived the destruction, was moved to the Cathedral of Reims[49]. The slab depicts the architect richly dressed and with the tools of

---

42 LOMARTIRE, Saverio – "Scripta manent. Rileggendo le epigrafi medievali nel duomo di Modena", In FRUGONI, Chiara (ed.) – *Il duomo di Modena*. Modena: Panini, 1999, pp. 121-134.

43 PAGELLA, Enrica – "Wiligelmo, Lanfranco, Aimone: i costruttori di cattedrali", In CASTELNUOVO, Enrico (ed.) – *Artifex bonus. Il mondo dell'artista medievale*. Bari: Laterza, 2004, pp. 64-72.

44 TIGLER, Guido – *Toscana Romanica*. Milano: Jaca Book, 2006, pp. 41-54.

45 BANTI, Ottavio – *Le epigrafie e le scritte obituarie del duomo di Pisa*. Pisa: Pacini, 1996.

46 PERONI, Adriano – "Spolia e architettura nel Duomo di Pisa", In POESCHKE, Joachim (ed.) – *Antike Spolien in der Architektur des Mittelalters und der Renaissance*. München: Hirmer, 1996, pp. 205-223.

47 TOSCO, Carlo – *Architetti e committenti nel Romanico lombardo*. Roma: Viella, 1997, p. 173.

48 ROSS, Leslie – *Artists of the Middle Ages*. Westport: Greenwood, 2003, pp. 70-71.

49 MOJON, Luc – *St. Johannsen, Saint-Jean de Cerlier. Beiträge zum Bauwesen des Mittelalters aus den Bauforschungen in der ehemaligen Benediktinerabtei 1961-1984*. Bern: Staatlicher Lehrmittelverlag, 1986, pp. 13-74.

Fig. 1 – Modena, Capitular Archive, *Relatio de innovatione ecclesie sancti Geminiani,* c. 1v: miniature depicting the architect Lanfranco (© Modena, Capitular Archive).

his work (the rod, the square and the compass), but also with the model of the church: this privilege, before then, was usually granted to the client[50].

Still about the Late Middle Ages, in a 14th century manuscript, kept at the British Museum in London (*The Queen Mary Psalter*), Solomon is portrayed supervising the construction of the temple just like an architect: the Bible describes this construction in detail (1 Kings 6, 1-38) and tells that many thousands of unskilled workers and expert craftsmen were employed in the work[51].

The last people involved were all the workers practically engaged in the erection of the buildings[52]: the masons, the unskilled workers, and the laborers who extracted, shaped, and laid the materials; those who composed and used the mortars; again, the sculptors and stonecutters who made the decorations; finally, the carpenters specialized in wooden fittings, and the glassmakers[53].

According to historical sources, such as Vincenzo da Beauvais (*Speculum doctrinale*) and Ugo di San Vittore (*Didascalium*), the people involved in *ars architectonica* were those who built the walls and supports and who created the sculptures and wooden parts. The masonry workers (*ars coementaria*) were the masons (*caementarius*) and the stonemasons (*latomus*) and can be listed as follows: the masons (*minute operarii*, *operarius*, *geometricus*); the stonecutters (*sculptor*, *caesor lapidum*, *marmorarius*), and the skilled workers (*musivarius*, *pulitores*, *pavimentarius*). The workers involved in the art of carpentry (*ars carpentaria*) were the carpenters (*carpentarius*) and the woodworkers (*tignarius*) and can be listed as follows: the workers who cut the trees (*boscherones*), the workers who prepared the wooden parts (*carpentarius* or *faber lignarius*),\ and roofers (*cooperatores* or *tectores*).

After the people involved in *ars architectonica* there were the people in charge of *ars fabrilis*, that is, the blacksmiths, smiths, and founders.

Lastly, there were other types of workers: plumbing workers (*plumarius*), those involved in the creation of glass parts (*vitrarius*), and general unskilled workers (*minuti operarii*)[54].

In a famous mosaic in the western atrium of the basilica of San Marco in Venice (13th century)[55] showing the construction of the tower of Babel, we can see the organization of the workers: the architect who directs the work and the workers who

[50] JAMES, John – "The tools of Hues Libergier, master mason of the thirteenth century", In JAMES, John – *In search of the unknown in medieval architecture*. London: Pindar, 2007, pp. 371-381.

[51] London, British Museum, Royal Ms. 2 B VII, f. 65v.

[52] COLDSTREAM, Nicola – *Medieval Craftsmen. Masons and Sculptors*. Toronto: University of Toronto Press, 1991.

[53] COPPOLA, Giovanni – *L'edilizia nel Medioevo...*, pp. 113-148.

[54] FOSSIER, Robert – *Il lavoro nel medioevo*. Torino: Einaudi, 2002.

[55] BÜCHSEL, Martin; KESSLER, Herbert L.; MÜLLER, Rebecca (ed.) – *The Atrium of San Marco in Venice. The Genesis and Medieval Reality of the Genesis Mosaics*. Berlin: Gebrüder Mann, 2014.

erect the immense tower of the biblical episode of Genesis (11, 1-9)[56]. Noteworthy is the figure of the unskilled worker near the tower, preparing the mortar with a long-handled hoe, which he is holding with both hands to make the movement uniform and circular: in this way he can create a perfectly homogeneous mixture without any lumps[57]. Behind him, three men (including the architect) turn to the masons who work on the upper floors. One worker has a bucket that perhaps contains water, and another observes the scene touching his face. On the left, another worker is collecting the stones to be put in a basin on a tripod. An inclined bridge, formed of vertical axes held together by small horizontal beams, starts from the ground and reaches the top floor of the tower, where two masons are working on a scaffolding and are holding a chisel and a trowel. A masonry is climbing the bridge with difficulty because he has on his shoulders the stones that he is carrying to the workers above[58].

The clothing denotes the different importance of the figures: the laborers wear a sleeveless tunic and wear no trousers; the architect supervising the works, on the contrary, wears a long-sleeved dress with ankle-length trousers and rich shoes, and holds a particular set square in his hand with one arm longer than the other (**Fig. 2**)[59].

Going back to the cathedral of Modena, Wiligelmo, author of the reliefs with the *Stories of Genesis*[60], is mentioned in an inscription placed on the facade of the church. Wiligelmo was a skilled sculptor, active between the end of the 11th century and the third decade of the 12th century in northern Italy, and the inscription in Modena clearly distinguishes his figure from that of the architect Lanfranco[61]: "Inter scultores quanto sis dignus onore/ Claret scultura nunc Wiligelme tua"[62]. Wiligelmo is exalted for his great sculptural skills: the plaque with the inscription is also supported by the figures of the prophets Enoch and Elijah: these characters, who did not die but were kidnapped to heaven, symbolise a promise of eternity also for the sculptor[63].

Other famous examples are those of the illuminated books made in the Late Middle Ages (15th century), which depict the workers during the construction of the

---

[56] DEMUS, Otto – *The mosaics of San Marco in Venice*, vol. II/1, *The Thirteenth century*. Chicago: The University of Chicago press, 1984, pp. 122-125.

[57] BARAGLI, Sandra – "L'uso della calce nei cantieri medievali (Italia centro-settentrionale): qualche considerazione sulla tipologia delle fonti". *Archeologia dell'Architettura* 3 (1998), p. 132.

[58] BARAGLI, Sandra, "L'uso della calce nei cantieri medievali…", p. 135 n. 5.

[59] CHIOVELLI, Renzo – *Tecniche costruttive murarie medievali. La Tuscia*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2007, p. 243.

[60] DESCO, Alberto – *Creati, caduti, salvati. La Genesi nel duomo di Modena*. Modena: Artestampa, 2019.

[61] QUINTAVALLE, Arturo Carlo – "Wiligelmo prima di Modena e i tempi della scultura romanica in Occidente", In FRANCO, Tiziana; VALENZANO, Giovanna (ed.) – *De lapidibus sententiae. Scritti di storia dell'arte per Giovanni Lorenzoni*. Padova: Il Poligrafo, 2002, pp. 329-341.

[62] PERONI, Adriano – "Wiligelmo von Modena. Erörterung zum Kontext", In BECK, Herbert; HENGEVOSS-DURKOP, Kerstin; KAMP, Georg (ed.) – *Studien zur Geschichte der europäischen Skulptur im 12./13. Jahrhundert*. Frankfurt am Main: Henrich, 1994, pp. 777-787.

[63] REICHE, Jens – "Die älteste Skulptur am Modeneser Dom und die Herkunft Wiligelmos". *Mitteilungen des Kunsthistorischen Institutes in Florenz* 47 (2003), pp. 259-310.

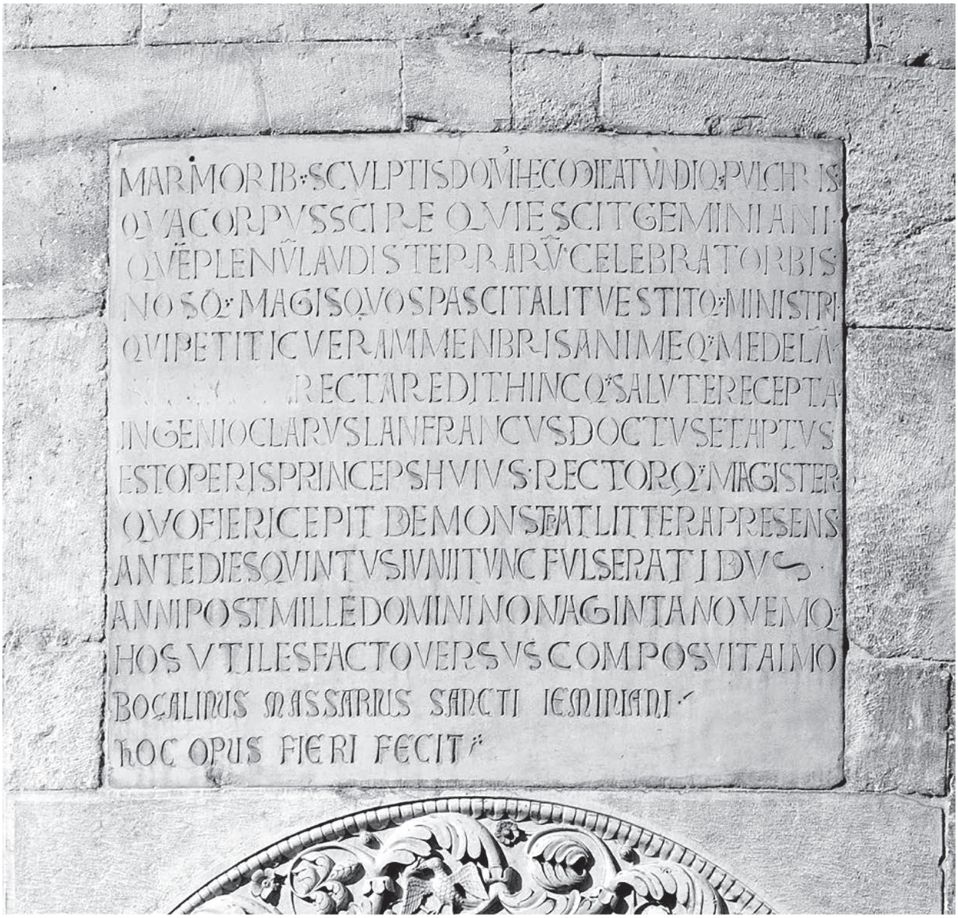


Fig. 2 – Modena, cathedral, central apse: epigraph of the foundation of the church (13th century). Photograph by the author.

buildings: the most famous examples are the miniature by Jean Fouquet in a codex at the Bibliothèque National de France (*Les Antiquités Judaiques of Flavius Joseph*), showing the construction of the temple in Jerusalem[64]; the miniature of the Master of Bedford in a manuscript in the British Museum in London (*Bedford Hours*), depicting the construction of the Tower of Babel[65]; again, the miniature depicting the construction of the Temple of Solomon in a manuscript in The Hague (*Petrus Comestor's "Bible Historiale"*)[66]; finally, the miniatures in Brussels[67], Kassel[68] and Los

[64] Paris, Bibliothèque National de France, Ms Français 247, f. 153v.
[65] London, British Museum, Add. Ms. 18850, f. 17v.
[66] The Hague, Meermanno-Westreenianum Museum, Ms. MMW, 10 B 23.
[67] Bruxelles, Royal Library of Belgium, Ms. 9068, f. 289.
[68] Kassel, Regional Library, Ms. Theol. 4, f. 28r.

Angeles[69], which represent the use of scaffolding and pulleys to bring up the wooden beams and building materials, and a miniature in Berlin, which depicts sculptors working under the supervision of the architect or clients[70].

2. Building craftsmen of churches construction yards in 12th century Verona.

Now I would like to focus on the dynamics of clients and on the ateliers active in the city of Verona (northern Italy, Veneto region) and in its territory during the Romanesque era (XII century), when the city and its territory experienced a great construction season[71]. In that period some figures wanted to emancipate themselves and proudly reported the results of their commitment in their works. Well-known masters worked in the important constructions: in the fourth decade of the 12th century *Nicholaus*, the famous sculptor who had already worked in other churches in the Po Valley (cathedral of Piacenza, Sacra di San Michele in Val di Susa, cathedral of Cremona and cathedral of Ferrara)[72], established himself in the city and became the dominant sculptor of the city scene[73]. *Nicholaus* came to Verona at the peak of his fame to create the majestic prothyria of San Zeno (1138)[74] and of the Duomo (1139)[75], in which he wrote his Virgilian signature verse: "Artificem gnarum qui sculpserit hec Nicolaum/ Hunc concurrentes laudant for secula gentes"[76]. The direction of such difficult projects was possible thanks to the precise planning of *Nicholaus*'s workshop, which had a good number of collaborators: in the basilica of San Zeno, in fact, *Nicholaus* worked with the stonecutter Guglielmo, who is mentioned in an inscription on the frame of the reliefs with the *Stories of the New Testament* next to the main entrance[77].

Nicholaus, before arriving in Verona, in the Portal of the Zodiac of the abbey of San Michele della Chiusa had already addressed the public, inviting them to admire its plant decorations where beasts and monsters were hiding. Moreover, he said that to

[69] Los Angeles, The J. Paul Getty Museum, Ms. Ludwig IX 18, f. 32.

[70] Berlin, Staatlichen Museen, Preussischer Kulturbesitz, Kupferstichkabinett, nr. 4645.

[71] TREVISAN, Gianpaolo – "L'architecture religieuse en Vénétie aux XIe et XIIe siècles. Ètat des questions". *Bulletin Monumental* 174 (2016), 1, pp. 97-102.

[72] MILANESI, Giorgio – "La bottega di Nicolò tra cantieri padani e Königslutter", In FERMI, Tiziano (ed.), *La trama nascosta della Cattedrale di Piacenza*. Piacenza: Tip. Le. Co., 2015, pp. 153-180.

[73] CODEN, Fabio – "Nicolò, la pietra e il colore: appunti sull'evoluzione di un percorso", In CODEN, Fabio (ed.) – *Minima Medievalia. Atti della Accademia Roveretana degli Agiati* 264 (2014), 4/A, pp. 112-120.

[74] VALENZANO, Giovanna – *La basilica di San Zeno in Verona. Problemi architettonici*. Vicenza: Neri Pozza, 1993, pp. 156-159.

[75] CODEN, Fabio – "Osservazioni sulla cattedrale medievale di Verona: il protiro di Nicholaus, i percorsi nascosti e la perduta loggia di controfacciata", In D'ACHILLE Anna Maria; IACOBINI, Antonio; PISTILLI, Pio Francesco (ed.) – *Domus sapienter staurata. Scritti di storia dell'arte per Marina Righetti*. Cinisello Balsamo (Mi): Silvana, 2021, pp. 337-347.

[76] LOMARTIRE, Saverio – "Wiligelmo/Nicolò: frammenti di biografie d'artista attraverso le iscrizioni", In DONATO, Maria Monica (ed.) – *L'artista medievale*..., pp. 269-282.

[77] VALENZANO, Giovanna – *San Zeno tra XII e XIII secolo*, In LORENZONI, Giovanni; VALENZANO, Giovanna (ed.) – *Il duomo di Modena e la basilica di San Zeno*..., pp. 151, 156.

understand the meaning of his work one had to look carefully at the images and read the inscriptions closely[78].

The figure of *Nicholaus* is emblematic of a self-celebratory process that in Verona had other less-known actors worthy of consideration. A few years earlier, in the third-fourth decade of the 12th century, the sculptor *Pelegrinus* had decorated the southern portal of the Cathedral and signed the arch of a single lancet window with the *Traditio legis et clavis* (currently in the Castelvecchio Museum)[79]. This work depicts Christ in glory giving the keys of the Church to St. Peter (*traditio clavium*) on the left and handing the book of the law to St. Paul (*traditio legis*) on the right: the figures are inside a three-light window, delimited by columns with Corinthian capitals, which is above the arch of the single lancet window decorated with acanthus leaves. The scene is symmetrical: half-length Christ is in the central arch, which is twice as long the side arches where Peter and Paul are, and he extends his arms towards the apostles. The right hand of Jesus blesses Peter, who holds the keys of the Church; the left hand hands the open book to Paolo, who holds a volume on his chest. The dialogue between the characters is made up only of gestures and the gazes are frontal and fixed on the viewer. *Pelegrinus* has a coarse style that demonstrates a Wiligelmico-Po Valley cultural origin: the figures are squat, the heads and hands are not portioned, the eyes are large and wide, the pupil is made with a single blow of a drill, the beards are always identical, the clothes are simplified and unnatural. In the upper part of the arch there is an inscription that manifests the divinity of Christ and that of God the Father: "Sum Deus et Factor celi terreque Creator". In the pulvini above the capitals are the names of Peter ("Sanctus Petrus") and Paul ("Sanctus Paulus"). Along the arch there is an inscription that specifies the delivery of gifts and the approval to the church founded by the apostles: "Hos Ego plasmavi hoc digne Sanctificavi et sibi donorum concessi iura meorum". However, the most interesting inscription is the one in the bases of the columns with the signature of the sculptor, who demonstrates a self-awareness of his own value, which is so great that he asks God to welcome him to heaven for the magnificence of his art: "Sum Pelegrinus ego qui talia/ sic bene sculpo quem Deus in altum faciat conscendere celum"[80]. In this inscription the artist uses the first person singular, as it happens in other cases in Italy between the 11th and 12th centuries: for example in an inscription on the pulpit in the Canosa cathedral (mid-11th century), in an inscription above the western portal of San Pietro in Castelnuovo Scrivia (1183),

[78] TOSCO, Carlo – "Nuove ricerche sul portale dello Zodiaco alla Sacra di San Michele", In FERMI, Tiziano (ed.), *La trama nascosta della Cattedrale di Piacenza*…, pp. 103-123.

[79] AGOSTINI, Marco – "Sum Pelegrinus ego qui talia sic bene sculpo. Il magister Pelegrinus e la Cattedrale di Verona", In *La Cattedrale di Verona tra storia e arte*. Verona: Fondazione Cariverona, 2006, pp. 66-72.

[80] NAPIONE, Ettore – "Scheda III.5. Pelegrinus. Traditio legis et clavium", In SALVARANI, Renata; CASTELFRANCHI, Liana (ed.) – *Matilde di Canossa. Il Papato, l'impero. Storia, arte, cultura alle origini del Romanico*. Cinisello Balsamo (Mi): Silvana, 2008, pp. 300-301.

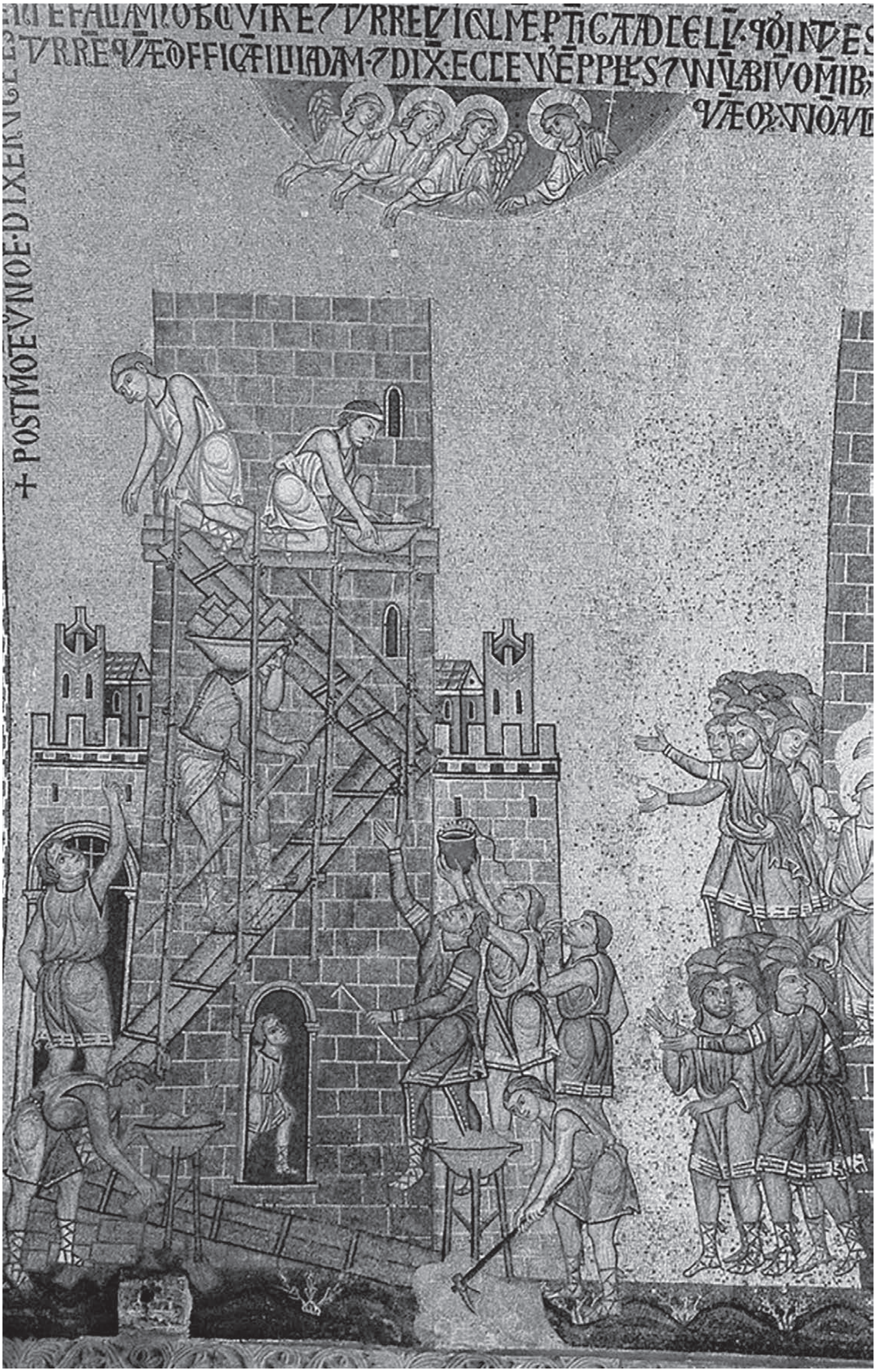


Fig. 3 – Venice, basilica of San Marco, western atrium: mosaic depicting the construction of the Tower of Babel (13th century). Photograph by the author.

and in the bronze doors of the Cathedral of Pisa, signed by Bonanno Pisano in 1180[81] (**Fig. 3**).

Before the arrival of *Pelegrinus*, the builders who worked in Verona in the second half of the 11th century received heterogeneous cultural impulses and skilfully developed them to conceive an autonomous and well-defined constructive lexicon. The city was at the centre of multiple cultural influences thanks to its peculiar location at the intersection of roads for connections with northern Europe (the *Via Claudia Augusta*, which went up the Adige Valley and proceeded towards the Brenner), the central-western Po Valley (the *Via Gallica* that went towards Milan), and the upper Adriatic area (the *Via Postumia* which went towards Aquileia); in addition to the roads, there were the river routes, with the most important being undoubtedly the one of the Adige, which guaranteed an exit to the sea in the lagoon area controlled by Venice[82].

Furthermore, the socio-political relations that existed between Verona and Germany determined a privileged way for cultural exchanges between these two realities: we must not forget how Verona, from the arrival of the Carolingians and until the end of the investiture struggle, was led by bishops of Bavarian or Bavarian-Swabian origin who, for reasons of prestige, promoted the spread of new Nordic architectural trends[83].

The first great proto-Romanesque churches of Verona were part of a vast circuit of continental relations that emerge in the monumental complexes of San Zeno, renovated by the abbot Alberico in 1045 (the base of the bell tower and a part of the north side survive from this phase)[84], and especially in those of San Fermo (begun in 1065)[85] and San Lorenzo (late 11th-early 12th century)[86]. Both churches have a plan made of five apses in stepped lay-out (*chevet échelonnée*). Such pattern comes from Burgundy and the Cluniac environment, but it is also widely attested in many churches of the first half of the 11th century in the north-western Po valley: San Benigno di

---

[81] DIETL, Albert – "In arte peritus. Zur Topik mittelalterlicher Künstlerinschriften in Italien bis zur Zeit Giovanni Pisanos". *Römische Historische Mitteilungen* 29 (1987), p. 111.

[82] BIANCHI, Silvana Anna – "La viabilità terrestre in territorio veronese fra norme teoriche e realizzazioni pratiche (secoli XII-XV)", In GALLO, Donato; ROSSETTO, Flaviano (ed.) – *Per terre e per acque. Vie di comunicazione in Veneto dal Medioevo alla prima età moderna. Atti del convegno (Monselice, 16 dicembre 2001).* Padova: Il Poligrafo, 2003, pp. 203, 208.

[83] MILLER, Maureen – *Chiesa e società in Verona medievale*. Sommacampagna (Vr): Cierre, 1998, pp. 203-205.

[84] CODEN, Fabio – "La fabbrica del campanile da Alberico al Duecento", In BUTTURINI, Francesco; PACHERA, Flavio (ed.) – *San Zeno Maggiore a Verona. Il campanile e la facciata. Restauri, analisi tecniche e nuove interpretazioni*. Verona: Istituto Salesiano San Zeno, 2015, pp. 134-135.

[85] TREVISAN, Gianpaolo – "La chiesa di San Fermo Maggiore a Verona tra Venezia, Lombardia ed Europa e alcune considerazioni sulla scultura veronese di secolo XI e XII", In QUINTAVALLE, Arturo Carlo (ed.) – *Medioevo. Arte lombarda. Atti del Convegno (Parma, 26-29 settembre 2001).* Milano: Electa, 2004, pp. 247-260.

[86] PASSUELLO, Angelo – *San Lorenzo in Verona. Storia e restauri*. Sommacampagna (Vr): Cierre, 2018.

Fruttuaria (1033), the cathedral of Acqui (end of the 10th century-beginning of the 11th), the cathedral of Bobbio (1014), San Giusto in Susa (1028)[87].

In San Lorenzo, however, the plan is made by the association of square modules according to a methodical partition of alternating columns and pillars (such as the models of San Michele in Hildesheim and San Ciriaco in Gernrode). The elevations are dominated by two round towers with stairs in the facade, which reflect the structure of the Roman city gates[88], and by the large galleries that run on the side aisles as in the Norman examples of Notre-Dame in Jumièges (1052-1066) , Notre-Dame in Bayeux (1050-1060), and also in those of the cathedral of Modena (1099) and Sant'Ambrogio in Milan (about 1100)[89]. The elaboration of diversified prototypes was the main feature of Veronese Romanesque architecture between the mid-11th and the beginning of the 12th century: the peculiar conformation of the church of San Lorenzo is undoubtedly the most important result of this extraordinary receptivity and it exalts the role of Verona as a cultural hinge between the North and the South of Europe[90].

The topical renovation of the 12th century building, according to the vision of most historians, would have been imposed by the strong earthquake that took place on 3rd January 1117: it had the Veronese territory as its epicentre and caused numerous churches to collapse[91]. Although the effects of the earthquake were not so devastating[92], it is true that in those years a successful structural language was formed according to a local constructive way, while before it was supra-regional[93].

The new generations of builders took up some models from the previous century, such as the *opus listatum*, which alternated bricks and stones to create a particular two-tone effect on the walls[94] or the alternation between columns and pillars[95], using them in a series of exemplary complexes similar to the church of San

[87] TREVISAN, Gianpaolo – "Verona e l'architettura lombarda nel secolo XI: l'importanza dei modelli", In Segagni Malacart, ANNA; Schiavi, Luigi Carlo (ed.) – *Architettura dell'XI secolo nell'Italia del Nord. Storiografia e nuove ricerche. Atti del Convegno (Pavia, 8-10 aprile 2010).* Pisa: ETS, 2013, pp. 60-65.

[88] TREVISAN, Gianpaolo – "San Lorenzo a Verona", In ZULIANI, Fulvio (ed.) – *Veneto Romanico.* Milano: Jaca Book, 2008, pp. 173-174.

[89] VALENZANO, Giovanna – "L'architettura ecclesiastica tra XI e XII secolo", In SCHULZ, Juergen (ed.) – *Storia dell'architettura nel Veneto. L'Altomedioevo e il Romanico*. Venezia: Marsilio, 2009, pp. 158-159.

[90] PASSUELLO, Angelo – "La rilettura di un cantiere medievale pluristratificato. Una nuova restituzione della chiesa di S. Lorenzo a Verona in epoca romanica (secc. XI-XII)". *Archeologia dell'Architettura* 25 (2020), pp. 223-242.

[91] CODEN, Fabio – "Il sisma del 1117 fra memoria e suggestioni storiografiche: alcune indagini aggiuntive sul territorio veronese", In CALZONA, Arturo; CANTARELLA, Glauco Maria; MILANESI, Giorgio (ed.) – *Terremoto in Val Padana 1117, la terra sconquassa e sprofonda*. Verona: Scripta. 2018, pp. 77-104.

[92] CODEN, Fabio – "Terremotus maximus fuit: il sisma del 1117 e l'architettura medioevale dell'area veronese". *Arte Veneta* 67 (2011), pp. 7-25.

[93] VALENZANO, Giovanna – "Introduzione", In ZULIANI, Fulvio (ed.) – *Veneto Romanico…*, pp. 21-22.

[94] MARASTONI, Chiara – "Osservazioni su alcune tipologie di apparecchi murari a Verona", In CASTIGLIONI, Giovanni (ed.) – *L'arte di costruire a Verona. Studi e ricerche su materiali e tecniche dell'edilizia storica*. Verona: Scripta, 2012, pp. 91-92.

[95] CANTELE, Antonella – "Note sul sistema alternato nelle chiese veronesi di epoca romanica", In CODEN, Fabio (ed.) – *Minima Medievalia. Atti della Accademia Roveretana degli Agiati* 263 (2013), 3/A, pp.

Giovanni in Valle, which became the reference building for the Veronese workers of the 12th century[96]. This building, whose construction started from the second decade of the 12th century in several construction phases, used for the first time a spatial solution that had an extraordinary fortune: a system with three apsed aisles delimited by the alternation between columns and pillars, that ends in a large, raised presbytery above an oratory crypt. Furthermore, the apses reflect the change in the architectural lexicon that took place around the third decade of the 12th century, as they show the transition from the wall with pilasters and semi-columns (north apse) to the choice of a sober masonry in stone blocks only (central and southern apses)[97].

It is presumable that the promoter of the construction of San Giovanni in Valle was Bishop Bernardo (1119 or 1121-1135)[98]: the prelate, who was directly elected by the Cathedral Chapter, started the season of non-German bishops, and proposed a new image of the Veronese church with also an integral reorganization of the most significant monuments of the city[99].

Bernardo, perhaps taking the damage caused by the earthquake as a pretext, is likely to have undertaken an extensive restoration of the Veronese churches in the topical phase of the Romanesque and have expressed his reforming dynamism, working towards a vigorous revision of the customs and habits of the clergy. Significant is the institutional change of the Benedictine monastery of San Giorgio in Braida which, as a document of 1127 recalls[100], was entrusted to the regular canons because it was in a state of spiritual decay and, moreover, needed to be restored. The evidence of this construction phase still survives in the Renaissance reconstruction, which incorporated the Romanesque structure: the bell tower remains on the north side, in well-squared stones, and also a small part of the eastern side of the cloister with pebbles in *opus spicatum*[101].

Bernardo's most important work, however, was the renewal of the entire episcopal complex, the religious fulcrum of the Diocese. The building of the Cathedral was started in the third decade of the 12th century and replaced the previous Early

---

168-171.

[96] FABBRI, Luca – "L'église de San Giovanni in Valle. Un modèle exemplaire pour l'architecture religieuse de Vérone du début du XIIe siècle", In CARVAIS, Robert, *et alii* (ed.) – *Èdifice & artifice. histoires constructives. Recueil de textes issus du premier congrès francophone d'histoire de la construction* (Paris, 19-21 juin 2008). Paris: Picard, 2010, pp. 889-897.

[97] NAPIONE, Ettore – "San Giovanni in Valle a Verona", In ZULIANI, Fulvio (ed.) – *Veneto Romanico...*, pp. 175-176.

[98] FABBRI, Luca – "La chiesa di San Giovanni in Valle a Verona: un'architettura di prestigio tra novità e tradizione nella Verona di Dodicesimo secolo". *Hortus Artium Medievalium* 13 (2007), pp. 150-152.

[99] EDERLE, Guglielmo; CERVATO, Dario – *I vescovi di Verona. Dizionario storico e cenni sulla chiesa veronese*. Verona: Della Scala, 2002, pp. 50-51.

[100] TOMASSOLI MANENTI, Giannina (ed.) – *Le carte di San Giorgio in Braida (1075-1150). Archivio Segreto Vaticano. Fondo Veneto I*. Cittadella (Pd): Bertoncello, 2007, p. 163.

[101] PASSUELLO, Angelo – "Il monastero benedettino di S. Giorgio in Braida a Verona: nuove prospettive di ricerca sulla rifabbrica romanica (sec. XII)". *Benedictina* 61 (2014), 2, pp. 326-330.

Medieval church with an imposing basilica with three naves and three apses (with the lateral ones closed in the wall), which ended in a large presbytery surmounted by a lantern[102]. To make the rich sculptural decorations, the stonecutters already active in San Giovanni in Valle were called; they were guided by the personality of the aforementioned *Pelegrinus*, as demonstrated by the same lexical choices characterised by elegant classical Corinthian capitals, by refined shutters with figures of animals, and by frames with inhabited shoots[103]. These types of decorations had a very wide diffusion in the suburbs of Verona, where ateliers of sculptors who repeated the models of Pelegrinus worked (San Lorenzo in Pescantina, Sant'Ambrogio in Tombazosana, Santi Filippo and Giacomo in Scardevara, San Floriano in San Floriano di Valpolicella): these examples, however, denote a technical-qualitative decline compared to the products of the personalities who worked in the city churches[104].

Bernardo then concentrated his attention on the baptistery of San Giovanni in Fonte (1123) and on the cloister, renovated starting from 1119 for the community life of the canons[105].

The church of San Giovanni in Fonte is a small building with three naves with an endonarthex limited to the central corridor and it is one of the best-preserved Romanesque buildings in the whole Veneto. The interior space is divided by two rows of three supports (pillars and columns with Corinthian capitals) and is covered by cross vaults in the side aisles and by a wooden roof in the central nave. The reuse of a 6th century support in the north aisle shows a tribute to the ancient tradition of the city by the Medieval workers, who use classical mouldings on the pillars. The side walls are made with rows of stones alternating with bricks, while the facade and the apses adopt a very regular masonry in stones only, according to a construction technique typical of the Veronese builders of the 12th century[106]. The large baptismal font that dominates the interior space is the most significant work of this type sculpted in northern Italy and was created by Brioloto de Balneo, the most skilled sculptor active in Verona between the end of the 12th and the beginning of the 13th century[107].

The cloister with a rectangular plan and double columns is one of the few

---

[102] VALENZANO, Giovanna – "La cattedrale di Verona nel contesto dell'architettura veronese tra XI e XII secolo", In QUINTAVALLE, Arturo Carlo (ed.) – *Medioevo. L'Europa delle cattedrali. Atti del Convegno (Parma, 19-23 settembre 2006).* Milano: Electa, 2007, pp. 260-267.

[103] BARTOLI, Alberta – "Il complesso romanico", In BRUGNOLI, Pierpaolo (ed) – *La cattedrale di Verona nelle sue vicende edilizie dal secolo IV al secolo XVI.* Verona: Bortolazzi, 1987, pp. 106-149.

[104] VINCO, Mattia – "La chiesa romanica di San Lorenzo a Pescantina". *Annuario Storico della Valpolicella* 22 (2005-2006), pp. 185-192.

[105] VALENZANO, Giovanna – "Il duomo di Verona", In ZULIANI, Fulvio (ed.) – *Veneto Romanico…*, p. 157.

[106] AGOSTINI, Fabio – "San Giovanni in Fonte nel complesso episcopale veronese. Storia e architettura", In AGOSTINI, Fabio; MUSETTI, Silvia; PICCOLI, Fausta – *San Giovanni in Fonte.* Verona: Scripta, 2015, pp. 7-58.

[107] MUSETTI, Silvia – "Il fonte battesimale", In AGOSTINI, Fabio; MUSETTI, Silvia; PICCOLI, Fausta – *San Giovanni in Fonte…*, pp. 113-145.

cloistered structures that still has original parts: the eastern side shows the particularity of having a double order of arches; the south side, on the other hand, was rebuilt in the 16th century and the west side was destroyed during the Second World War[108].

The name of the bishop Bernardo may also appear in a single lancet window on the facade of the parish church of Santa Maria in Cisano del Garda, where the names of *Petrus*, *Berardus* and *Bernardus* are inscribed in the archivolt. The inscription is made approximately and was written before the arch was positioned on the right side of the facade, without thinking about the correct reading of the names, which are arranged in a disordered manner in the archivolt. Although the responsibilities of these figures in the construction site have yet to be recognised, there is a strong suggestion that the names may correspond to the Pope (*Petrus*), the Rector of the church (*Berardus*), and the commissioning bishop (*Bernardus*). The most plausible hypothesis, however, is that they were stonecutters who wanted to pass on their signature[109].

The church of Cisano, built in the second quarter of the 12th century, still has the original facade and apses, while the interiors and sides have been profoundly modified over the centuries; even the lower part of the bell tower is still the Romanesque one. The building uses structural and decorative elements that are similar to those of contemporary urban models: the gabled facade with the typical device with pebbles alternating with bricks and stones, the hanging porch that surmounts the portal, the row of hanging arches with rounded corbels, the apse with stone and brick courses with pilasters and arches on moulded corbels (**Fig. 4**)[110].

Even the peripheral architecture, therefore, is very conditioned by the construction trends of the city. Starting around the third decade of the 12th century, the workers who had formed themselves in the large construction sites of Verona moved throughout the province repeating construction schemes and decorative details that led to the rapid evolution of a generally good quality local production fabric: this can be seen in the aforementioned Santa Maria a Cisano and also in the churches of San Martino di Corrubio in Valpolicella and Bastia in Isola della Scala[111]. This last small chapel is a hall with a quadrangular apse that simplifies the city structures of the Santi Apostoli, Santa Maria Antica, and the Cathedral. The exterior, despite some modern-era adaptations, is still the Romanesque one: the gabled facade is made of stone and brick and is completed in a sequence of smooth arches accompanied by a

---

108 FERRARI, Salvatore – "Le domus canonicorum del duomo di Verona", In QUINTAVALLE, Arturo Carlo (ed.) – *Medioevo. La Chiesa e il Palazzo. Atti del Convegno (Parma, 20-24 settembre 2005).* Milano: Electa, 2007, pp. 291-293.

109 NAPIONE, Ettore – "Santa Maria a Cisano del Garda", In ZULIANI, Fulvio (ed.) – *Veneto Romanico…*, p. 311.

110 LEZZIERO, Silvana – *La chiesa di Santa Maria a Cisano*. Verona: Vita Veronese, 1980.

111 IBSEN, Monica – "La produzione artistica", In BROGIOLO, Gian Pietro; IBSEN, Monica; MALAGUTI, Chiara (ed.) – *Archeologia a Garda e nel suo territorio (1998-2003)*. Firenze: All'Insegna del Giglio, 2006, pp. 270-273.

Fig. 4 – Verona, Castelvecchio Museum: arch of a single lancet window signed by the sculptor Pelegrinus (third-fourth decade of the 12th century) (© Verona, Civic Museums).

notched ribbon[112]. The Bastia church is considered essential for understanding the mobility of builders in the Veronese diocese due to an epigraph placed on the facade: this inscription commemoratess *Chebizo*, *Wariento*, and *Anno* as the promoters of the construction site ("fecerunt hoc opus") and the date of 1126[113]. These three builders belonged, in fact, to a family-run itinerant workshop that knew the Veronese building models and was incredibly prolific[114]: in the year 1130, in fact, the brothers *Anno* and *Wariento* began the construction of the bell tower of the abbey of Santo Stefano in Isola della Scala ("hoc inceperunt"), whose base in large blocks of stone and bricks with a central pilaster still remains, recalling the examples of San Zeno and Santissima Trinità[115]. Finally, *Anno* alone is mentioned in an erratic epigraph of 1143 which is now reused in the facade of San Fermo ("hoc opus fecit"): it is very difficult to understand what his intervention on the Veronese basilica was, since the various proposals see him alternately engaged in the church, in the facade, in the bell tower or

[112] SANDRINI, Arturo – "Testimonianze romaniche: la chiesa della Bastia", In CHIAPPA, Bruno (ed.) – *Isola della Scala. Territorio e società rurale nella media pianura veronese*. Isola della Scala (Vr): Comune di Isola della Scala, 2002, pp. 63-67.

[113] NAPIONE, Ettore – "La Bastia a Isola della Scala", In ZULIANI, Fulvio (ed.) – *Veneto Romanico...*, pp. 315-317.

[114] TOSCO, Carlo – *Architetti e committenti...*, pp. 218-221, 276.

[115] CODEN, Fabio – "Campanili, tiburi e torri nell'architettura religiosa di area veronese (XI-XIII sec.)", In BUTTURINI, Francesco; PACHERA, Flavio (ed.) – *San Zeno Maggiore a Verona...*, pp. 157-158.

in the execution of an ambo[116].

Paying attention to lay clients, the most important Veronese church is undoubtedly the monastery of San Pietro Apostolo in Villanova, near San Bonifacio, founded by Count Alberto di San Bonifacio in the early 12th century. Alberto di San Bonifacio, supporter of the reforming party of Matilda di Canossa, was one of the most powerful lords in northern Italy and in his testamentary deed dated 1135 he decided to leave all his possessions in the Veronese and Vicenza episcopates to the Benedictines of Villanova. This important legacy is associated with the settlement as prior of a member of his count's lineage (Abbot Uberto, who in 1149 had the bell tower built, as reported by an inscription in the base of the tower) and the presence of family crests in the choir, which demonstrate the indissoluble link between the clients and the monastery. The establishment of churches and monasteries was one of the preponderant expressions of aristocratic self-awareness, who wanted to leave a long-lasting legacy of themselves over time[117].

From an architectural point of view, the monastery of Villanova is a parallel phenomenon to San Giovanni in Valle and justifies the interchange of the most advanced workers between rural areas and cities to carry out prestigious works. The abbey of Villanova follows the spatial solution of San Giovanni in Valle, but the stonecutters demonstrate an uncommon variety of typological and formal references in the execution of the unusual polylobed capitals (one in the church and seven in the crypt), which reveal an uncommon range of typological and formal references. The extensive choice of this type of capitals (*Faltkapitelle*), widely used in the Veronese area starting from the end of the 11th century (San Fermo, Santa Maria in Cisano del Garda, San Michele in Belfiore, and also in the destroyed church of San Pietro in Castello), attests to a precise knowledge of Justinian models, probably influenced by Venetian or Ravenna experiences[118]. In particular, the thorny acanthus leaves of the refined specimen in the nave evoke the soft ornamentation of many Contarinian capitals of San Marco in Venice and are similar to the "wavy" or "pleated" specimens of Byzantine tradition, attested in Venice[119]. This capital, which lies between the second and third northern arches of the abbey of Villanova, is supported by a column with a heptagonal section and has a neutral background in the lower sector, from which the eight segments that characterizs the shutter start. Each lobe has six wavy leaves that grow upwards and are characterized by four, six, eight, ten, twelve and fourteen

[116] TREVISAN, Gianpaolo – "L'architettura (secoli XI-XIV)", In GOLINELLI, Paolo; BRENZONI, Caterina Gemma (ed.) – *I Santi Fermo e Rustico. Un culto e una chiesa in Verona*. Milano: Federico Motta, 2004, p. 169.

[117] PASSUELLO, Angelo – *Il monastero di Villanova a San Bonifacio. Storia, arte, architettura*. Sommacampagna (Vr): Cierre, 2020.

[118] TREVISAN, Gianpaolo – "La chiesa di San Fermo Maggiore…", pp. 255-256.

[119] NAPIONE, Ettore – "San Pietro a Villanova di San Bonifacio", In ZULIANI, Fulvio (ed.) – *Veneto Romanico…*, pp. 330-331.

apexes that cross in the central rib of the clove. The capital is resolved into a flat band that runs along the entire perimeter, above which there is the abacus, consisting of a sequence of mouldings. This capital is unique in the peninsular artistic panorama. Venetian sculptors and masons certainly worked in Verona between the end of the 11th century and the beginning of the 12th century, as demonstrated by several elements: the masonry of the main apse of Santa Maria Antica with two semi-circular niches (characteristic of many Venetian churches) and the masonry with bricks arranged in a herringbone pattern according to a modus operandi typical of the workers trained in the basilica of San Marco and in the construction sites derived from it[120]; the decoration with mastic encrustation in the pulvini and cornices in the atrium called "Santa Maria Matricolare" at the episcopal complex[121]; the solutions with blind arches in the side apses of San Fermo. Despite this, there are no other polylobed capitals in Venice and in the upper Adriatic area before the arrival of the spoils of the IV Crusade (1202-1204)[122]. In light of this, the contribution of Venice to the Veronese architectural language of the Romanesque age must be resized, which proves to be autonomous from a structural and decorative point of view[123].

The construction models of San Giovanni in Valle and Villanova were immediately repeated, with minimal variations, in an important building in the Veronese context: San Michele in Belfiore. This building is dated by an epigraph of 1143, which attributes it to the builders *Borgo* and *Malfato*, who built it during the episcopate of Tebaldo: "Ani Domini milesimo/ centesimo quadra/ gesimo tercio indicio/ ne sesta tempore Tebaldi Eposcopi/ prope festivitatem sancti Mar/ tini sacerdos Ambrosius/ fuit autor uius operis Borgo/ et Malfato qui tunc abitabant/ in veronensi Castro existentibus/ magistris"[124]. In the sanctuary of San Michele in Belfiore (Madonna della Stra') the plan with three aisles and apses with pillars alternating with columns is mitigated by the absence of the crypt and the raised presbytery, while the elevations and sculptures are very similar to those of the church of San Giovanni in Valle and of the abbey of San Bonifacio, with more simplified forms. Diversified masonry techniques are used in the construction, as well as in the city churches: bricks and stones in the facade, stones, and river pebbles in the apses (**Fig. 5**)[125].

---

[120] TREVISAN, Gianpaolo – "Verona e l'architettura lombarda…", pp. 62-63.

[121] CODEN, Fabio – *Corpus della scultura ad incrostazione di mastice nella penisola italiana (XI-XIII sec.)*. Padova: Il Poligrafo, 2006, pp. 309-313.

[122] CODEN, Fabio – "Capitelli a cesto polilobato nella diocesi di Verona (XI-XIII secolo)", In ARTONI, Paola, *et alii* (ed.) – *Il tempo e la rosa. Scritti di Storia dell'arte in onore di Loredana Olivato*. Treviso: ZEL, 2013, pp. 91-92.

[123] PASSUELLO, Angelo – "L'abbazia benedettina di S. Pietro a Villanova presso San Bonifacio nelle sue fasi romaniche (sec. XII)". *Benedictina* 66 (2019), 2, pp. 193-198.

[124] NAPIONE, Ettore – "Madonna della Stra' a Belfiore", In ZULIANI, Fulvio (ed.) – *Veneto Romanico…*, pp. 300-302.

[125] PASSUELLO, Angelo – "*L'eredità matildica: Alberto di San Bonifacio e l'architettura romanica nell'Est veronese*", In GOLINELLI, Paolo (ed.) – *Matilde nel Veneto. Atti del Convegno (Garda, Nogara, Verona,*

Fig. 5 – Cisano (Vr), Santa Maria: facade of the church. Photograph by the author.

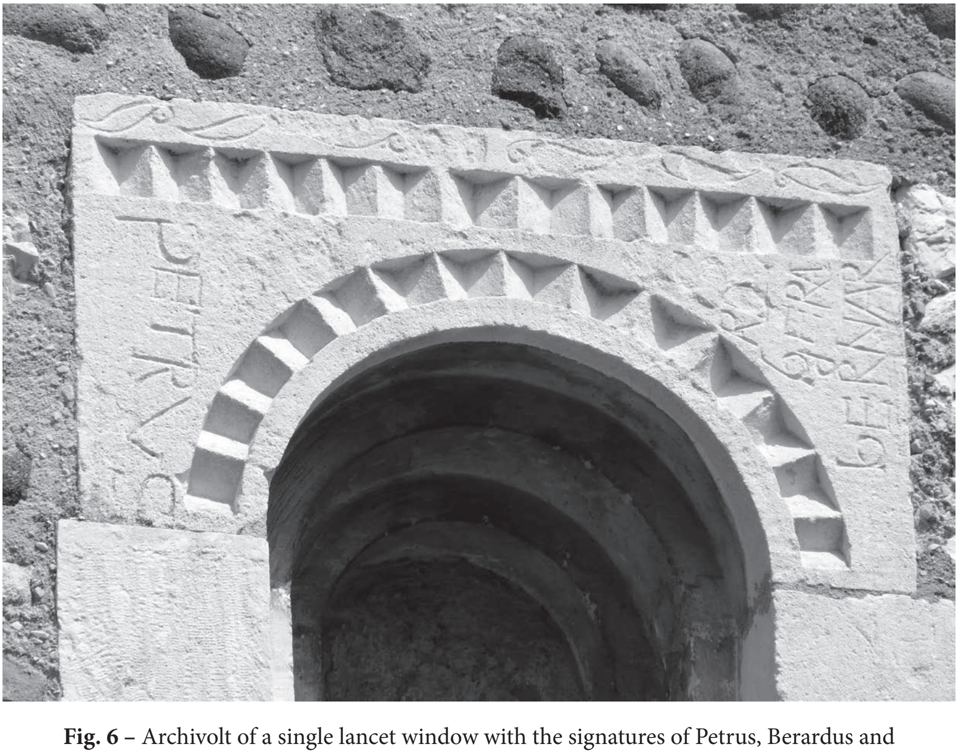


Fig. 6 – Archivolt of a single lancet window with the signatures of Petrus, Berardus and Bernardus (second quarter of the 12th century). Photograph by the author.

The aforementioned inscription (now in the Castelvecchio Museum) also states that *Borgo* and *Malfato* resided in the city in the hilly area to the left of the river Adige where there was the church of San Pietro in Castello, demolished in the 19th century. This building is known only for the nineteenth-century drawings that are to be found in the Civic Library of Verona: from what we can see, San Pietro in Castello has many connections with the Madonna della Stra' both for the architectural volume and for the use of the capitals polylobed[126]. It is therefore possible that *Borgo* and *Malfato* themselves could be responsible for the architectural project of the church of San Pietro in Castello, which was close to their home. This epigraph is of high importance because it opens up to the possibility of accurately recognizing the movements of Borgo and Malfato who, after seeing the models of San Giovanni in Valle and the abbey of Villanova, repeated them in the churches of San Pietro in Castello and Belfiore

3. Results.

Not only did great artists work in the construction of churches, but also many other men who were real protagonists in everyday life in Medieval urban Europe. The city and the territory of Verona are a privileged observatory to see the movements of the builders, who brought with them technical and formal skills that they repeated in the structures in which they worked. The large number of well-preserved churches in Verona shows the evolution of the Romanesque architectural lexicon: from the "European" monuments of the late 11th century (San Fermo and San Lorenzo) to a series of buildings built in the first half of the 12th century, which refer to the models of San Giovanni in Valle and the Cathedral both for the structure and for the sculptural decorations (three-nave plan with columns and pillars and three apses; masonry alternating stones and bricks; Corinthian capitals or with anthropomorphic and zoomorphic figures; decorations that reflect classic models). These constructions had the approval both of religious clients, such as the bishop Bernardo, who renovated the buildings of the episcopal complex (Cathedral, baptistery of San Giovanni in Fonte, cloister of the canons), and of lay clients, such as Count Alberto di San Bonifacio, who founded the important monastery of Villanova in San Bonifacio. Famous artists worked in these construction sites, e.g. the great sculptor Nicholaus (Cathedral and San Zeno), and also less-known characters who were able to create extraordinary monuments and sculptures by codifying an autonomous and recognizable language. First and foremost, *Pelegrinus* (Cathedral), then *Anno*, *Wariento* and *Chebizo* (Isola della Scala), *Petrus*, *Berardus* and *Bernardus* (Cisano del Garda), *Borgo* and *Malfato* (Belfiore).

2015). Bologna: Pàtron, 2016, pp. 187-188.

[126] BALDO, Silvia – "La chiesa di San Pietro in Castello a Verona". *Verona Illustrata* 21 (2008), pp. 5-27.

This extraordinary epigraphic fortune in Veronese Romanesque architecture is essential for establishing the dating of the construction of churches, though sometimes these inscriptions are false, as in the case of San Salvaro in San Pietro di Legnago. This latter building has a basilica plan with three naves and as many apses, with the eastern sector raised above the underground crypt; the interiors have only pillars and the walls have a majority of bricks, as it happens in the Bastia in Isola della Scala, in San Zeno in Cerea, and in Santa Maria in Gazzo Veronese[127]. An inscription on the north-eastern corner recalls that the Countess Matilda di Canossa in 1117 would have been the authoritative client of the church[128]. This inscription is very suggestive, but quite problematic at the same time: first, from the palaeographic aspect, because it seems to have been made in a recent period, but above all because Matilda was already dead in 1115. For these reasons, the news is likely to be an invention made on purpose, just to make the name of the church more famous, and therefore it has no value in defining its chronology[129].

In conclusion, even the workers and builders, who were everyday men, wanted to be remembered in the same way as important clients and architects and wanted their work to be given fair dignity: without them, the great churches that we can admire today would not exist[130]. It is therefore necessary, thanks to all these examples, to put an end to the historiographical myth of the anonymity not only of the artist, but also of the Medieval builders[131]: writing the name, with great pride, on an epigraph of a monument in which one has worked shows the desire of simple workers not to be anonymous and to give a legacy of themselves to future generations.

---

[127] NAPIONE, Ettore – "San Salvaro a San Pietro di Legnago", In ZULIANI, Fulvio (ed.) – *Veneto Romanico…*, pp. 317-319.

[128] CODEN, Fabio – "Alcune riflessioni sull'architettura della pianura veronese fra l'XI e il XII secolo: percorsi di lettura fra miti di fondazione, scuole architettoniche e definizione di aree culturali omogenee", In GOLINELLI, Paolo (ed.) – *Matilde nel Veneto…*, p. 283.

[129] MUSETTI, Silvia – *Matilde di Canossa e le iscrizioni veronesi*, In GOLINELLI, Paolo (ed.) – *Matilde nel Veneto…*, pp. 299-303.

[130] CLAUSSEN, Peter Cornelius – "Früher Künstlerstolz. Mittelalterliche Signaturen als Quelle der Kunstsoziologie", In CLAUSBERG, Karl; KIMPEL, Dieter (ed.) – *Bauwerk und Bildwerk im Hochmittelalter. Anschauliche Beiträge zur Kultur- und Sozialgeschichte*. Giessen: Anabas, 1981, pp. 7-35.

[131] CLAUSSEN, Peter Cornelius – "L'anonimato dell'artista gotico: la realtà di un mito", In DONATO, Maria Monica (ed.) – *L'artista medievale…*, pp. 283-297.

Fig. 7 – Belfiore (Vr), San Michele: facade of the church. Photograph by the author.

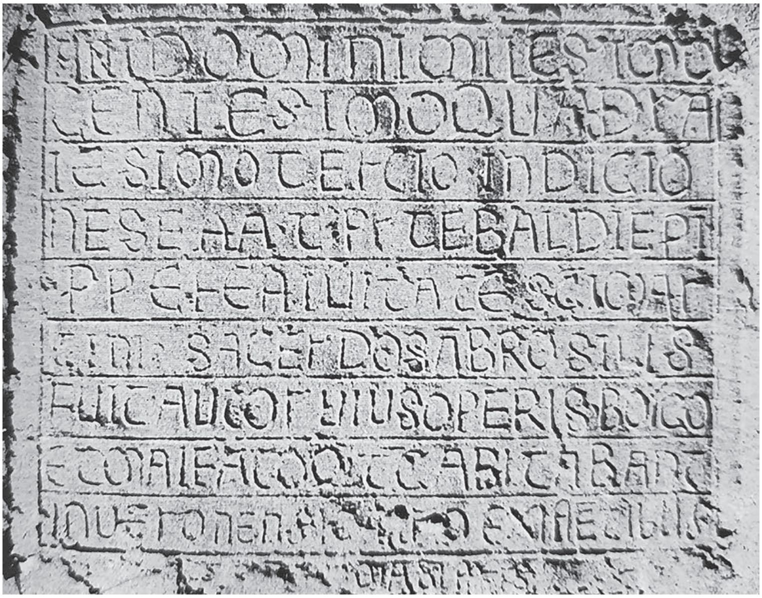


Fig. 8 – Verona, Castelvecchio Museum: epigraph of the foundation of the church with the names of Borgo and Malfato (1143) (© Verona, Civic Museums).

As *ollas* do bairro:
A produção e venda de cerâmica no bairro das olarias e o seu papel no quotidiano de Lisboa entre os séculos XIV e XV

Miguel Nunes[1]

Resumo

O presente texto incide sobre a produção e venda de cerâmicas de barro vermelho no bairro das olarias, sendo objecto de estudo um conjunto cerâmico recolhido numa intervenção arqueológica situada na Mouraria de Lisboa. Assim, tomando como base estas produções, visamos refletir sobre as suas características formais e técnicas até ao papel que este centro produtivo detinha no abastecimento de cerâmica comum para a cidade de Lisboa entre os séculos XIV-XV.

Palavras-chave
Arqueologia; Produção cerâmica; Séculos XIV-XV.

The neighbourhood's *ollas*: the production and sale of pottery in *bairro das olarias* and its role in Lisbon's day-to-day between the 14th and 15th centuries

Abstract

The present article focuses on the production and sale of red clay pottery in bairro das olarias, being the ceramic set, which was retrieved during an archaeological

[1] Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

intervention, the main protagonist. Thus, with these potteries as a starting point we aim to reflect on their characteristics concerning both their form as well as their technical aspects with the objective of illustrating the role that this productive centre played in the supply of Lisbon's everyday pottery between the 14th and the 15th centuries.

Keywords
Archaeology; Ceramics production; 14th-15th centuries.

1. Introdução.

Este texto surge na sequência do estudo do espólio recolhido numa intervenção de salvaguarda no Beco de São Marçal (Lisboa) e do conjunto cerâmico deste proveniente, estudado no âmbito de dissertação de Mestrado em Arqueologia do autor.

Pretendemos, retratar a importância que o bairro das olarias detinha no abastecimento da cidade de Lisboa no que diz respeito à denominada cerâmica de barros vermelhos, assim como as características formais da mesma e os aspetos que estas mesmas características traduzem no que respeita aos quotidianos medievais. Por sua vez, a difusão destas produções cerâmicas foi significativa na cidade de Lisboa e arredores e faria parte da rotina diária de inúmeros indivíduos servindo propósitos distintos que serão o foco da nossa abordagem.

2. Contextualização histórica.

A Mouraria de Lisboa é fruto da necessidade de integrar a população muçulmana no então novo reino após a conquista da cidade em 1147, de forma a estabelecer os termos normativos e religiosos[2] que regulariam o dia-a-dia da comunidade que nela habitaria[3]. No século XV esta ocupava o espaço entre as portas de S. André e S. Vicente, num vale de pequenas dimensões entre os montes de S. Jorge, da Graça e o de S. Gens[4]. Esta ocuparia um espaço com pouco mais do que um hectare, sendo delimitada a Sul pelo monte de S. Jorge, a Oeste pela porta de S. Vicente e a nascente pela Rua da Amendoeira, restando ainda dúvidas quanto aos seus limites a Norte[5].

---

[2] BARROS, Maria Filomena – *A Comuna Muçulmana de Lisboa: séculos XIV-XV.* Lisboa: Hugin, 1998, p. 243.

[3] SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis.* Lisboa: Universidade de Lisboa, 2017, Tese de Doutoramento. p. 65.

[4] BARROS, Maria Filomena – *A Comuna Muçulmana de Lisboa*..., p.192.

[5] AZEVEDO, Pedro de – *Do Arreiro à Mouraria.* O Archeologo Português Vol.V. Lisboa, 1899/1900, pp. 270-271; OLIVEIRA, Luís Filipe; VIANA, Mário – *A Mouraria de Lisboa no século XV.* Arqueologia Medieval.

Dentro deste espaço, o núcleo central corresponderia ao espaço onde se encontrariam a mesquita grande e o edifício escola – centro administrativo da comunidade muçulmana. Próximo da porta de S. Vicente encontrar-se-iam os banhos e a mesquita pequena, a carniçaria da Mouraria estaria localizada na Rua de Benfica – agora Rua do Benformoso[6] – era também aqui que se desenvolviam as atividades, que iremos aprofundar adiante no artigo, as de produção e venda de cerâmicas sendo esta via onde se situava o núcleo artesanal e comercial da comunidade. Outro espaço de imensa importância era o almocávar que se desenvolveria na encosta de Santa Maria da Graça.

Segundo fontes escritas de finais do século XV, no interior da Mouraria, as habitações seriam, edifícios térreos ou com 1 andar e um espaço de quintal[7] onde se levaria a cabo uma agricultura complementar para autoconsumo. De planta retangular eram maioritariamente constituídas em pedra, cal e madeira com cobertura de telha[8].

Apesar de os afazeres agrícolas[9] terem constituído inicialmente o foco da população da mouraria, foram as atividades artesanais que se figuraram como predominantes, nomeadamente a olaria que contava com o grupo mais numeroso[10]. Esta transição e crescente importância deste ofício ao longo do século XIV e XV é atestada pela existência de um forno dedicado à produção de cerâmica comum e de telha na Rua da Amendoeira, sem dúvida em funcionamento durante o século XV[11].

O foco neste ofício deve-se em parte à rica tradição de oleiros existente no seio do mundo islâmico medieval e também como fruto das circunstâncias favoráveis ao desenvolvimento deste artesanato, nomeadamente os solos ricos em argila cujos depósitos cobrem a zona central e ocidental de Lisboa[12]. Estes artesãos aproveitar-se-iam da abundância de argila na encosta do monte de S. Gens para levarem a cabo estas produções[13]. Numa articulação que revela grande consciência urbana o transporte da matéria-prima desde a encosta – local de extração – até às tendas de venda destas mesmas produções na Rua do Benformoso, com uma paragem a meia encosta –

Porto. 2, 1993, p. 192.

[6] OLIVEIRA, Luís Filipe; VIANA, Mário – *A Mouraria de Lisboa no século XV*...p. 194.

[7] TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009, Tese de Doutoramento, p. 75.

[8] OLIVEIRA, Luís Filipe; VIANA, Mário – *A Mouraria de Lisboa no século XV*...p. 196.

[9] SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa Medieval*…p. 48.

[10] MARQUES, António; LEITÃO, Eva; BOTELHO, Paulo – *Rua do Benformoso 168/186 (Lisboa – Mouraria/Intendente): entre a nova e a velha cidade, aspectos da sua evolução urbanística*. In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José. A. (eds.), Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna (Arqueoarte, 1), Vol. 1, Lisboa, CHAM/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, 2012, pp. 124.

[11] NUNES, Tiago; FILIPE, Iaola – *Quarteirão dos Lagares: contributo para a história económica da Mouraria*. In TEIXEIRA, André.; BETTENCOURT, José. A. (eds.), Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna (Arqueoarte, 1), Vol. 1, Lisboa, CHAM/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, 2012, pp. 142.

[12] ALMEIDA, Fernando – *Carta Geológica do Concelho de Lisboa, escala 1/10.000.* Serviços Geológicos de Portugal, 1986, p. 3.

[13] FARINHA, António – *Notícia Histórica do bairro das Olarias.* Lisboa. Cucujães, 1932, p. 13.

onde se trabalharia a argila para assumirem as formas desejadas – todo o processo é organizado seguindo uma lógica comercial quase industrial[14].

Após o Édito de expulsão das minorias religiosas em 1496 os terrenos onde se encontrava o almocávar, até então esparsamente habitados, são doados por D. Manuel I ao município e ao Hospital de Todos-os-Santos. Aqui dar-se-á um considerável impulso do ponto de vista urbanístico que vai em última instância dar azo ao surgimento do Arrabalde Novo, ou Bairro das Olarias. Cingido à área entre as Ruas da Bombarda e Nsa. Sra do Monte e entre a Calçada de S. André, a Calçada dos Cavaleiros e a Rua do Benformoso, este espaço vai entre finais do século XV a meados do século XVI sofrer imensas alterações, vendo em particular aumentar imensamente a sua densidade demográfica que subsequentemente promove o seu desenvolvimento urbano[15].

À medida que mais pessoas povoam este espaço a sua relevância económico-social aumenta gradualmente. Esta é atestada pelo aparecimento de ocasionais palacetes ao longo do século XVI sendo que se mantinha a moradia simples, como o tipo de habitação mais comum. A estas habitações adiciona-se, no entanto, um novo elemento, o forno. Dado que a habitação era também o centro industrial destes artesãos os conceitos de habitação e tenda fundiam-se, encontrando-se no quintal em anexo o forno onde se coziam as cerâmicas. Com o mestre oleiro coabitariam também os aprendizes assim como os forneiros e em organizações mais complexas e de maiores dimensões também os almocreves de modo a facilitar todo o processo de transporte e venda[16].

Utilizando a data de 1501 como aquela em que se efetiva a urbanização deste espaço podemos concluir que o gradual aumento do número de habitantes deste bairro eleva a sua importância a nível económico e logístico para a cidade de Lisboa, visto tratar-se de um importante centro de produção de onde resultavam as cerâmicas que abasteciam a cidade. Somente 50 anos mais tarde, em 1551 encontram-se documentados 206 oleiros, 16 fabricantes de telha e 22 fabricantes de tijolo. No ano de 1552 o número de oleiros aumenta para 210, existindo menção de que nesse mesmo ano encontram-se ativos 60 fornos cuja produção estimada estaria avaliada em cerca de 10 000 cruzados[17].

Para colocar o crescimento deste centro produtivo em perspetiva, a Mouraria de Lisboa e o Arrabalde Novo em conjunto deveriam no século XV contar com cerca de 500 habitantes[18]. Em contraste o bairro das olarias em meados do século XVI conta com cerca de 250 artesãos dedicados aos trabalhos acima mencionados. Ou

---

[14] MARQUES, António; LEITÃO, Eva; BOTELHO, Paulo – *Rua do Benformoso 168/186* ... pp. 123-124.

[15] FARINHA, António – *Notícia Histórica do bairro das Olarias*... pp. 4-6.

[16] CORREIA, Virgílio – *Oleiros e pintores de louça e azulejo de Lisboa*. Atlântida. Lisboa. 29-30, 1918, pp. 533.

[17] FARINHA, António – *Notícia Histórica do bairro das Olarias*... pp. 14-15.

[18] OLIVEIRA, Luís Filipe; VIANA, Mário – *A Mouraria de Lisboa no século XV*... pp. 201.

seja, no espaço de 150 anos o almocávar da Mouraria de Lisboa deixa de existir e nessa mesma área surge um núcleo urbano que não só se torna imprescindível para o abastecimento de Lisboa no que diz respeito a produções cerâmicas, como o seu crescimento demográfico é de tal forma significativo que o número de oleiros equivale a metade da população total da Mouraria de Lisboa na centúria anterior. É aqui que se localiza o sítio arqueológico do Beco de São Marçal **(Fig. 1)**, cuja intervenção resultou na recolha e estudo dos materiais que abordaremos de seguida.

Fig. 1 – Mapa do Beco de São Marçal – marcado com a estrela laranja – e vias circundantes. Escala 1:1500. Cartografia Histórica por Guilherme Menezes, 1761 (Via Lisboa Interactiva – http://lxi.cmlisboa.pt).

3. O contexto arqueológico.

O Beco de São Marçal, localiza-se na Calçada Agostinho de Carvalho, no que seria uma via de circulação que se encontraria entre o centro de extração de argilas e a zona de venda das produções cerâmicas, desempenhando um papel fulcral de articulação de gentes e bens. A recuperação do edifício nº13 C do Beco de São Marçal foi levada a cabo em 1993 no âmbito do projeto de Reabilitação Urbana da Mouraria.

A intervenção arqueológica revestiu-se de um carácter de emergência sendo os principais objetivos a recuperação e registo dos contextos arqueológicos afetados pela obra de recuperação do edifício. Assim, procedeu-se à escavação de um corte, que apresentava bastante espólio cerâmico, e ao registo desse mesmo processo através de

desenho e fotografia[19]. Este revelar-se-ia, para além do amplo espólio cerâmico visível inicialmente no corte, abundante em vestígios faunísticos, cinzas e carvões e também de metais e escórias. A conclusão do relatório de escavação, é a de que se trataria de um despejo de olarias com restos de produção e restos detríticos variados, balizados entre os séculos XIV e XV[20].

No entanto, a conclusão a que chegamos aquando do estudo do conjunto vai divergir da que consta do relatório de escavação. A análise dos materiais cerâmicos permite-nos aferir a ausência de certos elementos característicos de contextos produtivos, como o são os trempes para suportar as peças durante o processo de cozedura ou peças que apresentem defeitos de fabrico e que sejam por isso descartadas, isto aliado ao facto de uma considerável percentagem das peças apresentar marcas de utilização ao fogo e desgaste, fruto da sua utilização diária, assim como os abundantes restos faunísticos levam-nos a colocar de parte a proposta de que este é um contexto de despejo de restos de produção oleira, tratando-se na realidade de um contexto de descarte de lixo doméstico.

4. Análise cerâmica.

O conjunto cerâmico estudado é composto por 3614 fragmentos dos quais, após associações dos mesmos, foi possível identificar 2454 fragmentos como de bojos, 181 a asas, 468 fragmentos de bordo e 511 fragmentos de base. A funcionalidade destes foi aferida posteriormente sendo que na sua grande maioria correspondem a cerâmica de cozinha e de utilização à mesa 83% do conjunto. Para que esta divisão fique mais clara, agrupámos sobre loiça de mesa (191) os pratos, tigelas, infusas, canecas, e como loiça de cozinha (245 indivíduos) panelas, tachos, frigideiras e testos. Dentro da loiça de cozinha contabilizámos os fogareiros como recipientes de fogo. Para além destes grupos existiam outros elementos representados neste conjunto apesar de que em menor número, nomeadamente as formas de armazenamento (talhas) e iluminação (candeias). Por último referir apenas que o número de perfis completos conservados é de 15 indivíduos correspondendo a menos de 1% do número total de fragmentos, encontrando-se entre estes 4 tachos, 3 tigelas, 3 candeias, 2 testos, 2 pesos de tear e 1 prato.

No que diz respeito à composição das pastas, dizer que estas são tendencialmente quartzo-micácicas típicas das produções de Lisboa desta mesma cronologia, de cozedura oxidante na sua maioria – daí a nomenclatura de cerâmicas de barro vermelho de Lisboa – apresentando quase todos um revestimento com aguada vermelha, tanto na superfície interna como externa. Outro tratamento de superfície que se verifica com alguma coerência é o brunido que aparece principalmente em

[19] SABROSA, Armando – Beco de São Marçal, nº13C. Mouraria. Lisboa. Relatório de Escavação, 2016, p. 2.
[20] SABROSA, Armando – Beco de São Marçal, nº13C. Mouraria. Lisboa. Relatório de Escavação, 2016, p. 8.

formas como as tigelas, pratos, frigideiras, tachos e alguidares, uma vez que conferia a estas propriedades antiaderentes que facilitariam a confeção de alimentos e a própria lavagem da peça, para além do efeito lustroso que torna a peça mais apelativa visualmente.

No que diz respeito a decorações é de notar que discriminámos 5 tipos: as caneluras, as incisões retilíneas e/ou onduladas, digitações, aplicações de cordão plástico e pintura a branco, sendo que na sua totalidade as peças decoradas correspondem somente a 11,2% do número total de fragmentos. A técnica mais recorrente é a utilização de caneluras que se encontra em 233 fragmentos, normalmente abaixo do bordo das peças sendo possível de a observar num variado número de formas desde as infusas até às panelas e tigelas. Esta seria uma técnica bastante difundida desde os finais do século XIV até meados do XVI[21].

De seguida, a decoração incisa ondulada e retilínea, encontram-se maioritariamente nos bojos das peças, sendo a exceção os tachos onde estes se podem verificar também no bordo dos mesmos, esta opção existe em 146 fragmentos, tendendo a descrever uma linha que percorre toda a circunferência da peça, sendo também bastante comum entre os séculos XV e XVI[22].

A decoração digitada é representada por apenas 12 fragmentos, sendo que tende a ser aplicada no bojo ou no bordo das peças, tomando estes últimos uma forma de "laço" e conferindo ao bordo todo um efeito "ondulado".

A pintura a branco aparece em 13 fragmentos, na sua grande maioria na zona do bojo das peças. Esta técnica de tradição islâmica aparece neste conjunto representada sob a forma de ponto, linha reta e linha ondulada. Apesar dos fragmentos de reduzidas dimensões não nos parece que estas possam ser caracterizadas como temáticas naturalistas – como se verifica do século XV adiante[23] – mas como pertencendo aos "padrões esquemáticos essencialmente geométricos" característicos de produções da cidade de Lisboa entre finais do século XII e XIV[24].

É ainda importante reforçar que números significativos dos fragmentos cerâmicos do conjunto apresentam marcas de uso. Este elemento, mostra sem margem para dúvida, que boa parte das peças aqui estudadas foram utilizadas. São disso testemunhas as marcas de utilização ao fogo presentes em formas como as panelas, tachos e frigideiras e testos, mas também em tigelas e pratos. Se estas marcas

---

[21] CARDOSO, Guilherme; NETO, Nuno; BATALHA, Luísa; REBELO, Paulo; SANTOS, Raquel – *Vestígios da produção de cerâmica no lado ocidental de Lisboa durante os séculos XVII e XVIII – dados de uma intervenção arqueológica na rua de Bueno Aires, nº10.* Lisboa. Arqueologia & História, Vol. 69, 2019, p. 90.

[22] BUGALHÃO, Jacinta; COELHO, Inês – *Cerâmica moderna de Lisboa: proposta tipológica.* In CAESSA, Ana; NOZES, Cristina; CAMEIRA, Isabel; Da SILVA, Rodrigo (Eds.), I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação, 2017, pp. 125-130.

[23] LIBERATO, Marco – *A cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval. Uma abordagem diacrónica: séculos XI a XVI.* Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012., Tese de Mestrado. pp. 104.

[24] LIBERATO, Marco – *A cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval...* pp. 111.

seriam expectáveis nas formas de cozinha, as mesmas podem também sugerir que as tigelas, formas que tomamos como sendo de utilização à mesa, cumprissem na realidade propósitos múltiplos como por exemplo o aquecimento ou confeção de pequenas refeições. No que diz respeito aos pratos, é possível que estes pudessem servir como substitutos dos testos, cobrindo recipientes de cozinha aquando da confeção e acabando assim por ficar também queimados.

A acrescentar ainda, dizer que muitos dos fragmentos da coleção se encontram desgastados, mostrando os bordos visíveis marcas fruto de uma utilização extensa dos mesmos, sendo estas também visíveis nos fundos das peças. Em formas como as tigelas e os pratos registamos também um claro desgaste da superfície resultante de um contínuo uso de instrumentos – como colheres – na face interna.

Estes dados em conjunto com o amplo espólio faunístico que revestia a fossa detrítica do sítio arqueológico do Beco de São Marçal, mostra-nos claramente que estamos perante o descarte de peças cerâmicas de contextos domésticos que passaram por um amplo período de utilização e que faria, portanto, parte ativa do quotidiano dos seus utilizadores.

As formas cerâmicas presentes neste conjunto são sem dúvida a sua componente mais importante, desta forma optámos por dedicar a estas a maioria do presente texto para que possamos detalhar as suas características, mas mais importante, aprofundar o seu papel nas vidas dos habitantes de Lisboa Baixo-Medieval e de que forma estas nos permitem vislumbrar os seus quotidianos.

No que diz respeito à metodologia utilizada, os cálculos referentes ao número de indivíduos através dos fragmentos de bordo quanto à sua orientação e dimensões segue a proposta de Stéphanie Raux[25], sendo por sua vez as diversas formas definidas segundo a proposta de Jacinta Bugalhão e Inês Pinto Coelho[26].

Comecemos pelas cerâmicas de armazenamento, nomeadamente as de cântaro. Estas foram definidas como sendo formas de grandes dimensões, fechadas, de colo estreito com o propósito de armazenarem ou transportarem líquidos. Nesta forma identificámos 3 variantes perfazendo um total de 8 indivíduos.

A variante "A", com 3 indivíduos, apresenta um bordo invertido com bordo de lábio sub-quadrangular, aplanado superiormente e demarcado exteriormente, apresentando ainda caneluras na zona do bordo. Os diâmetros variam entre os 8 cm e os 12,4 cm. Existindo paralelos para esta forma em Lisboa e no Barreiro de cronologias entre os séculos XV e XVI [27]. A variante "B", com 3 indivíduos, apresenta um bordo

---

[25] RAUX, Stéphanie. (1998): Méthodes de quantification du mobilier céramique. Etat de la question et pistes de réflexion. In ARCELIN, Patrice.; TUFFREAU-LIBRE, Marie. (eds.), Actes de la table ronde du Centre Archéologique européen du Mont Beuvray. Glux-en-Glenne, 7-9 avril, Collection Bibracte-2.pp.11-16.

[26] BUGALHÃO, Jacinta; COELHO, Inês – *Cerâmica moderna de Lisboa*... pp. 106-145.

[27] BARROS, Luís; BATALHA, Luísa; CARDOSO, Guilherme; GONZALEZ, António – *A olaria renascentista de Santo António da Charneca, Barreiro: a louça doméstica*. In TEIXEIRA, André.;

exvertido, com lábio de secção semicircular em aba, demarcado externamente. Apresenta também no bordo estrias, sendo que é estrangulado no colo. O diâmetro registado é entre os 12 cm e os 16 cm, apresentando paralelos em Lisboa, referente aos séculos XV e XVI [28]. A variante "C", com 2 indivíduos, apresenta um bordo invertido com lábio de secção semicircular, com decoração em caneluras abaixo do bordo. Os diâmetros variam entre os 14 cm e os 15 cm. Não nos tendo sido possível encontrar paralelos formais.

De seguida, os potes, com 3 indivíduos, apresentam características formais semelhantes às panelas sendo contudo, regra geral, de maiores dimensões e não apresentando marcas de utilização ao fogo. Apresentam um bordo ligeiramente invertido com lábio de secção semicircular, corpo de feição globular com asas que arrancam da zona dos ombros da peça até ao colo da mesma, o fundo é convexo. Apresentam caneluras abaixo do bordo e os diâmetros variam entre os 12 cm e os 20 cm. A nível de paralelos existem peças semelhantes em Santarém[29] e na Rua do Benformoso, em contextos dos séculos XIV-XV[30].

Em relação às talhas, com 2 indivíduos, diferenciam-se como sendo recipientes de grande dimensão, de forma fechada que serviam para armazenar alimentos líquidos ou sólidos, tem somente uma forma que é caracterizada por um bordo exvertido, curto e de secção semicircular, demarcado exteriormente. Possui um diâmetro entre os 32 cm e 36 cm.

Terminando os recipientes de armazenamento a forma de alcatruz é o último integrante deste grupo, contando apenas com 1 indivíduo, que conserva toda a sua forma à exceção do bordo. É caracterizada pelo perfil cilíndrico, alongado, com linhas regulares no bojo e colo estrangulado. Existem paralelos para esta forma em Lisboa num contexto do século XV[31].

Passando agora para as cerâmicas de cozinha, o grupo maioritário deste

---

BETTENCOURT, José (eds.), Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna (Arqueoarte, 1), Vol. 2, Lisboa, CHAM/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, 2012, pp. 699; TRINDADE, Laura; DIOGO, António. Dias – *Cerâmicas de barro vermelho da intervenção arqueológica na Calçada de S. Lourenço, n.º 17/19, em Lisboa*. In DIOGO, João; ABRAÇOS, Hélder (eds.), Cerâmica Medieval e Pós Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo. Actas das 3.as Jornadas, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, 2003ª, pp. 211.

[28] GASPAR, Alexandra.; GOMES, Ana (et al.) – *Cerâmicas do século XV-XVI da Casa do Governador – Castelo de S. Jorge, Lisboa*. In ZOZAYA, Juan; RETUERCE, Manuel; HERVÁS, Miguel; JUAN, António (eds.), Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo. Ciudad Real – Almagro del 27 de febrero al 3 de marzo de 2006, Tomo II, Ciudad Real, Asociacion Española de Arquelogia Medieval, 2009, pp. 665.

[29] CASIMIRO, Tânia; BOAVIDA, Carlos; SILVA, Telmo; NEVES, Dário – *Ceramics and cultural change in medieval (14th-15th century) Portugal*: *the case of post-Reconquista Santarém*. Medieval Ceramics, 3:21, 2018, pp. 26.

[30] MARQUES, António; LEITÃO, Eva; BOTELHO, Paulo – *Rua do Benformoso 168/186*... pp. 127.

[31] TEIXEIRA, André; VILLADA Fernando; SILVA, Rodrigo – *Lisboa 1415 Ceuta: História de duas cidades*. Ceuta; Lisboa, Ciudad Autonoma de Ceuta – Consejería de Educación y Cultura; Câmara Municipal de Lisboa – Direção Municipal de Cultura, Departamento de Património Cultural, 2015, p. 97.

conjunto cerâmico, comecemos pela forma de alguidar. Esta forma conta com 10 indivíduos e 2 variantes. São caracterizadas por serem formas abertas, de perfil troncocónico utilizadas na preparação de alimentos ou higiene individual. A variante "A" conta com 9 indivíduos tem um bordo exvertido, com lábio em voluta de secção semicircular e paredes troncocónicas. Os diâmetros variam entre os 40 cm e os 54 cm. Apresenta também paralelos em Lisboa em contextos do século XV[32]. A variante "B" conta com apenas 1 indivíduo, sendo caracterizada por um bordo exvertido, com lábio demarcado e de secção semicircular. Esta peça tem 50 cm de diâmetro e apresenta também paralelos em Lisboa em contextos do século XVI[33].

Outra das formas de cozinha presentes neste conjunto são as frigideiras. Estas são caracterizadas como recipientes de média dimensão, de forma aberta, paredes curtas e pega tubular. Esta é representada por 10 indivíduos. É caracterizada por uma pega tubular, bastante robusta, bordo ligeiramente exvertido com lábio de secção semicircular e paredes baixas. Tem um diâmetro entre os 18 cm e 22 cm, existem também paralelos em Lisboa datadas entre os séculos XV-XVI[34].

As panelas são nesta coleção um dos elementos mais bem representados contando com 136 indivíduos. Para esta forma registaram-se 3 variantes sendo que a variante "A" detém um número de 120 indivíduos. Definimos esta forma como sendo recipientes de média a grande dimensão, de forma fechada utilizada na confeção de alimentos ao lume. Subdivimos a variante "A" em "A.1" e "A.2" devido a ligeiras diferenças na sua morfologia. A variante "A.1" **(Fig. 2)** refere-se a panelas de bordo reto, demarcado na superfície externa e aplanado superiormente, com lábio de perfil sub-quadrangular e bojo globular e conta com 82 indivíduos. As asas desenvolvem-se da zona dos ombros até à zona mesial do corpo. Esta forma é representada por 82 indivíduos. Os diâmetros variam entre os 11 cm e 14 cm encontrando paralelos em Lisboa[35] e Palmela[36] em contextos entre os séculos XIV-XV. A variante "A.2" conta com as mesmas características à excepção do bordo que é descaído, sendo que é aqui representada por 38 indivíduos. Os restantes indivíduos dividem-se nas variantes "B.1", "B.2" e "C". A variante "B.1" apresenta 9 indivíduos, sendo caracterizada por

[32] CARDOSO, Guilherme; BATALHA, Luísa; REBELO, Paulo; ROCHA, Miguel; NETO, Nuno; BRITO, Sara. – *Uma olaria na rua das portas de Santo Antão (Lisboa) – Séculos XV e XVI*. In. ARNAUD, José; MARTINS, Andrea. (eds), Arqueologia em Portugal: 2017, estado da questão, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, p. 1720.

[33] DIOGO, António Dias.; TRINDADE, Laura – *Cerâmicas de barro vermelho, encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correeiros, Lisboa*. Revista Portuguesa de Arqueologia, 3:2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2000a, p.204.

[34] DIOGO, António Dias.; TRINDADE, Laura – *Cerâmicas de barro vermelho...*, p. 232.

[35] DIOGO, António Dias; TRINDADE, Laura – *Intervenção arqueológica na Rua de São Nicolau, n.º 107/111 (Lisboa)*. Arqueologia e História, 52 (Estudos de Lisboa, Séculos XV a XIX, I Colóquio Temático), Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portuguesas, Edições Colibri, 2000.

[36] CARVALHO, António; FERNANDES, Isabel – *Conjuntos cerâmicos pós -medievais de Palmela*. In 2as Jornadas de cerâmica medieval e pós -medieval. Métodos e resultados para o seu estudo. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1998, pp. 92.

deter um bordo invertido aplanado superiormente com lábio semicircular, perfil reto abaixo do bordo que perdura até aos ombros da peça, altura em que toma uma forma bojuda; as asas arrancam do bordo até meio do corpo da peça. os diâmetros do bordo variam entre 11 cm e 16 cm e apresenta paralelos no Palácio do Governador, contexto entre os séculos XV-XVI[37]. A variante "B.2" conta apenas com 2 elementos detendo um perfil bastante "reto" com um bordo exvertido aplanado superiormente e de lábio semicircular, verificando-se decoração abaixo do bordo – com caneluras ou incisões onduladas abaixo do bordo. O diâmetro dos bordos varia entre 8 e 10 cm, tratando-se de panelas de pequenas dimensões, não tendo sido encontrados paralelos para esta forma. Por último a variante "C" é composta por 5 indivíduos. Difere da variante "B", visto o bordo apresentar um lábio de perfil sub-rectangular, mantendo o arranque da asa a partir do mesmo. Os diâmetros variam entre os 16 cm e os 26 cm. Existem paralelos na rua do Benformoso num contexto datado entre os séculos XV-XVI[38].

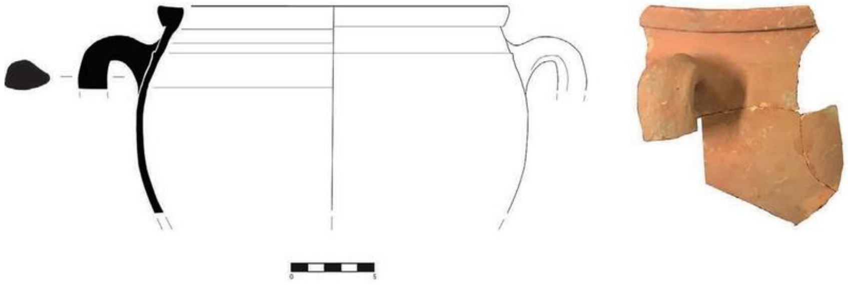


Fig. 2 – Exemplo da variante tipo A.1 de Panela.

Ainda nas formas de cozinha passemos agora à caracterização dos tachos, estes compostos por 46 indivíduos divididos em 7 variantes. Definimos como tacho, todos os recipientes de média dimensão, forma aberta e paredes baixas, ocasionalmente com lingueta para acomodar um testo. A variante "A" **(Fig. 3)** tem 26 indivíduos, caracterizando-se por um bordo bipartido, com lábio de perfil semi-retângular

[37] GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – *A cerâmica moderna do Castelo de S. Jorge: produção local de cerâmica comum, pintada a branco, moldada e vidrada e de faiança.* In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José (eds.), Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna (Arqueoarte, 1), Vol. 2, Lisboa, CHAM/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, 2012.

[38] MARQUES, António; LEITÃO, Eva; BOTELHO, Paulo – *Rua do Benformoso 168/186* ..., p. 126.

e pequena lingueta para encaixe de testo. As paredes são baixas e com um traçado ligeiramente infletido, assentando em base convexa. O diâmetro varia entre 19 cm e 23 cm existindo paralelos em Lisboa datados do século XV[39]. A variante "B" conta com 13 indivíduos, cujas características são o bordo reto invertido com lábio de perfil semicircular, o corpo carenado muito canelado e com as paredes do bojo muito infletidas convergindo num fundo convexo. Os diâmetros variam entre os 18 cm e os 25 cm e contam com paralelos nas Escadinhas da Barroca em Lisboa datados do século XV[40]. A variante "C" aqui representada por apenas um indivíduo, tem um bordo reto com lábio de perfil semicircular, paredes curtas, decoradas com caneluras e incisões onduladas, também bastante retas, que depois assentam num fundo convexo. Um dos seus elementos distintivos é a pega horizontal, em semicírculo, que apresenta ao nível do bordo, tem 22 cm de diâmetro. A variante "D" tem 3 indivíduos, sendo estes caracterizados por um bordo reto, aplanado superiormente com lábio de perfil semicircular. Abaixo deste existe uma pequena carena entre o bordo e o bojo, desenvolvendo-se depois o bojo com uma ligeira infleção em direção ao fundo. Apresentam um diâmetro entre os 23 cm e os 25 cm e existem paralelos na Calçada de São Lourenço em Lisboa de um contexto dos séculos XV-XVII[41]. A variante "E" encontra-se somente representada por um fragmento, apresentando uma pega horizontal, sendo que esta é bastante estilizada, recortada em forma triangular. Apresenta 20 cm de diâmetro e paralelos em Palmela de um contexto entre os séculos XIV-XV[42]. A última variante de tacho trata-se da variante "F" com 2 indivíduos. Esta apresenta um bordo ligeiramente invertido, com lábio de perfil semicircular, demarcado exteriormente. As paredes são curtas, infletidas e bastante caneladas, culminando num fundo convexo. Distingue-se das restantes por não possuir carena nem lingueta para acomodar o testo. O diâmetro destas peças encontra-se entre os 20 cm e os 22 cm encontrando-se paralelos na Rua de São Nicolau, contexto datado entre os séculos XV-XVI[43].

Outro elemento característico das formas de cozinha e também de armazenamento são os testos. Identificámos 3 variantes desta forma que representam no total

---

[39] TRINDADE, Laura; DIOGO, António Dias – *Cerâmicas de barro vermelho da intervenção arqueológica na Calçada de S. Lourenço, n.º 17/19, em Lisboa*. In DIOGO, João; ABRAÇOS, Hélder (eds.), Cerâmica Medieval e Pós Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo. Actas das 3.as Jornadas, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, 2003ª, p. 8.

[40] HENRIQUES, José; FILIPE, Vanessa; CASIMIRO, Tânia; KRUS, Alexandra – *Vestígios de produção oleira dos finais do século XV (Escadinhas da Barroca, Lisboa)* In. SENNAMARTINEZ, José; MARTINS, Ana; CAESSA, Ana; MARQUES, António; CAMEIRA, Isabel. (coord.), Extrair e produzir... dos primeiros artefactos à industrialização. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa 3, Lisboa, Centro de Arqueologia de Lisboa, 2019, p. 115.

[41] TRINDADE, Laura; DIOGO, António Dias – *Cerâmicas de barro vermelho...*, p. 213.

[42] FERNANDES, Isabel; CARVALHO, António – *Cerâmicas baixo-medievais da casa n.º 4 da Rua do Castelo (Palmela).* In Actas das I Jornadas de Cerâmica Medieval e PósMedieval, Tondela, 1992, p. 238.

[43] DIOGO, António Dias; TRINDADE, Laura – *Intervenção arqueológica na Rua de São Nicolau...*

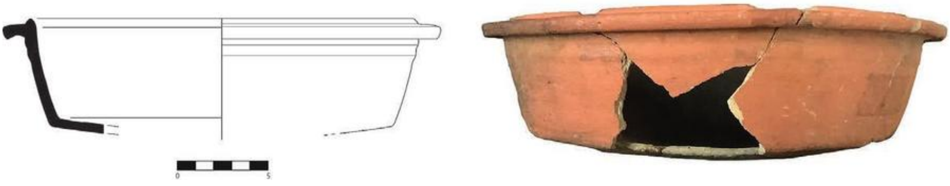


Fig. 3 – Exemplo da variante A de tacho.

44 indivíduos. Definimos como testos recipientes de pequena a média dimensão, de forma aberta, de perfil troncocónico com pega no centro cuja função é a de cobrir recipientes. A variante "A", com 39 indivíduos, é caracterizada por um bordo com lábio de perfil semicircular, espessado e com barbela. As paredes exvertidas assentam em base plana. O diâmetro varia entre os 12 cm e os 25 cm e tem paralelos em Lisboa[44] e Santarém em contextos dos séculos XIV-XV[45]. A variante "B", é representada por 5 indivíduos e detém as mesmas características da anterior, à exceção da barbela que desaparece. Os diâmetros variam entre os 10 cm e 16 cm, apresenta paralelos em Lisboa[46] e em Cascais[47] em contextos datados entre os séculos XV-XVI.

Passemos agora às formas que dizem respeito à cerâmica de mesa, os pratos as infusas, tigelas e púcaros. Começando pelas infusas, estas são representadas por 74 indivíduos que se dividem em 3 variantes, subdividindo-se as variantes "A" e "B" em "A.1" e "A.2" e "B.1" e "B.2". A variante "A" conta com 22 indivíduos. São recipientes de média dimensão utilizados para servir líquidos, de forma fechada, bordo ligeiramente invertido, com lábio de secção semicircular, com ou sem bico vertedor, encontrando-se a boca sempre emoldurada na zona inferior. Aqui as distinções residem no facto de a variante "A.1" não apresentar espessamento do bordo, dando azo a uma peça muito mais delicada e fina, enquanto a variante "A.2" é espessada no bordo e tem as paredes mais grossas. A variante "A.1" tem 16 indivíduos com diâmetros entre os 8,6 cm e

[44] DIOGO, António Dias; TRINDADE, Laura – *Intervenção arqueológica na Rua de São Nicolau...*

[45] BOAVIDA, Carlos; CASIMIRO, Tânia; SILVA, Telmo – *Silos medievais da travessa das capuchas (Santarém): estruturas e cultura medieval.* In. ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César (eds.), Arqueologia em Portugal 150 anos, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, p. 943.

[46] NUNES, Tiago; FILIPE, Iaola – *Quarteirão dos Lagares contributo para a história...*, p. 146.

[47] CARDOSO, Guilherme.; RODRIGUES, Severino – *As Cerâmicas de Poço Novo (II) – Cascais.* Lisboa. Actas das 4.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, 2009, p. 107.

os 12,4 cm, sendo identificados paralelos em Lisboa em contextos dos séculos XV-XVI[48]. A variante "A.2" conta com 6 indivíduos sendo que os diâmetros oscilam entre os 9 cm e os 10 cm existindo paralelos também em Lisboa em contextos dos séculos XIV-XV[49]. A variante "B" conta 50 indivíduos. Esta forma é, na sua generalidade, caracterizada por um bordo com um perfil bastante reto, pouco invertido, com lábio de perfil semicircular, apresentando uma canelura abaixo do bordo da peça. O seu corpo tende a ser decorado com pequenas caneluras à volta do colo da peça. A grande diferença entre as variantes "B.1" e "B.2" está no facto de a segunda apresentar, a baixo do bordo, um pequeno rebordo concêntrico, sendo esta característica identificada em pelo menos 8 indivíduos. Para a variante "B.1" existem 42 indivíduos com diâmetros entre os 8 cm e os 10 cm. No que diz respeito à variante "B.2" os restantes 8 indivíduos possuem diâmetros entre os 9 cm e os 10 cm. Apresentam paralelos semelhantes na Rua do Benformoso, contexto do século XV-XVI[50]. A variante "C", com 2 indivíduos, é uma infusa de bordo trabalhado de modo a formar um bico vertedor. O lábio da peça é semicircular, sendo que a asa arrancaria de uma zona pouco abaixo do bordo desenvolvendo-se até ao meio do corpo. Tem entre 4 cm a 5 cm de diâmetro e apresenta paralelos formais na Rua dos Lagares, contexto dos séculos XV-XVIII[51].

Ainda nas cerâmicas de mesa debruçamo-nos agora sobre as tigelas. Contamos com 86 indivíduos pertencentes a esta forma que por sua vez se dividem em 5 variantes. São formas de pequena a média dimensão, de forma aberta, com bordo exvertido com lábio de perfil semicircular e paredes troncocónicas com fundo convexo. A variante "A" de tigela representa 21 indivíduos. Difere-se das restantes por ser muito canelada diretamente abaixo do bordo, mantendo todo o traçado geral acima descrito. Tem entre 14,4 cm e 19 cm de diâmetro, existindo paralelos no contexto da Rua do Benformoso, contexto dos séculos XV-XVI[52]. A variante "B" conta com 20 indivíduos e respeita todo o traçado geral das tigelas a nível morfológico, sendo que a sua diferença reside no facto de o perfil se apresentar ligeiramente mais troncocónico que a anterior. O diâmetro varia entre os 14 cm e os 22 cm e apresenta paralelos no contexto da Rua dos Lagares – séculos XV-XVIII[53]. O único indivíduo representativo

---

[48] DIOGO, António Dias; TRINDADE, Laura – *Intervenção Arqueológica na Rua João do Outeiro, nº 36/44, na Mouraria em Lisboa*. In DIOGO, João; ABRAÇOS, Hélder (eds.), Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. 84 Métodos e resultados para o seu estudo, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, 1998, p. 265.

[49] HENRIQUES, José; FILIPE, Vanessa; CASIMIRO, Tânia; KRUS, Alexandra – *Vestígios de produção oleira...*, p. 117.

[50] MARQUES, António; LEITÃO, Eva; BOTELHO, Paulo – *Rua do Benformoso 168/186...*, p. 132.

[51] PONCE, Mónica; OLIVEIRA, Filipe; NUNES, Tiago; PINTO, Marina; LOURENÇO, Marina – *O sítio dos Lagares (Lisboa): um espaço pluricultu(r)al*. In. ARNAUD, José; MARTINS, Andrea (eds.), Arqueologia em Portugal: 2017, estado da questão, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, p. 1705.

52 MARQUES, António; LEITÃO, Eva; BOTELHO, Paulo – *Rua do Benformoso 168/186...*, p. 127.

[53] PONCE, Mónica; OLIVEIRA, Filipe; NUNES, Tiago; PINTO, Marina; LOURENÇO, Marina – *O sítio dos Lagares (Lisboa)...*, p. 1705.

da variante "C" é completamente distinto das demais a nível morfológico. De paredes bastante retas, de formato quase hemisférico com bordo ligeiramente exvertido e lábio de perfil semicircular, esta variante apresenta-se canelada abaixo do bordo e no bojo, terminando a decoração ao chegar-se ao fundo, neste caso também convexo. O diâmetro do seu bordo é de 16 cm sendo que não nos deparámos com paralelos para esta forma, à exceção de uma peça semelhante no contexto da Rua dos Correeiros datado dos séculos XV-XVI[54].

No que diz respeito às variantes que se seguem são, então de bordo ligeiramente invertido, com lábio de secção semicircular, corpo carenado e muito canelado assentando em pé em anel, apresentando-se o interior destas peças brunido. Dos 44 indivíduos incluídos nesta morfologia, 41 dizem respeito à variante "D" **(Fig. 4)**, a morfologia desta descrita acima, é caracterizada por um bordo bastante canelado. Apresentam diâmetros entre os 15 cm e os 19 cm, e têm paralelos com formas em contextos de Palmela[55] e Lisboa[56], contextos datados dos séculos XV-XVI. Os restantes 3 indivíduos correspondem à variante "E" que apresenta todas as características gerais desta morfologia, diferenciando-se pela carena muito acentuada. Os diâmetros encontram-se entre os 17 cm e os 20 cm existindo paralelos na Rua do Benformoso – séculos XV-XVI[57].

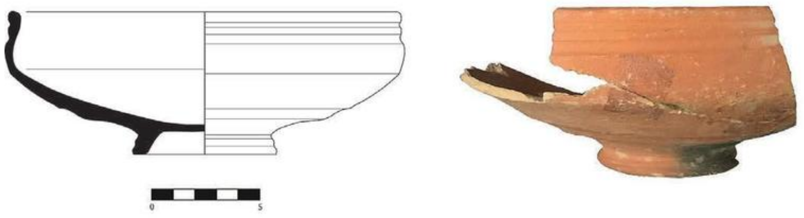


Fig. 4 – Exemplo da variante D de tigela.

[54] DIOGO, António Dias.; TRINDADE, Laura – *Cerâmicas de barro vermelho...*, p. 229.
[55] FERNANDES, Isabel; CARVALHO, António – *Cerâmicas baixo-medievais da casa n.º 4...*, p. 95.
[56] NUNES, Tiago; FILIPE, Iaola – *Quarteirão dos Lagares contributo para a história...*, p. 144.
[57] MARQUES, António; LEITÃO, Eva; BOTELHO, Paulo – *Rua do Benformoso 168/186...*, p. 127.

Ainda nas formas de levar a mesa, contamos com os pratos que perfazem 16 indivíduos sendo divididos em 2 variantes. Estes são definidos como recipientes de pequena a média dimensão, de forma aberta, utilizados para servir alimentos. A variante "A" conta com 15 indivíduos, estes apresentam bordo em aba descaída, exvertida, decorada abundantemente com estrias e tipicamente brunido no interior, paredes de perfil troncocónico que assentam num pé em anel. Têm diâmetros entre os 11 cm e os 22 cm com a superfície interna brunida, a nível de paralelos deparamo-nos em Lisboa com exemplares semelhantes datados entre os séculos XV-XVI[58]. A variante "B" **(Fig. 5)** é a nosso ver uma forma inédita no registo arqueológico entre os séculos XIV a XVI. É caracterizado por um bordo em aba larga, extrovertida e estriada com paredes troncocónicas, brunidas interiormente, que acabam por culminar num fundo em anel, à semelhança da forma "A". Contudo, no centro da superfície interna ostenta uma espécie de "reservatório" de 1,5 cm de altura, que se assemelha a um "pé em anel invertido". A possibilidade de que esta característica se trate de um erro de fabrico é descartada, visto o interior do "reservatório" apresentar-se trabalhado, indicando que este foi feito propositadamente. O diâmetro desta peça é de 25 cm, apresentando uma altura de 6 cm. O diâmetro do fundo e do anel interior são ambos de 7,5 cm. Existe uma peça semelhante datada entre os séculos XIV-XV num contexto em Teruel[59]. Essa peça apresenta, no entanto 5 destes pequenos "reservatórios" na sua face interna o que a difere da forma aqui em análise que só possui 1.

A última forma de utilização à mesa são os púcaros. Definimo-los como sendo recipientes de pequena a média dimensão, de forma fechada, utilizados no serviço de mesa, ou em funções de armazenamento. Esta forma conta com 4 indivíduos e tende a ser de bordo exvertido com lábio de secção semicircular, com canelura abaixo do bordo, a partir do qual se desenvolve uma asa, que se prolonga até ao bojo de forma globular. Têm diâmetros entre os 4,4 cm e os 10 cm, sendo identificados paralelos no contexto da Casa do Governador[60].

As últimas formas dizem respeito aos contentores de fogo, nomeadamente as candeias e os fogareiros. As primeiras são compostas por um grupo de 10 indivíduos, são formas bastante baixas, de paredes côncavas com o bordo trabalhado e assentando numa base plana e de diâmetro indeterminável. Existem paralelos, por exemplo, no Quarteirão dos Lagares datados entre os séculos XV-XVI[61]. Para terminar, os fogareiros contam com 3 indivíduos. Apresentam um fundo plano com aba de forma

[58] TRINDADE, Laura; DIOGO, António. Dias – *Cerâmicas de barro vermelho...*, p. 211.

[59] PÉREZ-PIÁ, Diana – Propuesta de sistematización de la cerámica bajomedieval de Teruel, *SAGVNTVM. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia,* Vol. 51, Valencia, Universidade de Valencia, 2019, p. 243.

[60] GASPAR, Alexandra.; GOMES, Ana (et al.) – *Cerâmicas do século XV-XVI da Casa do Governador...*

[61] NUNES, Tiago; FILIPE, Iaola – *Quarteirão dos Lagares contributo para a história...*, p. 146.

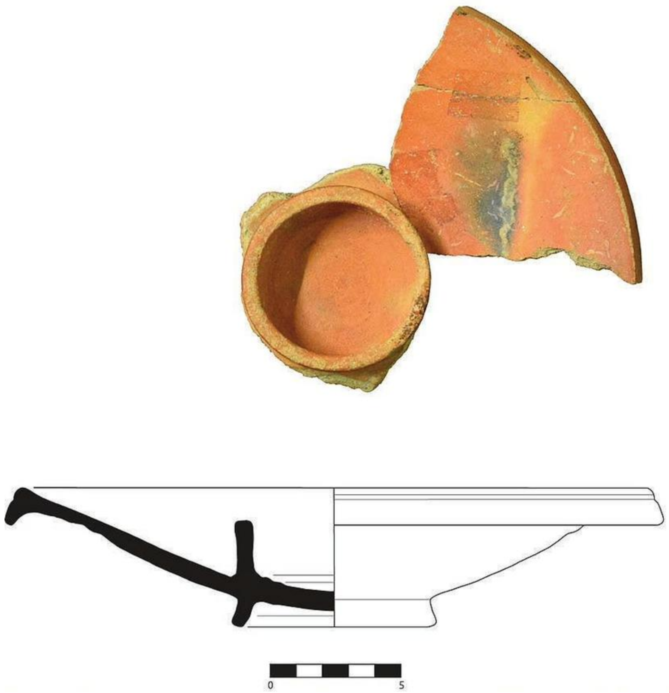


Fig. 5 – Exemplo da variante B de prato que consideramos ser uma forma inédita no registo arqueológico desta cronologia.

troncocónica e lábio de perfil semicircular. O corpo inferior é alto de formato troncocónico e sugere abertura trapezoidal, com paredes claramente afeiçoadas para a entrada de ar. Acima destas, a parede adota uma forma exvertida e angulosa. Apresenta um diâmetro de 19 cm não tendo sido reconhecido por nós nenhum paralelo formal, existindo, no entanto, formas semelhantes em contextos das Portas de Santo Antão datados entre os séculos XV-XVI[62].

5. Cerâmicas e quotidianos medievais: considerações finais.

Este conjunto representa um pedaço do bairro histórico da Mouraria. Neste sentido, é importante voltar a realçar os sítios arqueológicos que refletem a vivacidade produtiva, característica deste espaço, ao longo dos séculos. Identificámos paralelos formais em

[62] CARDOSO, Guilherme; BATALHA, Luísa; REBELO, Paulo; ROCHA, Miguel; NETO, Nuno; BRITO, Sara – *Uma olaria na rua das portas...*, p. 1720.

diversos sítios arqueológicos dentro do bairro histórico da Mouraria como é o caso do sítio arqueológico da Rua do Benformoso já previamente mencionado, ou do sítio arqueológico da Rua dos Lagares nas imediações do Beco de São Marçal – sítio de descarte de cerâmica -, ambos apresentam inúmeros paralelos formais enquadráveis entre os séculos XV-XVI. O sítio arqueológico na Rua João do Outeiro, enquadrável nessa mesma cronologia apresenta um espólio variado onde nos foi também possível identificar paralelos.

Fora do espaço que diz respeito à Mouraria realçar os sítios arqueológicos das Escadinhas da Barroca, e o sítio na rua das portas de Santo Antão, ambos contextos com amplos espólios cerâmicos e até com vestígios de produção oleira entre os séculos XV-XVI.

No entanto, é também importante referir outros sítios onde, apesar de não encontrarmos paralelos formais, é nos possível realçar vestígios de produção oleira anterior e posterior à cronologia em questão. Assim, são exemplos da produção oleira da Mouraria de Lisboa os sítios da Rua da Amendoeira onde se documenta um forno de cerâmica e telha do século XV assim como espólio dos séculos XIII-XIV e o sítio arqueológico do Largo das Olarias onde se identificaram 4 fornos de cronologias entre os séculos XVI-XVII.

Assim sendo, esta sucinta enumeração de sítios e paralelos arqueológicos serve para ilustrar, em primeiro lugar, o ímpeto produtivo que se fazia sentir na Mouraria de Lisboa durante o século XV, como o são testemunhos os inúmeros sítios arqueológicos onde nos foi possível identificar paralelos – prova da proliferação deste ofício e das suas produções – e em segundo lugar, de que este ímpeto se perpetua até aos século XVI-XVII à medida que o Bairro das Olarias se destaca enquanto fonte de abastecimento cerâmico da cidade de Lisboa.

O conjunto recuperado no Beco de São Marçal é um exemplo perfeito das produções de cerâmica que permeavam a cidade de Lisboa durante este período, sendo as formas bastante idênticas aos demais contextos enumerados. A análise macroscópica confirma tratar-se de produções locais, sendo as pastas homogéneas e compactas e abundantes em quartzos e micas, características das produções lisboetas. A maioria dos objetos corresponde a formas de utilização quotidiano, em ambiente doméstico e são como observámos anteriormente comuns nos fornos e locais de deposição de cerâmica de barros vermelhos difundidos pela cidade.

As peças com o intuito de confecionar alimentos são as mais abundantes como já observámos, apresentando ainda elementos de tradição medieval como os bordos de secção subrectangular, as asas que arrancam do bordo, poderiam servir o propósito de confecionar ensopados. Os tachos, de paredes troncocónicas e fundos convexos, cumpririam a função de fritar alimentos, ou mesmo de ir ao forno, característicos da tradição alimentar islâmica são formas que acabarão por cair em desuso nos séculos

XVI-XVII. Os alguidares apresentam um papel particular no conjunto sendo bastante versáteis, devido ao seu diâmetro bastante variável, serviriam funções de auxílio na confeção de alimentos, como amassar pão, ou lavar produtos alimentares. Apesar de não serem abundantes neste contexto, os recipientes que visavam o armazenamento de líquidos são característicos deste período como é o caso dos cântaros. As infusas apresentam-se também com a morfologia associada a esta cronologia, servindo possivelmente para o serviço de líquidos à mesa, é também provável que servisse para conter líquidos, como o azeite. Nestas formas de levar à mesa os pratos e as tigelas destacam-se por apresentarem uma clara tradição medieval como o pé em anel sobre o qual assentam, os pratos poderiam ter ainda outra função para além de servir alimentos, servindo possivelmente como testos para cobrir os recipientes de cozinha durante a confeção de alimentos, de destacar é também a grande dimensão destas formas que pode evidenciar hábitos de consumo de alimentos de cariz comunal, características de tradição islâmica e que se acabarão por perder mais tarde com o renascimento onde a mudança de hábitos e costumes levará à alteração da morfologia das peças. Os púcaros, que aqui não figuram por não nos ter sido possível estudar, mas cujo inventário da escavação os documenta em amplo número, são também formas típicas e seriam utilizados transversalmente na sociedade Portuguesa para beber água. No que diz respeito aos recipientes de fogo os fogareiros utilizar-se-iam em conjunto com as panelas e os tachos para cozinharem os alimentos, sendo que as candeias utilizadas em conjunto com o azeite como combustível cumpririam propósitos de iluminação.

A abundância destas formas em tão diversos contextos difundidos pela cidade não é de estranhar, uma vez que era exigido aos oleiros de Lisboa saber fazer estas formas mesmo um século depois, em 1572 – como consta do Regimento de oleiros de Lisboa. Fica aqui explícito que estes devem saber fazer "talhas de agoa" assim como "cantaros E potes para ter agoa de meo almude E atanores E quartões (...) quaisquer panelas E azados" como qualquer outro objeto pedido, o que reflete a importância e variabilidade que estas produções detinham nos quotidianos de Lisboa deste período.

Estas formas enquadram-se assim no contexto de abastecimento da cidade de Lisboa derivado das suas produções locais, possivelmente oriundo de um centro produtivo próximo do seu local de deposição uma vez se tratar do Bairro das Olarias. As tendências de tradição islâmica verificam-se ainda na morfologia das peças, reflexo do contacto próximo entre muçulmanos e cristãos no bairro das olarias mesmo após o édito de expulsão das minorias religiosas em 1496. Por fim, esta convivência é símbolo de uma simbiose entre gentes e hábitos fundindo-se os costumes das populações cristã e muçulmana nos fornos do Bairro das Olarias e arredores que dariam origem a uma cerâmica típica deste período de transição entre a Baixa Idade Média e a Idade Moderna, estas produções encontradas por toda a cidade são testemunho das preferências dos seus utilizadores e o grande número de formas e peças é prova da

grande vitalidade destes centros produtores e dos seus artífices atarefados ao mesmo tempo que a cidade de Lisboa se afigura como uma das principais cidades comerciais da Europa Atlântica.

Esperamos com este texto ter ilustrado a importância das intervenções arqueológicas, e do estudo destes, muitas vezes negligenciados, conjuntos materiais para a compreensão dos quotidianos destas cronologias. Com tão elevado número de intervenções a decorrer anualmente na cidade de Lisboa seria desaconselhável descartarmos estes conjuntos como não possuindo qualquer interesse para o estudo das sociedades humanas do passado e não nos servirmos da vasta riqueza de informação que estes possuem.

Com tal número de trabalhos e tantos já levados a cabo ainda por estudar é certo que tal como esta intervenção, as peças do puzzle continuar-se-ão a unir de modo a proporcionarem-nos uma gradualmente mais ampla visão destes períodos e dos seus intervenientes.

Parte V
Quotidianos entre o urbano e o rural

O papel das instituições concelhias na gestão quotidiana da rede viária em Portugal na Baixa Idade Média[1]

Rúben Filipe Teixeira da Conceição[2]

Resumo

A gestão da rede viária foi sofrendo com as inconstâncias da ação humana ao longo da História. Indispensável ao bem comum, todos, sem exceção, utilizavam as suas diferentes componentes – caminhos, pontes, barcas, etc. –, pela maior facilidade e segurança que imprimia nas deslocações. Porém, eram poucos aqueles que se predispunham a geri-la de forma eficiente, sobretudo no que tocava à sua manutenção, levando à degradação e à ruína das estruturas. Cientes destas dinâmicas e recorrendo a documentação publicada, produzida pelas autoridades concelhias e em âmbito de Cortes, pretendemos entender como era feita a gestão da rede viária em meio urbano e rural em Portugal na Baixa Idade Média. Partindo desta questão, procuraremos identificar as normativas emanadas no que concerne à manutenção destas estruturas, e consequentemente, à mão-de-obra e às matérias-primas necessárias, bem como as formas de financiamento desta atividade, identificando, sempre que possível, os diferentes intervenientes.

Palavras-chave

Caminhos; Pontes; Política viária; Instituições municipais; Legislação régia.

---

[1]Este estudo apenas ganhou forma graças às informações disponibilizadas por Luís Miguel Rêpas, mas sobretudo pelo nosso colega e amigo Paulo Morgado e Cunha, a quem devemos um sincero agradecimento, pelo generoso acompanhamento ao longo da preparação desta publicação.

[2] Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2021.05262.BD), em regime de cotutela entre a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Doutoramento em História) e a Facultad de Xeografia e Historia da Universidad de Santiago de Compostela (Doutoramento em Estudos Medievais), e investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória e do GI-2168 SCRIPTA. Escritura, pensamiento y sociedad; Email: filipe.rtc@gmail.com; URL: https://flup.academia.edu/FilipeConceiçao ; https://orcid.org/0000-0002-9304-0823.

The role of the municipal institutions in the daily management of the road network in Portugal in the Early Middle Ages.

Abstract

The management of the road network has suffered from the inconsistencies of human action throughout History. Indispensable to the common good, everyone, without exception, used its different components – roads, bridges, ferries, etc. –, for the ease and safety that it provided for travel. However, few were prepared to manage it efficiently, especially when it came to maintenance, leading to the degradation and ruin of structures. Aware of these dynamics, and using published documentation produced by the municipal authorities and in the context of royal courts, we intend to understand how the urban and rural road network was managed in Portugal in the Early Middle Ages. On this basis, we will seek to identify the regulations issued regarding the maintenance of these structures, and consequently, the labour and raw materials required, as well as the ways of financing this activity, identifying, whenever possible, the different interveners.

Keywords
Roads; Bridges; Road policy council; Municipal institutions; Royal law.

A vida quotidiana é feita de deslocações, sendo que as cidades e vilas da Europa medieval não foram exceção. Das pequenas jornadas diárias às grandes viagens, tal só era possível graças à existência de estruturas, como caminhos e pontes, que permitiam a ligação entre os vários espaços e o fluxo de pessoas, mercadorias e ideias. Com o aumento da circulação, visível ao longo da Baixa Idade Média, verificou-se uma utilização exponencial destas estruturas e, consequentemente, do seu desgaste. Coube, então, às autoridades, sobretudo ao poder local, responder ao impacto que as dinâmicas socioeconómicas tinham na rede viária.

Não é do nosso interesse desenvolver aqui uma análise sistemática da questão – nem tal seria possível –, mas sim explorar as dinâmicas que levaram a que as autoridades concelhias se tenham tornado as entidades protagonistas na gestão da rede viária. Paralelamente, procuraremos analisar quais as estratégias que foram desenvolvidas e qual a eficácia das suas ações, tendo em vista a execução destas obras[3].

[3] São inúmeros os trabalhos que abordam a gestão da rede viária pelas autoridades concelhias no

De forma a atingirmos estes objetivos, recorremos a documentação produzida entre os séculos XI ao XVI, mas com especial enfoque no século XV: por um lado, aquela produzida no seio da atividade concelhia, com destaque para as Atas de Vereação e por outro, os capítulos gerais e especiais apresentados e discutidos nas reuniões de Cortes.

1. Do papel da Igreja à intromissão da Coroa (séculos XIII-XIV).

Antes de avançarmos para o século XV, foco principal deste estudo, é necessário entender a evolução da legislação referente à rede viária nos séculos anteriores. No que respeita à sua manutenção, especialmente das pontes, foi desde cedo encarada como uma obra pia no Ocidente europeu medieval[4], sendo um ponto de convergência entre a Coroa, a nobreza, o clero e as comunidades urbanas e rurais.

A análise dos 14 testamentos régios conhecidos para a primeira dinastia[5] demonstrou-nos que, à exceção do primeiro documento de D. Afonso Henriques e do testamento de D. Sancho II, todos os documentos lavrados até ao último de D. Dinis incluem legados para pontes. Destes, os únicos que privilegiam estruturas específicas são o segundo testamento de D. Afonso Henriques[6] e o único conhecido para D. Sancho I[7]. Mas os monarcas que lhes sucederam optaram por uma abordagem

Portugal da Baixa Idade Média e, como tal, seria impossível fazer um arrolamento completo. Todavia, não podemos deixar de destacar GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1987 e COSTA, Adelaide Pereira Millán da – *Projecção espacial de domínios. Das relações de poder ao burgo Portuense (1385-1502)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1999. Tese de Doutoramento. Focadas na cidade do Porto, as autoras abordam, entre outros, o papel dos oficiais locais na gestão da rede viária urbana e rural.

[4] Esta é uma característica transversal a todo este espaço, desde a Península Ibérica – como veremos adiante –, ao mundo escandinavo (LUND, Julie – "Thresholds and Passages: The meanings of Bridges and Crossings in the Viking Age and Early Middle Ages". *Viking and Medieval Scandinavia* [Em linha] 1 (2005), pp. 120-121 [Consultado a 23 Maio 2022]. Disponível em https://www.academia.edu/4187798/Thresholds_and_Passages_The_Meanings_of_Bridges_and_Crossings_in_the_Viking_Age_and_Early_Middle_Ages), à Península Itálica (OLDFIELD, Paul – *Sanctity and Pilgrimage in Medieval Southern Italy, 1000-1200*. Cambridge University Press: 2014, pp. 187-188) a França (GHILARDI, Matthieu, *et alii*. – "Dating the bridge at Avignon (south France) and reconstructing the Rhone River fluvial palaeo-landscape in Provence from medieval to modern times". *Journal of Archaeological Science*: *Reports* [Em linha] 4 (2015), pp. 336-338 [Consultado a 23 Maio 2022]. Disponível em https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2352409X15301322?via%3Dihub) ou a Inglaterra (HARRISON, David – *The Bridges of Medieval England. Transport and Society 400-1800*. Oxford: Oxford University Press, 2004, pp. 193-195).

[5] Para esta tarefa, utilizamos a transcrição dos testamentos régios presentes em MOTA, António Brochado da – *Testamentos Régios: Primeira Dinastia (1109-1383)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011. Dissertação de Mestrado em História Medieval.

[6] MOTA, António Brochado da – *Testamentos Régios: Primeira Dinastia (1109-1383)*..., p. 180. Foram 3000 os morabitinos deixados em legado para uma ponte sobre o rio Douro. Segundo António Lima, existem vestígios arqueológicos que indicam que a sua construção terá sido iniciada, mas nunca terminada. Veja-se LIMA, António M. C. – "Fortificações e vias de comunicação no curso terminal do Douro (Séculos IX-XI)", In FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*. Vol. I. Edições Colibri & Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 186.

[7] MOTA, António Brochado da – *Testamentos Régios: Primeira Dinastia (1109-1383)*..., p. 183. D. Sancho I lega 1000 morabitinos para a ponte de Coimbra, mandada construir pelo seu pai, aproveitando uma estrutura

mais alargada, ao beneficiarem as pontes de forma generalizada. O caso mais extremo foi o de D. Dinis, que aumentou o legado inicial de 4.000 libras[8] para 10.000 libras "pera fazer, & refazer pontes hu meus testamenteiros virem que mais cumprir"[9]. O mesmo não se verificará com o seu filho, D. Afonso IV, *O Bravo* (1325-1357), nem com D. Pedro I (1357-1367) ou D. Fernando (1367-1383), que não incluiram quaisquer claúsulas para pontes nos respetivos testamentos. Esta atitude poderá ser consequência do desvanecer da motivação religiosa face a estas estruturas, o que poderá explicar uma certa quebra de ritmo construtivo nos séculos finais da Idade Média, como aponta Carlos Alberto Ferreira de Almeida[10].

Mas acreditamos que até ao início do século XIV, esta tarefa recaiu, principalmente, sobre os eclesiásticos catedralícios, ação visível através dos legados testamentários que atribuíam a estas estruturas, com 52 referências a pontes nos 131 documentos elaborados entre 1230 e 1325, num rácio de 1 para 3[11]. Tratam-se de legados atribuídos a estruturas específicas, por norma localizadas em importantes corredores de circulação, como é o caso das pontes de D. Zameiro[12], de Rates[13] e de Barcelos[14], no trajeto entre o Porto e Tui, ou das várias pontes identificadas ao longo da *Estrada da Beira*[15]. A sua relevância é exacerbada, sobretudo quando comparamos com os legados régios. Apesar dos monarcas terem uma capacidade financeira maior, as mandas testamentárias só seriam executadas após a sua morte. Além disso, como a maioria destes legados não eram direcionados a pontes específicas, podemos presumir que seria necessário realizar um levantamento das estruturas que necessitavam de intervenção, o que levaria o seu tempo, acabando por diminuir a eficácia dos legados no que toca à sua aplicação. São prova disso os reinados de D. Afonso III (1248-1279) e de D. Dinis (1279-1325).

Como refere Carlos Alberto Ferreira de Almeida, a tarefa de zelar pela manutenção e construção de pontes terá começado a ser assumida pelos oficiais concelhios ainda no reinado de D. Afonso IV, inspirado certamente pelas políticas

---

pré-existente de origem romana (MONTEIRO, Helena Patrícia Romão – *A Estrada da Beira: Reconstituição de um traçado medieval*. Lisboa: NOVA FCSH, 2012. Dissertação de Mestrado em História Medieval, p. 81).

[8] MOTA, António Brochado da – *Testamentos Régios: Primeira Dinastia (1109-1383)...*, p. 195.

[9] MOTA, António Brochado da – *Testamentos Régios: Primeira Dinastia (1109-1383)...*, pp. 199 e 204.

[10] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias Medievais. Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1968. Tese de Licenciatura. p. 130.

[11] Esta análise é realizada tendo como base os testamentos inscritos em MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (coord.) – *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa. Universidade Católica Portuguesa, 2010, e que resultou num artigo de nossa autoria que se encontra no prelo: CONCEIÇÃO, Rúben Filipe Teixeira da – "*Mando et Lego*: as pontes nos testamentos eclesiásticos portugueses (1071 a 1325)". *Lusitania Sacra* Vol. 44 (2022). (no prelo).

[12] *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)…*, p. 51 e p. 527.

[13] *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)…*, p. 154.

[14] *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)…*, p. 227.

[15] Veja-se MONTEIRO, Helena Patrícia Romão – *A Estrada da Beira: Reconstituição de um traçado medieval...*

adotadas no reino vizinho[16]. Referimo-nos às *Sete Partidas*, corpo normativo mandado redigir por Afonso X, *O Sábio* (1252-1284), na fase inicial do seu reinado, nomeadamente à lei que nos fala de como o rei deveria amar a sua terra, mandando "labrar los puentes y las calzadas, y allanar los pasos malos porque los hombres pueden andar y llevar sus bestias y sus cosas desembargadamente de un lugar a outro, de manera que no las pierdan en el passaje de los ríos, ni en los otros lugares por donde fueren"[17]. Os vereadores concelhios[18] deveriam ser supervisionados por um corregedor, que reportaria diretamente ao rei[19]. Foi esta a linha de ação adotada por D. Afonso IV, ao mandar lavrar o *Regimento dos Vereadores* em 1338[20]. Naturalmente, este zelo face às estruturas de uso comum acarretava a gestão das despesas a ter com a mão-de-obra e com os materiais necessários[21]. Contudo, tenhamos em atenção que não se trata de uma mudança completa do paradigma da gestão da rede viária, mas sim de mais um mecanismo de intervenção régia a nível local. De facto, o *Regimento* apenas vem consagrar em *Lei* o que já era posto em prática[22].

Todavia, a crescente interferência da Coroa junto dos concelhos – visível através da legislação criada, de qual é exemplo o *Regimento* supracitado - não significou a assunção imediata e completa da gestão da rede viária, existindo casos de cooperação entre o poder local e as instituições eclesiásticas. É o que nos dá conta um documento de 1326, em que Frei Estêvão, procurador e celeireiro de Alcobaça, terá apresentado ao alvazil de Torres Vedras, Martim Simões, uma carta do Rei que o autorizaria a construir pontes onde fosse necessário. Este optou por construir uma

---

[16] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias Medievais. Entre Douro e Minho*..., p. 130.

[17] *Las siete partidas del Rey Don Alfonso el Sabio: cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia. Tomo 2: Partida Segunda y Tercera* [Em linha]. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2008. Partida II, Título XI, Lei I. [Consultado a 20 Dezembro 2021]. Disponível em http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/las-siete-partidas-del-rey-don-alfonso-el-sabio-cotejadas-con-varios-codices-antiguos-por-la-real-academia-de-la-historia-tomo-2-partida-segunda-y-tercera--0/html/.

[18] RUIZ PILARES, Enrique José – "La política viaria municipal a finales de la Edad Media (1430-1530): el caso de Jerez de la Frontera". *Norba. Revista de Historia* Vol. 25-26 (2012-2013). p. 210. No caso de Jerez de la Frontera, as autoridades concelhias eram dominadas pelas elites sociais, nomeadamente as Casas de Medina Sidonia e de Arcos, situação que se alterou apenas com a ascensão dos *Reis Católicos* ao trono de Castela. Situação semelhante era visível em Plasencia, em que "algunas personas relacionadas con la gestión de las comunicaciones – sobre todos los puentes – podían incluso llegar a ser verdaderos responsables en las relaciones comerciales", diga-se as elites mercantis (MORÁIS MORÁN, José Albero – "Puentes y Caminos en la Extremadura Medieval", In CRUZ VILLALÓN, María – *Viajes, viajeros y obra pública. Extremadura entre España y Portugal*. Badajoz: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2015, pp. 74-75).

[19] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias Medievais. Entre Douro e Minho*…, p. 138.

[20] HEITOR, Ivone Susana Cortesão – *Ordenações Afonsinas. Livro Primeiro* [Em linha] Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Título Vinte e Sete. [Consultado a 20 Dezembro 2021]. Disponível em http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/l1ind.htm.

Sobre a criação do cargo de vereador em Portugal, a sua evolução e as funções por si exercidas, veja-se: FARELO, Mário – *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. Tese de Doutoramento. pp. 52-59.

[21] HEITOR, Ivone Susana Cortesão – *Ordenações Afonsinas. Livro Primeiro*...,Título Vinte e Sete, item 6.

[22] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias Medievais. Entre Douro e Minho*…, pp. 126-127.

ponte em padieira em Randide, atual São Pedro da Cadeira (c. Torres Vedras), que deveria durar uns 40 anos[23]. Outro exemplo é o do bispo de Coimbra, D. Jorge, que numa carta de 1344, considerava "serviço de deeos" a obra que o concelho de Coimbra fazia com as estruturas públicas, mandando que os eclesiásticos sob a sua alçada as financiassem monetariamente, devendo-o fazer até nove dias após a apresentação da carta, sob o risco de excomunhão em caso de incumprimento[24]. Já o mosteiro de Celas de Coimbra mandou lavrar, em 1351, uma licença de exploração em favor do concelho da dita cidade, da "pedreira e olival de Montes Claros tirar toda a pedra, que nas obras públicas lhe fosse necessaria", como forma de pagar determinadas custas devidas pelo mosteiro[25].

Se compararmos a realidade peninsular com outras além-Pirenéus, veremos que a postura perante a rede viária apresentou diferentes soluções. No que concerne à Península Itálica, as primeiras diretivas recuam a 1162 e 1164, com o grande incremento a observar-se no século XIII, através da criação de *Estatutos*, como em Trévise (1231), Padova (1238), Bolonha (1250), entre outros[26]. Nos *Estatutos de Parma* de 1255, é ordenado que todas as ruas da vila fossem pavimentadas[27], e colocava-se na figura do *podestà* -a maior autoridade civil da comuna- a responsabilidade de zelar pela boa conservação das vias do território sob sua administração[28], política certamente proporcionada pela autonomia destas cidades. Já em Inglaterra, e pelo menos até ao início do século XVI, o papel dos particulares foi uma constante, apesar da intervenção régia. Esta apenas se terá começado a inverter a partir de 1530, aquando da aprovação do *The Bridges Act*, pelo Parlamento Inglês, através do qual se delegava às autoridades locais a responsabilidade de assegurar a manutenção destas estruturas[29].

2. O papel dos oficiais concelhios (séculos XIV-XV).

Ao longo do século XIV, a importância dos oficiais concelhios na gestão da rede viária

---

[23] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias Medievais. Entre Douro e Minho…*, pp. 125-126. Uma transcrição do documento original pode ser consultada em AZEVEDO, Pedro A. – "Construção de uma ponte em Rendide". *Archeólogo Português* Vol. VII (1902-1903), pp. 182-183. [Consultado a 17 Dezembro 2021]. Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_7/180_miscelanea_archeologica.pdf.

[24] Coimbra, Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, *Pergaminhos* Avulsos, nº 10. Este documento é citado em ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias Medievais. Entre Douro e Minho…*, pp. 138-139.

[25] Coimbra, Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, *Pergaminhos* Avulsos, nº 11.

[26] SZABÓ, Thomas – "La route dans la législation des communes italiennes", In CORBIAU, arie-Hélène; VAN DEN ABEELE, Baudoin; YANTE, Jean-Marie; BULTOT-VERLEYSEN, Anne-Marie (ed.) – *La route au Moyen Âge. Réalités et Représentations*. Louvain-la-Neuve, Université catholique de Louvain, 2020, p. 97.

[27] SZABÓ, Thomas – "La route dans la législation des communes italiennes"…, pp. 95-96.

[28] SZABÓ, Thomas – "La route dans la législation des communes italiennes"…, p. 95 e p. 98.

[29] Sobre a evolução dos mecanismos de financiamento das pontes em Inglaterra, veja-se HARRISON, David – *The Bridges of Medieval England. Transport and Society 400-1800...*, pp. 184-257.

foi sendo cada vez mais notória, sobretudo quando a simbiose institucional entre os poderes concelhios e as demais instituições se começou a comprovar efêmera. Entre estes destacam-se os procuradores, a quem cabia "representar a instituição municipal perante as outras entidades públicas e privadas do reino e nomeadamente perante o rei"[30], bem como a responsabilidade pela gestão dos bens móveis e da raiz do concelho, o que incluía as pontes e as calçadas.

Estes continuaram a manter um papel relevante na vida concelhia ao longo do século XV, como comprova um regimento do Porto de 1412, mas não pelos melhores motivos. Nele é referido que o procurador devia mandar fazer e reparar as estruturas públicas, enquanto os vereadores estavam responsáveis pelo seu financiamento e os juízes por angariarem a mão-de-obra e por garantirem que os caminhos e as pontes fossem construídas com "tres covedos em ancho de guisa"[31], o que seria tido como suficiente para permitir a circulação nas vias intra-muros. No caso de incumprimento, os dois primeiros teriam de realizar as obras necessárias às suas custas, enquanto os últimos seriam obrigados a pagar 500 libras[32].

Em 1414, na vereação de 2 de junho, registou-se que o corregedor incumbiu os futuros vereadores e procurador da urbe portuense de fazerem correger os chafarizes, fontes e calçadas da cidade até ao primeiro dia de agosto, sob pena de cada um ter de pagar 1.000 libras para os cofres do concelho. Note-se que os oficiais em fim de mandato estavam também sujeitos ao pagamento da coima, de forma a não deixar que a questão caísse em esquecimento. E tal não aconteceu, pois a 4 de julho, os recém-empossados vereadores, Afonso de Moreira e Paio Estevez, bem como o novo procurador João Rodrigues, dão conta de que "fariam E poriam logo em obra o mais toste que poderem"[33]. O corregedor determinou ainda que os almotacés[34] mandassem limpar as ruas e vielas da cidade até à véspera do Corpo de Deus, estando sujeitos

---

[30] FARELO, Mário – *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)…*, p.64. O autor chama a atenção para uma lei sem datação de D. Afonso IV. Para tal, veja-se: *Livro das Leis e Posturas*. Leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971. pp. 264-265.

[31] Porto, Arquivo Histórico do Porto, *Livro de Vereações*, Livro 3, fl. 44v.

[32] Porto, Arquivo Histórico do Porto, *Livro de Vereações*, Livro 3, fl. 44. Sobre as vias em ambiente urbano, veja-se GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV...*, pp. 82-91. Paralelamente, Sandra Pinto, em "Demolir ou reparar: das normas jurídicas portuguesas para edifícios em ruína (séculos XV a XIX)". *Revista de História da Sociedade e da Cultura* Vol. 18 (2018). pp. 89-108, aborda a relação entre imóvel e via pública, com o objetivo de zelar pelo bem da comunidade. Apesar de focado em Lisboa, a metodologia poderá ser extendida a outros núcleos urbanos portugueses. Outro estudo relevante é o de Luísa Trindade, sobre a evolução do espaço urbano no Portugal medieval em TRINDADE, Luísa – "A Malha. Fazer cidade no Portugal medieval: agentes, programa e execução" in. COELHO, Carlos Dias (ed.) – *Os Elementos Urbanos*. Lisboa: Argumentum, 2013. pp. 58-81.

[33] FERREIRA, J. A. Pinto – *Vereaçoens: anos de 1401-1449. O segundo libro de vereações do municipio do Porto existente no seu arquivo*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Gabinete de História da Cidade, 1980. pp. 182-183.

[34] GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV...*, p. 89. Cabia aos almotacés "superintender nas questões sobre caminhos, aquedutos, inspeção de ruas e praças, aplicando as respectivas multas em caso de infracção".

a uma pena de 500 libras em caso de incumprimento[35]. A inclusão de cláusulas punitivas e o seu consequente agravamento, leva-nos a crer que os oficiais concelhios não estariam a cumprir eficazmente com os seus deveres. Mas o Porto não era caso único no Reino, existindo outros regimentos que, de forma similar, atestavam as competências dos oficiais concelhios para com a rede viária, como é o caso daqueles lavrados no mesmo período para Évora e Arraiolos[36].

Mas a interação entre o monarca e os oficiais podia revestir-se de muitas formas. Por exemplo, nas Cortes de 1436, D. Duarte delegou no corregedor a função de mandar fazer os caminhos por todo o termo de Lisboa, tendo de recolher cinco reais de cada um dos habitantes da cidade e do seu termo. Segundo os procuradores lisboetas, o corregedor mandou levantar muitas calçadas, mas estas não terão sido consertadas, alegando que ninguém as poderia utilizar no inverno. Consequentemente, o monarca mandou os vereadores escolherem um homem "fiel e abonado" que ficasse responsável por guardar o dinheiro e que levasse a cabo as obras[37], e caso não o cumprissem, seria dada "pena segundo seus mereçjmentos"[38].

Outro exemplo de um oficial com competências na gestão da rede viária é o do desembargador da alçada da comarca da Beira, que em 1495 recebeu um regimento outorgado por D. Manuel I. Nele era ordenado que o oficial cuidasse das obras públicas, incluindo as calçadas e pontes, mandado construir ou reparar sempre que necessário[39]. Paralelamente, deveria informar-se sobre quem recebia os fundos, bem como os respetivos valores, a serem aplicados nas obras da casa da cadeia de Viseu e da ponte de Lafões[40].

3. A discussão em ambiente de Cortes.

Apesar dos esforços, as dificuldades das autoridades concelhias em captarem financiamento para as obras públicas manifestar-se-á ao longo do século XIV.

---

[35] FERREIRA, J. A. Pinto – *Vereaçoens: anos de 1401-1449*..., p. 184.

[36] VILAR, Hermínia Vasconcelos (dir.) – *Os Regimentos de Évora e de Arraiolos do Século XV* [Em linha] Nova edição. Évora: Publicações do CIDEHUS, 2018. [Consultado a 14 Dezembro 2021]. Disponível em http://books.openedition.org/cidehus/3281. Hermínia Vasconcelos Vilar coloca a produção do Livro de Regimentos de Évora no decurso da segunda metade da década de dez ou nos primeiros anos da década de vinte do século XV, e o de Arraiolos como sendo uma cópia original do regimento de Évora, produzido no decurso da década de vinte do século XV.

[37] DIAS, João José Alves – *Cortes Portuguesas Reinado de D. Duarte: Cortes de 1436 e 1438*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos. Universidade Nova de Lisboa, 2004. *Cortes de D. Duarte de 1436,* Lisboa, cap. 8, pp. 78-79. Doravante, citaremos como *Cortes de D. Duarte*. Aplicar-se-á o mesmo modelo de citação aos restantes livros de Cortes, aplicando-se, sempre que necessário, o concelho que deu origem ao pedido e o ano da reunião de Cortes em questão.

[38] *Cortes de D. Duarte de 1438,* Lisboa, cap. 10, pp. 164-165.

[39] DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993. Vol. III, p. 95.

[40] DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*..., pp. 97-98.

Nas Cortes de Évora de 1436, os concelhos pediram em uníssono a D. Duarte que determinasse que os clérigos e leigos contribuíssem para as obras públicas[41]. Mas os procuradores de Santarém e de Vila Real foram mais longe. Os primeiros solicitaram a concessão de 15.000 reais por ano, oriundas das rendas do concelho, com o propósito, exclusivo, de reparar as obras públicas, ficando o valor à responsabilidade de um homem bom[42], pedindo ainda que o dinheiro das revelias das bestas tivesse o mesmo fim[43]. Já os de Vila Real exortaram D. Duarte a compelir os besteiros do conto, os vassalos, os reguengueiros, os privilegiados, e os moradores das honras e dos coutos do termo, a contribuírem para estas obras[44]. Em ambos os casos, o monarca consentiu ao que lhe foi pedido.

Em 1439, já no reinado de D. Afonso V, os procuradores do concelho de Pinhel queixaram-se da atuação de Gonçalo Pereira, afirmando que desde que este recebera o senhorio da vila pelas mãos de D. Duarte, que "nunca quis nem quer consentir que seruam nos carregos spiciaaes asi como pontes fontes muros calçadas uellas e rroldas"[45]. Porém, a questão agravou-se, pois duas pontes que davam acesso à vila ruíram pelas "fortunas das aguas". A solução passou pela cedência dos resíduos refentes às vilas de Pinhel e de Castelo Rodrigo, bem como dos respetivos termos, por seis anos, sendo que as obras deveriam começar o quanto antes, pois corriam o risco de perderem tal privilégio se assim não o fizessem[46]. Igual posição teve o concelho de Silves, que logrou das queixas levantadas contra os privilegiados[47].

Volvidos cinco anos, os procuradores de Valença recordaram ao monarca de uns regimentos que Gonçalo Fernandes, contador, e Estevão Eanes, corregedor, lhe tinham apresentado. Neles estabelecia-se que os oficiais e moradores da dita vila estavam sujeitos ao pagamento de uma pena pecuniária, como consequência do incumprimento das suas obrigações para com as obras públicas. Por seu lado, os de Valença defenderam-se afirmando que estavam pobres, sobretudo devido a um conflito com os de Tui, pedindo ao rei o levantamento das penas, sob o compromisso de cumprirem com as referidas obrigações até ao primeiro dia de março de 1445[48]. É ainda nestas Cortes que nos surge um documento que demonstra a importância de todos nesta matéria. Dentro dos vários privilégios concedidos aos besteiros do conto de Alcácer do Sal, é referido que não deviam ser obrigados a pagar fintas nem

---

[41] *Cortes de D. Duarte de 1436,* Capítulos Gerais, cap. 23, p. 22.

[42] *Cortes de D. Duarte de 1436,* Santarém, cap. 14, pp. 103-104.

[43] *Cortes de D. Duarte de 1436,* Santarém, cap. 25, p. 108.

[44] *Cortes de D. Duarte de 1436,* Vila Real, cap. 1, pp. 117-118.

[45] DIAS, João José Alves; PINTO, Pedro – *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V: Cortes de 1439.* Lisboa: CHAM/Centro de Estudos Históricos. Universidade Nova de Lisboa, 2016. Pinhel, cap. 4, pp. 364-365.

[46] *Cortes de D. Afonso V de 1439,* Pinhel, cap. 7, p. 366.

[47] *Cortes de D. Afonso V de 1439*, Silves, cap. 4, pp. 418-419.

[48] DIAS, João José Alves; PINTO, Pedro – *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V: Cortes de 1441-1447.* Lisboa: CHAM/Centro de Estudos Históricos. Universidade Nova de Lisboa, 2017. *Cortes de D. Afonso V de 1444,* Valença, cap. 6, p. 320.

talhas lançadas pelos concelhos, a não ser aquelas para as obras públicas[49]. Já nas Cortes de 1446 em Lisboa, os procuradores de Braga queixaram-se da inoperância da clerezia face às obras públicas, pedindo que o corregedor os constranjesse, pois "os do dicto Conçelho som tan poucos que nom podem a ello soprir E as obras som mujtas que ham de fazer". Não sendo uma queixa nova, o monarca mandou fazer como era costume, ordenando os oficiais a que obrigassem os clérigos a contribuírem[50].

Meio século depois, mais concretamente nas cortes de Lisboa de 1498, os registos demonstram-nos que a realidade em discussão não se alterou. Dos vários capítulos gerais apresentados a D. Manuel I, dois faziam referência direta a obras públicas. No primeiro, pediu-se ao monarca que os dinheiros resultantes das terças dos concelhos fossem utilizados na construção e na conservação das obras do bem comum[51], enquanto no segundo voltaram as queixas de que os privilegiados não queriam pagar, nem servir, nas "coussas tocantes aa Reepuprica", enfatizando, dentro destes, a posição tomada pelos cristãos-novos, que recusavam-se a cumprir com tais disposições, por também eles serem privilegiados[52]. No final, apenas o segundo capítulo teve uma versão definitiva[53], demonstrando que a Coroa não estava disposta a dar destino diferente às terças do concelho, nem a descurar a posição tomada pelos monarcas anteriores no que toca à intervenção de todos os grupos na gestão da rede viária.

Contudo, as queixas subiram de tom, com o concelho de Lagos a criticar a ação do rei. Os procuradores da vila algarvia afirmaram que os pescadores e mareantes, em número de 800 vizinhos, se escusavam a contribuir para as obras públicas, devido a um acordo prévio entre estes e a Coroa. Alertaram para o facto de que, se a estes se juntassem os cerca de 200 fidalgos, cavaleiros, escudeiros, besteiros e outros privilegiados, não chegavam a 50 o número de pessoas elegíveis ao pagamento dos impostos lançados pelo concelho, muitas delas "ofiçiaaes de ofiçios mujto neçesarios ha villa e aJmda proues". Correndo o risco de a vila ficar despovoada e desnobrecida de obras públicas, o monarca concordou com o agravo que era feito à vila, ordenando que todos os privilegiados comparticipassem. Pressupomos que momentos antes à apresentação deste capítulo em Cortes, tenham existido conversações entre os homens do concelho e os ditos pescadores e mareantes. Avançamos com esta ideia pois, em troca da colaboração destes últimos, que até aí estavam proibidos de pousar na vila, de tomar roupas ou de serem tutores, permite-se que estes possam aí pousar,

---

[49] *Cortes de D. Afonso V de 1444,* Besteiros do Conto de Alcácer, p. 333.

[50] *Cortes de D. Afonso V de 1446,* Braga, cap. 3, p. 432.

[51] DIAS, João José Alves – *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I: Cortes de 1498*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos. Universidade Nova de Lisboa, 2002. Capítulos Gerais (apresentação), cap. 66, p.101.

[52] *Cortes de D. Manuel I de 1498*, Capítulos Gerais (apresentação), cap. 74. p. 103.

[53] *Cortes de D. Manuel I de 1498*, Capítulos Gerais (versão definitiva), cap. 25. p. 315.

sem que fossem lançados hóspedes nas suas casas quando estivessem no mar[54].

Já o discurso do concelho de Santarém adotou outros contornos, com dois pedidos neste âmbito. No primeiro, referiam que a última terça das rendas do concelho, num valor de 100.000 reais, seria utilizada na reparação das obras de utilidade pública, mas que não podia ser executada antes do fim do ano de arrendamento. Todavia, o contador do rei, ao ver que essa terça não era executada, utilizava-a noutras obras[55]. Chamado à atenção para o agravo que esta ação fazia à vila de Santarém, o monarca ordenou ao seu contador que não arrecadasse a dita terça, enquanto houvessem obras públicas nas quais despender as rendas do concelho[56]. Outro destino teve o segundo pedido, com D. Manuel I a rejeitar a solicitação de 150.000 reais para a reparação de 15 pontes e vários caminhos[57]. Ao apresentar dois pedidos semelhantes, os procuradores do concelho de Santarém terão procurado aumentar a probabilidade de ver um deles aprovados, podendo-se enquadrar esta ação no quadro de uma estratégia de comunicação adotada em Cortes.

Mas se há algo que as queixas dos concelhos em Cortes demonstram, é que todos, sem exceção -incluindo os oficiais locais-, procuravam fugir aos encargos que estas obras implicavam. É o que nos dão conta os procuradores de Sesimbra, ao pedirem ao monarca que os juízes e os oficiais concelhios não fossem escusados das suas obrigações para com as obras públicas[58].

4. Os concelhos e a gestão das "coussas tocantes aa Reepuprica".

A intervenção régia na rede viária passou pela delegação da supervisão aos concelhos. Todavia, os consecutivos pedidos apresentados em Cortes, demonstram-nos que desde cedo e de forma generalizada, os concelhos não tinham capacidade financeira para levar a cabo uma gestão eficaz. Mas a carência de meios não é sinónimo de inatividade. Com esta ideia em mente, procuraremos expor as estratégias gizadas pelas autoridades concelhias, não só no que toca ao financiamento das empreitadas, mas também na gestão da mão-de-obra e das matérias-primas.

Sem esquecer os caminhos, focar-nos-emos nas pontes, estruturas para onde convergiam diversas vias e, por isso, tidas como locais de excelência para o estabelecimento de portagens. Aliás, não são raros os casos em que "alguma determinação do poder real ou senhorial obrigava os passantes a confluir para um determinado lugar, sobretudo aqueles para quem o objetivo da viagem era a realização

[54] *Cortes de D. Manuel I de 1498*, Lagos, cap. 1, pp. 416-417.
[55] *Cortes de D. Manuel I de 1498*, Santarém, cap. 1, p. 501.
[56] *Cortes de D. Manuel I de 1498*, Santarém, pp. 505-506.
[57] *Cortes de D. Manuel I de 1498*, Santarém, cap. 1, p. 502.
[58] *Cortes de D. Manuel I de 1498*, Sesimbra, cap. 4, p. 510.

de trocas comerciais"[59], para aí lhes ser cobrada a passagem, como seria o caso da ponte do Porto, sobre o rio Cávado[60]. Mas também acontecia pelo uso da força. Suzanne Daveau chama atenção para as Cortes de 1459, em que Afonso Lourenço, procurador de Valença do Minho enviado às Cortes de 1459, se queixava que o alcaide de Melgaço obrigava os mercadores provenientes da Galiza a passarem pela vila, para aí cobrar portagem, o que acarretava grandes danos para o Reino, pois os mercadores optavam por rumar a outros destinos. A solução passaria pela cobrança na ponte do Mouro, entre Monção e Melgaço[61].

4.1 Formas de financiamento: pedidos em Cortes.

Apesar dos inúmeros apelos em Cortes, a estratégia ia além de obrigar os privilegiados a pagarem as fintas e talhas lançadas pelos concelhos, procurando, sempre que possível, por apoios específicos. E as Cortes de 1439 demonstram-no, com cinco pedidos a serem realizados, além de outros quatro nas reuniões subsequentes (**Tab. 1**).

Estes dados permitem identificar uma tendência, com o monarca a demonstrar uma maior abertura relativamente aos pedidos que envolvessem somas monetárias e rendas de menor importância, como é o caso dos resíduos ou das penas impostas pelos juízes. Quanto às rendas maiores, como as sisas, terá procurado substituí-las, sem deixar de satisfazer os desejos dos concelhos. A exceção é o pedido feito pelos procuradores bracarenses nas Cortes de 1442, nas quais solicitaram entre 15.000 a 20.000 reais da sisa dos vinhos ou da sisa geral para várias obras públicas, incluindo a construção de uma ponte na rua do Souto, em Braga. O monarca rejeitou o pedido, alegando não ser tempo para prover semelhantes coisas[62].

Outro exemplo que atesta a interação entre os vários intervenientes é o da reconstrução da ponte sobre o rio Côa. Já demos conta das queixas de Pinhel contra Gonçalo Pereira nas Cortes de 1439[63]. Volvidos cinco anos, os procuradores do concelho de Pinhel enviados às Cortes de Évora voltaram a mencionar a questão, mas referindo apenas uma ponte, a que chamavam de «velha», e que se localizaria entre Pinhel, Castelo Rodrigo e as propriedades da Ordem do Pereiro. Desta vez, solicitaram ao rei que constrangesse as restantes partes a participarem na reconstrução da ponte,

---

[59] GONÇALVES, Iria – "Sobre a rede viária em torno de Castelo Branco nos finais da Idade Média", In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.) – *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de homenagem ao Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Vol. I, Porto: Livraria Civilização Editora – Universidade Portucalense, 2003, p. 477.

[60] *Cortes de D. Afonso V de 1439,* Braga, cap. 3, pp. 196-197.

[61] DAVEAU, Suzanne – "Caminhos e fronteira na Serra da Peneda. Alguns exemplos nos séculos XV e XVI e na actualidade". *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, 1ª serie, Vol. XIX (2013), pp. 82-83.

[62] *Cortes de D. Afonso V de 1439,* Braga, cap. 2, pp. 144-146.

[63] *Cortes de D. Afonso V de 1439,* Pinhel, cap. 7, p. 366.

Tabela 1 – Pedidos realizados em Cortes, entre 1439 e 1447, para pontes.

Concelho	Ação	Pedido	Atribuído
Silves (1439)	Reconstrução de uma ponte em Silves	100.000 reais	30.000 reais
Coimbra (1439)	Manutenção das pontes de Ceira e de Mucela	3 contos da sisa dos panos ou dos vinhos	2 contos da sisa dos vinhos para as obras públicas, incluindo as pontes
Pinhel (1439)	Reconstrução das pontes existentes nas ribeiras de Côa e de Pinhel	Resíduos de Pinhel e de Castelo Rodrigo por alguns anos	Resíduos de Pinhel, de Castelo Rodrigo e seus termos, por seis anos. As obras teriam de começar no 1º ano, para não perderem o imposto
Avis (1439)	Manutenção da ponte sobre o ribeiro do Galego	Rendas das penas postas pelos Juízes até a obra estar finalizada	Rendas das penas postas pelos Juízes entre 1440 e 1444
Lamego (1439)	Manutenção da ponte sobre o rio Balsemão	Colheita da cidade, avaliada em 63 libras de moeda antiga por ano ou parte das rendas do almoxarifado	Rendas das penas impostas pelos juízes/corregedor, aquando da estadia na cidade ou no seu termo, pelos três anos seguintes
Braga (1442)	Construção de uma ponte na rua do Souto, em Braga (entre outras estruturas)	Entre 15.000 a 20.000 reais da sisa dos vinhos ou da sisa geral	Pedido recusado pelo monarca
Pinhel (1444)	Reconstrução da «ponte velha» sobre a ribeira de Côa	Obra fosse executada pelos concelhos de Pinhel e de Castelo Rodrigo, e a Ordem do Pereiro	O monarca manda o corregedor atuar junto das diferentes entidades envolvidas
Castelo Rodrigo (1447)	Reconstrução da «ponte velha» sobre a ribeira de Côa	A obra está orçamentada em 200.000 reais e pedem fundos para a finalizarem	Resíduos das vilas de Castelo Rodrigo, Pinhel e Almeida, por vinte anos
Castelo Rodrigo (1447)	Reconstrução da fortificação da vila, da «ponte velha» e outras estruturas	Que parte dos resíduos da «comarca de rribas de coa», a serem utilizados nos elementos defensivos da vila, pudessem ser despendidos na ponte	Pedido aceite pelo monarca

tendo o pedido sido aceite, ficando o corregedor responsável por essa tarefa[64].

O pedido parece ter surtido efeito, dado que os procuradores de Castelo Rodrigo apresentaram dois pedidos nas Cortes de 1447, com o objetivo de terminarem a obra. No seu discurso, deram conta da "muy fremosa ponte toda de camto talhada E esta pomte sehor posto que seia muy gramde trabalho e muy grande custo a esta terra e a pinhell", não deixando de reforçar as vidas poupadas desde a sua reconstrução. Todavia, a segurança providenciada pela ponte teve um custo total de 200.000 reais, valor demasiado elevado para as capacidades financeiras do concelho. Para que a obra fosse finalizada, o monarca outorgou os resíduos dos últimos 20 anos relativos a Castelo Rodrigo, Pinhel e Almeida[65]. Permitiu ainda que utilizassem parte dos fundos que estavam destinados à reconstrução das defesas de Castelo Rodrigo[66]. Certo é que, segundo o relato dos procuradores de Pinhel nas Cortes de 1459, tais fundos não terão chegado ao concelho, que seria um lugar "tam pobre que os pobres escasamente se podem manteer", condição agravada pela construção da ponte, num custo total de 2.000 dobras[67].

4.2 Formas de financiamento: nível concelhio.

A nível local, foram várias as estratégias adotadas, entre elas o lançamento de fintas e talhas, a que todos tentavam fugir, o que suscitou constantes queixas em Cortes, como já fomos descrevendo. Outra forma era através do arrendamento de propriedades dos próprios concelhos. Tomemos como exemplo a reunião da vereação do Porto de 03 de agosto de 1448, em que o procurador concelhio referiu que as obras a que a ponte da Lagoncinha (c. Lousado) estava sujeita tinha um custo elevado, estando o concelho incapaz de pagar os salários devidos aos ferreiros contratados. A solução passou pelo arrendamento das entradas dos vinhos e dos pesos da cidade por 10.000 reais brancos, sendo que o arrendatário teria de dar como entrada 4.000 reais, que seriam utilizados para saldar a dívida. Assim, encarregou-se João d'Arouca de apregoar as rendas pela cidade, com a oferta mais alta a ser a de João de Merles, em linha com o que tinha sido estipulado em vereação. Este comprometeu-se a pagar os restantes 6.000 reais aos quartéis do ano e a dar como fiança as casas em que vivia[68].

[64] *Cortes de D. Afonso V de 1444,* Pinhel, cap. 2, p. 299.

[65] *Cortes de D. Afonso V de 1447,* Castelo Rodrigo, cap. 2, pp. 517-518.

[66] *Cortes de D. Afonso V de 1447,* Castelo Rodrigo, cap. 4, p. 519.

[67] COELHO, Maria Helena da Cruz; RÊPAS, Luís Miguel – *Um cruzamento de Fronteiras. O discurso da Guarda em Cortes.* Porto: Campo das Letras, 2006. p. 161. O custo real da reconstrução desta ponte rondaria, em 1460, os 460.000 reais. Este cálculo é baseado numas atas das Cortes de 1460, onde está registado o lançamento de um imposto por D. Afonso V, que terá rendido para o Tesouro Real 150.000 dobras, a uma taxa de 230 reais por cada dobra. Para tal, veja-se: DOMINGUEZ, Rodrigo da Costa – *O Financiamento da coroa portuguesa nos finais da Idade Média: entre o "Africano" e o "Venturoso"*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013. Tese de Doutoramento. p. 197.

[68] FERREIRA, J. A. Pinto – *Vereaçoens: anos de 1401-1449…*, pp. 320-322.

Outro exemplo é o da ponte da Quarteira (c. Loulé), que segundo o registo da ata da vereação de Loulé de 7 de dezembro de 1492, deveria de ser construída até à Páscoa de 1493[69]. Mas esse objetivo não foi concretizado, suscitando uma contenda entre o juiz do concelho e os oficiais responsáveis por arrecadar os fundos para as obras da dita ponte e noutra localizada em Tôr (c. Loulé)[70]. A empreitada estaria finalizada a 29 de março de 1495, data em que o concelho arrendou as várzeas e a retorta de Bilhas a Martim Vasques, por 5.000 reais de ouro e prata, de forma a terem dinheiro para pagar, entre outros, a Pedro Afonso, pedreiro que aí trabalhou[71].

Com o mesmo objetivo eram canalizadas as coimas de âmbito judicial, fosse com o pagamento de uma soma monetária ou através de serviço braçal. Por exemplo, na reunião da vereação de Alcochete e Aldeia Galega, de 8 de outubro de 1421, definiu-se que os vereadores deviam averiguar o estado em que estava a ponte de Caparica e mandar acabá-la. A obra devia ser financiada com 1.000 reais de três libras e meia, à taxa usada em 1415[72]. Mas por estar tão "mal amanhada", o concelho definiu, a 16 de novembro, que o vereador Gonçalo Anes a iria correger, tendo de executar a obra no prazo máximo de 15 dias, sob pena de o fazer à sua custa[73]. Em semelhante situação viu-se Diego Anes, que segundo os registos concelhios do Porto, de 19 de dezembro de 1442, incorria numa pena de 20 reais, imposta pelo corregedor, caso não cumprisse os seus deveres como recebedor da ponte de Matosinhos[74]. Noutra reunião da vereação portuense, de 16 de fevereiro de 1443, é referido que o pedreiro Afonso Anes devia iniciar as obras na dita ponte de Matosinhos a 1 de março, e que não devia alçar mãos dela até terminar a empreitada, sob pena de prisão e do pagamento de uma coima de 20 reais, a par do que já era imposto aos oficiais concelhios[75].

Outro exemplo são os caminhos em torno de Montemor-o-Novo. Por verem que as estradas reais e os caminhos públicos eram preteridos pelos caminhos particulares, o que trazia grandes perdas aos primeiros, provavelmente por aí serem cobradas portagens, e grandes danos patrimoniais aos segundos, o concelho recorreu ao monarca. Consequentemente, D. Manuel I ordenou, em 1498, que os prevaricadores pagassem 2.000 reais, sendo metade para o dono do caminho particular e a outra para a libertação de cativos[76]. Desta forma, o monarca terá conseguido salvaguardar os interesses régios, os das autoridades concelhias e os dos privados.

---

[69] SERRA, Manuel Pedro (coord.) – "Actas de Vereação de Loulé: séculos XIV-XV". *Revista Al'-Ulyã (suplemento)* 10 (1988), p. 74.

[70] SERRA, Manuel Pedro (coord.) – "Actas de Vereação de Loulé: séculos XIV-XV"…, pp. 128-129.

[71] SERRA, Manuel Pedro (coord.) – "Actas de Vereação de Loulé: séculos XIV-XV"…, pp. 193-194.

[72] VARGAS, José Manuel – *Livro da Vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422). Introdução, transcrição e notas*. Alcochete: Câmara Municipal de Alchocete, 2005. p. 166.

[73] VARGAS, José Manuel – *Livro da Vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)…*, p. 169.

[74] FERREIRA, J. A. Pinto – *Vereaçoens: anos de 1401-1449…*, pp. 236-237.

[75] FERREIRA, J. A. Pinto – *Vereaçoens: anos de 1401-1449…*, pp. 242-243.

[76] *Cortes de D. Manuel I de 1498*, Montemor-o-Novo, 3º doc, pp. 465-466.

4.3 Mão-de-obra e matérias-primas.

No que toca à mão-de-obra empregada, são vários os relatos em que a população era convocada a contribuir com força braçal, matérias-primas ou através de um pagamento pecuniário[77]. Foi o caso dos moradores de Alcochete e Aldeia Galega[78], os de Loulé e do seu termo - incluindo cristãos, mouros e judeus[79]-, ou ainda os de Azurara, que para a reconstrução de um caminho tinham de pagar os salários dos mestres pedreiros, enquanto os moradores das freguesias comarcãs tinham de fornecer dois carros de pedra[80]. Neste âmbito, entramos no domínio da "responsabilidade dos indivíduos face ao espaço", sendo que, embora o "usufruto não fosse circunstância necessária para compelir à contribuição, em princípio o comum dos habitantes tinha deveres acrescidos face às áreas que mais directamente vivenciava"[81].

Mas existiam empreitadas em que era necessário recorrer a mão-de-obra qualificada[82]. Nas Cortes de 1442, os procuradores enviados pelo concelho de Lisboa conseguiram que o monarca isentasse os mestres de obras da cidade -um carpinteiro e um pedreiro-, de qualquer encargo régio[83]. No ano seguinte, nas atas da vereação do Porto, registou-se a atividade de três pedreiros na obra do muro junto à Porta Nova: Afonso Vasques como mestre de obra, e Lourenço Afonso e João de Betanços como seus ajudantes, sendo que o primeiro receberia 20 reais secos por dia e os restantes 18 reais[84]. Ainda no Porto, a vereação de 1448-49 pagou 2.000 reais a Diego de Ferreira, por seis meses de serviço na ponte de Matosinhos. Paralelamente, registou-se para a ponte da Lagoncinha, em 1450-51, o pagamento de 75 reais ao pedreiro João Afonso[85] e outros cinco reais a Afonso Anes d'Abelheira, pelos alvarás da sua manutenção[86]. Dois anos antes, a 24 de dezembro de 1448, declarou-se que a madeira de castanheiro e de carvalho empregada nessa ponte fosse doada a Rui Galvão, secretário de D.

[77] No que concerne à ação dos particulares no licenciamento de obras, sobretudo na Lisboa do período moderno, veja-se PINTO, Sandra M. G. – "*Veer e midir.* O licenciamento de obras particulares em Lisboa no período moderno". *Cuadernos de Historia del Derecho* 23 (2016). pp. 259-283.

[78] VARGAS, José Manuel - *Livro da Vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)…*, p. 166.

[79] SERRA, Manuel Pedro (coord.) – "Actas de Vereação de Loulé: séculos XIV-XV"…, p. 59.

[80] RIBEIRO, Marco Alexandre – *As Atas de Vereação do Porto de 1485 a 1488. Leitura Paleográfica, Publicação e Estudo Prévio.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. Dissertação de Mestrado. pp. 106-108.

[81] COSTA, Adelaide Pereira Millán da – *Projecção espacial de domínios das relações de poder ao burgo Portuense (1385-1502)*..., p. 550.

[82] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias Medievais. Entre Douro e Minho…*, p. 129. Uma das primeiras menções ao recurso de trabalho qualificado na construção de pontes em Portugal remonta a 1209, aquando da concessão de uma série de privilégios por parte de D. Sancho I aos homens que trabalhavam nas pontes de Penamacor. Todavia, a existência de mão-de-obra qualificada e de bons materiais é questionável, sobretudo no que concerne à construção de calçadas (GONÇALVES, Iria - *As finanças municipais do Porto…*, p. 88).

[83] *Cortes de D. Afonso V de 1442,* Lisboa, cap. 9, p. 171.

[84] FERREIRA, J. A. Pinto – *Vereaçoens: anos de 1401-1449…*, pp. 300-301.

[85] Porto, Arquivo Histórico do Porto, *Cofre dos Bens do Concelho,* Livro 1, fl. 40.

[86] Porto, Arquivo Histórico do Porto, *Cofre dos Bens do Concelho*, Livro 1, fl. 40v.

Afonso V, "mui boo Escudeiro E que senpre terria carrego dos feitos da dicta Cidade quando lho mandasem Requerer"[87].

Deparámo-nos ainda com o caso de João Eanes, carpinteiro e morador de Coimbra. Segundo uma carta de perdão, datada de 7 de setembro de 1454[88], este estaria responsável, desde 1451, por correger as casas que o rei teria em Vila Nova de Anços (c. Soure) e de construir uma ponte em pedra no rio da vila. Porém, andava fugido à justiça régia por ter morto João de Besteiros -motivo da feitura desta carta-, seu aprendiz de ofício e a quem dava guarida. Mas é a descrição dos mecanismos de controlo por parte das autoridades que torna este documento interessante. Ora vejamos. Como punição, o carpinteiro teria de voltar a Vila Nova de Anços para finalizar as obras, no prazo de dois anos, seguidos de outros dois em Ceuta. Estas deslocações seriam registadas pelas autoridades à chegada a cada um destes lugares, ora pelos juízes da dita vila, ora pelo Conde de Odemira, D. Sancho de Noronha, respetivamente. Cumpridos os quatro anos da sentença, João Eanes ficaria livre, sem receio de ser preso como consequência deste caso.

Os dois últimos exemplos, relativos ao Porto, permitem-nos identificar o funcionamento das diferentes componentes da cadeia operatória destas empreitadas. O primeiro trata-se de um pedido realizado a 15 de fevereiro de 1511, em que os moradores da Rua de Belmonte, representados pelo armeiro Álvaro Gonçalves -que aí detinha propriedades-, desejavam que esta fosse calcetada. Nas negociações com a Câmara, estes mostram-se disponíveis para custear o calcetamento da via, desde que as autoridades concelhias fornecessem a pedra, o que terá acontecido de forma célere[89]. O segundo documento é um contrato celebrado entre a vereação e dois pedreiros, a 30 de abril de 1513, e que visava a conclusão do calcetamento do troço em falta entre a praça da Ribeira e a Rua Nova[90]. Tal como em 1511, a Vereação forneceria a pedra, extraída da pedreira de Belmonte, devendo esta ser preparada e transportada a expensas dos pedreiros, que receberiam 550 reais por cada braça de calçada[91]. De forma a garantir a execução da obra, o concelho terá imposto uma terceira condição: sempre que a cidade desses 5.000 reais aos pedreiros, estes não

[87] FERREIRA, J. A. Pinto – *Vereaçoens: anos de 1401-1449...*, p. 386-387.

[88] AZEVEDO, Pedro de – *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos. Tomo II (1450-1456).* Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1934. pp. 225-227.

[89] ARAÚJO, Jorge – *A Administração Municipal do Porto (1508-1511).* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001. pp. 105-106.

[90] FERREIRA, Cristina Isabel de Oliveira Gomes – *A Vereação da cidade do Porto (1512/1514).* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997. Dissertação de Mestrado. pp. 181-182. Sobre esta notável obra de modernidade do Porto medieval, veja-se o que foi escrito em Amaral, Luís Carlos; Duarte, Luís Miguel. "Os homens que pagaram a Rua Nova: Fiscalização, Sociedade e Ordenamento territorial no Porto Quatrocentista". *Revista de História. Centro de História da Universidade do Porto* VI (1985): 7-96.

[91] Citando GONÇALVES, Iria – "Posturas Municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa". *Estudos Medievais* 7 (1986), p.169. Estes valores entrariam em conflito com os salários praticados em Lisboa no final do século XV, estipulados em "cinquenta reais por cada braça de calçada".

deviam “alevantarem maom da obra”, o que era salvaguardado pela imposição de uma multa de 10.000 reais em caso de incumprimento[92].

Considerações finais.

Ao longo desta exposição, procuramos aferir o papel instituições concelhias na gestão quotidiana da rede viária em Portugal na Baixa Idade Média. As primeiras tentativas organizadas partem da autoridade régia, que via nos oficiais concelhios o veículo para aplicar a legislação produzida. Esta ter-se-á desenvolvido a partir das leis castelhanas, mas a crescente centralização do poder régio em Portugal em contraste com a multiplicidade de poderes em Castela, fez com que estas tenham sido aplicadas de forma mais célere no território português. O mesmo se aplica quando comparado com a realidade inglesa, em que a intervenção régia foi diminuta, pelo menos, até à primeira metade do século XVI. Todavia, se colocarmos lado a lado as instituições concelhias portuguesas com as italianas, percebemos que estes últimos eram mais eficazes na gestão da rede viária, derivado da sua maior autonomia.

Outra conclusão é a de que todos procuravam fugir às obrigações para com as obras públicas, algo que é constante no discurso apresentado em Cortes. Não falamos apenas da escusa ao pagamento de fintas e talhas, mas também do cumprimento de trabalho braçal. E nos pedidos relativos a estas questões, os monarcas consentiam, quase sempre, em favor da causa pública. Esta atitude pode ser vista como um meio para atingir dois fins: ora porque o rei que zelava pela sua terra e pelo seu povo, era considerado um rei bom; ora por ser um mecanismo que permitia à Coroa, através das instituições concelhias, obter poder sob os demais poderes.

Mas esta influência acabou por fazer recair sobre a estrutura administrativa, e consequentemente, sobre o erário concelhio, a difícil tarefa de assegurar uma correta gestão da rede viária. O volume crescente de documentação ao longo do século XIV e XV, emitida a vários níveis, permitiu-nos identificar alguns desses esforços. O arrendamento de propriedades e de impostos, bem como a introdução de cláusulas punitivas à ação dos oficiais concelhios e daqueles que eram chamados a cumprir determinadas tarefas – especializadas ou não –, pelas estruturas de governo local, acabam por reforçar a ideia de autonomia, com o objetivo de financiar estes empreendimentos. Todavia, em pouco favorecia a atividade dos seus oficiais que, dependentes de terceiros para fazerem cumprir com as tarefas de que estavam mandatos, viam-se impotentes no cumprimento da sua missão, resultando em constantes queixas feitas junto dos monarcas.

O facto da análise ser transversal ao território de Portugal continental, com

[92] FERREIRA, Cristina Isabel de Oliveira Gomes – *A Vereação da cidade do Porto (1512/1514)...*, p. 182.

informação de vários diversos fundos documentais, permitiu-nos identificar uma tendência generalizada em calcetar caminhos de maior uso, sobretudo as vias de acesso aos aglomerados urbanos ou, na falta de recursos, de troços mais vulneráveis, como consequência de um tráfego viário mais intenso ou a simples exposição à natureza. De igual modo, vemos as pontes aparecerem na documentação em momentos em que urgia efetivar a sua manutenção, de forma a evitar a sua degradação, como no caso das pontes de Caparica e da Lagoncinha, ou a sua ruína, como no caso da ponte de Pinhel.

Espaços Domésticos e Mundo Objetual nos Subúrbios de *al-Ushbuna* no Século XII

Jorge Branco[1]
Rodrigo Banha da Silva[2]

Resumo

O presente trabalho incide sobre os quotidianos no arrabalde ocidental de *al-Ushbuna*, durante o século XII, tendo por base o estudo do espólio e arquiteturas de duas das unidades habitacionais do bairro identificado nas escavações de 1999-2001 na Praça da Figueira (Lisboa). O espólio é sobretudo composto por materiais cerâmicos, tendo-se também identificado objetos relacionados com outras atividades domésticas e produtivas. As habitações inserem-se num bairro que, tendo em conta a sua arquitetura e processos construtivos, sugere ter sido edificado em finais do século XI a inícios do século XII com o propósito de receber populações deslocadas de territórios a norte ou do próprio território da cidade, devido ao avanço da expansão cristã. As mesmas terão tido uso até à data da conquista de Lisboa pelo reino de Portugal, embora as reformulações estruturais de uma das habitações sugiram uma mais longa ocupação deste bairro.

Palavras-chave
Quotidianos; Cerâmica Islâmica; Arqueologia Urbana; Reconquista; *Gharb al-Andalus*.

---

[1] Mestrando em Arqueologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
[2] CAL-DPC-CML; CHAM – FCSH/UNL; UAC.

Domestic Spaces and Artifacts in the Suburbs of the 12th Century *al-Ushbuna*

Abstract

This article focuses on the daily life in the western suburbs of *al-Ushbuna,* during the 12th Century. It is based on the objects and architectures of two domestic contexts, from a neighbourhood identified during the 1999-2001 excavations that took place in Praça da Figueira (Lisbon). The artifact group is mostly composed by pottery, although there were identified some objects related to other domestical and productive activities. The houses fit in a neighbourhood that, taking in consideration its architecture and constructive processes, may have been built in the late 11th century-early 12th century, with the purpose of welcoming refugees from northern territories, or areas around *al-Ushbuna* itself, forced to moved due to the Christian expansion. The neighbourhood may have been occupied until the conquest of Lisbon by the Portuguese Kingdom, however, the structural reformulations of one of these houses suggest a longer occupation in time.

Keywords
Everyday Life; Islamic Pottery; Urban Archaeology; Reconquista; *Gharb al-Andalus.*

Introdução.

O texto presente corresponde aos resultados preliminares do estudo das habitações 1 e 6 do bairro islâmico da Praça da Figueira, em Lisboa **(Figura 1)**. O sítio foi identificado no âmbito dos trabalhos arqueológicos realizados entre 1999 e 2001, motivados pela instalação de um parqueamento automóvel, tendo os vestígios islâmicos sido encontrados a cerca de 5m de profundidade em relação à cota atual da praça, revelando um conjunto arquitetónico que foi depois interpretado como parcela de um bairro.

Tendo em conta a temática das presentes Jornadas, isto é, os quotidianos, procurámos adaptar o estudo que um de nós (JB) se encontra a desenvolver no âmbito da sua dissertação de mestrado, de forma a contribuir com novos dados e materiais acerca das vivências que tiveram lugar durante o século XII naquele espaço periférico e extramuros da cidade de *al-Ushbuna*.

Além das arquiteturas, que serão o primeiro objeto da análise, iremos incidir

em grande parte no estudo da cerâmica. Elementos mais comuns na maioria dos contextos arqueológicos, tendo em conta a sua capacidade de resistir à passagem do tempo e aos elementos erosivos do solo, tem-se presente na análise a existência certa de outros objetos que não ficaram preservados no registo arqueológico devido ao seu caráter perecível, designadamente em madeira, verga e tecido. O estudo da cerâmica será feito de acordo com os critérios de sistematização propostos em 2009 pelo Grupo CIGA[3]. A atribuição de tipologias foi realizada, na maior parte dos casos, tendo em conta as caraterísticas morfológicas do bordo e respetivo lábio, e poderão, até ao término do estudo, sofrer reformulações, optando-se por acrescentar tipologias ou eliminar outras mais redundantes.

O Bairro.

A intervenção arqueológica colocou a descoberto aproximadamente 1100m, uma parcela de um bairro islâmico bem mais extenso (**Figura 2**), composta por 7 quarteirões e 5 artérias de circulação. A maioria das habitações seguia os preceitos urbanísticos canónicos: a sua fachada principal encontrava-se orientada para Meca (sudeste), possuía um compartimento privado, cego para o exterior, pátio (central ou lateral) a partir do qual se acedia às restantes divisões, tendo sido identificadas cozinhas, armazéns e latrinas. No entanto, as casas revelaram a ausência de um elemento imprescindível nas habitações islâmicas em espaço urbano, o átrio.

Apesar do razoável estado de conservação das estruturas, nenhuma das unidades habitacionais preservava todos os elementos da planta original. As razões para essa ausência prendem-se com as ações de reaproveitamento de materiais construtivos que se seguiram ao abandono do espaço (segunda metade do século XII – primeira metade do século XIII), bem como à lixiviação episódica e forte dos depósitos formados naquela fase.

As unidades habitacionais teriam em média 48m2 de área, o que corresponde a uma dimensão reduzida, sugerindo um fraco estatuto económico dos seus moradores. Construídas em taipa e sem revestimento parietal na sua face interna, dotadas de pisos em terra batida com ou sem argamassa, apenas em duas unidades habitacional se assinalaram vestígios de um piso almagrado no compartimento maior (salão) e de um pavimento lajeado empregue no pátio de uma outra.

A planta dos arruamentos e quarteirões mostrava alguma regularidade, sendo plausível admitir que a sua matriz resultou de um parcelamento rural prévio à instalação da urbanística.[4]

[3] BUGALHÃO, Jacinta, *et al.* – "CIGA: Projeto de Sistematização para a Cerâmca Islâmica do Gharb al-Andalus", *Xelb* 10 (2009), n.p.

[4] SILVA, Rodrigo Banha da – "A Ocupação do Período da Dominação Islâmica na Praça da Figueira

A escavação demonstrou que o conjunto urbano não possui antecedentes similares arqueologicamente documentados no local, como também que alguns dos quarteirões partilhavam o mesmo muro de limite, sugerindo que os recintos eram erguidos primeiro e só posteriormente eram subdivididos. As observações anteriores, juntamente com o caráter eminentemente habitacional do bairro, sugerem que o mesmo foi alvo de uma instalação sincrónica, motivado não pelo crescimento orgânico da cidade, mas pela vinda de populações que lhe eram exógenas.

Relativamente à sua data de instalação e ocupação, dois trabalhos académicos recentemente desenvolvidos[5] já apresentaram propostas nesse sentido, destacando-se o trabalho de Inês Pires no âmbito do seu estudo dos materiais da Via F do bairro, onde com base no estudo exaustivo dos materiais em estratigrafia a investigadora sugere que este foi edificado em torno dos inícios do período almorávida (1094)[6]. Ambos os autores citados propõem que o abandono da urbanística ocorreu após a conquista de Lisboa pelo Reino de Portugal, em 1147. No entanto, este abandono não terá sido imediato, mas sim gradual ao longo do século XII, atingindo talvez ainda os inícios do século XIII, cronologia atestada pela presença de materiais com essa cronologia[7].

As Habitações 1 e 6.

A habitação 1, por se encontrar nos limites da escavação, não nos permite estudar a totalidade da sua arquitetura. Encontrava-se preservada uma larga extensão do seu muro ocidental, com aproximadamente 15,4m de comprimento e 50cm de espessura, bem como outros muros que permitem formar uma ideia geral de algumas das divisões da casa. Dotada de amplo pátio central, com 8,8m de comprimento, este aparentava contactar com o salão através de um duplo arco. A sul do pátio existia um compartimento com uma área de cerca de 5,6 m^2. A habitação possuía cobertura em telha.

O estudo do espólio proveniente da habitação 1 encontra-se ainda em curso. Foram, por isso, selecionadas "unidades estratigráficas-chave" correspondentes à fase de uso/abandono, nalguns casos contextos fechados como, por exemplo, através do derrube de uma estrutura, bem como exemplares específicos funcionalmente bem definidos e/ou datados que, no seu conjunto, fornecessem dados relevantes sobre os quotidianos.

(Lisboa)". In Afonso Henriques e a sua época. Lisboa: Associação Amigos de Lisboa, 2012, pp. 7-9.

[5] Referindo-nos aos trabalhos académicos "MIRA, Duarte – *A Arqueología de uma Casa Islâmica do Extremo Ocidental do Gharb al-Andaluz: A Unidade Habitacional P/Q – 9/11 da Praça da Figueira (Lisboa).* Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2019. Tese de Mestrado" e PIRES, Inês – *Contributo para o Estudo das Cerâmicas Islâmicas Provenientes da Praça da Figueira (Lisboa).* Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Estágio de Mestrado.

[6] PIRES, Inês – *Contributo para o Estudo…*, p. 97.

[7] PIRES, Inês – *Contributo para o Estudo…*, p. 91.

A habitação 6 (**Figura 3**, que se encontrava a sudoeste da zona escavada, era de menor dimensão que a anterior, possuindo aproximadamente 45 m^2 (29 m^2 contando apenas com a área útil). Possuía um pátio lateral, de aproximadamente 12,6m^2, na sua etapa inicial com piso lajeado, o único do bairro. Esta divisão comunicava a sudoeste com a cozinha através de uma porta com 86cm de largura, e a noroeste com o salão, que à semelhança da habitação 1, apresentaria alcova num dos seus cantos. A cozinha teria uma área de 7,56m^2, e o salão cerca de 9,36m^2.

Foram identificadas 3 reformulações no muro comum a ambas as habitações, sendo a mais recente a criação de um acesso entre ambas as casas. Esta situação pode sugerir uma maior longevidade de ocupação, o que poderá ser suportado por alguns elementos cerâmicos apresentados de seguida.

Seguindo a proposta avançada aquando da apresentação por António Rei, procurámos compreender se existia uma lógica métrica nas dimensões das casas com a utilização de medidas islâmicas. Os resultados encontram-se na tabela seguinte, e sugerem que as estruturas foram desenhadas a partir desse sistema linear, tendo como elementos base o côvado, com uma dimensão de 0,557m de comprimento, e a vara com 1,1m de comprimento[8].

Tabela 1

Estrutura/medida analisada	Dimensão (metros)	Dimensão (medida islâmica)
Comprimento da habitação 1	15,34 metros	11 varas (15,4 metros)
Acesso pátio-salão da habitação 1	1,8 metros	3 côvados (1,671 metros)
Comprimento do pátio da habitação 1	8,76 metros	8 varas (8,8 metros)
Comprimento da divisão indeterminada da habitação 1	3,3 metros	3 varas (3,3 metros)
Largura da divisão indeterminada da habitação 1	1,7 metros	3 côvados (1,671 metros)
Largura da habitação 6	6,2-6,4 metros	6 varas (6,6 metros)
Comprimento da habitação 6	6,6 metros	6 varas (6,6 metros)
Largura da cozinha da habitação 6	4,2 metros	4 varas (4,4 metros)
Comprimento da cozinha da habitação 6	1,8 metros	3 côvados (1,671 metros)
Largura do pátio da habitação 6	1,9 metros	3 côvados (1,671 metros)

8 Rei, António – *Pesos e Medidas de Origem Islâmica em Portugal*. Évora: Casa da Balança, 1998, pp. 14-15.

A Cerâmica.

A quantificação cerâmica foi realizada com base no modelo de número de fragmentos e número mínimo de indivíduos (NMI). A contagem do número mínimo de indivíduos teve em consideração os fragmentos de bordo, fundo, carena, colo e asas. Em casos pontuais, foram também considerados elementos relacionados com o fabrico ou decoração que permitiam distinguir e individualizar um fragmento dos restantes.

O conjunto cerâmico das unidades estudadas é composto por 1400 fragmentos, dentro dos quais foi possível identificar 297 indivíduos.

A cerâmica de cozinha corresponde ao grupo funcional com maior representatividade (34%), seguido da cerâmica de armazenamento (33%) e mesa (31%). No entanto, as 3 categorias apresentam valores muito próximos. A cerâmica de iluminação, que representa apenas 1% e diz respeito a dois candis identificados na habitação 1, e por fim, a cerâmica de uso doméstico indeterminado corresponde a um fragmento de testo identificado na habitação 6.

Relativamente à decoração, a quantificação aplicada ao número total de fragmentos indica que 84% dos fragmentos se apresentavam sem qualquer indício de decoração.

Neste particular, a pintura, sendo mais comum a cor branca, foi utilizada num leque variado de motivos decorativos, geralmente geométricos, entre os quais se destacam as linhas verticais e horizontais (muitas vezes em conjuntos de três), ziguezagues, quadriculados e motivos radiais. A presença destas decorações, especialmente na cerâmica de armazenamento de líquidos, é entendida por alguns autores como possuindo um caráter apotropaico, considerando a importância da água nos quotidianos destas comunidades[9].

Relativamente à decoração vidrada, esta foi identificada em 45 indivíduos, e apenas nas formas de tigela, jarra/jarrita, bilha, púcaro e candil. A decoração monocromática foi a mais comum (69%), seguida da bicromática (25%) e polícroma (6%).

[9] GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; RAFAEL, Lígia; MACIAS, Santiago – "Habitat e Utensílio na Mértola Almóada", *Cuadernos de Madinat al-Zahra*. Nº 7. Andalucía: Ministério da Cultura, 2010, pp. 175-195.

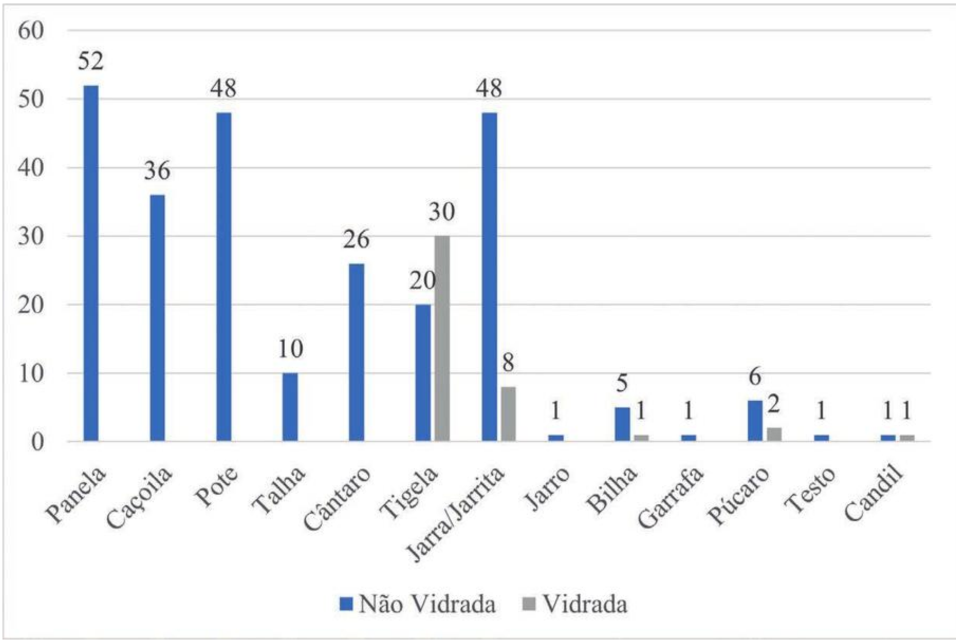


Gráfico 1 – Quantificação do NMI das formas estudadas.

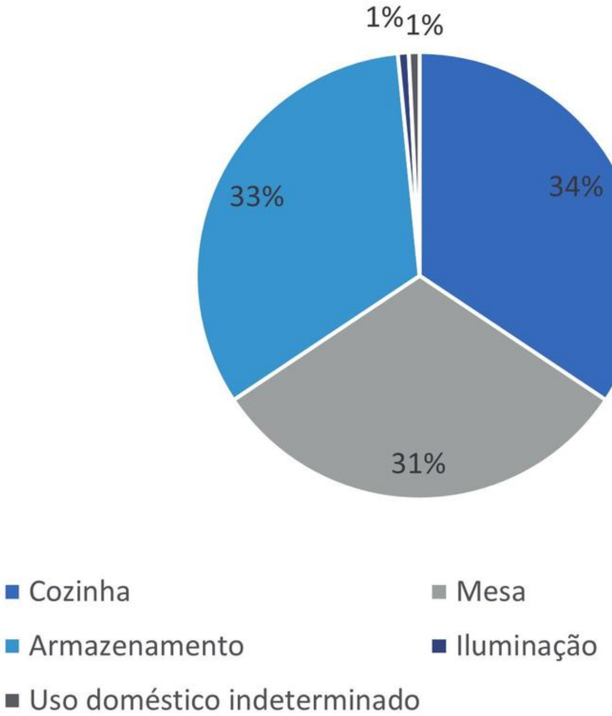


Gráfico 2 – Percentagem de cerâmica por forma funcional.

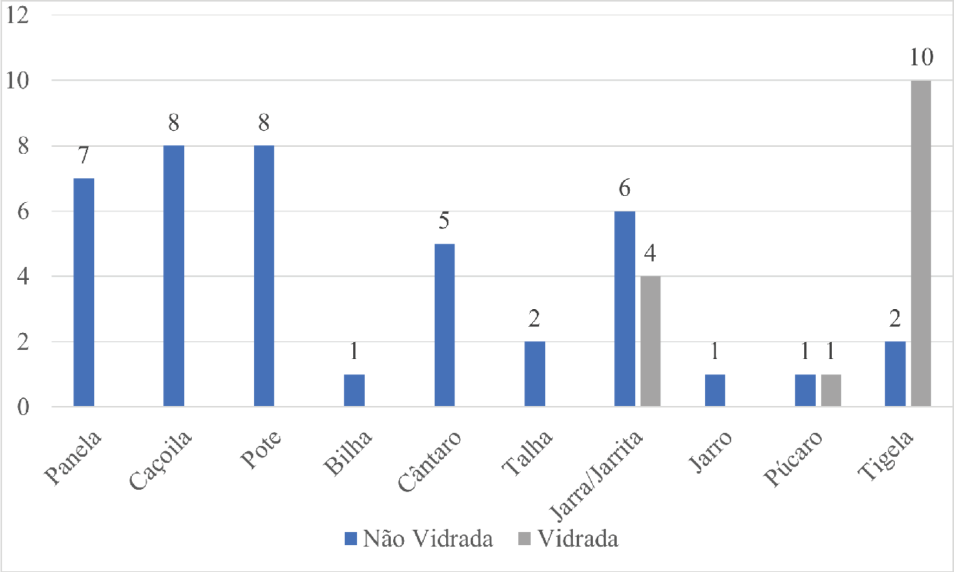


Gráfico 3 – Quantificação do NMI das formas presentes nas unidades [2233] e [2236].

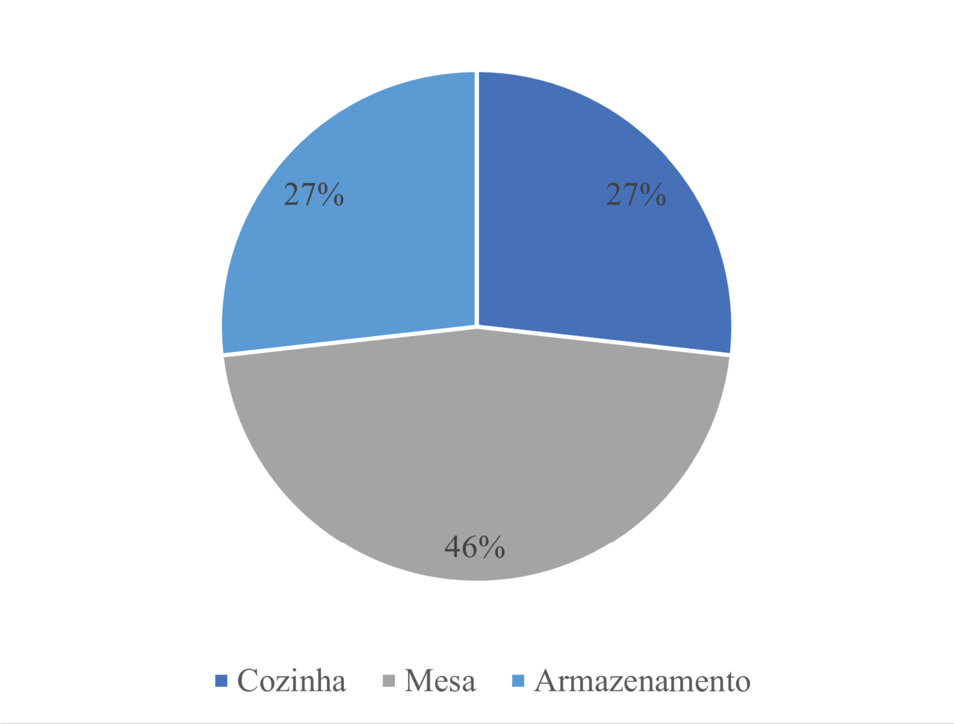


Gráfico 4 – Percentagem de cerâmica por forma funcional das unidades [2233] e [2236].

Cerâmica de cozinha:

Neste grupo encontram-se as formas de panela e caçoila. As panelas correspondem a formas fechadas, geralmente de corpo globular, utilizadas na confeção de cozidos e ensopados. A presença de marcas de fogo foi um elemento essencial na distinção entre estas peças e os potes, que podem apresentar a mesma morfologia.

Apesar de ser mais comum encontrarmos panelas sem decoração, nota-se a presença de engobe em 30 fragmentos, e encontram-se 3 exemplares com outras aplicações (engobe e pintura, pintura a branco, incisão e brunido interno).

Para esta morfologia funcional foram identificadas 7 tipologias formais tendo em conta a configuração do bordo e lábio. O tipo 1 (**Figura 4, nº 2 e 3**), que corresponde a peças com bordo vertical ou ligeiramente extrovertido e lábio arredondado espessado externamente, foi a mais representada, apresentando paralelos com o exemplar PF.00/1637-29 da Via F, atribuído aos séculos XI e XII[10] e com a panela 3011 de Palmela[11], datada dos séculos X e XI, mas cuja vida útil poderá ser alargada.

As caçoilas, por seu turno, correspondem a formas abertas, de corpo mais largo que alto, utilizadas na confeção de fritos e guisados de peixe e carne. Tal como no caso das panelas, foram tidas em conta as marcas de fogo, pois as mesmas formas podem tanto servir de caçoila como de taça.

A decoração mais frequente nas caçoilas corresponde ao brunido interno, presente em 26 fragmentos, um dos quais também com pintura a branco e outro com engobe.

Foram identificadas 8 morfologias, tendo em conta os mesmos critérios acima mencionados, sendo a tipologia 3 (**Figura 4, nº4**) a mais representada, correspondendo a caçoilas com bordo tendencialmente vertical e lábio arredondado. Alguns exemplares apresentam paralelos com as caçoilas do tipo 2 recolhidas na Via F do bairro[12].

Cerâmica de mesa:

Nesta categoria funcional encontram-se as tigelas, jarras/jarritas (distinguidas entre si pela sua dimensão), jarros, bilhas, garrafas e púcaros. É de mencionar que, até ao momento, não foi identificado qualquer fragmento de taça, forma que se distingue das tigelas pelo seu diâmetro de bordo inferior a 15cm. Tal poderá refletir uma quebra do consumo destas peças no século XII, leitura que encerra carácter ainda preliminar

[10] PIRES, Inês – *Contributo para o Estudo…*, p. 60.

[11] ARAÚJO, João Gonçalves – *A Cerâmica Islâmica do Castelo de Palmela: Análise Tipológica e Crono-estratigráfica dos Materiais da Galeria 5*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014, p. 33.

[12] PIRES, Inês – *Contributo para o Estudo…*, p. 57.

pois deve aguardar a conclusão do estudo.

As tigelas, formas abertas de corpo semiesférico utilizadas para o consumo de alimentos, revelaram 10 morfologias de bordo. Destaque-se o tipo 1, de bordo ligeiramente extrovertido ou oblíquo com pequena aba (**Figura 4, nºs 9, 11 e 13**), que possui paralelos com a taça carenada de tipo B proveniente da Igreja de São Lourenço, à qual não foi apontada cronologia por ausência de paralelo no momento do estudo[13].

Identificámos também um exemplar, correspondente a uma tigela vidrada, de bordo ligeiramente extrovertido com lábio semicircular espessado (**Figura 4, nº 14**), com presença de gatos (técnica de restauro de cerâmicas). Essa evidência poderá sugerir que a peça teria um importante valor simbólico ou sentimental para os seus utilizadores (e talvez antiguidade), que se preocuparam em repará-la após esta ter sido partida. Apresenta paralelos com o exemplar nº 2743 identificado na Casa dos Bicos, ostentando a mesma decoração – vidrado melado com motivo radial de flores de lótus pintados a manganês, atribuída aos séculos X e XI[14].

Um dado curioso diz respeito à maior presença de tigelas vidradas neste conjunto, que possivelmente reflete um gosto de consumo. No caso das tigelas não vidradas, identificamos ainda assim a presença de decoração em 11 fragmentos, seja por aplicação de engobe, pintura a branco, pintura a vermelho ou incisão.

Relativamente à cerâmica de mesa com a função de conter líquidos, estas peças foram todas agrupadas na mesma categoria, tendo em conta a dificuldade de as distinguir apenas com base no bordo. No entanto, sempre que possuíamos um maior fragmento que esclarecia a sua forma, ele foi classificado mais especificamente.

Assim, no conjunto de jarras, jarritas, jarros e bilhas foram identificadas 5 morfologias de bordo.

Os tipos mais comuns equivalem ao tipo 1, com 7 indivíduos, (**Figura 4, nº 18**), correspondendo a peças com bordo, vertical e lábio arredondado, seguido do tipo 3, com 5 indivíduos, (**Figura 4, nº 19 e 20**), com bordo vertical e lábio arredondado espessado no interior, possuindo paralelos com as jarrinhas de tipo 8C de Palmela[15]. Apresentam uma longa cronologia, enquadrável entre os séculos IX e XII.

No que diz respeito aos púcaros, apenas identificámos uma variante formal correspondendo a peças de bordo tendencialmente vertical e lábio arredondado. Do mesmo modo que as jarritas, estas peças seriam utilizadas para ingerir individualmente os líquidos.

---

[13] RODRIGUES, Andreia – *Nos Arrabaldes de al-Uxbuna: A Ocupação Islâmica no Sítio Arqueológico da Igreja de São Lourenço (Mouraria, Lisboa)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2019. Tese de Mestrado, p. 38.

[14] MACHADO, Cristina – *Lisboa Ribeirinha e o Comércio de Cerâmica no Período Islâmico: Estudo dos Materiais Cerâmicos Islâmicos Provenientes da Casa dos Bicos*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016. Tese de Mestrado, p. 34.

[15] ARAÚJO, João Gonçalves – *A Cerâmica Islâmica do Castelo…*", p. 59.

Por fim, apenas foi identificado um exemplar de garrafa, quase intacto, recolhido sob o derrube de telhas da habitação 1. Corresponde a uma forma pouco comum em contextos islâmicos.

Cerâmica de armazenamento:

As talhas são grandes recipientes utilizados no armazenamento de água. Até ao momento, foram identificadas 3 morfologias distintas. Em 4 indivíduos assinala-se a presença de cordão plástico na ligação entre o colo e o bojo, bem como motivos incisos, merecendo destaque o exemplar PF.00/2360-101 (**Figura 4, nº 26**), decorado com um cordão da eternidade e motivos ondulados incisos ao longo do bordo, apresentando paralelos com um exemplar recolhido na Praça Nova (Castelo de São Jorge).

Os potes são recipientes de perfil globular utilizados para guardar alimentos, conservados em diversas soluções, entre as quais sal, azeite, mel e farinha[16]. Foram identificadas 5 morfologias de bordo, das quais destacamos o tipo 1 (**Figura 4, nº 22**), correspondente a potes com bordo tendencialmente vertical e lábio arredondado espessado externamente. Identificámos como paralelos as peças da tipologia 2 de panela da Via F[17], bem como com o exemplar RAJG.19/61 da Rua António Joaquim Granjo (Setúbal)[18].

Por fim, os cântaros são contentores cerâmicos utilizados para o transporte de água. Tal como já foi referido, é comum ostentarem motivos pintados cujo carácter é marcadamente apotropaico. Foram identificadas apenas duas morfologias, sendo a mais comum, para este e maioria dos contextos islâmicos, os bordos tendencialmente verticais e lábio em aba (**Figura 4, nº25**). Apresenta paralelos com a tipologia 14C, datada dos séculos X-XI, recolhida no castelo de Palmela[19].

Cerâmica de iluminação:

Dentro deste conjunto apenas foram estudados, até ao momento, dois exemplares de candil. Estes objetos teriam a função de garantir a iluminação das habitações e permitir a realização de outras atividades domésticas durante o período noturno. Continham azeite ou gordura como forma de combustível.

A peça PF.00/10030-01 (**Figura 4, nº 28**) com decoração vidrada a verde, já muito desgastada, possui paralelo no exemplar 327 proveniente do NARC[20]. Por sua

---

[16] GÓMEZ MARTÍNEZ; RAFAEL, Lídia; MACIAS, Santiago – "Habitat e Utensílio…", p. 183.
[17] PIRES, Inês – *Contributo para o Estudo…*, p. 60.
[18] DUARTE, Susana – "Ocupação do Período Islâmico...", p. 222.
[19] ARAÚJO, João Gonçalves – *A Cerâmica Islâmica do Castelo…"*, p. 69.
[20] BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João – "Consumo e Utilização de Recipientes…", p. 338.

vez, o candil PF.00/8.06-79 (**Figura 4, nº 27**), semelhante, destaca-se pela sua cozedura redutora, que consideramos ter sido concebida intencionalmente, por uma questão estética. Foram identificados outros candis com cozedura redutora em contextos de Lisboa, nomeadamente na Casa dos Bicos[21], com pintura a branco, e na Igreja de São Lourenço[22].

Cerâmica multi-funcional:

Por fim, esta forma diz respeito ao fragmento de testo PF.00/2703-1058 (**Figura 4, nº 19**), que seria usado para cobrir recipientes de forma fechada, como panelas, potes ou jarros, por isso não passível de adscrição a um grupo funcional específico. Encontra um exemplar idêntico com as tampas/testos sem tipo determinado 18-3129 e 18-3159 recolhidos em Palmela, provenientes de uma unidade do final da presença islâmica (século XII)[23].

Cozinha.

A cozinha da habitação 6 foi identificada durante os trabalhos arqueológicos pelo facto de apresentar um forno de argila (*tannur*), que já se encontrava reduzido a massa informe de barro cozido[24]. Associados a esta estrutura encontravam-se os depósitos [2233] e [2236], correspondentes à última fase de uso deste espaço.

Os materiais cerâmicos destas unidades foram estudados na íntegra, e serão objeto de análise neste apartado. Analisaram-se 196 fragmentos, tendo-se obtido, após aplicação da metodologia já mencionada, um número mínimo de 58 indivíduos. Estas unidades, com destaque para a [2233], apresentavam peças com bom grau de preservação, tendo-se recolhido 4 peças com perfil completo.

A cerâmica de mesa corresponde à categoria funcional com maior número de indivíduos (46%), seguido da cerâmica de cozinha e de armazenamento, que apresentam os mesmos valores em percentagem (27%).

À semelhança dos resultados já apresentados para o conjunto geral dos materiais cerâmicos, o contexto de uso da cozinha revelou uma considerável variedade de tipologias, maioritariamente enquadráveis no século XII.

O indivíduo PF.00/1008-1 (**Figura 5, nº 4**), de perfil bitroncocónico, bordo introvertido com lábio em aba e asa a arrancar diretamente do colo, merece destaque

---

[21] MACHADO, Cristina – *Lisboa Ribeirinha e o Comércio…*", p. 91.

[22] RODRIGUES, Andreia – *Nos Arrabaldes de al-Uxbuna*…, p. 87.

[23] ARAÚJO, João Gonçalves – *A Cerâmica Islâmica do Castelo…*", p. 33.

[24] SILVA, Rodrigo Banha da; GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – "O Bairro Islâmico da Praça da Figueira (Lisboa)". In *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular – Encontros e Desencontros*. Aljezur. pp. 17-25.

por corresponder a uma tipologia de panela com uma cronologia mais avançada, de que o melhor exemplo bem datado equivale a um paralelo de Almada, correspondente a uma panela com pintura a branco, lábio aplanado com asa a arrancar do colo, encontrada associada a dinheiros de D. Sancho I, isto é, encerrando uma cronologia necessariamente posterior a 1185-1211[25].

Dentro da categoria da cerâmica de mesa destacamos a presença de duas grandes tigelas, idênticas entre si (**Figura 5, º 8 e 9**). Possuíam bordo introvertido com lábio arredondado, apresentando vários motivos geométricos pintados a branco. A análise macroscópica das suas pastas sugere uma origem local/regional, encontrando paralelos estreitos no exemplar PF.00/1196-23, identificado na Via F da Praça da Figueira[26], com a caçoila 3112 do tipo 3J de Palmela[27], e com as sertãs 31 e 32 provenientes da escavação da encosta de Sant'Ana, atribuíveis ao século XII[28].

A tigela PF.00/1008-2e (**Figura 5, nº 11**), de bordo introvertido com lábio em aba, apresentava uma decoração vidrada em melado claro no exterior com castanho no interior e linhas incisas horizontais ao longo do bojo. O paralelo mais próximo diz respeito à taça carenada do tipo A proveniente da Igreja de São Lourenço, apresentando vidrado de cor amarelada[29].

Relativamente aos objetos utilizados para consumo/serviço de líquidos, o jarro PF.00/1008-3 (**Figura 5, nº 13**) apresenta paralelos em Lisboa com o exemplar MC/111 identificado no NARC/Mandarim Chinês, com cronologia atribuída ao século XII[30], bem como com um outro recolhido no Castelo de São Jorge[31], este do século XIII. O bordo de jarrita PF.00/7188-102 (**Figura 5, nº 12**), a qual apresenta perfil completo, possui paralelos com as jarritas do tipo 1.2 identificados na Via F do bairro[32], bem como com o exemplar RAIJG.19/114 da Rua António Joaquim, em Setúbal[33]. Corresponde a uma tipologia bastante comum, sendo por isso recorrente encontrá-la em contextos do século X ao XII. Por sua vez, o fundo PF.00/1008-18 (**Figura 5, nº 18**) apresenta decoração vidrada a verde claro, e é semelhante ao fundo "sem tipo determinado" identificado no Castelo de Palmela, associado a materiais dos séculos X e XI[34].

[25] LIBERTAO, Marco; et alii – "Cerâmica de Tradição Islâmica em Contexto Português. Séculos XII-XIV", *Medievalista*, nº 30, 2020, p. 6.

[26] PIRES, Inês – *Contributo para o Estudo...*, p. 55.

[27] ARAÚJO, João Gonçalves – *A Cerâmica Islâmica do Castelo...*", p. 43.

[28] CALADO, Marco; LEITÃO, Vasco – "A Ocupação Islâmica na Encosta de Sant'Ana (Lisboa)", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Volume 8, Nº 2, 2005, pp. 459-470.

[29] RODRIGUES, Andreia – *Nos Arrabaldes de al-Uxbuna*...p. 38.

[30] BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, Deolinda – "O Arrabalde Ocidental da Lisboa Islâmica: Urbanismo e Produção Oleira", *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto: Afrontamento, 2001, pp. 111-145.

[31] *Núcleo Arqueológico do Castelo de São Jorge – Castelo de São Jorge*. s.l., s.d., p. 51.

[32] PIRES, Inês – *Contributo para o Estudo...*, p. 71.

[33] DUARTE, Susana – "Ocupação do Período Islamico", *Setúbal Arqueológica*, Volume 17, 2018, pp. 207-228.

[34] ARAÚJO, João Gonçalves – *A Cerâmica Islâmica do Castelo...*", p. 99.

O Púcaro PF.00/1008-202 (**Figura 5, nº 15**), de bordo ligeiramente introvertido e lábio arredondado, com corpo troncocónico invertido, possui paralelos com a peça 4165 do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, em Lisboa, atribuído aos séculos XI e XII[35].

Relativamente à cerâmica de armazenamento, começamos por dizer que, uma vez mais, a tipologia 1 de pote (**Figura 5, nº 19**) foi a mais representada (83%).

Foi identificado apenas um bordo de cântaro, correspondente a uma tipologia pouco comum em contextos islâmicos, caraterizados pelo seu bordo tendencialmente vertical com aba plana (**Figura 5, nº 20**).

Por fim, a talha PF.00/1008-31 (**Figura 5, nº 18)** encontra um paralelo em Lisboa, correspondente à talha de período almorávida identificada no NARC[36].

Importações.

Algumas cerâmicas identificadas no conjunto correspondem a peças de importação, transmitindo-nos informações acerca do estatuto socioeconómico destas comunidades, bem como da dinâmica comercial da cidade de *al-Ushbuna*.

A cerâmica pintada a vermelho é uma categoria técnica associada tanto a importações como produções regionais, qualquer delas de consumo reduzido na área de Lisboa. Esta decoração encontra-se presente em 8 fragmentos estudados, com destaque para o fragmento de taça de bordo ligeiramente introvertido com lábio arredondado espessado externamente e com carena suave (**Figura 5**, nº 2), recolhido na habitação 6. Embora as diferenças no tipo de bordo, podemos apontar como paralelo a taça carenada Tipo C proveniente de um silo da Igreja de São Lourenço, também ela com motivos pintados a vermelho e de origem exógena[37].

Por sua vez, as peças com pintura a preto apresentam uma distribuição reduzida pelo *Gharb* e um consumo selecionado, que só chega a Lisboa em período Almorávida (1094-1147), cidade a partir da qual as peças serão distribuídas para outros pontos do Tejo[38]. Nas habitações em estudo foram identificados 6 fragmentos com esta decoração, 5 deles correspondendo a jarritas (**Figura 6, nº 7 e 8**), e o restante a um fragmento de bilha (**Figura 6, nº 9**) com aplicação de corda seca parcial.

A corda seca parcial, inovação técnica que surge no apogeu do califado, chega a Lisboa durante os reinos de taifa, iniciando-se também nessa altura a sua produção na

[35] BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João – "Consumo e Utilização de Recipientes Cerâmicos no Arrabalde Ocidental da Lisboa Islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarim Chinês", *Revista Portuguesa de Arqueología*, Volume 10, Nº 1. Lisboa, 2007, pp. 317-343.

[36] BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João – "Consumo e Utilização…" p. 339.

[37] RODRIGUES, Andreia – *Nos Arrabaldes de al-Uxbuna…*, p. 38.

[38] CAVACO, Sandra, *et al.* – "Cerâmica Islâmica do Garb al-Andalus. Contextos Sócio-territoriais de Distribuição", *O Arqueólogo Português*, Série V, Vol. 3. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2013, pp. 349-380.

cidade. Desta forma, os fragmentos contabilizados (**Figura 6, nº 10 e 11**) tiveram em conta a análise macroscópica das pastas, que lhes permite identificar uma origem exógena.

Por fim, verificou-se a presença de um fragmento de tigela com decoração a verde e manganês, apresentando motivos vegetalistas (**Figura 6, nº 12**). No entanto, a análise macroscópica da pasta parece indicar uma origem local/regional, o que vai de encontro com a ideia de que existe uma produção regional de imitação destas peças, à semelhança do que acontece com peças com decoração a corda seca parcial e pintura a vermelho. Contudo, o número de exemplares identificados, e a sua ausência em contextos de produção de Lisboa, ainda não permitiram comprovar essa hipótese, que poderá em breve ser concluída com análises arqueométricas.

Outros Quotidianos.

Foram também identificados, de forma mais esporádica, objetos que remetem para outras vivências não relacionadas com a preparação ou consumo de alimentos, aspetos estes que dominaram a quase totalidade da amostra até agora apresentada.

Os exemplares líticos PF.00/1572-101 (**Figura 6, nº13**) e 1572-102 (**Figura 6, nº 14**) correspondem, respetivamente, a um possível percutor, que apresenta sinais de uso na sua parte proximal, e um elemento movente, necessário para a moagem de cereais.

O fogo, necessário na iluminação, cozinha e atividades económicas como a forja ou olaria, era obtido através de pederneiras em sílex, de pequenas dimensões. Ora, no contexto estudado foram identificados 2 núcleos de sílex (**Figura 6, nº15**), com negativos resultantes da debitagem de lascas, bem como 3 elementos amorfos, também provavelmente usados como pederneira (**Figura 6, nº 16**).

Nos contextos foram recolhidos fragmentos de 2 pontas de lança em ferro (**Figura 6, nº 17**), que poderiam ser utilizadas para obtenção de alimento (caça grossa), bem como para fins bélicos, fator a ter em conta devido à instabilidade regional sentida ao longo de todo do século XII. Lembrar, a título de exemplo, o ataque desencadeado em 1109 pelo rei norueguês *Sigurdr*, que segundo o poema Útfarardrápa, se terá desenrolado algures em espaço extramuros da cidade[39]; assim como o fossado de 1140, o próprio cerco cristão de 1147 ou a investida Almóada que atinge Almada no final do século. Importa também referir que, durante a ocupação islâmica, cristãos e judeus não teriam acesso a porte de arma, o que poderá, uma vez mais, esclarecer a origem islâmica dos habitantes destas casas[40].

---

[39] PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza. As Incursões Nórdicas Medievais no Ocidente Ibérico.* Lisboa: Zéfiro, 2017, pp. 173-177

[40] MATOS, José Luís de – *Lisboa na Civilização Islâmica*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2015, p. 3.

As atividades lúdicas estão também documentadas na amostra. Foi identificada uma peça de jogo (**Figura 6, nº18**), em forma de disco, apresentando engobe muito desgastado em ambas as faces, que poderia ser utilizado no jogo do alquerque, moinho, galo, entre outros. Estas peças são comuns em contextos arqueológicos de época islâmica e eram obtidas a partir do recorte e alisamento de cerâmicas descartadas. Apesar de o Islão proibir os jogos de azar, por estes possuírem um caráter ligado a práticas pagãs e pelo ato de benefício económico ilícito e sem esforço, os jogos de tabuleiro teriam um importante papel social, nomeadamente para crianças, como forma de desenvolvimento das suas capacidades cognitivas, lógicas e sociais, preparando-as para aspetos da vida adulta[41].

Por fim, foi recolhida uma fivela em cobre (**Figura 6, nº 19**), de forma semiesférica, que pertenceria a uma peça de vestuário.

Considerações finais.

Os resultados aqui produzidos pretenderam contribuir com novos dados e materiais para a compreensão das vivências quotidianas que terão tido lugar no bairro islâmico da praça da Figueira.

Através da associação, nos casos em que isso foi possível, entre os vestígios recolhidos e os espaços da casa, foi possível dar uma leitura das atividades quotidianas que terão sido desenvolvidas nas suas diversas áreas, com destaque para a cozinha, na qual foi estudado o seu contexto de uso.

Relativamente à análise das arquiteturas, um dos aspetos que salta imediatamente à vista é a reduzida dimensão das habitações do bairro. Com uma média de 48,2m^2, as casas do bairro apresentam áreas menores que aquelas que encontramos noutras cidades do *Gharb* como na medina de Mértola, cujas habitações possuem, na sua maioria, mais de 60m^2 de área[42].

A maior dimensão da habitação 1, com um comprimento em mais de duas vezes superior às restantes unidades do bairro, assim como a presença de piso lajeado no pátio da habitação 6, poderão sugerir um maior estatuto económico das famílias que nelas habitavam em relação à restante comunidade da parcela escavada do bairro. O estudo das suas materialidades aponta nesse mesmo sentido, principalmente através da presença de vários exemplares cerâmicos importados.

Ainda assim, a análise macroscópica realizada até ao momento, bem como os paralelos identificados noutros contextos islâmicos da cidade e do *Gharb*, demonstram

[41] GONÇALVES, Maria João, *et al.* – "Manifestações Lúdicas na Cerâmica do Gharb al-Andalus". In *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão.* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, p. 1418.

[42] GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; RAFAEL, Lígia; MACIAS, Santiago – "Habitat e Utensílios…" p. 180.

que a maioria das cerâmicas consumidas nestas habitações resultava do abastecimento próximo, nomeadamente local, casos das olarias identificadas no NARC, Mandarim Chinês ou Largo das Alcaçarias.

O estudo dos materiais cerâmicos não permitiu ainda, até por não ser objetivo desta comunicação, esclarecer a data de instalação do bairro. Segundo os estudos de Inês Pires[43] e Duarte Mira[44], datará dos inícios do período almorávida e terá acolhido populações refugiadas, deslocadas de norte e dos campos da região devido ao avanço da expansão cristã, como acontece noutras cidades do *al-Andalus* durante o período da "Reconquista"[45]. Esta mobilização de pessoas afigura-se como particularmente lógica no contexto histórico em que se desenrolou, tal como sugerem as fontes históricas. Apetece citar *Ibn Jobair*, um muçulmano andaluz que visitou a Palestina cerca de um ano após a conquista franca, "não há, para um muçulmano, qualquer desculpa à face de Deus de permanecer numa cidade de indevoção"[46].

Apesar da difícil tarefa de identificar a origem dos moradores do bairro, consideramos que a arquitetura das habitações nos fornece uma pista a esse respeito. O facto de as habitações, à exceção de uma, não possuírem átrio poderá indicar uma origem rural por parte destes refugiados, tendo em conta que este é um elemento arquitetónico próprio e canónico da habitação islâmica em meio urbano, mas que pode encontrar-se ausente no meio rural, pelo facto de a menor densidade populacional não exigir uma entrada cega para as casas, cuja função seria garantir a privacidade do lar face aos olhares exteriores. Este aspeto já tinha sido referido por um dos autores (RBS), bem como por Duarte Mira, aquando do estudo das materialidades da habitação P/Q 9-11, desenvolvido no âmbito da sua dissertação de mestrado[47].

Ao nível da data para o seu abandono, os contextos das habitações 1 e 6 indicam que estas terão tido ocupação mesmo após a conquista cristã de Lisboa, indo de encontro à ideia de progressivo abandono do bairro.

As duas reformulações profundas de que foi alvo o muro meeiro das duas habitações reforça a leitura de uma mais longa ocupação de ambas no tempo. À etapa final da dinâmica do local equivalerá o contexto fechado da cozinha, onde marcam presença objetos que encerram datações bem fixadas nos finais do séc. XII-inícios do séc. XIII. Serão, de igual modo, significantes as dinâmicas familiares do lugar que, nesta etapa final, justificaram o estabelecimento de uma ligação entre as duas unidades habitacionais, representando deste modo um fenómeno de provável emparcelamento

---

[43] PIRES, Inês – *Contributo para o Estudo...*, p. 97.

[44] MIRA, Duarte – *A Arqueología de uma Casa...*, p. 99.

[45] GONÇALVES, Maria José – *Silves Islâmica: A Muralha do Arrabalde Oriental e a Dinâmica de ocupação do Espaço Adjacente*. Faro: Universidade do Algarve, 2008. Tese de Mestrado em Teoria e Métodos da Arqueologia.

[46] MAALOUF, Amin – *As Cruzadas Vistas pelos Árabes*. Lisboa: Difel, 1983, pp. 11-12.

[47] MIRA, Duarte – *A Arqueología de uma Casa...*, pp. 96-99.

na última fase de uso.

Devemos também ter em conta as observações do fenómeno de emparcelamento/abandono e a cronologia que lhe foi aferida arqueologicamente com o conhecimento disponível para a dinâmica histórica da própria zona da cidade onde se inscrevem[48]: ali se desenvolverá a fixação de extensas propriedades dos principais poderes da cidade e do próprio reino a partir da segunda metade do séc. XII e até finais do século XIII, casos do próprio rei, São Vicente de Fora, Santa Cruz de Coimbra, Alcobaça, os Dominicanos ou os Hospitalários[49], como bem próximo se dará no século XII a criação da albergaria (e futuro morgado) de D. Paio Delgado na zona de São Mateus/Borratém, mas também a data do próprio foral dos mouros forros (1170), elementos que poderão ter tido impacte nos processos urbanísticos ligados à consolidação de uma comuna muçulmana em Lisboa e à formação da Mouraria como entidade urbana lisboeta[50].

---

[48] FIALHO, Manuel – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval. Das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017. Tese de Doutoramento.

[49] GONÇALVES, Luís Ribeiro – *Sistemas de Povoamento e Organização Territorial: Dois Vales na Periferia de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011. Tese de Mestrado.

[50] BARROS, Maria Filomena Lopes de – *A Comuna Muçulmana de Lisboa (Séculos XIV e XV)*. Lisboa: Hugin, 1998.

Figura 1 – Localização do bairro islâmico da Praça da Figueira, e a sua inserção na malha urbana de época islâmica.

Figura 2 – O bairro islâmico da Praça da Figueira, com as habitações 1 (direita) e 6 (esquerda) assinaladas a vermelho e verde, respetivamente.

Figura 3 – Estruturas da habitação 6, com destaque para a área da cozinha.

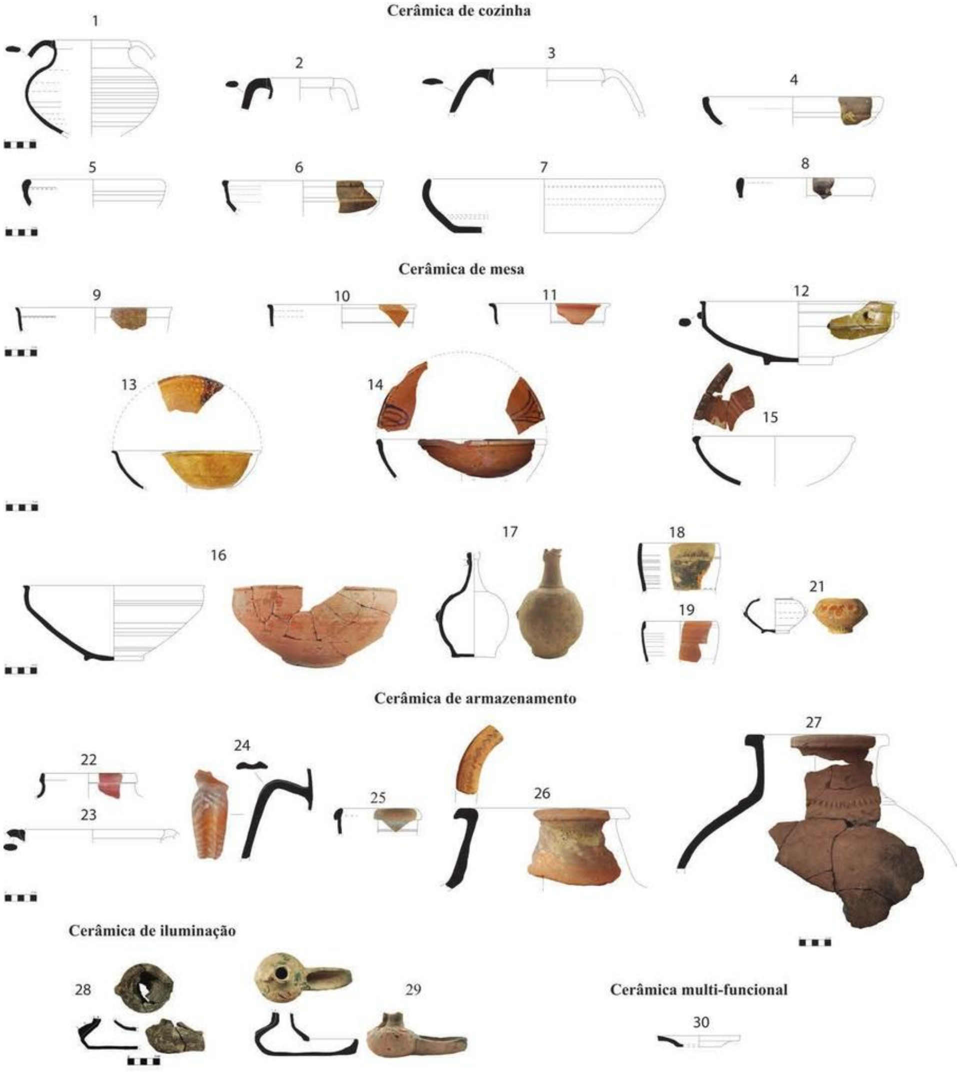


Figura 4 – Formas identificadas no estudo global do conjunto cerâmico.
Ver tabela 6, seguinte.

Tabela 6

Nº	Nº de Inventário	Forma	Tipologia	Paralelos	Cronologia
1	PF.00/7507-11	Panela	Tipologia 3	Lisboa (Via F)	2ª metade do séc. XI, 1ª metade do séc. XII
2	PF.00/7509-31	Panela	Tipologia 1	Lisboa (Via F; NARC/ Mandarim Chinês) e Palmela	Sécs. XI-XII
3	PF.00/2360-42	Panela	Tipologia 1	Lisboa (Via F; NARC/ Mandarim Chinês) e Palmela	Sécs. XI-XII
4	PF.00/2328-31	Caçoila	Tipologia 3	Lisboa (Via F; Mandarim Chinês; Igreja de São Lourenço)	Sécs. XI-XII
5	PF.00/2327-69	Caçoila	Tipologia 6	Lisboa (Via F) e Setúbal	2ª metade do séc. XI, XII e XII
6	PF.00/2245-60	Caçoila	Tipologia 5	Setúbal e Palmela	Sécs. X-XI
7	PF.00/2254-8d	Caçoila	Tipologia 6	Lisboa (Mandarim Chinês; NARC; Encosta de Sant'Ana; Igreja de São Lourenço)	Sécs. XI/XII
8	PF.00/1531-101	Caçoila	Tipologia 2	Lisboa (Via F; Igreja de São Lourenço)	Sécs. XI-XII
9	PF.00/2360-15	Tigela	Tipologia 1	Lisboa (Via F e Igreja de São Lourenço)	Séc. XII?
10	PF.00/2354-17	Tigela	Tipologia 5	Lisboa (Via F) e Setúbal	Sécs. XI-XII
11	PF.00/15000-32	Tigela	Tipologia 1	Lisboa (Via F e Igreja de São Lourenço)	Séc. XII?
12	PF.00/15000-101	Tigela	Tipologia 5	Lisboa (Via F) e Setúbal	Sécs. XI-XII
13	PF.00/1572-102	Tigela	Tipologia 1	Lisboa (Via F)	Sécs. XI-XII
14	PF.00/7507-04	Tigela	Tipologia 8	Lisboa (Casa dos Bicos)	Sécs. X-XI
15	PF.00/7509-30a	Tigela	Tipologia 4	Lisboa (Encosta de Sant'Ana; Via F) e Palmela)	Séc. XII
16	PF.00/2251-1	Tigela	Tipologia 5	Lisboa (Via F) e Setúbal	Sécs. XI-XII
17	PF.00/10014-01	Garrafa	Tipologia 1	?	2ª metade do séc. XII-séc. XIII?

Nº	Nº de Inventário	Forma	Tipologia	Paralelos	Cronologia
18	PF.00/2770-29	Jarra	Tipologia 1	Lisboa (Via F; Mandarim Chinês; Igreja de São Lourenço)	Sécs. XI-XII
19	PF.00/7507-39	Jarrita	Tipologia 3	Lisboa (Via F; NARC; Mandarim Chinês; Igreja de São Lourenço)	2ª metade do séc. XI – 1ª metade do séc. XII
20	PF.00/7507-08	Jarra/ Jarrita	Tipologia 3	Lisboa (Via F; NARC; Mandarim Chinês; Igreja de São Lourenço)	2ª metade do séc. XI – 1ª metade do séc. XII
21	PF.00/1572-101	Púcaro	N/A	Lisboa (NARC)	1ª metade do séc. XII
22	PF.00/7506-111	Pote	Tipologia 1	Lisboa (Via F) e Setúbal	Sécs. XI-XII
23	PF.00/2354-28	Pote	Tipologia 3	Lisboa (Via F)	2ª metade do séc. XI – 1ª metade do séc. XII
24	PF.00/7506-113	Asa de Cântaro	N/A	Lisboa (Via F) e Palmela	Sécs. XI-XII
25	PF.00/2528-26	Cântaro	Tipologia 1	Lisboa (Igreja de São Lourenço; NARC/ Mandarim Chinês)	Sécs. X-XII
26	PF.00/7509-101	Talha	Tipologia 2	Lisboa (Castelo de São Jorge)	Sécs. XI-XII?
27	PF.00/8.06-79	Candil	Tipologia 1	Lisboa (NARC; Casa dos Bicos; Igreja de São Lourenço)	Sécs. XI-XII
28	PF.00/10030-01	Candil	Tipologia 1	Lisboa (NARC)	Sécs. XI/XII
29	PF.00/2703-1058	Testo	Tipologia 1	Palmela	Séc. XII

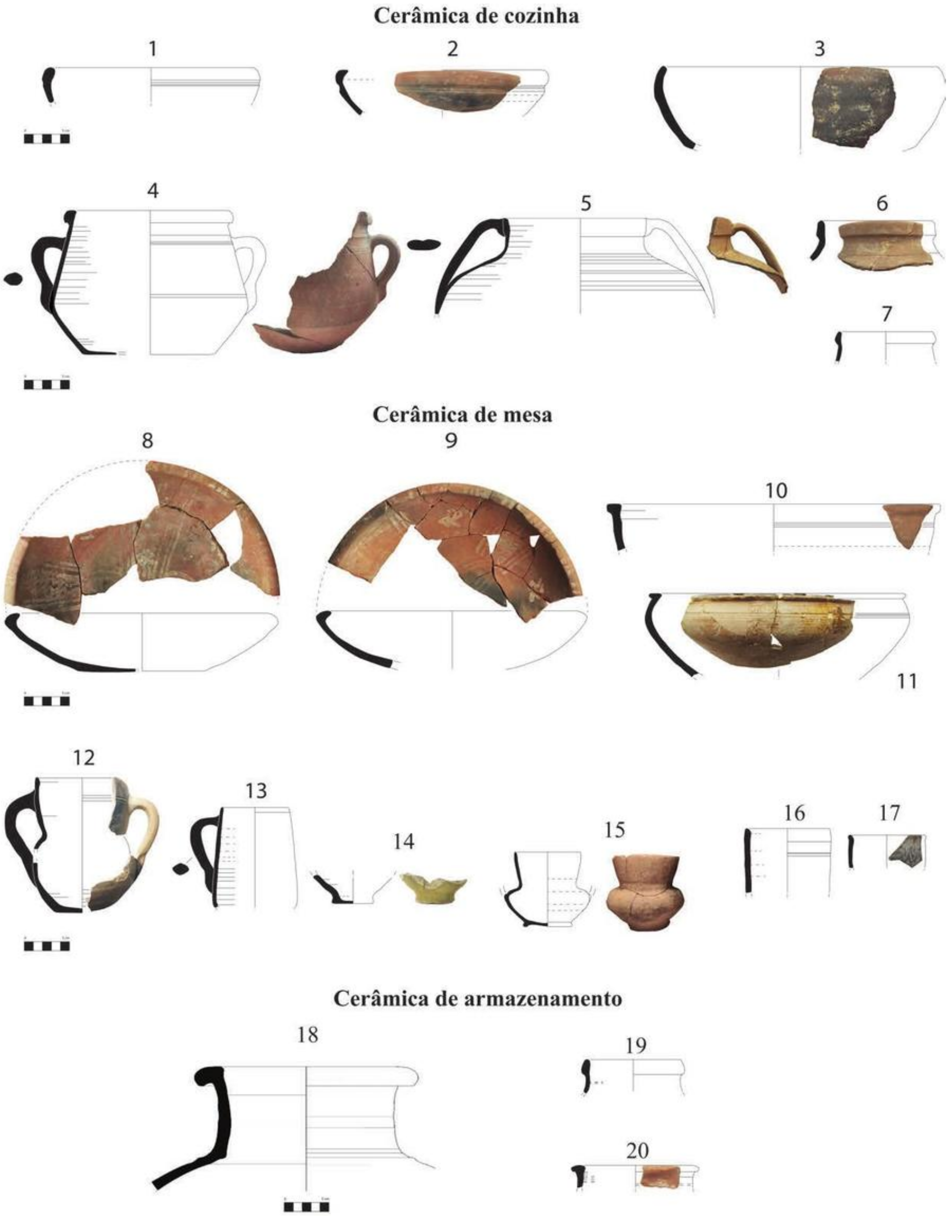


Figura 5 – Exemplares cerâmicos provenientes das unidades [2233] e [2236] (cozinha).
Ver tabela 7, seguinte.

Tabela 7

Nº	Nº de Inventário	Forma	Tipologia	Paralelos	Cronologia
1	PF.00/1008-67	Caçoila	Tipologia 6	Lisboa (Via F; Mandarim Chinês; NARC; Igreja de São Lourenço; Encosta de Sant'Ana)	Sécs. XI-XII
2	PF.00/7188-14	Caçoila	Tipologia 6	Lisboa (Via F; Mandarim Chinês; NARC; Igreja de São Lourenço; Encosta de Sant'Ana)	Sécs. XI-XII
3	PF.00/7188-101	Caçoila	Tipologia 6	Lisboa (Via F; Mandarim Chinês; NARC; Igreja de São Lourenço; Encosta de Sant'Ana)	Sécs. XI-XII
4	PF.00/1008-1	Panela	Tipologia 6	Almada	Finais do séc. XII-inícios do séc. XIII?
5	PF.00/1008-2a	Panela	Tipologia 5	?	Finais do séc. XII-inícios do séc. XIII?
6	PF.00/1008-111	Panela	Tipologia 1	Lisboa (Via F; Mandarim Chinês/NARC) e Palmela	Sécs. XI-XII
7	PF.00/7188-07	Panela	Tipologia 1	Lisboa (Via F; Mandarim Chinês/NARC) e Palmela	Sécs. XI-XII
8	PF.00/1008-36	Tigela	Tipologia 4	Lisboa (Encosta de Sant'Ana; Via F) e Palmela	Séc. XII
9	PF.00/1008-3a	Tigela	Tipologia 4	Lisboa (Encosta de Sant'Ana; Via F) e Palmela	Séc. XII
10	PF.00/7188-07	Tigela	Tipologia 6	Lisboa (Via F) e Setúbal	Séc. XII
11	PF.00/1008-2e	Tigela	Tipologia 10	Lisboa (São Lourenço)	Séc- XII?
12	PF.00/7188-102	Jarrita	Tipologia 3	Setúbal e Lisboa (Via F)	Sécs. XI-XII
13	PF.00/1008-3	Jarro	Tipologia 4/6	Lisboa (NARC/ Mandarim Chinês; Castelo de São Jorge)	Sécs. XII-XIII
14	PF.00/7188-18	Jarrita	N/A	Palmela	Sécs. X-XI

Nº	Nº de Inventário	Forma	Tipologia	Paralelos	Cronologia
15	PF.00/1008-202	Púcaro	Tipologia 1	Lisboa (NARC)	Sécs. XI-XII
16	PF.00/1008-21	Jarra	Tipologia 2	Lisboa (Via F; Igreja de São Lourenço)	Sécs. XI-XII
17	PF.00/1008-45	Jarrita	Tipologia 5	Lisboa (Via F)	Sécs. XI-XII
18	PF.00/1008-201	Talha	Tipologia 3	Lisboa (NARC)	Sécs. XI-XII
19	PF.00/1008-39a	Pote	Tipologia 1	Lisboa (Via F) e Setúbal	Sécs. XI-XII
20	PF.00/1008-85	Cântaro	Tipologia 2	?	2ª metade do séc. XII?

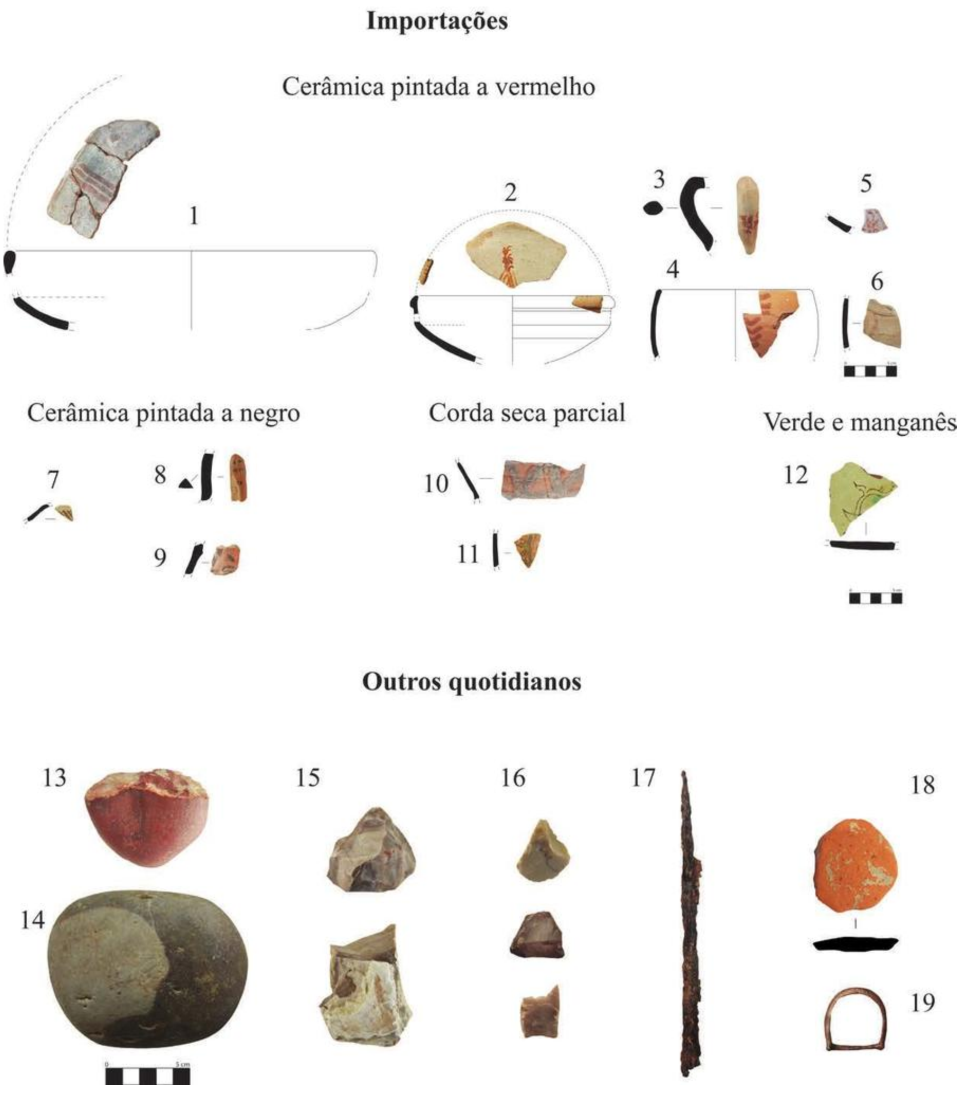


Figura 6 – Evidências de importações e objetos não cerâmicos.

1 – PF.00/1531-205 tigela
2 – PF.00/2328-21, tigela carenada
3 – PF.00/1531-201, asa de jarrita
4 – PF.00/7507-05, bordo de jarra
5 – PF.00/2254-20, bojo de tigela
6 – PF.00/15000-13, jarrita
7 – PF.00/8.86-101 bojo jarrita
8 – PF.00/8.86-77, asa de jarrita
9 – PF.00/15000-49, bilha
10 – PF.00/7507-01, jarra
11 – PF.00/2245-35, jarrita
12 – PF.00/8.86-102, tigela
13 – Percutor
14 – Elemento movente
15 – Núcleos de sílex
16 – Pederneiras
17 – Ponta de lança
18 – Peça de jogo
19 – Fivela em cobre

Fragmentos de um quotidiano rural no termo de Lisboa: *a Rua do Lumiar nos séculos XIII a XVI*

Sílvia Casimiro[1]
Alexandra Krus[2]
André Bargão[3]

Resumo

Na sequência dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito do Projecto de Reabilitação dos nºs 75 a 79 da Rua do Lumiar (Lisboa), entre Junho e Dezembro de 2020, foram identificadas 14 estruturas negativas (silos) desactivadas. Os silos, elementos fundamentais nos quotidianos destas populações, nomeadamente, para a preservação de bens alimentares tais como os cereais, foram amplamente preenchidos, em forma de despejos domésticos, por utensílios cerâmicos maioritariamente de produção regional, mas também importações europeias, bem como, por restos faunísticos. Apesar de não se ter identificado qualquer estrutura habitacional associada, estes silos estariam, provavelmente, a servir pequenos núcleos familiares de cariz rural. Uma leitura aproximada destas rotinas só é possível quando cruzados os elementos materiais cerâmicos e faunísticos. No presente estudo explora esses contextos, com o objetivo de evidenciar o consumo alimentar, entre os séculos XIII e XVI.

Palavras-chave
Arqueologia Medieval; Cerâmica medieval; Cerâmica europeia; Cultura material; Silos.

---

[1] Doutoranda em História, especialidade em Arqueologia, Instituto de Estudos Medievais, IEM NOVA-FCSH; Laboratório de Antropologia Biológica e Osteologia Humana, LABOH-CRIA; Arqueóloga -Atalaia Plural, Lda. (scasimiro@fcsh.unl.pt).

[2] Arqueóloga, Atalaia Plural -Arqueologia, Património e Território, Lda. (alexandrakrus@gmail.com).

[3] Doutorando em História, especialidade em Arqueologia, Centro de Humanidades, CHAM NOVA-FCSH; Bolseiro Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/133757/2017); (andrebargao@gmail.com).

Fragments of a rural daily life in the county of Lisbon: Lumiar street between the 13th and 16th centuries

Abstract

Following the archaeological works carried out within the scope of the Rehabilitation Project of Rua do Lumiar 75-79 (Lisbon), between June and December 2020, fourteen deactivated negative structures (storage pits) were identified. The storage pits, essential elements in the daily lives of these populations, in particular for the preservation of food such as cereals, were deactivated and filled, in the form of domestic waste or rubbish, with ceramic material culture, mostly of regional production, European imports, as well as animal remains. In the 16th century the space is converted into a housing unit. Although no housing structures were identified in association, these storage pits would be assigned to small rural settlements. An approximate reading of these routines is only achievable when comparing the ceramic and animal remains.

Keywords
Medieval archaeology; Medieval Ceramics; European ceramic; Material Culture; Storage pits.

Introdução.

Na sequência dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos pela empresa de arqueologia Atalaia Plural, no conjunto edificado 75 a 79 da Rua do Lumiar em Lisboa, foram identificados contextos arqueológicos com grande amplitude cronológica e cultural. Durante os trabalhos foram identificados vestígios residuais desde o Neolítico Antigo ao Calcolítico, na forma de elementos cerâmicos e líticos, bem como, da Idade do Ferro, maioritariamente na forma de cerâmica, tendo-se também identificado uma pequena e rara conta de ouro.

Contudo, as evidências da primeira ocupação efectiva daquela área surgem na forma de um espaço funerário atribuído ao século X (podendo prolongar-se a inícios do século XI), cronologia aferida com recurso a análises de radiocarbono. Neste contexto foram exumados três indivíduos adultos, dois do sexo masculino e um do sexo feminino. Foram depositados em decúbito lateral direito, com os membros

inferiores ligeiramente flectidos, com a face orientada para Meca e sem recurso a caixão, segundo a tradição islâmica. As fossas, simples, estreitas e pouco profundas, foram escavadas no solo natural e, entre estas, foi deixado um espaço de circulação de cerca de 1,10m, uma vez mais, de acordo com as prescrições islâmicas (**Fig. 1**).

No século XIII este espaço apresenta-se com uma nova configuração, desta vez com vincado cariz rural onde foram identificados 14 silos.

Figura 1: Vista geral do espaço com sinalização (a tracejado) dos enterramentos do século X.

A Arquitectura e a composição dos silos.

Desde tempos imemoriáveis que a produção e o consumo alimentar exigiram a criação de sistemas e estruturas de conservação e armazenamento a médio e longo prazo, de produtos perecíveis, tais como cereais e outros produtos agrícolas, com vista a minimizar crises de subsistência periódicas.

Segundo alguns investigadores, deve-se ao cenóbio de São Vicente os primeiros testemunhos sobre a ocupação do espaço rural de Lisboa, verificando-se sistematicamente a compra, a doação entre a ordem e particulares da região a partir da década de 1180. A esta ficou a dever-se a compra de terras de vinhas nas

regiões de Alvalade e periferia na qual se inclui o Lumiar.[4] Nas fontes documentais do século XIV, surgem referências às numerosas propriedades das Comendadeiras dos Santos, da Ordem de Santiago no Paço do Lumiar, cujo património era parcialmente constituído por "foros e rendas de casas, terras de pão e semeadura, vinhas, olivais, hortas, pomares, canaviais (..)"[5]. Ainda no século XVIII, e segundo as memórias paroquiais resultantes do inquérito de 1758, na sequência do terramoto de Lisboa, à questão colocada "Quais são os frutos da terra que os moradores recolhem com maior abundância?"[6], a paróquia do Lumiar responde: "Os fructos da terra que os moradores desta paroquial recolhem em maior abundância sam vinho, trigo, sevada, e azeyte" [7].

Não obstante a eventual existência de uma tipologia de estruturas positivas que funcionassem como instrumento de armazenamento, a construção de estruturas negativas implantadas no substracto geológico ter-se-á certamente revelado um recurso prático e funcional. Assumindo a sua relativa facilidade de construção, esta solução era ideal contra a intrusão de fungos, de insectos e de pequenos roedores, sendo ainda impermeável às mais variadas condições meteorológicas[8]. A estas estruturas negativas têm sido aplicadas terminologias, algumas insuspeitas quando cruzadas com o seu conteúdo (silos, matamorras, covelas)[9], e outras que se denunciam (covas-de-pão).

As intervenções arqueológicas, e subsequente investigação, têm proporcionado novas leituras ou, pelo menos, têm colmatado algumas lacunas no conhecimento sobre estas estruturas. Se em alguns casos os silos podiam integrar construções habitacionais e ambientes domésticos, como o caso de Almada[10] ou, em geografias mais distantes, o extenso exemplo de Castelo de Vide[11], entre outros, podiam estar

---

[4] LEITÃO, André de Oliveira – "O povoamento do termo de Lisboa no pós-Reconquista: o papel de duas casas monásticas dos arrabaldes na estruturação de um território (1147-1321)", In FONTES, João Luís Inglês, *et alii* (eds.) – *Lisboa Medieval: Gentes, espaços e poderes*. Lisboa: IEM- Instituto de Estudos Medievais: Lisboa, 2016, p. 154.

[5] CONSIGLIERI, Carlos; RIBEIRO, Filomena; VARGAS, José Manuel; ABEL, Marília – *Pelas Freguesias de Lisboa. O Termo de Lisboa: Benfica, Carnide, Lumiar, Ameixoeira, Charneca*. Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro da Educação,1993, p. 81.

[6] PORTUGAL, Fernando; MATOS, Alfredo de – *Lisboa em 1758. Memórias paroquiais de Lisboa*. Publicações culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1974, p. 22.

[7] PORTUGAL, Fernando; MATOS, Alfredo de – *Lisboa em 1758. Memórias paroquiais...*, p. 287.

[8] MIRET i MESTRE, Josep – *Sistemes tradicionals de conservació dels aliments en fosses i sitges: un enfocament multidisciplinar*. [Em linha] (2021), p.153 [Consultado a 29 Dezembro 2021]. Disponível em: https://www.academia.edu/820033/Sistemes_tradicionals_de_conservaci%C3%B3_dels_aliments_en_fosses_i_sitges_Un_enfocament_multidisciplinar_Traditional_systems_for_preserving_food_in_pits_and_in_silos_A_multidisciplinary_approach.

[9] VIANA, Abel – "Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes". *Arquivo de Beja* III (1946), pp. 161-211.

[10] ROSA, Sérgio Manuel Peleja – *Os silos medievais de Almada. Morfologia e dinâmicas de utilização*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2019. Dissertação de Mestrado.

[11] GÓMEZ-CUESTA, Fabián; PRATA, Sara; MAGUSTO, João – "Num buraco no chão vivia...uma história. Arqueologia dos silos medievais e modernos de Castelo de Vide: do armazenamento às lixeiras", In COSTA, Adelaide; PRATA, Sara (eds.) – *Pequenas cidades no tempo: o ambiente e outros temas*. Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais/Castelo de Vide: Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2021, pp. 151-180.

vinculados a edifícios régios, de cariz religioso, ou outros edifícios de poder, como é sugerido no caso dos silos mandados construir por D. Dinis, identificados no subsolo do actual Largo do Sequeira, a Sul do mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa[12].

No caso dos 14 silos identificados na Rua do Lumiar, a resposta à questão anterior não é linear. Se por um lado a expressão quantitativa de silos não parece concordante com uma única unidade doméstica, a reduzida dimensão e consequente capacidade de armazenamento não aparenta sugerir uma associação a edifícios régios, militares ou religiosos que, acrescente-se, não se conhecem arqueologicamente, até ao momento, em área tão próxima.

Os silos, normalmente de planta circular, apresentam características que permitem descrever o seu processo construtivo. No Lumiar foram identificados dois tipos: um de perfil cilíndrico com fundo plano, onde geralmente os alimentos eram acondicionados em contentores cerâmicos que, por sua vez, eram depositados no interior do silo e, outro, de perfil ovalado com fundo concavo, onde se depositavam directamente os bens alimentares (**Fig. 2**).

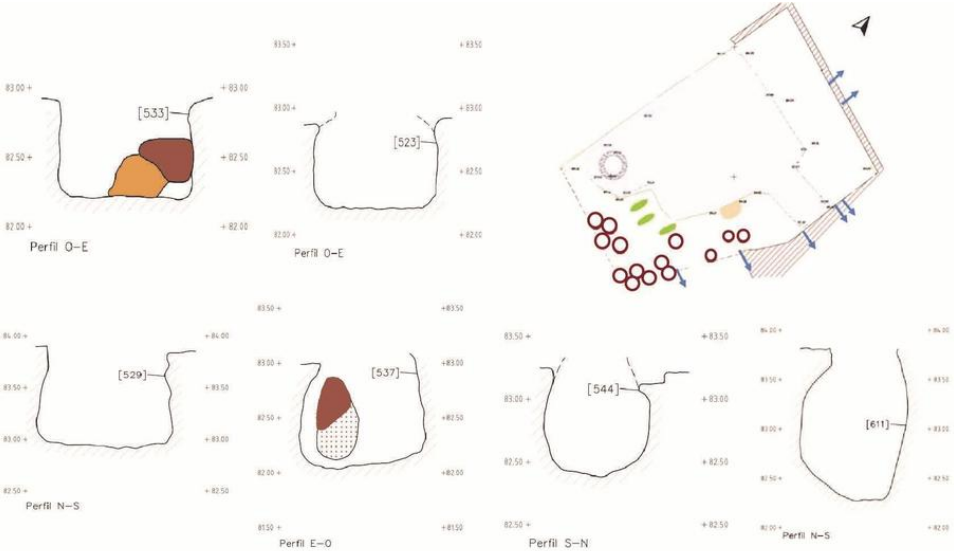


Figura 2: Planta de localização dos silos na área intervencionada, e representação gráfica da variabilidade dos seus perfis.

[12] BATALHA, Luísa *et alli* – "Os silos do Palácio de Santa Helena (Lisboa)", In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea (coord.) – *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, pp. 1751-1766.

As paredes internas encontravam-se regularizadas e sem indícios de revestimento de argila, argamassas ou qualquer mistura de ambas as matérias com elementos perecíveis, como a palha. O topo, ou bocal, já afectado por acções posteriores, encontrava-se coberto por elementos pétreos, mós em calcário, ou fragmentos de mó (**Fig. 3**).

Figura 3: Exemplos de formas e coberturas dos silos identificados na Rua do Lumiar, 2020.

A leitura estratigráfica do preenchimento dos silos, é fundamental para a compreensão dos quotidianos e do seu próprio abandono, como evento. A destruição destas estruturas podia ocorrer de diferentes formas: natural e lenta, casos em que normalmente não se verifica a presença de espólio; catastrófica, com a derrocada da boca e da tampa para o seu interior e, por último, de preenchimento intencional após o seu período útil, processo mais célere e, no qual se regista uma presença mais acentuada de espólio. Este último é o que se verifica no Lumiar, em que os silos foram preenchidos por despejos de lixo doméstico, com sedimentos de elevado teor orgânico, cinzas e restos de animais. Os restos faunísticos mais presentes correspondem a ovicaprinos e bovinos, registando-se também a presença de equídeos, aves, leporídeos e javali. A análise preliminar destes restos faunísticos revelou uma elevada presença elementos com marcas de corte e de exposição ao fogo. A mesma análise, destaca a

elevada presença de animais adultos, em detrimento dos mais jovens, particularmente no caso dos ovicaprinos, predominância que poderá apontar para uma exploração de lacticínios, sendo o fim dos animais mais velhos, o consumo. Os bovídeos e equídeos apresentam inserções musculares muito robustas, sugerindo tratar-se de animais usados para tracção.

Do interior dos silos foram ainda recuperados vários numismas (em um único silo foram exumados 8) contudo estes ainda não ofereceram qualquer leitura[13]. Se o momento de construção destes silos carece de resposta concreta, o período de vida útil dos mesmos terá cessado aquando da sua desactivação e consequente colmatação. Este momento de anulação das estruturas está arqueologicamente patente no registo através do extenso e variado conjunto artefactual exumado.

O conjunto artefactual.

À totalidade do conjunto exumado do interior dos silos foram aplicados preceitos teórico-metodológicos de quantificação cerâmica actualmente presentes na investigação. De evidente utilidade corroborada desde a década de 1970 por Clive Orton[14] em distintas, mas complementares parcerias, esta abordagem matemática reconheceu evidente aceitação e reconhecimento na investigação no panorama anglo-saxónixo e, posteriormente, para o palco francófono e europeu. Neste sentido, optou-se por proceder à contabilização dos exemplares em função do Número Mínimo de Indivíduos (doravante NMI).

Alicerçado nestes pressupostos, o acervo colectado de 2022 fragmentos cerâmicos traduz-se em 392 NMI (100%), no qual, expectavelmente e em sintonia com outros contextos coevos lisboetas, predominam as cerâmicas "de barro vermelho" ou "foscas" não vidradas de produção local/regional dos barreiros de Lisboa e Vale do Tejo. Estes vasos concebidos provavelmente nas olarias de longa tradição da colina ocidental de São Jorge[15], Lisboa, foram reconhecidos em 381 NMI (97,1%) do total do

---

[13] À data de elaboração do presente texto, não foi possível oferecer qualquer leitura, inclusive cronológica, devido ao mau estado de preservação dos mesmos.

[14] ORTON, Clive – "Quantitative pottery studies: some progress, problems and prospects". *Journal Science and Archaeology*, 1975, pp. 30-35. ORTON, Clive – *Mathematics in Archaeology*. Cambridge: Collins Publications, 1980. ORTON, Clive; TYERS, Paul; VINCE, Alan – *Pottery in Archaeology*. Cambridge: Collins Publications, 1993.

[15] CARDOSO, Guilherme, *et alli* – "Uma olaria na Rua das Portas de Santo Antão (Lisboa) – séculos XV e XVI)", In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea (coord.) – *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, pp. 1715-1730. MARQUES, António; LEITÃO, Eva; BOTELHO, Paulo – "Rua do Benformoso 168/186 (Lisboa – Mouraria/Intendente): entre a nova e a velha cidade, aspectos da sua evolução urbanística", In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José (coord.) – *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, 1, Vol.1. Lisboa: CHAM – Centro de História de Além-Mar-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012, pp. 123-134. NUNES, Miguel Ângelo Matos – *A Mouraria de Lisboa no século XV: O sítio arqueológico do beco de São Marçal*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2020. Dissertação de Mestrado.

conjunto, e destes somente 3 NMI apresentam características de revestimento vidrado plumbífero. O conjunto de cerâmica importada constitui menor representatividade: dos fornos da região de Sevilha e bacia do Guadalquivir registam-se 4 NMI (1%) e da região de Valência apenas 3 NMI (0,8%). Com valores com expressão percentual aproximada, foram reconhecidos particularismos técnicos de produção que remetem para 3 NMI (0,8%) importados de Bruges e somente 1 NMI (0,3%) de Rouen, França.

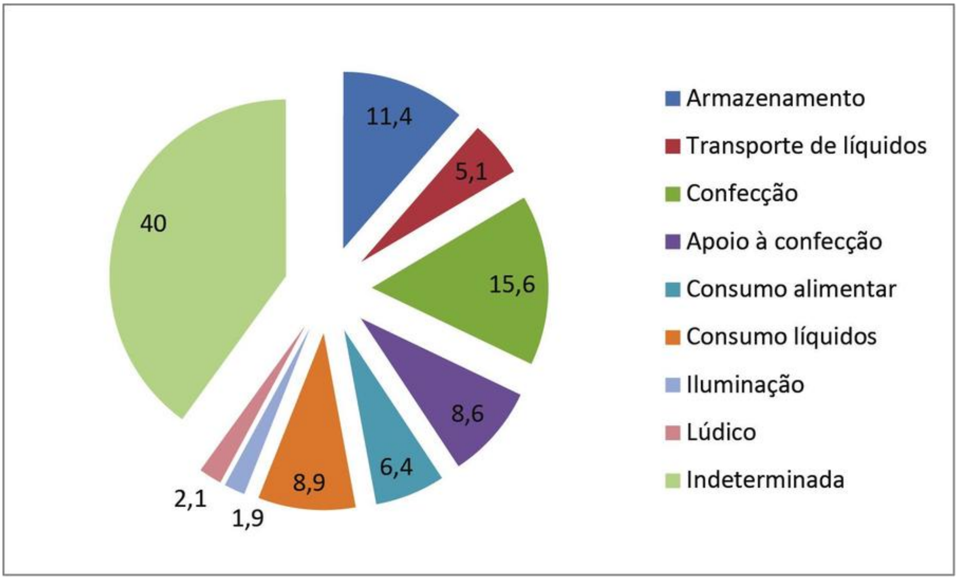


Figura 4: Distribuição percentual das categorias funcionais do conjunto cerâmico exumado na intervenção arqueológica da Rua do Lumiar, 2020.

A produção cerâmica local/regional de Lisboa e Vale do Tejo.

Esta atribuição geográfica para o espaço de produção destes objectos cerâmicos é fundamentada na análise macroscópica das pastas. A presença de elementos micáceos e calcários, coadunantes com os barreiros desta geografia, corroboram esta sugestão. A esta opção de análise recorreu-se à investigação de contextos de produção oleira lisboeta medieval e moderna intervencionados arqueologicamente com vista a suportar, não só para a questão da composição do barro, mas também para a identificação de morfologias e tipologias idênticas. Ainda que o conhecimento de complexos ou fornos oleiros de Lisboa anteriores à segunda metade do século XV não sejam do conhecimento dos autores aquando da redação do presente texto, os horizontes mais tardios de quinhentos ou seiscentos permitem reconhecer formas e perfis ausentes no conjunto cerâmico da Rua do Lumiar, sendo este um importante

indicador que permite recuar a cronologia do acervo.

Não se tratando este do espaço ou ocasião para discutir os distintos, ou não tão distintos, conceitos de "cerâmica comum" ou "cerâmica fosca", conceitos que se afiguram por demais latos e subjectivos, para o presente conjunto optou-se por abordar dois processos distintos mas complementares: classificatório, com base na técnica de fabrico/revestimento, com ou sem revestimento vidrado, e de tipificação baseado no critério anterior, na agregação por morfologias e funcionalidade primária, obtendo assim uma tabela tipológica coerente do conjunto. Para uma apresentação dos dados mais coerente e de acordo com a proposta apresentada, os dados serão apresentados com base em categorias funcionais.

Neste sentido, este conjunto revela uma evidente preponderância de objectos associados à confecção alimentar e de ir ao lume (15,6%) maioritariamente sob a forma de panela (**Fig. 5, n.ºs 1 e 2**) e, com menor expressão, tacho (**Fig. 5, n.ºs 3 e 4**). A exposição directa e intensa ao fogo atribuiu extensas marcas de combustão na superfície externa com maior evidência na base.

Os vasos destinados ao armazenamento de líquidos e eventualmente bens alimentares (11,4%) está presente no registo através da morfologia de cântaro e talha (**Fig. 5, n.ºs 5 e 6**), forma que subsiste através de fragmentos de parede decorada com um cordão cerâmico digitado, encontrando este grande contentor utilização semelhante a um silo, podendo ser preservada semi-enterrada para maior controlo de temperatura do produto armazenado.

O consumo individual de líquidos (8,9%) está reflectido na forma de copo de dimensão variável (de pequena a média), de fabrico fino e cuidado (**Fig. 5, n.ºs 7 a 9**), e em grandezas aproximada (8,6%) à categoria de peças de apoio à confecção alimentar – estas peças ainda que não indo ao lume, encontrar-se-iam nas proximidades do local de elaboração alimentar, como o alguidar, o testo que selaria, por exemplo, a panela, ou o copo medidor ou de medida (**Fig. 5, n.ºs 10 a 12**). Este último objecto destaque-se no conjunto por exibir uma marca esgrafitada destinada a assinalar a zona ou o limite por onde se deveria serrar o bordo, comummente interpretada como marca de aferidor[16].

As peças enquadráveis no consumo alimentar (6,4%) merecem particular reflexão. Se por um lado está presente o ataifor (**Fig. 5, n.ºs 13 e 14**), uma tigela de grande dimensão, com diâmetro aproximado de 25 a 35cm, de perfil carenado, indicador de uma tradição medieval e costume islâmico de consumo colectivo a partir do mesmo recipiente, e que a partir do último quartel do século XV começa

---

[16] SILVA, Rodrigo *et alli* – "Um contexto cerâmico da Baixa Idade Média da Rua dos Correeiros (Baixa da Lisboa): revisão crítica dos dados da sondagem 24 - 1991", In ANTUNES, Ana Sofia *et alli* (coord.) – *II Encontro de Arqueologia de Lisboa: Arqueologia em Meio Urbano*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa/ Departamento de Património Cultural/Direção Municipal de Cultura/Câmara Municipal de Lisboa, 2021, pp. 258-278.

a desaparecer paulatinamente no registo arqueológico e totalmente omisso a partir de meados da centúria seguinte, por outro lado também foram registados pratos e tigelas de dimensões mais reduzidas, aspecto eventualmente sugestivo de consumo individual (**Fig. 5, n.ᵒˢ 15 e 16**). No presente caso, estes três objectos encontram-se em valores relativamente aproximados.

As formas de jarro e bilha (5,1%) transportariam líquidos no percurso entre o ambiente de armazenamento e o consumo individual de líquidos (**Fig. 5, n.ᵒˢ 17 e 18**). Com valores residuais, mas com significado neste estudo, particularizam-se os objectos lúdicos ou peças de jogo, obtidos através da reutilização de fragmentos de objectos fracturados e descartados, talhados em forma circular (2,1%) (**Fig. 5, n.ᵒˢ 19**) e, por último, a forma de candeia destinada à iluminação (1,9%) (**Fig. 5, n.º 20**).

Importações espanholas.

O conjunto de louça importada da região andaluza, concretamente dos complexos oleiros da região de Sevilha destaca-se, não obstante as características distintas da pasta, pelo revestimento vidrado de tonalidade castanho-melada. A elevada taxa de fragmentação deste tipo de produção concluiu em apenas 3 NMI, somente 1 passível de determinar morfologia integrada no ambiente de consumo alimentar, uma porção de fundo em pé anelar de uma grande taça carenada ou ataifor (**Fig. 5, n.º 21**). Recorrendo a investigações e publicações ibéricas, o espaço interno do fundo da peça poderia revelar motivos decorativos diversos, por norma simples e estilizados, a óxido de manganês.

Dos 3 NMI atribuíveis a produções valencianas, 2 associam-se à forma de tigela integrada no consumo alimentar (**Fig. 5, n.º 22**). Ainda que apenas se tenha conservado porção de bordo, estas seriam formas abertas, de perfil hemisférico e suportadas por fundo em pé anelar. Os exemplares exumados na Rua do Lumiar exibem revestimento esmaltado estanífero de tom branco apenas na superfície interna onde se preservou uma linha concêntrica a azul cobalto sob o bordo.

Importações de Bruges, Flandres.

Os contentores produzidos nas olarias de Bruges, na Flandres, particularizam-se pela pasta avermelhada e homogenea, compacta e com poucas inclusões de elementos não plásticos. Porém, é pelo revestimento vidrado verde e mosqueado verde-escuro sobre um espesso engobe branco que as peças se demarcam das restantes. É a aplicação deste revestimento engobado branco que permite um visual cromático intenso e, simultaneamente, é um interessante indicador geográfico no que a esta produção diz respeito: a intenção deste engobe era a de revestir a coloração avermelhada da

pasta e, sendo branco permitia o tom verde mais uniforme e próximo das requintadas e admiradas produções da região Norte de França cujos barreiros potenciavam à *priori* uma pasta clara[17]. Possivelmente pertencente a um jarro de vinho ou pichél, o fragmento aqui exposto (**Fig. 5, n.º 23**) exibe decoração característica deste tipo de peças produzidos na cidade da Flandres com recurso a roletilha na execução de faixas concêntricas na superfície externa. Ainda assim, nas peças concebidas nestas olarias abundavam gramáticas decorativas típicas de Bruges, como representações de vieiras, "cachos de uva".

Importações de Rouen, França.

O material exumado do interior dos silos e aqui compulsado incluía unicamente 1 fragmento importado dos barreiros do Rio Sena (**Fig. 5, n.º 24**). A reduzida dimensão do fragmento, ainda que não permita identificar a que forma pertenceria, fornece dados para a caracterização técnica desta produção: pasta de tonalidade acinzentada, compacta e com pequenas inclusões ferruginosas, revestido externamente por vidrado de tom laranja e, sobre este, vestígios de algum elemento decorativo não determinado em castanho avermelhado. Porém, os objectos aqui produzidos, não obstante as variantes simples e menos complexas esteticamente, poderiam exibir vasto reportório decorativo recorrendo a aplicações plásticas.

O conjunto cerâmico aqui apresentado é sintomático de um conjunto de contactos e trocas entre o termo de Lisboa e a cidade em época medieval, e por via desta, com o território europeu. Potenciada por diversos ritmos e variados agentes comerciais, o espaço actualmente de Lisboa estava apto à recepção de novos materiais: cobres, texteis, cerâmicas. Neste sentido, o incremento de intervenções arqueológicas em Lisboa em horizontes medievais (a partir do século XIII), além de atestar um evidente domínio de cerâmicas vermelhas de produção local/regional e de uso quotidiano, tem registado timidamente a presença de importações de fabricos oriundos de geografias setentrionais – a este propósito mencione-se que em Portugal o primeiro estudo alicerçado em estratigrafias arqueológicas deveu-se à equipa que laborou na Casa do Infante, Porto[18], só depois seguindo-se Lisboa[19].

---

[17] VERHAGEN, Frans – "La cerámique en Flandre (XHI^e^-XVe siècle): quelques aspects de l'èvolution et de la concurrence". *La céramique (V^e^-XIXe s.). Fabrication – Commercialisation – Utilisation. Actes du premier congrès international d'archéologie médiévale.* Caen: Société d'Archéologie, 1987, pp. 203-225.

[18] REAL, Manuel *et alli* – "Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante – Porto: elementos para uma sequência longa – séculos IV-XIX", In ABRAÇOS, Helder Chilra; DIOGO, João Manuel (coord.) – *1^s^ Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo.* Porto/Tondela: Edições Afrontamento/Câmara Municipal de Tondela, 1995, pp. 171-186.

[19] GASPAR, Alexandra; AMARO, Clementino – "Cerâmicas dos séculos XIII a XV de Lisboa", In D'ARCHIMBAUD, Gabrielle Démians *et alli* (dir.) – *La céramique medievalle en Méditerranée, Actes du VI Congrès del l'AIECM1.* Aux-en-Provence: Éditions Narrations, 1997, pp. 337-345.

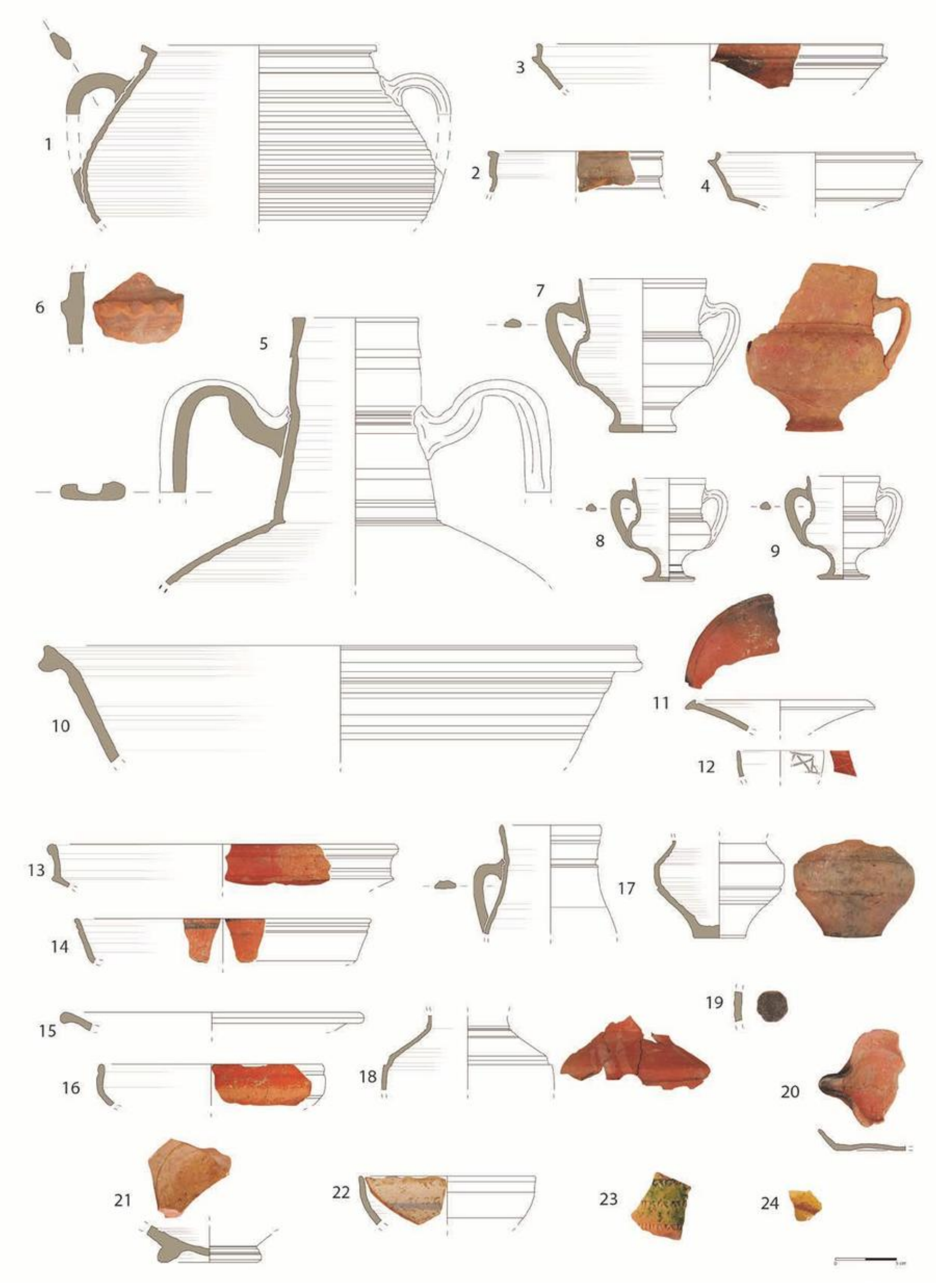


Figura 5: Conjunto cerâmico exumado na intervenção arqueológica da Rua do Lumiar, 2020.

Para o palco de Lisboa, mais recentemente têm saído à estampa novas publicações, algumas exclusivamente sobre esta temática[20]. Transversal a todas as investigações aqui referenciadas é a cronologia de produção atribuída. Para os casos de Bruges e Rouen, estas produções assistiram a ampla difusão no século XIII e meados da centúria seguinte alcançando as Ilhas Britânicas e espaços do Mar do Norte[21]. De espaços portuários ibéricos, o exemplar de ataifor sevilhano reconhecido na Rua do Lumiar encontra paralelo em contextos do Sul de Espanha enquadráveis entre os séculos XIII e XV e ainda em horizontes quinhentistas de Sevilha[22]. A proveniência do exemplar de tigela (**Fig. 5, n.º 22**) é enquadrável nos centros produtores a laborar na região valenciana de Paterna/Manises no século XIV.

As distintas importações encontram-se em valores relativamente equivalentes entre si e homogéneos cronologicamente, balizando-se entre meados dos séculos XIII e XIV. Esta menção à coesão quantitativa entre os exemplares importados implica outro tipo de leitura atendendo ao facto de as produções do Norte da Europa escassearem no registo arqueológico a partir do início do século XV, sendo progressivamente substituídas pelas aquisições sevilhanas e valencianas – não invalidando a presença simultânea das quatro importações em período de progressiva transição. Aqui acresce a presença da cerâmica de produção local/regional, de uso quotidiano, facilmente substituíveis quando necessário, o que justifica a sua considerável expressão na colecção exumada. No caso das louças destinadas à confecção alimentar, os exemplares aqui ilustrados encontram paralelos em contextos do século XIV do Castelo de São Jorge, Lisboa[23]. Noutro ponto da cidade, em sondagens arqueológicas efectuadas na Rua dos Correeiros, foram exumados cântaros idênticos aos aqui demonstrados e cujo contexto e a totalidade do conjunto foram recentemente revistos e enquadráveis em pleno século XV[24]. Os copos são uma das formas mais abundantes

[20] MARQUES, António – "Jarro decorado; Jarro decorado; Pichel decorado com vieiras e 'cachos'", In TEIXEIRA, André; VILLADA PAREDES, Fernando; SILVA, Rodrigo Banha da (eds.) – *Lisboa 1415 Ceuta. História de dos ciudades - História de duas cidades*. Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta/Câmara Municipal de Lisboa, 2015, pp. 178-180. OLIVEIRA, Filipe *et alli* – "O comércio medieval de cerâmicas importadas em Lisboa: o caso da Rua das Pedras Negras n[os]21-28", In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea (coord.) – *Arqueologia em Portugal. 2017. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, pp. 1523-1538. SILVA, Rodrigo Banha da *et alli* – "Lisbon's pottery in a transitional period in late Middle Ages", In KARAKAYA, Defne; LITTLE, Timothy Glenn (eds.) – *XIth Congress AIECM3 on Medieval and Modern Period Mediterranean Ceramics Proceedings*. Ankara: Koç Universitesi, 2018, pp. 175-180.

[21] HAGGARTY, George – "A gazetteer and summary of French pottery imported into Scotland c. 1150 to c. 1650: a ceramic contribution to Scotland's economic history Ceramic Resources". *Tayside and Fife Archaeological Journal* 12 (2006), pp. 117-118.

[22] AMORES CARREDANO, Fernando; CHISVERT JIMÉNEZ, Nieves – "Tipología de la cerámica común bajomedieval y moderna sevillana (ss. XV-XVIII): I, la loza quebrada de relleno de bóvedas". *Spal* 2 (1993), pp. 269-325.

[23] GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – "Cerâmicas do século XIV na alcáçova do Castelo de S. Jorge, Lisboa, Portugal", In KARAKAYA, Defne; LITTLE, Timothy Glenn (eds.) – *XIth Congress AIECM3 on Medieval and Modern Period Mediterranean Ceramics Proceedings*. Ankara: Koç Universitesi, 2018, pp. 411-418.

[24] SILVA, Rodrigo *et alli* – "Um contexto cerâmico da Baixa Idade...", pp. 258-278.

nos contextos arqueológicos lisboetas e transversal desde o século XIII até à transição do século XV-XVI, onde são substituídos por peças claramente distintas. Estes foram igualmente detectados nos contextos acima referidos. A forma de testo apresenta-se exclusivamente com "barbela", particularismo característico desta morfologia até ao início do século XVI, passando a partir de então a apresentar-se de perfil mais arredondado[25].

Considerações Finais.

O termo de Lisboa pode ser definido pelo espaço periférico, aldeias e/ou pequenos núcleos circundantes com extensas áreas de cultivo. Foi este caracter agrícola que dotou o termo de superlativa importância, sendo explorado enquanto celeiro que abastecia com bens alimentares a cidade, surgindo paulatinamente uma rede de interdependência com o centro amuralhado de Lisboa.

No século XV, o termo compreendia a região da Estremadura Austral, cerca de 72 localidades[26], disputado centúrias antes através de doações, escambos ou compras entre particulares e estruturas monásticas como os mosteiros de São Vicente ou de Chelas[27]. Esta intenção de domínio territorial perder-se-ia, não somente pela extensão da influência destas casas religiosas, mas também com a territorialização do conjunto de bens rurais[28].

Esta conjuntura pode ser reportada para o actual espaço do Lumiar. Dever-se-á ao Bispo de Lisboa D. Mateus a criação da paróquia de São João Baptista do Lumiar a 2 de Abril de 1276, acto interpretado e sugestivo da presença populacional nesta área que justificasse a criação de uma paróquia, bem como de incremento populacional sustentado na actividade económica do termo com Lisboa[29], fomentando e fortalecendo esta dinâmica.

O registo arqueológico da intervenção da Rua do Lumiar deve ser interpretado enquanto gerador de conhecimento do quotidiano do termo de Lisboa em época medieval. Ainda que se esteja perante uma amostra proveniente de um espaço limitado

[25] CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino – "Alguns tipos de cerâmicas dos sécs. XI a XVI encontrados em Cascais", In SILVA, Luis Alves da; MATEUS, Rui (coord.) – *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 1991, pp. 575-585.

[26] MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

[27] LEITÃO, André de Oliveira – "O povoamento do termo de Lisboa no pós-Reconquista: o papel de duas casas monásticas dos arrabaldes na estruturação de um território (1147-1321)", In FONTES, João Luís Inglês, *et alii* (eds.) – *Lisboa Medieval: Gentes, espaços e poderes*. Lisboa: IEM- Instituto de Estudos Medievais: Lisboa, 2016, pp. 154-175.

[28] BRANQUINHO, Isabel – "Estratégias de composição do património do Mosteiro de São Vicente de Fora – priorado de D. Paio Gonçalves (1172-1205)", In *A Nova Lisboa Medieval. Actas do I Encontro*. Lisboa: Edições Colibri, 2005, pp. 75-88.

[29] LEITÃO, André de Oliveira – "O povoamento do termo de Lisboa no pós-Reconquista...", p. 166.

e centrado numa pequena área fortemente limitada pela empreitada, verificou-se que a bateria de silos se prolonga para o edifício adjacente, no sentido Sudeste.

Recorrendo à ausência de estruturas murárias coevas (pelo menos) do momento de desactivação dos silos, presume-se que este conjunto estaria associada a uma unidade habitacional ou casal de cariz rural.

A leitura estratigráfica do interior dos silos, bem como a homogeneidade cronológica dos artefactos, sugere que o seu preenchimento terá ocorrido de forma rápida e deliberada. Este processo terá considerado a intenção de utilizar as estruturas negativas enquanto depósito de lixos e detritos resultantes do quotidiano, momento exercido não além do inicio do século XV. Porém, a existência de elementos cerâmicos enquadráveis no século XIII e XIV **(Fig.5, n.os 17 e 18)** justificam outra reflexão: quando, durante quanto tempo e onde foram produzidos estes detritos?

Parte VI

Quotidianos agitados: revoltas, conflitos e guerras

"*Qui dixerit – a las armas*":
indícios de atividade militar no quotidiano urbano na Reconquista

Carlos Afonso[1]

Resumo

O reino de Portugal começou a tomar forma, enquanto entidade política autónoma, na primeira metade do século XII, num processo de afirmação que se prolongou no tempo e foi marcado, do ponto de vista militar, pelo confronto com as entidades envolventes, quer islâmicas quer cristãs. Num ambiente em que a possibilidade de ter de guerrear pairava permanentemente sobre as populações, o quotidiano incorporava práticas de vigilância e de guarda, de manutenção de recursos militares – homens, montadas e equipamentos –, de desenvolvimento de capacidades ofensivas e de transação de espólios de guerra. O presente ensaio tem como objetivo expor os indícios de preocupações militares nas comunidades urbanas, nos períodos em que a guerra não era efetiva.

Palavras-chave
Reconquista; Portugal; Guerra; Sociedade.

"*Qui dixerit – a las armas*": evidence of military activity in urban daily life during the Reconquista

Abstract

The Kingdom of Portugal began forming as an autonomous political entity during the first half of the 12th Century, according to a formation process that

---

[1] Investigador Integrado do Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH.

lasted over time. From a military point of view, this process implied confrontation with the surrounding Christian and Islamic entities. In an environment where the possibility of going to war was permanently over the populations' heads, daily life was punctuated by various military activities such as watch and guard procedures, maintenance of military resources – men, equines, and gear –, development of offensive capacity and trade of war booty. This essay aims to present the evidence of military concern in urban communities during the periods when war was not effective.

Keywords
Reconquista; Portugal; War; Society.

O reino de Portugal começou a tomar forma, enquanto entidade política autónoma, na primeira metade do século XII, num processo de afirmação que se prolongou no tempo e foi marcado, do ponto de vista militar, pelo confronto com as entidades envolventes, quer islâmicas quer cristãs. Num ambiente em que a possibilidade de ter de guerrear pairava permanentemente sobre as populações, o quotidiano incorporava práticas de vigilância e de guarda, de manutenção de recursos militares – homens, montadas e equipamentos –, de desenvolvimento de capacidades ofensivas e de transação de espólios de guerra. O presente ensaio tem como objetivo expor os indícios de preocupações militares nas comunidades urbanas, nos períodos em que a guerra não era efetiva.

Não é difícil encontrar indícios de atividade militar no universo cristão do Ocidente Ibérico, nos séculos XII e XIII, uma vez que a sociedade se encontrava organizada em função da guerra. No entanto, a própria natureza das ações guerreiras faz com que as fontes nos transmitam, sobretudo, ecos de momentos de rutura do quotidiano, ou seja, sabemos muito mais acerca dos períodos de confrontação armada do que sobre o dia-a-dia das comunidades. Esse quotidiano em que a guerra, apesar de latente, não se fazia sentir de modo efetivo ou, pelo menos, de forma a afetar aqueles que, por estatuto social, figuram nos textos.

Por conseguinte, a leitura da vivência rotineira das populações, relacionada com a guerra (ou com a possibilidade de ter de guerrear) consegue-se, em boa medida, de modo indireto, através da interpretação de indícios. Numa perspetiva de identificação de relações causa-efeito, conviemos organizar a reflexão sobre este assunto em duas secções. Primeiro caraterizámos a organização da sociedade cristã, salientando os aspetos relacionados com a atividade guerreira. Seguidamente,

descrevemos os aspetos do quotidiano militar das populações, com especial incidência nas comunidades com caraterísticas "urbanas".

1. A estruturação social.

Por razões de diversa ordem, no início do século XII, ou seja, no alvor da autonomização do Condado Portucalense face ao reino de Leão, pela mão de D. Afonso Henriques, a cristandade ibérica tinha desenvolvido uma forma de organização social que permitia que as comunidades não só detivessem um elevado grau de resiliência face a agressões externas, como também tirassem partido das oportunidades decorrentes do estado de conflitualidade latente.

O sistema cristão assim desenvolvido mostrou-se, no tempo longo, mais eficaz do que os modelos islâmicos, pelo que, entre a queda do califado omíada, em 1031, e a conquista definitiva de Sevilha e de Faro (1248-1249), os períodos em que o Islão deteve superioridade estratégica relativa corresponderam à vigência dos almorávidas, durante cerca de meio século, entre as décadas de 1090 e 1140 e dos almóadas, que beneficiaram de um período de alguma estabilidade durante cerca de quarenta anos, entre as décadas de 1170 e 1210[2]. Ou seja, em pouco mais de dois séculos, os poderes cristãos foram dominantes durante dois terços do tempo e foram-no, quase sempre, relativamente aos poderes andaluzes, constituindo os magrebinos os principais desafiadores.

Uma das chaves do sucesso cristão que, para além de conferir resiliência defensiva, permitiu a sobreposição do seu sistema sócio-militar sobre os modelos adversários, residiu na estruturação social. Com efeito, à exceção dos clérigos, os designativos das categorias sociais não estavam associados às funções administrativas, económicas ou religiosas dos indivíduos, mas sim ao seu papel na guerra, ou seja, à função militar que cada um desempenhava. De um modo geral, a sociedade dividia-se entre cavaleiros e peões. Esta distinção tinha um significado para efeitos tributários, mas dizia respeito, sobretudo, à função guerreira de cada um: os cavaleiros eram os que combatiam montados; os peões, guerreavam a pé[3]. Entre os cavaleiros, havia os nobres e os não-nobres e um processo de atratividade para a função guerreira residiu na grande mobilidade social, que permitia que, pelo menos até aos finais do século XII, a cavalaria não-nobre pudesse ascender aos estratos inferiores da nobreza por via das armas[4].

---

[2] AFONSO, Carlos Filipe – "A evolução dos sistemas de coação militar no espaço português (séculos VIII-XIII)", In *Estudos de homenagem ao General Loureiro dos Santos*, coord. Francisco Proença Garcia e Abílio Pires Lousada. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 2013, p.265.

[3] MATTOSO, José – "Os concelhos", In *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. II – *A Monarquia Feudal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 219.

[4] MATTOSO, José – *Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos*

Na ordenação cristã medieval, a nobreza tinha como principal função social a prática da guerra. O modo como esta categoria social emergiu e evoluiu no tempo longo, a partir do declínio do domínio romano no Ocidente europeu, é bem conhecido. Os nobres eram os *bellatores* e deles e do seu ofício esperava-se que participassem na guerra e que, de certa forma, detivessem o monopólio da violência[5]. No entanto, a defesa e manutenção dos vastos espaços que os reis cristãos do Norte passaram a administrar, após a passagem para a *Transierra*, na segunda metade do século IX, não era possível de concretizar somente com recurso à nobreza de que dispunham[6]. A defesa dos territórios colonizados tinha de residir nas populações locais, com um elevado grau de autonomia em relação ao poder central e com capacidades de dissuasão suficiente e de combate efetivas. Por esta razão, boa parte do sistema militar cristão assentava nos concelhos[7].

Apesar de se conhecerem obrigações militares inerentes às populações desde o século IX, é no século XI que se começa a detetar, de modo consistente e continuado, a atividade das milícias municipais, sendo o foral de León, de 1017, um dos primeiros documentos em que é possível descortinar a existência de um corpo militar organizado[8]. No território que viria a ser Portugal, os primeiros vestígios da existência de obrigações militares sobre as populações encontram-se nos forais outorgados por Fernando Magno, entre 1055 e 1065, a cinco localidades – Pesqueira, Penela da Beira, Paredes da Beira, Linhares da Beira e Ansiães –, onde se mencionava o dever de as populações acudirem ao apelido, um serviço militar defensivo, sempre que a comunidade estivesse sob ameaça direta ou iminente[9].

Contudo, a generalização do serviço militar municipal, ou pelo menos uma maior disseminação do sistema, ocorreu na sequência da derrota cristã na batalha de

---

XI e XII. 2ª edição. Lisboa: Guimarães Editores, 1985, pp. 181-207.

[5] HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições: Épocas medieval e moderna.* Coimbra: Livraria Almedina, 1982, pp. 104-105 e 119.

[6] LOURIE, Elena – "A Society Organized for War: Medieval Spain". *Past & Present,* vol. 35, 1, December 1966. Oxford: Past & Present Society: Oxford University Press, 1966, pp. 55-56.

[7] Durante boa parte do século XX, a centralidade dos concelhos medievais na defesa do território e o papel das suas milícias passou despercebido à generalidade dos historiadores. Ferdinand Lot foi um dos precursores do estudo do contributo concelhio, tendo sido seguido por John Beeler e Philippe Contamine (POWERS, James F – *A Society Organized for War: The Iberian Municipal Militias in the Central Middle Ages, 1000-1284.* Berkeley: University of California Press, 1988, pp. 4-5). No panorama português, Augusto Botelho da Costa Veiga foi um dos pioneiros desta abordagem, ao apresentar, de um modo fundamentado, o papel militar concelhio nos séculos XII e XIII (VEIGA, Augusto Botelho da Costa – *Estudos de História Militar Portuguesa,* vol. 1*, Parte Primeira: Corografia Militar do Noroeste de Portugal em 1220-1258; análise da tradição e da polémica de Ourique.* Lisboa, 1936, pp. 15-28).

[8] Apesar de cartas anteriores, como a de Valpuesta, em 804, ou a de Brasoñera, em 854, aludirem à necessidade de defesa dos muros daquelas localidades, bem como o foral de Oviedo, de 857, prever uma multa para os que faltassem ao serviço militar, a determinação da obrigatoriedade de uma milícia municipal tomar parte em expedições ofensivas, que pressupõe a existência de um corpo militar organizado, é identificada, pela primeira vez, no foral de Oviedo, de 1020 (POWERS, *A Society Organized for War...,* pp. 15 e 17).

[9] *Portugaliae Monumenta Historica: Leges et Consuetudines,* vol. I. Lisboa: Academia das Ciências, 1856-1868, pp. 343-348, de 1055-1065.

Zalaca, em 1086, altura em que Afonso VI considerou a importância dos concelhos na contenção do avanço almorávida[10]. Desta preocupação, eminentemente defensiva, até à utilização dos recursos militares disponíveis para propósitos ofensivos, foi apenas um passo, sendo que, do lado português, o foral de Numão, aparentado com o de Salamanca e outorgado por Fernando Mendes de Bragança, em 1130, foi o primeiro a materializar essa alteração. O texto determinava que, uma vez por ano, o senhor da terra devia organizar um fossado, ou seja, uma expedição ofensiva com vista à obtenção de um espólio de guerra, ficando aberta a possibilidade de execução de outras expedições por iniciativa do concelho[11].

O âmbito municipal era, essencialmente, um universo urbano, onde os preceitos dos forais outorgados pelo rei ou por senhores garantiam a autoridade da cavalaria-vilã dentro do alfoz, protegendo-a da concorrência de nobres que aí pretendessem instalar-se[12]. Aos vilãos, vizinhos da localidade central do município, castelo ou terra-chã, contrapunham-se os rústicos, os habitantes do espaço rural do alfoz. São diversas as evidências da diferença de estatuto entre ambos os mundos. Os moradores da área "urbana" eram os que podiam aceder a cargos públicos, sendo que os cavaleiros-vilãos detinham um estatuto de superioridade sobre cavaleiros rústicos ou aldeãos, como lhes chamam os foros extensos de Ribacoa[13]. Embora a principal clivagem social sucedesse entre cavaleiros e peões, em alguns municípios portugueses é possível descortinar a presença de uma outra categoria social intermédia, que gozava de privilégios superiores aos dos peões, mas não atingia os atribuídos aos cavaleiros: os besteiros[14].

Ora, se a própria estruturação social era um reflexo da guerra, certamente que o quotidiano não deixava de lhe estar ligado. Mesmo para quem não se debruça sobre estes assuntos da guerra e da paz, não é estranho verificar que, em caso de agressão ou ameaça, bem como na iminência de uma expedição ofensiva, a estrutura concelhia estava desenhada para uma resposta rápida e eficaz em tempos de exceção. No entanto, a questão central, no contexto do presente ensaio, é em que medida a organização para a guerra e as tarefas e procedimentos a ela inerentes faziam parte da vida quotidiana, ou seja, da rotina diária das populações.

---

[10] POWERS, *A Society Organized for War...*, pp. 15 e 17-18.

[11] *Leges,* pp. 369-370, de 1130.

[12] Muitos forais vedavam expressamente os nobres de viverem na sede ou mesmo no termo concelhio REIS, António Matos – *História dos Municípios (1050-1383).* Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 117.

[13] DE LA TORRE RODRÍGUEZ, José Ignacio – "La sociedad de frontera de Ribacoa, fueros y modelos de poblamiento". *Revista da Faculdade de Letras. História,* nº15, 1, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, p. 798.

[14] Vejam-se, por exemplo, os forais do grupo de Santarém-Lisboa-Coimbra, de 1179 (*Leges*, p. 407, p. 413 e p. 417, respetivamente), o foral de Povos de 1195 (*Leges*, p. 492), o de Leiria, de 1195 (*Leges*, p. 497), o de Alenquer, de 1212 (*Leges*, p. 560); o de Sebadelhe, de 1220 (*Leges*, p. 584), entre outros.

2. O quotidiano militar.

À semelhança do que ocorreu em todo o mundo ocidental, nos reinos cristãos peninsulares, a defesa passava pelo estabelecimento de sistemas de fortificações mais ou menos coordenados entre si, com possibilidade de apoio mútuo face a agressões exteriores. Isto significava que o esforço de apropriação territorial por parte de um atacante consumia recursos e tempo desproporcionais, com vantagem clara para o defensor. Na presença de uma ameaça, os habitantes de uma região procuravam refúgio – para si e, frequentemente, para os seus bens móveis – nos pontos fortes, uma prática que Claude Gaier designou de *reflexo obsidional*, expressão atualmente reconhecida na historiografia sobre o tema e subordinada ao conceito, igualmente consagrado, de *estratégia obsidional*. Por conseguinte, paisagem medieval era salpicada de castelos e outras fortificações – incluindo, por exemplo, torres e edifícios religiosos fortificados – que exigiam das populações cuidados permanentes com a sua edificação, manutenção, vigilância e preparação de defesa[15].

Com efeito, apesar da expressão guerreira dos municípios não ter sido uniforme nem geográfica, nem cronologicamente, nos séculos XII e XIII identificam-se vários padrões de semelhança, inelutavelmente relacionados com a fortificação. Por exemplo, os textos das Inquirições de 1220, que incidiram essencialmente no Entre-Douro-e-Minho, revelam-nos uma região organizada em torno de castelos cabeça-de-terra e de cenóbios, onde a principal preocupação militar, mais do que a defesa dos eixos de penetração provenientes da Galiza, era a manutenção das fortificações que materializavam o poder régio e senhorial. Nesta região, à exceção dos burgos de Guimarães (1095 ou 96), do Porto (1124) e de Ponte de Lima (1125), cujo principal interesse normativo era claramente económico e não defensivo, no final do século XII e início da centúria seguinte surgiram comunidades com foros militares explícitos, como são exemplos Famalicão (1205) e Lapela (1208), sendo que a ameaça subjacente era a leonesa e não a islâmica[16]. Alguns forais deixam entrever o caráter de urgência da outorga, aliado ao posicionamento estratégico do local, como o caso de Contrasta, hoje Valença do Minho, que recebeu foral em 1217, num contexto

[15] GARCÍA FITZ, Francisco – "El *Reflejo Obsidional* y su plasmación en la normativa medieval castellano-leonesa de la Plena Edad Media", In *III Estudios de Frontera. Convivencia, defensa y comunicación en la frontera. En memoria de don Juan de Mata Carriazo y Arroquia*, Jaén: Diputación Provincial de Jaén, 2000, pp. 269-292. O autor demonstrou, para o espaço castelhano-leonês, que o reflexo instintivo que levava as populações a refugiarem-se nos pontos fortes, acabou regulamentado nos documentos normativos, como os forais, posturas municipais e outros preceitos, incluindo a determinação de tarefas recorrentes, a desempenhar pelas populações.

[16] Em 1211-1212, pouco tempo depois da outorga dos referidos forais, o rei de Leão desferiu ataques em larga escala, que assolaram as regiões de Bragança-Lampaças, de Chaves, do Barroso e parte do Minho. A ofensiva leonesa deu-se numa extensão tal que os mais próximos colaboradores de Afonso II devem ter percecionado que era a própria sobrevivência do reino que estava em causa (VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II. Um rei sem tempo*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2008, pp. 130-131).

de conflito iminente, que rapidamente se transformou em efetivo nos anos seguintes, contra o rei de Leão[17].

Por essa razão, o quotidiano militar das gentes da região estava relacionado com a vigilância dos muros dos castelos, dos portos e portelas de montanha e das travessias dos rios, com destaque para o Minho, por onde podiam passar *malos christianos*[18]. As já referidas Inquirições de 1220 revelam-nos informação de primeira importância a este nível. Na *terra* de Aguiar (c. Vila Pouca de Aguiar) é particularmente evidente a relevância dada à vigilância do castelo e à capacidade de alertar atempadamente sobre a aproximação de ameaças. Ali ao lado, alguns moradores do lugar de Valoura, na paróquia de São Martinho de Bornes, tinham por obrigação "saber por onde vinha o rei de Leão" e os de Santa Eulália de Pensalvos mantinham, em operação, um serviço de atalaias com a mesma finalidade, de tal modo exigente que os dispensava de qualquer outro serviço militar[19]. A região tinha sido convertida em fronteira menos de dois anos antes dos inquiridores régios ali terem passado pois, em 1219, Afonso IX de Leão tinha-se apoderado de Chaves, situação que perdurou até 1231[20].

A maioria das populações referidas até ao momento não estava organizada em municípios e o contexto em que viviam não era urbano. No entanto, em torno dos principais núcleos onde havia castelo, tanto a vigilância local dos muros, como a vigilância afastada, baseada em patrulhas e em postos de observação ou atalaias, era incumbência dos moradores. Em Lamego, uma localidade onde certamente o caráter urbano era já uma realidade, nas Inquirições de 1258, explicita-se que a custódia do castelo cabia a uma guarnição específica que habitava dentro dos muros e que, caso fosse empregue em operações ofensivas, ou seja se tivesse de abandonar a vila, fazia recair nos moradores dos lugares de Moreiras e de Fafel, situados a menos de um quilómetro da fortaleza, a responsabilidade de continuar a vigilância[21].

O recurso às gentes do espaço rural era uma solução, especialmente em

---

[17] *Leges*, p. 570, de 1217. Contrasta era um local onde alguns vaus favoreciam a travessia do rio Minho (ANDRADE, Amélia Aguiar – *Vilas, Poder Régio e Fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa, 1994. Tese de doutoramento, p. 190 e 330-331). O conflito com o reino de Leão recrudesceu menos de dois anos após a outorga do foral, em 1219 (ver nota 18).

[18] A expressão *malos christianos*, na qual se englobavam os leoneses, é bastante expressiva. Embora não a encontremos nos forais minhotos, ela surge no texto normativo de outra região bastante assolada por aquela ameaça: Freixo (c. Freixo de Espada-à-Cinta, (*Leges,* p. 379 de 1152) e seus derivados, como Urros (c. Torre de Moncorvo, *Leges*, p. 424, de 1182) e Santa Cruz (da Vilariça, c. Torre de Moncorvo, *Leges*, p. 601, de 1225).

[19] Das nove freguesias enunciadas na *Terra* de Aguiar, três (São Salvador, Santa Eulália de Pensalvos e São Martinho de Bornes) designam a vigilância do castelo ou dos movimentos leoneses como principal obrigação militar das populações (*Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones, vol. I, fasc. I a VIII. Lisboa: Academia das Ciências, 1888-1961*, pp. 126-128, de 1220).

[20] Em 1219, nova invasão leonesa resultou na ocupação *de facto*, da região de Chaves, até à celebração do acordo do Sabugal, em 1231 (*Chronicon Mundi. Crónica de España por Lucas, Obispo de Tuy,* ed. Julio Puyol. Madrid: Tipografia de la "Rev. de Archivos, Bibliotecas y Museos", 1926, p. 422 e FERNANDES, Hermenegildo – *D. Sancho II. Tragédia*. Lisboa: Temas e Debates, 2010, pp. 360 e 364).

[21] *Inquisitiones I*, p. 1035a, de 1258.

concelhos em que, pelo menos durante algum tempo, a fronteira se encontrava próxima e as ameaças se materializavam com frequência. Em certos casos, devido ao número reduzido de moradores nas localidades centrais, o rei contribuía com parte do serviço, utilizando gentes provenientes de herdades suas foreiras para apoio do concelho, como ocorria em Ervedosa, concelho de São João da Pesqueira, cujos habitantes deviam velar os muros do castelo de modo análogo ao que faziam os habitantes da vila[22].

Este deveria ser o tipo de solução nos espaços "urbanos", em relação aos quais o rei se comprometia a assegurar metade dos serviços de vigilância, como ocorria em Coimbra, desde 1111[23], em Leiria, depois de 1142[24], ou em Santarém e Lisboa, pelo menos depois de 1179[25], só para citar alguns exemplos. Nestes locais, embora saibamos algo sobre a divisão do esforço na vigilância afastada dos muros – nas atalaias – pouco sabemos da custódia das fortalezas propriamente ditas. A este respeito, as Inquirições efetuadas no Entre-Douro-e-Minho fornecem informação mais detalhada, referindo, por exemplo, que pequenos castelos como o de Penafiel de Soaz ou o de Arnóia eram guardados por homens das aldeias em redor, num serviço de escala organizada entre eles[26].

Contudo, nem sempre a vigilância nos muros de uma fortaleza, conjugada com a observação e escuta nas atalaias ou postos de vigia, eram medidas suficientes para garantir a segurança de uma circunscrição administrativa. Por isso, o alfoz concelhio era percorrido por patrulhas de moradores, designadas por *gardas* ou guardas, que dispunham de uma certa capacidade para se empenhar em combate contra ameaças menores, designadamente pequenas incursões de pilhagem e que, caso fossem vitoriosas, deviam um quinto do espólio obtido ao rei, tal como ocorria nas expedições ofensivas[27]. A certeza da obtenção de um saque, na sequência de guardas, pressupõe que os seus executantes dispunham de mobilidade suficiente para conseguirem efetuar perseguições, o que sugere patrulhas montadas, ou seja, ações de vigilância asseguradas por cavaleiros.

Uma outra atividade central, no dia-a-dia das gentes, era a manutenção das estruturas militares e de itinerários, dever designado por anúduva, que geralmente impendia sobre os peões tributários. No foral de Seia, de 1136, estipula-se que o

[22] *Idem*, p. 1099b, de 1258.
[23] *Leges*, p. 356 de 1111.
[24] *Leges*, pp. 376-377, de 1142.
[25] *Leges*, pp. 409 e 413, de 1179.
[26] Os homens da paróquia de São Pedro de Cerzedelo (c. Vieira do Minho) custodiavam o castelo de Penafiel de Soaz, dois a dois (*Inquisitiones I*, p. 1502a, de 1258). Na freguesia de Infesta (c. Celorico de Basto), situada na *terra* de Basto, o serviço de vela ao castelo de Arnóia cabia a oito casais, estando um deles, o casal de Martim Gomes incumbido de organizar a escala de serviço (*Inquisitiones I*, p. 649a de 1258).
[27] CASTRILLO LLAMAS, María Concepción – "Fortificaciones, elementos defensivos y organización militar en los fueros castellanos y leoneses de la Edad Media (Siglos XI-XIII)". *Anuario de Estudios Medievales*, nº25. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1995, p. 59, nota 90.

senhor garantia os materiais e as ferramentas e os peões forneciam o trabalho[28]. Nas fontes, as anúduvas recorrentes surgem como uma obrigação no presente: "*vadunt ad castellum*"[29] ou "*vadunt/vam in anuduva*"[30], forma verbal que se pode contrapor com algumas anúduvas referidas no tempo pretérito, por terem correspondido a campanhas construtivas específicas, por vezes designadas "castelarias", como foi o caso da construção do castelo da Guarda, no reinado de D. Sancho II[31]. Em muitos casos, o serviço a desempenhar não era especificado, mas em outros casos verificamos que os vizinhos eram chamados a desenvolver trabalhos específicos, como construir ou reparar as portas do castelo[32], efetuar a manutenção do fosso[33], recolher e transportar materiais perecíveis, como feixes de giesta, canas ou colmo, para os telhados das estruturas interiores da fortaleza[34], caiar as paredes das construções[35], ou fornecer víveres para sustento do castelão[36].

Uma vez que a organização municipal se materializava em torno e em função dos cavaleiros-vilãos, é natural que estes constituíssem o núcleo principal das

---

[28] *Leges*, p. 370, de 1136.

[29] Por exemplo, no início do século XIII, alguns homens da paróquia de Santiago de Chamoim (c. Terras de Bouro) eram chamados a "ir ao castelo" (*Inquisitiones I*, p. 96a, de 1220). Em São João da Ribeira (c. Ponte de Lima), os homens iam trabalhar no castelo de Neiva (*Inquisitiones I,* p. 100a, de 1220). A expressão *vadunt ad castellum* é muito frequente e, nas Inquirições de 1220 conta com mais de uma trintena de ocorrências. Também o é nas Inquirições de 1258, o que é revelador de que o afastamento da ameaça islâmica não determinou o fim da preocupação com a manutenção das fortificações. Veja-se, por exemplo, o caso da população da paróquia de São Salvador de Castelões (c. Penafiel), que tinha a incumbência de ir ao castelo de Santa Cruz de Sousa, também designado de Riba-Tâmega (*Inquisitiones I*, p. 599b, de 1258). Do mesmo modo os homens de Santo Isidro de Caíde (c. Lousada, *Inquisitiones I*, p. 604a), ou os de alguns casais da paróquia de Santa Maria de Borba, no atual concelho de Celorico de Basto (*Inquisitiones I*, pp. 644a, de 1258), efetuavam anúduva regular aos respetivos castelos.

[30] Por exemplo, em 1220, os homens de Santa Maria de Tregosa, Julgado de Neiva (c. Viana do Castelo) tinham obrigação de providenciar madeira para as obras do castelo de Neiva (*Inquisitiones I*, p. 106b) e, em 1258, ainda iam em anúduva regular ao mesmo castelo (*Inquisitiones I,* p. 300a, de 1258). Na segunda metade da centúria de Duzentos, o trabalho braçal subjacente à anúduva era, por vezes, substituído por um pagamento em numerário, em certos locais, como ocorria com os homens de Santa Eulália de Oliveira (c. Vila Verde), que se apresentavam, provavelmente no castelo de Penela de Aguiar, para "entregarem seus denários" (*Inquisitiones I*, p. 301b, de 1258).

[31] A construção ou reparação do castelo da Guarda, no reinado de D. Sancho II e, talvez, no contexto da guerra contra o *Bolonhês* (1245-1248) recorreu a trabalho de gente proveniente de locais distantes, como foi o caso dos moradores de Galifães, no atual concelho de S. Pedro do Sul (*Inquisitiones I*, p. 896a, de 1258). Os homens de Moure do Meio (c. Viseu), terão contribuído com uma anúduva para o mesmo castelo da Guarda e, posteriormente, no reinado de D. Afonso III, *dederunt denarios de anuduva pro ad castellum de Lameco*, no que sugere ter-se tratado de outra anúduva singular (*Inquisitiones I*, p. 860a-b, de 1258).

[32] Em Santa Eulália de Valões (c. Vila Verde), os vizinhos eram chamados a construir ou reparar as portas do castelo de Aboim da Nóbrega (*Inquisitiones I*, p. 120, de 1220).

[33] Em São Pedro da Torre (c. Valença), os homens eram convocados à manutenção do fosso do castelo (*Inquisitiones I*, p. 364, de 1258).

[34] Os moradores de São Tiago do Castelo (c. Viana do Castelo), deviam recolher colmo, para os telhados do castelo de Neiva (*Inquisitiones I*, pp. 313-314, de 1258).

[35] Como se deduz dos foros de Castelo Bom, que explicitam que os "trabalhadores do castelo" deveriam trabalhar até à festa de São Martinho, se tivessem cal suficiente. E se sobrasse cal, deveriam esgotá-la, recebendo o mesmo pagamento (*Leges*, p. 774).

[36] Sob a forma de refeições (*Inquisitiones I*, pp. 357 e 362, de 1258), embora, mais comum, fosse a entrega de ovos (*Inquisitiones I*, pp. 313-314, 396 e 405 de 1258).

milícias concelhias. A cavalaria montada teria reduzida serventia na defesa efetiva dos muros, num contexto de cerco, embora já tenhamos tido ocasião de assinalar, como fundamental, o seu papel nas guardas ou patrulhamento do alfoz, bem como na perseguição de bandos inimigos que fossem detetados nas imediações. Por essa razão, as cartas de foral, desde pelo menos 1130, determinavam a obrigatoriedade da permanência de dois terços dos cavaleiros na vila, autorizando somente um terço a ausentar-se do termo para operações ofensivas – fossados e cavalgadas[37]. Esta foi a regra geral até ao foral de Évora, de 1166, no qual D. Afonso Henriques inverteu a proporcionalidade[38]. A partir dali, tornaram-se esmagadoramente mais comuns os forais que determinavam a permanência de somente um terço dos cavaleiros na vila[39]. O que salta imediatamente à vista é que, para uma defesa eficaz do núcleo central, ou "urbano", a peonagem não era suficiente, considerando-se sempre necessária a presença de cavaleiros.

Não conhecemos dados sobre a existência de algum tipo de treino para a guerra, por parte da cavalaria-vilã, mas é natural que este constituísse uma preocupação central. Em primeiro lugar, porque havia necessidade de adestramento individual: não bastava aos cavaleiros possuírem cavalo e armas, era necessário saber usá-las, não só a lança quando montados, mas igualmente a espada, quando apeados. Além disso, nem todos os cavalos eram apropriados para a guerra e, para o saber e conseguir, era necessário testá-los e adestrá-los para atravessar massas de água, para permanecerem tranquilos e obedientes aos cavaleiros em ambientes tumultuosos e para se deslocarem em linha com os restantes e não em fila indiana, como é hábito nos equídeos[40]. Em segundo lugar, porque também nos parece necessário alguma espécie de treino coletivo, ainda que o possamos admitir algo incipiente. A este respeito, os forais de Santarém-Coimbra-Lisboa, de 1179[41], bem como os de Almada (1190)[42], Povos (1195)[43], Leiria (1195)[44] e Alenquer (1212)[45], do mesmo paradigma, contêm um preceito que nos dá uma pista relevante, que confere às respetivas milícias concelhias a prerrogativa de formarem na vanguarda da hoste régia. Ora, uma força

---

[37] Vejam-se, a título de exemplo, as cartas de foral de Numão (*Leges,* p. 368, de 1130), ou de Trancoso (*Leges,* p. 434, de 1157-1169).

[38] *Damus uobis forum et costume de Auila tam presentibus quam futuris ut duas partes dos caualeiros uadant in fossado et tercia pars remaneat in ciuitate et una uice faciant fossado in anno* (*Leges*, p. 392, de 1166).

[39] A maioria das exceções corresponde aos diplomas que seguem o paradigma de Salamanca-Numão. Estas cartas continuaram a determinar a permanência de dois terços dos cavaleiros na vila, durante os fossados, como é o caso do foral de Linhares, de 1169 (*Leges*, p. 394), ou do foral de Aguiar da Pena, de 1220 (*Leges*, p. 443).

[40] HYLAND, Ann – *The Medieval Warhorse from Byzantium to the Crusades.* Conshohocken, Pennsylvania: Combined Books, 1996, p. 116.

[41] *Leges*, pp. 409, 414 e 417, de 1179.

[42] *Leges*, p. 476, de 1190.

[43] *Leges*, pp. 492-493, de 1195.

[44] *Leges*, p. 497, de 1195.

[45] *Leges*, p. 561, de 1212.

que combate nessa posição pode ser chamada a desferir cargas, algo que exige uma técnica apurada de combate coletivo, de modo a não acabarem em desastre.

Por estas razões, parece-nos que a cavalaria-vilã deveria adestrar-se individualmente, talvez no seio das unidades familiares, mas também coletivamente. Os foros leoneses de Ribacoa, que incidem sobre comunidades agro-pastoris em que a condução de gado transumante pelos cavaleiros era uma constante, aludem a uma organização da milícia municipal em "companhias de pão", ou seja, grupos de guerreiros que compartilhavam o mesmo sustento, as mesmas tendas, o mesmo *ethos* e, certamente, o mesmo treino em conjunto[46].

Um outro indício de que a preparação militar fazia parte das rotinas dos concelhos chega-nos através do que sabemos acerca dos besteiros e dos peões. Os primeiros, enquadrados por anadéis, tinham de provar a sua perícia, para poderem ser admitidos no corpo de defesa da vila, como explicita a *Segunda Partida,* o que, mais uma vez, implica treino[47]. Os segundos, para manejar a lança ou lançar a ascuma, armas mais comuns nas suas mãos, não podiam limitar-se e experimentá-lo em situação de guerra. Estas são razões que nos levam a pensar que estes homens, sabendo que podiam ser chamados a servir na mesnada concelhia ou mesmo na hoste régia, dedicassem algum do seu tempo ao adestramento nas armas, algo que sabemos ser certo em cronologias posteriores, como era o caso dos besteiros do conto, que treinavam tiro e manobras táticas, ao domingo à tarde, sob supervisão do anadel[48].

Igualmente associada à guerra, mas de um modo mais indireto, era a atividade dos ferreiros. Para boa parte destes artesãos, o trabalho do ferro devia ser sazonal, havendo maior produção de alfaias agrícolas nas alturas de maior procura[49]. No entanto, as ferrarias eram igualmente armarias, produzindo pontas de lança e de virote, ferraduras, esporas e freios de boca. Alguns ferreiros, mais hábeis ou especializados, podiam dedicar-se à produção e reparação de lorigas, lorigões e proteções de cabeça[50]. No mesmo sentido, os correeiros deviam dedicar parte da sua arte a fabricar utensílios

[46] Os Foros de Alfaiates mencionam, explicitamente, os "Companheiros de Pão" (*Leges*, p. 811). Encontram-se outras referências a estas companhias, indiciando que se tratava da organização elementar dentro das milícias, como, por exemplo, no preceituado relativamente à cavalgada, nos foros de Castelo Bom, onde um cavaleiro que roubasse um cavalo de um outro faria com os que os seus companheiros, com "quem comia o pão", o tivessem de pagar ou restituir (*Leges*, p. 757).

[47] "Siete Partidas (Las)" [em linha]. Ed. P. Sánchez-Prieto Borja; Rocío Díaz Moreno; e Elena Trujillo Belso, Banco de datos (CORDE), Real Academía Española, 2006 [consult. 21 dezembro 2020]. Disponível em: http://www.rae.es. *Segunda Partida*, Título XXII, Lei VII.

[48] MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998, pp. 439-440.

[49] MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aguiar – *O castelo e a feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII.* Lisboa: Estampa, 1989, pp. 94-95.

[50] Este processo de fabrico não era tão difícil como a produção de espadas, pois, nestes casos, recorria-se a minério de ferro com baixa percentagem de carbono (menos de 1%), utilizando-se técnicas de ferro forjado. As lâminas de espada requeriam minério com percentagem superior de carbono e uma técnica de têmpera que transformava o ferro em aço (SMITH, Robert Douglas – "Mettalurgy", In *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*, ed. Clifford Rogers, vol. 3. Oxford: Oxford University Press, 2010a, pp. 4-5).

relacionados com a guerra, como aljavas ou carcazes para transporte de setas, arreios para os cavalos e proteções corporais.

Tudo isto nos leva a pensar que, mesmo sem que a guerra estivesse iminente, parte da atividade diária, ou pelo menos de uma atividade periódica e rotineira das populações concelhias estava relacionada com a possibilidade de ter de combater. As hostes não se improvisam e, para além das expressões claras do quotidiano guerreiro, patentes no normativo concelhio, muitos outros indícios acerca da organização municipal medieval nos levam a crer no exercício contínuo de inúmeras atividades relacionadas com a guerra. Em boa medida, estas atividades não eram um exclusivo dos habitantes do núcleo central da circunscrição administrativa – fosse este um castelo, um burgo ou uma vila-chã –, tudo apontando para a necessidade constante da colaboração das gentes da área rural dependente[51].

No entanto, este quotidiano dos núcleos urbanos podia ser dramaticamente interrompido, se circunstâncias excecionais o motivassem. Era o que ocorria quando uma ameaça se apresentava na região e o pregão de "às armas!" ecoava entre as gentes[52]. As rotinas viam-se subitamente alteradas, tal como ocorria quando se preparava uma cavalgada, quando os homens eram chamados a tomar parte na hoste régia e, certamente, no regresso das expedições ofensivas e outros recontros armados. Nesses outros tempos, certamente que se viveria grande agitação. A presença de uma ameaça suscitava a convocação do apelido, ação defensiva em que todos, ou quase todos – cavaleiros, peões e, por vezes, clérigos – participavam. As expedições ofensivas – fossados e cavalgadas – e mesmo a ida em hoste, se para isso houvesse oportunidade, eram precedidas de ações de reconhecimento, de preparação de armas e montadas e de aprovisionamento. No regresso, havia que tratar dos feridos, repartir os espólios, negociar os resgates e transacionar os cativos. Todas estas atividades correspondem à súbita alteração do quotidiano e, por conseguinte, saem fora do âmbito temático da presente publicação, devendo ser merecedoras de atenção numa outra exposição, talvez dedicada aos tempos de exceção na vida urbana medieval.

---

[51] Esta dicotomia entre os vizinhos da vila e os moradores da área rural do alfoz traduzia-se, na região de Ribacoa, numa interessante relação de cooperação. O valor dos aldeãos era menor do que o dos vilãos, como se descortina através do valor das multas aplicadas a quem derrubasse um cavaleiro do seu cavalo, bem mais pesadas quando se tratasse de um vilão (Foros de Castelo Bom, *Leges,* p. 750). No entanto, as regras de repartição dos despojos nas operações ofensivas eram iguais para vilãos e aldeãos, o que denota que os segundos necessitavam do apoio dos primeiros e que, estando todos sujeitos aos mesmos riscos, todos tinham direito às mesmas recompensas. A proporção em que recebiam espólio estava indexada à prática de atos de bravura em combate, como ser o primeiro a derrubar um inimigo (Foros de Alfaiates, *Leges*, p. 811), e também à panóplia militar envergada (Foros de Alfaiates e de Castelo Bom, *Leges,* pp. 765, 783, 829, 892 e 935).

[52] Foros de Castelo Bom, *Leges*, p. 752.

“Com os cavalos de noyte e de dia sellados e nós armados”: *a vivência da guerra no Alentejo na Baixa Idade Média*

João Nisa[1]

Resumo

Foi com as palavras que dão título a este trabalho que o concelho de Mourão, nas Cortes de 1439, ilustrou o peso que a guerra tinha no seu quotidiano. Em tempos de paz, os homens dos concelhos estavam sujeitos a um variado leque de obrigações, que iam desde a manutenção de armas e cavalo até à participação nos alardos, convocados pelos coudéis. Assim, os moradores dos termos viam-se obrigados a efetuar grandes deslocações, com claro prejuízo pessoal e financeiro. Quando a guerra se aproximava, a situação agravava-se: habitações destruídas, colheitas queimadas e a possibilidade de enfrentar o cativeiro não seriam o pior dos cenários que, em último caso, poderia passar pela perda da própria vida. Com recurso a fontes narrativas e a fontes documentais provenientes de arquivos (locais, regionais e nacionais), pretende-se demonstrar o peso que o serviço militar tinha na sociedade da época, particularmente em tempo de conflito, num território com graves problemas de povoamento que os monarcas tentaram resolver de duas maneiras distintas: se, por um lado, isentavam as populações de serviço militar; por outro, atribuíam privilégios (fiscais e sociais) a quem se predispunha a cumprir as suas obrigações, numa

[1] Colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. ORCID | 0000-0001-7698-7567. Trabalho financiado por Fundos Nacionais no âmbito de bolsa individual de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/136145/2018). Este trabalho também se insere no Projeto FRONTOWNS Pensa em grande sobre as pequenas vilas de fronteira: Alto Alentejo e Alta Extremadura leonesa (séculos XIII – XVI), financiado pelos Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/HAR-HIS/3024/2020)..

tentativa de equilibrar os dois pratos da balança e salvaguardar a defesa do reino.

Palavras-chave
Alentejo; Baixa Idade Média; Guerra medieval; Serviço militar; Fortificações.

"Com os cavalos de noyte e de dia sellados e nós armados": the experience of war in Alentejo (Portugal) in the Late Middle Ages

Abstract

It was with these words that the municipality of Mourão, in the Cortes of 1439, illustrated the weight that war had on its daily life. In times of peace, the men of the municipalities were subject to a wide range of obligations, which varied from the maintenance of arms and horses to the participation in the general reviews (alardos), summoned by the officials (coudéis). Thus, the inhabitants of the hinterland were forced to make long journeys, with clear personal and financial losses. When war approached, the situation worsened: destroyed houses, burnt crops and the possibility of facing captivity were not the worst of scenarios which, in the last resort, could involve the loss of one's own life. Using narrative and archival sources from local, regional and national archives, we intend to demonstrate the weight that military service had in the society of the time, particularly in times of conflict, in a territory with serious settlement problems that the monarchs tried to solve in two different ways: on one hand, they exempted the populations from military service; on the other hand, they attributed privileges (fiscal and social) to those who were willing to fulfil their obligations, in an attempt to balance the two scales and safeguard the defense of the kingdom.

Keywords
Alentejo; Late Middle Ages; Medieval Warfare; Military Service; Fortifications.

1. Introdução.

Philippe Contamine, na sua obra *La Guerre au Moyen* Âge, foi um dos primeiros historiadores a chamar a atenção para o facto de a guerra nos séculos XVI e XVII ter sido um fenómeno mais presente do que nalguns séculos da Idade Média. Como tal, deve ser estudado caso a caso e região a região, para afinar cronologias e conceitos, dando como exemplo a França da Guerra dos Cem Anos ou a Silésia durante as Guerras Hussitas[2].

O Alentejo da Baixa Idade Média é, claramente, uma das regiões europeias que merece maior atenção. O facto de fazer parte, juntamente com a zona da atual Extremadura espanhola, de uma das fronteiras mais antigas da Europa, propiciou o desenvolvimento de atos de violência organizada de natureza variada (cavalgadas, cercos, batalhas campais…) relacionados com períodos de conflito entre os dois vizinhos ibéricos[3]. Não podemos falar de uma Guerra dos Cem Anos, mas podemos falar de cem anos de guerra, com clara influência no tecido económico e, sobretudo, demográfico da região. E, por vezes, temos ações militares que não sendo desenroladas diretamente neste território, arrastam consigo as suas gentes, como nos casos de Ceuta (1415), Tânger (1437) ou Arzila (1471). Ou então as guerras civis no reino vizinho, cujos efeitos se faziam sentir em solo português, como por exemplo a instabilidade provocada junto a Albuquerque pelos partidários dos infantes de Aragão, entre 1429 e 1432[4]. A incerteza e proximidade em relação ao reino vizinho eram suficientes para gerar uma sensação de insegurança junto das populações,

---

[2] CONTAMINE, Philippe – *War in the Middle Ages*. Oxford: Basil Blackwell, 1985 (tradução inglesa da 1.ª edição francesa, 1980), p. 306.

[3] Sobre a guerra neste espaço geográfico fronteiriço, durante a Idade Média, ver, por exemplo, MONTEIRO, João Gouveia – "Histórias da Guerra no Alentejo dos finais da Idade Média", In *Actas do IV Colóquio "A História Militar de Portugal no séc. XIX e Dia da História Militar"*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1995, pp. 373-398; MONTAÑA CONCHIÑA, Juan Luis de la – "E levaram captivos, e derribaram o logar todo. La guerra en la frontera Castellano-Portuguesa (Siglos XIV-XV)". *Norba, Revista de Historia* 21 (2008), pp. 11-28. Disponível em https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3209758; RODRÍGUEZ CASILLAS, Carlos – *La guerra en el marco de la Extremadura del periodo Trastámara (1369-1504)*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2019. Tese de Doutoramento; NISA, João – "Um palco e um cenário. A frontaria alentejana e as Guerras Fernandinas (1369-1382)", In COELHO, André Madruga; SOUSA, Silvana – *Juvenes – The Middle Ages seen by young researchers*. Évora: Publicações do Cidehus, 2020. Disponível em http://books.openedition.org/cidehus/9937.

[4] A correspondência trocada entre o Mestre da Ordem de Avis e Lorenzo Suárez de Figueroa parece refletir esta ideia, mencionando-se a captura de 700 cabeças de gado na Serra d'Ossa e os roubos que "em cada huum dia se fazem em este estremo", Toledo, Archivo Ducal Medinaceli, *Archivo Histórico*, leg. 52, ramo 3, exp. 5, doc. 58 (1432.09.13). Sobre as movimentações militares na Extremadura castelhana durante este período ver RODRÍGUEZ CASILLAS, Carlos – "Nuevas aportaciones sobre la campaña de Juan II contra los Infantes de Aragón en Alburquerque (1429-32)". *e-Strategica* [em linha] 3 (2019), pp. 247-267. Disponível em https://www.journal-estrategica.com/pdf/numero-3/campana-de-juan%20ii-contra-los-infantes-de-aragon-en-alburquerque.pdf.

como testemunharam os procuradores do concelho de Mourão às Cortes de 1439 e cujas palavras dão o título a este artigo. Assim, importa saber de que modo a guerra e, por conseguinte, o serviço militar, tinham impacto naquilo que era o quotidiano das populações da região. Para o efeito deverão ser tidas em conta as particularidades desse mesmo serviço e a necessidade do cumprimento das obrigações que lhe eram inerentes, independentemente de se viverem tempos de paz ou de guerra. Por fim, reveste-se de particular interesse analisar os impactos do conflito sobre a vida da sociedade alentejana da época.

2. As armas: uma ferramenta necessária.

No final da Idade Média, muitos concelhos da fronteira alentejana obtiveram o direito de trazer armas por todo o reino[5], valendo-se da sua proximidade em relação ao vizinho castelhano, elemento que transformava o seu território num sítio perigoso, onde era imperativo salvaguardar a integridade física do indivíduo e da comunidade, bem como os seus bens. D. Fernando, em 1369, concedia este privilégio ao concelho de Campo Maior, sob o pretexto de servir para proteger os pastores que guardavam o gado na raia[6], com a mesma justificação a ser utilizada para o caso de Arronches, em 1429[7]. Ainda assim, era com alguma ambiguidade que a monarquia tratava a questão do porte e uso de arma, como bem resume Luís Miguel Duarte: "o rei encoraja a posse, e proíbe o porte, mas do ponto de vista prático, porque quem as tem, usa-as tanto em tempo de guerra como de paz"[8].

As armas eram um dos bens mais contrabandeados no reino, o que não constituía uma novidade. Em 1341, D. Afonso IV ordenava ao alcaide de Elvas, Gomes Eanes, que impedisse a saída de armas, cavalos e metais preciosos do reino, devendo confiscar todo o material apreendido e, com o auxílio de um tabelião, anotar o local da apreensão e a quantidade de bens confiscados[9]. A fronteira com Castela era o local ideal para esta atividade, mas a situação complicava-se quando os dois reinos entravam em guerra. Nessa altura deveria existir uma escassez de armas, que poderia ser compensada através da captura de armamento ao inimigo. Quando acontecia o inverso, a capacidade de mobilização concelhia ficava bastante fragilizada. No Verão

[5] Na segunda metade do séc. XIV obtiveram esse privilégio Alter do Chão (entre 1357 e 1367), Serpa (1361), Moura (1361), Marvão (1361), Portalegre (1368), Campo Maior (1369), Elvas (1370), Évora (1384), Alegrete (1385), Fronteira (1385), Portel (1385), Borba (1386) e Arronches (1390).

[6] Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova, Odiana*, liv. 1, fl. 250v (1369.04.25).

[7] Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova, Odiana*, liv. 1, fl. 26v-27 (1429.01.20).

[8] DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e criminalidade no Portugal Medievo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, 1999, p. 286.

[9] *CHANCELARIAS Portuguesas: D. Afonso IV*. Organização de A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, vol. III, 1992, doc. 344 (1341.12.16), pp. 198-201.

de 1385, Nuno Álvares Pereira recebeu ordens do rei para juntar as gentes de Odiana, porém sentiu grandes dificuldades depois de uma escolta com mantimentos que se dirigia a Arronches ter sido desbaratada por uma força castelhana saída de Badajoz. Deste recontro resultou que "a mayor parte eram desarmados porque perderom as armas no desbarato de Vasco Gil, polla qual razom o condestabre falava com elles, como vinham, que de quaaesquer armas que podessem aver se armassem, e elles assy o faziam o milhor que podiam"[10]. Ilustrativo, também, é o episódio relatado por Fernão Lopes, quando refere uma escaramuça entre o alcaide do Alandroal e os alcaides de Olivença e Vila Viçosa, leais a Castela, com a vitória a sorrir ao primeiro, que conseguiu recolher muitas lanças e dardos que ficaram no local da refrega[11].

A necessidade de possuir armas, repará-las e estar atento às mais recentes inovações tecnológicas, levou ao desenvolvimento local de uma indústria armeira própria, para consumo regional, geralmente concentrada nos grandes centros urbanos (Elvas, Évora, Beja…)[12]. Surgem-nos então na documentação alfagemes, hasteeiros, ferreiros e armeiros, com alguns indivíduos pertencentes à comunidade judaica, como se atesta em Elvas para a segunda metade do séc. XV[13]. A preocupação em regulamentar a compra e reparação de armamento encontra-se bem patente nas Posturas Antigas de Évora, onde nos surge referência à limpeza de bacinetes, solhas, coxotes, caneleiras e braçais, elementos relacionados com as proteções de corpo do combatente medieval[14]. Nalguns casos, o armamento também podia ser passado dentro do núcleo familiar, por doação ou testamento. Foi o caso de Álvaro Fernandes, lavrador, morador em Estremoz, que refere no seu testamento ter dado ao seu filho uma besta de aço "que valia bem duzentos reais", uma espada e uma lança[15]; ou ainda o de Lopo Dias de Espinho, escudeiro de Évora. Este, na ausência de

[10] *ESTORIA de Dom Nuno Alvrez Pereyra*. Ed. Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991, cap. XLIX, p. 111.

[11] LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Primeira*. Ed. preparada por Anselmo Braamcamp Freire. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, cap. CV, pp. 178-180.

[12] Existiu uma preocupação contínua dos monarcas com a fixação de artesãos especializados em várias cidades do reino. Veja-se o caso de D. João II que, em 1485, elaborou um plano que previa a concessão de uma tença anual generosa a quem se quisesse instalar no Porto, Santarém, Coimbra e Évora. Cf. MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e Armazéns nos finais da Idade Média*. Viseu: Palimage, 2001, p. 16. Ângela Beirante, por seu turno, assinalou a importância da produção local de armas em Évora. Cf. BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – Évora na Idade Média. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, pp. 432-433. Dos estudos realizados para outras áreas geográficas da península Ibérica, relativos à produção de armamento, destacamos o caso do País Basco, sugerindo-se a leitura de EXTEBERRIA GALLASTEGI, Ekaitz; BENGOA PÉREZ, Mikel; LEMA PUEYO, José Ángel – "Sobre la producción de armas en el País Vasco bajomedieval: una primera aproximación", In ALVIRA CABRER, Martín (ed.) – *De fusta e de fierro. Armamento medieval cristiano en la Península Ibérica*. Madrid: La Ergástula, 2021, pp. 151-164.

[13] CORREIA, Fernando Branco – *Elvas na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri/Cidehus, 2013, pp. 409-410.

[14] BARROS, Maria Filomena Lopes de (dir.) – *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*. Évora: Publicações do Cidehus. [Consultado a 11 de Novembro de 2021]. Disponível em http://books.openedition.org/cidehus/3296.

[15] Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 15, n.º 79 (1461.09.25).

filhos, deixou ao seu irmão, Gonçalo Vaz, "as armas de meu corpo"[16]. Duas realidades sociais diferentes, mas a mesma consciência: as armas eram um bem precioso e, acima de tudo, necessário[17]. Esta noção clara de que o equipamento individual do guerreiro equivalia a uma soma monetária significativa, pode ser observada numa sentença enviada por D. João I aos juízes de Avis, em 1410. Nesta, uma das partes, Rodrigo Eanes, copeiro da rainha, era acusado de se ter apropriado ilegalmente de vários bens, entre os quais um arnês comprido, uma espada de armas, outra espada, um cutelo e um "barruel"[18].

Apresentar-se bem armado, de acordo com as disposições ordenadas pelos monarcas, nem sempre era tarefa fácil, uma vez que o custo inerente à aquisição deste tipo de material pesava bastante na fazenda individual de cada um. No rescaldo da segunda Guerra Fernandina (1372-1373), D. Fernando promoveu uma atualização do armamento, procurando aproximar a realidade portuguesa ao contexto europeu, através da adoção de componentes mais adaptados ao modo de fazer a guerra na segunda metade do século XIV[19]. Cientes de que esta reforma sairia bem cara ao bolso dos seus vizinhos, terá existido uma resistência assinalável por parte dos concelhos, como demonstram as respostas do rei aos agravos do concelho de Beja, em 1374. Aqui pode ler-se que a "loriga de corpo e de cavalo e coxotes e caneleiras e gorgeira e capelina que custava muito menos que custara o arnes que vos ora mandamos teer"[20].

3. Serviço militar: besteiros e aquantiados.

Conforme referimos, possuir armas não era apenas uma necessidade relacionada com a proteção individual, mas também uma obrigação de cada um, independentemente do seu patamar social. No caso dos concelhos alentejanos, a principal fonte de recrutamento residia nos seus vizinhos, geralmente enquadrados nos besteiros do conto e nos aquantiados. No que diz respeito aos primeiros, encontravam-se dispersos um pouco por todo o território nacional, com forte implantação em solo alentejano[21]. Aqui o seu número ideal de efetivos deveria passar pelos 1181 besteiros

[16] Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 3, n.º 47 (1422.07.13 em traslado de 1423.04.04).

[17] Sobre a manutenção e circulação de armamento nos vários estratos sociais e as suas particularidades ver GAIER, Claude – *L'Industrie et le Commerce des Armes dans les anciennes principautés belges du XIIIme à la fin du XVme siècle*. Paris: Société d'Edition «Les Belles Lettres», 1973, pp. 61-113.

[18] Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 5, n.º 38b (1410.04.19). O "barruel" correspondia a uma proteção de cabeça, em forma de campânula, com peças móveis que protegiam a zona do pescoço. Cf. RIQUER, Martí de – *L'arnès del cavaller. Armes i armadures catalanes medievals*. Barcelona: Edicions Ariel, 1968, pp. 132-133.

[19] LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*. Ed. crítica de Giuliano Macchi. 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, cap. LXXXVII, p. 305.

[20] Lisboa, Torre do Tombo, *Aclamações e Cortes, Cortes*, mç. 15, n.º 1, fl. 19 (1374.04.04).

[21] As primeiras cartas de privilégio da milícia foram concedidas aos besteiros do conto de Serpa pela sua participação no cerco de Portalegre, em 1299. Cf. MARTINS, Miguel Gomes – *A arte da guerra em Portugal*

do conto, segundo o arrolamento de 1384-88[22], passando para os 1441, segundo o arrolamento de 1421[23], com os números locais a variarem entre os dois fornecidos por Ouguela e os 150 recrutados em Évora (posteriormente reduzidos para 100). Tanto os besteiros do conto, como os besteiros de cavalo tinham a sua fonte de recrutamento nos mesteirais; aos lavradores estava vedada a entrada na milícia. Esta normativa compreende-se facilmente, uma vez que, que tanto em paz, como em guerra, os campos tinham de ser lavrados e deles também dependia o sucesso das campanhas militares, através do muito necessitado abastecimento das hostes medievais. A entrada na milícia garantia, à partida, uma série de privilégios, entre os quais se contavam a isenção do pagamento de jugada e de almotaçaria, o direito de ser julgado apenas pelo anadel no que dizia respeito a feitos cíveis, a desobrigação de dar pousada a qualquer indivíduo, independentemente da sua condição, entre outros[24]. Talvez um dos direitos mais importantes fosse o pagamento de um mantimento, por parte dos concelhos, destinado a compensar o transporte de presos e dinheiros, como se verifica no livro de receita e despesa do concelho de Montemor-o-Novo relativo ao ano de 1422-1423. Neste encontra-se registado o pagamento de vários serviços prestados por esses besteiros, nomeadamente o transporte de presos e dinheiros[25]. Na realidade, os besteiros do conto foram, talvez, o corpo militar medieval que mais se assemelhou a uma unidade moderna do exército devido ao seu treino frequente. Assim, todos os domingos, os besteiros deviam apresentar-se junto do respetivo anadel para atirar à barreira, demonstrando não só a sua destreza com a besta, mas também o cuidado na conservação da mesma[26].

O aquantiamento, por seu lado, foi, provavelmente, o mecanismo mais polémico e complexo de recrutamento militar da Idade Média portuguesa[27]. Pretendia-se, através da fortuna individual de cada um, obrigar ao cumprimento de determinados deveres, criando várias categorias de guerreiros. Os aquantiados em armas e cavalos correspondiam ao topo desta hierarquia. No início do reinado de

(1245-1367). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 142-143. O estudo mais completo sobre este corpo de atiradores continua a ser o trabalho de FERREIRA, Leandro Ribeiro – *De homens-comuns a força de elite: os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1385-1438)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015. Dissertação de mestrado.

22 *CHANCELARIAS Portuguesas: D. João I*. Organização e revisão geral de João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, vol. I, t.2, 2005, doc. 778, pp. 138-140.

23 *ORDENAÇÕES Afonsinas* – Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa e nota textológica de Eduardo Borges Nunes, 2ª ed., Liv. 1, Tít. LXIX. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 438-439.

24 FERREIRA, Leandro Ribeiro – *De homens comuns a força de elite…*, pp. 88-90.

25 FONSECA, Jorge – *Montemor-o-Novo no século XV*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1998, pp. 160-162.

26 MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998, pp. 439-440.

27 Sobre a criação dos aquantiados e o seu desenvolvimento no século XV ver MARTINS, Miguel Gomes – *A arte da guerra em Portugal…*, pp. 101-137; MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal…*, pp. 44-58.

D. João I o valor das quantias para possuir arma e cavalo já se encontrava definido e consolidado, uma tarefa que tinha conhecido muitos avanços e recuos durante os reinados de D. Afonso IV e de D. Pedro I. Estabeleceu-se desde cedo que os concelhos da frontaria alentejana deviam apresentar valores mais baixos de fortuna pessoal – geralmente a rondar as 400 ou 500 libras – para que fossem obrigados a ter cavalo. Mais tarde, em 1419, D. João I definiu que no Algarve e em Entre Tejo e Odiana, a quantia exigida para ter cavalo devia ser metade da que se encontrava estipulada para a Estremadura, porquanto as "ditas terras stam mais acerca do stremo, e he compridoiro serem as gentes milhor percebidas d'armas, e cavallos"[28]. Aqui residia um dos principais problemas, a falta de montadas. E isso acontecia por razões várias, desde a pobreza da terra e a escassez de pastagens até às guerras constantes que delapidavam o património pessoal dos que as possuíam. O poder régio procurou contrariar esta situação incentivando, ou forçando, de forma mais ou menos velada, a posse de montada. Um dos mecanismos mais simples passava por reservar os ofícios do concelho apenas àqueles que tivessem cavalo, libertando-os ainda do serviço de rolda e vela, de anúduva e do transporte de prisioneiros e dinheiros, como fez em Elvas e Olivença[29]; ou isentar do pagamento de jugada todos aqueles que tivessem armas e cavalo, continuadamente, durante um ano, como veio a acontecer em Evoramonte, em 1416[30]. O aumento de terras coutadas sob o pretexto de se estimular a criação de gado cavalar não foi suficiente e, nalgumas situações, o monarca teve de recorrer a medidas excecionais: isentar de aduana e portagem os castelhanos que viessem vender cavalos no reino, como viria a fazer em 1395[31] ou…fechar os olhos ao contrabando que vinha de Castela. Ainda assim, o método menos oneroso para se obter uma montada passava pela captura de um cavalo ao inimigo, facto referido nas fontes de forma recorrente. Este problema relacionado com a escassez de animais para a guerra foi frequente e, já nos alvores da modernidade, em 1485, D. João II ordenou que se lançassem cavalos a éguas em vários lugares do reino, naquilo que se poderá considerar como uma tentativa de estabelecimento de uma rede nacional de coudelarias[32].

Compreensivelmente, as avaliações efetuadas pelos coudéis não estavam isentas de falhas; mas a análise da fortuna pessoal de cada um, obrigando-o a ter cavalo, podia determinar a ruína financeira de um indivíduo. Por isso – e também porque a guerra com Castela tinha arrefecido – D. João I, nas Cortes de Coimbra,

[28] *ORDENAÇÕES Afonsinas…*, Liv. 1, Tít. LXXI, p. 475.

[29] *CHANCELARIAS Portuguesas: D. João I…*vol. IV, t. 2 (2006), doc. 862 (1394.08.23), pp. 274-277.

[30] *CHANCELARIAS Portuguesas: D. João I…*vol. III, t. 3 (2006), doc. 1143 (1416.01.28), pp. 199-200.

[31] Elvas, Arquivo Histórico Municipal de Elvas, *Pergaminhos*, n.º 58 (1395.01.01).

[32] CHAVES, Álvaro Lopes de – *Livro de apontamentos (1438-1489). Códice 443 da Colecção Pombalina da B.N.L.* Introdução e transcrição de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 274-276.

no ano de 1400, ordenou que todos os coudéis e apuradores fossem destituídos (temporariamente). Quando fosse necessário fazer um apuramento, o rei enviaria oficiais nesse sentido. Já os aquantiados em cavalo, devido às "carestias grandes", foram dispensados de ter cavalo durante dois anos[33].

Eram aquantiados todos os homens capazes de combater. Note-se, neste contexto, que a aposentação surgia aos 70 anos, podendo ser concedida com idade inferior por motivo de incapacidade comprovada através de inquirição régia. Por esta mesma razão, estamos na presença de indivíduos com carreiras militares que se prolongam por várias décadas. Veja-se o caso do elvense Gomes Lourenço Cotrim que, em 1443, solicitava a D. Afonso V o merecido descanso, depois de ter estado nos Atoleiros (1384), em Aljubarrota (1385), em Valverde (1385), no cerco de Alcántara (1400) e na tomada de Ceuta (1415), informações validadas pelos oficiais do rei[34]. Feitas as contas, teria combatido nos Atoleiros com uma idade a rondar os 10/11 anos onde, ainda em tenra idade, terá servido como homem de armas. Não sendo de todo improvável, a referência a esta condição militar pode dizer respeito a eventos posteriores, não sendo de enjeitar a possibilidade de, simplesmente, ter faltado à verdade perante os inquiridores régios…

O serviço militar prestado, tanto em tempos de paz, como em tempos de guerra, consumia não só a fazenda de cada um, mas também um bem mais precioso: o tempo. Neste ponto, destacava-se a obrigação de revista periódica por parte dos coudéis régios - os alardos - revista essa que podia ser local, regional (ao nível da comarca) ou nacional, possivelmente com todo o tipo de unidade em conjunto ou composta apenas por alguma milícia em particular (besteiros do conto ou besteiros de cavalo, por exemplo). Segundo o *Regimento dos Coudéis* (1419), os aquantiados em cavalo deviam comparecer a quatro alardos anuais: um geral e três locais, que decorreriam depois de Santa Maria de setembro, nas oitavas de Natal e outro em Santa Maria de março ou nas oitavas da Páscoa[35]. Estas revistas ocorriam em locais amplos e com espaço suficiente para albergar todos os homens, montadas e oficiais que se encarregavam da sua supervisão. Na véspera da Batalha dos Atoleiros, o alardo

---

[33] Lisboa, Biblioteca Nacional, *Reservados*, PGS 17 A (1400.07.03).

[34] Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 27, fl. 34v (1443.02.13). Documento publicado por AZEVEDO, Pedro de – *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, tomo I. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, doc. CLXXXIV, p. 223.

[35] *ORDENAÇÕES Afonsinas…*, Liv. 1, Tít. LXXI, p. 505. Estas datas podiam estar sujeitas a alterações e correções. Um regimento que se conserva no Arquivo Distrital de Évora, datado de 1421, que julgamos tratar-se de uma iniciativa do infante D. Duarte para corrigir as falhas do *Regimento dos Coudéis*, menciona o primeiro dia de maio seguinte à sua promulgação para fazer o alardo com todos os aquantiados em armas e cavalo, besteiros de garrucha e homens de pé. Évora, Arquivo Distrital de Évora, *Câmara de Évora, Livro Pequeno de Pergaminho*, fl. 39. Este regimento foi publicado, com alguns erros de transcrição, por PEREIRA, Gabriel – *Documentos históricos da cidade de Évora*. Segunda Parte. Évora: Typographia Economica de José d'Oliveira, 1887, pp. 28-34.

realizou-se no rossio de Estremoz, localizado no arrabalde da vila[36]. Em campanha, a sua localização dependia do contexto operacional da mesma, como sucedeu em finais de 1397, antes de uma entrada de Nuno Álvares Pereira em Castela, onde a inspeção decorreu "allem d'Elvas, a par de huma torre"[37].

Esta obrigatoriedade levava, naturalmente, a uma alteração do quotidiano das populações. O concelho de Olivença, por exemplo, queixava-se ao rei, em 1459, que muitos dos seus aquantiados não conseguiam comparecer aos alardos por causa das suas ocupações, incorrendo, por isso, em revelias[38]. Por esta razão, eram frequentes as dispensas para comparecer aos alardos, fossem elas de cariz individual, como recompensa a um indivíduo por serviços prestados ao monarca, ou de natureza mais alargada, extensível a todos os vizinhos de um concelho. No entanto, por vezes, nem o favor régio era suficiente. Fernão Gonçalves, comendador de Juromenha, fez alardo em nome do rei e mandou constranger e comparecer nele os moradores de Assumar, que estavam isentos de tal obrigação. Apesar do privilégio que os dispensava de comparecer em alardo ou a possuir cavalo, arnês ou besta segundo a contia que lhe fosse achada, o comendador fazia precisamente o contrário. Nesse sentido, o rei isentou todos os lavradores e moradores do lugar da obrigação da posse de cavalos, arneses, besta de polé ou de garrucha, ou outra coisa qualquer, bem como de comparecer a alardo (1432)[39]. E nem os vassalos escapavam, como se depreende pelos agravos apresentados pelos procuradores de Beja às Cortes de 1439, onde se assinala que ao contrário do privilégio de que gozavam que lhes permitia ser vistoriados pelos coudéis nas suas casas, estavam agora a ser forçados a ir para os campos e outros "lugares abominavees", o que lhes causava grande desonra[40].

4. As fortificações: vigiar, reparar e defender.

Outro dever militar prendia-se com a vigilância e manutenção de cercas e castelos. No primeiro dos casos, devemos referir que, se a vigilância das cercas devia recair sobre os homens do concelho, já o patrulhamento dos castelos cabia aos alcaides dos mesmos, mais concretamente aos seus homens[41]. Em rigor, isto nem sempre

[36] LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Primeira…*, cap. XCII, p. 153.

[37] LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Segunda*. Ed. preparada por William J. Entwistle. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, cap. CLXI, p. 339.

[38] Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova, Odiana*, liv. 3, fl. 120v (1459.06.26).

[39] *CHANCELARIAS Portuguesas: D. João I…*vol. IV, t. 2 (2006), doc. 888 (1394.02.22), pp. 284-285.

[40] *CORTES Portuguesas. Reinado de D. Afonso V: Cortes de 1439*. Organização e revisão geral de José Alves Dias e Pedro Pinto. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2016, p. 183 (capítulo 3.º).

[41] João Gouveia Monteiro refere que, embora a vigilância das fortificações fosse uma obrigação inerente à função dos alcaides, nem sempre poderiam (ou quereriam…) assumir essa incumbência sozinhos, procurando recrutar homens dos concelhos para auxiliar nessa tarefa. Cf. MONTEIRO, João Gouveia – *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Coimbra:

acontecia. Numa demanda entre o concelho de Elvas e Rui Gil de Sequeira, alcaide do castelo pela Ordem de Avis (1420), o segundo argumentava que tinha uma carta do rei, onde lhe eram garantidos vinte e cinco homens do concelho para velar e roldar o castelo. Contudo, desses vinte e cinco homens, alguns tinham sido aquantiados em armas e cavalos e outros postos por besteiros do conto, restando apenas quatro, tão velhos que já não conseguiam desempenhar a sua função[42]. O concelho contrapôs que os tempos eram de paz e que a vigilância do castelo era uma prorrogativa do alcaide. O rei acabou por concordar com a posição dos elvenses. Um pouco mais tarde, em 1465, foi a vez do concelho vizinho de Olivença se insurgir contra aquilo que considerava ser um abuso por parte do alcaide do seu castelo, Martim Afonso de Melo, que tinha "muy gramde renda desta villa e gemte e possamça pera guardar e emparar e defemder" o castelo, com vinte e quatro veladores escusados dos encargos do concelho, quando bastariam três homens por noite[43]. Porém, alguns eventos excecionais podiam sobrecarregar as populações da comarca, com claro prejuízo para os seus habitantes. Em 1396, a pretexto do não cumprimento de tréguas por parte de Castela, nomeadamente a entrega de cativos, Martim Afonso de Melo sugeriu ao rei que se tomasse Badajoz como retaliação. Através de um plano elaborado que envolveu o homiziado Gonçalo Eanes Cão, avô do navegador Diogo Cão, pretendeu-se, simultaneamente, tomar Badajoz e Albuquerque, esta última tarefa confiada a Rodrigo Afonso de Brito, tio de Martim Afonso de Melo[44]. Contudo, apenas o primeiro destes lugares foi tomado e foi necessário proceder à sua defesa, tendo D. João I confiado a defesa da praça ao mentor da empresa, entregando-lhe, simultaneamente, gentes para a guarnecer. Não obstante os deveres que já assumiam com os serviços de vela e rolda das fortificações dos locais onde eram moradores, os habitantes da região viram-se, então, com mais essa obrigação. As povoações mais próximas deverão ter sido as mais afetadas, particularmente Olivença, Campo Maior e Elvas[45]. No que diz respeito a Elvas, deve ter sido um fardo bastante pesado, facto atestado pela autorização dada pelo rei para que se prorrogasse o pagamento de

Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, p. 196.

[42] Elvas, Arquivo Histórico Municipal de Elvas, Pergaminhos, n.º 40. Vinte e cinco homens podiam ser suficientes quando não existia conflito, mas era um número muito baixo em tempo de guerra. Em carta enviada pelo mestre castelhano de Santiago a Henrique III de Castela, estimava-se que o castelo de Noudar necessitasse de uma guarnição de duzentos homens, cento e cinquenta para defesa da praça e os restantes cinquenta para correr a terra. Cf. SUAREZ FERNANDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla en la epoca del Infante Don Enrique (1393-1460)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1960, doc. 29 (1400?.08.30), pp. 130-132.

[43] Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova, Odiana*, liv. 3, fl. 51-51v (1465.09.03).

[44] LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Segunda*..., cap. CLVIII, pp. 330-334.

[45] Nem Évora parece ter escapado a esta mobilização geral para a defesa de Badajoz, como se comprova pelos artigos especiais apresentados nas Cortes do Porto, em 1398, ver Évora, Arquivo Distrital, Câmara de Évora, Livro 1.º de Pergaminho, fl. 12. Documento publicado por PEREIRA, Gabriel – *Documentos históricos da cidade de Évora*. Primeira Parte. Évora: Typographia da Casa Pia, 1885, p. 99.

dívidas a todos aqueles que cumpriam serviço em Badajoz. Esta determinação revela o impacto negativo que a conquista da cidade teve na fazenda pessoal dos elvenses[46]. Dificilmente seria possível assegurar a defesa das praças da região sem existir alguma solidariedade, pelos que o auxílio de outras paragens seria sempre bem-vindo. Foi o que aconteceu em maio de 1385, quando o concelho de Loulé enviou quatro homens de armas e cinco besteiros para guarnecer o castelo de Mértola[47].

No entanto, talvez existisse outra obrigação, mais onerosa: a denominada anúduva. Este era um serviço destinado a reparar, construir e conservar barbacãs, torres, cavas e cercas e era geralmente prestado pessoalmente, existindo a possibilidade de uma compensação monetária, paga ao monarca, um luxo que não estava ao alcance de todos. Se nalguns casos, como no que diz respeito à construção da fortaleza de Alegrete, em 1476, o rei ordenava apenas a mobilização dos concelhos vizinhos num raio de cinco léguas (Arronches, Castelo de Vide, Marvão, Portalegre, Crato, entre outros)[48], outros casos havia em que a prestação deste serviço era bem mais penosa para as populações. Atente-se no exemplo do concelho de Cabeço de Vide, cujos moradores foram obrigados pelo mestre de Avis a deslocar-se a Noudar para trabalhar no muro e na cava do castelo do lugar, a mais de 200 km das suas casas[49]. A posição estratégica desta fortificação, junto a Castela, levava a que a sua reparação fosse considerada de vital importância para a segurança do reino. Por essa mesma razão, em 1408, o rei ordenava que as terras do mestrado de Avis pagassem anúduvas para a reparar e correger, porque era "muy longe dos outros lugares", evitando assim que os moradores desses locais tivessem "de hir pellos corpos a tam longe"[50]. Tudo somado, a anúduva implicava a deslocação, durante algum tempo, dos trabalhadores mobilizados das suas casas, acrescendo a isto os riscos inerentes à viagem e os custos com a alimentação e o alojamento, propiciando ainda o desleixo, mesmo que forçado,

---

[46] Elvas, Arquivo Histórico Municipal de Elvas, *Pergaminhos*, n.º 80 (1398.10.28).

[47] SERRA, Manuel Pedro (coord.) – *Actas das Vereações de Loulé. Século XIV e XV.* Loulé: Arquivo Histórico Municipal, 1999 (sep. da revista *Al-Ulyã*, nº 7), p. 50.

[48] Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova, Odiana*, liv. 5, fl. 291v (1476.04.16). Esta obra destinava-se a construir uma fortaleza na vila, tomada de assalto por Alonso de Monroy nesse mesmo ano, vindo a ser recuperada no ano seguinte, após cerco do príncipe D. João. Cf. MALDONADO, Alonso – *Vida e historia del Maestre de Alcántara, Don Alonso de Monroy.* Tarragona: Ediciones Tarraco, 1978, cap. XXXIV, pp. 126-129. O concelho de Alegrete já havia chamado a atenção, anteriormente, para o mau estado das fortificações da vila, sendo que em 1439 alguns cubelos encontravam-se derrubados, por sinal os que se localizavam "nos lugares de mayor conbato que esta villa tem". Cf. *CORTES Portuguesas. Reinado de D. Afonso V: Cortes de 1439...*, p. 152 (capítulo 2.º).

[49] *CHANCELARIAS Portuguesas: D. Afonso IV....* vol. II, doc. 105 (1337.07.21), pp. 199-200. Este documento também foi incluído no corpus dedicado à comenda de Noudar, cf. FONSECA, Luís Adão; PIMENTA, Maria Cristina; LENCART, Joana – *A comenda de Noudar. Corpus documental (1248-1554)*, In "Militarium Ordinum Analecta", n.º 14. Porto: Cepese, 2013, doc. 88, pp. 279-281.

[50] Lisboa, Torre do Tombo, *Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis*, mç. 8, n.º 786 (1408.05.19), publicado por FONSECA, Luís Adão; PIMENTA, Maria Cristina; LENCART, Joana – *A comenda de Noudar...*, doc. 123, pp. 374-375.

relativamente às suas ocupações, de onde retiravam a sua subsistência[51].

Depois de vigiar e reparar, havia que defender. Os cercos foram uma das operações militares mais frequentes da Idade Média, sobretudo pela capacidade defensiva aportada pelos castelos, elemento fundamental para a proteção das populações. Seriam momentos de particular tensão para aqueles que viviam extramuros, uma vez que teriam de abandonar as suas casas e procurar o abrigo das muralhas das vilas e respetivos castelos, deixando para trás os pertences que não conseguissem transportar, as suas colheitas - nalguns casos destruídas pelos próprios para impedir o avitualhamento do inimigo - e os animais que não pudessem conduzir para o interior das fortificações. Por conseguinte, a importância do serviço era acrescida nestas alturas de conflito, quando a ameaça de um assédio pairava sobre os habitantes de um lugar. Para que aumentassem as hipóteses de resistir a um cerco, todos tinham de contribuir, inclusivamente as minorias étnico-religiosas, como foi o caso dos mouros da comuna da vila de Elvas. Estes, durante as guerras com Castela, velaram e roldaram, partilhando dos padecimentos e privações dos restantes moradores[52]. Esta atitude contrastou com a posição tomada pelos comendadores das ordens militares - Avis, Cristo, Santiago e Hospital - presentes na vila, que se recusaram a prestar esse serviço, argumentando que não tinham recebido ordens nesse sentido, por parte dos respetivos superiores hierárquicos[53]. Os sitiados tinham de garantir que se encontravam bem abastecidos, capazes de suportar um assédio que podia tornar-se prolongado, devendo para isso verificar as suas reservas de comida e de água, esta última armazenada em cisternas ou proveniente de fontes existentes no local[54].

Foram muitas as ações deste tipo que decorreram na comarca, especialmente a partir de finais de 1383, com o início da crise provocada pela morte de D. Fernando. A revolta popular que se seguiu, particularmente contra os alcaides que tinham levantado voz por Castela, levou à tomada, na maioria dos casos pela força, de vários castelos em Odiana, entre os quais Elvas, Beja, Estremoz, Portalegre e Évora. No decorrer deste conflito, talvez o cerco mais vigoroso tenha sido o que foi montado a Campo Maior pelo rei D. João I e pelo condestável, em setembro 1388, e que só teve um desfecho favorável ao monarca em finais de novembro ou inícios do mês

---

[51] MARTINS, Miguel Gomes – *Guerreiros de pedra. Castelos, muralhas e guerra de cerco em Portugal na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2016, p. 91.

[52] *CORTES Portuguesas. Reinado de D. Afonso V: Cortes de 1439...*, p. 240 (capítulo 10.º).

[53] Elvas, Arquivo Histórico Municipal de Elvas, *Pergaminhos*, n.º 67 (1404.07.16).

[54] A importância do abastecimento de água em tempo de guerra chegou a ser utilizada como justificação pelos concelhos para a limpeza de algumas fontes, como foi o caso do pedido feito pelos procuradores de Elvas a D. Afonso V, em 1461, para desentupimento de uma fonte "mais necessaria pera tempo de guerra e pera qualquer tempo de quantas fontes ha d'arrador da villa". Cf. Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova, Odiana*, liv. 3, fl. 115 (1461.12.15). Documento publicado por AZEVEDO, Pedro de – *Capítulos do concelho de Elvas apresentados em Côrtes*. Elvas: Typographia e Steteotypia Progresso, 1914, pp. 61-64.

seguinte, após preitesias negociadas com o alcaide da vila, Gil Vasques de Barbudo[55]. Os assédios deixavam marcas profundas nas gentes e nas povoações, particularmente se um lugar fosse entrado pela força. Após os episódios que culminaram com a indicação do infante D. Pedro como regente na menoridade de D. Afonso V, a rainha D. Leonor partiu para o castelo do Crato, onde se encontrava o Prior do Hospital, D. Frei Nuno de Góis, seu apoiante. O regente, juntamente com os seus irmãos, lançou uma campanha para se apoderar dos castelos do priorado, logrando tomar Belver e Amieira do Tejo. Para concluir a campanha era imperativo conquistar o castelo do Crato, tendo sido lançada uma ofensiva nos primeiros dias do mês de janeiro de 1441[56]. Este ataque terá sido bastante violento, a julgar pelas lamentações deixadas pelo concelho do Crato algum tempo depois dos acontecimentos: a igreja de Santa Maria ficou em muito mau estado, alguns habitantes da vila viram os seus bens confiscados e roubados e, mais importante ainda, a população viu-se reduzida a metade, consequência da destruição provocada pela guerra[57].

5. A guerra e a terra: uma realidade (quase) sempre presente.

João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins apelidaram as consequências diretas e indiretas do conflito sobre o território e a sociedade de "cicatrizes" da guerra medieval[58]. Com efeito, são muitos os ângulos de análise que poderemos fazer incidir sobre esta problemática, tendo em conta que os tempos conturbados constituíam um elemento disruptivo da vida da comunidade. Interrompiam ciclos de crescimento, alteravam ritmos sociais e, na maioria dos casos, constituíam um revés para o desenvolvimento económico e demográfico de uma região. Os riscos eram muitos e estavam à espreita: ser capturado, ter a sua propriedade destruída ou pilhada e, em última instância, sucumbir perante a violência aplicada durante as hostilidades.

Durante a Idade Média vulgarizou-se o vibrante e rentável negócio da remissão de cativos, que podia ser individual ou coletiva, mais vantajosa consoante a importância social dos prisioneiros capturados[59]. Portugal não foi exceção e, em

---

[55] LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Segunda…*, cap. CXXXVIII, pp. 281-282.

[56] Relativamente à campanha do infante D. Pedro contra o priorado do Crato, ver MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Vol. I. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1979, pp. 69-96.

[57] Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova, Odiana*, liv. 5, fl. 4v-5 (1465.12.03).

[58] MONTEIRO, João Gouveia; MARTINS, Miguel Gomes – *As Cicatrizes da Guerra no Espaço Fronteiriço Português (1250-1450)*. Coimbra, Palimage/CHSC, 2010.

[59] O resgate era visto como uma transação entre o captor e o prisioneiro, pelo que após acordo sobre o valor do mesmo, este último poderia ser libertado para juntar os elementos necessários para o seu pagamento. Esta visão aplicava-se, naturalmente, aos elementos da nobreza, vinculados por um código de honra comum. Sobre este tema ver Cf. AMBÜHL, Rémy – *Prisoners of War in the Hundred Years War. Ransom Culture in the Late Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

tempo de guerra, ninguém estava a salvo[60]. Veja-se o caso de Gil Fernandes de Elvas, alcaide dessa mesma vila, capturado pelo seu congénere de Campo Maior, Paio Marinho. Para juntar as 2000 dobras necessárias para a sua libertação, foi preciso "os clérigos [oferecerem] as cruzes das egrejas, e os leigos taças e espadas e çimtas guarnidas e dinheiros"[61]. Esta realidade estava de tal maneira presente no território fronteiriço que os moradores de Elvas se viram obrigados a vender as suas herdades a um valor inferior ao que valiam, para que pudessem garantir a sua libertação[62]. E levava-os também a tomar decisões arriscadas, como foi a de capturar alguns vizinhos de Mérida durante o período de tréguas[63]. São inúmeros os exemplos que podemos retirar das fontes narrativas. Um deles diz respeito a uma entrada castelhana que chegou à povoação de Vidigueira, de onde foram levados todos os homens, mulheres e crianças. Como resposta, Nuno Álvares Pereira lançou uma expedição punitiva sobre Villanueva del Fresno, conseguindo libertar todos os prisioneiros que, juntamente com os seus pertences e os seus gados, retornaram às suas moradas[64].

O destino que aguardava aqueles que não conseguiam pagar o seu resgate podia passar pelo cativeiro até ao fim dos seus dias, daí que a libertação de cativos entre cristãos era uma questão levada muito a sério. Relembre-se que umas das cláusulas das tréguas de 1393 dizia respeito à libertação de prisioneiros. E enquanto os castelhanos que estavam em Portugal foram todos libertados, o mesmo não aconteceu com os portugueses que se encontravam em Castela: nalguns lugares escondiam-nos dos frades enviados para os resgatar, noutros não os queriam libertar, sendo que alguns deles já estariam em Aragão e noutras partes, e outros houve que morreram devido às condições do cativeiro. Ficaram em Castela cerca de cem prisioneiros portugueses[65]. Em último caso, nem aqueles que tinham reservado a sua vida à contemplação e ao recolhimento estavam a salvo: que o digam os da Pobre Vida da Serra de Ossa, levados como cativos para Castela, facto que motivou a intervenção do papa junto do abade de Alcobaça e dos bispos de Lisboa e Évora[66].

A guerra, como acabámos de referir, aportava também uma dimensão

---

[60] O número 1 da revista *e-Strategica* [em linha], editado em 2017, consignou um dossier especial sobre os prisioneiros de guerra em período medieval, aconselhando-se a consulta, em particular, dos trabalhos de MARTINS, Miguel Gomes – "Prisoners of War in Portugal (Twelfth to Mid Fourteenth Century)", pp. 241-253, disponível em https://www.journal-estrategica.com/pdf/numero-1/prisoners-of-war-in-portugal-xii-xiv.pdf; e MONTEIRO, João Gouveia – "Prisoners of War in Portugal, c. 1350-1450", pp. 255-268, disponível em https://www.journal-estrategica.com/pdf/numero-1/prisoners-of-war-in-portugal-1350-1450.pdf.

[61] *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Primeira*..., cap. CVI, p. 181.

[62] Elvas, Arquivo Histórico Municipal de Elvas, *Pergaminhos*, n.º 16 (1391.02.17).

[63] Elvas, Arquivo Histórico Municipal de Elvas, *Pergaminhos*, n.º 63 (1394.12.19).

[64] *ESTORIA de Dom Nuno Alvrez Pereyra*..., cap. LIX, pp. 144-147.

[65] LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Segunda*..., cap. CLI, pp. 315-316.

[66] Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 7, n.º 15 (1406.11.04). O impacto da guerra sobre as comunidades eremíticas da região encontra-se bem patente no estudo realizado por FONTES, João Luís Inglês – *Génese e Institucionalização de uma experiência eremítica. Da «Pobre Vida» à Congregação da Serra de Ossa (1366-1510)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2021, pp. 90-95.

económica muito importante, da qual o pagamento de resgates representa apenas uma parte. Como motivação, apresentava-se sempre a oportunidade de obter alguns proventos através do saque; no fundo, a adversidade podia constituir uma oportunidade em si mesma. Nessa perspetiva, a pilhagem de gado constituía uma das principais atividades dos rivais fronteiriços. Tratava-se, sobretudo o gado bovino, de um instrumento de trabalho, servindo como animal de tiro ou de trabalho, indispensável para a subsistência das populações. Por outro lado, funcionava ainda como fonte de alimento. Não surpreende, por isso, que caso o gado pastasse em zonas propícias a ataques inimigos, se concedessem privilégios especiais de modo a protegê-lo, permitindo que se alimentasse mais perto dos lugares ou, em alternativa, que fosse retirado para zonas mais interiores[67]. Nalgumas situações o saque era composto por largas centenas de animais, se aceitarmos os números propostos pelos cronistas.

Saliente-se, contudo, que o gado não constituía o único bem capturado durante as incursões predatórias, registando-se o roubo de armas, ouro e prata. Pilhavam-se casas de morada, quintas e, por vezes, nem as igrejas escapavam. Por esta mesma razão, a destruição de propriedade, fosse ela pública ou privada, era uma constante. Nos campos, os problemas avolumavam-se, assistindo-se à queima de colheitas ou mesmo ao simples descuido relativamente às propriedades, devido ao clima de insegurança que se vivia. Se somarmos estes a outros fatores, rapidamente constatamos que era impossível cuidar das herdades e manter os termos acordados nos contratos enfitêuticos, razão pela qual Fernão Gil, morador em Elvas, afirmava em 1408 que "per azo das guerras e de seca e de lavradores que nom podiam achar pera lavrar por a qual razom se fazia dez e doze annos e mays que della nom aviam prol"[68]. Quase oitenta anos depois, novo conflito com Castela - com muitas movimentações na região e na Extremadura castelhana - levava o escudeiro Vasco Godinho e a sua mulher Catarina Gonçalves, a solicitar a encampação de um olival que tinham aforado a Santa Maria das Alcáçovas de Elvas[69].

Embora todos os conflitos apresentassem um elevado grau de violência para as populações, a terceira Guerra Fernandina cobrou uma pesada fatura aos habitantes da comarca. Que o digam os homens bons do Vimeiro, que sofreram com a destruição

---

[67] No caso dos moradores de Estremoz, o seu gado foi autorizado a beber água e a pastar nos reguengos enquanto a guerra com Castela durasse. Cf. Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova, Odiana*, liv. 1, fl. 26-26v (1385.04.08). Algumas destas situações geravam tensões entre os concelhos, sempre ciosos dos seus direitos. Os homens bons de Évora, com receio de que os seus animais fossem roubados pelos castelhanos, enviavam-nos para além do Tejo onde estavam mais seguros, o que gerou protestos dos concelhos de Benavente, Salvaterra e Coruche. Cf. Évora, Arquivo Distrital de Évora, *Câmara de Évora, Livro do Padre José Lopes Mira*, fl. 47v-48 (1387.11.22), documento publicado por PEREIRA, Gabriel – *Documentos históricos da cidade de Évora*. Primeira Parte…, p. 89.

[68] Coimbra, Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, *Pergaminhos de Elvas*, n.º 6 (1408.01.12).

[69] Elvas, Arquivo Histórico Municipal de Elvas, *Santa Maria das Alcáçovas*, n.º 32 (1481.04.09).

das suas casas de morada[70]. Por seu lado, em Évora, Domingos Eanes, solicitava ser ressarcido pela morte do seu rocim, abatido pelos virotões de besteiros genoveses[71]. A presença do contingente inglês liderado pelo conde de Cambridge, entre finais de 1381 e inícios do ano seguinte, em Estremoz, Vila Viçosa, Borba e Evoramonte, levou a uma escalada da brutalidade contra os não combatentes. Desesperados pela inatividade e ansiosos pela possibilidade de enriquecer o seu pecúlio pessoal, os ingleses rapidamente se viraram contra os seus aliados portugueses, procurando entrar pela força em muitos lugares da região, vindo a ser repelidos com vigor pelos vizinhos que se recusavam a abrir-lhes as portas das vilas[72]. E nem o fim dos combates tornou o território um lugar mais seguro, como se atesta pela presença de bandos, possivelmente constituídos por gentes sem ocupação, que atuavam na região de Elvas[73].

Um bom mecanismo para melhorar a fortuna pessoal de cada um passava por apostar "no cavalo certo". O pior era quando isso não acontecia, como sucedeu com João Vicente, tabelião, que aconselhou a entrega do castelo de Alter do Chão a Juan I de Castela, acabando por ver os seus bens confiscados e entregues a outrem[74]. Particularmente abundante foi o arresto de bens pós-Alfarrobeira, com grande incidência na região. Antes da batalha que opôs D. Afonso V ao seu tio, o monarca já havia feito saber ao concelho de Elvas que tinha conhecimento de que o condestável D. Pedro "ajuntava gente", impondo, aos que tomassem o partido do regente, penas pesadas que passavam pelo confisco de todos os bens móveis e raiz, tenças e mercês[75]. Este aviso não terá sido tomado com seriedade pela totalidade dos elvenses, uma vez que alguns deles combateram ao lado do infante D. Pedro, entre os quais Fernão Rodrigues Sardinha, mais tarde perdoado pelo monarca[76].

6. Considerações finais.

Como pudemos verificar, a guerra apresentou-se como um fator omnipresente, constante e visível na sociedade do Alentejo medieval da Baixa Idade Média. Devido à sua posição geográfica, apresenta características próprias, muito distintas de outras regiões do reino, assim como de outros territórios europeus. Esta área, altamente militarizada, foi palco de várias operações armadas sobretudo as populares cavalgadas, na sua maioria organizadas pelos concelhos. E se estas constituíam uma

---

[70] Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 3, fl. 7v (1382.03.03).
[71] Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 3, fl. 42 (1383.02.10).
[72] LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*…, cap. CXXXII, p. 467.
[73] TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – "A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua atuação em 1383-1385". *Revista de História Económica e Social* 12 (1983), p. 57.
[74] *CHANCELARIAS Portuguesas: D. João I*…vol. I, t. 1 (2004), doc. 162 (1384.05.06), pp. 82-83.
[75] Elvas, Arquivo Histórico Municipal, *Pergaminhos*, n.º 47 (1449.04.08).
[76] Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 20 (1450.04.24).

oportunidade, eram, ao mesmo tempo, um pesado encargo para as populações, principalmente para as populações rurais que viviam da agricultura e da criação de gado. As comunidades locais eram os principais agentes da guerra e, em última instância, a sua principal vítima, como se depreende pelas palavras de Fernão Lopes, quando assinala que Nuno Álvares Pereira recusou atacar Burguillos por "muyto mal que os pobres lavradores pasavam, que nam aviam culpa, nam etemdia mais dapno fazer"[77].

Os monarcas portugueses procuraram minorar o impacto provocado pelos conflitos promovendo a instalação de coutos de homiziados e concedendo privilégios que podem ser vistos como dúplices. Tomemos como exemplo o caso da vila de Arronches. Entre 1385 e 1429 recebeu vários privilégios de D. João I que se destinavam a repovoar o lugar, entre eles a isenção de servir por mar e por terra[78] e a desobrigação de participarem na reparação ou construção de muros e cavas[79]. Ou seja, para incentivar o povoamento de um lugar fronteiriço, vital para a defesa do reino, o rei concedia privilégios que dispensavam o cumprimento de uma série de deveres de índole militar; uma aparente contradição, mas que na realidade se destinava a manter a população concentrada na vigilância e guarnição do local onde habitava. Existem também indícios que sugerem que o primeiro monarca da dinastia de Avis procurou instalar na vila alguns escudeiros, tarefa essa que foi confiada a Martim Afonso de Aramenha, entregando "casas de morada na dita villa" a todos os que a quisessem povoar e habitar, privilégio extensível ao termo[80].

Era possível optar por outros ângulos de análise na redação deste artigo, mas julgámos ser essencial demonstrar a relevância e, acima de tudo, a quase omnipresença da guerra nas suas variadas esferas no quotidiano do Alentejo medieval. Umas vezes de forma direta, outras nem tanto, assumia um caráter sempre palpável, devido à natureza obrigatória do serviço militar, prestado em tempos de guerra ou paz. Como se pode observar pela diversidade de fontes utilizadas, os problemas relacionados com o conflito tinham implicações transversais, mas muito variadas e abalavam, em certa medida, a sociedade de então. Tudo isto apesar da consciência de que a guerra era uma inevitabilidade e que, eventualmente, chegaria ao fim.

[77] LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Segunda*…, cap. CLXVII, p. 355.

[78] *CHANCELARIAS Portuguesas: D. João I*…vol. I, t. 2 (2005), doc. 852 (1385.04.04), p. 177.

[79] Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova, Odiana*, liv. 1, fl. 137v (1405.03.12).

[80] Em confirmação de privilégio outorgado por D. Duarte. Cf. Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova, Odiana*, liv. 3, fl. 270-270v (1434.09.03).

Os efeitos das guerras e da revolta popular de Évora no quotidiano das monjas de São Bento de Cástris, durante o último quartel do século XIV

Luís Miguel Rêpas[1]

Resumo

Sendo conhecido o trágico episódio do assassinato de D. Joana Peres de Ferreirim, abadessa de São Bento de Cástris, no contexto da revolta popular de Évora (de 2 de janeiro de 1384), pela descrição que dele faz Fernão Lopes, na *Crónica de D. João I*, pretende-se, por um lado, articular a documentação avulsa da época, ainda inédita, com o relato do referido cronista e, por outro, apresentar uma panorâmica mais vasta dos efeitos causados pelas guerras (nomeadamente, a terceira guerra fernandina e a guerra da independência) e pelo continuado clima de insegurança vivido na região, que, por várias vezes, obrigaram as monjas daquela comunidade monástica a recolher-se no espaço amuralhado da cidade de Évora.

Palavras-chave
Revoltas populares; Guerras; Vida monástica; Monjas cistercienses; Assassinatos.

---

[1] Investigador integrado no Instituto de Estudos Medievais, da Universidade Nova de Lisboa, e colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura, da Universidade de Coimbra.

Effects of war and popular revolution at Évora in the daily life of the nuns of São Bento de Cástris in the last quarter of the fourteenth century

Abstract

The murder of the Abbess of São Bento de Cástris, D. Joana Peres de Ferreirim, during the popular revolt in Évora (2 January 1384) was famously memorialised by Fernão Lopes in his *Crónica de D. João I*. This paper endeavours to connect this account of the event with the unpublished contemporary documentary sources and examines the broader panorama of the effects of the wars (the Third Fernandine War and the War of Independence) and of the continuing climate of insecurity in the region which, on several occasions, forced the nuns of São Bento to flee for protection within the walls of the city of Évora.

Keywords
Popular revolts; Wars; Monastic life; Cistercian nuns; Assassinations.

Não faltam bons estudos que abordam as consequências dos conflitos armados que marcaram os tempos medievais, destacando aqui, pela sua profundidade, as teses de doutoramento de Carlos Afonso, sobre a importância da guerra cristã na formação de Portugal, entre 1128 e 1249[2], de Miguel Gomes Martins, sobre a guerra entre 1245 e 1367[3], e de João Gouveia Monteiro, sobre a guerra no final do século XIV e no século XV[4], mencionadas pela ordem que corresponde às cronologias em estudo, bem como a obra *As Cicatrizes da Guerra no Espaço Fronteiriço Português (1250-1450)*, da autoria de João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins[5]. Existem também trabalhos que

---

[2] AFONSO, Carlos Filipe – *A Guerra Cristã na Formação de Portugal, 1128-1249*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2021. Tese de Doutoramento.

[3] MARTINS, Miguel Gomes – *A Arte da Guerra em Portugal (1245-1367)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. Veja-se, ainda, do mesmo autor, o artigo "Ficou aquela terra estragada que maravylhosa cousa era de ver. Guerra e paisagem no Portugal medieval (1336-1400)", In GONÇALVES, Iria (coord.) – *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Segundas Jornadas*. Vol. II. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006, pp. 125-146.

[4] MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*. Lisboa: Notícias, 1998.

[5] MONTEIRO, João Gouveia; MARTINS, Miguel Gomes – *As Cicatrizes da Guerra no Espaço Fronteiriço Português (1250-1450)*. Coimbra: Palimage, 2010. Veja-se, também, COELHO, Maria Helena da Cruz – "As Cortes e a Guerra". *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 1 (2001), pp. 61-80 e, da mesma autora, "No rasto da guerra – o antes e o depois", In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (coords.) – *A Guerra e a Sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas Luso-*

abordam a guerra e o seu impacto neste espaço geográfico, da raia alentejana[6], ou que incidem, especificamente, sobre os efeitos das guerras nas comunidades monásticas[7]. E dispomos, além disso, da tese de Joaquim Serra, em que o referido autor traça o quadro histórico do espaço eborense entre 1367 e 1433, abarcando, assim, o conturbado período do reinado de D. Fernando, do Interregno e do reinado de D. João I, e perscrutando, em particular, os alinhamentos políticos das elites governantes de Évora e o apoio militar que estas prestaram às causas daqueles monarcas, bem como o impulso que este contexto político proporcionou nas trajetórias ascensionais dessas linhagens[8].

Por fim, é, igualmente, bem conhecido o trágico episódio do assassinato de D. Joana Peres Ferreirim, abadessa do Mosteiro de São Bento de Cástris, em Évora, no contexto da revolta popular de 2 de janeiro de 1384, pela descrição que dele fez Fernão Lopes, na primeira parte da *Crónica de D. João I*[9].

Cremos, porém, que podemos acrescentar algo sobre esta questão, em particular, através da articulação da documentação avulsa da época, ainda inédita,

---

espanholas de Estudos Medievais. Vol. I. Campo Militar de S. Jorge – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 287-306.

[6] MONTEIRO, João Gouveia – "Histórias da Guerra no Alentejo dos finais da Idade Média", In *A História Militar de Portugal no séc. XIX. Actas do IV Colóquio e Dia da História Militar*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1993, pp. 373-398; MONTAÑA CONCHIÑA, Juan Luis de la – "Guerra y sociedad en la frontera castellano-portuguesa durante el siglo XIV. El âmbito extremeño-alentejano", In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (coords.) – *A Guerra e a Sociedade na Idade Média*…, vol. I, pp. 501-519; e NISA, João – "Um palco e um cenário. A frontaria alentejana e as Guerras Fernandinas (1369-1382)", In *Juvenes – The Middle Ages seen by young researchers* [em linha]. Évora: Cidehus, 2020 (acedido em 20 de setembro de 2021; disponível *online* em https://books.openedition.org/cidehus/9937). Veja-se, igualmente, BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – "O Alentejo na 2.ª metade do século XIV – Évora na crise de 1383/1385", In *Actas das Jornadas sobre Portugal Medieval*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 1986, pp. 367-396. Para os demais espaços geográficos, veja-se, entre outros, MARQUES, José – "Braga na crise de 1383-1385", In *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*. Lisboa: FCG / JNICT, 1994, pp. 238-243; MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a Guerra. 1367-1411*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – "Viseu no rasto da guerra: dos conflitos fernandinos à paz definitiva com Castela", In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (coords.) – *A Guerra e a Sociedade na Idade Média*…, vol. I, pp. 323-358 e COELHO, Maria Helena da Cruz; PIMENTA, Maria Cristina – "Celorico Medieval. Um cruzamento de homens e bens na paz e na guerra", In *Celorico da Beira através da História*. Celorico: Câmara Municipal de Celorico, 2009, pp. 71-88.

[7] FERNANDES, Aires Gomes – "No interromper da oração ou o perturbante reflexo da guerra nalguns mosteiros", In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (coords.) – *A Guerra e a Sociedade na Idade Média*…, vol. I, pp. 309-321. Para uma perspetiva comparativa com a destruição provocada pela Guerra dos Cem Anos, veja-se DENIFLE, Henri – *La Désolation des églises, monastères & hopitaux en France pendant la Guerre de Cent Ans*, Tome II. *La Guerre de Cent Ans jusqu'a la mort de Charles V (seconde moité)*. Paris: Alphonse Picard et Fils, Éditeurs, 1899, pp. 592 e seguintes, onde se sucedem as referências a pilhagens e incêndios nos edifícios monásticos, bem como à devastação das suas propriedades.

[8] SERRA, Joaquim Bastos – *Governar a cidade e servir o rei. A oligarquia concelhia em Évora em tempos medievais (1367-1433)* [em linha]. Évora: Cidehus, 2018 (acedido em 24 de abril de 2022; disponível *online* em http://books.openedition.org/cidehus/3288). Cf., ainda, o que registamos, adiante, a este propósito, na nota 47.

[9] LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Primeira*. Cap. XLV. Reprodução facsimilada da edição do Arquivo Histórico Português (1915), preparada por Anselmo Braamcamp Freire, com prefácio de Luís Filipe Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, pp. 79-80 (edição que utilizaremos neste trabalho).

com o relato do referido cronista. Julgamos, ademais, que a temática do abandono dos espaços monásticos durante os conflitos armados do último quartel do século XIV, nomeadamente a terceira guerra fernandina (1381-1382) e a guerra da independência (1383-1411), não se encontra esgotada, nem tão-pouco se reduz a este trágico episódio, não faltando, por isso, vertentes por explorar.

1. Os conflitos militares e a evacuação dos espaços monásticos.

O reinado de D. Fernando foi, como se sabe, marcado por sucessivos conflitos militares que tiveram origem nas pretensões do monarca português de reclamar para si o trono de Castela, após o assassinato do seu titular, Pedro I, *o Cruel*, pelo seu irmão bastardo, Henrique de Trastâmara, em março de 1369[10]. De todos esses conflitos importa-nos aqui, em particular, a terceira guerra fernandina, que decorreu nos anos de 1381 e 1382, e, mais tarde, o período do Interregno, entre 1383 e 1385, na sequência da morte de D. Fernando, ocorrida em 22 de outubro de 1383, uma vez que implicaram o abandono temporário dos edifícios monásticos por parte de várias comunidades religiosas, que procuraram refúgio no interior das muralhas dos centros urbanos mais próximos[11].

É o caso das monjas de Lorvão, que, em 1382, se refugiaram em Coimbra, nas casas do deão D. Rui Lourenço ("en que ora po[u]samos de presente por neçessidade da guerra")[12]. Em 20 de fevereiro de 1383, alcançada a paz, já estavam de regresso ao seu mosteiro[13], de onde voltaram a sair para a cidade de Coimbra, em 1385, sendo, então, alojadas, por D. João I (de Portugal), "dentro na cerca da dicta cidade", nas casas da cerca velha (que incluíam as "casas da falcoaria", "com seu c<o>rtinhal"), para que não cessassem "o muj grande serujço que se faz a esse senhor [deus] e a sua madre [sancta maria] no mosteyro de loruaao de par da cidade de coJmbra em oras rezar e

[10] Cf. GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2005, particularmente as pp. 69-82, 101-106 e 147-158.

[11] Esta situação verifica-se noutros cenários bélicos europeus. Por exemplo, segundo Henri Denifle, o abade e os monges da abadia de Cîteaux, estando receosos desde o início das incursões inglesas, durante a Guerra dos Cem Anos, tiveram de se retirar para Dijon, mais de uma vez; e, pelo mesmo motivo, em 11 de outubro de 1364, o abade de Cîteaux obteve de Urbano V permissão para que os monges da Ordem se refugiassem nos castelos e nos fortes próximos aos seus mosteiros, e aí celebrassem (DENIFLE, Henri – *La Désolation des* églises, *monastères & hopitaux*…, t. II, pp. 692-693).

[12] Lisboa, Torre do Tombo (doravante TT), *OC, Mosteiro de Lorvão*, gav. 2, mç. 4, n.º 9/2 (de 10 de novembro de 1382), referido por COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Vol. I. [s.l.]: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, p. 32, MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, p. 500, nota 6 (com um lapso na cota) e SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no século XIV. Gestão feminina de um património fundiário*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001, p. 81.

[13] Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Lorvão*, gav. 2, mç. 16, n.º 9, de 20 de fevereiro de 1383, redigido no Mosteiro de Lorvão. A paz fora alcançada no Tratado de Elvas, assinado em 9 de agosto de 1382, por D. Fernando de Portugal e D. João I de Castela.

no dicto sacramento O qual ora seça pollas guerras que ora sam"[14].

É também o caso das monjas de Arouca, que se recolheram em 1385 no espaço amuralhado da cidade do Porto, talvez no Mosteiro de São Domingos[15], bem como das monjas de Almoster, que seguiram igual procedimento, ficando alojadas nuns paços (ou numas casas) que tinham em Santarém[16], ou das monjas de Odivelas, que sabemos terem-se refugiado dentro das muralhas de Lisboa, pelo menos, entre 1385 e 1387[17].

Do mesmo modo, as monjas de São Bento de Cástris deslocaram-se, mais de uma vez, para o interior da muralha eborense, a primeira em 1381, por causa da terceira guerra fernandina, e a segunda em 1383, no contexto da crise de sucessão, após a morte do rei D. Fernando, como veremos adiante, com mais pormenor.

Para além destas comunidades, cistercienses, sabe-se que as clarissas de Coimbra, cujo mosteiro se localizava nos arredores da cidade, do outro lado do rio Mondego, também procuraram proteção no interior do espaço amuralhado, onde se encontram documentadas entre 1384 e 1385[18].

---

[14] Lisboa, TT, *Chancelaria de D. João I*, L.º 1, fls. 115v.º-116 (doc. de 2 de abril de 1385) e Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Lorvão*, gav. 2, mç. 2, n.º 22 (doc. de 2 de maio de 1385, em que se traslada a carta régia de 2 de abril de 1385), citados por SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no século XIV…*, pp. 81-82. A carta régia (de 2 de abril de 1385) encontra-se publicada em *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, vol. I, tomo 2 *(1385)*. Org. João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, doc. 799, pp. 150-151.

[15] Em 10 de abril de 1385, no Porto, João Miguéis de Oliveira da Arda reconhece ter recebido da abadessa de Arouca 50 libras que correspondiam a metade de uma dívida de Sancha Martins (provavelmente, monja de Arouca) (Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Arouca*, gav. 3, mç. 11, n.º 12). Parece, pois, que esse pagamento terá sido feito no Porto, onde o respetivo *recibo* foi emitido. É ainda importante, como veremos, o facto de este diploma ter sido testemunhado por Fr. Bernardo, doutor do Mosteiro de São Domingos. É, porém, o próprio monarca quem confirma a presença das religiosas de Arouca no Porto quando, em 11 de junho de 1385, mandou aos juízes, ao concelho e aos homens bons do Porto, bem como a todas as outras justiças, que deixassem a abadessa e as donas do Mosteiro de Arouca viver e permanecer nessa cidade enquanto durassem as guerras e no tempo que, por tais necessidades, elas não pudessem estar no seu mosteiro (Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Arouca*, gav. 1, mç. 2, n.º 32). Por uma carta de arrendamento lavrada em 18 de junho de 1385, no Mosteiro de São Domingos do Porto, em que intervém a abadessa de Arouca, percebe-se que elas estariam, muito provavelmente, aí alojadas (Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Arouca*, gav. 3, mç. 11, n.º 17), o que ajuda a compreender a presença de Fr. Bernardo, doutor do Mosteiro de São Domingos, no documento atrás citado. Em 23 de fevereiro de 1387 já as monjas se encontravam de novo em Arouca, no seu mosteiro (Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Arouca*, gav. 7, mç. 6, n.º 15).

[16] Tais paços surgem mencionados em diversos diplomas: Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Almoster*, mç. 6, n.º 12 (de 15 de setembro de 1381, lavrado em Santarém, nos paços do mosteiro de Almoster); Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Almoster*, mç. 10, n.º 29 (de 18 de agosto de 1382, passado em Santarém, nas casas da abadessa e das donas do mosteiro de Almoster); Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Almoster*, mç. 5, n.º 15 (inclui o traslado de um diploma passado em 19 de fevereiro de 1387, na vila de Santarém, nos paços de Almoster; era caseiro dos referidos paços um Vicente Anes). As monjas de Almoster terão pousado em Santarém entre 1384 e 1387 (Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Almoster*, mç. 5, n.º 15 e n.º 17, de 19 de fevereiro de 1387 e 13 de junho de 1384, respetivamente). A permanência da comunidade monástica nesse espaço confirma-se, inequivocamente, por uma procuração que as religiosas de Almoster aí passaram a Afonso Domingues, seu criado, em 26 de setembro de 1385, em que se menciona que elas "presentes stavam juntas pera esto que se segue per canpaa tamguda segundo he de seu costume", ou seja, estavam aí todas congregadas, em cabido (Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Almoster*, mç. 1, n.º 24 e n.º 29; Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Almoster*, mç. 3, n.º 20 e n.º 27; e Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Almoster*, mç. 4, n.º 53; Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Almoster*, mç. 6, n.º 9, n.º 31 e n.º 42).

[17] Como veremos adiante, com mais pormenor.

[18] Lisboa, TT, *OFM, Província de Portugal, Convento de Santa Clara de Coimbra*, mç. 8, doc. 20, de 20 de setembro de 1384; Lisboa, TT, *OFM, Província de Portugal, Convento de Santa Clara de Coimbra*, Livro 9,

Em Lisboa, para além das monjas de Odivelas, também as donas de Chelas, ainda no reinado de D. Fernando, "em nos tempos das guerras (…) se (…) partirom do seu Moesteiro e colherom aa çerca da dicta çidade com temor dos enmijgos estando em ella per alguuns tempos em nas casas alheas em que se entom colherom e pousarom". Aliás, esta circunstância (a necessidade de terem casas próprias onde se alojar, em caso de guerra) haveria de as levar a escambar propriedades que elas tinham no termo de Santarém por umas boas casas, grandes e sobradadas, com sótãos e eirado, que pertenciam ao cavaleiro Gonçalo Vasques de Azevedo, vassalo do rei e do seu conselho, e que ficavam ao beco de São Jorge:

> "lhys hera muy cumpridoyro e neccessairo de averem na dicta çidade casas proprias do Moesteiro que fossem taaes em que se colhessem e podessem colher quando veesse tempo de mester"[19].

As donas de Chelas acabaram mesmo por ter de se instalar, novamente, dentro do perímetro da cerca. Fizeram-no numas casas acima do claustro da Sé, onde se documentam nos anos de 1385 e 1386[20], as quais seriam, tudo o indica, as que elas haviam obtido por escambo, em 1383. Na verdade, também as freiras de Santos, em 1381-1383 e 1385-1387, foram viver para o espaço muralhado e *faziam mosteiro* no paço do bispo de Lisboa (ou nas casas do Cabido da Sé, onde antes vivera o bispo)[21].

---

fl. 208; Lisboa, TT, *CRSA, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Pasta 38, citados por COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego…*, vol. I, p. 32 e MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, p. 500, nota 6. Cf., ainda, FERNANDES, Aires Gomes – "No interromper da oração…", pp. 312-316, onde se acrescentam outros exemplos, noutros pontos do país, tanto de comunidades femininas como masculinas.

[19] Lisboa, TT, *Mosteiro de Chelas*, mç. 29, n.º 568 (de 22 de junho de 1383, na igreja do Mosteiro de Chelas, junto à cidade de Lisboa; e 7 de julho de 1383, em Lisboa, na Rua do Beco de São Jorge). Sobre esta questão, veja-se ANDRADE, Maria Filomena – *O Mosteiro de Chelas: uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e Gestão*. Cascais: Patrimonia Historica, 1996, p. 43 e 46-47 (onde colhemos as transcrições aqui apresentadas).

[20] Lisboa, TT, *Mosteiro de Chelas*, mç. 42, n.º 838 (de 24 de maio de 1385, acima da claustra da Igreja Catedral, nas pousadas que aí são edificadas); mç. 58, n.º 1159 (de 15 de outubro de 1385, acima da claustra da Sé); e mç. 48, n.º 945 (de 19 de novembro de 1386, acima da claustra da Sé, onde moram a prioresa e convento de Chelas). Agradecemos estas informações (bem como as que constam na nota seguinte) ao nosso colega e amigo Mário Farelo.

[21] Lisboa, TT, *Mosteiro de Santos-o-Novo de Lisboa*, n.º 631 (de 12 de dezembro de 1381, nas casas do bispo), n.º 157 (de 21 de abril de 1382, nos paços do bispo), n.º 155 (de 18 de maio de 1382, nos paços do bispo, onde pousa D. Leonor, comendadeira de Santos, e 19 de junho de 1382, nos paços do bispo), n.º 254 (de 12 de maio de 1383, no paço do bispo, onde pousa a comendadeira e as freiras de Santos), n.º 366 (de 17 de maio de 1385, em Lisboa, nas casas onde costumava morar D. João, bispo de Lisboa), n.º 515 (de 27 de março de 1385, em Lisboa, na casa do Cabido da Sé em que o bispo costumava morar), n.º 491 (de 27 de setembro de 1385, em Lisboa, nas casas do cabido da Sé onde agora as donas do Mosteiro de Santos estão e fazem mosteiro), n.º 534 (de 18 de fevereiro de 1386, nas casas do Cabido da Sé onde agora estão as donas), n.º 492 (de 4 de maio de 1386, em Lisboa, nas casas do Cabido da Sé onde agora as donas do Mosteiro de Santos estão e fazem mosteiro), n.º 467 (de 31 de janeiro de 1387, em Lisboa, nas casas do Cabido da Sé onde agora as ditas donas [de Santos] fazem mosteiro) e n.º 488 (de 31 de janeiro de 1387, em Lisboa, nas casas do Cabido da Sé onde agora as donas do Mosteiro de Santos estão e fazem mosteiro); e Lisboa, TT, *Convento do Salvador de Lisboa,* mç. 7, n.º 121 (de 4

É certo que as referidas religiosas procuraram manter os seus usos e costumes nos lugares para onde transitaram, adaptando-se à nova realidade e ao novo espaço, mas esta situação não deixou de constituir uma rutura no quotidiano monástico que, com certeza, afetou a generalidade das comunidades conventuais. Note-se, por exemplo, que as monjas de Odivelas se refugiaram dentro das muralhas de Lisboa, porventura logo por altura do cerco castelhano de 1384, alojando-se, num primeiro momento, nos paços do almirantado (ou nos paços que foram do almirante), onde se encontravam no ano de 1385[22]; no entanto, esse local não deveria ser o mais conveniente, uma vez que acabaram, pouco depois, por se instalar nas casas que haviam pertencido a Afonso Domingues, que fora privado dos reis, aí permanecendo entre 1386 e 1387[23].

Para além disso, a intervenção régia, junto do poder concelhio e das demais justiças do Porto, no sentido de admitirem a presença das monjas de Arouca na sua cidade[24], e o esforço pessoal do monarca para alojar as monjas de Lorvão na cidade de Coimbra[25] deixam entrever algumas resistências à sua estada nestes centros urbanos. A inserção das religiosas de São Bento de Cástris na cidade de Évora, como veremos, também não foi pacífica.

Concentremo-nos, agora, nesta comunidade.

2. A comunidade de São Bento de Cástris dentro da cerca de Évora.

Dissemos já que as monjas de São Bento de Cástris se deslocaram para o interior da muralha eborense, uma primeira vez, em 1381, alojando-se, então, nas pousadas do cónego Roberto Anes [Brunier][26]. Esta decisão terá sido motivada pelo movimento permanente de contingentes armados na fronteira alentejana, de que se destacam as incursões castelhanas, conduzidas pelos Mestres de Santiago e de Alcântara, contra

---

de novembro de 1385, em Lisboa, nas casas do Cabido da Sé, onde estão as donas de Santos).

[22] Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Odivelas*, L.º 26, fl. 367 (de 18 de ma[…]o de 1385) e L.º 9, fl. 86 (de 19 de agosto de 1385).

[23] Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Odivelas*, L.º 6, fls. 6 (de 10 de junho de 1386) e 7 (de 29 de julho de 1386); L.º 9, fl. 300 (de 26 de novembro de 1386); L.º 7, fls. 199 e 202 (de 9 de janeiro de 1387), 200 (de 27 de janeiro de 1387), 201 (de 7 de fevereiro de 1387); L.º 11, fl. 509 (de 3 de março de 1387); e L.º 10, fls. 438-439 (de 4 de março de 1387). Encontravam-se de novo no seu mosteiro, em Odivelas, em 28 de março de 1388 (Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Odivelas*, L.º 6, fl. 9, de 28 de março de 1388).

[24] Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Arouca*, gav. 1, mç. 2, n.º 32, doc. de 11 de junho de 1385. Cf., *supra*, nota 14.

[25] Cf., *supra*, nota 13.

[26] Évora, Biblioteca Pública de Évora (doravante BPE), *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, n.º 28 (original, de 15 de setembro de 1381, dado na cidade de Évora, nas pousadas de Roberto Anes, cónego); Évora, BPE, *Convento de S. Bento de Cástris, L.º 1.º do Tombo*, fl. 25 (cópia, datada, erradamente, de 11 de setembro de 1381). Mário Farelo compilou os dados biográficos de Roberto Anes Brunier, um francês, na altura, com alguma projeção nos negócios camerais em Portugal, que se encontra documentado como prior de Santo Estêvão de Lisboa e cónego de Évora (1359), bem como, mais tarde, como cónego de Lisboa (FARELO, Mário – *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cónegos (1277-1377)*. Vol. 2. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003. Dissertação de Mestrado, biografia 124, pp. 356-357).

Veiros, Sousel e Cano, em maio de 1381, e o assédio (que se revelou infrutífero) a Elvas, liderado pelos mesmos protagonistas, em julho e agosto desse ano[27]. O temor de um ataque iminente aconselhava a que as religiosas de São Bento de Cástris, cujo mosteiro se situava nas imediações de Évora, num monte onde, dois séculos antes, terá existido uma atalaia (a torre de Cástris), se recolhessem no espaço muralhado da cidade, onde estariam em maior segurança. Aí permaneciam, ainda, em 24 de março de 1382[28].

Pacificado o reino, as religiosas de Cástris regressaram ao seu mosteiro, no termo da cidade, onde se encontram documentadas em 24 de fevereiro de 1383[29], e aí se mantinham em 27 de setembro desse ano[30].

Pouco se sabe sobre essa primeira experiência intramuros. Terá servido, porém, para atrair a atenção do monarca, D. Fernando, que, em 20 de maio de 1382, ainda durante a guerra, lhes concedeu um privilégio que as isentava da Lei de Desamortização de 1291, lei que impedia os mosteiros de herdarem os bens das suas professas. O rei permitia, assim, que o Mosteiro de Cástris recebesse as propriedades que as suas freiras ou quaisquer outras pessoas lhe quisessem deixar ou doar, até um valor máximo de 500 libras de renda anual, para o mantimento da sua comunidade conventual[31].

Para além disso, D. Fernando, por esta altura, terá, ainda, determinado que dessem às monjas de Cástris uma quantia, de esmola, a qual deveria ser paga pelas rendas do almoxarifado de Évora. Viviam-se, porém, tempos difíceis, os cofres estavam vazios e tal quantia não lhes chegou a ser entregue. Face a este incumprimento, a rainha D. Leonor Teles, por altura das bodas de D. Beatriz, sua filha, com o rei de Castela, que ocorreram em Elvas, a 14 de maio de 1383, ordenou ao contador do rei, João

---

[27] MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal…*, pp. 523-524. Cf., ainda, NISA, João – "Um palco e um cenário…" e SERRA, Joaquim Bastos – *Governar a cidade e servir o rei…*, [Cap. 1:] "Contexto: o rei, a cidade e o concelho", parágrafos 7-10 (acedido em 24 de abril de 2022; disponível *online* em https://books.openedition.org/cidehus/3291).

[28] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 6, doc. s/n.º (dentro de uma capa de papel identificada como "Pergaminhos do Carmo" de Évora); Évora, BPE, *Convento de S. Bento de Cástris, L.º 1.º do Tombo*, fls. 115-116.

[29] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 129.

[30] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 12; Évora, BPE, *Convento de S. Bento de Cástris, L.º 1.º do Tombo*, fls. 32-33.

[31] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, n.º 14 (original, de 20 de maio de 1382, dado em Santarém, que conserva o selo de cera pendente de D. Fernando, quebrado na parte inferior); Lisboa, TT, *Chancelaria de D. Fernando*, L.º 2, fls. 91v.º-92 ("licença per que o moesteiro de sam beento acerca devora aia certos beens de algũas donas"). Há uma alusão a esta carta, em 31 de março de 1429, alegando as freiras que lhes havia sido furtada com outras escrituras. Pediam, por isso, ao Infante D. Duarte, por mercê, que mandasse buscar na Torre de Lisboa a nota dessa carta e lhes mandasse dar o seu traslado em pública-forma, para a darem por sua defesa numa demanda que lhes era feita por Rodrigo Afonso de Aguiar, escrivão da sua cozinha, por causa de uma herdade de pão situada no termo de Montemor-o-Novo e de umas casas que lhes ficaram por morte de Constança Anes, sua freira (cf. RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo. As Comunidades Cistercienses Femininas na Idade Média*. Vol. 2 (tomo 2). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2021. Tese de Doutoramento, pp. 147-151, que correspondem à sua biografia). Aí, porém, talvez por lapso ou desconhecimento, refere-se que a carta lhes dava licença para poderem receber bens e herdades que rendessem 600 libras (Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, n.º 52 (cópia régia, passada em Santarém, no último dia de fevereiro de 1449) e Pasta 5, n.º 56, original, de 31 de março de 1429). Lembramos que, apesar de se dizer que fora furtada, a carta original existia no mosteiro.

Afonso, que se pagasse às donas de São Bento de Évora o que lhes era devido. Este oficial régio, por sua vez, em alvará passado em Évora, a 16 de setembro de 1383, dirigido ao almoxarife, ao escrivão do almoxarifado e a Abraão Sevilhão, judeu, rendeiro dos direitos do rei no almoxarifado de Évora, encarregou-os de, no início do mês, pagarem às donas de Cástris o que o rei lhes mandava dar por esmola. João Afonso dizia que o deveriam fazer, sem falta, independentemente de existirem cartas ou mandados para pagarem primeiro a outras pessoas, porque essa era a vontade do rei e da rainha, sob pena de perderem os seus próprios bens, que deveriam ser vendidos pelos juízes de Évora, para elas poderem receber por eles aquilo a que tinham direito.

No entanto, apresentado o alvará perante Pedro Anes, almoxarife régio na cidade de Évora, no dia 28 desse mês, Abraão Sevilhão disse que o almoxarifado não tinha dinheiro para lhes pagar a esmola e que, ainda que tivesse, primeiro, por mandado do rei, teria de dar 2000 libras a D. Álvaro Peres de Castro, conde de Arraiolos e de Viana (da Foz do Lima), e Condestável do Reino[32].

D. Fernando haveria, contudo, de falecer pouco tempo depois, a 22 de outubro de 1383, e a instabilidade política decorrente da crise de sucessão acabaria por empurrar as monjas de novo para dentro da cerca da cidade. Desta vez por muito mais tempo e com consequências bem trágicas para quem, então, governava a comunidade. Pela segunda vez, em apenas três anos, a abadessa Joana Peres Ferreirim conduziu a sua comunidade para o interior da muralha eborense, alojando-a, uma vez mais, nas pousadas do cónego Roberto Anes[33]. No entanto, como veremos, em janeiro de 1384, teve de realojar as suas freiras noutro local, passando, então, para umas casas *no muro quebrado* (**Fig. 1**)[34]. Estas casas são mencionadas na *Crónica de D. João I*, por Fernão Lopes, a quem devemos a maior parte da informação que a

[32] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 15, datado de Évora, 28 de setembro de 1383.

[33] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, n.º 28, de 15 de setembro de 1381 (copiado em Évora, BPE, *Convento de S. Bento de Cástris, L.º 1.º do Tombo*, fl. 25, datado, erradamente, de 11 de setembro de 1381) e Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, n.º 30, de 8 de janeiro de 1384 (copiado em Évora, BPE, *Convento de S. Bento de Cástris, L.º 1.º do Tombo*, fls. 746-747, datado, erradamente, de 20 de janeiro de 1384).

[34] A referência mais antiga ao *Muro Quebrado* remonta a 1331 e este topónimo designava, com certeza, uma zona de Évora onde parte de um troço da primitiva cintura de muralhas da cidade terá caído. Aliás, Frei Manuel dos Santos diz que "as cazas, aonde pousavaõ as Freiras, (…) eraõ encostadas ao muro da Cidade" (SANTOS, Frei Manuel dos – *Monarquia Lusitana*. Parte VIII. Lisboa Occidental: Officina da Musica, 1727 [reimpressão fac-similada: Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988], p. 492). Afonso de Carvalho documenta uma casa "que he a par do poço da porta de Moura hyndo pera o muro quebrado" e, por esta descrição, diz que "a Rua do Muro Quebrado estender-se-ia desde S. Vicente até mais ou menos ao local ocupado, a partir do século XVI, pela igreja da Misericórdia". Este mesmo autor cita ainda a doação de umas casas ao Cabido da Sé, datada de 1380, que associam o *Muro Quebrado* à igreja de São Pedro ("Muro quebrado que hia ter a são Pedro"), o que confirma que se tratava, de facto, de um troço da muralha primitiva que terá perdido a sua importância defensiva com o crescimento da urbe eborense (CARVALHO, Afonso de – *Da Toponímia de Évora*. Vol. 1. *Dos meados do século XII a finais do século XIV*. Lisboa: Edições Colibri, 2004, pp. 233-234). Maria Ângela Rocha Beirante também associa as referências ao "muro quebrado", que diz serem anteriores a 1340, à "vulnerabilidade da antiga cerca a sudoeste, junto da igreja de S. Vicente", mas localiza o *Muro Quebrado* na atual zona de Valdevinos, "entre a Rua da Selaria e S. Vicente" (BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – *Évora na Idade Média*. [Lisboa]: FCG / JNICT, 1995, pp. 46, 97 e 119, esta última com a sua localização numa planta de Évora).

Base adaptada de: BEIRANTE, Maria Ângela, *Évora na Idade Média*. Lisboa: FCG, 1995, pp. 57, 119.

seguir apresentamos.

De acordo com o cronista, que relata com pormenor os incidentes, Joana Peres seria "paremta da Rainha [D. Leonor Teles] e sua criada"[35] (ou da sua criação, como refere o cronista Fr. Manuel dos Santos, na Parte Oitava da *Monarquia Lusitana*[36]). Tal facto poderá ajudar a compreender os atos praticados contra esta abadessa, em 1384, por um conjunto de populares, no contexto dos tumultos ocorridos na cidade de Évora (contra os partidários da rainha D. Leonor Teles), de que resultou a sua violenta e desonrosa morte.

3. "Tomado o castelo […] ficou o poboo da çidade cheo de gramde alvoroço".

Conta Fernão Lopes que o castelo de Évora foi tomado pelo povo, afeto ao Mestre de Avis, no dia 2 de janeiro de 1384[37], mantendo-se "o poboo da çidade cheo de gramde alvoroço, […] multiplicamdo novos queixumes, comtra quem lhe nom avia feito erro"[38]. Diz ainda que "neesta sazom estavom as Freyras e a Abadessa de sam Beemto […] dentro na çidade em huũas suas casas que som no muro quebrado, com rreçeo e temor da guerra que sse ja estomçe começava descubertamente; e amdamdo o poboo em este alvoroço, sem outra ocupaçom em que despemdessem tempo, naçeo huũa voz, segumdo alguũs rrecomtam, dizemdo que GomçallEanes cabreiro, huũ dos capitãaes daquella huniom, fallou comtra aquell poboo e disse: *Vaamos matar a alleivosa da Abadessa, que he paremta da Rainha e sua criada*". O cronista apresenta ainda uma segunda versão para justificar tal ato hediondo, a qual lhe parecia com "mais rrazom":

> "a Abadessa ouvimdo como elles amdavõ daquella guisa, e as cousas que faziam, que disse de geito que o souberom elles: *Ex os bevados! amdam com sa bevedice, leixadeos vos, ca aimda sse elles mall ham de achar por estas cousas que amdam fazemdo*".

Independentemente das motivações dos amotinados, a documentação confirma que aquelas religiosas, tendo-se alojado inicialmente nas casas do cónego Roberto Anes, onde ainda se encontravam em 8 de janeiro de 1384, foram instadas por este clérigo a mudar-se para umas casas que elas tinham *no muro quebrado*. Tais casas, que haviam pertencido a uma sua freira[39], andavam emprazadas a Inês Afonso, mulher de

---

[35] LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I (…). Parte Primeira*, Cap. XLV, p. 79.

[36] SANTOS, Frei Manuel dos – *Monarquia Lusitana*. Parte VIII, p. 491.

[37] LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I (…). Parte Primeira*, Cap. XLIV, pp. 77-78.

[38] LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I (…). Parte Primeira*, Cap. XLV, p. 79. A este capítulo corresponde toda a narrativa que se segue.

[39] Cf. RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo…*, vol. 2 (tomo 2), pp. 198-207, que correspondem à biografia de Sancha Esteves, freira de Cástris.

Lourenço Esteves do Samouco, moradora na cidade de Évora, desde outubro de 1379, sendo ela forçada a deixá-las, por sentença de 8 de janeiro de 1384, porque as donas não tinham outras dentro da cerca da cidade onde se pudessem acolher e alegavam ter um "gran rreçeo [...] de rreceberen grandes vergonças e desonrr[as e] dãpnos"[40].

Passaram, então, para essas casas, *no muro quebrado*, onde já pousavam em 8 de fevereiro de 1384, altura em que Joana Peres ainda estava viva[41]. Assim, o episódio descrito por Fernão Lopes terá ocorrido depois de 8 de fevereiro e antes de 15 de maio de 1384, quando se procede à eleição de uma nova abadessa, mencionando-se que o mosteiro estava vago por morte de Joana Peres[42].

Do exposto percebe-se que entre a tomada do castelo e o assassinato de Joana Peres decorreram, pelo menos, 37 dias, ou seja, que não se tratou de uma sequência imediata de acontecimentos, como se poderia julgar pelo relato do cronista[43]. Voltando ao qual, diz Fernão Lopes que, por uma ou pela outra razão, atrás expostas, o povo levantou-se "comtra ella [...] e forom na logo buscar aas casas homde assi pousava, e nom a acharom em ellas, porque ella fora ouvir missa com suas Freiras aa egreja cathedrall dessa çidade, segumdo avia em costume. Huũa servidor de sua casa, quando vio que a assi buscavom, correo a pressa e foi aa See dizerlhe como a buscavom daquella maneira"[44]. E continua:

> "Ella com gram medo que ouve delles [...] leixou de ouvir missa e meteosse no Tesouro, e tomou a copa em que vaão comumgar, hu dizem que estava estomçe o Corpo de Deos comssagrado, e teemdoa assi nas maãos abraçamdosse com ella, os que a nom acharom em casa, forom na trigosamente buscar aa See; emtramdo todos com gramdes braados de seu apellido que tragiam: *Abite! Abite!* E como todos chegarom, pregumtarom por ella, mostramdo gram desejo de a achar".

[40] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, n.º 30 (copiado em Évora, BPE, *Convento de S. Bento de Cástris, L.º 1.º do Tombo*, fls. 746-747, datado, erradamente, de 20 de janeiro de 1384).

[41] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 14 (copiado em Évora, BPE, *Convento de S. Bento de Cástris, L.º 1.º do Tombo*, fls. 738-739).

[42] Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Alcobaça*, 1.ª Inc., DP, mç. 35, n.º 9; referido por MARQUES, Maria Alegria Fernandes – "O Mosteiro de Alcobaça na transição dos séculos XIV e XV: o protagonismo de D. João Dornelas", In *Actas. Cister. Espaços, Territórios, Paisagens* (Colóquio Internacional, 16-20 junho 1998, Mosteiro de Alcobaça). Vol. I. Lisboa: IPPAR, 2000, p. 79, e publicado por SANTOS, Frei Manuel dos – *Monarquia Lusitana*, Parte VIII, p. 494 e por MARQUES, Maria Alegria Fernandes – "Uma eleição em tempo de guerra. S. Bento de Cástris – 1384", In BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís (Dir.) – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves.* Coord. Amélia A. Andrade, Hermenegildo Fernandes e João Luís Fontes. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, pp. 379-384.

[43] Frei Manuel dos Santos situa o assassinato da abadessa no mês de janeiro de 1384, precisamente com base nesse raciocínio, que agora demonstramos ser incorreto: "Falecida da vida prezente Dona Joanna Pires Ferreirim em Janeiro de 1384. as Religiosas conventuaes, ou sentidas de accidente taõ lastimoso, ou menos conformes entre si, dilataraõ a nova eleiçaõ até os quinze do mez de Mayo" (SANTOS, Frei Manuel dos – *Monarquia Lusitana*, Parte VIII, pp. 493-494).

[44] LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I (...). Parte Primeira*, Cap. XLV, pp. 79-80.

Saíram-lhes ao caminho Gonçalo Gonçalves, deão de Évora, e Mem Peres, chantre, entre outros, esforçando-se "por os desviarem da teemçom que tragiam", invocando Deus e Santa Maria, para "que a leixassem [...] e nom tirassem da egreja". Diziam ainda que "elles a teeriam presa e bẽ guardada, pera sse fazer della dereito, se alguũ mall fezera ou dissera". Neste ponto, o relato de Fernão Lopes aponta, mais uma vez, para a eventualidade da abadessa ter proferido palavras ofensivas em relação à atuação dos populares no conturbado contexto político que então se vivia.

De acordo com o cronista, nem as doloridas preces da abadessa foram capazes de acalmar a cólera da população ("amamssar a braveza daquell sanhoso poboo"), que, "sem nehuũa rreveremça do Senhor que nas maãos tinha, [...] lhe tomarom a copa das maãos e a tirarom fora do Tesouro. E levamdoa assi pella See, ante que chegassem aa porta da escaada, lãçousse huũ delles a ella rrijamente, e levoulhe o mamto e as toucas da cabeça, e leixouha em cabello sem outra cobertura". A humilhação a que expõem a abadessa continua a ser descrita por Fernão Lopes:

> "E himdo mais adeamte, amte que chegassem aa porta primçipall, lamçousse outro homem a ella, e cortoulhe as falldras de todollos vestidos, em tamto que lhe pareçerom as pernas todas, e parte de seus vergonhosos nembros; e assi a tirarom fora da See desomrradamente, e a llevarom pella rrua da Sellaria ataa Praça; e naquell logar lhe deu huũ delles huũa cuitellada pella cabeça, de que cahiu morta em terra, e desi os outros começarom de acuitellar per ella, cada huũ como lhe prazia".

O desprezo dos populares por Joana Peres, em quem alguns veem a representação da rainha D. Leonor Teles[45], culmina no abandono do seu corpo exposto e profanado, agora cadáver:

> "Estomçe a leixarom assi jazer na Praça, e forom comer, e buscar outros desemfadamentos".

Mais tarde, "açerca da noite veherom aquelles que a matarom, e lamçaromlhe

[45] Ana Cristinni Mendes analisou sociologicamente os comportamentos associados à morte desta abadessa, comparando-os aos verificados na morte de D. Martinho de Zamora, bispo de Lisboa, em 1383, às mãos do povo lisboeta (cf. MENDES, Ana Cristinni Rabelo Costa Esteves – *Morte na Idade Média: a visão dos cronistas oficiais portugueses do século XV*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016. Dissertação de Mestrado, pp. 102-112). Na descrição aqui exposta, optámos por apresentar o episódio do assassinato e da profanação do cadáver da abadessa D. Joana Peres de uma forma tão próxima quanto possível do relato de Fernão Lopes, remetendo para o estudo de Ana Cristinni Mendes a contextualização de tal ato na temática que lhe está subjacente. Resumidamente, a Autora atribui estas mortes brutais e desonrosas ao facto de ambos serem partidários da rainha D. Leonor Teles, em relação à qual estabelece uma analogia com a personagem bíblica Jezabel, a odiada rainha pagã.

huũ baraço nos pees, e levaromna arrastamdo ataa o Ressio, açerca do currall das vacas; [...] leixamdo alli aquell desomrrado corpo". À demorada violência e crueldade popular, o cronista contrapõe um último e breve acto piedoso, com que termina o relato:

> "alguũs que desto ouverom semtido, o tomarom de noite e soterrarom na See ascomdidamente, ca doutra guisa nom eram ousados de o fazer de praça".

De nada lhe valeu, como vimos, tomar o vaso sagrado da comunhão, onde estava o Corpo de Deus consagrado, e abraçar-se a ele, uma vez que os populares, não mostrando qualquer reverência pelo Senhor transubstanciado que ela tinha nas mãos, tiraram-lhe o vaso, levaram-na da Sé e conduziram-na à praça, onde a mataram à cutelada. Tal ato adquire um particular significado numa época em que a veneração do Corpo de Deus ganha relevo no mundo ocidental cristão, depois do papa Clemente V, em 1313, ter confirmado a bula de Urbano IV que instituía a festividade do *Corpus Christi*, refundando-a[46].

Os limites de espaço impostos a este texto não nos permitem desenvolver e analisar esta longa e riquíssima narrativa, pelo que salientamos apenas alguns aspetos a partir das informações ora apresentadas:

1.º O alojamento das monjas na cidade nem sempre era isento de problemas. Estas alojaram-se inicialmente nas casas do cónego Roberto Anes, onde já haviam ficado, nos anos de 1381/1382, mas foram várias vezes instadas por este clérigo a sair;

2.º As monjas ainda se encontravam nas casas do cónego em 8 de janeiro de

[46] Esta decisão integrou as *Constitutiones Clementinae* – que resultaram do Concílio de Viena (1311-1312) e que foram publicadas em 1317, pelo sucessor de Clemente V – e a festividade associada ao sacramento da Eucaristia (*festo transsubstanciacionis corporis Christi*) espalhou-se rapidamente, havendo registos que confirmam que decorria com grande solenidade por toda a Europa (cf. RUBIN, Miri – *Corpus Christi: The Eucharist in Late Medieval Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 198 e ss. Em Portugal, esta festa foi uma das mais importantes do calendário processional urbano, simultaneamente um momento de contemplação salvífica do Santíssimo Sacramento e de espelho da ordenação social no burgo, com a participação dos mesteres e das elites. Sobre esta festa, veja-se GONÇALVES, Iria – "As festas do *Corpus Christi* do Porto na segunda metade do século XV: a participação do concelho". *Estudos medievais* 4-5 (1985), pp. 3-23; SILVA, Maria João V. Branco – "A procissão na cidade: reflexões em torno da festa do Corpo de Deus na Idade Média portuguesa", In TAVARES, Maria José Ferro – *A Cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares. Atas.* Vol. 1. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, pp. 196-217; BARROS, Amândio Jorge Morais – "A procissão do Corpo de Deus do Porto nos séculos XV e XVI: a participação de uma confraria". *Revista da Faculdade de Letras. História* 10 (1993), pp. 117-136; BARREIRA, Catarina Fernandes – "A festa do *Corpus Christi* no Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV", In CRAVEIRO, Maria de Lurdes, GONÇALVES, Carla Alexandra e ANTUNES, Joana (coords.) – *Equipamentos Monásticos e prática espiritual.* Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2017, pp. 83-103, e, especificamente sobre as procissões na Évora medieval, BARATA, Filipe Themudo – "Organizar a procissão nos finais do século XV. O lugar de cada um e do grupo na cidade", In VILAR, Hermínia Vasconcelos; BARROS, Maria Filomena Lopes de (eds.) – *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade.* Évora: Edições Colibri e CIDEHUS-UÉ, 2012, pp. 187-194).

1384, ou seja, era aí que estavam alojadas quando o castelo de Évora foi tomado pelo povo, afeto ao Mestre de Avis, no dia 2 de janeiro de 1384;

3.º Entre a tomada do castelo e o assassinato da abadessa decorreram no mínimo 37 dias, o que revela como o espírito de revolta (ou o *alvoroço*, nas palavras do cronista) se manteve no espaço urbano durante muito tempo, pelo menos muito mais do que o relato de Fernão Lopes deixa perceber, numa primeira análise;

4.º Poderíamos até questionarmo-nos sobre a hipótese de as monjas terem sido instadas a sair das casas de Roberto Anes na sequência da tomada do castelo de Évora pelo povo, afeto ao Mestre de Avis, a 2 de janeiro de 1384, devido ao posicionamento político da sua abadessa, uma vez que sabemos da urgência da sua mudança seis dias depois, a 8 de janeiro de 1384 (elas dizem que ele lhes mandara dizer várias vezes que elas saíssem das suas casas), sem que para isso seja dada uma razão concreta, para além de ser essa a vontade do referido clérigo;

5.º A mudança da comunidade conventual para a cidade acarreta graves problemas ao nível da organização do quotidiano monástico, uma vez que as casas que elas tinham *no muro quebrado* (ainda que tivessem um quintal) não tinham as dependências necessárias para elas aí viverem. Desde logo não tinham uma igreja onde ouvir a missa, o que implicava que tivessem de se deslocar à catedral de Évora, comprometendo a clausura monástica.

4. O papel do Condestável na escolha da nova abadessa.

Assassinada Joana Peres, procedeu-se à escolha de uma nova abadessa, em 15 de maio de 1384, altura em que se menciona que o mosteiro estava vago por morte da anterior prelada. Foi eleita Leonor Gonçalves (filha de um Gonçalo Vasques) e, curiosamente, entre as testemunhas do documento que nos dá conta desta eleição encontram-se Fernão Gonçalves d'Arca, *regedor da cidade de Évora*, e o seu filho João Fernandes, ambos escudeiros, a quem Fernão Lopes atribui o maior protagonismo (juntamente com Diogo Lopes Lobo) na liderança do levantamento popular que resultou na tomada do castelo aos partidários da rainha[47], e ainda Mem Peres, chantre de Évora,

[47] Sobre o protagonismo político e militar de Fernão Gonçalves d'Arca, veja-se SERRA, Joaquim Bastos – *Governar a cidade e servir o rei...* [Anexo 2]: "Os homens que governaram a cidade (1367-1433)", nota biográfica 39 (acedido em 24 de abril de 2022; disponível *online* em https://books.openedition.org/cidehus/3307), onde se diz que este dirigente "é uma das mais proeminentes figuras do concelho no nosso período [1367-1433], tendo sido um dos que mais beneficiou com a mudança dinástica. O apoio desassombrado que prestou ao *mestre* conferiu-lhe um enorme prestígio e abriu-lhe as portas a uma imparável ascensão social que o catapultou, de uma forma definitiva, para o seio da nobreza, onde vemos claramente instalados os seus descendentes". Segundo o mesmo autor, encontrava-se "ligado a funções concelhias desde o final dos anos cinquenta de Trezentos até 1386, tendo sido escolhido, por D. Fernando, para integrar o primeiro grupo de regedores da cidade", cargo que desempenhava quando se iniciou a crise dinástica, "que acabou por se constituir como um momento decisivo

um dos clérigos que o cronista refere ter saído ao caminho daqueles que foram buscar a abadessa Joana Peres Ferreirim à Sé e que os procurou demover dos seus intentos[48].

Ainda que a prioresa e um conjunto de treze freiras conventuais, reunidas em cabido, tenham pedido ao abade do Mosteiro de Alcobaça que confirmasse a eleição desta Leonor Gonçalves, por ser "boa dona e de bõo linhagem" e por ser "hidonya e pertenceer pera ello [o cargo]", a verdade é que isso não veio a acontecer[49]. Em vez disso, aquela dignidade acabaria por reverter a favor de uma outra monja, Maior Pais Perdigoa. Segundo Frei Manuel dos Santos, Maior Pais Perdigoa seria parenta do Condestável Nuno Álvares Pereira, que rogou ao Mestre de Avis que intercedesse junto do abade de Alcobaça a favor da sua confirmação por abadessa, "e não outra nenhuma", "porque he mulher que ha com elle divido"[50]. Esta ligação – que, porventura, não seria de parentesco, como diz Frei Manuel dos Santos, mas clientelar, como sugere o documento – poderia resultar do facto da irmã do Condestável (D. Beatriz Pereira) ter casado com João Mendes de Vasconcelos, que foi alcaide-mor de Estremoz, vila de onde Maior Pais Perdigoa era natural[51].

Estamos, pois, perante uma abadessa cuja "eleição" resulta, em 1384, do compadrio do Condestável Nuno Álvares Pereira – numa época tão sensível, em termos políticos e militares, para o reino de Portugal – e da intervenção direta do Mestre de Avis (que, poucos meses depois, seria aclamado rei de Portugal nas Cortes de Coimbra).

5. A insegurança raiana, o regresso aos edifícios monásticos e o favor régio.

Os receios das religiosas eram bem reais. Eram frequentes as incursões (*entradas*)

---

da sua trajetória ascensional". Ainda de acordo com Joaquim Serra, "nesses anos de fogo, Fernão Gonçalves d'Arca tomou o partido do *mestre*, sendo um dos rostos dos que se opuseram a Álvaro Mendes de Oliveira, alcaide do castelo da cidade que deu voz por D. Beatriz. Com o seu filho, João Fernandes d'Arca, surge a liderar e a disciplinar a revolta popular, acabando por desempenhar um papel decisivo em todo o processo." Fernão Gonçalves d'Arca "participou (...) nas (...) Cortes de Coimbra de 1385, como procurador do concelho de Évora, tendo (...) sido o escolhido, de entre os propostos pela cidade, para integrar o restrito Conselho do Rei". O seu filho João Fernandes d'Arca, em 1384, foi integrado no *conselho* de D. Nuno Álvares Pereira (LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I (...) Parte Primeira*, Cap. XCI, pp. 150-151), recebeu do mestre de Avis a doação, em préstamo, das rendas da judiaria de Évora e do Redondo, em 1 de outubro de 1384 (Lisboa, TT, *Chancelaria de D. João I*, L.º I, fl. 37, publicado em *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, vol. I, tomo 1, *(1384-1385)*. Org. João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004, doc. 285, p. 148), e conta-se entre os escudeiros que terão sido armados cavaleiros por D. João I antes da Batalha de Aljubarrota (LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*. Vol. II. Cap. XXXVIII, Edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Barcelos: Livraria Civilização – Editora, 1990, p. 96).

[48] Cf., *supra*, nota 42.

[49] Sobre esta religiosa, veja-se RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo…*, vol. 2 (tomo 2), pp. 178-180.

[50] Carta dada em Torres Vedras, a 19 de dezembro de 1384, publicada por SANTOS, Frei Manuel dos – *Monarquia Lusitana*, Parte VIII, pp. 494-495.

[51] SALAZAR Y CASTRO, Luis de – *Historia Genealogica de la Casa de Silva [...]*, Madrid, Melchor Alvarez, 1685, II Parte, Libro X, p. 431. Sobre Maior Pais Perdigoa, veja-se RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo…*, vol. 2 (tomo 2), pp. 180-189.

castelhanas (ou dos partidários de Castela) na raia alentejana, com as habituais pilhagens, as quais, nalguns casos, chegaram ao termo de Évora. Assim sucedeu em 1384, quando o comendador de Zalamea e o comendador de Calatrava "cavallgarom huũa noite de Villa Viçosa, (…), com çertos de cavallo e de pee; e forom correr termo dEvora, e per aquella comarca"[52]. Segundo Fernão Lopes, tais roubas e violências só foram paradas com a intervenção de Pêro Rodrigues, alcaide do Alandroal, que reuniu uma força de 26 homens a cavalo (onde se incluíam 16 escudeiros enviados por Nuno Álvares Pereira) e 60 peões.

As fontes cronísticas referem ainda que, no mesmo ano, a hoste castelhana avançou sobre Évora, com "duas mill e quinhemtas lamças, e seis çemtos genetes, e muitos peoões e beesteiros", tendo o Condestável Nuno Álvares Pereira aguardado pelos seus inimigos a uma légua da cidade, na quintã de Oliveira, onde permaneceu durante dois dias e uma noite, na expectativa de os enfrentar. Tendo estado as forças dispostas em campo, a batalha acabou por não acontecer e as tropas castelhanas, no dia seguinte, levantaram o arraial, seguindo uma parte para o Crato e a outra em direção a Lisboa, para se juntarem ao cerco[53]. Um documento de 1449 não só confirma a presença das forças castelhanas nesta quintã, como testemunha a destruição que daí, então, resultou[54].

Assim, sob o governo de Maior Pais Perdigoa manteve-se a comunidade de São Bento de Cástris alojada na cidade de Évora ainda durante vários anos. Ao contrário do que aconteceu noutras áreas do reino, mais distantes da fronteira, onde as comunidades conventuais, paulatinamente, foram regressando aos seus edifícios monásticos, a situação de conflito latente com Castela, mantida até 1402, arrastou o clima de insegurança na zona da fronteira alentejana pelo reinado de D. João I, obrigando as monjas de Cástris a permanecer longas temporadas protegidas no interior da cidade.

Documentamo-las na cidade de Évora, nas casas do Mosteiro de São Bento, em 1 de agosto de 1385[55]. Seriam, provavelmente, as casas do *muro quebrado*. O facto de aí estarem instaladas justificaria que, no ano seguinte, investissem 70 libras na aquisição de mais uma casa (localizada onde chamam "hu moro quebrado", dentro

---

[52] LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I (…). Parte Primeira*, Cap. CI, pp. 169-172 (169).

[53] LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I (…). Parte Primeira*, Cap. CXLVI, pp. 260-263; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra. Edição crítica da «Coronica do Condestabre» com introdução, notas e glossário de Adelino de Almeida Calado*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991, Cap. XXXIIII, pp. 80-81.

[54] Lisboa, TT, *Leitura Nova, Odiana*, Livro 3, fls. 220-221 (doc. de 18 de Junho de 1449, Lisboa: "e que no tempo das guerras passadas que El Rey dom Joham meu avoo que deus aJa ouve com castella vieram castelaaõs Roubar a dita quintaã e que emtam queimaram e estruiram os dictos privillegios com outras muitas escripturas que em a dicta quintaã estavam"), informação que nos foi cedida, juntamente com as anteriores, sobre manobras militares no termo de Évora, pelo nosso colega e amigo João Nisa, a quem muito agradecemos.

[55] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 121 (copiado em Évora, BPE, *Convento de S. Bento de Cástris, L.º 1.º do Tombo*, fls. 500-501).

da cerca velha)[56], fosse para terem mais espaço para o seu alojamento ou para o dos seus servidores. Aí continuavam em 1387, sendo designadas apenas por casas da Ordem ou do Mosteiro de São Bento[57], onde então moravam as suas freiras, "pella neçesidade da guerra"[58], e em 1388[59].

Em 1391, porém, já haviam regressado ao seu mosteiro, localizado, como dissemos, no termo da cidade, junto à torre de Cástris[60].

A guerra com Castela estava ainda longe de terminar, mas as consequências para a comunidade de São Bento de Évora eram já bem evidentes: a comunidade estava economicamente depauperada face à perda de rendeiros, à destruição ou à diminuição das colheitas e, consequentemente, das rendas, multiplicando-se as referências a vinhas mortas e a terrenos incultos, e ainda à desvalorização da moeda e, por esse motivo, à redução das rendas pagas em dinheiro. Note-se que os emprazamentos de 1391 têm uma relação de 1 para 2 entre a moeda velha e a nova (ou seja, a moeda nova valia metade da velha)[61] e no ano seguinte esta relação já é de 1 para 5 (ou seja, a moeda nova valia apenas um quinto da velha)[62]. Percebendo a fragilidade do Mosteiro, a Coroa privilegiou-o particularmente.

A verdade é que a presença mais assídua de D. João I em Évora – por causa da guerra contra Castela, da sua posição estratégica junto à fronteira e da possibilidade de aí recrutar um numeroso contingente militar para ações de defesa ou de ataque – também favorecia uma maior proximidade do monarca em relação ao Mosteiro de Cástris e às suas monjas. Exemplo disso é uma carta de janeiro de 1391[63], pela qual D. João I, estando em Évora, por ocasião das Cortes de 1390-1391[64], recebeu a abadessa e o convento do Mosteiro de Cástris em sua guarda e sob a sua defesa, bem

[56] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 19.

[57] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 9 (de 24 de fevereiro de 1387), copiado em Évora, BPE, *Convento de S. Bento de Cástris, L.º 1.º do Tombo*, fls. 495-496 (datado, por lapso, de 25 de fevereiro de 1387).

[58] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 13 (de 1 de setembro de 1387).

[59] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 20 (de 13 de setembro de 1388), copiado em Évora, BPE, *Convento de S. Bento de Cástris, L.º 1.º do Tombo*, fls. 541-542.

[60] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 41 (de 14 de agosto de 1391); Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, n.º 15 (de 4 de dezembro de 1391).

[61] Cf., *supra*, nota anterior. A renda, no contrato de 14 de agosto de 1391, era de 12 libras anuais da moeda nova que nessa altura corria em Portugal, ou seja, dos reais de D. João I (1 real valia 10 soldos). Previa-se que, caso esta moeda deixasse de ser usada, o enfiteuta deveria pagar 6 libras da moeda antiga (1 libra da moeda antiga valia, portanto, 2 libras da moeda nova). No contrato de 4 de dezembro de 1391 a renda seria de 8 libras da moeda corrente (enquanto ela não perdesse valor) ou de 4 libras da moeda antiga, quando a moeda fosse revista pelo rei.

[62] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, n.º 16a) (de 27 de setembro de 1392). A renda anual seria de 110 libras [da moeda corrente] ou de 22 libras da moeda antiga.

[63] No dia 16, segundo Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 130 (cópia dada por D. Afonso V, a 15 de abril de 1475), ou no dia 15, segundo Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, n.º 103 (confirmação dada por D. João III, em 25 de agosto de 1529, a partir de sucessivas confirmações: de D. Manuel I, a 12 de maio de 1511; D. João II, a 12 de fevereiro de 1495; e D. Afonso V, a 15 de abril de 14[7]5).

[64] Cf. SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. Vol. I. Porto: INIC, 1990, pp. 304-306.

como os seus mancebos, mancebas, lavradores, caseiros, bestas, gados e restantes bens, impondo uma pena de 6000 soldos a quem lhes fizesse mal ou dano. Neste mesmo ano confirma-se que, por ordem do monarca, os resíduos dos testamentos de Montemor-o-Novo deviam ser usados pelo almoxarife de Évora para *adubar* o Mosteiro de São Bento[65], privilégio que as monjas mantinham em 1406[66].

Em finais de 1396[67], estando em Coimbra a preparar uma nova invasão a Castela e tendo sabido que o Mestre de Santiago (de Castela), o Mestre de Calatrava e o Mestre de Alcântara haviam entrado em Portugal, por entre o Tejo e o Guadiana, e "roubavam, matavam e cativavam, fazemdo quoamto mall podiam" no termo de Beja e em Moura, Serpa e Campo de Ourique, D. João I alterou os seus planos e apressou-se a atravessar o Tejo, com Nuno Álvares Pereira, para acorrer aos habitantes destas vilas. Informado de que tinha chegado tarde demais, pois os castelhanos já haviam abandonado o reino, pernoitou em Arraiolos, dirigindo-se depois para Évora. Aí fez alardo, reunindo "quoatro mill lamças bem corregidas", com as quais queria invadir Castela, sendo aconselhado a não o fazer "por que era tempo de imverno"[68]. Antes de D. João I regressar a Coimbra, as freiras de Cástris terão conseguido que o monarca lhes confirmasse um privilégio que lhes havia sido concedido pelo seu antecessor.

Ao que parece, D. Fernando ter-lhes-ia dado um privilégio pelo qual permitia ao concelho de Évora ou a qualquer outro da comarca de Entre Tejo e Guadiana dar-lhes esmola e ajudá-las, sem embargo de qualquer postura que o impedisse, e mandava aos seus meirinhos e corregedores que tivessem esses valores em conta nas despesas desses concelhos. Tal privilégio já teria sido confirmado por D. João I, mas, tendo ele entretanto legislado em contrário, temiam que tal graça não lhes fosse mais reconhecida. Assim, vendo o monarca o que a abadessa e as donas do mosteiro de São Bento lhe pediam, e considerando "que esto he obra de piedade

[65] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 140 (de 15 de outubro de 1391).

[66] Este privilégio reflete-se em documentação posterior, sempre que havia resíduos a reclamar: assim, em 1405, Vasco Gonçalves do Vinhal, juiz (de comissão por carta régia), proferiu sentença favorável à abadessa Maior Pais Perdigoa e às freiras do Mosteiro de São Bento, no processo que elas ordenaram contra João Anes e Clara Anes, sua mulher, moradores em Montemor-o-Novo, sobre a posse de uma herdade localizada nessa vila, que havia pertencido a Martim Anes Murganho, já falecido, que fora morador na vila de Montemor-o-Novo, tendo, para tal, em consideração que D. João I doara ao Mosteiro de São Bento todos os resíduos que ele devia ter de todos os testamentos em Montemor-o-Novo e nos seus termos, para seu *reparamento*. Mandou, por isso, que essa abadessa e o seu convento cumprissem a vontade de Martim Anes Murganho, vendendo aquela herdade, como constava no seu testamento (de 1397), e que houvessem o valor da venda por alma de Martim Anes Murganho e dos seus herdeiros, por amor de Deus, para fazer *reparamentos* no seu mosteiro, como o monarca lhes fizera mercê (Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, n.º 23, de 7 de novembro de 1405, passado em Évora); e, em 1406, a mesma abadessa tomou conta e arrecadou todos os resíduos dos testamentos da vila de Montemor-o-Novo, nomeadamente os do testamento de Maria Vicente (de 1401), viúva de Martim Lourenço, lavrador, uma vez que o seu filho, André Martins, não despendera nada em missas, de carne e de pescado, num total de 400 reais e 30 alqueires de trigo, os quais foram, assim, entregues ao mosteiro, para as suas obras (Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, n.º 20/2, de 4 de fevereiro de 1406; o testamento, datado de setembro de 1401, encontra-se em Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, n.º 20/1).

[67] Cf. MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal...*, p. 528.

[68] LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*. Vol. II. Cap. CLIX.

porquanto as rrendas do dicto moosteyro som tam pequenas que se nom podem per elas manteer nem adubar e rrepairar o dicto Moesteiro sem ajudas e smollas dos boons Chrispãaos", mandou, em 1 de março de 1397, que as suas justiças tivessem em conta nas despesas dos concelhos e dos lugares as esmolas e as ajudas que lhes quisessem dar, isentando-as, assim, da legislação em contrário[69].

As sucessivas referências ao *reparamento*, às *obras* e à necessidade de se *adubar* o mosteiro, entre 1391 e 1406[70], levam-nos a crer que os edifícios monásticos se encontravam bastante danificados, provavelmente por terem sido várias vezes abandonados.

Aliás, as referências à ruína dos edifícios monásticos registam-se, igualmente, nos Mosteiros de Odivelas, Almoster e Chelas, pela mesma altura[71]. Quanto ao de Odivelas, sabe-se que, em 1403, os seus edifícios (nomeadamente a igreja, o claustro, a sala do capítulo, o dormitório e o refeitório) estavam muito danificados, sendo, por isso, as suas monjas obrigadas a vender algumas propriedades para os reparar, "porque o dicto moesteyro era pobre e nom se podia reparar per as rendas que avia"[72]. O mesmo sucedia no Mosteiro de Almoster, onde, em 1404, o claustro já se encontrava arruinado e onde era urgente proceder-se ao "Repairamento do dito Moesteiro que estava a ponto de sse vijr a terra". Para tal, vendeu-se uma herdade no termo de Évora, que fora de uma monja de Almoster, no valor de 40.000 libras, "pera Repairamento da clasta do dito Moesteiro que jaz em terra"[73].

---

[69] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 89, de 1 de março de 1397 (na cidade de Évora).

[70] Cf., *supra*, notas 65 e 66.

[71] Note-se, a título comparativo, a situação em França, decorrente da Guerra dos Cem Anos: "Je ne crois pas qu'il y eût en France, au XIVe siècle, une église, un monastère, un hôpital qui ne fût, sinon détruit, du moins éprouvé par la misère générale, et qui n'eût à déplorer ou la dévastation de ses biens, ou le vol de son mobilier, ou l'amoindrissement de ses revenus, ou la diminution des aumônes, ou le désordre" (DENIFLE, Henri – *La Désolation des* églises, *monastères & hopitaux*..., t. II, p. 592). Aliás, as referências a igrejas ou mosteiros em ruínas são quase omnipresentes ao longo da obra.

[72] Lisboa, TT, *OC, Mosteiro de Odivelas*, Tomo 3.º, Maço ou Cód. 46 (cx. 37), n.º 70, de 6 de novembro de 1403 (em cópia de 26 de novembro de 1403).

[73] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 26, de 28 de março de 1405 (onde se trasladam documentos de 9 de novembro de 1404 e de 10 de dezembro de 1404); encontra-se copiado em Évora, BPE, *Convento de S. Bento de Cástris, L.º 1.º do Tombo*, fls. 47-49, mas com um erro na data (28 de março de 1406). O real correspondia a 3,5 libras. Para Chelas, cujo mosteiro se encontrava igualmente em ruínas em 1403, as suas religiosas entregaram o encargo da realização de obras no claustro e nos muros e paredes exteriores a um mercador de Lisboa, estabelecendo um prazo de oito anos, e sendo a sua remuneração garantida através de um contrato de locação (cf. ANDRADE, Maria Filomena – *O Mosteiro de Chelas*..., p. 47). Em França, durante um ataque inglês, que decorreu no contexto da Guerra dos Cem Anos, o mosteiro cisterciense de Reigny e o seu celeiro foram saqueados, tendo, depois, o superior, os oficiais e os principais monges dessa casa dirigido ao abade de Cîteaux, aos demais abades cistercienses e aos definidores da Ordem uma carta, datada de setembro de 1369, a descrever a situação, perfeitamente catastrófica (a abadia e os seus arredores tinham sido devastados, o gado fora levado ou estava morto e o celeiro da abadia tinha sido incendiado), e a solicitar-lhes autorização para cortar árvores nas matas de Tréclin, numa extensão de cem acres, para venderem a madeira e poderem, assim, reparar os edifícios danificados e saldar as dívidas entretanto contraídas. Esta situação acabaria por ser confirmada *in loco*, em 1370, pelos abades de Quincy e Les Écharlis, aí enviados para examinar a veracidade da destruição descrita na petição feita pelos monges de Reigny a Cîteaux, tendo, depois, os abades de Clairvaux e Fontenay autorizado o referido abate, em nome do Capítulo Geral, desde que o dinheiro obtido fosse aplicado

As monjas de Cástris não eram, porém, tão bem dotadas patrimonialmente. As suas propriedades não seriam, com certeza, tão valiosas e a sua venda reduziria ainda mais as já minguadas rendas necessárias ao seu sustento. Dependiam, por isso, da esmola do monarca e das populações de Évora e das vilas limítrofes, que reconheciam o serviço que aí se fazia a Deus e as boas obras aí praticadas. Esse reconhecimento fica expresso na documentação coeva. Por exemplo, em 1419, uma Maria Nunes, ao fazer uma doação ao Mosteiro de Cástris, declara:

> "veendo ella e consijrando em como ha muitos años e tenpos que senpre recebera das donas e convento do dicto moesteiro muita ajuda e boas hobras e boons conselhos e entendia dellas de receber ao diante E veendo outrosy como he molher velha de grandes dias e he em tall idade que deve de procurar por sua alma em sua vida e repartir seus beens nos lugares que forem serviço de Deus e proll e saude da sua alma E veendo como as dictas donas e moesteiro som pobres E toda esmolla que lhes he feita he bem enpregada em ellas" [74].

Em jeito de conclusão, as palavras de Maria Nunes mostram como a comunidade, por entre conflitos militares, revoltas populares, o assassinato bárbaro da sua abadessa e um clima de conflitualidade e insegurança que parecia não ter fim, com entradas e cavalgadas, saques e pilhagens, ao longo da fronteira alentejana, foram capazes de se adaptar a esta nova realidade, mudando-se para os seus paços no interior da cidade de Évora, sempre que a guerra assim o exigia (como aconteceu, novamente, nos anos de 1400[75] e 1401[76]), prevendo o pagamento das rendas dos contratos enfitêuticos em locais diferentes, conforme fosse tempo de paz ou de guerra[77], e ajustando o seu quotidiano,

---

apenas nas reparações e no pagamento de dívidas, por uma carta de 12 de maio de 1371, passada na casa do capítulo da abadia de Reigny (e anexada ao relatório de 1370 por tiras de pergaminho) (HÉLIAS-BARON, Marlène – "REIGNY, Dossier documentaire (1369-1371). Description des destructions opérées par les grandes compagnies dans l'abbaye de Reigny à travers un dossier documentaire (1369-1371)". *Bulletin du centre d'*études *médiévales d'Auxerre | BUCEMA* [En ligne] (2008), disponível em file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/REIGNY_Dossier_documentaire_1369_1371.pdf, acedido em 26 de abril de 2022).

[74] BPE, Pergaminhos Avulsos, Pasta 4, n.º 27 (de 19 de setembro de 1419), copiado em Évora, BPE, *Convento de S. Bento de Cástris, L.º 1.º do Tombo*, fls. 612-614.

[75] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 1a), b) e c) e n.º 27 (de 6 de janeiro de 1400), estes três últimos copiados em Évora, BPE, *Convento de S. Bento de Cástris, L.º 1.º do Tombo*, fls. 458-461, e Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 31 (de 9 de janeiro de 1400). Esta nova mudança para os paços de Évora poderá estar associada aos preparativos da intervenção militar da segunda quinzena de maio de 1400 pela qual D. João I, partindo do Crato, invadiu Castela e pôs cerco a Alcântara, que acabou por não conseguir tomar (MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal...*, p. 528). Certo é que em 1395 as monjas ainda estariam alojadas no seu mosteiro, no termo de Évora (Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 45, de 26 de maio de 1395), não se conhecendo documentação que mostre se voltaram para a cidade aquando dos conflitos de 1396.

[76] Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 28 (de 20 de junho de 1401).

[77] Nos casos registados, a renda correspondia à quinta parte das uvas que fossem colhidas, devendo ser paga pelos enfiteutas à porta do mosteiro, em períodos de paz ("enquanto forem pazes"), ou na cidade de Évora, à porta do paço do muro quebrado, em períodos de guerra ("E se for [guerra] que as dem [as uvas] na dicta cidade aa porta do dicto paaço em que pousa a dicta dona abadesa e [o] convento" (Évora, BPE, *Pergaminhos*

marcado pela vida comunitária, pela oração, pela repetição dos seus rituais e pela preservação dos seus usos e costumes, de forma a viverem como se estivessem no seu tradicional espaço conventual e a se manterem como uma referência para a população que aí procurava conforto e aconselhamento espiritual, com o propósito de remir os pecados e alcançar a salvação da sua alma.

Avulsos, Pasta 5, n.º 1b) e c) e n.º 27, de 6 de janeiro de 1400, copiados em Évora, BPE, *Convento de S. Bento de Cástris, L.º 1.º do Tombo*, fls. 458-461).

El impacto de las luchas de poder en Toledo en la vida cotidiana de la población durante el reinado de Enrique IV (1454–1474)

Lisa Walleit[1]

Resumen

A mediados del siglo XV, Castilla fue repetidamente escenario de conflictos bélicos. La guerra de sucesión de Enrique IV con sus hermanastros Alfonso e Isabel también llegó a la ciudad y a la jurisdicción de Toledo a través de las luchas de bandos. Pero no sólo la alta nobleza y la oligarquía municipal participaron en los conflictos, los disturbios se reflejaron, además, en numerosos ámbitos de la vida cotidiana. Afectaron a las obligaciones militares de los habitantes y a las batallas que estos debían librar al servicio del respectivo gobernante. Las normas y los permisos para llevar armas por las calles de la ciudad se cambiaban constantemente. Como consecuencia del ambiente tenso, muchos habitantes abandonaron Toledo, temiendo por sus vidas. Otros fueron desterrados de la ciudad. Las luchas afectaron, además, los sectores financieros y económicos. Y, finalmente, los ciudadanos sufrieron importantes restricciónes que afectaban tanto a sus posibilidades de desplazarse y circular por las calles como a su derecho a expresarse.

Palabras clave:
Guerra de sucesión; Lucha de bandos; Toledo; Vida cotidiana

[1] Friedrich-Alexander-Universität Erlangen Nürnberg.

The impact of the war of the bands in Toledo on the daily life of the population during the reign of Henry IV (1454-1474).

Abstract

In the mid-15th century, Castile was repeatedly the scene of warfare. The war of succession between Henry IV and his half-brothers Alfonso and Isabella also reached the city and jurisdiction of Toledo in the form of the war of the bands. But it was not only the high nobility and the municipal oligarchy that were involved in the conflicts; the disturbances were also reflected in numerous areas of everyday life. They affected the military duties of the inhabitants and the battles they had to fight in the service of the respective ruler. Rules and permissions to carry weapons on the streets of the city were constantly being changed. As a result of the tense atmosphere, many inhabitants left Toledo, fearing for their lives. Others were banished from the city. The fighting also affected the financial and economic sectors. And finally, citizens were severely restricted both in their ability to travel and circulate in the streets and in their right to express themselves.

Keywords:
War of Succession; War of the Bands; Toledo; Everyday life.

> "Fue en este tienpo a muchos de los çibdadanos molesta y enojosa la forma que en estas cosas Pero Lopez de Ayala e doña Maria de Silva tenian, e no menos otras cosas nuevas acaesçidas entonces asy por liviandad del pueblo como por la poquedad de los grandes que en aquella çibdad bivian, e allende desto algunos desamavan al arçobispo don Alonso Carrillo, otros le avian amor. Y entre tantas contrariedades no se sabian gobernar como tuviesen dudoso el querer del arçobispo, no sabiendo si querria favoresçer la parte del sobrino o la parte de los adversarios suyos, o sy por aventura querria tomar otro terçero camino apremiando los çibdadanos a que le diesen aquella çibdad, por los grandes daños que les podria fazer de las fortalezas que en la comarca tenia."[2]

Con estas palabras, la *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla* describe los turbulentos años de 1454 a 1474 y sus consecuencias para los toledanos. El conflictivo reinado del rey Enrique IV no sólo se reflejó en el conjunto de las disputas políticas

[2] *CRÓNICA anónima de Enrique IV de Castilla 1454–1474 (Crónica castellana). Tomo II. Crónica.* Ed. María del Pilar Sánchez-Parra García. Madrid: Edición de la Torre, 1991, p. 339.

castellanas, sino que también tuvo un impacto directo en la población toledana. En las páginas siguientes, comenzando con una visión cronológica del marco político y la presentación de los protagonistas, se presentan los distintos ámbitos de la vida cotidiana que se vieron afectados, directa o indirectamente, por los conflictos. A finales de la Edad Media, era habitual influir en los conflictos políticos y las luchas de poder mediante el uso de la violencia[3], lo que perjudicaba la seguridad en las calles y plazas de la ciudad[4]. Sin embargo, el comercio también resultó afectado, al igual que la ciudadanía, que se vio restringida en su posibilidad de expresarse libremente y de reunirse. Además, el estudio examina qué clases sociales de la población sufrieron los efectos de los disturbios.

La fuente principal del estudio es el así llamado *Libro de Pregones 1450-1518*, una recopilación de diversos proclamaciones municipales, presumiblemente elaborada hacia 1520, que se conserva en el Archivo Municipal de Toledo[5]. El *Libro* compone de un total de 222 pregones, distribuidos en 156 folios y presenta un contenido muy variado: ofrece información sobre el comercio, la seguridad pública, los conflictos, los precios, y otros asuntos de la vida cotidiana toledana en general. A pesar de la falta de libros de actas u otros documentos administrativo del Toledo bajomedieval, la fuente permite obtener información sobre los acontecimientos de la ciudad.

Condiciones del marco político. La situación inicial.

Castilla y Toledo vivieron tiempos difíciles a mediados del siglo XV[6]. Esta ciudad

---

[3] LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – "La paz en las ciudades de Castilla (siglos XIV y XV)". *Edad Media: Revista de Historia* 11 (2010), pp. 123-149, aquí pp. 128-129.

[4] Sin embargo, por regla general, se trataba más bien de acciones violentas individuales que tenían el carácter de un ritual y estaban destinadas sobre todo a difundir el respeto y el miedo; cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – "Élites urbanas y conflictividad social. Una reflexión a partir del caso de Toledo en el siglo XV", *Vínculos de Historia* 4 (2015), pp. 228-250, aquí pp. 232-233. Sobre la violencia en la Castilla bajomedieval en general cf. las contribuciones en Seminario de Historia Medieval (ed.) – *Violencia y conflictividad en la sociedad de la España bajomedieval. Aragón en la Edad Media. Sesiones de Trabajo. IV Seminario de Historia Medieval*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1995, pp. 5-25. Cf. también ASENJO GÓNZALEZ, María – "La violencia en la sociedad medieval. Revisión, planteamientos y propuestas", In LÓPEZ OJEDA, Esther (ed.) – *La violencia en la sociedad medieval. XXIX Semana de Estudios Medievales de Nájera. 23 al 27 de julio de 2018*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2019, pp. 17-43.

[5] Toledo, Archivo Municipal de Toledo, Libro de Pregones 1450–1518, Archivo Secreto, Alacena 2 Legajo 6 Número 2. En el contexto de mi tesis doctoral, actualmente estoy analizando el *Libro* en detalle y haciéndolo accesible a la investigación a través de una edición crítica y anotada, cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones: Städtische Verkündungen und* öffentliche *Kommunikation in Toledo am* Übergang *vom Mittelalter zur Frühen Neuzeit (1450-1518). Mit einer kommentierten kritischen Edition.* [en preparación].

[6] Los acontecimientos de Toledo en el siglo XV fueron objeto de numerosos proyectos de investigación. Por ello, aquí sólo se menciona una selección. Cf. el detallado estudio de BENITO RUANO, Eloy – *Toledo en el siglo XV. Vida política*. (Estudios 35). Madrid: Escuela de Estudios Medievales, 1961. Cf. además: PALENCIA HERREJÓN, Juan Ramón – *Ciudad y oligarquía de Toledo a fines del medievo (1422-1522)*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1999. Tesis doctoral; LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *La sociedad amenazada. Crimen, delincuencia y poder en Toledo a finales del siglo XV*. [Toledo]: Ayuntamiento de Toledo, 2007.

estuvo directamente implicada en las disputas del rey Juan II con el infante Enrique[7]. Ya a principios del siglo XV, y especialmente durante el reinado de Enrique IV, la nobleza de las ciudades de toda Castilla, favorecida por la monarquía, cobraba fuerza[8]. Los poderosos de Toledo también aprovecharon la ocasión para dirimir la cuestión del poder en la ciudad mediante coaliciones variables[9]. Estos acontecimientos culminaron finalmente en el año 1449 con la rebelión en torno a Pero Sarmiento y la proclamación de la Sentencia-Estatuto en Toledo[10]. A pesar de la anulación papal y del entredicho impuesta a la ciudad, se privó a numerosos conversos de sus cargos municipales[11]. Estas controversias se resolvieron finalmente en marzo de 1451. Juan II y Enrique llegaron a un acuerdo y Toledo abrió sus puertas al rey[12]. Tras la muerte de Juan II, el 22 de julio de 1454, Enrique asumió el trono como rey Enrique IV ese mismo día.

La guerra de sucesión de Enrique IV.

Durante el reinado de Enrique, de 1454 a 1474, Castilla se mantuvo en vilo por la guerra de sucesión[13]. Este conflicto puede dividirse en dos fases: la primera, principalmente durante los años 1464 a 1468, supuso el enfrentamiento del rey Enrique con la Liga

---

[7] Sobre la importancia de las ciudades de Castilla y su influencia en el destino del reino cf. ASENJO GONZÁLEZ, María – "Ciudades y poder regio en la Castilla Trastámara (1400-1450)", In FORONDA, François; GENET, Jean-Philippe; NIETO SORIA, José Manuel (ed.) – *Coups d'État à la fin du Moyen Âge? Aux fondements du pouvoir politique en Europe occidentale. Colloque international (25-27 novembre 2002).* (Collection de la Casa de Velázquez 91). Madrid: Casa de Velázquez, 2005, pp. 365-401, aquí pp. 369-372.

[8] Cf. sobre los inicios especialmente ASENJO GONZÁLEZ, María – "Ciudades y poder regio...", pp. 376-378. Sobre las mercedes y privilegios concedidos por Enrique IV cf. CABRERA, Emilio – "Los grupos privilegiados en Castilla en la segunda mitad del siglo XV", In Junta de Castilla (ed.) – *El tratado de Tordesillas y su época. Congreso internacional de historia.* Vol. I. Madrid: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1995, pp. 265-290, aquí pp. 266-272.

[9] BENITO RUANO, Eloy – *Toledo en el siglo XV...*, pp. 19-46. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *Los Reyes Católicos y la pacificación de Toledo* (Temas históricos 19). Madrid: Castellum, 2008, p. 39 para una visión de los acontecimientos desde un aspecto "poder político-sociorreligioso".

[10] Sobre la rebelión, especialmente basándose en las crónicas cf. *De la Sentencia-Estatuto de Pero Sarmiento a la Instrucción del Relator. Estudio introductorio, edición crítica y notas de los textos contrarios y favorables a los judeoconversos a raíz de la rebelión de Toledo de 1449.* Ed. Pablo González Saquero. Madrid: Aben Ezra Ediciones, 2012, esp. pp. XVII-XLV, LXXVII-CXIII. Sobre los impactos de la Sentencia-Estatuto en las luchas de poder dentro de la ciudad cf. CONTRERAS, Jaime – "Los primeros años de la Inquisición: guerra civil, monarquía, mesianismo y herejía", In Junta de Castilla (ed.) – *El tratado de Tordesillas y su época. Congreso internacional de historia.* Vol. I. Madrid: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1995, pp. 681-703, aquí pp. 690-691. Sobre los actos, centrándose en la importancia del alcalde Pero López de Ayala cf. ASENJO GONZÁLEZ, María – "Ciudades y poder regio...", pp. 388-391. Cf. también el estudio actual de LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – "El impacto de las revueltas urbanas en el siglo XV. A propósito de la rebelión de 1449 en Toledo". *Edad Media: Revista de Historia* 15 (2014), pp. 175-191.

[11] La Sentencia-Estatuto del 05.06.1449 excluyó a los conversos de los cargos públicos y exigió la sustitución de los regidores en 15 casos. El Papa Nicolás V declaró nula la Sentencia el 24.09.1449, proclamó la unidad de la cristiandad y puso a Pero Sarmiento y a la ciudad de Toledo en entredicho, que no se levantó hasta el 13.08.1451. Cf. los detalles de estos acontecimientos en BENITO RUANO, Eloy – *Toledo en el siglo XV...*, pp. 33–55, 70, 76. Los acontecimientos tenían un aspecto tanto político como sociorreligioso, cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *Los Reyes Católicos y la pacificación...*, p. 31.

[12] Cf. BENITO RUANO, Eloy – *Toledo en el siglo XV...*, pp. 74-75.

[13] Cf. *CRÓNICA anónima de Enrique IV de Castilla...*, pp. 133-479.

nobiliaria, que en 1465 lo declaró destronado y proclamó a su hermanastro Alfonso 'el Inocente' como nuevo gobernante[14]. La segunda fase, de 1468 a 1474, estuvo marcada a su vez por el conflicto sucesorio entre Enrique e Isabel[15].

Ambas fases afectaron directamente a la población toledana. En la ciudad, los dos bandos de los Ayala y los Silva estaban enfrentados[16]. A lo largo del siglo XV, con el fortalecimiento de la oligarquía municipal, estos linajes se habían ido consolidando como el exclusivo círculo dirigente de Toledo[17]. También estaban vinculados entre sí y con la población de la clase alta de la ciudad, especialmente con los miembros del ayuntamiento, a través de lazos familiares o de vasallaje[18]. Por un lado, los adversarios representaban el conflicto entre cristianos viejos y conversos que existía desde la Sentencia-Estatuto[19]. Al mismo tiempo, la oligarquía, propietaria de la tierra, y la burguesía, que obtuvo su poder principalmente en la economía, estaban enfrentadas entre sí[20]. Esto vino acompañado de una mayor vinculación de la ciudad con los

[14] Cf. sobre las bases de la fuerte posición de Alfonso en numerosas ciudades MORALES MUÑIZ, María Dolores Carmen – "La política de mercedes del rey Alfonso de Castilla: el sostenimiento de su causa (1465-68)", In *Homenaje al profesor Juan Torres Fontes.* Vol. II. Murcia: Universidad de Murcia. Academia Alfonso X el Sabio, 1987, pp. 1125-1139 con un resumen tabular de los aliados en pp. 1128–1129. Cf. desde una perspectiva global castellana SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Nobleza y monarquía. Entendimiento y rivalidad: el proceso de construcción de la Corona española.* (La Esfera Historia). Madrid: Esfera de los Libros, 2003, pp. 304-327.

[15] Véase el resumen de los acontecimientos en LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *La sociedad amenazada*..., pp. 262-263.

[16] Sobre la aparición de bandos en general y la división de la población mediante la formación de dos o más agrupaciones, cf. RUCQUOI, Adeline – "Las oligarquías urbanas y las primeras burguesías en Castilla", In Junta de Castilla (ed.) – *El tratado de Tordesillas y su época. Congreso internacional de historia.* Vol. I. Madrid: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1995, pp. 345-369, aquí p. 356. Sobre las luchas de bandos con numerosos ejemplos de Castilla cf. VAL VALDIVIESO, María Isabel del – "La perturbación de la paz urbana en la Castilla del siglo XV", In ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel (ed.) – *La convivencia en las ciudades medievales. Najera: Encuentros internacionales del Medioevo. Del 24 al 27 de julio de 2007.* (Actas). Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, pp. 23-51, aquí pp. 33-44.

[17] Cf. sobre estas y otras familias en la cima de la ciudad PALENCIA HERREJÓN, Juan Ramón – *Ciudad y oligarquía de Toledo*..., pp. 221-314; LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *La sociedad amenazada*..., pp. 182-201 con los árboles genealógicos en pp. 216-235. Cf. sobre el origen y la consolidación de la oligarquía municipal SÁNCHEZ BENITO, José María – "Nobleza territorial y política ciudadana en el siglo XV". *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III, Historia Medieval* 27 (2014), pp. 463-501, aquí pp. 467-473, 479-480, 483-484. Sobre los linajes cf. LADERO QUESADA, Miguel Ángel – "Linajes, bandos y parcialidades en la vida política de las ciudades castellanas (siglos XIV y XV)", In *Bandos y querellas dinásticas en España al final de la Edad Media. Actas del Coloquio celebrado en la Biblioteca Española de París los días 15 y 16 de mayo de 1987* (Cuadernos de la Biblioteca Española 1). [Madrid]: Ministerio de Asuntos Exteriores, Dirección General de Relaciones Culturales y Científicas, pp. 105-134, aquí pp. 105-113; ASENJO GONZÁLEZ, María – "Acerca de los linajes urbanos y su conflictividad en las ciudades castellanas a fines de la Edad Media". *Clío & Crímen* 6 (2009), pp. 52-84 y LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – "Élites urbanas y conflictividad social..."

[18] Cf. RUCQUOI, Adeline – "Las oligarquías urbanas...", pp. 356-358. Sobre la importancia de las relaciones de parentesco y dependencia en los conflictos cf. LORENZO CADARSO, Pedro Luis – "La protesta popular: oportunidades, identidades colectivas y recursos para la movilización", In MARTÍNEZ GIL, Fernando (ed.) – *En torno a las comunidades de Castilla. Actas del Congreso Internacional: Poder, Conflicto y Revuelta en la España de Carlos I (Toledo, 16 al 20 de octubre de 2000).* (Ediciones institucionales 26). Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, pp. 481-516, aquí p. 501 con nota 65.

[19] Cf. CONTRERAS, Jaime – "Los primeros años de la Inquisición...", p. 691.

[20] También aquí las dos esferas se entremezclaron repetidamente; la aristocracia adinerada, en particular, impulsó una "aristocratización" e imitó la alta nobleza. Cf. RUCQUOI, Adeline – "Las oligarquías urbanas...", pp. 364-368.

asuntos del reino, ya que los protagonistas de la nobleza toledana esperaban obtener ventajas apoyando a uno u otro bando[21]. Pero el interés por una estrecha relación entre la monarquía y la ciudad era mutuo; los reyes dependían del apoyo de Toledo para asegurar su posición[22].

Enrique contra Alfonso.

Entre 1458 y 1459, los nobles más influyentes del reino y de Toledo firmaron un acuerdo prometiendo lealtad al rey Enrique IV[23]. Pero ya en 1462 comenzaron los primeros disturbios en la ciudad: Juan de Ribadeneira del bando de los Ayala, se enfrentó en un duelo armado a Lorenzo Suárez Franco del bando de los Silva. Enrique intentó repetidamente restablecer la paz enviando representantes reales, los asistentes, así como promulgando decretos, pero sin éxito significativo[24].

A partir de 1465, la ciudad de Toledo, bajo el liderazgo de Alfonso de Silva, Payo de Ribera, Lope de Estúñiga, Pedro López de Ayala y Fernando de Ribadeneira, se puso del lado de la Liga y reconoció a Alfonso como legítimo rey[25]. A pesar de los esfuerzos de Juan Pacheco por mantener la paz en la ciudad y de la alianza entre ambos grupos pactada a principios de 1467, las luchas de poder entre los Ayala y los Silva alcanzaron su sangriento apogeo el 22 de julio de 1467[26]. Esto había venido precedido unos meses antes por conflictos del arzobispo de Toledo, Alfonso Carrillo, y miembros de la catedral con los poderosos de la ciudad[27]. Poco antes del estallido de los movimientos, también se asesinó a un judío encargado de cobrar un tributo sobre el pan de Maqueda para el cabildo catedralicio[28]. Esto caldeó aún más el ambiente. El conflicto se culminó en el 'fuego de la Magdalena' y la destrucción de varios edificios en el centro de la ciudad[29]. Como resultado, se privó otra vez a numerosos conversos de sus oficios, como ya había ocurrido en el año 1449 con la Sentencia-Estatuto. Esto afectó no sólo a la nobleza toledana, como Alfonso de Silva, Payo de Ribera o Lope

21 Cf. sobre la estrecha relación de las ciudades con la monarquía castellana RUCQUOI, Adeline – "Las oligarquías urbanas...", pp. 347-358.

22 Cf. sobre esta consideración también SÁNCHEZ BENITO, José María – "Nobleza territorial y política ciudadana...", p. 467.

23 Cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *Los Reyes Católicos y la pacificación...*, pp. 45-46; LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *La sociedad amenazada...*, p. 265.

24 Cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *Los Reyes Católicos y la pacificación de Toledo...*, pp. 47-49.

25 Cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *La sociedad amenazada...*, p. 271.

26 Cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – "Élites urbanas y conflictividad social...", pp. 249-250.

27 Cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *La sociedad amenazada...*, pp. 271-274.

28 Véase sobre los acontecimientos CONTRERAS, Jaime – "Los primeros años de la Inquisición...", p. 691.

29 Sobre los movimientos cf. en detalle LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *La sociedad amenazada...*, pp. 271-284. IZQUIERDO BENITO, Ricardo – "Datos sobre conversos toledanos en el siglo XV", In VILLENA ESPINOSA, Rafael (ed.) – *Ensayos humanísticos. Homenaje al Profesor Luis Lorente Toledo* (Varios. Serie Homenajes 2). Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 1997, pp. 233-247, aquí pp. 234-240.

de Estúñiga[30], sino también a la burguesía del ayuntamiento, es decir, a los escribanos y notarios, pero también a los cargos eclesiásticos[31]. La ciudad, ahora de nuevo en manos de Pedro López de Ayala, continuó inicialmente del lado de Alfonso[32]. Pero para contrarrestar un nuevo fortalecimiento del bando de los Silva, Pedro López de Ayala, y con él la ciudad de Toledo, se unió a Enrique IV en junio de 1468[33]. El bando de los Ayala esperaba tener más posibilidades de consolidar su posición en la ciudad gracias al apoyo del anterior rey[34].

Enrique contra Isabel.

Tras la muerte de Alfonso 'el Inocente', aún menor de edad, el 19 de septiembre de 1468, se firmó el Tratado de los Toros de Guisando entre Enrique y su hermanastra Isabel[35]. Ella fue proclamada sucesora con la condición de que Enrique pudiera concertar su matrimonio. Este contrato no fue respetado por ninguna de las partes. Tras el matrimonio en secreto de Isabel y Fernando de Aragón el 19 de octubre de 1469, Enrique la desheredó una semana después y designó heredera del trono a su hija Juana, llamada 'la Beltraneja'[36].

En 1468, Toledo estaba completamente en manos de los Ayala, liderados por Pedro López[37] y el mariscal Fernando de Ribadeneira[38]. Enrique rindió homenaje a la ciudad y concedió los cargos gubernamentales más importantes de la ciudad. Alfonso de Silva, el mariscal Payo de Ribera y otros del grupo de Silva tuvieron que abandonar la ciudad. Sin embargo, ya en julio de 1471 se proclamó en la ciudad el decreto de Enrique IV, en el que levantaba los destierros hechos como consecuencia de los movimientos y restituía los bienes. También ordenó el restablecimiento de los cargos de acuerdo con el estado de 1465[39]. Entonces, los Silva se hicieron con el gobierno de

[30] Cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *Los Reyes Católicos y la pacificación*..., p. 75.

[31] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 126 (3.8.1467); IZQUIERDO BENITO, Ricardo – "Datos sobre conversos toledanos...", p. 235 nota 4.

[32] En un pregón del 1 de septiembre de 1467, el regimiento sigue castigando con la muerte la importación de tratos orales y escritos "de don Enrrique, predeçesor del Rey, nuestro señor". A los seguidores de Enrique IV se les impidió el acceso a la ciudad, cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 49 (1.9.1467).

[33] Cf. IZQUIERDO BENITO, Ricardo – "Datos sobre conversos toledanos...", p. 237 y BENITO RUANO, Eloy – *Toledo en el siglo XV*..., pp. 107-110. Para los motivos véase *CRÓNICA anónima de Enrique IV de Castilla*..., pp. 239-241; LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *Los Reyes Católicos y la pacificación*..., pp. 74-75.

[34] Cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *Los Reyes Católicos y la pacificación*..., pp. 29, 75.

[35] Cf. *CRÓNICA anónima de Enrique IV de Castilla*..., pp. 249-255.

[36] Cf. sobre los acontecimientos y un posible 'Golpe de Estado' CARRASCO MANCHADO, Ana Isabel – "La toma del poder de Isabel I de Castilla. Golpe a la legitimidad de Enrique IV", In FORONDA, François; GENET, Jean-Philippe; NIETO SORIA, José Manuel (ed.) – *Coups d'État à la fin du Moyen Âge? Aux fondements du pouvoir politique en Europe occidentale. Colloque international (25-27 novembre 2002)* (Collection de la Casa de Velázquez 91). Madrid: Casa de Velázquez, 2005, pp. 331-349. Cf. sobre las condiciones del marco político hasta el año 1474 SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Nobleza y monarquía*..., pp. 334-365.

[37] Sobre la asunción del cargo cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *Los Reyes Católicos y la pacificación*..., p. 79.

[38] Cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *Los Reyes Católicos y la pacificación*..., p. 78.

[39] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 128 (10.7.1471).

Toledo, los Ayala fueron expulsados de la ciudad y se reanudó el conflicto entre los bandos. Los Silva se negaron a aceptar al representante real en el ayuntamiento. Por este motivo, entre otros, fueron desterrados de nuevo de la ciudad a principios de 1472, esta vez por Payo de Ribera, Fernando de Ribadeneira y el Marqués de Villena. Aunque, en teoría, los líderes de ambos bandos fueron expulsados y la ciudad quedó en manos de Juan Pacheco, los Ayala lograron restablecer muy rápidamente su influencia en Toledo[40]. Esta vez pactaron con el mariscal Perafán de Ribera, Álvaro Pérez de Guzmán y García López de Padilla. Fernando de Ribadeneira no formó parte de la alianza. Sin embargo, en el verano de 1474, Juan de Silva, Juan de Ribera y Lope de Estúñiga accedieron a la ciudad y echaron a los partidarios que quedaban de Enrique. Tras la muerte de Enrique IV y la toma del poder por parte de los posteriores Reyes Católicos, en diciembre de 1474, Toledo pasó a ser gobernada por Juan de Silva, III Conde de Cifuentes y su tío Juan de Ribera, Señor de Montemayor[41].

El impacto en la vida cotidiana de la población.

Desterrados.

De forma casi continua a lo largo del reinado de Enrique IV, el regimiento y/o el asistente emitieron decretos sobre destierros o huidas de la ciudad. Pero con motivo de dos acontecimientos, dichos decretos se hicieron más frecuentes. En primer lugar, los movimientos de finales de julio del año 1467 supusieron un cambio brusco en la composición de la población de Toledo. Además de los dirigentes, los Silva, también afectó a Álvar Gómez de Villarreal, el anterior alcalde mayor de Toledo, así como a importantes oficiales del ayuntamiento, como Juan Rodríguez de Baeza, Alonso y Sancho Cota y Fernando de Pulgar. Estos habían guiado la suerte de la ciudad como regidores o jurados y procedían de la burguesía[42].

Al mismo tiempo, la ciudad trató de hacer volver a Toledo a los habitantes que habían huido por miedo a los disturbios[43], asegurándoles protección y garantías comerciales[44]. Rara vez se les menciona por su nombre, pero debieron de ser miembros de la clase mercantil[45].

---

[40] Sobre estos acontecimientos, véase LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *Los Reyes Católicos y la pacificación*..., pp. 78-87.

[41] Cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *Los Reyes Católicos y la pacificación*..., pp. 90-91.

[42] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 139 (10.9.1467).

[43] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 36 (20.8. s.a.). Véase también LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *Los Reyes Católicos y la pacificación*..., p. 70.

[44] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 35 (27.7. s.a.), núm. 54 (s.f.), núm. 77 (27.7.1476), núm. 111 (24.3.1468), núm. 167 (s.f.); IZQUIERDO BENITO, Ricardo – "Datos sobre conversos toledanos...", p. 235.

[45] "...espeçialmente los que della están desterrados, que no osan enbiar sus mercaderías a tratar en esta çibdad ni osan venir ni enbiar a labrar oro ni plata ni vellón a la casa de la moneda desta çibdad [...] de Toledo aseguran a los dichos desterrados que puedan enbiar sus fatores...", cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*...,

Los decretos volvieron a intensificarse por segunda vez tras la expulsión de los Silva poco después de su reconquista del ayuntamiento en 1472, cuando ambos bandos ya habían sido expulsados de la ciudad y lidiaban duras batallas con Toledo. A los desterrados se les prohibió entrar en la ciudad y no se les dio ninguna garantía de protección[46].

Obligaciones militares.

Fue, principalmente, en la segunda mitad del reinado de Enrique cuando se empezó a obligar a la población toledana a participar en las luchas que tenían lugar en los alrededores de la ciudad. Durante los años 148 a 1474 y debido a los sucesivos destierros de los Silva y los Ayala en pocos años, la ciudad tuvo que enfrentarse constantemente a grupos nobiliarios que estaban ampliando sus bases de poder en los alrededores de Toledo[47]. En consecuencia, el consejo de la ciudad convocaba regularmente a los habitantes varones mayores de edad para que estuvieran preparados para defender la ciudad en caso de necesidad: "Mandan los muy honorables señores asystente e Toledo que todos los vezinos e moradores desta dicha çibdad a sesenta años ayuso e diez e ocho años arriba, questén aperçibidos, los que tienen cavallos con sus cavallos e armas, e los que tienen espingardas con sus espingardas, e los que tienen vallestas con sus ballestas, e los otros con sus lanças puestos parada"[48]. También se pidió el apoyo de los pueblos circundantes de dicha jurisdicción y a la Hermandad[49]. El 20 de septiembre de 1470, sin embargo, el regimiento tuvo que intervenir, subrayando que la guerra contra los Silva era de su competencia. Sólo con el consentimiento de Pedro López de Ayala y Fernando de Ribadeneira se podía actuar contra los demás[50]. La mayor parte de los combates tuvieron lugar fuera de las puertas de Toledo. Pero los movimientos y el fuego de la Magdalena, que estalló el 22 de junio de 1467, afectaron al corazón de la ciudad. Y el asedio a Pedro López de Ayala, Diego de Ribera y al mariscal Perafán en el Alcázar el 3 de septiembre de 1473 también afectó en gran medida a la seguridad y a la vida cotidiana de los toledanos[51]. Los diversos vínculos familiares y feudales de

---

núm. 40 (15.1.1470).

[46] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 70 (s.f), núm. 123 (8.2.1473), núm. 161 (22.7.1473).

[47] LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *Los Reyes Católicos y la pacificación*..., pp. 88–89. Cf. sobre la participación e importancia de los escuderos y peones en los disturbios de las ciudades de Castilla SÁNCHEZ BENITO, José María – "Bandas armadas en los campos de la Corona de Castilla (siglos XIII–XV)". *Vínculos de Historia* 5 (2016), pp. 54-71, aquí pp. 66-70.

[48] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 18 (6.10.1473). Cf. sobre proclamaciones similares núm. 32 (27.7.1469), núm. 74 (s.f.), núm. 83 (s.f.), núm. 129 (30.11.1471), núm. 140 (s.f.), núm. 162 (s.f.).

[49] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 58 (20.3.1468).

[50] "Otrosy, que ninguno no vaya a faser guerra ni a tomar cosa alguna syn liçençia de los señores Pedro López e mariscal so la dicha pena de muerte", cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 151 (20.9.1470).

[51] Toledo, Archivo Municipal de Toledo, Fondo Histórico, Siglo XV y XVI, Caja 2530, Carta 1473; *CRÓNICA anónima de Enrique IV de Castilla*..., p. 339.

las clases medias y burguesas con los grupos nobiliarios motivaron que la población de la ciudad se implicara en las luchas de poder y se viera obligada a participar en los conflictos armados:

> "…todos se pusieron en armas echando de la çibdad todos los que la parte del maestre tenian, e fueron con mano armada tomar el alcaçar, porque ovieron por çierto quel maestre […] allegava muy gran gente para de subito ocupar aquella çibdad por consentimiento de algunos de los moradores della."[52]

Al mismo tiempo, las autoridades de la ciudad trataron de proteger en cierta medida los intereses de los habitantes. En el caso de que los vecinos de la ciudad también se vieran afectados directamente por los conflictos, el ayuntamiento pedía que se informara de los daños al escribano mayor, para que éste los transmitiera a la autoridad competente[53]. En otra ocasión, se advirtió a la población de posibles robos y asaltos, ya que las negociaciones de paz entre el ayuntamiento y Álvaro de Estúñiga aún no habían concluido y se temían nuevos disturbios[54].

Armas

Tras los sangrientos enfrentamientos de los movimientos en el verano de 1467, las autoridades de la ciudad no consiguieron calmar el caldeado ambiente de Toledo[55]. Por ello, el ayuntamiento dictó varios decretos desde finales de julio y agosto en los que se prohibía el porte de armas[56]. Sin embargo, sobre todo en los últimos años del reinado de Enrique, proliferaron las proclamaciones en las que se eximía de la prohibición a determinadas clases sociales o grupos profesionales, según la situación política del momento[57]. Por ejemplo, durante un tiempo se permitieron los canivetes, navajas pequeñas sin punta y los puñales para cortar y practicar la profesión de carnicero[58]. Para ejercer sus cargos, los alcaldes, alcaides y sus ayudantes solían necesitar armas, por lo que en algunos casos se les eximía específicamente de la prohibición. Y el 17 de enero de 1469 se comunicó a los pastores que sólo se les permitía llevar un cayado cuando apacentaban a los animales[59].

[52] *CRÓNICA anónima de Enrique IV de Castilla*..., p. 339.

[53] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 117 (s.f.).

[54] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 98 (s.f.).

[55] Cf. sobre una posible relación entre la acalorada situación política y el aumento de la violencia entre la población con numerosos ejemplos LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *La sociedad amenazada*..., pp. 246, 249-252, 259-261.

[56] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 34 (s.f.), núm. 115 (s.f.).

[57] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 31 (13.9.1471), núm. 41 (24.1.1474), núm. 56 (s.f.), núm. 69 (s.f.), núm. 103 (s.f.), núm. 112 (s.f.), núm. 141 (5.7.1473), núm. 146 (23.2.1473), núm. 165 (27.6.1472).

[58] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 34 (s.f.).

[59] "…los dichos señores Toledo mandan que de oy en adelante ningund pastor [...] no traygan mientras

Además, había que regular qué grupo de personas estaba autorizado a retirar las armas en caso de incumplimiento[60]. Al parecer, la negativa de los conversos a entregar sus armas[61] hizo que parte de la población se tomara la justicia por su mano y los obligara a ceder sus armas[62].

Los alrededores.

Ya en el siglo XIV, las ciudades de Toledo, Talavera y Ciudad Real fundaron la 'Hermandad Vieja' con el apoyo de Juan I y Enrique II. Ésta se encargaban principalmente de detener a los delincuentes de los alrededores[63]. Cada una de las ciudades tenía su propia Hermandad, pero se organizaban conjuntamente en la 'Junta'[64]. No obstante, sobre todo a partir de 1464, con el inicio de la guerra sucesoria entre Enrique IV y Alfonso y las simultáneas luchas de bandos, aumentaron los robos y las amenazas en los trayectos entre las ciudades[65]. Esto afectaba tanto al comercio de larga distancia como al comercio regional y minorista, así como a los habitantes de los alrededores que llevaban suministros a la ciudad. Los viajeros en general también corrían peligro. Enrique IV trató de contrarrestarlo fundando y reactivando las Hermandades en varias ciudades, entre ellas las de Toledo, Talavera y Ciudad Real[66].

Pero una y otra vez los enfrentamientos violentos alcanzaban tales dimensiones que las Hermandades se veían incapaces de celebrar su junta general anual[67]. En algunos casos, en la solicitud para cancelar se hace referencia explícita a los disturbios,

anduviere guardando los tales ganados ningunas de las dichas armas ni algunas ofensivas ni defensyvas salvo que trayga cayado e non otras armas algunas...", cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 190 (17.1.1469).

[60] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 36 (20.8. s.a.), núm. 115 (s.f.).

[61] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 34 (s.f.), núm. 115 (s.f.).

[62] Cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *Los Reyes Católicos y la pacificación*…, p. 70.

[63] Las áreas exactas de responsabilidad no fueron definidas en detalle. Cf. sobre los inicios SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Nobleza y monarquía*..., pp. 81-83 y SÁNCHEZ BENITO, José María – "Hermandades y delincuencia rural entre el Tajo y Sierra Morena (siglos XIII-XV)". *Clío & Crímen* 3 (2006), pp. 134-166, aquí pp. 138–141. Cf. sobre la Hermandad Vieja y las Hermandades de otras ciudades y pueblos SÁNCHEZ BENITO, José María – "Hermandades castellanas y centralización monárquica (1325–1476): algunas consideraciones". *Hispania: Revista española de historia* 81/268 (2021), pp. 455-482, aquí pp. 457-462, 467-468.

[64] Cf. SÁNCHEZ BENITO, José María – *Santa Hermandad Vieja de Toledo, Talavera y Ciudad Real (siglos XIII-XV)*. Toledo: Caja de Ahorro Provincial de Toledo, 1987; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Nobleza y monarquía*..., p. 81; SÁNCHEZ BENITO, José María – "Hermandades y delincuencia rural...", pp. 145-146.

[65] Cf. SÁNCHEZ BENITO, José María – "Observaciones sobre la Hermandad castellana en tiempos de Enrique IV y los Reyes Católicos". *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III, Historia Medieval* 15 (2002), pp. 209-244, aquí p. 210.

[66] Cf. en general sobre las Hermandades en Castilla SÁNCHEZ BENITO, José María – "Hermandades castellanas y centralización monárquica...", pp. 469-472. Sobre los impactos de las luchas de bandos en la población, utilizando el ejemplo de Cuenca, cf. SÁNCHEZ BENITO, José María – "Observaciones sobre la Hermandad castellana...", pp. 210-214.

[67] En la solicitud de anulación del 11 de agosto de 1461, ya se citan explícitamente como obstáculo los "movimientos [...], especialmente cerca de Montalbán", cf. SÁNCHEZ BENITO, José María – *Colección de documentos de la Santa Hermandad (1300–1500)* (Serie III: Estudios, catálogos y repertorios 14). Toledo: Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos Diputación Provincial, 1990, Doc. 215 p. 84. Cf. también Doc. 355 p. 127.

por ejemplo "...por las cavidades tan euidentes y a todas las notorias que al presente ocurren..."[68] o "...que en vista de los movimientos que en el Reino tenían lugar, a lo que se unía la carestía del pan, no se celebrase la junta general"[69]. Y ya el 4 de agosto de 1470, la Hermandad de Toledo y la Hermandad de Talavera acordaron suspender la junta general de ese año, ya que los efectos de las luchas de bandos se notaban de manera ostensible, sobre todo en los alrededores de Toledo[70]. Sin embargo, las autoridades de la ciudad no cejaron en su lucha contra los peligros que acechaban en las calles de Toledo y anunciaron la reactivación de la Hermandad el 6 de agosto de 1470[71].

Especialmente la zona de Polán, al suroeste de Toledo, se vio afectada repetidamente por los conflictos. Tanto en marzo de 1468 como al año siguiente, el gobierno municipal de Toledo convocó al vecindario de la Sisla para apoyar la expulsión de Lope Ortiz de Estúñiga de sus tierras. Éste se había resistido a la orden de abandonar la jurisdicción de Toledo y, en cambio, comenzó a reunir hombres armados a su alrededor y a levantar baluartes y edificios[72]. Pero la población de Polán también reaccionó ante el conflicto. El 21 de noviembre de 1473, se acudió al ayuntamiento de Toledo con la petición de que dejara de molestar a Lope Ortiz de Estúñiga y sus posesiones, ya que estaba dando la cara por la localidad, ayudando económicamente con el pago de impuestos[73].

Impuestos, monedas y comercio.

El hecho de que Toledo pasara a dar su apoyo a la causa de Alfonso y luego de nuevo a la de Enrique IV también afectó a las finanzas urbanas, la moneda y el comercio.[74] Dado que los arrendadores de las rentas urbanas no contaban automáticamente con las correspondientes autorizaciones expedidas por el rey vigente, se produjeron repetidos problemas de recaudación de los impuestos, especialmente de la alcabala.[75] Por ejemplo, en la ciudad de Maqueda. Álvar Gómez de Villarreal, tenedor de Maqueda

[68] Cf. SÁNCHEZ BENITO, José María – *Colección de documentos*..., Doc. 343 p. 123 (13 de agosto de 1465).

[69] Cf. SÁNCHEZ BENITO, José María – *Colección de documentos*…, Doc. 372 p. 133 (1 de agosto de 1468).

[70] Cf. SÁNCHEZ BENITO, José María – *Colección de documentos*…, Doc. 403 y 404 p. 141.

[71] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 147 (6.8.1470).

[72] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 58 (20.3.1468) y núm. 59 (20.3.1469). Enrique IV, por su parte, aseguró a Lope Ortiz de Estúñiga su protección en la primavera de 1470, con la condición de que no entrara en Toledo sino que se quedara en las posesiones de Polán, cf. BENITO RUANO, Eloy – "Incidente en Polán (1470)". *Anales Toledanos* 11 (1976), pp. 3-25, aquí p. 6.

[73] Cf. Toledo, Archivo Municipal de Toledo, Fondo Histórico, Siglo XV y XVI, Caja 2530, Sobre çierta fortaleza de Polán. Cf. también sobre los acontecimientos BENITO RUANO, Eloy – "Incidente en Polán...", pp. 10-11.

[74] Cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *Los Reyes Católicos y la pacificación*..., p. 75.

[75] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 35 (27.7. s.a.), núm. 92 (s.f.), núm. 100 (12.7.1473), núm. 107 (23.5.1473), núm. 112 (s.f.), núm. 164 (5.10. s.a.); LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *Los Reyes Católicos y la pacificación*..., p. 75-76 nota 11.

y ex-alcalde mayor de Toledo[76], había cobrado ilegalmente las alcabalas según un pregón proclamado el 5 de octubre. El ayuntamiento se reservó el derecho exclusivo de autorizar la recaudación de impuestos, condenó la actuación de Álvar Gómez y puso a los ciudadanos y sus bienes bajo la protección de la ciudad[77]. El problema sólo se solucionó tras la muerte de Alfonso con el reconocimiento por parte de Enrique de los arrendadores alfonsinos y la concesión de permiso para recaudar impuestos en su nombre[78].

Durante el reinado de Enrique IV, Castilla también tuvo que enfrentarse a las fuertes fluctuaciones del valor de las monedas.[79] En consecuencia, en Toledo se dictaron con frecuencia decretos que intentaban regular la circulación y el uso de las monedas, especialmente las blancas, así como mantener los valores de las monedas de forma generalizada para todo el reino[80].

Otro perjuicio era la gran cantidad de dinero falso que circulaba. El gobierno de la ciudad ofreció repetidamente a los habitantes la oportunidad de hacer revisar las monedas[81]. Quería garantizar la correcta circulación de monedas y bienes, también para evitar que gran parte de la población cayera en la pobreza. Una gran cantidad de indigentes y mendigos habría puesto en peligro la seguridad en las calles, especialmente en épocas políticamente inestables como los años del reinado de Enrique IV[82].

Tanto la situación de incertidumbre por lo que respecta a la seguridad en las calles como el impacto de los cambios de poder en la cooperación con los pueblos de la jurisdicción de Toledo afectaron claramente al abastecimiento de bienes y alimentos básicos y al comercio de la ciudad[83]. Además, había problemas fundamentales de aprovisionamiento debido al aumento de la población, las malas cosechas y las

[76] El rey Alfonso concedió la posesión de la Villa de Maqueda a Alvar Gómez de Ciudad Real en 1465, cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *Los Reyes Católicos y la pacificación...*, p. 65.

[77] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones...*, núm. 164 (5.10. s.a.).

[78] Cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *Los Reyes Católicos y la pacificación...*, p. 75-76 nota 11.

[79] Cf. IZQUIERDO BENITO, Ricardo – *Precios y salarios en Toledo durante el siglo XV (1400–1475)*. Toledo: Gomez-Menor, 1983, pp. 31–32; GIL FARRÉS, Octavio – *Historia de la moneda española*. Madrid: Graf. Adrados, 1959, p. 220.

[80] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones...*, núm. 28 (24.5.1473), núm. 43 (18.5.1473), núm. 61 (9.7.1471), núm. 67 (1.8.1473), núm. 75 (s.f.), núm. 119 (5.5.1473), núm. 124 (s.f.), núm. 130 (5.11.1471), núm. 142 (s.f.), núm. 145 (2.4.1473), núm. 150 (31.5.1473), núm. 158 (17.4.1471), núm. 159 (15.9.1473). El documento correspondiente del rey Enrique IV de 12 de mayo de 1473 con los valores de las monedas y en el que se informa a la ciudad de los nuevos valores de las monedas establecidos en las Cortes se encuentra en Toledo, Archivo Municipal de Toledo, Archivo Secreto, Cajón 8 Legajo 1 Número 22 (transcripción en IZQUIERDO BENITO, Ricardo – *Precios y salarios en Toledo...*, pp. 32-33).

[81] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones...*, núm. 19 (22.3.1473), núm. 28 (24.5.1473), núm. 43 (18.5.1473), núm. 120 (s.f.), núm. 130 (5.11.1471), núm. 150 (31.5.1473), núm. 159 (15.9.1473), núm. 201 (s.f.).

[82] Cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – "Marginalidad, criminalización y justicia en Toledo. Siglos XIV–XV". *Meridies* 9 (2011), pp. 171–196, aquí p. 194.

[83] Sobre los impactos en la población de las ciudades de Castilla cf. CARASA SOTO, Pedro – "Las clases populares urbanas en el mundo de la pobreza en Castilla", In Junta de Castilla (ed.) – *El tratado de Tordesillas y su época. Congreso internacional de historia*. Vol. I. Madrid: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1995, pp. 381-420, aquí pp. 384-386.

enfermedades, que afectaron repetidamente a Castilla en la segunda mitad del siglo XV[84]. Mientras tanto, el concejo toledano trató de garantizar el comercio en la medida de lo posible y evitar que los habitantes sufrieran escasez de alimentos o bienes. Por ello, pidió que se aceptaran las monedas para estimular el intercambio[85]. El 5 de mayo de 1473, todos los mercaderes, regatones y traperos estaban incluso obligados por el pregón a abrir sus tiendas y ofrecer sus mercancías habituales: "E que todos los tratantes e tenderas e tenderos, panaderas e carniçeros e otras qualesquier personas, que abren sus tiendas e vendan de lo que fasta aquí an acostunbrado..."[86]

Prohibición de reuniones.

Ya en 1464, y sobre todo después de los movimientos de julio de 1467, tanto el rey Enrique como el regimiento de Toledo proclamaron repetidamente la prohibición de reunirse[87]. El objetivo principal era evitar que los alborotadores conspiraran otra vez:

> "Otrosy, mandan los señores Toledo que ningunas ni algunas personas no anden alborotando ni escandalizando por esta çibdad ni fasyendo corrillos ni allegamientos [en blanco] éscandalo o alboroto, so pena que proçederán contra lostales a pena de muerte e a perdimiento de todos sus bienes por la dicha çibdad."[88]

Pero la prohibición de reunirse no sólo afectó a los posibles alborotadores. También tuvo el efecto de restringir significativamente la libertad de movimiento de todos los vecinos y moradores dentro de la ciudad.

Rumores y calumnias.

Pero no sólo había que impedir las conspiraciones por parte de los alborotadores. El ayuntamiento toledano también trató de controlar los rumores y las calumnias que circulaban por las calles y plazas de la ciudad[89]. Una y otra vez, se animaba a

[84] Sobre el aumento de la pobreza debido a la escasez de suministros, véase también LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – "Marginalidad, criminalización y justicia...", pp. 175-176.

[85] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones...*, núm. 40 (15.1.1470), núm. 75 (s.f.), núm. 102 (s.f.), núm. 119 (5.5.1473), núm. 148 (31.5. s.a.), núm. 150 (31.5.1473).

[86] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones...*, núm. 119 (5.5.1473).

[87] Cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *Los Reyes Católicos y la pacificación...*, pp. 48-49.

[88] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones...*, núm. 36 (20.8. s.a.), núm. 38 (s.f.), núm. 55 (20.6.1468), núm. 115 (s.f.), núm. 147 (6.8.1470). Véase también LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *La sociedad amenazada...*, pp. 267-268.

[89] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones...*, núm. 165 (27.6.1472). Cf. sobre los rumores en la Edad Media y su utilidad en tiempos de guerra FARGETTE, Séverine – "Rumeurs, propagande et opinion publique au temps de la guerre civile (1407-1420)". *Le Moyen Age: Revue d'Histoire et de Philologie* 113/2 (2007), pp 309-334. Cf.

la población a denunciar ante el alcalde mayor o ante su lugarteniente cualquier conducta indebida por parte de los miembros del ayuntamiento:

> "Por ende el dicho señor Pedro Lopes manda pregonar que qualesquier personas que confiesen quexas de los dichos alcaldes e alguasyles e fieles esecutores e alcaydes, e quales an visto faser algunas, syno [en blanco] o daños, que secretamente lo vengan diziendo al dicho señor Pedro Lopes, que si al[guno] no quisiere, que lo digan al alcalde Juan Gómez..."[90]

Sin embargo, los habitantes temían a menudo consecuencias negativas para ellos mismos, sus familiares o la vecindad en general si denunciaban las violaciones de la ley por parte de los poderosos[91]. Por lo tanto, se garantizó absoluta discreción para impulsar las denuncias[92].

Ambos bandos también utilizaron las calles y plazas de Toledo para influir en la población proclamando los pregones u otra información correspondiente. Al mismo tiempo, controlaban la opinión pública mediante su participación en la vida cotidiana y su presencia o la de sus partidarios en las actividades de la ciudad[93].

Conclusiones.

Los turbulentos años del reinado de Enrique IV dejaron sus huellas en la población toledana. Los distintos grupos que ostentaban el poder en Toledo luchaban entre sí por su posición dentro de la ciudad y la jurisdicción, más o menos ligada a los acontecimientos y conflictos de la cúpula del reino de Castilla. Los efectos de las luchas de poder afectaron a amplios ámbitos de la vida cotidiana, desde la posibilidad de circular libremente por la ciudad hasta el derecho de portar armas, la obligación de participar en el servicio militar y los perjuicios de las acciones bélicas que tenían lugar en el centro de la ciudad. Las consecuencias más drásticas para la composición de la población toledana fueron los numerosos desterramientos, que aumentaron especialmente después de los movimientos. Al prohibir la difusión de rumores, los poderosos intentaban controlar la información y las noticias que circulaban por la ciudad. Su participación en la vida urbana en las calles y plazas influyó en la opinión

también LECUPPRE, Gilles; LECUPPRE-DESJARDIN, Élodie – "La rumeur: un instrument de la compétition politique au service des princes de la fin du Moyen Âge", In BILLORÉ, Maïte; SORIA, Miriam (ed.) – *La rumeur au Moyen* Âge. *Du mépris à la manipulation (V*e*–XV*e *siècle)* (Histoire). Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2011, pp. 149-175, aquí pp. 152-155.

[90] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 26 (s.f.).

[91] Cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – *La sociedad amenazada*..., pp. 240, 242-243.

[92] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 26 (s.f.), núm. 57 (16.1.1469), núm. 69 (s.f.).

[93] Cf. LÓPEZ GÓMEZ, Óscar – "'La çibdad está escandalizada'. Protestas sociales y lucha de facciones en la Toledo bajomedieval". *Studia historica. Historia medieval* 34 (2016), pp. 243-269, aquí pp. 256-259.

pública y, por tanto, configuró en parte la vida cotidiana de la población de Toledo. El llamamiento a realizar denuncias logró implicar así a los vecinos en los procesos de la ciudad, pero al mismo tiempo fomentó el clima de desconfianza.

Todos los estamentos sociales de la población de la ciudad se vieron afectados. Además de los protagonistas aristocráticos, la clase media se vio especialmente perjudicada por los conflictos en la cúpula del reino. Los desterramientos promulgados en este contexto alcanzaron especialmente a la burguesía toledana, cuyas familias trabajaban sobre todo en el ayuntamiento o en otros puestos oficiales. Pero los mercaderes y comerciantes, al igual que los compradores y consumidores también se vieron afectados. Las restricciones al comercio y a las oportunidades mercantiles -también debidas a la destrucción de los recursos primarios durante los conflictos armados y las incursiones en los alrededores de la ciudad- y, sobre todo la constante fluctuación del valor de las monedas ocasionaron problemas. Lo mismo ocurrió con las monedas falsas que circulaban en grandes cantidades. El repetido llamamiento a los hombres mayores de edad para que siempre estuvieran preparados para ir a luchar afectó a toda la población masculina de entre 18 o 20 y 60 años. En cualquier momento podían ser llamados a la guerra.

Incluso después de la muerte de Enrique IV, los conflictos continuaron teniendo un impacto en la población toledana. La 'Concordia de Segovia', acordada el 15 de enero de 1475 y redactada por el arzobispo Alfonso Carrillo y el cardenal Pedro González de Mendoza, dirimió las competencias relativas al gobierno de Castilla entre Isabel y Fernando. Al mismo tiempo, se renovaron los cargos más importantes del gobierno de Castilla y de las ciudades.

Los Reyes Católicos tardaron algunos años en controlar los disturbios por completo. Rápidamente, el 27 de mayo de 1475, confirmaron el gobierno de Juan de Silva y Juan de Ribera en Toledo[94]. Sin embargo, ya en diciembre de 1476 ellos tuvieron que defenderse del grupo que apoyaba a Pedro López de Ayala[95]. Finalmente, en 1477, Isabel y Fernando enviaron a Toledo Gómez Manrique, el primer corregidor instalado de forma permanente en la ciudad, lo cual les permitió incrementar aumentar su control sobre la ciudad. Y la vida cotidiana de la población de Toledo se encaminó por rumbos más tranquilos hasta el año 1520.

[94] El nombramiento de ambos como regentes de Toledo el 27 de mayo de 1475 por parte de la reina Isabel consta en Toledo, Archivo Municipal de Toledo, Archivo Secreto, Cajón 5 Legajo 6 Número 3 (una transcripción se encuentra en BENITO RUANO, Eloy – *Toledo en el siglo XV*..., pp. 288-289).

[95] Cf. WALLEIT, Lisa – *El Libro de Pregones*..., núm. 21 (4.12.1476), núm. 25 (s.f.).

Parte VII
Entre os tempos de exceção e o quotidiano representado

O Dia do Juízo Final.
Uma reconstituição das cerimónias de graduação na universidade portuguesa durante a Baixa Idade Média

Rui M. Rocha[1]

Resumo

Os dias das cerimónias de concessão de grau académico, no passado como hoje, eram e são dias especiais dentro do quotidiano académico, rompendo com a rotina dos dias passados a estudar. Durante a Idade Média, a sinalizar a clara importância destes momentos, a comunidade do *Studium* mobilizava-se em massa para as ruas da cidade, unida no propósito de conceder e testemunhar a concessão de um diploma universitário a um dos seus pares, mas também numa clara demonstração de força da instituição dentro do quadro da sociedade. Assim, os estatutos universitários de D. Manuel I (c. 1503), o primeiro documento desta natureza formalmente nomeado como tal, tiveram particular atenção em regulamentar, com grande detalhe, as especificidades que envolvem os dias e cerimónias de graduação, nomeadamente os percursos, as taxas, os juramentos, os temas de exame, os elementos envolvidos e respetivas atribuições, entre outros aspetos. O presente ensaio, com base nos referidos estatutos, pretende assim propor uma reconstituição das cerimónias de graduação académica em Portugal durante a transição da baixa Idade Média para o início da época moderna.

Palavras-Chave

Universidade; Cerimónias de Graduação; Estatutos da Universidade;
D. Manuel I; Século XVI.

---

[1] Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa)/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FL-ULisboa)/PIUDHist. Este artigo resulta de um projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito de uma bolsa de doutoramento em curso, sobre a Reforma Manuelina da Universidade (SFRH/BD/135867/2018).

Judgment Day. The reconstitution of the graduation ceremonies at the Portuguese University in the Late Middle Ages.

Abstract

The days of graduation ceremonies, in the past as well as today, were and are special days within the academic life, breaking with the routine of days spent studying. During the Middle Ages, signaling the clear importance of these moments, the community of the *Studium* mobilized to the streets of the city, united in the purpose of granting and witnessing the granting of a university degree to one of their peers, but also in a clear demonstration of the institution's strength within the framework of the society. Thus, the university statutes of king Manuel I (c. 1503), the first document of this nature formally named as such, paid particular attention to regulating, in great detail, the specificities surrounding graduation days and ceremonies, namely the routes, fees, oaths, exam subjects, elements involved and respective attributions, among other aspects. The present essay, based on these statutes, intends to propose a reconstitution of academic graduation days in Portugal during the transition from the Late Middle age to the Early Modern period.

Keywords
University; Graduation ceremonies; University Statutes; king Manuel I;
16th century.

Introdução. Algumas considerações prévias.

> "We talk about rituals when actions, or rather chains of actions, of a complex nature are repeated by actors in certain circumstances in the same or similar ways, and, if this happens deliberately, with the conscious goal of familiarity"[2]

A importância das cerimónias e rituais nas sociedades do final da Idade Média é incontestável, e não suscita qualquer tipo de controvérsia[3]. Eram importantes

---

[2] ALTHOFF, Gerd – "The Variability of Rituals in the Middle Ages", In ALTHOFF, Gerd; FRIED, Johannes; GEARY, Patrick (ed.) – *Medieval Concepts of the Past: Ritual, Memory, Historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 71.

[3] Como consequência, a produção em torno do assunto tem sido extensa. Apenas a título de exemplo vide CHIFFOLEAU, Jacques; MARTINES, Lauro; BAGLIANI, Agostino Paravicini (eds.) – *Riti e rituali nelle società medievali*. Spoleto: Centro italiano di studi sull'alto medioevo, 1994.

ferramentas de legitimação de poder, cuja teatralização facilitava a transmissão e receção de uma mensagem para um público coletivo[4]. Não se pense, todavia, que propor a reconstituição de um fenómeno ritualístico na Idade Média é tarefa simples. Exige ao historiador, o interlocutor da documentação, e por vezes ao leitor também, preenchimento e interpretação de lacunas e omissões que a documentação normalmente apresenta, procurando soluções que não obstem aos testemunhos escritos, e que simultaneamente se articulem com o espírito do fenómeno e do tempo que se tenta reconstituir. Felizmente, para a instituição universitária no final da Idade Média, os registos documentais, embora parcimoniosos no que concerne às cerimónias de graduação, são esclarecedores e dotados de grande pormenorização, ainda mais inteligíveis à luz de práticas cerimoniais coevas, das quais podem eventualmente ter divergido. Naturalmente, como consequência, mereceram a atenção da historiografia.

No panorama internacional, fruto também de uma documentação académica mais rica e numerosa, acompanhada frequentemente por testemunhos iconográficos valiosos dos quais não temos vestígios em Portugal, é conhecido com algum rigor como se processavam os dias de concessão de grau académico nas universidades mais prestigiantes da altura[5]. Mas por outro lado, sendo a instituição universitária um organismo de abrangência europeia, ou seja, constituindo a universidade uma fórmula e forma institucional aplicadas e difundidas por toda a cristandade ocidental medieval, que nos seus traços mais significativos não apresentavam grandes variações, aquilo que não sabemos, ou do que duvidamos, é possível inferir de casos análogos, como sejam os de Paris, Bolonha, Oxford ou Salamanca, entre outros, mais bem apetrechados. Aliás, aquilo que sabemos que difere entre o caso nacional e as demais congéneres europeias à época, pode também ter significados muito particulares, e no caso português, ser eventualmente um sintoma da própria perificidade, ou dos parcos recursos do *Studium* luso.

Para a Universidade portuguesa na transição entre o século XV e XVI, a situação não foi diferente, isto é, existem testemunhos documentais, pouco numerosos, mas ricos em informação, acerca do funcionamento da atribuição de graus. Como se verifica em instituições homólogas, nos estatutos académicos prescritos pelo rei D.

---

[4] A propósito deste assunto vide NIETO SORIA, José Manuel – *Ceremonias de la realeza: propaganda y legitimación em la Castilla Trastámara*. Madrid: Nerea, 1993.

[5] Para o caso de Salamanca vide RODRÍGUEZ, Juan Luis Polo – "Ceremonias de graduación, siglos XVI-XVIII", In SAN PEDRO BEZARES, Luis Enrique Rodríguez (ed.) – *Historia de la Universidad de Salamanca. Vol. 2: Estructuras y flujos*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2004, pp. 877-914. Para o caso de Paris vide DESTEMBERG, Antoine – "Un système rituel? Rites d'intégration et passages de grades dans le système universitaire médiéval (XIIIe-XVe siècle)", *Cahiers de Recherches Medievales*, 18 (1): 113–32. Para o caso das Universidades Italianas vide BORTOLAMI, Sante – "Gli studenti delle università italiane: numero, mobitità, distribuzione, vita studantesca dalle origini al XV secolo", In BRIZZI, Gian Paolo; NEGRO, Pedro del; ROMANO, Andrea (ed.) – *Storia delle Università in Italia*. Bolonha: Centro Interuniversitario per la Storia delle Università Italiane, 2007, pp. 65-115.

Manuel I para a instituição[6], presumivelmente no ano de 1503, no âmbito de um plano reformista, as cerimónias de graduação, bem como outras festas académicas, surgem em destaque, e com grande peso na economia do texto estatutário. Como tal, são efetivamente um tema estudado, também pela historiografia portuguesa, embora muito pouco desenvolvido. A este respeito destaca-se o texto de síntese de Maria Teresa Nobre Veloso sobre o quotidiano da academia, que de forma muito sintética, mas pioneira, se detém nas questões das procissões litúrgicas e provas académicas, nomeadamente a cerimónia de doutoramento[7]. De forma igualmente pioneira, mas concisa, Manuel Augusto Rodrigues, editor dos estatutos manuelinos, teceu alguns comentários mais genéricos acerca da indumentária e formalidades das cerimónias de concessão de grau[8]. E por fim, recentemente, Armando Norte e Rui M. Rocha, desta vez com uma abordagem eminentemente quantitativa e de cariz económico, refletiram sobre a dimensão material das cerimónias de graduação, sobretudo nas trocas económicas inerentes a estes dias[9].

No entanto, o que nunca foi verdadeiramente tentado, foi uma reconstituição efetiva destes rituais, que procurassem abarcar todos os seus aspetos de forma conjunta e articulada, e traçando um retrato cristalizado do funcionamento das cerimónias de concessão de grau no final da Idade Média em Portugal.

Em concreto, tendo este cenário como pano de fundo, e assinalando a importância deste dia no quotidiano da academia e dos escolares, este ensaio propõe uma reconstituição dos dias de graduação académica em Portugal durante a baixa Idade Média, para cada um dos três graus académicos concedidos – bacharelato, licenciatura, doutoramento (com base nas prescrições estatutárias de 1503), em torno de dois vetores essenciais: 1) as prescrições genéricas comuns a todos os atos públicos do *Studium*, nomeadamente o calendário letivo, os requerimentos e obrigações administrativas, e as características da indumentária académica; e 2) as prescrições específicas às cerimónias de concessão de graus, a saber, os juramentos a prestar, os requisitos e critérios para ser admitido a exame, os percursos e o protocolo a seguir durante as cerimónias, e o pagamento de tributos. A conjugação destes elementos permite-nos assim traçar e reconstituir com algum rigor o dia em que um escolar entrava no grupo restrito de *alumni* da universidade do reino.

---

[6] Os estatutos manuelinos da Universidade são constituídos por um total de 19 fólios, estando atualmente à guarda do Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) (PT/AUC/ELU/UC/A/02/01), e foram publicados por Manuel Augusto Rodrigues em 1991 (RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1991).

[7] VELOSO, Maria Teresa Nobre – “O quotidiano da academia”, In AA.VV. – *História da Universidade em Portugal: 1290-1536*, Vol. 1 (1). Coimbra-Lisboa: Universidade de Coimbra-Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 129-151.

[8] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*…, pp. XVI-XVII.

[9] NORTE, Armando; ROCHA, Rui M. – “The Cost of Graduation and Academic Rituals: Material Expressions of Student Life in the Late Middle Ages in Portugal”, *e-Journal of Portuguese History* (2019), Vol. 17, number 1, pp. 21-37.

1. Um rito de passagem como mecanismo de promoção social: as cerimónias de concessão de grau. Prescrições genéricas.

Antoine Destemberg, historiador francês, constatou que uma das maiores inovações e legados do sistema de ensino medieval foi o de atuar como um mecanismo de ascensão social assente na aquisição de conhecimentos. A esse propósito, diz o autor, que "les passages de grades, en tant qu'actes d'intégration, obéissent à un schéma rituel dans lequel gestes, objets et paroles visent à légitimer une raison sociale, qui est aussi une revendication du monopole de la compétence scientifique"[10]. As cerimónias de concessão de grau académico eram assim manifestações públicas de autoridade intelectual, fundamentais para legitimar a universidade e os seus elementos, bem como a sua posição na sociedade medieval. Eram rituais de elevação social, que conferiam ao candidato uma validação e um reconhecimento entre os pares, mas também a promoção a um grupo restrito, distinto pelo domínio científico de uma disciplina, que podia integrar qualquer uma das áreas do currículo universitário padrão na Idade Média, isto é, Teologia, Direito (canónico e civil), Medicina e Artes Liberais[11]. Para isso, tinha o escolar que se submeter a um exame privado (no caso do grau de licenciatura) ou público (no caso do doutoramento), no qual, perante a comunidade, através da leitura (*lectio*), comentário (*expositio*) e disputa (*disputatio*) de um texto (como dita a fórmula escolástica[12]), e em face dos seus mestres, provava e demonstrava ser proficiente na sua ciência. Mas esta demonstração e prova, por tudo o que significavam na vida quotidiana da academia e dos seus escolares, eram enformadas por todo um conjunto de gestos e mecanismos simbólicos e pautadas por diferentes momentos de grande solenidade, tipicamente complexos, que serviam para lhes conferir maior dignidade.

A propósito desta questão, Aleksander Gieysztor informa-nos de que "a imagem e o carácter de um *Studium Generale* eram expressos pelos seus trajes, insígnias e festividades"[13]. Como tal, as universidades medievais caracterizavam-se por serem instituições fortemente ritualizadas, onde os atos públicos e cerimónias faziam parte de um modo muito evidente do quotidiano escolar, sempre de acordo com uma forma, um calendário e um lugar explicitamente designados para o efeito, normalmente determinados estatutariamente, ou, na ausência desta referência legal, de forma consuetudinária. Como aludimos, a universidade portuguesa no início

[10] DESTEMBERG, Antoines – "Une système rituel?...", pp. 113.

[11] NORTE, Armando – "Lentes, escolares e letrados: das origens do Estudo Geral ao final do século XIV", In FERNANDES, Hermenegildo (coord.) – *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, pp. 99-108.

[12] BONFIL, Robert – "El modelo escolástico de la lectura", In CHARTIER, Roger; HAMESSE, Jacqueline (eds.) – *Historia de la lectura en el mundo ocidental*. Madrid: Taurus Ediciones, 2004, pp. 179-210.

[13] GIEYSZTOR, Aleksander – "Gestão e recursos", In RIDDER-SYMOENS, Hilde de (ed.) – *Uma História da Universidade na Europa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, Vol. 1, p. 138.

do século XVI não estava à margem de tais práticas, que marcavam os momentos centrais na vida de um escolar ou mestre, incluindo, por exemplo, procissões académicas, e claro, as cerimónias de concessão de graus, estas últimas como corolário da vida académica. Eram eventos de grande solenidade, que procuravam mobilizar a totalidade da comunidade académica (e, por vezes, também elementos alheios a este grupo), sendo um fenómeno com uma forte identidade urbana, no qual académicos, em procissão, perfilados dois a dois, percorriam e passavam pelos locais mais importantes e simbólicos da cidade (catedrais, igrejas, praças públicas, etc.), em atos muitas vezes complementados com a celebração de missas religiosas e sermões.

Os rituais e as cerimónias eram, portanto, parte integrante e fundamental da experiência académica medieval, na qual o escolar ou mestre, dependendo das circunstâncias, era chamado a participar como candidato, como arguente, ou como testemunha. Aliás, como constata Mário Farelo, a "vivência universitária declinava-se também em função das celebrações funerárias ou das cerimónias festivas e processionais que marcavam o calendário universitário anual"[14]. Estes rituais, ou práticas, académicas organizavam assim o calendário do ano letivo, como abundantemente documentam os estatutos de 1503, onde a maioria deles é prescrito de forma detalhada. De entre esse conjunto de cerimónias, são referidas a leitura pública de estatutos ("que se leam estes estatutos hũa vez no amno")[15]; as eleições de órgãos académicos ("Eleiçam do rector e conselheiros e taxadores")[16]; as missas diárias e fúnebres ("Do tempo da missa")[17]; as audiências judiciais sob jurisdição académica ("Do conservador")[18]; as procissões, pregações e missas solenes em dias festivos ("Das procissões, missas e pregações")[19]; e naturalmente, as cerimónias de concessão de grau, reguladas de forma particularmente detalhada ("Da licenciatura, Quantos mestres ou doctores ham de emtrar em exame, Doctoramentos, Forma de juramento que ham de fazer o que se graduarem, Dos assentos")[20].

Em Portugal, o conjunto destas práticas estava, naturalmente, enquadrado pelo início e fim do ano letivo, alinhado com o calendário litúrgico. Assim, a instituição iniciava as atividades todos os anos no dia 19 de outubro (precisamente no dia após a missa e festa de São Lucas), momento normalmente assinalado pelas orações de sapiência, isto é, discursos laudatórios, mas também críticos, da instituição, ou de uma disciplina em concreto, a cargo, precisamente de um reconhecido letrado da

[14] FARELO, Mário – "A *universitas* no labirinto: poderes e redes sociais", In FERNANDES, Hermenegildo (coord.) – *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, p. 190.

[15] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*..., p. 30.

[16] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*..., p. 32.

[17] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*..., p. 33.

[18] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*..., p. 35.

[19] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*..., p. 33-34.

[20] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*..., p. 36-38.

instituição[21]. Por outro lado, a universidade cessava atividades no dia 15 de agosto (assinalado pela missa e festa de Santa Maria de Agosto)[22]. Desta estrutura balizada por importantes festas litúrgicas decorre uma das principais razões para a forte matriz religiosa da universidade.

Todas as cerimónias públicas deveriam ser comunicadas previamente, para que os membros da comunidade não faltassem a um momento corporativo tão importante, sob a justificação de não terem dela conhecimento, sendo exigida a presença de todos[23], devidamente aparamentados com os trajes académicos[24]. Por este motivo, deveria o bedel, o oficial administrativo com mais atribuições na estrutura orgânica da universidade[25], publicar à porta da Universidade a convocatória para estas festas ("pubricara os auctos que se ham de fazer"[26]). Finalmente, nenhum dos atos públicos previstos estatutariamente poderia ocorrer durante os dias de aulas, para que as atividades correntes da Universidade não fossem perturbadas. A propósito deste assunto, de forma taxativa, diz o rei D. Manuel I que os "actos pubricos scolasticos se nom façam em dias de leer por se nom leixarem de leer as liçoees ordinárias"[27]. Assim, a marcação de exames, e por consequência, a concessão de graus académicos, estava sujeita a uma articulação com as atividades letivas da Universidade, já que estas cerimónias requeriam a participação em massa da comunidade académica. Aliás, o valor do rito (ou da cerimónia) repousa quase inteiramente na sua dimensão pública, o que explica o facto dos estatutos universitários na Idade Média insistirem frequentemente na abundância da assistência nos exames para concessão de grau[28].

Como referido, outra exigência normalmente feita em todas as corporações universitárias medievais, era a apresentação nestas festividades da indumentária adequada, própria da Universidade. Efetivamente, o uniforme constitui-se como uma manifestação exterior da categoria social que se integra, dos privilégios que se possui, e dos direitos de que se beneficia. Esta circunstância não era exclusiva do grupo dos letrados, pois fenómenos análogos encontravam-se também, por exemplo, nas ordens religiosas, e até na nobreza. No entanto, é talvez neste ponto, onde as diferenças regionais e locais são mais visíveis, pois cada Universidade adequava o traje às suas próprias tradições e regras[29].

---

[21] Da instituição portuguesa sobrevivam na integra três orações de sapiência próximas da cronologia em estudo: de Pedro de Meneses em 1504, de André de Resende em 1534, e de Jerónimo Cardoso em 1536.

[22] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra…*, p. 31.

[23] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra…*, p. 31.

[24] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra…*, p. 39.

[25] FERREIRA, Ana Pereira; ROCHA, Rui M. – "De oficial administrativo a agente financeiro: evolução do cargo de bedel no *Studium Generale* português (1309-1537)". *Studia Historica. Historia Medieval*, nº 37(2), p. 93.

[26] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra…*, p. 35.

[27] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra…*, p. 31.

[28] DESTEMBERG, Antoine – *L'honneur des universitaires au Moyen Âge. Étude d'imaginaire social*. Paris: Presses Universitaires de France (puf), 2015, p. 124.

[29] MOULIN, Léo – *A vida quotidiana dos estudantes na Idade Média*. Lisboa: «Livros do Brasil», 1994, p. 45.

No reino português, a respeito do vestuário académico, as considerações são genéricas, mas estão perfeitamente articuladas com as práticas que se verificavam em instituições homólogas do seu tempo, habitualmente codificadas por uma lógica cromática a partir do século XV, em função da matéria de estudo. Assim, com origem no clero secular[30] do qual provinha a maioria dos escolares e mestres na primeira fase de fundação das universidades, traduzindo novamente a matriz e génese religiosa da instituição, todos se deveriam apresentar trajando um capelo, "pequena capa com «um longo capuz a cair pelas costas», confeccionado em veludo e cetim"[31], e um barrete com uma borla de cor[32]: branca para Teologia, verde para Direito Canónico, vermelha para Direito Civil, amarelo para Medicina, e finalmente, azul para as Artes Liberais[33]. No entanto, noutras universidades medievais este código de cores apresentava ligeiras variações. Note-se, por exemplo, o caso dos estudantes de Teologia em Paris, Oxford e Cambridge, que usavam borlas pretas para se identificarem; ou os lentes de Medicina em Paris que deveriam apresentar-se com uma capa castanho-violeta. O código de cores encontrado em Portugal é claramente semelhante ao usado na Universidade de Salamanca no mesmo período[34], um sintoma provável da proximidade entre os letrados portugueses e salmantinos, entre os quais pode ter existido uma osmose de culturas e tradições, senão mesmo a absorção e adoção completa dos portugueses de hábitos do reino vizinho, ou ainda, a emulação de um modelo original comum.

Outro aspeto interessante relativamente à indumentária académica são as proibições, relacionadas com a sobriedade e dignidade que se requeriam aos escolares, cujos incumprimentos estavam sujeitos a punições, nomeadamente o confisco dos referidos bens, e nalguns casos, multas pecuniárias. Por exemplo, na Universidade de Lovaina, os trajes "não podiam ser golpeados, bicolores, às riscas ou aos quadrados, nem cobertos de desenhos laicos"[35]. A transgressão desta ordenação era punida com o pagamento de um a dois florins. Em Portugal, verificava-se uma prescrição com largas semelhanças, pelo menos no espírito da lei. A propósito da «honestidade dos vestidos», ordena D. Manuel I que os escolares "nom tragam pellotes, nem capuzes, nem barretes, nem gibõees vermelhos nem amarellos nem verdegay, nem cimtos lavrados d'ouro sob pena de perderem os dictos vestidos a metade pera ho bedel e a

[30] RASHDALL, Hastings – *The Universities of Europe in the Middle Ages*, Vol. III. Oxford: Oxford University Press, 1988, pp.385-387.

[31] HOMEM, Armando Carvalho – *O traje dos lentes: memória para a história da veste dos universitários portugueses (séculos XIX-XX)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 17.

[32] A propósito deste assunto, vejam-se as representações iconográficas deste tipo de indumentária (borlas e capelos) no Tratado Geral da Nobreza, de António Rodrigues (1508-1559), fonte praticamente coeva da universidade manuelina (DORNELAS, Afonso (ed.) – *Tratado geral de nobreza / por António Rodrigues, principal Rei de Armas Portugal de D. Manuel I*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1931).

[33] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*…, p. 39.

[34] GIEYSZTOR, Aleksander – "Gestão e recursos..." , p. 138.

[35] MOULIN, Léo – *A vida quotidiana dos estudantes na Idade Média*…, p. 45.

outra pera a guarda das scolas" [36]. Assim, os escolares e mestres deveriam apresentar-se de forma sóbria, sem ostentação de riqueza e abastança, em linha com as normativas morais pelas quais se regia a instituição, uma forma de projetar sobre a universidade, e, por extensão, sobre o seu protetor (neste caso, o rei), uma imagem de idoneidade, honra, virtuosidade e honestidade[37].

Estando devidamente aparamentados, sempre que presentes em atos públicos, os escolares e mestres deveriam estar dispostos na divisão (que podia ser nos edifícios da Universidade ou na Sé de Lisboa) de acordo com uma ordem específica prescrita pelos estatutos. Em primeiro lugar, ao centro, estaria o reitor. De seguida, estariam os mestres e doutores, mediante a ordem que se segue: "primeiro os mestres em theologia; segundo os douctores canonistas; terceyro os douctores legistas; quarto os doctores medicos; em fim os mestres em Artes"[38], perfeitamente de acordo com a hierarquia dos saberes na Idade Média. Dentro deste enquadramento por disciplinas, os lentes têm precedência sobre os demais, mas tanto os lentes como os escolares ordenam-se de acordo com a antiguidade do seu grau. Nesta organização, apenas o conservador do estudo tinha um lugar específico atribuído, precisamente depois dos doutores em Direito Civil que exercessem cátedras. Por fim, os conselheiros e deputados da Universidade, ou seja, os elementos dos órgãos de governo da instituição responsáveis pela gestão da mesma, teriam "asentos apartados em os auctos pubricos do studo" [39], estando separados da restante comunidade, presumivelmente num lugar de destaque.

Esclarecidas as prescrições genéricas que pautavam as cerimónias de concessão de grau, extensíveis a procissões, e qualquer outro ritual académico, há que considerar um conjunto alargado de disposições específicas das graduações. Assim, os estatutos universitários de D. Manuel I (c. 1503), o primeiro documento conhecido desta natureza formalmente nomeado como tal, tiveram particular atenção em regulamentar, com grande detalhe, as especificidades que envolviam os dias e cerimónias de graduação, nomeadamente os seus percursos, taxas, juramentos, elementos envolvidos e respetivas atribuições, entre outros aspetos.

2. O Dia do Juízo Final: as cerimónias de concessão de grau. Prescrições específicas.

Robert de Sorbon, teólogo francês do século XIII, notou que os dias que antecediam o exame final de um estudante universitário, para a obtenção de um grau académico, eram momentos de grande ansiedade. O teólogo deixou registado que o escolar

[36] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*..., p. 34.

[37] A propósito da normatização moral da instituição vide ROCHA, Rui M. – "O Rei, a universidade e o «bom regimento dos regnos». A normatização moral do oficialato académico nos estatutos universitários manuelinos (c. 1503)", *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Vol. 20, pp. 347-365.

[38] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*..., p. 39.

[39] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*..., p. 39.

que se preparava para o exame, não pensava em mais nada, comia pouco, dormia mal, e estudava muito. O seu aspeto deixava todos a saber que se preparava para o exame final[40]. Aos examinadores, ou arguentes, não bastaria a demonstração de um conhecimento superficial do texto, mas exigiria também a sua compreensão íntima, testada através de uma discussão. A solenidade do momento é de tal modo consciente, que pela Europa fora, nas pregações que precediam o exame, era frequente comparar aquele momento ao Juízo Final[41], paralelismo este estabelecido pelo próprio Robert de Sorbon[42] no conhecido sermão *De Conscientia*[43] aos seus estudantes.

Assim, o sistema de graus académicos certificava a aquisição de competências científicas específicas. E as cerimónias para o efeito, e respetivos exames, aferiam, com base em critérios exclusivamente intelectuais, se o candidato era digno de um título académico. Naturalmente, estes critérios, e todas as especificidades, variavam de acordo com o título que se disputava, que podia ser de bacharel, licenciado ou de doutor.

Estes dias eram pontuados por vários momentos, a maioria dos quais de natureza ritualística, próximos do ritual feudo-vassálico[44], que garantiam: 1) que o candidato cumpria os requisitos essenciais para se submeter a exame, nomeadamente a conformidade com os estatutos da universidade; 2) que não atentaria às regras da instituição; 3) a idoneidade de todo o processo; 4) a competência do candidato; e por fim, 5) o conhecimento público dessa mesma mestria e proficiência.

2.1 Os critérios de admissão a exame: os testemunhos[45].

A forma de certificar que o candidato cumpria os requisitos essenciais para se submeter a provas, que neste caso era a frequência durante um certo número de anos, prescritos estatutariamente, às aulas requeridas para o efeito (variável mediante a disciplina em que se graduava) era a apresentação de testemunhas. O candidato teria assim de apresentar provas sólidas e irrefutáveis de que frequentou as aulas necessárias para o número de anos exigidos pelos estatutos da universidade, através da apresentação de testemunhas oculares, que atestariam a sua frequência. Noutras universidades era também comum, através do mesmo tipo de mecanismo, ter que provar o total

[40] MOULIN, Léo – *A vida quotidiana dos estudantes na Idade Média*…, p. 107.

[41] MOULIN, Léo – *A vida quotidiana dos estudantes na Idade Média*…, p. 115.

[42] SOLÈRE, Jean-Luc – "«Être licencié en paradis»: a prégnance du modèle scolaire au Moyen Âge d'après un sermon de Robert de Sorbon", In JACQUET-FRANCILLON, François; KAMBOUCHNER, Denis (ed.) – *La Crise de la Culture Scolaire. Origines, interprétations, perspective.* Paris: Presses Universitaires de France, 2005, p. 61.

[43] SNELLGROVE, Harold Sinclair – *The De conscientia of Robert de Sorbon: a translation and study of the sermon as a source for the history of the University of Paris in the thirteenth century.* Durham: Universidade de Duke, 1940. Dissertação de Mestrado.

[44] VELOSO, Maria Teresa Nobre – "O quotidiano da academia…", p. 149.

[45] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*…, p. 36.

cumprimento dos estatutos e regras da instituição, e jurar que não tinha subornado qualquer potencial examinador[46]. No entanto, os estatutos manuelinos são omissos relativamente a estas questões.

Assim, para se poder submeter a provas de bacharelato em Artes, habitualmente considerados estudos menores mas importantes para o acesso a carreiras superiores, nomeadamente de jurista, médico e teólogo[47], deveria o escolar apresentar testemunhas que jurassem perante o bedel, o reitor, e o mestre ou doutor que concederia o grau, que haviam visto o candidato frequentar e assistir durante três anos às aulas da sua ciência, um leque assumidamente mais lato já que englobava as filosofias (natural e moral) e também as áreas do *trivium* (gramática, lógica e retórica)[48] e do *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música)[49]. No entanto, nem todas estas disciplinas figuravam da oferta pedagógica da universidade portuguesa no início do século XVI, já que só temos vestígios nos estatutos do ensino das filosofias, de lógica e de gramática[50]. Matemática, um produto claro da geometria, e astronomia viriam também a ser acrescentados ao currículo da universidade durante o governo manuelino, já na segunda década do século XVI[51], ainda durante a governação manuelina.

Por sua vez, por serem faculdades superiores, para obter o grau de bacharel em Teologia, Direito Civil e Canónico, e Medicina, a exigência era maior, e era requerido a frequência de aulas durante cinco anos. A acrescentar a esta exigência, e atestando a natureza preambular de uma formação em Artes, o grau de bacharel nesta disciplina era também condição obrigatória para aceder ao grau de bacharel em Medicina e Teologia também. Apenas um grau académico em Direito (canónico ou civil) dispensava este requisito.

A mesma lógica prevalecia para a obtenção do grau de licenciado – o exame privado – já que para se submeter às provas em Artes, deveria o bacharel estudar mais três anos; e no caso das restantes ciências – Teologia, Medicina e Direito Canónico e Civil – eram exigidos mais quatro anos.

Por fim, para prestar provas de doutoramento, ou seja, para se submeter a um

---

[46] MOULIN, Léo – *A vida quotidiana dos estudantes na Idade Média*..., p. 109.

[47] Em 1309, o monarca D. Dinis menciona o ensino de Retórica e Gramática nestes mesmos termos, garantindo à universidade professores destas matérias para que assegurem os conhecimentos necessários àqueles que pretenderem ascender às ciências superiores (*in facultatibus Dialetice et Gramatice ibidem doctores esse vollumus et magistros ut per alteram debitum fundamentum et per reliquam vero accuitiorem recipiant inctellectum qui ad maiores sciencias desiderant pervenire* – RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*..., p. 6).

[48] LEFF, Gordon – "O *trivium* e as três filosofias", In RIDDER-SYMOENS, Hilde de (ed.), *Uma História da Universidade na Europa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, vol. 1, pp. 307-336.

[49] NORTH, John – "O «quadrivium»", In RIDDER-SYMOENS, Hilde de (ed.), *Uma História da Universidade na Europa,* Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, pp. 337-338.

[50] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*..., p. 30.

[51] FERNANDES, Hermenegildo (coord.) – *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI.* Lisboa: Tinta-da-China. 2013, p. 373.

exame público, os estatutos não esclarecem nenhum critério, a não ser o de ter que ser previamente detentor do grau de licenciado. Por este motivo, do ponto de vista qualitativo, a licenciatura não era menos significativa que o doutoramento, mas era, no entanto, um requisito. Assim, o doutoramento não exigia a frequência de nenhuma aula, mas apenas uma demonstração pública de domínio intelectual de uma matéria. Enquanto a licenciatura era uma prova de competência científica, e portanto tinha critérios exigentes de admissão, e estava sujeita a aprovação de um corpo de doutores; o doutoramento era, na verdade, uma cerimónia de investidura[52], dispensando qualquer prova de frequência de aulas.

2.2 Os Juramentos.

Nas cerimónias de graduação, era exigido aos candidatos que prestassem juramentos antes de tomarem os graus, para assim criar simbolicamente um elo inquebrável e eterno entre o escolar e a instituição, mas também, e talvez sobretudo, como forma de defender os interesses da Universidade. Estes juramentos eram normalmente feitos durante a cerimónia de concessão de grau, recebidos em concreto pelo bedel.

Assim, os candidatos estavam sujeitos a vários juramentos, variáveis em alguns casos de acordo com a matéria em que prestavam provas, mas também o grau a que se submetiam. Independentemente do tipo de prova a que se submetiam (grau ou disciplina), os candidatos estavam sujeitos a jurar:

1. Não frequentar outra Universidade, salvo a de Lisboa, para a obtenção de graus académicos ("nom receber grão de licemciado, mestre ou doctor salvo nesta universidade")[53];

2. Cumprir e zelar pelo cumprimento dos privilégios, estatutos, e bons costumes da Universidade ("guardar os statutos e privilegios e boõs custumes desta universidade")[54];

3. Prestar auxílio à Universidade nas suas necessidades e para o crescimento da instituição ("sempre serem em ajuda, favor e augmento e homrra della")[55] e reveremcia e homrra ao mestre ou doctor de que receber ho grão");

4. Prestar reverência ao mestre ou doutor que lhe conceder o grau académico ("reveremcia e homrra ao mestre ou doctor de que receber ho grão")[56];

---

[52] LE GOFF, Jacques – *Os Intelectuais na Idade Média*. Lisboa: Gradiva, 1984, p. 95.
[53] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*..., p. 39.
[54] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*..., p. 39.
[55] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*..., p. 39.
[56] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*..., p. 39.

5. Prestar obediência ao reitor da Universidade ("obediemcia ao rector da universidade")[57];

6. Prestar reverência e respeito, nos atos académicos, aos doutores, mestres, licenciados e bacharéis mais antigos ("nos auctos scolasticos deferiram aos mestres ou doctores e licemciados e bacharees mais antigos")[58];

7. Acompanhar sempre a Universidade nas suas procissões, e implicitamente, todos os atos públicos ("jurara mais qualquer graduado de acompanhar sempre a universidade em suas procisõees se nom forem impididos per justa causa")[59];

8. Na eventualidade de virem a ocupar alguma cátedra dentro da Universidade, deveriam ensinar bem e sempre em benefício dos escolares ("E quando algum for provido d'algüa cadeira jurara de leer fielmente aos scolares e a seu proveito")[60];

Além dos juramentos anteriores, os candidatos ao grau de doutor na Universidade de Lisboa, dada a importância da preparação académica que se propunham a certificar, deveriam ainda jurar:

9. Defender a fé católica e a Santa Igreja do reino e cidade de Lisboa ("doctores juraram de defemder segundo sua possibilidade a sancta fee catholica e a madre sancta Igreja e a reepublica Christãa specialmente destes regnos e cidade"[61]);

No caso de qualquer um dos graus académicos, os candidatos na disciplina de Direito Civil, tinham uma particularidade relacionada com as competências que lhes eram conferidas pela própria instituição. Deveriam estes jurar:

10. Não advogar ou integrar qualquer procuração ou processo judicial contra a Universidade ("juraram os graduados juristas que nom acomselharam nem procuraram nem avogaram contra esta universidade e cousas della"[62]).

Desta forma, a Universidade, por altura da concessão do grau, obtinha uma garantia, pelo menos em teoria, de que os seus elementos, quando abandonassem a órbita da instituição e integrassem carreiras ao serviço de outros organismos, não

[57] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*…, p. 39.
[58] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*…, p. 39.
[59] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*…, p. 39.
[60] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*…, p. 39.
[61] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*…, p. 39.
[62] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*…, p. 39.

fossem capazes de a prejudicar, utilizando as competências que lhe foram conferidas pela mesma, nem mesmo em cumprimento da sua profissão.

Estes juramentos integravam invariavelmente, como iremos ver, as cerimónias de graduação, e serviam para defender os interesses da instituição, que assim garantia certas contrapartidas com a concessão de grau académico, nomeadamente proteger a universidade, a manutenção de uma estrutura hierarquizada pelo saber, e também um ensino de qualidade.

2.3 As cerimónias de graduação: ritos, tributos e insígnias.

2.3.1 O Bacharelato[63].

No caso do bacharelato, morando o candidato no bairro dos escolares em Lisboa (assim definido desde o final do século XV, ou seja, o espaço entre a porta de Santo André, a porta do Sol e a porta de Alfama), deveria o reitor, acompanhado pelo bedel, devidamente aparamentados e no caso do último com a sua maça para conduzir a comunidade, ir buscar o escolar à sua residência. Em procissão, toda a comunidade académica seguiria para os edifícios das escolas gerais, localizadas, de acordo com Rui Lobo, no atual Pátio dos Quintalinhos[64].

Nos edifícios das escolas, o candidato inauguraria a cerimónia com uma arenga, e depois leria a sua lição, arguida por um mestre ou doutor da ciência que se graduava. Após a discussão (*disputatio*), o candidato, com nova arenga, solicitaria a concessão do grau e procederia ao pagamento dos tributos: uma dobra de ouro para a arca da Universidade; uma dobra de ouro para o bedel; um barrete e um par de luvas para o padrinho; um par de luvas para o reitor e para os lentes que estiveram presentes na cerimónia. O candidato tinha ainda o dever de, em honra do ato público, armar as escolas gerais com panos finos. Naturalmente, a aquisição de um grau académico tinha um custo associado significativo, tanto maior quanto maior o grau.

Após o pagamento dos tributos, o mestre ou doutor que arguiu, concederia ao candidato o grau de bacharel (momento sobre o qual sabemos muito pouco). Por fim, o candidato, agora detentor do grau de bacharel, fazia os juramentos que lhe competiam, terminando com uma manifestação de gratidão a Deus e a todos os presentes. O recém bacharel, após o fim da cerimónia, escolheria o doutor ou mestre que entendesse, para que o conduzisse de novo à sua residência onde o tinham ido buscar.

---

[63] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*…, p. 36.

[64] LOBO, Rui – "As quatro sedes do Estudo Geral de Lisboa (1290-1537)", In FERNANDES, Hermenegildo (coord.) – *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, p. 287.

2.3.2 A Licenciatura[65].

Por sua vez, a cerimónia de licenciatura era de todas a mais completa e mais complexa dos três atos de graduação, pois correspondia efetivamente ao exame privado (*examen privatum*) que garantia a competência científica do candidato; ao invés do doutoramento, que através de um exame público (*examinatio publica*), garantia o conhecimento público dessa mesma competência[66].
Assim, após a apresentação de testemunhas, e consequente validação dos necessários anos de frequência do *Studium*, era assinado o dia do exame. Dois dias antes do exame, durante a manhã, o bacharel, acompanhado pelo padrinho e amigos, e também pelo bedel da Universidade, dirigia-se dos edifícios das escolas para a Sé de Lisboa, na qual assistiam à missa de Espírito Santo.

Depois desta eucaristia, o padrinho reúnia-se com o chanceler, por inerência o lente de prima de leis[67], que lhe entregava um livro da matéria estudada pelo candidato (presumivelmente dele mesmo, ou emprestada porventura da biblioteca do Estudo).

Naturalmente que os autores variavam mediante as épocas e os lugares, mas geralmente, as obras e os temas estudados seriam os mesmo entre as Universidades da rede escolar medieval. Os escolares de Artes, no caso da Lógica e Dialética, estudavam a obra de Aristóteles; para retórica seria Cícero; e para as ciências matemáticas, seria Euclides e Ptolomeu. Já na disciplina de direito canónico as obras de referência eram frequentemente as *Decretais de Gregório IX,* o *Decreto de Graciano*, e as *Clementinas*. Em direito civil, os escolares estudavam o *Digestum Vetus* e *Digestum Novum*, e uma coleção de tratadística das novelas de Justiniano, intitulada de *Volumen Parvum*. Em Medicina, os textos base para os escolares eram os textos de Hipócrates e Galeno, mas também as grandes sumas árabes de Avicena e de Averróis.[68] É de salientar que a maioria destas obras contam no inventário da biblioteca da Universidade portuguesa datado do anos trinta do século XVI[69].

Retomando a reconstituição dos rituais integrados nas cerimónias de licenciatura, o chanceler verificava se o livro não tinha quaisquer sinais ou marcas, e perante a ausência de qualquer marca de fraude, devolvia o livro ao padrinho que o abria em três partes diferentes. Destas três, o candidato deveria escolher dois temas, ou pontos, para abordar no exame final. O bedel, também presente, registava o título,

[65] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*..., pp. 36-38.

[66] Efetivamente, os graus de licenciado e doutor não tinham uma diferença qualitativa entre si, de um ponto de vista do saber, mas pressupunham intenções diferentes. O primeiro tinha uma natureza probatória, sujeita a aprovação por um corpos de doutores, enquanto que o segundo, era de carácter demonstrativo, servindo apenas para exibir as capacidades do candidato.

[67] ROCHA, Rui M. – "O Rei, a universidade e o 'bom regimento dos regnos' ...", p. 356.

[68] MOULIN, Léo – *A vida quotidiana dos estudantes na Idade Média*..., p. 95.

[69] SÁ, Artur Moreira de (ed.) – *Auctarium Chartularii Universitatis Portugalensis. 1506-1537*, Vol. 3. Lisboa: Instituto de Alta Cultura/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1979, p. 123-124 e pp. 319-322.

tema ou lei que o candidato escolheu, e enviava esse registo aos mestres ou doutores designados para arguir a lição (num número mínimo de quatro).

Após a escolha e registo dos pontos do exame final, o candidato regressava a sua casa para estudar durante o resto desse dia, e o dia seguinte até ao fim da tarde. Durante esses dois dias, deveria o bacharel enviar aos mestres ou doutores arguentes, ao reitor e ao bedel uma canada de vinho branco e outra de vinho vermelho, e uma galinha. O chanceler e o Padrinho deveriam receber os mesmos géneros em dobro durante estes dois dias.

No dia seguinte, à tarde, os arguentes, e a restante comunidade académica, conduzida pelo bedel com a sua maça, dirigiam-se da Universidade à casa do bacharel. Daí, em procissão, devidamente aparamentados, dirigem-se para a Sé, rodeados de escolares com tochas – duas para o chanceler, duas para o reitor, duas para o Padrinho, e tantas quantas necessárias para os restantes elementos, devendo entrar na Sé um pouco antes do pôr-do-sol.

Entravam em primeiro lugar, os arguentes, o chanceler, o reitor e o bedel, e sentavam-se em mesas devidamente equipadas com livros, e castiçais com as suas velas. De seguida entrava o candidato, seguido de perto pela assistência. O bacharel lia as suas lições durante duas horas, uma por cada um dos pontos escolhidos, e terminada a leitura, era solicitado ao candidato e assistência que se retirassem.

Por esta altura, era trazida uma refeição pequena (designada nos estatutos de consoada), para o chanceler e arguentes. Presumivelmente, este é o primeiro momento em que estes discutem as leituras do bacharel, e preparam a arguição. Terminada a refeição, convocavam novamente o bacharel, que se sentava lado a lado com o padrinho. Do doutor ou mestre mais novo para o mais velho, prosseguia a arguição, na qual o candidato defendia as suas teses e prestação durante a leitura e comentário de texto.

Concluída a *disputatio*, o candidato dirigia-se para a sua casa, e os arguentes reuniam com o chanceler e bedel, para discutir os méritos e deméritos do bacharel durante a arguição. O bedel, que assistia em todos estes procedimentos, daria a cada um dos arguentes dois pedaços de papel com um A e R grandes, de aprovado e reprovado, recolhendo de seguida, dentro de um barrete, o parecer de cada um dos elementos o júri. O pedaço de papel que sobrasse deveria ser destruído de forma a não poder ser lido. O barrete com os votos era então entregue ao chanceler que fazia a contagem dos votos, registados pelo bedel num auto das letras. Perante o resultado, enviava então secretamente um mensageiro a casa do bacharel para lhe revelar o resultado.

Finalmente, na manhã seguinte, o bacharel, novamente acompanhado pelo padrinho, deslocava-se a casa do chanceler, onde estariam também os arguentes. Este oficial daria então, publicamente, o veredito final, louvando a competência do bacharel, ou repreendendo a falta de estudo. Poderia em caso de reprovação, determinar que

o bacharel nunca recebesse o grau, ou não o recebesse por um determinado período. Em caso de aprovação, o bedel recebia os juramentos do bacharel, e dali, seguiam todos, novamente devidamente trajados para a Sé, onde se reúnia a comunidade em torno do recém licenciado. Todos sentados, e o bacharel de pé, arengando, pede a concessão do grau de licenciado. Terminada a arenga, colocava-se humildemente de joelhos, para que o chanceler lhe concedesse o grau. Era neste momento que lhe impunha o barrete na cabeça, símbolo do grau e da licença para ensinar em qualquer universidade da *Christianitas*.

Por fim, quanto aos tributos, o licenciado teria que dar três dobras de ouro para a arca do Estudo e dois mil reais para o bedel, em compensação dos seus serviços.

2.3.3 O Doutoramento[70].

Quanto à cerimónia de doutoramento, dirigiam-se os mestres ou doutores da faculdade do candidato, mas também todos os da Universidade que quisessem honrar o candidato, à sua casa. O licenciado, "vestido de hüa roupa roçagamte com seu capelo vestido e sem barrlete na cabeça"[71], seguia em procissão com a comunidade que se juntou a ele no bairro para a Sé de Lisboa, para ouvir a missa do Espírito Santo.

No fim da missa, a comunidade ocupava os lugares designados. O chanceler no centro, num ponto mais alto da sala, com o reitor à sua direita e todos os outros presentes de um lado e de outro da sala, de acordo com a hierarquia dos saberes. O candidato ficava sentado num ponto mais baixo da sala, sentado numa cadeira com uma mesa em frente, acompanhado de dois bacharéis ou licenciados.

O licenciado daria então início às provas com a leitura da sua lição (presumivelmente escolhida por ele mesmo), a que se seguiria de imediato a arguição, primeiro pelo reitor, brevemente, e depois, alguns mestres ou doutores da sua faculdade (embora sem ter um número mínimo descriminado como no caso da licenciatura).

Terminada a arguição, o candidato paga os tributos: luvas a todos os bacharéis, fidalgos e oficiais do estudo presentes; barretes e luvas aos licenciados e doutores, ao chanceler e ao padrinho.

Após o pagamento de tributos, um homem honrado da Universidade louvava, em latim, a competência e erudição do candidato, e em linguagem (isto é, em português) apontava alguns defeitos que considerasse pertinentes.

Como nos casos da cerimónia de bacharelato e licenciatura, o bedel recebia o juramento do licenciado, novamente de fidelidade e obediência à Universidade, como abordamos anteriormente. Concluído o juramento, o candidato era conduzido ao seu

[70] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*..., p. 38.
[71] RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*..., p. 38.

padrinho, e estando em pé, no terceiro degrau abaixo seu patrono, por meio de uma arenga, pedia a concessão do grau. Os estatutos determinam então que o padrinho, louvando também a erudição do licenciado, lhe concedesse o grau com as respetivas insígnias doutorais. E é então neste momento que o doutorando colocando-se de joelhos perante a Universidade e o padrinho, recebe dele o barrete com a borla da cor da ciência em que se doutorava, o anel, e um beijo na face – o *osculum pacis*. Em Portugal, provavelmente por ser um estudo periférico, de dimensão regional, e com recursos limitados, não era oferecido o tradicional livro, símbolo da sabedoria, encontrado nos estatutos de muitas outras universidades[72].

Erguendo-se como o mais recente doutor da Universidade, convidava toda a comunidade a juntar-se a ele para jantar, terminando assim em celebração o dia da cerimónia de doutoramento. No entanto, estavam dispensados de pagar este jantar os lentes que se doutorassem.

Além das referidas despesas, o candidato teria ainda que pagar cinco dobras de ouro para a arca do Estudo, e três mil reais ao bedel, em vez da tradicional veste forrada, prevista nos estatutos antigos[73].

Considerações finais.

A primeira conclusão a retirar deste exercício de reconstituição é que, efetivamente, os estatutos manuelinos são uma fonte útil, e na verdade, central, para o estudo das cerimónias de graduação na universidade portuguesa. Por sua vez, através da análise do documento, é também inegável a importância das cerimónias de concessão de grau académico na vida quotidiana da academia, nem que seja pela dimensão que parecem ter na economia do texto dos estatutos universitários, em que ocupa mais de um quarto do documento.

Em segundo, apesar das ligeiras variações locais e regionais em relação as mesmo tipo de fenómenos em instituições homólogas, os atos de concessão de graus académicos são essencialmente e na esmagadora maioria dos casos, semelhantes nos vários pontos da europa medieval. Existe assim uma extraordinária coesão na formulação e funcionamento das universidades, o que além de fazer antever um modelo, ou vários, comuns a todas elas, traduz uma possível correspondência e osmose entre as mesmas ao longo do tempo. Assim, o caso português, deve ser

---

[72] VERGER, Jacques – "Os Professores", In RIDDER-SYMOENS, Hilde de (ed.), *Uma História da Universidade na Europa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, Vol. 1, p. 145.

[73] Os lentes que se doutorassem estavam dispensados, tanto de pagar o jantar a toda a comunidade académica que participou na sua cerimónia de concessão de grau, como do pagamento para a arca do estudo. No entanto, qualquer lente de prima da universidade que não fosse detentor do grau de doutor, teria o prazo de um ano para o fazer, ou seja, para se submeterem a provas (RODRIGUES, Manuel Augusto – *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*…, p. 38.).

entendido sob algumas características específicas da universidade medieval: a sua forte dimensão eclesiástica, já que no caso da licenciatura e doutoramento o grau era concedido na Sé de Lisboa, e sempre precedido pela eucaristia, e o facto do próprio traje académico ser uma derivação de vestes eclesiásticas; as suas políticas protetoras, já que através dos juramentos, a Universidade fidelizava, pelo menos em teoria, o letrado à instituição; e, muito provavelmente, as suas estratégias de financiamento, já que os estes atos significavam um incremento para a arca do estudo;

Em terceiro, os percursos destes atos públicos decorrem sobretudo numa área bem circunscrita da cidade, delimitada pelos edifícios da universidade, pela catedral da cidade e pelo bairro dos estudantes.

Por fim, em quarto, em termos financeiros, nas cerimónias de graduação, os custos eram de responsabilidade total do candidato. Em dinheiro ou em géneros, os beneficiários foram principalmente os oficiais do Estudo, os padrinhos e os arguentes, além da universidade, que recebia pagamentos em dinheiro. Estas cerimónias resultavam então num pesado encargo económico e financeiro para o candidato, e num rendimento apreciável, ainda que limitado, para os beneficiários e participantes no ato.

Embora não seja a pretensão deste ensaio, outra hipótese de investigação a considerar futuramente para um melhor entendimento das cerimónias de concessão de grau na universidade medieval em Portugal, é a comparação entre as prescrições estatutárias, indubitavelmente centrais ao estudo da temática, e outros testemunhos coevos destes rituais, para assim aferir se as normas eram efetivamente aplicadas nestas cerimónias em concreto, total ou parcialmente. Isto é, será importante também comparar o quadro normativo institucional com a realidade prática das cerimónias académicas no Portugal tardo-medieval, hipótese esta consentida pelo vasto conjunto de atas dos conselhos académicos (*Auctarium Chartularii Universitatis Portugalensis*) entre 1505 e 1537 que nos chegaram até hoje. Esta documentação, entre outros aspetos, permite, a partir das marcações dos pontos e autos de exame, dos termos de frequência do Estudo, e das concessões de autorização de tomadas de grau na Universidade, perceber se os estatutos eram observados relativamente aos critérios de admissão para tomada de grau, os tempos exigidos de estudo, os percursos realizados, os temas disputados, e as atribuições dos elementos envolvidos, entre muitos outros aspetos. Por outras palavras, trata-se de conferir a efetividade prática de um quadro normativo, medindo os desvios às suas intenções, e procurando compreender as razões explicativas subjacentes às variações da norma.

Em suma, entre os vários aspetos considerados e reflexões avulsas que se foram fazendo, este breve ensaio pretendeu apenas fazer um retrato fixo no tempo de um dos dias mais significativos na vida de um escolar no final da Idade Média: o dia em que se tornava *alumnus* de uma Universidade.

Porque é o que mais a festa faz: *legislação das festas cívico-religiosas, em Coimbra, nos inícios do século XVI*

Rodolfo Petronilho Feio[1]

Resumo

O presente estudo aborda a temática das festas cívico-religiosas que se realizavam na cidade de Coimbra, nos inícios do século XVI. Centra-se, sobretudo, na produção legislativa, tanto da Coroa, como da Câmara, visando a sua organização e regulamentação. Se tivermos em conta a sua periodicidade, podemos dividi-las em dois grupos: as anuais e as ocasionais. Entre as primeiras, destaca-se, como sucede em todas as cidades do Reino, a festa do Corpo de Deus, cujo ponto alto era, naturalmente, a procissão. Além deste préstito, o município preocupa-se em legislar sobre as procissões penitenciais realizadas na Quaresma ou com as das Ladainhas. Já a Coroa, encabeçada por D. Manuel, investe, principalmente, nas procissões da Visitação de Nossa Senhora e do Anjo Custódio. Apresentando uma dimensão religiosa mais ou menos acentuada, é, por outro lado, inegável a faceta cívica destas celebrações. Observamo-la reforçada na festa de São João: a bandeira da cidade, transportada pelo seu alferes, assume um papel de destaque. Importa ainda elencar a organização do bodo de Santo António. Quanto às segundas, como seria expectável, a atenção prende-se com o planeamento das entradas régias.

Palavras-chave
Coimbra; Festas cívico-religiosas; Legislação; Poder real; Poder local.

[1] CHSC-UC, IEM – NOVA FCSH.

Porque é o que mais a festa faz: the legislation of civic-religious celebrations, in Coimbra, at the beginning of the 16th century.

Abstract

The present study approaches the theme of civic-religious celebrations that took place in the city of Coimbra, in the beginning of the 16th century. It focuses, above all, on legislative production, both by the Crown and the county, aiming at its organization and regulation. If we take into account their frequency, we can divide them into two groups: annual and occasional. Among the former, as happens in all the cities of the Kingdom, the feast of *Corpus Christi* stands out, the high point of which was, of course, the procession. In addition to this service, the municipality is concerned with legislating on the penitential processions held in Lent or with those of litanies. The Crown, headed by Manuel, invests mainly in the processions of the Visitation and the Anjo Custódio. Presenting a more or less accentuated religious dimension, the civic facet of these celebrations is, on the other hand, undeniable. We can see it reinforced at the feast of St. John: the city's flag, carried by its tenente, plays a prominent role. It is also important to list the organization of the Bodo of St. Anthony. As for the latter, as would be expected, the attention is linked to the planning of the royal entrances.

Keywords
Coimbra; Civic-religious celebrations; Legislation; Royal power; Local power.

A festa constitui um momento de exceção. Como enfatiza Maria Helena da Cruz Coelho, as celebrações "impõem-se como um meio de recomposição e de reequilíbrio dos seres humanos por dentro do dia-a-dia de vivências privadas familiares e de trabalho"[2], introduzindo, no quotidiano "uma mudança, uma moratória de tempo"[3]. O espaço urbano assume aqui uma especial relevância, como notado por Ana Rodrigues Oliveira, aparecendo como "o local tanto de exteriorização da vida individual como de festas públicas"[4]. No fundo, a rua era "projeção máxima da sociabilidade"[5]. Ora,

---

[2] COELHO, Maria Helena da Cruz – "A festa – a convivialidade", In MATTOSO, José (dir); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (coord.) – *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2010, p. 144.

[3] COELHO, Maria Helena da Cruz – "A festa – a convivialidade", p. 144.

[4] OLIVEIRA Ana Rodrigues – "A festa", In *O Dia-a-Dia em Portugal na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015, p. 224.

[5] COELHO, Maria Helena da Cruz – *Festa e Sociabilidade na Idade Média.* Coimbra: INATEL/ADDAC,

como tal, coloca-se no epicentro das principais celebrações.

É precisamente este o cenário em que decorrem as principais festas cívico-religiosas na Coimbra do primeiro quartel do século XVI, sobretudo se, como fazemos neste artigo[6], nos focarmos na produção legislativa, tanto da Coroa, como da Câmara, visando a respectiva regulação. Consequemente, é natural que a tónica esteja colocada no espaço público, em termos de espacialidade, deixando de parte as celebrações realizadas no interior dos templos. Socialmente, esse enfoque recai sobre os membros da sociedade civil, não refletindo nem a participação do clero, nem tampoco a das diversas confrarias existentes na cidade. A estas cabia também, garantidamente, a organização das suas próprias festividades, todavia, não sendo de toda a cidade e não possuindo, por isso, esse caráter de representação oficial, não se enquadravam no âmbito das preocupações das autoridades municipais.

Posto isto, seguindo, aproximamente, o ritmo do calendário cívico-religioso, encontramos elementos para a caracterização das procissões penitenciais, realizadas durante a Quaresma; das procissões das ladaínhas, mais comuns ao tempo pascal; da celebração do Corpo de Deus e das festas de determinados santos – da Virgem (concretamente no mistério da Visitação), mas também de Santo António, São João ou São Miguel, este último enquanto Anjo Custódio do Reino.

Despojada desse caráter anual, porque apenas realizada num ciclo bastante mais lato, eram as entradas régias. Trata-se de uma celebração ainda mais marcante, verdadeiramente capaz de aferir da honra da cidade. Daí o seu traço ainda mais extraordinário, requerendo uma preparação ainda mais minuciosa e cuidada.

1. As procissões da Quaresma.

Há notícia da primeira procissão dedicada ao Senhor dos Passos em Portugal se ter realizado em Lisboa, apenas em 1586[7], contudo, a prática de procissões penitenciais, realizadas nas sextas-feiras da Quaresma, parece ser bastante mais antiga. De facto, já no século XVI se evidencia a antiguidade destas procissões em Coimbra[8].

A informação registada no *Livro I da Correia* – o livro de posturas e acordos da cidade, compilado, entre 1506 e 1523, pelo escrivão da Câmara de Coimbra, Onofre da Ponte[9] –, é reveladora da importância das procissões penitenciais, onde toda a

1994, p. 22.

[6] Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *MedCrafts* – "Regulamentação dos mesteres em Portugal nos finais da Idade Média: séculos XIV e XV", Ref.ª PTDC/HAR-HIS/31427/2017.

[7] Cf. *Procissão do Senhor dos Passos (Florianópolis, SC): dossiê de registro*. NIZZOLA, Liliane Janine (coord.). Santa Catarina: *IPHAN-SC*, 2018, pp. 29-30.

[8] *LIVRO 1 da Correa: legislação quinhentista do município de Coimbra*. Transc. José Branquinho de Carvalho. Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra, 1938, p. 172.

[9] Para uma caracterização crítica do mesmo veja-se FEIO, Rodolfo Petronilho – "*D'as coisas da honra da*

cidade devia tomar parte, sendo obrigação ir uma pessoa de cada casa. Relativamente à periodicidade, realizavam-se em cinco das sextas-feiras da Quaresma. Embora não seja claro, parece-nos seguro que esses préstitos saíssem sempre da catedral dirigindo-se cada semana, a um templo diferente: na primeira ao mosteiro de Santa Clara; na segunda ao mosteiro de São Francisco; na terceira ao mosteiro de Santa Ana; na quarta ao mosteiro de São Domingos e na quinta à ermida do Santo Espírito[10].

Nas três primeiras semanas víamos, portanto, a procissão cruzar o Mondego atravessando primeiro a velha ponte romana, restaurada por D. Afonso Henriques e no século XIV, e depois a nova ponte erguida às ordens de D. Manuel I, em 1513[11] (cf. **Fig. 1**). Na quarta semana, a procissão rumava à parte baixa da cidade, atravessando os arruamentos onde os principais mesteirais laboravam e na quinta, tomando o sentido inverso, com um percurso muito mais rural, atravessando vinhas e olivais, chegava à capela do Espírito Santo, nas cercanias de Santo António dos Olivais[12].

2. As ladainhas.

As procissões ditas das ladainhas, tirando o caráter vincadamente penitencial das primeiras, não difeririam muito das anteriores. E pese embora o ambiente mais campesino muitas vezes associada à realização das ladainhas, elas também decorriam em meio urbano. A prática é remota e era, sobretudo, reforçada em momentos em que, por diversas circunstâncias, não poucas vezes recorrente de catástrofes naturais (secas, cheias ou terramotos) ou devido ao grassar de uma epidemia se organizavam estas procissões, também conhecidas como rogações. As anuais, realizavam-se, sobretudo, no mês de maio, durante o tempo pascal ou em torno da festa da Ascensão do Senhor.

Os registos compilados no *Livro da Correia* dão conta da realização destas procissões durante três dias. Mais uma vez, saíam da catedral. A do primeiro dia passava pelas igrejas e mosteiros de São Cristóvão, na Alta, de São Bartolomeu e Santa Cruz, na Baixa, e de São Francisco, Santa Isabel e Santa Ana, na margem esquerda do Mondego, terminando com missa e pregação neste último[13] (cf. **Fig. 1**). No segundo dia, a procissão descia apenas à Baixa, passando pelas igrejas de Santiago e Santa Justa,

cidade: elementos para o estudo da produção documental na Câmara de Coimbra nos inícios do século XVI", In ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, Gonçalo Melo da (coord.) – *Governar a Cidade na Europa Medieval*. Lisboa/Castelo de Vide: Instituto de Estudos Medievais/Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2021, pp. 41-60.

[10] *LIVRO 1 da Correa*, p. 172.

[11] Sobre a ponte sobre o Mondego veja-se ALARCÃO, Jorge de – *As Pontes de Coimbra que se Afogaram no Rio*. Coimbra: Ordem dos Engenheiros, 2012.

[12] Embora deslocada do centro da cidade, a ermida do Espírito Santo era ponto de grande devoção e atração religiosa na cidade. Edificada ou reedificada nos finais do século XIV, no reinado de D. Fernando, entre outras, ali se realiza, anualmente, uma romaria organizada pelo cabido da catedral, na segunda-feira do Pentecostes (VASCONCELOS, António de – "Ermida do Espírito Santo". *Correio de Coimbra* (19 Mar. 1932), p. 2.

[13] *LIVRO 1 da Correa*, p. 172.

Figura 1 – Localização dos principais templos e edifícios públicos no tecido urbano de Coimbra (séculos XII-XIV). Reproduzido de COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Município de Coimbra: monumentos fundacionais*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra/Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 58.

para terminar, com missa e pregação, no mosteiro de São Domingos, junto da margem do Mondego[14] (cf. **Fig. 1**). No último dia, a procissão limitava-se à parte Alta da cidade, passando pela igreja de São Pedro, pela ermida de São Brás, pela igreja de São Salvador para regressar à sé onde se celebrava e pregava nesse dia[15] (cf. **Fig. 1**).

À semelhança das anteriores, também estas eram procissões obrigatórias, pelo que, como nas da Quaresma, era também obrigatória a participação de, pelo menos, um morador de cada casa.

O seu caráter oficial sai reforçado pelo facto da sua organização estar a cabo dos almotacés. Os vereadores definem, inclusivamente, uma coima de 400 reais, caso aqueles magistrados o não assegurassem[16].

Na mesma linha, procurando também garantir não apenas a participação nos atos litúrgicos, mas igualmente a sua dignidade e decência, aprovam-se diversas posturas. Proíbe-se que, nos dias destas procissões, as tendas abrissem entre as 7h da manhã e o final da procissão, ou que os mesteirais trabalhassem durante esse período,

[14] *LIVRO 1 da Correa*, p. 172.

[15] *LIVRO 1 da Correa*, p. 172.

[16] *LIVRO 1 da Correa*, p. 54. Atente-se ainda nas informações contantes do título dedicado aos almotacés, neste mesmo livro, pp. 292-299.

antes recomendando a participação de todos nesses piedosos atos[17]. Além disto, os moradores das ruas em que as procissões passavam eram também obrigados a varrê-las. Para todos estes casos, a pena estabelecida é de 100 reais. Já a não comparência de pessoas honradas justificava uma coima de 200 reais[18].

As autoridades municipais preocupam-se ainda em garantir que o sino da câmara era tocado às 7h da manhã para que todos, a essa hora, pudessem encerrar os seus estabelecimentos[19].

3. A festa do Corpo de Deus.

A festa do Corpo de Deus era a festa das festas e a sua procissão, a procissão das procissões[20]. Não se estranha, por essa razão, que seja aquela sobre a qual se colhe maior número de elementos entre as disposições municipais então emanadas. Na verdade, à festa do Corpo de Deus era inclusivamente reservado um título inteiro no livro de posturas e acordos.

Embora seja, habitualmente, considerada a data de 1517 como a da produção do célebre *regimento da Procissão do Corpo de Deus,* a verdade é que, analisado o livro em que o mesmo se encontra preservado, nos parece plausível que o seu conteúdo seja anterior, tendo-lhe, isso sim, sido acrescentada uma nova disposição, relativa àqueles que não integrassem a procissão nos lugares que lhes estavam reservados, a 10 de junho de 1517, num momento em que o regimento já estava terminado[21]. A par com o *Regimento das Procissões de Évora,* datado de cerca de 1482, constituem os dois exemplares mais recuados deste tipo de legislação conservados em Portugal. Note-se, porém, que, ao contrário do de Coimbra, o regimento de Évora não é, pelo menos à partida, exclusivo da procissão do Corpo de Deus devendo, igualmente, ser utilizado para a organização das demais procissões cívicas de que a cidade era palco: a procissão da batalha de Toro, a procissão do milagre da cera e a procissão da batalha

---

[17] *LIVRO 1 da Correa*, p. 54.

[18] *LIVRO 1 da Correa*, p. 54.

[19] *LIVRO 1 da Correa*, p. 54. A importância do toque dos sinos da torre da Câmara, na orgaização do quotidiano urbano, é, de resto, evidente ao analisar-se o conteúdo do "título a que horas se há-de correr o sino da cidade", p. 171.

[20] Sobre a importância da festa do Corpo de Deus, tendo em conta diversos enfoques de análise, vejam-se, por exemplo, GONÇALVES, Iria – "As festas do "Corpus Cristi" do Porto na segunda metade do século XV. A participação do concelho". *Estudos Medievais* 6/7 (1984/85) pp. 69-89; BARROS, Amândio Jorge Morais – "A Procissão do Corpo de Deus no Porto nos séculos XV e XVI. A participação de uma confraria." *História* 10 (1993) pp. 117-136; SERFAFIM, Paula Leal – "Finanças e religiosidade na Procissão do Corpo de Deus de Lisboa". *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa* 8 (2005) pp. 18-37; SANTOS, Beatriz Catão Cruz – "A procissão de *Corpus Christi* e os ourives. Lisboa e Porto, séculos XVII e XVIII". *Lusitania Sacra* 32 (Julho-Dezembro 2015) pp. 241-263 e CASTRO, Tiago de Martinho Simões Machado de – "Obrigação e vontade na procissão do Corpo de Deus: relação entre ofícios civis e militares à luz de uma resposta régia à Câmara de Lisboa". *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa* 2 (2ª série) (2014) pp. 39-53.

[21] Cf. *LIVRO 1 da Correa*, p. 163.

de Aljubarrota[22]. Ora, e não obstante o regimento de Coimbra ser depois utilizado para organização de outras procissões (veja-se, em baixo, as procissões das festas da visitação de Nossa Senhora e do Anjo Custódio), a verdade é que quando é aprovado é destinado, pelo menos no seu enunciado, unicamente à procissão do Corpo de Deus.

O seu conteúdo já foi alvo de diversas análises, como a de Ana Rodrigues Oliveira[23], pelo que bastará reter que nele se estabelece, por um lado, o lugar que cada grupo deve ocupar no préstito e, por outro, os adereços que cada grupo socioprofissional deve fornecer, conforme demostra o esquema apresentado[24] (**Figs. 2, 3 e 4**).

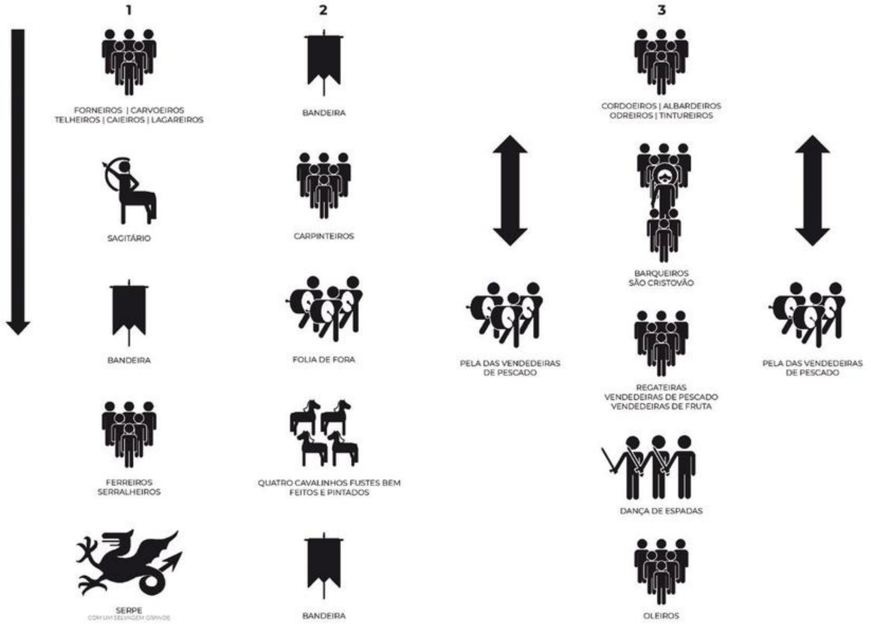


Figura 2 – Organização dos grupos socioprofissionais na procissão do Corpo de Deus de Coimbra – I. Elementos da representação gráfica realizados por Rita da Providência Wolters.

[22] BARATA, Filipe Themudo – "Organizar a procissão nos finais do século XV. O lugar de cada um e do grupo na cidade", In VILAR, Hermínia Vasconcelos; BARROS, Filomena Lopes de (Ed.) – *Categorias Sociais e Mobilidade Urbana na Baixa Idade Média*. Lisboa/Évora: Edições Colibri/CIDEHUS-UE, 2012, pp. 187-194.

[23] OLIVEIRA Ana Rodrigues – "A festa", pp. 231-233. O regimento foi, originalmente, publicado por RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudência Ecclesiastica e Civil de Portugal*. Tomo IV, parte II. 2ª ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1867, pp. 240-245.

[24] Agradecemos à Rita da Providência Wolters todo o empenho que colocou na representação gráfica dos elementos da procissão do Corpo de Deus. Cf. *LIVRO 1 da Correa*, pp. 158-163.

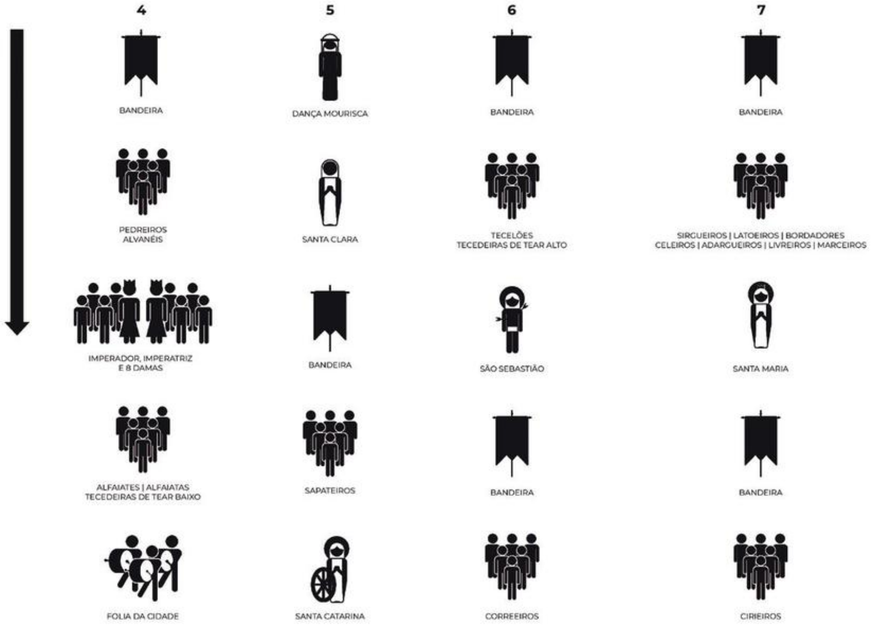


Figura 3 – Organização dos grupos socioprofissionais na procissão do Corpo de Deus de Coimbra – II. Elementos da representação gráfica realizados por Rita da Providência Wolters

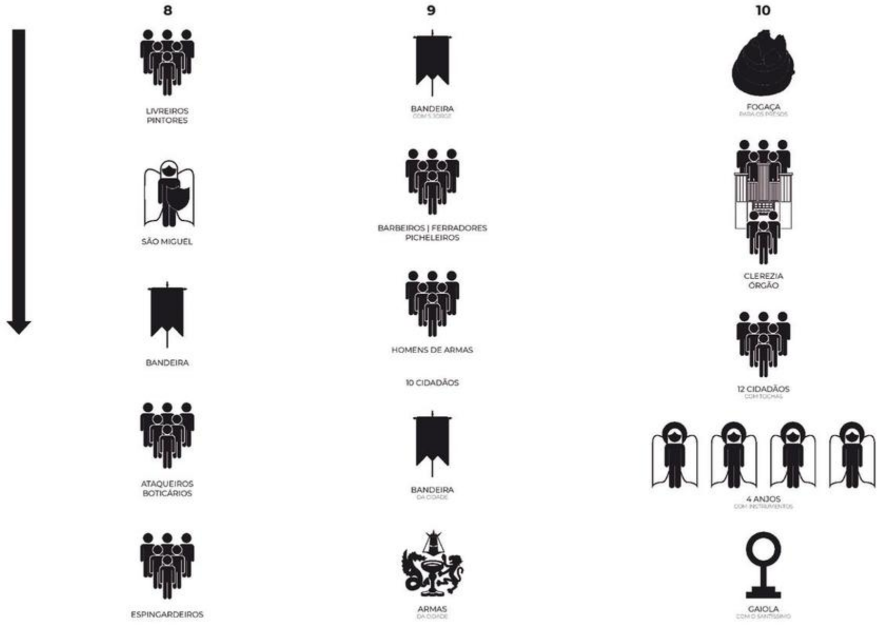


Figura 4 – Organização dos grupos socioprofissionais na procissão do Corpo de Deus de Coimbra – III. Elementos da representação gráfica realizados por Rita da Providência Wolters.

Aos grupos formados por ferreiros e serralheiros; carpinteiros; cordoeiros, albardeiros, odreiros e tintureiros; pedreiros e alvanéis; sapateiros; tecelões e tecedeiras de tear alto; correeiros; cirieiros; ataqueiros; barbeiros e ferradores é, por exemplo, exigido que se fizessem acompanhar de uma bandeira, invariavelmente adjetivada como boa ou rica.

Alguns destes grupos deviam também fornecer a imagem de determinado santo – possívelmente o patrono da respetiva corporação – ou, talvez com maior propriedade, um quadro cénico que o figurasse. Os barqueiros deviam fornecer uma imagem de São Cristóvão, os sapateiros um quadro com Santa Clara, os tecelões e tecedeiras de tear alto, um com Santa Catarina, os correeiros um com São Sebastião, os cirieiros um com Santa Maria e os ataqueiros um com São Miguel e dois diabos. Contrariamente aos demais, e ao que acontecerá nos séculos posteriores, a representação de São Jorge se não fazia em figurantes, nem em escultura, mas apenas pintada na bandeira que barbeiros e ferradores deviam fornecer.

Outras cenas representadas eram o sagitário preparado por ferreiros e serralheiros, a serpe dada pelos carpinteiros, quatro cavalinhos de madeira disponibilizados por cordoeiros, albardeiros, odreiros e tintureiros, e uma cena com um imperador, uma imperatriz e 8 damas, fornecida por alfaiates, alfaiatas e tecedeiras de tear baixo. Acrescem ainda alguns números de dança como as da judenga, a mourisca e a de espadas, preparadas, respetivamente por forneiros, carvoeiros, telheiros, caieiros e lagareiros; sapateiros; e oleiros. As regateiras, vendedeiras de pescado e vendedeiras de fruta deviam dar duas pelas que percorressem desencontradamente o corpo da procissão, que era ainda acompanhada por duas folias, ordenadas pelos oficiais da Câmara, e vários órgãos portáteis, além de outros instrumentos como tamboris, gaitas ou violas.

Tanto as pelas, como a serpe, deviam também percorrer as ruas da cidade na véspera da procissão, como forma de a anunciar.

Relativamente às coimas presentes no regimento, elas são quase todas taxadas nos 500 reais, sendo imputadas aos juízes dos ofícios aos quais faltasse algum dos elementos que deviam apresentar. Como dissemos, posteriormente, a 10 de junho de 1517, determinou-se o valor devido pelos que não integrassem a procissão nos lugares que lhes estavam determinados, e nos quais seriam orientados pelos regedores da cidade: 200 reais de escudeiro para cima e 100 de peão para baixo[25].

Acrescem ainda um conjunto de normas, bastante especificas, que determinam e/ou esclarecem outros aspetos práticos da procissão. Os espingardeiros, por exemplo, deviam fazer três salvas de tiros durante a procissão: à saída e entrada da gaiola na Sé

[25] *LIVRO 1 da Correa*, p. 163.

e quando esta chegasse ao terreiro do mosteiro de S. Domingos.

Posto isto, devemos notar a ausência de alguns setores profissionais que não se fizeram notar no cortejo. Falamos, sobretudo, dos carniceiros e dos ourives. Embora, neste momento, não consigamos avançar uma hipótese explicativa segura que justifique estas ausências, é interessante notar que, no regimento das procissões de Évora, estes grupos correspondem precisamente aos estremos da procissão que, sendo aberta por carniceiros e enxerqueiros, era encerrada por ourives e picheleiros[26].

O *Livro da Correia* contém ainda o conteúdo do pregão que se devia lançar um ou dois dias antes do dia da festa, relembrando as obrigações gerais, bem como as respetivas coimas[27]. Iniciando-se com a célebre expressão "ouvide o mandado do juiz e regedores da cidade", ordenava, entre outros aspetos, que os juízes e mordomos dos ofícios devia estar na Sé, pelas 7 horas da manhã, com todos os elementos cénicos que lhes cabiam apresentar; que todos os mesteirais eram obrigados a acompanharem a sua bandeira, devendo reunir-se, manhã cedo, na casa do seu juiz. Além disto, anunciava-se também a obrigação dos moradores da rua Direita limparem e engalanarem a rua, com ramos e espadanas nas portas e panos nas janelas; bem como a obrigação de todos aqueles que dariam touros de garantir que estes seriam encerrados na praça no tempo oportuno.

O regimento que estabelece as funções do alferes da cidade esclarece também que lhe competia transportar a bandeira da cidade na procissão do Corpo de Deus, bem como em todas as outras em que o concelho ordenasse a presença do seu estandarte[28].

Outro elemento de grande importância era a gaiola onde o Santíssimo Sacramento era processionalmente transportado[29]. Torna-se, consequentemente, o epicentro de toda a celebração. Grande parte do regimento do *marcador e afilador das fangas e meios alqueires, quartas e selamins*, é precisamente dedicado aos cuidados que este devia ter na limpeza, transporte, conservação e ornamentação dessa alfaia, encargo pelo qual a cidade lhe pagava 400 reais anuais[30]. A supervisão desse trabalho cabia ao procurador do concelho[31]. Este oficial devia também organizar os jantares

---

[26] Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos de vida quotidiana.* 6.ª ed., Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, pp. 169-170. Oliveira Marques, por seu turno, destacou a ausência de importantes mesteres como tanoeiros, cordoeiros, calafates, caldeireiros e peleteiros no ordenamento das procissões de Évora.

[27] *LIVRO 1 da Correa*, pp. 163-164.

[28] *LIVRO 1 da Correa*, p. 241.

[29] *LIVRO 1 da Correa*, p. 251.

[30] Cf. *LIVRO 1 da Correa*, pp. 250-252. O texto é de tal forma minucioso que nos informa, por exemplo, que a gaiola devia ser limpa e enfeitada, com cravos e rosas, na nave lateral da Sé em que ficava a pia batismal, e depois de ornamentada colocada ao centro da nave central. O afilador devia permanecer junto dela durante toda a procissão garantindo o seu correto e solene transporte, que se fazia aos ombros, à maneira de andor, devendo acompanhar quem a carregava com paus ferrados que permitissem o seu descanso. Além disto, devia ainda contratar um homem que colocasse bancos nos locais onde a procissão costumava parar, nomeadamente na Calçada e no mosteiro de São Domingos, para sobre eles se colocar a gaiola.

[31] *LIVRO 1 da Correa*, p. 270. Tento em conta o mau estado de conservação em que a gaiola se encontrava,

das festas ordenadas pela cidade[32], contratar os pregadores para as celebrações[33] ou mandar apanhar os ramos utilizados para ornamentação de ruas e igrejas[34].

Também o porteiro da Câmara assumia diversas tarefas, sobretudo de caráter logístico, na organização da festa do Corpo de Deus, discriminadas no regimento do seu ofício[35]. Entre elas, com o apoio de dois outros homens, devia entregar as tochas que acompanhavam o Santíssimo Sacramento aos cidadãos que os vereadores escolhessem; fazer a compra dos produtos para os jantares ordenados pela cidade, bem como a entrega dos mesmos em casa dos vereadores e demais oficiais; engalar a Sé na manhã do dia da procissão; transportar metade das cadeiras em que os oficiais da cidade de sentavam, na igreja da São Domingos, quando a procissão ali parava; entregar e recolher as varas dos oficiais da cidade; além de dever permanecer sempre atento a fim de prover ao que mais pudesse ser necessário.

As autoridades municipais vão ainda preocupar-se com a preservação das bandeiras que os mesteres da cidade transportavam[36]. Dando-se conta de que se haviam feito bandeiras novas, em seda, determina-se, a 4 de maio de 1521, que, para que as mesmas se conservassem, deveriam ser confiadas ao escrivão da Câmara e guardadas numa arca da Câmara, deixando de estar à guarda do juiz de cada ofício[37]. Sublinha-se ainda que as bandeiras novas deviam estar "metidas e dobradas nas velhas", e que, caso chovesse no dia em que deviam ser utilizadas, se deveria optar pelas velhas, para não danificar as novas.

4. O bodo de Santo António.

A tradição da realização de bodos, por ocasião das festas dos santos, muitas vezes no seio de uma confraria, quando venerava o seu patrono, é bastante comum. Assim se cumpria o preceito evangélico, englobado pelas obras de misericórdia, de dar de comer a quem tem fome e dar de beber a quem tem sede. Por razões talvez decorrentes das atribuições do mártir S. Sebastião, advogado contra a peste e a guerra, mas também contra a fome, os bodos realizados em sua honra assumiam particular importância

---

a 10 de maio de 1529, a Câmara entrega o seu restauro a Manuel Vicente, pintor, por 1000 reais (*LIVRO 1 da Correa*, p. 299-300).

[32] *LIVRO 1 da Correa*, p. 269.

[33] *LIVRO 1 da Correa*, p. 270.

[34] *LIVRO 1 da Correa*, p. 270.

[35] *LIVRO 1 da Correa*, pp. 302-304.

[36] De acordo com a informação veiculada no regimento da procissão haveria 10 bandeiras de ofícios (cf. *LIVRO 1 da Correa*, pp. 158-163).

[37] *LIVRO 1 da Correa*, pp. 173-175. Estabelece-se que o escrivão da Câmara entregaria as bandeiras ao juiz do ofício quando elas fossem necessárias, devendo ser devolvidas ao outro dia da festa, sob pena de 50 reais. Com as bandeiras deviam também guardar-se as varas em que as mesmas se colocavam, devendo o escrivão da Câmara fazer um livro, que guardaria na mesma arca das bandeiras, em que anotasse quantas bandeiras lá estavam, a que mesteirais pertenciam e que divisas tinham.

tendo permanecido em diversas partes do território nacional até à atualidade[38].

Na Coimbra quinhentista, assumia particular importância, o bodo de Santo António. A figura de Santo António está, de resto, estreitamente ligada a esta cidade. Como os seus biógrafos e hagiógrafos têm procurado pôr em destaque, foi em Coimbra que Fernando de Bulhões se transformou em António[39]. Por outro lado, embora não seja uma tradição exclusiva desta cidade, a distribuição do chamado *pão de Santo António* é uma prática que permanece até aos nossos dias. Ainda na atualidade, no dia 13 de junho, nas igrejas do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e de Santo António dos Olivais, espaços físicos ligados à permanência do santo na cidade, no final das missas se distribui pão, previamente abençoado, aos fiéis. À semelhança do que se regista (e registava) em numerosos outros pontos do país, em relação à distribuição destes géneros alimentares, o pão distribuído, ao ser abençoado, não funciona apenas como alimento, mas também como uma espécie de relíquia com poderes taumaturgos. Atente-se nas palavras de Frei Agostinho de Santa Maria que, no final do século XVII, se refere a esta prática por ocasião da festa de Nossa Senhora do Cardal, realizada em Pombal, e ainda hoje, justamente, chamada *Festa do Bodo*, que afirma, expressamente, que "também com os pedaços do seu bolo são muytos, & contínuos os milagres"[40].

A documentação conservada regista a realização deste bodo no século XVI, embora pareça certo que fosse mais antigo. Tendo em conta a anterior proibição destas manifestações, D. João III emitiria uma provisão, a 5 de abril de 1536, autorizando os oficiais e cidadãos de Coimbra a organizarem a celebração, junto do mosteiro de Santo António dos Olivais, onde o santo "pesoalmente resedio e viveo em sua vida"[41].

Depreende-se que o bodo era organizado por um juiz e alguns mordomos e confrades, que, previamente, realizavam um peditório para esse efeito. O monarca determina que era imprescindível à autorização que um quarto do valor arrecadado fosse destinado à conservação da chamada "Casa do Santo" ou despendido em missas[42]. Devia também fazer-se um livro de receita e despesa onde tudo se registasse.

---

[38] No concelho de Coimbra documenta-se também, por exemplo, a realização de um bodo em São Martinho de Árvore, no dia de Finados, a 2 de novembro, tendo para esse efeito sido vinculados uma série de bens que, posteriormente, proibido o bodo, D. João III daria ao concelho de Coimbra para sustentação dos enjeitados (Lisboa, Torre do Tombo, *Feitos da Coroa, Capelas da Coroa,* livro 2, fl. 241-243v).

[39] A mero título de exemplo, atente-se em *Congresso Internacional Pensamento e Testemunho: 8.º centenário do nascimento de Santo António; actas.* Lisboa: Universidade Católica Portuguesa/Família Franciscana Portuguesa, 1996 ou no catálogo da exposição *De Fernão se fez António: exposição jubilar dos Mártires de Marrocos e de Santo António.* Org. Comissão do Jubileu dos Mártires de Marrocos e de Santo António, Museu Nacional de Machado de Castro e Museu Nacional de Arte Antiga; Coord. Ana Alcoforado. [S.l.]: [s.n.], [2020].

[40] SANTA MARIA, Agostinho de – *Santuário Mariano e História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora e das milagrosamente aparecidas que se veneram em o arcebispado primaz de Braga e nos bispados seus sufragâneos.* Lisboa: na oficina de António Pedroso Galrão, 1712, p. 466.

[41] Coimbra, Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, *Pergaminhos*, nº 120.

[42] Coimbra, Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, *Pergaminhos*, nº 120.

Além disso, ordenava-se também a realização de um peditório pelos lugares do bispado, para o bodo, no dia da festa, constituído por pão e vinho, e para as missas, a rezar durante o ano, todas as quartas-feiras, no Convento de São Francisco, e na véspera e no dia de Santo António, na Casa do Santo[43], em Santo António dos Olivais.

5. A festa de S. João.

Muito mais do que uma festa religiosa, como em tantos lugares do país ainda hoje acontece, a festa do nascimento de S. João Batista, comemorado a 24 de junho, era essencialmente uma manifestação cívica, de caráter muito popular. A sua importância em Coimbra é atestada no título do *Livro da Correia* que detalha as obrigações do alferes da cidade, uma vez que lhe competia o transporte da bandeira da cidade que era, como designámos esta comunicação, "o que mais a festa faz"[44]. Além disso, o alferes devia ainda distribuir bebidas durante os dias da festa, pagas à sua custa, com os rendimentos que retirava do julgado dos órfãos que, para esse mesmo efeito, lhe andavam, normalmente, consignados[45].

Ao contrário da festa do Corpo de Deus, e de algumas das outras que analisaremos, da festa de São João não constava qualquer procissão, antes duas cavalgadas ou cavalhadas, uma no dia 23 de junho e outra no dia 24, em que o estandarte da cidade percorria as ruas antes de ser, simbolicamente, oferecido ao Santo Percursor, venerado em duas igrejas: São João de Santa Cruz, na Baixa, e São João de Almedina, na Alta[46] (cf. **Fig. 1**).

O alferes, que organizava a festa, devia convidar "os cidadãos e gente honrada" a assistirem ao ofício de vésperas, celebrado na igreja onde a bandeira tivesse sido colocada. Terminada a oração devia percorrer a cidade com a bandeira e findo o percurso dirigir-se à sua residência onde a bandeira ficaria hasteada em lugar de destaque. Cabia-lhe então distribuir as bebidas que, para isso, tinha preparadas[47].

Ao outro dia, manhã cedo, voltaria a percorrer a cidade com o estandarte, até à hora da missa, celebrada na mesma igreja. No final do dia, repetiam-se os procedimentos do dia anterior: vésperas, nova cavalhada e distribuição de bebidas[48].

Preocupados com a possibilidade do alferes ser pessoa de idade e, como tal, não poder correr a cidade como se requeria, e como tal, impedir a realização da festa, a dada altura – cronologicamente imprecisa, mas posterior ao registo das anteriores

[43] Coimbra, Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, *Vereações*, nº 7, fl. 6.

[44] *LIVRO 1 da Correa*, p. 241.

[45] *LIVRO 1 da Correa*, p. 241.

[46] Para esse efeito, no dia 23 de junho o escrivão da Câmara que tinha a seu cargo a guarda da bandeira, devia deixá-la num desses templos: caso o alferes morasse no arrabalde, ficaria em Santa Cruz, se, pelo contrário, fosse morador na Almedina, ficaria naquela igreja.

[47] *LIVRO 1 da Correa*, pp. 241-242.

[48] *LIVRO 1 da Correa*, p. 242.

disposições, visto corresponder a um acrescento, com letra diferente –, as autoridades preveem a possibilidade de ser um dos vereadores a transportar a bandeira ou, caso nenhum aceitasse o encargo, um cidadão honrado para esse efeito mandatado[49]. Como é comum neste género de legislação, estabelece-se uma pena para o incumprimento, isto é, para quem corresse a cidade com a bandeira, sem para isso ter autorização: pena de prisão e o oneroso pagamento de 50 cruzados[50].

6. A festa da visitação de Nossa Senhora.

O caráter oficial da festa da visitação de Nossa Senhora foi instituído por D. Manuel I, por carta de 27 de maio de 1516, endereçada ao corregedor da comarca da Estremadura e por este remetida aos juízes e justiças da Correição[51]. A ênfase que o monarca coloca no culto de Nossa Senhora não é de estranhar, sobretudo, se tivermos em conta a longa tradição do culto da Virgem em Portugal e, em particular, entre os membros da família real[52].

Na própria missiva se determinava que os oficiais do concelho deviam fazer trasladar a carta para os livros da Câmara, sintoma da importância que foi atribuída à celebração, a realizar, anualmente, no dia 2 de julho, festa da Visitação de Nossa Senhora[53]. Embora a carta date do final de maio, e a carta do corregedor que a continha trasladada e que foi enviada dos concelhos, date apenas de 11 de junho, a procissão devia ser, pela primeira vez, organizada ainda nesse ano de 1516.

Previa-se que, no essencial, a procissão fosse "o mais solenemente que possa e como se faz no dia do Corpo de Deus"[54]. Determinava-se que se transportasse uma imagem de Nossa Senhora, bem como algumas relíquias, sob o pálio, como a participação do clero "com as cruzes e ornamentos mais solenemente que puder". Como habitualmente, é requerida a participação do povo, embora, pelo menos da carta régia, não constem mecanismos para assegurar essa participação.

7. A festa do Anjo Custódio do Reino.

Tal como na anterior, também o caráter oficial da festa do Anjo Custódio do Reino, foi instituído por D. Manuel I, desta feita por carta de 6 de junho de 1504, remetida aos próprios juízes, vereadores, procurador e cidadãos de Coimbra[55].

---

[49] *LIVRO 1 da Correa*, p. 242.

[50] *LIVRO 1 da Correa*, p. 242.

[51] *LIVRO 1 da Correa*, p. 169.

[52] Veja-se, por exemplo, COSTA, Avelino de Jesus da – "A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média". *Lvsitania Sacra* 2 (1957), pp. 7-49.

[53] *LIVRO 1 da Correa,* p. 169.

[54] *LIVRO 1 da Correa*, p. 169.

[55] *LIVRO 1 da Correa*, p. 167.

Embora esse cuidado não tenha sido expresso na carta régia, ao contrário do que acontecerá com a da procissão de Nossa Senhora, a verdade é que também neste caso se optou por trasladá-la para o livro de posturas e acordos da Câmara.

Instituída para o terceiro domingo de julho, a festa devia, além "da muita solenidade", ser constituída por uma "devota e solene procissão". O modelo para a organizar era o mesmo de sempre: a do Corpo de Deus. Insistindo na "muita honra e devoção" de que desejava ver a procissão revestida, o monarca encomenda que ela fosse o mais solene possível, mais uma vez, "mandando ao povo que vá à dita procissão".

Devia ainda ser encomendada uma bandeira, com a figura do Anjo pintada "na maneira que está em cada um dos ofícios que são imprimidos para se resar em este dia" e a legenda "Christus Regni civitates Colimbriensis", que o alferes da cidade devia transportar [56], em lugar de honra, "detrás de todas as cruzes".

Face ao desejo do monarca, as autoridades municipais estabelecem também um conjunto de normas para melhor organizarem a procissão. O modelo é, já o dissemos, o Corpo de Deus. Assim, determinam que na procissão se deviam integrar "todas as bandeiras dos ofícios (…) com todos os oficiais de seus ofícios". Deviam também levar alguns dos adereços a que eram obrigados para o Corpo de Deus, nomeadamente bandeiras, castelos e entremezes, bem como ocupar o mesmo lugar no cortejo[57].

O concelho, por sua vez, comprometia-se também a organizar as duas folias, "como as manda fazer dia do Corpo de Deus", pagando um vintém a cada um dos seus membros, tal como aos tambores e tamborins que deviam integrar o préstito. A par disto, mandaria ainda "alimpar e despejar as ruas e espadanar e deitar panos às janelas"[58]. Estabelece-se ainda o itinerário para a procissão que, seguramente saindo da sé, devia ir até ao mosteiro de Santa Clara, na margem esquerda do rio[59].

8. As entradas régias.

Se todas as festas a que nos referimos até aqui tinham uma periocidade anual, a entrada régia tinha um caráter verdadeiramente excecional. Assim, sendo um momento particularmente importante, não estranha que as autoridades municipais lhe dediquem uma especial atenção[60].

---

[56] Encontra-se também confirmado no *LIVRO 1 da Correa*, p. 241.

[57] *LIVRO 1 da Correa*, p. 168.

[58] *LIVRO 1 da Correa*, p. 168.

[59] *LIVRO 1 da Correa*, p. 168.

[60] Para uma primeira aborgem ao tema atente-se em ALVES, Ana Maria – *As Entradas Régias Portuguesas: uma visão de conjunto.* Lisboa: Livros Horizonte, 1986. Outros contributos podem ser encontrados em GOMES, Rita Costa – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995 ou, para o concreto do cerimonial manuelino, em COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe*

Uma das grandes preocupações que se denota na análise do *título de que maneira hão-de receber El-Rei ou a Rainha* e príncipes *nossos senhores quando vierem à cidade*[61] é com o pálio. Assim, devia ser "o mais rico pálio que puderem haver", para o qual deviam mandar "fazer as varas que forem necessárias". Um fator a ter em consideração, pelo enorme prestígio social da tarefa, era decidir quem o devia transportar e qual a ordem exata que devia ocupar[62]. Determinava-se que devia ser transportado pelos oficiais da cidade, nomeadamente pelos juízes, vereadores, procurador e escrivão da Câmara, sendo que, caso fosse necessário algum outro para completar o grupo, participaria o juiz dos órfãos[63]. Relativamente à distribuição das varas, o juiz pegava na primeira do lado direito – a de maior prestígio – "e o vereador mais velho da outra banda ao coice e da banda do juiz outro vereador que for mais velho e diante dele o procurador e da outra parte o outro vereador e diante dele o escrivão da Câmara"[64].

Determina-se também, por exemplo, que, como era costume, os oficiais deviam ser vestidos à conta da cidade, cabendo à Câmara decidir que roupa trajariam[65].

Por outro lado, surge também, naturalmente, uma diferença entre aquilo que é a primeira entrada de determinado membro da família real, sobretudo do monarca, depois de ter sido aclamado, e as entradas seguintes, com menor aparato[66].

Assim, na primeira entrada, pelo menos ao que à entrada do rei dizia respeito, mandava o costume que se realizasse um discurso de boas-vindas, designado *arenga*. Os oficiais deviam assim escolher a pessoa indicada para o proferir, tendo em conta que devia ser "homem letrado e tal pessoa que muito bem o saiba fazer como cumpre à honra e estado da cidade"[67]. A pessoa mais indicara era, à partida, o juiz, caso se considerasse estar apto para tal[68]. Contudo, a intervenção dos oficiais ia bem mais além da mera escolha do nome. O regimento dá conta de que não apenas lhe deviam "dizer e praticar com ela em Câmara secretamente o fundamento que deve ter em tal arenga", como, depois do discurso estar preparado, o deviam ouvir na Câmara de

do Renascimento. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2016.

[61] *LIVRO 1 da Correa*, pp. 280-282.

[62] *LIVRO 1 da Correa*, p. 280.

[63] *LIVRO 1 da Correa*, p. 280.

[64] *LIVRO 1 da Correa*, p. 280-281. Habitualmente, cabia ao procurador do concelho organizar os lugares em que os oficiais da cidade se deviam colocar nas celebrações oficiais (*LIVRO 1 da Correa*, p. 269).

[65] *LIVRO 1 da Correa*, p. 281.

[66] Note-se que, por exemplo, dentro desta cronologia, de acordo com António de Oliveira, só D. Manuel I terá estado em Coimbra nos anos de 1498, 1500, 1502 (na ida e no regresso de Santiago de Compostela), 1506 (durante três meses), 1510, 1511, 1512, 1513, 1515, 1516 e 1517 (OLIVEIRA, António de – "A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra no contexto das instituições congéneres", In *V Centenário da Fundação da Misericórdia de Coimbra: memórias da Misericórdia de Coimbra – documentação & arte: catálogo*. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2000, pp. 18 e ss).

[67] *LIVRO 1 da Correa*, p. 281.

[68] *LIVRO 1 da Correa*, p. 282.

forma a assegurarem que cumpria o desejado[69]. Aliás, e embora, infelizmente, não se tenha conservado qualquer exemplar, determina-se que o conteúdo da arenga devia ser trasladado no livro da Câmara e assinado pelos oficiais e pelo autor[70].

Para o levar a cabo devia ser erguida uma estrutura, espécie de estrado, que os oficiais deviam mandar "paramentar e alcatifar"[71]. Quanto ao cerimonial, apenas se prevê que, terminado o discurso, o orador devia beijar aos mãos daqueles que eram recebidos e acompanhar o cortejo até aos paços[72].

Nas entradas seguintes, os reais visitantes deviam também ser "bem recebidos com festas e prazeres". Para esse efeito, escolher-se-ia o local mais propício para a receção, sendo, como aquando da primeira, acompanhados pelos oficiais da cidade, que os deviam receber "com as suas varas vermelhas na mão" e depois transportados, sob o pálio, até aos paços[73].

Por todo o aparato que exigia, e consequentes grandes despesas, uma entrada alterava, profundamente, a vida de toda a cidade. Assim, a legislação municipal toca aspetos muito mais vastos do que protocolo.

As autoridades municipais preocupam-se, por exemplo, com o abastecimento alimentar, procurando garantir que não haveria escassez de produtos básicos como carne, peixe, pão ou vinho[74]. Além da recomendação de que se enviassem alimentos em abastança do termo do concelho, às padeiras seria, por exemplo, fixado o valor de pão cozido que deviam disponibilizar. No mesmo sentido, quem tivesse vinho ou cereais armazenados seria obrigado a disponibilizá-los, sob "grande pena", que os vereadores não quantificam, já que seria adequada a cada contexto específico.

Todo este processo extraordinário de aprovisionamento seria conduzido pelos almotacés. Complementarmente, prevê-se, contudo, a possibilidade de, caso os almotacés não fossem julgados aptos para as funções, os oficiais do concelho poderem, excecionalmente, escolher "dois cidadãos honrados e de autoridade" que servissem de almotacés a par dos restantes[75].

---

[69] *LIVRO 1 da Correa*, p. 281. A dada altura acrescentou-se que esta devia sempre terminar pedindo a confirmação dos privilégios e liberdades da cidade.

[70] *LIVRO 1 da Correa*, p. 281.

[71] *LIVRO 1 da Correa*, pp. 281-282.

[72] *LIVRO 1 da Correa*, p. 282.

[73] *LIVRO 1 da Correa*, p. 281. A importância simbólica da vara dos vereadores é notória noutras cláusulas. De facto, determina-se que, quando representavam a cidade, os oficiais deviam levar a sua vara na mão. Caso faltassem, sem causa justa, às cerimónias em que a sua presença era requerida, deviam pagar 200 reais de coima, mas caso "tirassem as varas da mão", antes do final da celebração, incorreriam numa pena de 100 reais, pela primeira vez, ou de 10 cruzados de ouro, caso fosse contumaz. Em última instância, veria o seu nome riscado de cidadão e ficaria impedido de exercer ofícios da cidade, além de não poder gozar dos privilégios e liberdades desse estatuto, se se provasse que o fizera por desprezo (*LIVRO 1 da Correa*, pp. 286-287).

[74] *LIVRO 1 da Correa*, p. 282.

[75] *LIVRO 1 da Correa*, p. 283. Procurando acautelar estâncias de maior duração na cidade, superiores a um mês e, portanto, ao mandato normal de cada almotacé, prevê-se que de devia manter a regularidade no sorteio dos pelouros, e, caso os nomes que saíssem fosse julgados capazes do correto exercício do ofício, os que

Outra preocupação revelada pelos oficiais concelhios prende-se com a limpeza da cidade. Nesse fito, determina-se que ao juiz e vereadores caberia "correr toda a cidade e fazer despejar as praças e ruas e rossios com grandes penas aos que as tiverem ocupadas"[76].

Os vereadores ficavam também incumbidos de escolher os locais onde os touros que se correriam na cidade, deviam ser encerrados, superintendendo todo esse processo[77]. Acompanhados pelo alcaide e pelos porteiros do concelho, deviam mandar tapar os curros, devendo "ter todo o poder da Câmara para apenar e constranger e tomar tudo o que for necessário para o dito tapume"[78].

Conclusão.

Como evidenciámos no presente estudo, são várias as preocupações que as autoridades, sobretudo municipais, têm na preparação e organização das festas cívico-religiosas que decorriam na Coimbra de inícios de Quinhentos. Naturalmente, são essas preocupações que se espelham nas opções legislativas tomadas, analisadas ao longo deste texto.

Sobressaem numerosos aspetos concretos da organização das celebrações, especialmente ao nível da distribuição de tarefas. Muitos dos oficiais da Câmara assumem importantes papeis nesses momentos, quer seja representando a cidade, se pensarmos nos oficiais maiores, quer, simplesmente, apoiando, logisticamente, as celebrações, se olharmos para os menores.

Nota comum são também as preocupações com a participação da população. Afinal, é dela que depende o sucesso da iniciativa. Assim, vemos os oficiais determinar a obrigatoriedade da participação do povo e, depois, a organizar, formalmente, a comunidade, de forma que cada um ocupe o lugar que lhe estava socialmente atribuído.

A importância da decência e do aparato das celebrações não deixa igualmente de estar presente, com recorrentes tópicos obrigando à limpeza das ruas e ao seu enfeite, com panos e verduras.

Não obstante este importante manancial de informação, tão detalhado e minucioso, a documentação conservada no Arquivo Histórico Municipal de Coimbra não permite responder a um conjunto muito pertinente de questões relacionadas com

haviam sido excecionalmente nomeados deviam cessar funções, a menos que, ao juiz e regedores, parecesse que, por ser muito o trabalho, deviam prolongar a missão.

[76] *LIVRO 1 da Correa*, pp. 283-284.

[77] *LIVRO 1 da Correa*, p. 286.

[78] *LIVRO 1 da Correa*, p. 286. A esta questão acresce uma postura, aprovada a 18 de junho de 1527, em que se determina que João Luís, tanoeiro, ficava obrigado a tapar o curro dos touros sempre que a cidade o ordenasse, contra determinadas contrapartidas (*LIVRO 1 da Correa*, p. 166).

a temática em apresso.

Já acima demos conta de que a legislação produzida – ou pelo menos a que chegou à atualidade – se preocupa exclusivamente com os membros da sociedade civil, sendo omissa tanto em relação à participação do clero, como das próprias confrarias da cidade. Por outro lado, a participação dos mesteres assume-se como de suma importância. Como tal, o seu envolvimento na organização e realização dos festejos, sobretudo no tocante às procissões cívico-religiosas, é absolutamente inegável. Mais do que quaisquer outros, são os mesteres que preparam e fornecem os quadros e adereços, que financiam o acompanhamento musical e, mais do que tudo, dão, verdadeiramente, corpo à procissão. Claro que a documentação, sobretudo pelo caráter das tipologias conservadas, não permite conhecer os bastidores, calando as prévias tensões, que, após discussões e negociações, conduziram à regulamentação que nos é dada a conhecer.

Sob ponto de vista da análise das relações entre a Coroa e o concelho, no que à organização das celebrações diz respeito, embora pareça expetável a sua existência, a documentação silencia quaisquer eventuais conflitos. Pelo contrário, surgem vários exemplos de colaboração e entendimento. É o que acontece em relação às festas da Visitação de Nossa Senhora e do Anjo Custódio, em que o município enceta esforços para que a solenidade e grandeza das celebrações condiga com o idealizado pelo monarca. Da mesma forma, a Coroa corresponderá também às expetativas dos oficiais da Câmara quando estes pedem autorização para realização do bodo de Santo António. Notoriamente, para ambos os poderes, zelar pelo brilho da celebração é garantir a honra da cidade e a grandeza do reino.

Imágenes de la vida cotidiana de la Segovia bajomedieval en *Seniloquium*

María Belén Randazzo[1]

Resumen

El presente trabajo propone un acercamiento a *Seniloquium*, la primera colección manuscrita de refranes castellanos, compuesta en Segovia a fines del siglo XV. La obra recoge casi 500 refranes de uso corriente en la época, acompañados por glosas exegéticas en latín, elaboradas por el autor-compilador con la finalidad de destacar los sentidos que deben extraerse de los proverbios. Esta particular compilación fue compuesta por un eclesiástico segoviano de alto rango, bajo el expreso pedido de Juan Arias Dávila, obispo de la diócesis, para un uso didáctico-moralizante. Nuestro objetivo es analizar las representaciones de ciertos aspectos de la vida del día a día en la ciudad bajomedieval, en particular, de algunas faltas morales que el autor observa en su entorno. Estas representaciones se configuran parcialmente en los proverbios, pero se delinean con más fuerza en las glosas explicativas, comentarios que ilustran el sentido de los refranes a través de ejemplos relacionados con aspectos variados de la vida de distintos actores sociales del momento. Consideramos que *Seniloquium*, con sus imágenes de la vida cotidiana, constituye un valioso testimonio cultural que nos permite avanzar en la reconstrucción y comprensión de las ideas, costumbres y prácticas de la realidad concreta de la ciudad de Segovia en los tiempos del obispo Arias Dávila.

Palabras clave

Seniloquium; Refranero castellano; Vida cotidiana; Representaciones sociales; Propósito diáctico-moralizante.

[1] CEMYLC (Centro de Estudios Medievales y Literaturas Comparadas), Departamento de Humanidades, Universidad Nacional del Sur.

Pictures of the everyday life of late medieval Segovia in *Seniloquium*
Abstract

The present work proposes an approach to *Seniloquium*, the first manuscript collection of Castilian proverbs, composed in Segovia at the end of the 15th century. The work collects almost 500 proverbs in current use at the time, followed by exegetical comments in Latin, prepared by the author-compiler in order to highlight the meanings that must be extracted from the proverbs. This particular compilation was composed by a high-ranking Segovian ecclesiastic, at the express request of Juan Arias Dávila, bishop of the diocese, for a didactic-moralizing use. Our aim is to analyze the representations of certain aspects of daily life in the late medieval city, in particular, of some moral faults observed by the author in his environment. These representations are partially configured in the proverbs, but are outlined more strongly in the explanatory comments, which illustrate the meaning of the proverbs through examples related to various aspects of the lives of different social actors of the moment. We consider that *Seniloquium*, with its pictures of everyday life, constitutes a valuable cultural testimony that allows us to advance in the reconstruction and understanding of the ideas, customs and practices of the concrete reality of the city of Segovia in the times of Bishop Arias Dávila.

Keywords
Seniloquium; Castilian collection of proverbs; Everyday life; Social representations; Didactic-moralizing purpose.

Las VI Jornadas Internacionales de la Edad Media nos han invitado a aprovechar un momento inédito de nuestra historia, que ha puesto en cuestión cualquier parámetro previo de lo que podíamos concebir como lo "normal" o "cotidiano", para reflexionar, precisamente, sobre la vida cotidiana de las ciudades en la Europa medieval. La amplitud de la temática propuesta ha hecho posible su abordaje desde perspectivas diversas y creativas, entre las cuales resulta pertinente indagar sobre qué es lo que tiene para decir al respecto la producción verbal de la época – o lo que actualmente y desde nuestro paradigma cultural llamaríamos literatura – [2], bajo la convicción, ya

[2] Es el profesor Leonardo Funes quien advierte sobre la falta de pertinencia del término *literatura* para englobar el conjunto de los productos culturales de naturaleza lingüística del periodo medieval: "En la Edad Media se puede hablar con más propiedad de producción verbal, concepto que permite abarcar diversas prácticas discursivas (orales, escritas e impresas) y numerosas clases de textos que hoy sería imposible catalogar como literatura (lapidarios, fisiólogos, bestiarios, libros de caza, etc.)". FUNES, Leonardo – "Legitimación, tecnología y producción verbal en la Baja Edad Media Castellana". *Reflejos* 7 (1998), pp. 31-36, en especial p. 32.

expresada por Leonardo Funes, de que una mejor comprensión de las sociedades del pasado también nos puede ayudar a entender mejor ciertos aspectos ideológicos de nuestro propio presente.

Dentro de ese conjunto textual amplio y heterogéneo que denominamos producción verbal, nos interesa especialmente el refranero. En primer lugar, porque muchos de los refranes que hunden sus raíces en la vida de los hombres y mujeres del Medioevo han sobrevivido y continúan usándose – con variantes de enunciación y circunscriptos a ciertos grupos etarios – en el presente. Seguramente a todos los hablantes de español nos resuenan en la cabeza proverbios como "Cría cueruo et sacarte ha el ojo", "La letra, con sangre entra" o "No se debe mirar el diente a caballo regalado", todos ellos recogidos tempranamente en *Seniloquium* – la compilación que estudiaremos en este trabajo y sumamente vigentes aún, sea en su forma original o en versiones modernizadas. En segundo lugar, porque el refranero es, en sí mismo, un fenómeno cultural de naturaleza popular, que se origina en la experiencia cotidiana y condensa los aprendizajes para que se conviertan en saber transmisible y perduren en el tiempo. En Occidente, este fenómeno cuenta con una extensa trayectoria que comprende distintas geografías y momentos históricos[3], pero nosotros nos detendremos en la Edad Media castellana, periodo en el que el refranero gozó de gran vitalidad[4], como lo atestiguan, en primer lugar, su presencia transversal a toda la producción literaria de la época, desde el temprano *Cantar de Mío Cid*, pasando luego por el mester de clerecía, la poesía lírica, la prosa de los ejemplarios y las novelas de caballería, hasta llegar a *La Celestina*, obra que marca el ocaso del Medioevo; y, en segundo lugar, la progresiva conformación de una identidad escritural autónoma del refranero, con el surgimiento, a fines del siglo XV, de las primeras colecciones de refranes, entre las cuales *Seniloquium* es la más antigua.

1. Introducción: características generales del refranero medieval.

Antes de abocarnos al tema que nos ocupa en este trabajo, consideramos que es necesario asentar algunas precisiones teóricas a propósito del refranero. Desde el siglo XVI con Blasco de Garay, en adelante, han sido numerosas las aproximaciones

---

[3] Podemos dar cuenta de la existencia y uso popular del refrán ya en la Grecia antigua. Platón, por ejemplo, considera en el *Protágoras* que los refranes son la filosofía más antigua, y su discípulo Aristóteles adhiere a esta idea e incluso los incorpora en diversos pasajes de la *Retórica* y la Ética a Nicómaco. Para profundizar en la temática del origen y trayectoria histórica del refrán, cfr. BARCIA, Pedro Luis; PAUER, Gabriela – *Refranero de uso argentino*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Emecé, 2013.

[4] El concepto de "mentalidad proverbial", acuñado por el especialista en paremiología hispánica Hugo Bizzarri, da cuenta de la importancia del refranero en la manera de pensar y experimentar del hombre medieval, cuyo acercamiento al mundo está mediado por los refranes, que conforman "el esqueleto de su pensamiento". Así, los proverbios constituyen la base de todos los discursos, impactan en múltiples manifestaciones artísticas y permean en mayor o menor grado todos los estratos sociales. BIZARRI, Hugo – *El refranero castellano en la Edad Media*. Madrid: Ediciones del Laberinto, Colección Arcadia de las Letras 28, 2004, p. 15.

teóricas que intentaron dar cuenta de la naturaleza del refrán, aunque sin alcanzar una definición del todo satisfactoria para esta manifestación cultural que nos resulta tan familiar como compleja de caracterizar. Las distintas propuestas de definición coinciden, sin embargo, en que los refranes son productos lingüístico-culturales que asumen la forma de expresiones breves y sucintas, de carácter anónimo, de origen y tradicionalidad popular y particularmente asociadas a la vejez[5], que expresan un determinado parecer sobre un evento o situación, un comportamiento, el funcionamiento de algo, etc., ilustrando dicho juicio a partir de una imagen concreta del mundo natural, para dar cuenta de un sentido literal o metafórico.

A propósito de sus rasgos formales, Rodríguez Valle señala que "su brevedad (condensación lograda a partir de tropos retóricos, particularmente la elipsis que suprime artículos e, incluso, a veces, verbos), su estructura, por lo general bimembre, en la cual una parte expone (describe, marca un tiempo, señala una acción) y otra concluye (presenta las consecuencias), y su apoyo en elementos mnemotécnicos, como el ritmo, la rima o fuertes conexiones semánticas que le permiten cumplir la tarea de permanecer en la memoria colectiva para atravesar el tiempo, los convierten en referencias culturales ideales para la argumentación"[6].

En cuanto a cómo debemos interpretar el tipo de contenidos que se transmite en los refranes, la discusión se ha reavivado en los últimos años. Por un lado, persisten perspectivas clásicas como la de Fernández Poncela, que liga los refranes a la sabiduría: "En la cultura popular, los dichos y refranes son mensajes orales que transmiten 'el saber popular' y la tradición cultural. La función central de sus sentencias es concretar situaciones para aconsejar y recomendar actitudes y comportamientos, y para señalar problemas sociales concretos de la realidad cotidiana"[7]. Por otro lado, hay estudiosos que prefieren alejarse de esta concepción tradicional por advertir la conflictividad que se desprende de considerar que todos los refranes son fruto de la sabiduría popular o representan verdades absolutas, pues, en muchos casos, los proverbios responden a convenciones sociales y culturales que son históricas y, por lo tanto, susceptibles de ser revisadas y cuestionadas. Según Ana Mitkova, resulta más adecuado interpretar el refranero como "reflejo de ciertos aspectos de la vida de una época, como expresiones lingüísticas que ponen de manifiesto las creencias y el sistema de valores de

[5] Asociación que se refleja incluso en los títulos de las compilaciones, tales como *Seniloquium*, que se puede traducir como *Refranes que dicen los viejos*, o la posterior colección de Íñigo López de Mendoza, marqués de Santillana, *Refranes que dizen las viejas tras el fuego* (Sevilla, 1508).

[6] RODRÍGUEZ VALLE, Nieves – "Los refranes y su uso retórico en la literatura mexicana del siglo XIX", In WALDE MOHENO, Lilian von der; ARRIAGA NAVARRO, Marx (eds.), *Arte retórica y análisis literario*. Ciudad de México: Editorial Grupo Destiempos y Dirección General de Bibliotecas de la Secretaría de Cultura, 2020, pp. 200-216, en especial p. 200.

[7] FERNÁNDEZ PONCELA, Anna – *Estereotipos y roles de género en el refranero popular: Charlatanas, mentirosas, malvadas y peligrosas. Proveedores, maltratadores, machos y cornudos*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2002, p. 29.

determinado momento"[8]. Similar es la propuesta de Rodríguez Valle, quien entiende que los conceptos transmitidos en los refranes son interpretados como verdades por la comunidad lingüística en la que se utilizan, dentro de cuyo marco de referencia cultural cobran sentido[9].

La coincidencia de las distintas perspectivas radica en reconocer que, si bien el refranero es un fenómeno cuyo origen no puede pensarse disociado de la vida cotidiana, en la Edad Media, su trayectoria está condicionada por la convergencia de dos tradiciones: la oralidad, dentro de la cual surge tempranamente el fenómeno, y la escritura, que se da de manera tardía, desde finales del siglo XV, a través de la labor de clérigos y nobles que compilaron el material proverbial de origen oral para utilizarlo en la instrucción escolar[10]. Como consecuencia de este proceso, los proverbios de origen oral se transforman, según Hugo Bizzarri, en "refranes literarios"[11]. La obra que constituye nuestro objeto de estudio es, nada y más nada menos, la primera colección de refranes castellanos, compuesta en forma manuscrita en la Segovia de fines del siglo XV. *Seniloquium* recoge 497 refranes de uso corriente en la época, acompañados por glosas exegéticas en latín, elaboradas por el autor-compilador, con el propósito de destacar los sentidos que deben extraerse de los proverbios. Se atribuye la composición de la obra a un eclesiástico de alto rango de la ciudad de Segovia[12], bajo pedido expreso de Juan Arias Dávila, obispo de la diócesis, para desempeñar una finalidad didáctico-moralizante, tal como especifica el autor en los dos espacios paratextuales: la dedicatoria y el prólogo.

Ahora bien, en este proceso de convergencia de tradiciones, se produce una manipulación y adaptación del material proverbial para ponerlo al servicio de los intereses propios de los agentes sociales vinculados con cada compilación. Así pues, teniendo en cuenta el contexto de producción de la obra, podemos considerar que *Seniloquium*, con los temas que aborda, representa los intereses del obispo Arias Dávila. Debemos tener presente, además, que, según lo que es posible reconstruir en

---

[8] MITKOVA, Adriana – "Estereotipos del habla femenina en el refranero español". *Paremia* 16 (2007), pp. 89-97, en especial p. 90.

[9] "De este modo, un refrán es un discurso vigente mientras una comunidad lo considere válido; vigencia que permitirá y fomentará su repetición en cada nueva generación". RODRÍGUEZ VALLE, Nieves – "Los refranes y su uso retórico…", p. 201.

[10] RAMADORI, Alicia – "Convergencia de literatura popular y literatura letrada en el *Seniloquium*", In PRÓSPERI, Germán (coord.) – *Debates actuales del hispanismo. Balances y desafíos críticos*. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, Facultad de Humanidades y Ciencias, pp. 540-549.

[11] BIZARRI, Hugo – *El refranero castellano…*, p. 41.

[12] Si seguimos la hipótesis de autoría propuesta por Cantalapiedra y Moreno, recientes editores de *Seniloquium*, podemos atribuir la firma "Castro", que aparece al final de la Dedicatoria del manuscrito, a la figura histórica de Diego García de Castro, y considerarlo autor intelectual de la compilación, de forma que su fecha de composición quedaría restringida al periodo comprendido entre 1478 y 1480, en el que, según él mismo expresa en la dedicatoria, se desempeñaba como Arcediano y Auditor Escolástico de la diócesis. Para profundizar en los argumentos desplegados por los editores, cfr. CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – "Introducción", In *Seniloquium o Refranes que dizen los viejos*. Valencia: Publicaciones Universitat de Valencia, 2006, pp. 9-41.

términos especulativos, la circulación primaria de la obra se habría dado dentro del ámbito eclesiástico, puesto que parece haber sido concebida como un instrumento pedagógico, al que los clérigos podían acudir como repertorio de contenidos para la elaboración de los sermones[13], pero que, ante todo, se proponía la difícil tarea de re-educar al propio clero, encauzando ciertas conductas presumiblemente extendidas, dentro los valores y normas propias de la doctrina cristiana[14].

Pese al notable interés que reviste la obra, diversas circunstancias han contribuido a que durante buena parte del siglo XX no despertara gran atención en la crítica. En la primera década del siglo XXI, luego de la publicación de la única edición integral y traducida, de Cantalapiedra y Moreno, *Seniloquium*, el primero de los refraneros castellanos, ha ganado visibilidad y ha comenzado a ser estudiado de manera sostenida, tanto en investigaciones que lo abordan de manera individual, como en trabajos que se dedican al estudio de los primigenios refraneros castellanos, surgidos entre fines del siglo XV y las primeras décadas del siglo XVI. Nuestro objetivo en estas páginas es contribuir a los estudios sobre *Seniloquium*, a través del análisis de las representaciones de ciertos aspectos de la vida del día a día en la ciudad bajomedieval[15], en particular, de algunas faltas morales que el autor observa en su

---

[13] Posibilidad que da lugar a la hipótesis de los cuatro editores más recientes de *Seniloquium*. Así, Cantalapiedra y Moreno afirman que "su intencionalidad es educar al pueblo llano en los contenidos de la ley, del Derecho Civil y Canónico, con el único lenguaje a su alcance, la paremiología, el refranero como lenguaje sapiencial popular". CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium o Refranes que dizen los viejos*. Valencia: Publicaciones Universitat de Valencia, 2006, p. 41. Cantera y Sevilla coinciden en esta interpretación: "El recopilador se sirve de la riqueza moral de los refranes para educar al pueblo con su propio lenguaje; pretende confeccionar una guía para los más jóvenes con los refranes que dicen los ancianos, en particular «los ancianos de campo»". CANTERA ORTIZ DE URBINA, Jesús; SEVILLA MUÑOZ, Julia (eds.) – *Las paremias castellanas del* Seniloquium. Instituto Cervantes, Biblioteca fraseológica y paremiológica, Serie «Repertorios» 1, 2016, p. 10.

[14] En trabajos previos, hemos desarrollado en extenso esta cuestión. Entendemos que el destinatario primario de obra es el sector eclesiástico al que pertenecen quien la encarga y quien la compone. Sustentamos esta hipótesis siguiendo dos líneas de análisis. Por un lado, la que refiere a las fuentes doctrinales citadas en las glosas en relación al perfil de los destinatarios de la obra: cfr. RANDAZZO, María Belén – "Reflexiones sobre los destinatarios de *Seniloquium:* fuentes doctrinales y saberes compartidos". *Calamus* 4 (2020), pp. 67-80. Por el otro, la marcada presencia de sátira clerical en muchas de las glosas, a través de las cuales el autor exhibe notoriamente las conductas censurables de los miembros de su estamento: RANDAZZO, María Belén – *"A yra de Djos, non hay casa fuerte": didactismo y crítica clerical en* Seniloquium o Refranes que dizen los viejos. Bahía Blanca: Universidad Nacional del Sur, 2018 [consultado 15 de noviembre de 2021]. Tesina de Licenciatura en Letras. Disponible en https://repositoriodigital.uns.edu.ar/. En ambos estudios seguimos las consideraciones más recientes de Bizzarri, que define como objetivo principal de la obra la amonestación del bajo clero. BIZZARRI, Hugo – "El refrán en el tránsito del Humanismo al Renacimiento (La invención de la ciencia paremiológica)". *Paremia* 17 (2008), pp. 27-40.

[15] Nos apoyamos en la noción de representación propuesta por Roger Chartier, que entiende a las realidades como construcciones culturales y no como entidades naturales. Chartier define las representaciones como "esquemas intelectuales incorporados, que engendran las figuras gracias a las cuales el presente puede tomar sentido, el otro ser inteligible, el espacio recibir su desciframiento" y advierte sobre la importancia de no interpretar como universales estos constructos ideológicos que son variables. CHARTIER, Roger – "La historia cultural redefinida: prácticas, representaciones, apropiaciones". *Punto de Vista* 39 (1990), pp. 43-48, en especial p. 44. La dinámica propuesta por el historiador entre representaciones y prácticas es operativa para leer una obra como *Seniloquium,* cuyo contenido – constituido por un amplio conjunto de proverbios populares, glosados desde la perspectiva de un clérigo que establece distintas relaciones entre el significado inherente de

entorno. Estas representaciones se configuran parcialmente en los proverbios, pero se delinean con más fuerza en las glosas explicativas, comentarios que ilustran el sentido de los refranes a través de ejemplos relacionados con aspectos variados de la vida de distintos actores sociales del momento. En ese sentido, creemos que *Seniloquium*, con las pequeñas imágenes que delinea de la vida cotidiana, constituye un valioso testimonio cultural que, desde un enfoque atento no solo a la interpretación literaria sino también a su análisis desde la perspectiva histórica, nos permite avanzar en la reconstrucción y comprensión de las ideas, costumbres y prácticas de la realidad cotidiana concreta de la ciudad de Segovia en los tiempos del obispo Arias Dávila, o nos brinda, al decir de Ortega Cervigón, la posibilidad de acercarnos a "la vida de personas anónimas, alejadas de los primeros renglones de la historia"[16].

Seniloquium es, como ya señalamos, una obra que debe comprenderse en el marco de la religiosidad cristiana que dominó todo el Medioevo europeo, uno de cuyos ejes vertebradores es el concepto de pecado, entendido como categoría teórica por la teología pero llevado al terreno de la experiencia por los discursos pastorales. Casagrande y Vecchio señalan que la idea de pecado subyuga a tal punto a los hombres y mujeres medievales que todo gira en torno a su presencia: los lazos sociales, las prácticas rituales, la noción de trabajo, la relación con Dios, en fin, la vida en su conjunto y la visión global de la realidad[17], de la que forman parte como expresiones culturales los proverbios. Nieto Soria también remarca la importancia fundamental que tiene el concepto al señalar que: "No puede sorprender que el pecado alcanzase una cierta omnipresencia en la vida cotidiana de aquella época, siendo susceptible de ser identificado en todo tipo de situaciones, hasta convertirse en una clave esencial de interpretación de toda la realidad circundante"[18].

El autor-compilador de *Seniloquium*, inmerso en este sistema de pensamiento, por su condición de hombre medieval en primer lugar, de hombre de iglesia en segundo, y, además, conminado por las instrucciones del obispo en relación al propósito de la obra, tiende a glosar buena parte de los proverbios compilados a partir de la noción de pecado, interpretando a los proverbios como expresiones populares de enseñanzas doctrinales. Así pues, como es necesario operar un recorte sobre las diversas imágenes de la cotidianidad que aparecen exhibidas en la obra, optamos por

los refranes y una serie de representaciones sociales que construye en las glosas explicativas – debió haber sido utilizado en distintas prácticas pedagógicas.

[16] ORTEGA CERVIGÓN, José Ignacio – *Breve historia de la vida cotidiana de la Edad Media occidental. Historia de la vida cotidiana 9*. Madrid: Ediciones Nowtilus S.L, 2020, p. 11.

[17] Cfr. CASAGRANDE, Carla; VECCHIO, Silvana – "Pecado", In LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (eds.) – *Diccionario razonado del Occidente medieval*. Madrid: Akal, 2003, p. 637.

[18] NIETO SORIA, Juan Manuel – "Presentación", In CARRASCO MANCHADO, Ana; RÁBADE OBRADÓ, María del Pilar (coords.), *Pecar en la Edad Media*. Madrid: Sílex Ediciones S.L., 2008, pp. 11-13., en especial p. 11.

detenernos, en esta oportunidad, en los comentarios de aquellas paremias[19] en los que se pueden ver las pequeñas faltas o pecados que forman parte de la vida cotidiana de los hombres religiosos, en particular, y de la sociedad segoviana bajomedieval, en general. Nos enfocaremos, especialmente, en tres esferas vitales a las que el autor alude de manera reiterada en las glosas: en primer lugar, la alimentación; luego, y ligada a ella, la práctica de la hospitalidad; y, por último, el complejo ámbito del entretenimiento y los juegos.

2. Desarrollo: faltas de la vida cotidiana en la Segovia bajomedieval[20].

2.1. Comer.

Establecidos ya los lineamientos generales sobre el refranero, empecemos, pues, por los proverbios que abordan la cuestión alimentaria. En este ámbito, hemos advertido que interesan al autor dos aspectos puntuales propios de la dimensión moral de la práctica: en primer lugar, aboga por una concepción mesurada de la alimentación, no solo en lo relativo al cuidado de la economía doméstica, sino también en el cuidado de la propia integridad de la persona, que no debe incurrir en vanidades ni ostentaciones impropias, y, en segundo lugar, le concede especial atención a la pureza simbólica de los alimentos ingeridos y advierte contra el consumo de alimentos que no resulten buenos a los ojos de Dios.

El primer asunto aparece tratado en algunos refranes que intentan enseñar la moderación, como el proverbio n° 277, "Non deue el onbre estender la pierna más de quanto basta la manta". El proverbio se asienta en el foco conceptual[21] de la economía

[19] Seguimos a Bizarri en su utilización del término paremia como una denominación amplia o archilexema, que puede referir, según el caso, a distintas especies paremiológicas, como refranes populares, sentencias eruditas, o dichos de sabios. Cfr. BIZZARRI, Hugo – "Las más antiguas colecciones de refranes impresas en España". *Estudios humanísticos. Filología* 32 (2010), pp. 35-45. Asimismo, utilizamos como sinónimos las palabras refrán y proverbio, sobre las cuales señala el propio Bizzarri que, para el hombre medieval, abarcaban un campo semántico amplio y heterogéneo, reflejando una flexibilidad para designar las formas expresivas del saber, que no debe desconocerse en el intento – imposible, de hecho – de encerrar la esencia de esta especie tan compleja en una definición. Cfr. BIZZARRI, Hugo – *El refranero castellano…*, p. 36.

[20] Para el desarrollo de este apartado, hemos confeccionado un corpus de doce proverbios en cuyos enunciados y/o glosas se abordan las respectivas temáticas. Cinco de ellos aparecen también documentados en los *Refranes que dizen las viejas tras el fuego*, primer refranero impreso, publicado tres décadas después de *Seniloquium*. En algunos casos, los refranes se recogen con variantes en ambas compilaciones. Dejamos indicadas en notas al pie las variantes que consideramos significativas. En el caso del refranero de Santillana, nos basamos en la edición de 1541, publicada en Valladolid por el editor Francisco Fernández de Córdoba, que mantiene el criterio de ordenación alfabética propuesto en la primera edición (1508), pero agrega a cada proverbio una breve glosa moral. Consideramos que resulta de mayor interés para el análisis comparativo tomar la edición que incorpora comentarios exegéticos.

[21] Se trata de elaborada por Bizzarri para referirse a "un concepto generador de carácter dinámico que produce una multiplicidad de formulaciones sentenciosas". BIZARRI, Hugo – *El refranero castellano…*, p. 143. Los focos conceptuales serían, desde esta perspectiva, asuntos o ideas propias de la mentalidad popular, que constituyen el sustrato ideológico subyacente a distintas especies paremiológicas, entre ellas, los refranes.

o la precaución en los gastos, y, según el Refranero Multilingüe, "recomienda limitarse a los gastos que uno pueda asumir y no excederse. En general, aconseja no sobrepasar sus posibilidades ni pretensiones"[22]. Retomando el sentido que expresa el enunciado del proverbio, el autor orienta su interpretación hacia los gastos propios de la vida cotidiana, entre ellos los alimentos, y señala que:

> "Es absurdo excederse en cantidades exorbitantes, tanto en alimentos, vestidos y otras ostentaciones semejantes, porque, una vez pasada la vanidad de los despilfarros, [quienes cometan esta falta] tendrán que vivir empobrecidos, endeudados y con gravámenes. Toda persona debe vestirse y alimentarse según su condición y dignidad"[23].

En este caso particular, el autor formula un enunciado preceptivo de carácter general que trata de advertir sobre los riesgos de incurrir en conductas como el despilfarro, que, imaginamos, nota en su entorno[24]. Las afirmaciones del autor en el pasaje referido resultan consecuentes con los postulados de Ortega Cervigón, quien señala que "la alimentación en época medieval variaba según el rango social, la raigambre territorial o el acervo cultural"[25]. Es evidente en el fragmento citado que el autor de *Seniloquium* construye su mensaje didáctico justamente sobre la idea de "correspondencia" entre la "condición y dignidad" de la persona y los alimentos que consume y las ropas que debe vestir.

Dada la necesidad de advertir contra este tipo de "excesos", se deduce cierta tendencia al "despilfarro" en, por ejemplo, alimentos que quedan por fuera de lo que es razonable gastar según la condición de cada quien, tal como se refuerza más adelante en la glosa: "Cada uno debe cuidarse de gastar con mesura para no consumir todas las ganancias del patrimonio en alimentos, sino que siempre sobre algo de rédito"[26]. Según el autor, el exceso en gastos de alimentos constituye una ostentación cuyas consecuencias pueden ser solamente negativas para la propia persona y su economía. El refrán n° 381, "Quien gana tres djneros y gasta çinco, no ha menester bolsa nin bolsico", con su clásica estructura bimembre, focaliza el tema del desequilibrio entre ingresos y egresos, y, en la glosa, el autor vuelve a insistir en la idea de que los gastos desmesurados en alimentación y vestido son reflejo de la

---

[22] SEVILLA MUÑOZ, Julia (dir.) – *Refranero multilingüe*. Madrid: Instituto Cervantes (Centro Virtual Cervantes), 2009 [consultado 15 de noviembre de 2021]. Disponible en http://cvc.cervantes.es/lengua/refranero/.

[23] CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium*..., p. 217.

[24] Es preciso aclarar que en otras glosas el autor-compilador opta por prescindir de este tipo de formulaciones prescriptivas, para exponer directamente distintos casos particulares que funcionan como "contraejemplos", en los que la forma de proceder de los tipos sociales mencionados representa aquella conducta contra la cual se está amonestando.

[25] ORTEGA CERVIGÓN, José Ignacio – *Breve historia de la vida cotidiana* ..., p. 14.

[26] CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium*..., p. 217.

vanidad de quien los ejecuta:

> "Y también se verifica [el sentido del proverbio] en quienes se exceden en alimentos, vestidos y en otros gastos de este tipo, ya que, una vez pasada la vanidad de los gastos, quedan vacíos, pendientes de pagos y endeudados"[27].

En materia de alimentación específicamente, los comentarios del autor nos permiten advertir, en más de una oportunidad, que existe una distinción entre los alimentos de consumo cotidiano y otras comidas menos comunes y, por consiguiente, más valoradas y costosas. Particularmente en los estamentos sociales populares – por ejemplo, en los hogares campesinos o de los menestrales urbanos –, el componente central de la dieta era el pan[28], por lo que no ha de extrañarnos la marcada presencia de este alimento en el propio refranero, originado tal vez en el seno de estos hogares[29]. La cotidianidad del consumo de panificados de distintos cereales aparece referida también en las glosas, por ejemplo en la del refrán nº 344, "Por su mal, naçen las alas a la formiga", que reprenderá la soberbia de aquellos que, habiendo alcanzado una mejor posición social, pretenden cambiar sus costumbres y consumir solo alimentos costosos:

> "Puede también aplicarse a uno que, nacido en una familia pobre y en una casucha de campo, apenas podía alimentar con pan de cebada su estómago rugiente, ahora, nombrado obispo, rechaza la flor de harina y miel; y se inquieta por sus propias riquezas; desprecia a los pobres y desdeña a los ministros de Cristo"[30].

También se menciona esta distinción de alimentos en la glosa del refrán nº 124, "De quien nada non te deue, bu[e]nos son çinco dineros"[31], que acude incluso a otro conocido proverbio para reforzar esta idea:

---

[27] CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium…*, p. 294.

[28] ORTEGA CERVIGÓN, José Ignacio – *Breve historia de la vida cotidiana…*, p. 14.

[29] En *Seniloquium* se recogen al menos nueve refranes que remiten en sus enunciados al universo de la preparación y el consumo del pan: nº 3, "Amenazados, pan comen", nº 30, "A mj padre llamaron fogaza, y muérome de fanbre", nº 53, "Allegador de la zeniza, y derramador de la farina", nº 82, "Chio, chio, sobre mj trigo", nº 96, "De la fogaza de un compadre, buen zatico a un afijado", nº 180, "El pan comjdo, la companja deshechan", nº 211, "La puerca de la panadera, harta y querellosa", nº 274, "Mjgajuela de mal pan, nj la comas njn la des a tu can" y nº 490, "Vezinas a vecinas, a vezes se dan farinas".

[30] CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium…*, p. 265.

[31] El proverbio aparece recogido bajo el nº 231 como "Donde nada nos deben, buenos son cinco dineros", es decir que se produce una sustitución de pronombres relativos. La glosa que acompaña al proverbio mencionado mantiene el sentido que registra *Seniloquium* e indica: "No se deue desechar la dadiva aunque pequeña quando se da graciosamente". BIZZARRI, Hugo – "La glosa de 1541 a los refranes que dizen las viejas tras el fuego". *Olivar* 2 (2001), pp. 157-216, en especial p. 15 [consultado 20 de marzo de 2022]. Disponible en https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=arti&d=Jpr2905.

> "Quien por hospitalidad es tratado caritativamente por otro, debe aceptar con afecto lo que le fuese suministrado y, contento con las comidas regulares u ordinarias, no debe pedir otras superfluas y caras. Además, porque no se debe mirar el diente a caballo regalado"[32].

Así, podríamos entender que aquellos gastos que constituyen una ostentación son los que se vinculan a comidas más motivadas por el placer vicioso de comer que por la necesidad fisiológica de alimentarse[33]. El no contentarse con las comidas frugales, propias de la condición eclesiástica, se trataba, como se ve en las glosas, de un "pecadillo" normal entre los clérigos de la época[34].

Si prestamos atención al pasaje de la glosa citado anteriormente, veremos que esta falta estaba, a su vez, ligada al desprecio de la hospitalidad recibida, conducta que, según el autor, también codifica el refrán n° 188, "Furtar el puerco, y dar los pies por Djos". El proverbio apunta contra quienes realizan actos que son perjudiciales para los demás y luego pretenden encubrirlos con buenas acciones. Entre los ejemplos que, según el autor, ilustran tal sentido, apunta directamente hacia una conducta particular de los eclesiásticos de alto rango:

> "Así se portan aquellos prelados de la Iglesia que, cuando son recibidos caritativamente por los religiosos en sus monasterios, no contentos con la comida ordinaria, piden carnes y, si no se las suministran, se comportan violentamente"[35].

Es sabido que las comunidades monásticas no tenían permitido comer carne y los monjes debían alimentarse principalmente de pescado[36], lo que explica este deseo por acceder a alimentos que resultaban vedados por la propia condición eclesiástica.

---

[32] CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium*..., p. 130.

[33] Esto estaría en estrecha relación con la gula, una de las faltas que forma parte del esquema teológico-doctrinal de los pecados capitales. Este vicio, sobre el que el autor alecciona en numerosas glosas, era considerado como causante de otras faltas. Así lo expresa el autor en una encendida declamación en la glosa del refrán nº 83, "Cuero lleno, piezgo enfiesto": "Por las comilonas el mundo se aniquila, y a través de ellas se incrementan los demás vicios. Incluso la desobediencia de la ley es incitada por el diablo por medio de comilonas; el reconocimiento de la debilidad está en la comida, la virtud de la firmeza en el ayuno; el demonio persuade a la gula, el Señor enseña a ayunar". CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium*..., p. 104.

[34] El concepto de "pecadillo" es introducido por la historiadora Ana Arranz Guzmán, y remite, en sus palabras, a "los [pecados] más leves, ligeros o cotidianos". La autora señala que, pese a no tratarse de "los considerados grandes pecados de la Iglesia y de los eclesiásticos medievales", estos pecadillos eran "igualmente denunciados, perseguidos y castigados, en cuanto que sus protagonistas eran clérigos y por la condición de tales debían ser el espejo en el que mirarse los fieles cristianos". Cfr. ARRANZ GUZMÁN, Ana – "Amores desordenados y otros pecadillos del clero", In CARRASCO MANCHADO, Ana; RÁBADE OBRADÓ, María del Pilar (coords.), *Pecar en la Edad Media*. Madrid: Sílex Ediciones S.L., 2008, pp. 227-262, en especial p. 227.

[35] CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium*..., pp. 167-168.

[36] Cfr. FOSSIER, Robert – *Gente de la Edad Media*. España: Taurus, 2008; ORTEGA CERVIGÓN, José Ignacio – *Breve historia de la vida cotidiana*..., 2020.

Sin embargo, como ya señalamos, estas faltas que registra el autor no son atribuibles únicamente a los eclesiásticos, sino que, en este caso, el deseo desmedido por consumir carne, también conducía a conductas censurables a los seglares. En la glosa del refrán nº 317, "O sea pascua o sea nada", el autor pone de manifiesto que esta voracidad podía incluso atentar contra la observancia de las reglas de los tiempos litúrgicos: "Hay algunos seglares que, en el día de la cuaresma permitido para tomar carne, les apetece alimentos de carne en abundancia, más de lo acostumbrado en los restantes días e incluso pleitean con una inusitada voracidad hasta la media noche"[37].

En el extenso capítulo que Ortega Cervigón dedica, en uno de sus libros más recientes, al estudio de la alimentación en la época medieval, señala que, "por ser heredera de las tradiciones romana y germánica, la cocina medieval tenía como alimentos básicos las carnes, los lácteos, las legumbres, el pescado, el pan y el vino"[38], aunque, teniendo en cuenta a los destinatarios inmediatos de *Seniloquium*, el autor recupera algunas referencias bíblicas para interpretar el consumo de los alimentos desde una mirada doctrinal y aconseja escoger aquellos que resultan cercanos a Jesús, dando cuenta de que los aspectos morales y religiosos influían en la abstinencia de determinados alimentos o en el estímulo del consumo de otros tantos, como también reconoce el mencionado historiador[39]. Por ejemplo, en la glosa del refrán nº 298, "No es por el hueuo, mas es por el fuero"[40], el autor toma como cita de autoridad la obra de san Agustín, para afirmar que:

> "Es más juicioso que cada uno prefiera alimentarse de pescado, según la costumbre del Señor, que de lentejas a la manera de Esaú, el primogénito de Abrahán, o de cebada como los burros; efectivamente no por ello debemos despreciar a la mayoría de las bestias por alimentarse de comidas más despreciables (…) Así opina Agustín en el libro *Sobre la doctrina cristiana*"[41].

Sabemos, tal como afirma el autor, que la cebada era un cereal utilizado para alimentar a los animales, pero también se trataba, junto a las lentejas, de un alimento consumido en hogares campesinos: las lentejas funcionaban como sustituto de la

[37] CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium…*, p. 242.

[38] ORTEGA CERVIGÓN, José Ignacio – *Breve historia de la vida cotidiana…*, p. 14.

[39] ORTEGA CERVIGÓN, José Ignacio – *Breve historia de la vida cotidiana…*, p. 13.

[40] La glosa de este conocido proverbio explica que "consideraremos preferible el motivo del hecho más que el propio hecho" y que "al juzgar cualquier cosa, se debe inculpar no su uso sino la intención". CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium…*, p. 230. La glosa ofrece además ejemplos vinculados con pecados como el robo, la fornicación, la usura. Por otro lado, en *Refranes que dizen las viejas…*, este proverbio aparece recogido bajo el nº 473 con un enunciado que solo varía el conector adversativo: "No es por el huevo, sino por el fuero". La glosa, por su parte, no se concentra en la intención de las acciones, como sucede en *Seniloquium*, sino que constituye una declaración contra la servidumbre: "La seruidumbre, aunque pequeña, se deue desechar como cosa muy pesada". BIZZARRI, Hugo – "La glosa de 1541…", p. 30.

[41] CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium…*, p. 230.

carne, que resultaba escasa y se asociaba ante todo a los grupos nobiliarios, y la cebada se utilizaba, mezclada con otros cereales, para la elaboración del pan. Sin embargo, en este caso, el autor opta por no hacer mención del consumo efectivo de estos alimentos "despreciables" en la sociedad de su época, afanado en transmitir una prescripción de carácter religioso, para corregir los pecados de los eclesiásticos ligados al consumo de alimentos impropios.

Hasta aquí, hemos recorrido pasajes de las glosas de siete refranes que nos permiten acercarnos a ciertos aspectos propios de la alimentación en la sociedad bajomedieval segoviana: la vinculación entre los alimentos y los distintos estamentos o condiciones sociales, la presumible inclinación general hacia alimentos costosos o prohibidos, como las carnes, y la importancia de la dimensión simbólica de los alimentos consumidos dentro del imaginario cristiano, que interesa especialmente al autor. La perspectiva moral y el afán correctivo que imperan en el abordaje de las prácticas alimentarias inevitablemente dejan de lado aspectos materiales, como su dimensión fisiológica, los efectos de los alimentos en la salud[42] o las consecuencias efectivas del consumo de los alimentos "impuros" sobre la integridad corporal. La alimentación aparece, en nuestro refranero, como una práctica necesaria para la subsistencia, pero que debe ser experimentada desde la observancia de ciertas virtudes doctrinales, pues, si no, da lugar al surgimiento del vicio, del exceso, cuya expresión máxima es la gula.

2.2. Ser huésped, ser anfitrión.

Pasemos ahora a analizar brevemente las faltas ligadas a la práctica de la hospitalidad, que, del mismo modo que aquellos vicios del comer, también constituyen una preocupación para el autor, ya que aparecen tematizadas en más de una oportunidad a lo largo del refranero. En primer lugar, cabe aclarar que en *Seniloquium* no se habla de la hospitalidad en sentido estricto, "como una práctica organizada e institucionalizada de la caridad con el pobre y el necesitado en general, mediante el hospital, la hospedería,

[42] Existen algunos pasajes del *Seniloquium* que, si bien no indagan en este aspecto, sí registran algunos usos medicinales de alimentos y bebidas, por ejemplo, el refrán nº 293, "Njn tan largo commo Jamjla, njn tan corto commo su fija", que aboga por la justa medida de todas las cosas. Entre los ejemplos que ofrece la glosa, se describe la práctica de curación de heridas con vino y aceite: "El proverbio se cumple en las heridas de aquél que fue llevado por un samaritano a una posada y le ofreció vino y aceite, para que mediante el vino se cicatrizaran las heridas y con el aceite las aliviara; para que cada uno, al sanar las heridas, en el vino tenga presente el aguijón de un problema, en el aceite la dulzura de la piedad; mediante el vino se limpia lo putrefacto, por el aceite se alivian las heridas ya curadas". CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium*…, p. 226. El ejemplo, en este caso, explica el proceso desde su dimensión simbólica y material, y parece recuperar la parábola del buen samaritano del Evangelio de Lucas, pero desde luego existen evidencias de la continuación en el Medioevo de esta práctica curativa basada en la aplicación de vino y aceite sobre llagas y heridas. Se conservan, fuentes escritas como tratados medicinales, y elementos materiales, por ejemplo, recipientes en los que se elaboraban los preparados.

la alberguería"[43], sino que el autor reflexiona sobre la hospitalidad un sentido amplio, remitiendo no solo a la acogida de huéspedes en instituciones asistenciales a cargo de la iglesia católica, sino también a una hospitalidad no formal en hogares particulares. No existen dudas de que esta forma de hospitalidad hogareña resultaba frecuente, al punto de cristalizar en los enunciados de varios proverbios, por ejemplo, el n° 203, "Haxa non tiene que comer y conuida huéspedes"[44].

En el apartado anterior ya había surgido el tema del abuso de la hospitalidad, que el autor atribuía a los prelados que demandaban alimentos costosos a sus anfitriones. Sin embargo, esta falta no se asocia solo a huéspedes de elevado estatus social, sino que aparece ligada a los huéspedes en general[45], a quienes el autor critica severamente por aprovecharse en distintas formas de sus anfitriones. Nos concentraremos en el análisis de dos proverbios que tematizan en su enunciado la hospitalidad o el recibimiento de personas en el hogar. Se trata de los refranes n° 244, "Mete gallego en tu pajar, y faser se te ha heredero"[46] y n° 497, "Yrse han los huéspedes y comeremos el gallo".

El primero de ellos, se utiliza, según Cantera y Sevilla, "para criticar y censurar a quien abusa en exceso de la buena acogida que se le da y para advertir que no conviene dar demasiadas confianzas a una persona que no se conoce antes muy bien"[47]. La paremia se sigue de una extensa glosa en la que se brindan numerosos sentidos que ilustran este foco conceptual, entre ellos, el siguiente, que insiste nuevamente en los comportamientos violentos de los huéspedes que desvirtuaban el espíritu caritativo inherente a la práctica hospitalaria:

> "También actúan así quienes caritativamente son recibidos por otros y les suministran lo necesario según las normas; no contentos con ello piden otras cosas. Y si no se las proporcionan actúan violentamente y se llevan consigo perros de caza, halcones y otros animales exóticos"[48].

---

[43] GARCÍA LOBO, Vicente – "La asistencia social de la Iglesia durante la Edad Media: la hospitalidad monástica". *Humanismo y Trabajo Social* 5 (2006), pp. 129-158, en especial p. 130.

[44] Notemos que, nuevamente, estamos ante un proverbio que reprende, esta vez desde un tono irónico, los gastos desmedidos.

[45] En ninguna de las glosas que aborda esta temática el autor brinda consideraciones a propósito de su condición, de forma que puede tratarse de peregrinos, mendigos, personas enfermas o necesitadas, que eran quienes, en general, requerían de la práctica de la hospitalidad, o, tal vez, de simples visitas circunstanciales.

[46] En *Refranes que dizen las viejas…*, el enunciado sustituye la palabra "gallego" por "gallo" y moderniza la forma verbal: "Mete el gallo en el muladar y saldra heredero". La breve glosa ofrece una recomendación general que manda cuidarse de las personas codiciosas: "Sy quieres guardar tu hazienda y tu huego no hagas al cobdici[o]so tu compañero", es decir, que mantiene en líneas generales el sentido original del proverbio y la interpretación que se brinda en *Seniloquium* a través de ejemplos como el que desarrollaremos a continuación. BIZZARRI, Hugo – "La glosa de 1541…", p. 27.

[47] CANTERA ORTIZ DE URBINA, Jesús; SEVILLA MUÑOZ, Julia (eds.) – *Las paremias castellanas del* Seniloquium, p. 98.

[48] CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium…*, p. 196.

La extensa glosa nos revela que la práctica de la hospitalidad muchas veces se veía afectada incluso por el robo de, por ejemplo, animales, tanto de compañía como destinados a tareas específicas. Aunque esta violación de las normas hospitalarias podía abarcar la sustracción de elementos materiales varios: "Así actúan algunos huéspedes, que cuando son recibidos por alguien los echan de su casa y los expolian de sus utensilios, no contentos con beber y comer lo que hay en la casa", "se cumple también este proverbio, cuando los huéspedes en época de guerra mangonean en las casas de otros y no contentos con la hospitalidad atormentan a los propietarios de las casas, quedándose durante largo tiempo y apoderándose de la sal, leña, aceite, pasto y otras cosas semejantes necesarias para ellos"[49]. Esta última cita constituye un comentario de primera mano sobre la escasez de recursos básicos característica de tiempos de guerra, lo que, a su vez, provocaba, desde la visión del autor, comportamientos muy censurables en los huéspedes, que constituían una falta de respeto a sus anfitriones y a la práctica de la hospitalidad en sí misma[50].

En contrapartida, el refrán nº 497, "Yrse han los huéspedes y comeremos el gallo", refiere a la existencia de ciertos marcos legales regulatorios de la práctica, que protegían al anfitrión: "Garantizado está por ley que no sólo deben ser castigados los huéspedes, si exigen del dueño de la casa sal, leña o aceite o cualquier otra cosa, sino que incluso debe ser castigado el dueño de la casa, si les ofrece por su propia voluntad algo a los huéspedes"[51].

Entre las distintas formas que asume el glosado de los refranes, la crítica ha identificado la recurrencia a cuentecillos o anécdotas populares[52]; en este caso, la paremia constituye un enunciado en primera persona, cuyo enunciador y contexto de enunciación son reconstruidos en la anécdota que el autor recoge en la glosa:

> "Se cita como ejemplo a uno que tenía huéspedes e intentaba comerse un gallo que poseía; temía que al comérselo, estando allí los huéspedes, les tendría que dar su parte, por lo que sería castigado por la citada ley; sin embargo, si no les ofrecía nada, aquello les desagradaría; lo que le serviría de deshonor. (…)

---

[49] CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium…*, p. 196.

[50] No podemos dejar de advertir que estas conductas de mala fe asociadas a la hospitalidad aparecen detalladas en un proverbio que expresa un claro prejuicio contra los habitantes del reino de Galicia. En la obra de Ortega Cervigón ya mencionada, el autor estudia la práctica de la hospitalidad en el marco de espacios como posadas, enfocándose en aquellas que recibían peregrinos de camino a Santiago de Compostela. El autor comenta que también era frecuente que fueran los huéspedes quienes resultaran engañados o estafados por sus los posaderos, que les ofrecían comida de mala calidad o pretendían cobrarles valores excesivos por los servicios ofrecidos. Es posible que esto que aparece como un prejuicio en el refranero castellano estuviera vinculado al conocimiento popular de situaciones como las que refiere Ortega Cervigón. Para profundizar esta cuestión, cfr. ORTEGA CERVIGÓN, José Ignacio – *Breve historia de la vida cotidiana …*, pp. 95 y ss.

[51] CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium…*, p. 359.

[52] Cfr. CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – "Introducción". *Seniloquium…*, pp. 9-41; RAMADORI, Alicia – "Modelos de composición en los primigenios refraneros castellanos". *Cuadernos de Literatura* 13 (2013), pp. 7-20.

Habiendo mantenido una conversación el dueño de la casa y su esposa acerca de ello, dijo él: «Yrse han los huéspedes, etc.»”[53].

Sea que se trate de una anécdota real o un relato ficticio inventado *ad hoc* por el autor para justificar el proverbio recogido, revela que la práctica de la hospitalidad no estaba exenta de peligros para quienes abrían las puertas de sus casas: estos abusos parecen estar siempre vinculados a la falta de comedimiento, inicialmente, en las pretensiones alimentarias de los huéspedes, lo que podía derivar en conductas violentas, estancias excesivas, o, incluso, en el robo de pertenencias de los dueños de casa. Es preciso destacar que estas prácticas constituyen expresiones que deben entender como parte de una red más amplia de vicios morales graves que el autor de *Seniloquium* denuncia explícitamente, es por esto que acude en numerosas oportunidades en los comentarios al esquema los pecados capitales para tipificar estas conductas pecaminosas[54]. Así, el descontento de los huéspedes frente a los alimentos recibidos bien podría interpretarse como una forma de la gula, mientras que la intención de apoderarse de bienes pertenecientes a los anfitriones podría constituir una forma de la codicia. El primero de estos vicios, como ya señalamos, debió haber constituido un asunto de grave preocupación para el obispado, pues lo vemos reaparecer una y otra vez a lo largo de la obra, y en cada pasaje el autor le atribuye consecuencias funestas[55].

Por otra parte, las glosas también dejan traslucir que, como consecuencia de los abusos ya descriptos, la hospitalidad se habría enmarcado dentro de ciertas regulaciones destinadas a clarificar los límites de esta práctica[56] que, como el autor señala en más de una oportunidad, estaba fuertemente ligada a la caridad cristiana. La impronta religiosa de esta práctica es reconocida por los distintos estudiosos; en particular, Fossier señala que “ya se tratase de una gruta, e incluso de una celdilla subterránea, o bien de un palacio (…), la casa era la célula de la vida, un puerto seguro, un espacio de sociabilidad, un lugar para el recuerdo y la piedad. (…) era la expresión de la caridad, tal y como se la concebía en estos siglos (…). Esta hospitalidad que en nuestras regiones

[53] CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium*…, p. 359.

[54] Tal temática excede ampliamente los objetivos de este trabajo y es abordada de manera exhaustiva en mi tesina de grado. Cfr. RANDAZZO, María Belén – *“A yra de Djos, non hay casa fuerte”: didactismo y crítica clerical en* Seniloquium….

[55] Apoyándose en autoridad de las Epístolas de san Pablo a los Romanos, el autor advierte contra el conjunto de vicios que potencialmente origina la gula: “También el apóstol prohibió la embriaguez y la voracidad; ambas cosas las cita entre las fuerzas de las tinieblas, cuando escribe a los Romanos: «Nada de comilonas y borracheras, pues la glotonería del vientre provoca fácilmente a la lujuria, y anula toda obra buena». En efecto, el vientre y los genitales son vecinos entre sí, para que con la vecindad de miembros se forme un conglomerado de vicios”. CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium*…, p. 104.

[56] Si bien el autor no precisa cuál es específicamente el marco legal al que está refiriendo – como sí lo hace en otras ocasiones – , permite inferir, como mínimo, la existencia de una norma consuetudinaria. En este punto, sería necesario cotejar la premisa del autor con fuentes de índole jurídica, que permitan especificar los alcances de su comentario.

olvidamos tan fácilmente en la actualidad era una de las vías naturales de Salvación"[57].

2.3. Jugar.

Llegamos finalmente al problemático ámbito del entretenimiento y el juego, que constituyó un asunto muy difícil de regular para el obispado de Segovia, especialmente la participación de los propios miembros del clero en fiestas y diversiones. Este tema constituye un asunto de aleccionamiento en nuestro refranero que, por su carácter esencialmente moralizante, adopta una mirada prohibitiva de las prácticas lúdicas.

Pese a que los refranes que tematizan esta cuestión son escasos, tanto los propios proverbios como sus comentarios explicativos resultan categóricos al respecto. Por ejemplo, el proverbio nº 148, "El juego, poco et bueno", cuya breve estructura bimembre y constituida en torno a una elipsis vuelve a poner el foco en la mesura con la que deben ejercerse ciertas prácticas, en este caso, las lúdicas. Pero la naturaleza moralista de *Seniloquium* se advierte aun con mayor claridad en el comentario de este refrán, que ofrece una descripción de los juegos legalmente aceptados en la Segovia de fines del siglo XV y, al mismo tiempo, busca advertir contra los múltiples e inminentes peligros que los juegos comportan: "Está reprobado por la ley el juego de azar y por consiguiente el juego de dados, y se aprueban otros cinco juegos. Así, el juego, donde se lanza una piedra a lo lejos; el juego, en el que un dardo o lanzadera a mano recorre en breve su recorrido; también, el que consiste en levantar una pesa con los dientes; igual el que, corriendo a caballo, se levanta una lanza puesta como señal; y también, donde se arrojan algunos objetos a modo de engaño. Y aunque estos juegos estén aprobados, a nadie se permite en ellos jugar más de un único sólido (moneda de oro), aunque sea muy rico, para que no sufra una grave pérdida, si por casualidad llega a ser vencido"[58]. El juego en exceso es, para el autor, origen de pérdidas económicas, episodios de violencia y, según de qué tipo de juego se trate, hasta de homicidios, de forma que, incluso los juegos "aprobados" deben practicarse con la misma mesura que prescribe a la hora de comprar los alimentos.

El juego es entendido como síntoma de una vida disoluta y poco virtuosa, al respecto de lo cual es muy elocuente el refrán nº 477, "Tres cosas son que pierden al omme: putas, y dados, y cominos de odre", que, como vemos, sintetiza en su enunciado tres conocidos vicios de los que la clerecía no estaba exenta: los eclesiásticos tenían concubinas, participaban asiduamente en juegos de azar y consumían vino en abundancia[59].

---

[57] FOSSIER, Robert – *Gente de la Edad Media*, p. 114. García Lobo refiere la misma idea: "Tiene la hospitalidad (...) su fundamento último en el precepto evangélico del amor fraterno". GARCÍA LOBO, Vicente – "La asistencia social de la Iglesia durante la Edad Media…", p. 130.

[58] CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium…*, p. 143.

[59] Para profundizar en esta cuestión, cfr. ARRANZ GUZMÁN, Ana – "La buena fama del clero y el

La participación de los clérigos en juegos de azar fue, según Arranz Guzmán, uno de los "pecadillos" que más preocupó a Juan Arias Dávila, así como también a otros obispos reformistas de fines del siglo XV. La autora señala que hubo numerosas disposiciones destinadas a castigar y erradicar estas prácticas, de las cuales preocupaba, ante todo, que fueran de conocimiento público: "El problema (…) no era el juego en sí, ya que si éste se efectuaba en privado, entre dos clérigos, por mera recreación y de manera esporádica, no tenía mayor importancia. El pecado se producía cuando se practicaba habitualmente, en tabernas públicas y apostando dinero y, más aún, cuando el eclesiástico poseía en su casa 'tablero público de naipes o de dados', al fomentar el juego y la especulación con el dinero de los concurrentes"[60]. El autor de *Seniloquium* advierte la existencia de esta problemática y se muestra rotundo respecto a la severidad con que debe ser castigada:

> "Sobre la segunda parte digo que un jugador público no puede ser promovido al clericato, y si fuese promovido y no se corrige, debe ser privado de su prebenda. Y no sólo no deben jugar a los dados, ni tan siquiera intervenir en su juego. Tales sean alejados de su ministerio durante tres años. (…) El uso de los dados durante un tiempo provoca lágrimas y por su juego se pierden los propios principios y se derivan blasfemias"[61].

Para concluir este apartado, es preciso esbozar la pregunta por las distinciones simbólicas y morales que separan a los juegos legales de los ilegales. En principio, observamos que la prohibición se aplica fundamentalmente sobre los juegos de azar, como naipes y dados, mientras que se admiten los juegos de espíritu deportivo. Posiblemente la distinción radicara en la compulsividad que engendran los primeros y que, como expresan las glosas, era una forma de desmesura y, como tal, un peligro para la integridad económica y moral. Por otro lado, los juegos de azar también aparecen asociados a entornos moralmente reprobables, en los que se bebía, se proferían malas palabras, se interactuaba con prostitutas, etc., es decir que, en muchos casos, el pecado no se vinculaba únicamente al juego, sino también al mal ambiente que se generaba en torno del mismo.

Así, en lo relativo a la esfera del entretenimiento y el juego, *Seniloquium* nos aporta valiosa información sobre las actividades lúdicas aceptadas y prohibidas por la ley y por la Iglesia, pero no nos permite dilucidar cuál era el grado de influencia efectiva que tales normativas tenían sobre la vida de los habitantes de la ciudad.

---

peligro de escándalo público: un tema de preocupación episcopal", In BECEIRO PITA, Isabel (dir.) – *Poder, piedad y devoción. Castilla y su entorno (siglos XII-XV).* Madrid: Sílex Ediciones S.L., 2014, pp.103-160.

[60] ARRANZ GUZMÁN, Ana – "Amores desordenados…", p. 257.

[61] CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium…*, p. 347.

Según dejan entrever las glosas, en lo relativo al entretenimiento, existía un claro desfasaje entre lo prohibido por la institución eclesiástica y lo aceptado socialmente, los juegos – tanto los legales como los prohibidos[62] – eran prácticas habituales de las que participaban, en mayor o menor medida, seglares y eclesiásticos.

4. Conclusiones: pecar o cultivar la mesura.

Planteábamos, al inicio de este trabajo, que *Seniloquium* es una obra que tiene un significativo valor testimonial en la reconstrucción de prácticas, ideas y costumbres de la sociedad segoviana bajomedieval. Como esperamos haber demostrado en estas páginas, la vida cotidiana aparece representada en sus múltiples facetas, de forma que en las páginas de este refranero podemos encontrarnos con escenas propias de la vida en ámbitos institucionales como el eclesiástico, que nos muestra el desborde y la falta de moral de ciertas conductas de los clérigos, pasando por imágenes de los juegos propios de la vida en la urbe, hasta llegar incluso al interior de las casas seglares, en las que se administra el dinero, se hornea el pan y se recibe a los huéspedes[63]. Cantalapiedra y Moreno afirman que lo que encontramos en algunas de las glosas son "reflejos de la vida cotidiana; el gasto excesivo en los ceremoniales de doctorando, la prohibición de vender venenos y filtros amorosos, las inconveniencias de la vida en común de frailes y monjas, o el yacer con las mujerzuelas en los propios monasterios; alusiones al teatro y a los juegos – los prohibidos y los permitidos – al baile; alusiones a las ideas pedagógicas, a los conversos, a la medicina, a las alcahuetas, etc."[64].

Es indudable que en este trabajo hemos recogido apenas una mínima parte de esos reflejos, que todavía pueden arrojar su luz sobre varios temas que continúan por explorar. Nosotros optamos aquí por atravesar la cotidianidad que se representa en la obra con la lente que nos provee el concepto cristiano de pecado, puesto que consideramos que *Seniloquium* es una herramienta[65] utilizada con el "propósito de denuncia directa y de enmienda de aquellos males constatados por el obispo o sus vicarios que se habían instalado en la vida cotidiana de los fieles, en general, y de

[62] Sobre la problemática de los juegos de azar en la Castilla bajomedieval, cfr. el reciente trabajo de López Villalba. LÓPEZ VILLALBA, José Miguel – "Regulación y control del juego de azar en la Corona de Castilla durante la Baja Edad Media". *En la España Medieval* 44 (2021), pp. 445-475.

[63] El texto también nos permitiría aventurarnos en la cotidianidad de la vida rural, sobre la que no hemos hablado en este trabajo, porque no forma parte del eje temático propuesto para las VI Jornadas Internacionales de la Edad Media.

[64] CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium*..., p. 35.

[65] En este caso, se trata de una herramienta especial, por ser de carácter literario, entre otras de naturaleza de control más explícitas, como las visitas pastorales y los sínodos diocesanos, cuyas constituciones estudia Arranz Guzmán en los artículos citados. A propósito de las visitas pastorales, no conocemos testimonios que nos permitan reconstruir el desarrollo de esta práctica durante el obispado de Arias Dávila, pero, con respecto a los sínodos, sabemos por las distintas fuentes históricas que el obispo celebró tres, dos de los cuales (1472 y 1478) son anteriores a la fecha de composición de *Seniloquium* propuesta por Cantalapiedra y Moreno. Para profundizar este tema, cfr. RANDAZZO, María Belén – *"A yra de Djos, non hay casa fuerte"* ..., pp. 49 y ss.

los eclesiásticos de la diócesis, en particular"[66], para conseguir, en suma, mejorar "el nivel moral e intelectual del clero diocesano"[67].

En este trabajo hemos presentado apenas un esbozo de algunas de las faltas que el autor observa en el día a día de la vida en su estamento de pertenencia, y también en la vida de la sociedad seglar, para la cual los clérigos debían constituir un espejo en el cual mirarse, un ejemplo de vida virtuosa. Las faltas que se exhiben en las glosas se asocian a diversas prácticas, pero tienen un factor común que es la falta de mesura: en el comer, en las atribuciones que corresponden a la condición de huésped, o en la participación en actividades de entretenimiento. Y la mesura constituye una virtud muy valorada dentro de la cosmovisión cristiana hegemónica en el mundo medieval, concepción que, sin duda alguna, ha sobrevivido hasta nuestros días. Pero no hay que perder de vista que esta apología de la mesura refleja, al mismo tiempo, la influencia de las ideas de Aristóteles sobre el pensamiento medieval. Es en su Ética a Nicómaco[68] donde concibe la virtud como punto medio entre dos vicios, idea que, junto a muchas otras de su programa filosófico, ingresan a través de la escolástica del siglo XIII al sistema de ideas del Medioevo, son apropiadas por los pensadores cristianos, y se asientan hasta llegar al Humanismo que ya comienza a vislumbrarse a fines del siglo XV[69].

Para retomar una idea que planteábamos al inicio de este trabajo: comprender el pasado es, también, siempre, comprender un poco más el presente, entender que tanto las rupturas como las continuidades son distintas hebras del hilo interminable de la tradición. Y así, si nos preguntamos de dónde provienen muchas de las ideas que forman parte de nuestro propio imaginario, no es menor el hecho de que hayan enraizado con fuerza, a lo largo de los siglos, en una expresión de carácter originariamente popular, como es el refranero. Un ejemplo es el refrán n° 388, "Quien come y condesa, dos veses pone mesa", que, tomando como foco conceptual el ahorro y la moderación, aconseja regular los gastos, no despilfarrar y ejercer cada acto con mesura. Elegimos, entonces, para concluir este trabajo, la solemne expresión con la

[66] ARRANZ GUZMÁN, Ana – "Amores desordenados…", p. 228.

[67] ARRANZ GUZMÁN, Ana – "La buena fama del clero y el peligro de escándalo público…", p. 114.

[68] De hecho, en la glosa del ya mencionado refrán nº 293, "Njn tan largo commo Jamjla, njn tan corto commo su fija", el autor afirmará, en lo que constituye una reformulación de un pasaje del capítulo VI del libro segundo de la Ética a Nicómaco: "«La virtud es el punto medio producido entre dos defectos, de tal manera que está en el punto medio entre dos vicios contrarios»". Y más adelante aclarará, reconociendo la naturaleza esencialmente pecaminosa del ser humano que, en suma, da sentido a sus disertaciones: "Por ello quien guardase ese punto medio, deberá ser considerado el más virtuoso con mucho. Pero guardar el punto medio, absolutamente en todo, está más allá del hombre y por ello nadie puede ser llamado el más virtuoso". CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium…*, p. 227. Estudio la influencia del pensamiento clásico en *Seniloquium* en un artículo reciente. Cfr. RANDAZZO, María Belén – "Apropiación y resignificación del pensamiento clásico en *Seniloquium*". Auster 26 (2021), [consultado 20 de marzo de 2022]. Disponible en https://www.auster.fahce.unlp.edu.ar/article/view/ause071/14815.

[69] Sobre este tema en particular, cfr. GRAVO GARCÍA, Antonio – "Aristóteles en la España del s. XVI. Antecedentes, alcance y matices de su influencia". *Revista Española de Filosofía Medieval* 4 (1997), pp. 203-249.

que el autor ratifica la enseñanza de este proverbio y expresa el carácter imperecedero de esta virtud: "Quienes guardan mesura debidamente (…), embellecen su época con su nombre dignamente y para siempre"[70].

[70] CANTALAPIEDRA, Fernando; MORENO, Juan (eds.) – *Seniloquium…*, p. 299.

Os editores têm o grato prazer de apresentar, com o apoio financeiro do Instituto de Estudos Medievais e da Câmara Municipal de Castelo de Vide, o terceiro volume resultante das *Jornadas Internacionais de Idade Média*, cujo título retoma o tema dessa mesma edição: *Inclusão e exclusão na Europa Urbana Medieval*. Vinte e oito investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha e Holanda são responsáveis pela elaboração de vinte e dois artigos com os quais, responderam ao desafio que os organizadores lançaram à comunidade científica de desenvolvimento de reflexões sobre um tema particularmente pertinente na cidade medieval, uma vez que esta se definia quase sempre como um espaço fechado por uma muralha que criava a oposição entre interior e exterior, materializando desde logo sistemas de inclusão e exclusão. Recorrendo a uma pluralidade de idiomas que nos apraz registar - português, espanhol, francês e inglês- os seus estudos têm como espaço de observação uma diversidade de unidades políticas medievais que hoje integram as historiografias de Portugal, Espanha, França, Itália, Países Baixos, Bélgica e Alemanha, com especial relevo para os diferentes reinos medievais ibéricos, sendo que neste último caso o enfoque não se limita à Cristandade, pois também podemos dispor de reflexões que têm como espaço de observação o Islão peninsular e/ou as suas permanências.

Editores, Apresentação.

Apoio:
FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

IEM INSTITUTO DE ESTUDOS MEDIEVAIS FCSH/NOVA | FCT

NOVAFCSH FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

NOTÁVEL VILA DE CASTELO DE VIDE

ISBN 978-989-53585-7-1
9 789895 358571